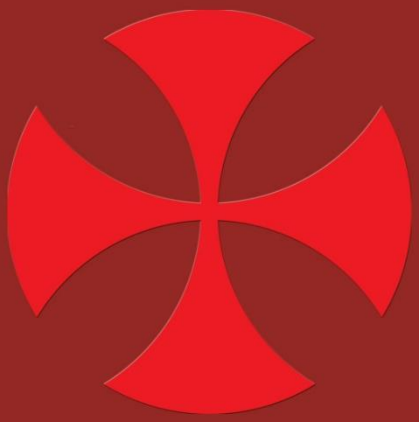

Sociedade das Ciências Antigas

História Filosófica do Gênero Humano

Antoine Fabre D'Olivet

Sociedade das Ciências Antigas

HISTÓRIA FILOSÓFICA DO GÊNERO HUMANO

POR

ANTOINE FABRE D'OLIVET
(1767 – 1825)

TRADUZIDO DO ORIGINAL FRANCÊS

"HISTOIRE PHILOSOPHIQUE DU GENRE HUMAIN"
LIBRARIE GÉNÉRALE DES SCIENCES OCCULTES
PARIS - 1905

SUMÁRIO

1 – Preâmbulo. Motivos desta Obra. 7

2 – O conhecimento do Homem é indispensável ao legislador. No que consiste esse conhecimento. 12

3 – Constituição intelectual e metafísica do Homem 15

4 – O Homem é um dos três grandes poderes do universo; quais são os outros dois. 20

LIVRO PRIMEIRO 25

Divisão do Gênero Humano, considerado como Reino Hominal, em quatro raças principais. Digressão sobre a Raça branca, objeto desta obra. 26

O Amor, princípio da sociedade e da civilização no Homem: de que maneira. 27

O casamento, base da instituição social; qual é o seu princípio e quais as suas conseqüências. 30

No começo, o homem é mudo, e sua primeira linguagem consiste de sinais. Sobre a palavra. Transformação da linguagem muda em linguagem articulada e conseqüências desta transformação 32

Digressão sobre as quatro Idades do mundo e reflexões sobre o assunto. Primeira Revolução no Estado Social e primeira manifestação da vontade geral. 35

Continuação. A sorte deplorável da mulher no começo das sociedades. Segunda Revolução. A Guerra e suas conseqüências. Oposição das Raças. 39

Primeira organização social. Terceira Revolução. A servidão e suas conseqüências. 42

Quarta Revolução. A Paz e o Comércio. 44

Da propriedade e da desigualdade das condições. Sua origem. 47

Situação da Raça Bórea nessa primeira época da Civilização. 49

Quinta Revolução. O desenvolvimento da inteligência humana. Origem do culto. 50

Recapitulação 54

LIVRO SEGUNDO 55

Primeiras formas do culto. Criação do Sacerdócio e da Realeza. 55

Sexta Revolução. Cisma político e religioso. Origem dos Celtas Bodohnes ou Nômades e das Amazonas. 56

Primeira divisão geográfica da Europa 59

Da primeira divisão de terras, e da propriedade territorial 60

Origem da Música e da Poesia. Invenção das outras ciências. 61

Desvio do culto; qual foi a sua origem. Superstição e fanatismo: seus primórdios. 64

Sétima Revolução no Estado Social. Estabelecimento da Teocracia. 66

Aparição de um Enviado Divino 69

Resultados desse acontecimento. O Enviado Divino é perseguido. Ele se separa dos celtas. 70

Quem era Ram: seu pensamento religioso e político. 72

Estabelecimento de um Império Universal, teocrático e real. 74

Recapitulação 77

LIVRO TERCEIRO 78

Digressão sobre os celtas. Origem dos Salianos e dos Ripuários. Seus Emblemas. A Lei Sálica. 78

A Unidade Divina Aceita no Império Universal. Detalhes Históricos. Origem do Zodíaco. 80

Conseqüências de um Império Universal. Será ele o produto de uma Unidade absoluta ou de uma Dualidade combinada? 83

Oitava Revolução. Divisão dos Princípios Universais. Influência da Música. Questões sobre a Causa Primeira: será ela masculina ou feminina? Cisma no Império sobre este assunto. 85

Origem dos Pastores Fenícios; suas opiniões sobre a Causa Primeira do Universo. Suas conquistas. Novos cismas, de onde vêm os Persas e os Chineses. Estabelecimento dos Mistérios: por que. 88

Reflexões sobre o desmembramento do Império Universal 91

Os Fenícios se dividem; seu culto se modifica. Fundação do Império Assírio. Primeiro conquistador político. Nona Revolução no Estado Social. 93

Novos desenvolvimentos da esfera intelectual. Outro Enviado Divino: Krishna. Origem da Magia entre os Caldeus e da Teurgia no Egito. Nova visão do Universo. Admissão de uma Tríade na Unidade Divina. 95

A aparição do conquistador político traz consigo o Despotismo e a queda de Teocracia. Conseqüências desses acontecimentos. Missão de Orfeu, Moisés e Foé. Fundação de Tróia. 98

Quem eram Orfeu, Moisés e Foé. Sua doutrina. Estabelecimento dos Anfictíones na Grécia. Origem das Confederações e da Representação Nacional. Décima Revolução no Estado Social. ... 101

Qual era o objetivo da missão de Orfeu, de Moisés e de Foé. Movimento político e moral do mundo, num período de cerca de mil anos. Aparecimento de Pitágoras e de vários outros grandes homens. 104

Recapitulação 108

LIVRO QUARTO 109

Décima primeira revolução no Estado Social. Os cultos degeneram; as idéias intelectuais se materializam. Admissão de duas doutrinas, uma secreta e outra pública. 109

Tem início a luta entre Europa e Ásia. Tomada de Tróia pelos gregos. Decadência do Império Assírio. Ascensão da Pérsia sob Ciro. Expedição de Xerxes. Triunfo da Grécia. Conquistas de Alexandre. 111

A Grécia perde sua existência política. Reflexões sobre a duração relativa de diferentes governos. 114

Primórdios de Roma. Suas guerras. Sua luta contra Cartago. Seus triunfos 115

Reflexões sobre as causas que conduziram à queda da República Romana. Conquista das Gálias por César. Guerras civis. Banimentos. Vitória de Otávio. 117

Missão de Jesus: seu objetivo. Missão de Odin e de Apolônio de Tiana; para que fim. 120

Conquistas de Odin: sua doutrina e a de Apolônio. Fundação do Cristianismo. 124

Décima segunda revolução no Estado Social. Constantino é obrigado a abraçar o Cristianismo e abandonar Roma. Invasão dos godos. Queda do Império Romano. 126

Reflexões sobre esses acontecimentos. Situação do sacerdócio e da realeza. Novos desvios da Vontade. 129

Exame rápido da situação da Ásia. Missão de Maomé e suas conseqüências. Décima terceira revolução. 131

Reinado de Carlos Magno. Décima quarta revolução. As Cruzadas. Tomada de Jerusalém pelos cristãos. Tomada de Constantinopla pelos muçulmanos. Causas e resultados desses três grandes acontecimentos. 135

Recapitulação 139

LIVRO QUINTO 139

Digressão sobre o Reino Hominal, sobre sua essência íntima, sua composição, a solidariedade dos seus membros e os meios de elaboração que ele encerra. 139

Utilidade do Feudalismo e do Cristianismo. Modificação desses dois regimes um pelo outro. A Cavalaria e suas conseqüências. Reforma do Estado Social na Europa. 141

Rápido exame histórico e político das principais nações da Europa. Espanha. 145

França, Inglaterra e Itália 148

O que era Roma e o que deveria ter sido. Respectiva situação dos Papas e dos Imperadores. 151

Luta da França contra a Inglaterra. Perigo da França, abandonada pelo destino. Movimento da Providência em seu favor. Joana d'Arc. 155

Causas de um duplo movimento da Vontade no sistema político e no culto. Décima quinta Revolução. Descoberta do Novo Mundo. 160

Qual era a situação do Novo Mundo à época da sua descoberta. Revoluções que ele sofreu. A Ilha da Atlântida. 162

Conquistas dos espanhóis e seus crimes na América. Estabelecimento dos portugueses na Ásia. Resultados gerais. 166

Cisma de Lutero. Como Carlos V poderia detê-lo. 170

Conseqüências do Cisma de Lutero. Os Anabatistas. Legislação de Calvino em Genebra. 172

Recapitulação 175

LIVRO SEXTO 176

Invenção da pólvora para canhão e da arte da imprensa. Causas e efeitos destas duas invenções. Belas Artes. Artes Úteis. Comodidades da vida. 176

Instituição dos Jesuítas: para que finalidade. Quem era Inácio de Loyola. Novas reflexões sobre a conduta de Carlos VII; sobre a de Francisco I; sobre a de Felipe II, rei da Espanha; sobre a de Henrique IV, rei da França. Assassinato desse monarca. 178

Movimento da Vontade Européia rumo à América. Meios desse movimento. Reinado de Jaime I na Inglaterra. Desgraças de seu filho Carlos I. Quem era Cromwell. Criação da seita dos Quacres por Fox e Penn. Transplante dessa seita para a América. 181

Estabelecimento dos Jesuítas no Paraguai. Um exame da Ásia. Revolução na China e no Japão. História antiga do Japão. Missão de Sin-mu; sua doutrina e forma do seu governo. Missão de Soctoté, seguidor de Fô. Doutrina de Kung-tzé. Faltas cometidas pelos missionários cristãos..... 184

Continuação do exame da Ásia. Poder dos Otomanos. Estado do seu Império e seu declínio. Vista rápida sobre a Pérsia e a Índia. 188

Considerações sobre a Rússia e a Suécia. Pedro I. Carlos XII. Luta entre esses dois Monarcas. A vitória cabe à Rússia. Por que? 191

Ascensão da Prússia sob Frederico II. Falhas que esse príncipe cometeu. Desmembramento da Polônia. Exame da Polônia, Dinamarca e outras potências da Europa. Algumas reflexões sobre o Ministério do Cardeal de Richelieu..... 195

Situação da França sob Luís XIV. Sua grandeza. Seu declínio, causado pela Senhora de Maintenon. Revogação do Édito de Nantes. Reflexões a respeito. Minoridade de Luís XV. Nascimento do filosofísmo. A Vontade triunfa sobre o Destino. Voltaire. Rousseau. Influência desses dois homens. 198

Continuação da revolução na Inglaterra. Movimento da Vontade na América. Sua propagação na França. 201

Supressão dos Jesuítas. Situação dos espíritos à época da Revolução Francesa. Ascensão de Bonaparte..... 203

Quem era Napoleão Bonaparte Sua queda. Restauração da família dos Bourbons. 206

Recapitulação 208

LIVRO SÉTIMO 208

Da influência política dos três grandes Poderes do Universo sobre os homens e os governos..... 209

Princípio do governo republicano. De onde vem a soberania do povo. Como se fundam as Repúblicas. Situação da Religião nas Repúblicas modernas. 210

A Vontade do homem colocada acima da Providência nas Repúblicas. Medidas que ela toma para dominar o Destino. Origem da escravidão doméstica. Diferença entre essa escravidão, a servidão feudal e o cativeiro militar. Reflexões a respeito. 213

Outras medidas que a Vontade toma para dominar o Destino nas Repúblicas: como elas fracassam. Fusão tentada entre a Vontade e o Destino nas Repúblicas modernas. Origem da Emporiocracia. O que a impulsiona. 216

Princípio do governo monárquico. Nele, o Destino domina a Vontade. Esse governo é natural ao homem, sobretudo ao homem de cor amarela. A raça branca inclina-se para a República; por que. Origem do governo imperial e feudal. Princípio do governo teocrático. Movimento dos três poderes. 220

Quais são as causas que se opõem ao estabelecimento do Despotismo e da Democracia pura. O terror faz falta ao Déspota, como a escravidão ao Demagogo. Origem da monarquia constitucional. Distinção entre o que é legítimo e o que é legal. 223

Distinção importante entre a essência da Religião e suas formas. As formas que constituem o culto podem pertencer tanto ao Destino quanto à Vontade. A Essência é sempre providencial e conduz à teocracia. Causa das querelas religiosas e dos cismas. 226

Novas considerações sobre o Estado Social. Qual é seu tipo universal. Como os três Poderes determinam as três formas de governo. Essas três formas reunidas dão origem à teocracia. Diferença entre a Emporiocracia e a Monarquia constitucional. 228

Qual poderia ser a mola política da monarquia constitucional. Perigos dessa monarquia desprovida de mola. Novas considerações sobre as três formas de governo e sobre suas diferentes espécies. 232

Verdadeira situação das coisas na Europa. Combate entre os homens da Vontade e os do Destino, os liberais e os realistas. Quais são os homens mistos chamados ministeriais. Perigo em que se encontra a Ordem Social. Meio de evitar esse perigo. 236

Chamado da Providência nos governos mistos para torná-los unitários..... 239

Recapitulação Geral..... 240

1 – PREÂMBULO

MOTIVOS DESTA OBRA

A obra que ora publico sobre o estado social do homem pretendia, de início, ser parte de um trabalho mais amplo que eu pensara escrever sobre a história da Terra e de seus habitantes, e para o qual reuni grande quantidade de material. Minha intenção era agrupar sob um mesmo ponto de vista, e dentro de um mesmo panorama, a história geral do globo em que vivemos, segundo as considerações da história natural e política, física e metafísica, civil e religiosa, desde a origem das coisas até seus mais recentes progressos, de modo a expor sem qualquer preconceito os sistemas cosmogônicos e geológicos de todos os povos, suas doutrinas religiosas e políticas, seus governos, costumes, relações diversas, a influência recíproca que têm exercido sobre a civilização como um

todo, seus movimentos pela terra e os acontecimentos, felizes ou infelizes, que assinalaram sua existência mais ou menos agitada, mais ou menos longa, mais ou menos interessante, visando a extrair de tudo isso os ensinamentos mais amplos e seguros jamais obtidos até o momento sobre a natureza íntima das coisas e, sobretudo, do homem, a quem tanto nos interessa conhecer.

Quando idealizei este projeto ainda era jovem e pleno daquela esperança que torna a juventude tão presunçosa. Não via qualquer obstáculo capaz de me deter no longo caminho que escolhera percorrer. Dotado de alguma força moral e decidido a realizar um trabalho obstinado, acreditava que nada resistiria ao duplo ascendente da perseverança e do amor à verdade. Dediquei-me então ao estudo com um ardor insaciável, aumentando incessantemente o volume dos meus conhecimentos e sem pensar muito no uso que deles pudesse fazer algum dia. Devo dizer que estava um tanto obrigado, pela minha posição política, à reclusão que tal empenho exigia. Embora não me tivesse de maneira alguma destacado durante a revolução e guardasse eqüidistância dos partidos, alheio a toda briga: toda ambição, eu conhecia o bastante das coisas E dos homens para que minhas opiniões e meu caráter continuassem na obscuridade. E assim foi que circunstâncias alheias à minha vontade acabaram levando-as ao conhecimento de Bonaparte, exagerando ainda mais a seus olhos o que elas pudessem ter de contrário aos seus desígnios. Assim, logo ao pisar o Consulado, o ódio que ele nutria por mim já era bastante para decretar minha proscrição imediata. E foi o que ele fez, incluindo expressamente o meu nome entre o dos duzentos infelizes que mandou para a morte nas costas bravias da África. Se, por obra da Providência, eu escapei a essa proscrição, teria de ser muito prudente enquanto durasse o seu reinado, para fugir às armadilhas que ele pudesse me preparar. Assim, minha inclinação e minha situação coincidiram para fazer-me apreciar o recolhimento e, juntas, conduziram-me aos estudos.

Todavia, quando, a certo ponto de meus trabalhos de explorador, revi os frutos da exploração feita, constatei, um tanto surpreso, que as maiores dificuldades não estavam onde antes as imaginara, e que o problema residia menos em se amontoar materiais para com eles erguer a projetada estrutura, do que em conhecer-lhes bem a natureza para organizá-los, não de acordo com sua forma, mas segundo sua homogeneidade. A forma depende quase sempre do tempo e das circunstâncias externas, mas a homogeneidade contém a própria essência das coisas. Esta reflexão levou-me a examinar em profundidade várias doutrinas, que os sábios costumam classificar como díspares e opostas, e então me convenci de que essa disparidade e essa oposição residem só nas formas, sendo o núcleo basicamente o mesmo. Como resultado, pressenti a existência de uma grande Unidade, fonte eterna de onde tudo emana, e vi claramente que os homens também não se afastam tanto assim da verdade quanto em geral o julgam. Seu maior erro é apenas buscá-la onde ela não se encontra, e se apegarem às formas quando, na verdade, deveriam evitá-las para se aprofundarem na essência, sobretudo considerando-se que elas são quase sempre obra sua, tal como acontece nos mais importantes monumentos literários, principalmente na cosmogonia de Moisés. Peço a liberdade de deter-me por um momento sobre este fato extraordinário, pois ele esclarecerá várias coisas que, do contrário, pareceriam turvas.

Se, quando queremos escrever a história da Terra, tomamos essa cosmogonia segundo suas formas vulgares, conforme as traduções errôneas nos dão, logo nos encontramos numa contradição que se choca com as cosmogonias das nações mais ilustres, mais antigas e mais esclarecidas do mundo. Diante disto, torna-se necessário rejeitá-la de imediato ou então considerar os escritores sagrados dos chineses, hindus, persas, caldeus, egípcios, gregos, etruscos e celtas, que são nossos antepassados, como impostores ou imbecis, pois todos, sem exceção, dão à Terra uma antiguidade incomparavelmente maior que essa cosmogonia. Será preciso derrubar toda a cronologia das nações, mutilar sua história, diminuir tudo o que elas viram de grande, aumentar tudo o que lhes pareceu imperceptível e renunciar àquela exaltada sabedoria dos egípcios, sabedoria que os maiores homens buscaram com o risco da própria vida e da qual Pitágoras e Platão nos transmitiram monumentos incontestáveis. Mas como rejeitar essa cosmogonia? Não se pode fazer isso porque, além de servir

de base aos três mais poderosos cultos da terra, seja pela sua antiguidade, pelo seu brilho ou pela sua expansão (o judaísmo, o cristianismo e o islamismo), é evidente, para quem pode sentir as coisas divinas, que, mesmo através do denso véu que os tradutores de Moisés estenderam sobre os textos daquele hábil teocrata, descobrimos traços inequívocos da inspiração que o animava. Contudo, ao consagrarmos essa cosmogonia tal como está contida nas traduções vulgares, devemos continuar nos isolando do resto do mundo, considerar ímpio ou falso tudo o que não lhe esteja conforme, fazer com que a Europa esclarecida e poderosa trate como sacrílego o resto da Terra, e comportarmos-nos em relação a ela como se comportava, há alguns milhares de anos, uma pequena região ignorante e pobre chamada Judéia? Isto não é possível.

Mas, dir-nos-ão, por que se inquietar com uma coisa que se deveria tranqüilamente deixar cair no esquecimento? Os livros de natureza semelhante aos de Moisés são escritos para tempos de obscurantismo. O melhor que se pode fazer, em séculos radiosos como os nossos, é deixá-los para o povo, que os reverencia sem compreendê-los. Para criar os sistemas cosmogônicos e geológicos, os sábios não precisam ser instruídos sobre o que pensava, há quatro mil anos, o legislador dos hebreus. Nossas enciclopédias estão repletas de coisas admiráveis sobre o assunto. Admiráveis, é verdade, se as julgarmos pela quantidade, mas de tal forma vãs e inúteis que, enquanto o livro de Moisés permanece há quarenta séculos e prende a atenção dos povos, bastam alguns dias para derrubar aqueles com os quais pretendemos combatê-lo e apagar as frívolas obras literárias que se erguem contra aquele imponente meteoro.

Crede, sábios da Terra, que não é menosprezando os livros sagrados das nações, mas explicando-os, que mostrareis vossa ciência. Não se pode escrever a história sem monumentos, e a da Terra não tem outros. Esses livros são os verdadeiros arquivos onde seus títulos se encontram. E preciso explorar-lhes as páginas veneráveis, compará-las entre si e saber encontrar nelas as verdades que, com freqüência, ali se estiolam pela ação dos séculos. Assim pensava eu. Percebi que, se quisesse escrever a história da Terra, deveria conhecer os monumentos que a contêm, e sobretudo assegurar-me de que estaria em condições de explicá-los bem. A cosmogonia de Moisés é, sem dúvida, um desses monumentos. Portanto, seria ridículo pretender ignorá-la e, sem levá-la em conta, querer palmilhar um caminho que ela ocupa em toda a sua extensão. Mas se, como digo, o historiador é obrigado a deter-se diante desse monumental colosso, e adotar-lhe os princípios, o que acontecerá com todos os outros monumentos que ele encontrará pelo caminho, e cujos princípios igualmente imponentes e venerados mostrar-se-ão contraditórios? O que fará ele com todas as descobertas modernas que não se poderão adaptar àqueles princípios? Dirá ele à evidência que ela é falaz, e à experiência que ela deixou de mostrar o encadeamento dos efeitos com as causas? Não! A menos que a ignorância e o preconceito já lhe tenham vendado duplamente os olhos. Esse historiador sem dúvida raciocinará como eu o faria em seu lugar.

Digo a mim mesmo: como o Sêfer de Moisés, que contém a cosmogonia desse homem célebre, é evidentemente fruto de um gênio muito elevado, guiado por uma inspiração divina, ele só pode conter princípios verdadeiros. Se esse gênio por vezes errou, só pode tê-lo feito no encadeamento das conseqüências, ao transpor as idéias intermediárias, ou ao atribuir a determinada causa efeitos que pertencem a uma outra. Mas esses erros insignificantes, amiúde derivados da elocução e do brilho das imagens, em nada atingem a verdade fundamental, que é o cerne dos seus textos e que deve existir de maneira essencialmente idêntica em todos os livros sagrados das nações, emanados, como o seu, da fonte única e fecunda de onde advém toda verdade. Se esta não se manifesta como tal, é porque o Sêfer, composto numa língua há muito ignorada ou perdida, não é mais compreendido, e porque seus tradutores, voluntária ou involuntariamente, desnaturaram-lhe ou perverteram-lhe o sentido.

Depois de ter feito tal raciocínio, passei à sua aplicação. Examinei com toda a minha capacidade o hebreu do Sêfer e não tardei em descobrir, como já disse antes, que ele não fora reproduzido nas

traduções vulgares, e que Moisés praticamente não dissera em hebreu uma única palavra do que se podia ler no grego ou no latim.

É totalmente inútil repetir aqui, em maiores detalhes, o que se pode encontrar já inteiramente desenvolvido na obra que escrevi a propósito do assunto.[1] Para compreendermos isto, basta que eu diga que o tempo dedicado a escrever a história da Terra, após ter reunido os materiais, foi empregado quase que exclusivamente em explicar um só dos monumentos que os contém em parte, para que esse monumento de irrefutável autenticidade não contrariasse, pela sua oposição formal, a disposição da estrutura; tampouco o abalei em sua base, negando-lhe o apoio fundamental. Esta explicação, dada de maneira comum, não teria bastado. Era preciso provar aos outros, com muito trabalho e dificuldade, o que provara facilmente a mim mesmo. E, para restabelecer uma língua perdida há vinte e quatro séculos, era preciso criar uma gramática e um dicionário de radicais, e apoiar a tradução verbal de alguns capítulos do Sêfer com grande quantidade de notas extraídas de todas as línguas do Oriente, e finalmente, elevar vinte páginas de texto à altura de dois volumes in-quarto de explicações e provas.

E isto não foi tudo; para tirar esses dois volumes da obscuridade da minha gaveta, onde teriam fatalmente permanecido por falta de meios para subvencionar as consideráveis despesas com sua impressão, foi preciso dedicar-lhes atenção, o que não pude deixar de fazer sem pôr-me em uma espécie de evidência que desagradou a Napoleão, então todo-poderoso, e que me tornou vítima de sua perseguição. Surda, é verdade, porém não menos penosa, pois me privou dos únicos meios de subsistência que eu possuía.[2] E verdade que meus dois volumes foram publicados mais tarde, graças a uma conjuntura de circunstâncias peculiares que posso, com justiça, considerar providenciais.

A impressão do meu livro sobre a língua hebraica, longe de me proporcionar os meios com os quais eu contava para prosseguir com meu projeto sobre a história da Terra, pareceram, ao contrário, acabar por dilapidá-los, levando-me a discussões metafísicas e literárias que, transformando-se em dissensões, levaram seu veneno até o recesso do meu lar.

E assim o tempo passou. Mas se, favorecido por toda a força da juventude, eu tentei e não consegui realizar um projeto talvez desproporcional aos meus meios físicos e morais, deveria esperar mais tempo para fazê-lo agora, quando o outono da minha vida faz com que cada novo dia dissipe mais e mais os seus ardores? Seria presunção crer nisso. Mas o que eu não alcancei fazer outro talvez o consiga, em circunstâncias mais felizes que as minhas. Minha glória, se puder alcançá-la, será a de ter-lhe aberto ou aplainado o caminho. Já lhe dei, em minha tradução do Sêfer de Moisés, uma base inabalável. Se algum dia puder terminar seus comentários, mostrarei que a cosmogonia desse grande homem está de acordo, na essência das coisas, com todas as cosmogonias sagradas que as nações receberam. Farei por ela o que fiz pelos **Versos de Ouro** de Pitágoras, em cujo exame provei que as idéias filosóficas e teosóficas neles contidas têm sido as mesmas em todos os tempos e em todos os homens capazes de concebê-las. Já mostrei a origem da poesia e fiz ver em que sua essência difere da sua forma: esteve sempre ligada à história da Terra, pois os primeiros oráculos foram feitos em versos, não sendo errado dizer que a poesia foi chamada de língua dos deuses.

Entre os fragmentos com os quais trabalhei para penetrar na grande obra a que me referi, os que me pareceram mais dignos de vir à luz são os que tratam do estado social do homem e das diversas formas de governo. Mesmo que não os pudesse publicar, como útil subsídio aos que quisessem dedicar-se aos mesmos estudos que eu, parece-me que as circunstâncias iminentes em que nos encontramos assim o teriam determinado. Todos se ocupam com política, cada um sonha com sua

---

[1] *La langue hébraique restituée*, etc., 2 vol. in-4º, nos quais encontra-se a cosmogonia de Moisés, tal como aparece nos dez primeiros capítulos do **Bereschit**, vulgarmente chamado de **Gênesis**.

[2] Vide uma pequena brochura intitulada *Notions sur le sens d'ouïe*, etc, na qual se falou em detalhes sobre essas trapalhadas.

utopia e não vejo, nas incontáveis obras que aparecem sobre o assunto, nenhuma que aborde os verdadeiros princípios. Longe de esclarecer esse importante mistério da sociedade humana, do elo que a forma e da legislação que a rege, a maioria parece, ao contrário, destinada a envolvê-los nas mais densas trevas. Em geral, os que escrevem sobre este importante assunto estão mais ocupados consigo mesmo e com suas paixões particulares do que com a universalidade das coisas, cujo conjunto lhes escapa; circunscrevem por demais seus pontos de vista e mostram muito claramente que nada conhecem da história da Terra. Por terem ouvido falar dos gregos e romanos, ou lido os anais desses dois povos em Heródoto ou Tucídides, em Tito Lívio ou Tácito, imaginam tudo conhecer. Iludidos por guias embriagados por suas próprias idéias, eles percorrem, por sua vez e de mil outras maneiras, o mesmo caminho de areias movediças; marcam incessantemente novos passos sobre vestígios apagados, para sempre acabar vagueando por desertos ou perdendo-se em precipícios. O que lhes falta, repito, é o conhecimento dos verdadeiros princípios. E esse conhecimento, que depende da universalidade das coisas, é sempre produto dela ou a produz irresistivelmente.

Meditei muito tempo sobre esses princípios, e creio tê-los penetrado. Minha intenção é torná-los conhecidos, mas esta empresa tem suas dificuldades porque, embora esses princípios tenham um nome muito conhecido e muito usado, falta muito para que esse nome dê a idéia precisa do universo imenso que ele expressa. Não bastaria nomeá-los, portanto, para deles dar sequer o mais tênue conhecimento; tampouco bastaria defini-los, porque toda definição de princípios é incompleta pelo fato dela própria definir o indefinível e impor limites àquilo que não os tem. E imperioso vê-los agir para compreendê-los, e procurar distingui-los em seus efeitos, porque é absolutamente impossível compreendê-los em sua causa. Essas e outras considerações, que se apresentarão claramente no decorrer desta obra, levaram-me a deixar de lado a forma didática ou dogmática pela forma histórica, que me permite pôr em ação ou em narrativa várias tramas cujo desenvolvimento, de outro modo, me seria proibido ou arrastaria por distâncias intermináveis. Ademais, esta forma histórica que preferi adotar ofereceu-me várias vantagens: permitiu-me não só trazer à cena e personificar os princípios políticos, de modo a melhor fazê-los sentir a ação, mas também apresentar em resumo o quadro específico da Terra sob este prisma, tal como o concebi e esbocei originalmente, para tomá-lo parte integrante do quadro geral ao qual me dediquei. Quero crer que um leitor desejoso de ir dos efeitos às causas, e destas aos acontecimentos anteriores, me perdoará os detalhes por demais conhecidos nos quais sou obrigado a entrar em favor das facetas quase desconhecidas ou completamente ignoradas que lhe estarei mostrando pela primeira vez. Penso também que ele me permitirá algumas hipóteses indispensáveis no caminho transcendental que tomei rumo à origem das sociedades humanas. Ele sem dúvida não me exigirá provas históricas numa época em que a história não existia, e se contentará com as provas morais ou físicas que lhe apresentarei, provas tiradas de deduções racionais ou de analogias etimológicas. Basta que ele veja, quando as provas históricas aparecerem, que estas não contradizem de maneira alguma aquelas primeiras hipóteses, mas, ao contrário, as apóiam e são por elas apoiadas.

Para encerrar este preâmbulo, resta-me dizer uma palavra, talvez a mais importante. Trataremos do HOMEM, e este ser ainda não nos é conhecido nem em sua origem, nem em suas faculdades e nem na ordem hierárquica que ele ocupa no universo. Conhecê-lo em sua origem, isto é, em seu princípio ontológico, por enquanto não tem utilidade para nós, porque não precisamos saber o que ele era fora da ordem atual das coisas. Precisamos apenas conhecer o que ele é dentro dessa ordem. Assim, podemos deixar para a cosmogonia, da qual a ontologia é uma parte, o cuidado de nos ensinar a origem do homem, como nos ensina a origem da Terra. É nos textos de Moisés e de outros escritores hierógrafos que podemos aprender essas coisas. Mas não podemos deixar de inquirir a ciência antropológica, se ela existe, ou de criá-la, se não existe, para nos instruirmos sobre o que é o homem na qualidade de homem, quais são as suas faculdades morais e físicas, como ele é formado intelectual e corporalmente, assim como inquirimos a ciência geológica ou geográfica quando queremos nos ocupar das formas internas ou externas da Terra. Acredito que meus leitores

conhecem essas duas últimas ciências, pelo menos em geral, e que o homem corporal dispõe de tantas noções positivas quantas lhes são necessárias para ler a história comum como esta é normalmente escrita. Mas, ao tratar do estado social do homem e da história política e filosófica do gênero humano, não é preciso repetir o que se encontra por toda a parte. Ao contrário, querendo expor coisas novas e me elevar a alturas pouco freqüentadas, preciso tornar previamente conhecida a constituição intelectual e metafísica do homem, como a concebo, para me fazer entender quando falar do desenvolvimento contínuo das suas faculdades morais e da ação destas.

2 – O CONHECIMENTO DO HOMEM É INDISPENSÁVEL AO LEGISLADOR NO QUE CONSISTE ESSE CONHECIMENTO

Neste ponto, peço um pouco da atenção raramente dada aos discursos preliminares porque se trata menos de preparar o espírito para receber certas idéias do que de pô-lo em condições de bem compreendê-las antes de recebê-las.

Como é sobre o homem e para o homem que os autores políticos e os legisladores escrevem, é evidente que, para eles, o primeiro e mais importante conhecimento deva ser o Homem. Todavia, trata-se de um conhecimento que a maioria deles não teve, não procurou adquirir e muitas vezes foi incapaz de encontrar, mesmo quando o procurasse. Eles receberam o Homem como os naturalistas e os físicos o apresentaram, mais conforme a ciência antropográfica do que à antropológica, como um animal, participe do reino animal, e que não diferia dos outros animais exceto por um certo princípio de razão que Deus, ou melhor, a Natureza adornada com este nome, lhe deu, como dera plumas aos pássaros e pele aos ursos. Isto poderia levar-nos a chamá-lo de animal racional. Porém, como esse princípio da razão, segundo os fisiologistas mais profundos, parecia não ser estranho a certas classes de animais como cães, cavalos, elefantes, etc., e como vimos papagaios aprenderem uma linguagem e se servirem da palavra para expressar idéias racionais, seja respondendo perguntas ou fazendo-as, como nos informa Locke, observamos que o homem desfrutava desse princípio apenas mais ou menos em relação aos outros animais, e que ele devia essa superioridade acidental tão só à agilidade dos seus membros e à perfeição dos seus órgãos, que lhe permitiram o desenvolvimento total. Atribuía-se à forma da sua mão, por exemplo, todos os progressos nas ciências e nas artes, e não havia receio em insinuar que um cavalo poderia ter-se igualado a Arquimedes como geômetra ou a Timóteo como músico se a natureza o tivesse dotado de membros tão ágeis e dedos tão afortunadamente conformados. Nesse aspecto, o preconceito estava tão profundamente arraigado que um historiador moderno ousaria afirmar que a única diferença real entre o homem e o animal está nos trajes. Um outro autor, bem mais famoso, considerando essa superioridade racional que o homem às vezes manifesta como um clarão ilusório que diminui a força do seu instinto, altera sua saúde e perturba o seu repouso, como se ele próprio pudesse estar doente e perturbado, assegurou que se a natureza nos pretendeu sadios, o homem que medita é um animal corrompido.

Ora, se apenas por meditar o homem se corrompe, maior será a razão se ele contempla, se ele admira e, principalmente, se ele adora!

Após termos apresentado tais premissas, quando ponderamos sobre o Estado Social e, não vendo no homem senão um animal mais ou menos perfeito, arvoramo-nos em legisladores, é evidente que, a menos que sejamos inconseqüentes, só poderemos propor leis instintivas, cujo efeito certo é o de conduzir o gênero humano para uma natureza áspera e selvagem, da qual sua inteligência tende sempre a afastá-lo. É isto o que vêem os outros escritores que, aliando uma exaltação maior de idéias à mesma ignorância de princípios, e assustados com as conseqüências a que seus tristes preceptores os conduzem, lançam-se vigorosamente para o lado oposto, transpondo o meio termo justo tão recomendado pelos sábios. Aqueles faziam do homem um animal puro; estes fazem dele uma inteligência pura. Uns colocavam seu ponto de apoio nas suas necessidades mais físicas; outros

o situam nas suas esperanças mais espirituais. Enquanto os primeiros encerram-no dentro de um círculo material de onde todos os poderes do seu ser compelem-no a sair, os segundos, perdendo-se nas mais vagas abstrações, lançam-no numa esfera infinita ante cuja aparência sua própria imaginação recua amedrontada.

Não. O homem não é nem um animal nem uma inteligência; é um ser intermediário, situado entre a matéria e o espírito, entre o céu e a terra, para servir-lhes de elo. As definições que procuramos dar-lhe pecam pela carência ou pelo excesso. Quando o chamamos de animal racional, dizemos pouco; quando o qualificamos de inteligência servida de órgãos, falamos demais. O homem, tomando suas próprias formas físicas pelas de um animal, é mais que racional; ele é inteligente e livre. Concedendo que ele seja uma inteligência em sua parte puramente espiritual, não é verdade que essa inteligência seja sempre servida por órgãos, pois estes, visivelmente independentes dela, são amiúde conduzidos por impulsos cegos e geram atos que ela reprova. Se me pedissem para definir o Homem, diria que ele é um ser corpóreo elevado à vida intelectual, susceptível de admiração e adoração, ou então um ser intelectual servido de órgãos, susceptível de degradação. Mas as definições, sendo exatamente o que são sempre representarão muito mal um ser tão complexo. Melhor é procurar torná-lo conhecido.

Consultemos, por instantes, os arquivos sagrados do gênero humano.

Os filósofos, naturalistas ou físicos que incluíram o homem na classe dos animais cometeram um erro grave. Iludidos pelas suas observações superficiais, pelas suas experiências frívolas, eles se esqueceram de consultar a voz dos séculos, as tradições de todos os povos. Se tivessem aberto os livros sagrados das mais antigas nações do mundo, os dos chineses, hindus, hebreus ou persas, eles teriam visto que o reino animal já existia, completo, antes da aparição do Homem. Quando o Homem surgiu no palco do universo, ele formou sozinho um quarto reino, o Reino Hominal. Esse reino é chamado de **Pan-Ku** pelos chineses, **Puru** pelos brâmanes, **Kai-Ormuz** pelos seguidores de Zoroastro e **Adão** pelos hebreus e por todos os povos que aceitem o Sêfer de Moisés, que se liguem a ele através do Evangelho, como os cristãos, ou que se retemperem nele através do Alcorão e do Evangelho, como os muçulmanos. Sei muito bem que, atualmente, os intérpretes desses livros que se atem unicamente às formas literais e vulgares e que permanecem alheios à maneira de escrever dos antigos consideram que **Pan-Ku, Puru, Kai-Ormuz** ou **Adão** é um único homem, o primeiro indivíduo da espécie. Mas já dei provas suficientes, em minhas traduções da Cosmogonia de Moisés contida nos dez primeiros capítulos do Sêfer, de que devemos entender que *Adão* não é um homem específico, mas o Homem em Geral, o Homem Universal, o Gênero Humano inteiro, o *Reino Hominal*, enfim. Se as circunstâncias um dia me permitirem apresentar meu prometido comentário sobre essa Cosmogonia, provarei também que o primeiro homem dos chineses, dos hindus e dos persas, **Pan-Ku, Puru** ou **Kai-Ormuz,** deve ser igualmente universalizado e concebido não como um único homem, mas como a reunião de todos os homens que entraram, entram ou entrarão na composição desse grande todo que chamo de *Reino Hominal.*

Por último, não obstante as numerosas provas apresentadas em apoio da minha tradução, provas que ninguém ousou ainda atacar seriamente, decorridos cinco anos desde que foram apresentadas e se tornaram conhecidas, supondo que quiséssemos considerar Adão e os diferentes seres cosmogônicos a ele correspondentes nos livros sagrados de outras nações como um homem individual, sempre restaria a certeza de que todos esses livros concordam em separar esses seres do reino animal, fazendo-os surgirem sozinhos numa época diferente e tornando-os objeto de uma criação especial. Isto me autoriza a não confundir o homem com os animais, incluindo-o com eles na mesma categoria. Ao contrário, autoriza-me a fazer do gênero humano um reino superior, como o fiz.

Por outro lado, interroguemos os mais sábios geólogos, os que penetraram mais profundamente no conhecimento material do nosso globo, e eles dirão que, ao se atingir determinada profundidade,

não encontramos mais qualquer vestígio, qualquer resto que anuncie a presença do homem nos primeiros tempos do mundo, enquanto que os restos e ossadas dos animais são encontrados em profusão, o que está perfeitamente concorde com as tradições sagradas a que me referi.[3]

Em meus exames sobre os ***Versos de Ouro*** *de Pitágoras, já tive ocasião de falar do Homem e de reunir, como que num feixe, as tradições sagradas, conservadas nos mistérios antigos e nos pensamentos dos teósofos e filósofos mais célebres, para com elas formar um todo que pudesse nos esclarecer sobre a essência íntima deste ser, mais importante e mais difícil de conhecer porque não pertence a uma natureza simples, material ou espiritual, nem mesmo a uma natureza dupla, material e espiritual ao mesmo tempo, e sim, como já demonstrei naquela obra, a uma natureza tríplice, ela própria ligada a um quarto poder, que o constitui. Mais adiante reapresentarei esse resultado dos meus estudos anteriores e reconciliarei os episódios disseminados alhures, acrescentando-lhe alguns progressos que a meditação e a experiência me sugeriram desde então. Inicialmente, formulemos algumas idéias gerais.*

No momento em que o Homem surgiu na terra, os três reinos que formam o seu conjunto e a dividem já existiam. Os reinos mineral, vegetal e animal já tinham sido objeto de três criações sucessivas, de três aparições ou de três desenvolvimentos. O Homem, ou melhor, o Reino Hominal, foi o quarto. No Sêfer de Moisés, o intervalo que separa essas diferentes aparições é medido por uma palavra que expressa uma **manifestação fenomenal**, de modo que, tomando-o no sentido mais restrito, fizemo-lo representar um **dia.** É evidente, porém, que este sentido é forçado e não podemos deixar de ver nele um período de tempo indeterminado, sempre relativo ao ser ao qual é aplicado. Nas noções já mencionadas, onde os diferentes desenvolvimentos da natureza encontram-se enunciados mais ou menos como no Sêfer de Moisés, normalmente se mede esse período pela duração de um grande ano, equivalente à revolução astronômica atualmente chamada de precessão dos equinócios, ou por uma de suas divisões, de modo que podemos concebê-la como sendo 9, 18, 27 ou 36 mil dos nossos anos comuns. Mas seja qual for a duração temporal desse período que Moisés chamou de manifestação, uma imensidão, um mar, um dia, não se trata disso aqui. O importante é ter demonstrado, de acordo com todas as cosmogonias, que o Homem jamais foi incluído no reino animal. Ao contrário, esse reino, assim como os dois outros mais inferiores, o vegetal e o mineral, foram incluídos no seu, e lhe foram totalmente subordinados.

O Homem, destinado a ser o elo que une a Divindade à matéria, foi, segundo a expressão de um naturalista moderno, a cadeia de comunicação entre todos os seres. Colocado nos limites de dois mundos, ele se transforma na voz da exaltação do corpo e na do aviltamento do espírito divino. A essência aperfeiçoada dos três reinos da natureza reuniu-se nele a um poder volitivo, livre em seu vôo, que fez dele o tipo vivo do universo e a imagem do próprio Deus. DEUS é o centro e a circunferência de tudo o que existe: o Homem, imitando Deus, é o centro e a circunferência da esfera em que habita. Somente ele, nessa esfera, é composto das quatro essências; é também ele a quem Pitágoras designava pelo seu misterioso quaternário:

..... Imenso e puro símbolo,
Fonte da natureza e modelo dos Deuses.

A noção de todas as coisas é congênere ao Homem; a ciência da imensidão e da eternidade está em seu espírito. É verdade que trevas densas muitas vezes lhe roubam o discernimento e o uso, mas

[3] Se minha intenção fosse preparar uma obra erudita, eu poderia acumular citações aqui e chamar toda a Antigüidade em testemunho, não só do que até agora disse, mas do que ainda tenho a dizer. Mas como esse costume escolástico só serviria para retardar meu desenvolvimento numa obra destinada a expor mais pensamentos que fatos, abstive-me e abster-me-ei de fazer citações. Peço apenas ao leitor que acredite que todas as autoridades em que me apoiarei são inatacáveis pelo lado da ciência e repousam sobre bases históricas inabaláveis.

basta-lhe o exercício assíduo das suas faculdades para transformar essas trevas em luz e dar-lhe a posse dos seus tesouros. Nada pode resistir ao poder da vontade quando esta, tocada pelo amor divino, princípio de toda virtude, age de acordo com a Providência. Mas, prossigamos em nossas pesquisas sem nos embrenharmos mais nessas idéias, que estarão melhor situadas alhures nesta obra.

3 – CONSTITUIÇÃO INTELECTUAL E METAFÍSICA DO HOMEM

Como já disse, o Homem pertence a uma natureza tríplice, podendo, portanto, viver uma vida tríplice: uma vida instintiva, uma vida anímica ou uma vida intelectual. Estas três, quando estão todas desenvolvidas, confundem-se numa quarta, que é a vida própria e volitiva desse ser admirável, cuja fonte imortal encontra-se na vida e na vontade divinas. Cada uma dessas vidas possui um centro específico e sua esfera apropriada.

Procurarei apresentar ao espírito do leitor uma visão metafísica da constituição intelectual do homem. Previno, porém, que ele não deve conceber nada de material sobre o que lhe direi a este respeito. Embora seja obrigado a me servir de termos que lembram objetos físicos para fazer-me compreender, como centro, esfera, circunferência, raio, etc., não se deve pensar que algo de corporal, sobretudo de mecânico, entra nestas coisas. As palavras que usarei, na falta de outras melhores, devem ser compreendidas somente em seu espírito, abstraindo-se-lhes toda a matéria.

Portanto, considerado espiritualmente, e na ausência dos seus órgãos corporais, podemos conceber o homem sob a forma de uma esfera luminosa, na qual três focos internos dão origem a três esferas distintas, todas envolvidas pela circunferência daquela esfera. De cada um desses três focos irradia-se uma das três vidas a que me referi. Ao foco inferior pertence à vida instintiva; ao foco intermediário, a vida anímica; e ao foco superior, a vida intelectual. Desses três centros vitais, podemos considerar o centro anímico como o ponto fundamental, a primeira causa sobre a qual repousa e se move toda a estrutura do ser espiritual humano. Esse centro, desdobrando sua circunferência, atinge os dois outros centros, reunindo sob ele próprio os pontos opostos das duas circunferências que eles desdobram, de modo que as três esferas vitais, movendo-se uma na outra, comunicam-se suas naturezas diversas e influenciam-se mutuamente.

Desde que o primeiro movimento é dado ao ser humano como poder, e que ele passa do poder ao ato por um efeito da sua natureza, assim determinada pela Causa primeira de todos os seres, o foco instintivo atrai e desenvolve os elementos do **corpo**; o foco anímico cria a **alma** e o intelectual elabora o **espírito**. Portanto, o homem compõe-se de corpo, alma e espírito. Ao corpo pertencem as *necessidade*s, à alma as *paixões* e ao espírito as *inspirações.*

À medida que cada foco aumenta e se irradia, ele desenvolve uma circunferência que, dividindo-se pelo seu próprio raio, apresenta seis pontos luminosos, e a cada um deles se manifesta uma faculdade, isto é, um modo específico de ação, segundo a vida da esfera seja anímica, instintiva ou intelectual.

Para evitarmos confusão, daremos nome a apenas três dessas faculdades em cada circunferência, nove ao todo, a saber:

Para a esfera instintiva: a **sensação**, o **instinto** e o **senso comum**.
Para a esfera anímica: o **sentimento**, o **entendimento** e a **razão**.
Para a esfera intelectual: o **assentimento,** a **inteligência** e a **sagacidade**.

A origem de todas essas faculdades está, em primeiro lugar, na esfera instintiva, onde todas nascem e onde recebem suas primeiras formas. As duas outras esferas, desenvolvendo-se mais tarde,

recebem suas faculdades relativas em segundo lugar e por transformação. Isto é, a esfera instintiva, já inteiramente desenvolvida, e levando, pelo seu ponto circunferencial, a sensação ao centro anímico, por exemplo, abala este centro. Este centro se desenvolve, apodera-se dessa faculdade que o toca e transforma a sensação em **sentimento**. Esse sentimento, conduzido de igual modo ao centro intelectual, desde que todas as condições para isto sejam satisfeitas, é por sua vez absorvido por esse centro é transformado em **assentimento**. Da mesma forma, o instinto propriamente dito, passando da esfera instintiva para a anímica, transforma-se ali em entendimento e o entendimento torna-se **inteligência** ao passar desta para a esfera intelectual. Essa transformação ocorre em todas as outras faculdades deste tipo, independente do número.

Mas esta transformação, que ocorre nas faculdades do gênero sensação, que considero como afeições circunferenciais e, por conseguinte, exteriores, ocorre também nas **necessidades**, que são afeições centrais. Desse modo, a necessidade, levada do centro instintivo ao centro anímico, ali se torna ou pode tornar-se **paixão**. E se essa paixão passa do centro anímico ao centro intelectual, ela pode assumir o caráter de uma **inspiração** e reagir sobre a paixão, como esta reage sobre a necessidade.

Por enquanto, consideremos que toda afeição circunferencial do gênero sensação provoca um movimento mais ou menos forte no centro instintivo, onde se apresenta imediatamente como **prazer** ou **dor**, conforme esse movimento seja agradável ou desagradável e tenha sua fonte no **bem** ou no **mal** físico. A intensidade do prazer ou da dor está relacionada com a do movimento provocado e com sua natureza. Se esse movimento tem certa força, e conforme seja agradável ou desagradável, ele gera dois efeitos inevitáveis: a **atração**, que o faz sedutor, ou o **medo**, que o faz repelente. Sendo fraco ou indeciso, ele produz ainda a **indolência**.

Assim como o centro instintivo percebe, pela sensação, o bem e o mal físicos sob os nomes de **prazer** ou **dor**, o centro anímico desenvolve, pelo sentimento, o bem e o mal morais sob os nomes de **amor** ou **ódio**. O centro intelectual apresenta o bem e o mal intelectuais sob os nomes de **verdade** ou **erro**. Mas esses efeitos inevitáveis de atração ou temor, atribuídos à sensação instintiva, conforme excite o prazer ou a dor, não sobrevivem a essa sensação, desaparecendo com ela. Já na esfera anímica, o sentimento que gera o amor ou o ódio, causando igualmente dois efeitos certos, o desejo ou o terror, longe de desaparecerem com a causa do sentimento que os produziu, ainda persistem por muito tempo com esse mesmo sentimento, assumem o caráter de paixões e atraem ou repelem a causa que os gerou. Aí está a diferença notável entre a vida instintiva e a vida anímica, e o leitor atento e curioso deve observá-la e pensar sobre ela. Todas as sensações instintivas são atuais e seus efeitos são instantâneos. Mas os sentimentos anímicos são duradouros, independentemente do movimento físico que os produza. Quanto aos sentimentos intelectuais que afirmam a verdade ou o erro, eles não são apenas duradouros como os sentimentos, porém mais influentes depois que passaram.

Quanto à **indolência**, que provoca um movimento fraco ou indeciso na sensação física, ela se transforma em **apatia** no sentimento moral e naquela espécie de **indiferença** no assentimento intelectual, que confunde a verdade com o erro e deixa indiferente um e outro. Este estado, habitual tanto na infância do indivíduo como no alvorecer do reino, é igualmente predominante nos primórdios das sociedades.[4]

[4] Como não pretendo apresentar aqui um sistema completo da ciência antropológica, mas apenas estabelecer-lhe os princípios, não entrarei em detalhes sobre todas as transformações que ocorrem entre todos os tipos de necessidades, as paixões e as inspirações que nascem delas e com elas reagem; nem sobre aquelas incontáveis variações ainda mais consideráveis que introduzem nas sensações, nos sentimentos ou nos assentimentos os seis sentidos de que o homem é dotado: tato, paladar, olfato, audição, visão e o senso mental que, reunindo todos os outros, os concebe, compara e conduz à unidade da qual sua natureza os afastou. Apenas esse trabalho comportaria uma obra volumosa que, forçosamente, ultrapassaria os limites de uma simples dissertação.

Essa existência tríplice do homem, embora já pareça muito complicada devido às numerosas ações e reações que atuam incessantemente entre si, e também devido às necessidades instintivas, às paixões anímicas e às inspirações intelectuais, seria ainda muito simples e denotaria apenas a existência de um ser necessitado, se não tivéssemos de levar em conta essa quarta vida, que contém as três outras e dá ao homem a liberdade que ele não teria sem ela.

Redobremos aqui a atenção, pois o assunto é importante e difícil.

Sobre o próprio centro da esfera anímica, causa primeira do ser espiritual humano, se apóia um outro centro que lhe é inerente, cuja circunferência, desdobrando-se, atinge os pontos extremos das esferas instintiva e intelectual, envolvendo-as igualmente. Essa quarta esfera, em cujo interior movem-se as três esferas do instinto, da alma e do espírito, dependendo do lugar e conforme procurei descrever, é a esfera do poder eficiente, volitivo, cuja essência, emanada da Divindade, é indestrutível e incontestável como ela. Essa esfera, cuja vida se irradia incessantemente do centro para a circunferência, pode ampliar-se ou restringir-se no espaço etéreo até os limites que se poderia chamar de infinitos, se DEUS não fosse o único ser infinito. Eis aí a esfera luminosa de que falei no começo deste artigo.

Quando a esfera está suficientemente desenvolvida, sua circunferência, determinada pela extensão do seu raio, admite grande número de faculdades, umas primordiais, outras secundárias, de início frágil, mas que se fortalecem gradativamente à medida que o raio que as produz se fortalece e engrandece. Dentre essas faculdades mencionaremos apenas doze, seis primordiais e seis secundárias, partindo das mais inferiores para as mais elevadas.

Essas doze faculdades são: a **atenção** e a **percepção**; a **reflexão** e a **repetição**; a **comparação** e o **julgamento**; a **retenção** e a **memória**; o **discernimento** e a **compreensão**; a **imaginação** e a **criação**.

O poder volitivo, que leva suas faculdades consigo por toda parte, as coloca onde quiser, na esfera instintiva, na anímica ou na intelectual, porque esse poder está sempre no lugar onde deseja estar. A vida tríplice que descrevi é seu domínio, usando-o à vontade, sem que nada possa atentar contra sua liberdade, exceto ele mesmo, como mostrarei no decorrer desta obra.

Assim que uma sensação, um sentimento, um assentimento se manifestam em uma das três vidas que lhe estão submetidas, ele tem sua **percepção** pela **atenção** que lhe dá e, utilizando sua faculdade de buscar para si a **repetição**, mesmo na ausência da sua causa, ele os examina pela **reflexão**. A comparação que ele faz destes, segundo o tipo que aprova ou reprova, determina seu **julgamento**. Em seguida, ele forma sua **memória** pela **retenção** do seu próprio trabalho, chega ao **discernimento** e, por conseguinte, à **compreensão**, e finalmente reúne e coteja pela **imaginação** as idéias disseminadas e chega à **criação** do seu pensamento. Como vemos, não é correto que se confunda, na linguagem comum, uma *idéia* com um *pensamento.* Uma idéia é o efeito simples de uma sensação, de um sentimento ou de um assentimento, ao passo que um pensamento é um efeito composto, um resultado por vezes imenso. Ter idéias é sentir; ter pensamentos é operar.

A mesma operação que acabo de descrever sucintamente é executada de igual modo sobre as necessidades, as paixões e as inspirações, mas, neste último caso, o trabalho do poder volitivo é central, ao passo que no primeiro ele era circunferencial. É aqui que esse poder magnífico se mostra em todo o seu esplendor, torna-se um tipo do universo e merece o nome de microcosmo, que toda a Antigüidade lhe deu.

Assim como a esfera instintiva atua pela **necessidade**, a anímica pela **paixão** e a intelectual pela **inspiração**, a volitiva atua pela **determinação**, e desta depende a liberdade do homem, sua força e a manifestação de sua origem celeste. Nada é tão simples quanto esta ação que filósofos e moralistas têm tido tanta dificuldade em explicar. Tentarei torná-la compreensível.

A presença de uma necessidade, de uma paixão ou de uma inspiração provoca, na esfera onde é produzida, um movimento giratório mais ou menos rápido, conforme a intensidade de uma ou outra. Este movimento é normalmente chamado de ***apetite*** *ou* ***apetência*** *no instinto, e* ***emoção*** *ou* ***arrebatamento*** *na alma e no espírito. Muitas vezes esses termos substituem-se uns aos outros e variam com sinônimos cujo sentido expressa mais ou menos força no movimento. O poder volitivo, assim abalado, tem três determinações que ele pode seguir livremente: primeiro, ele cede ao movimento e sua esfera gira na mesma direção da esfera agitada; segundo, ele lhe resiste, girando no sentido oposto; terceiro, ele permanece em repouso. No primeiro caso, ele se deixa constranger pelo instinto, encantar pela alma ou comover pelo espírito, e é conivente com a necessidade, a paixão ou a inspiração. No segundo caso, ele as enfrenta e amortece-lhes o movimento com o seu; no terceiro, ele suspende a aquiescência ou a recusa e examina o que melhor lhe convenha fazer. Seja qual for a sua determinação, sua vontade eficiente, livremente manifesta, encontra meios de servir as suas diversas apetências, combatê-las ou meditar sobre suas causas, suas formas e suas conseqüências. Esses meios, encontrados na irradiação contínua do centro para a circunferência, e desta para o centro, são muito numerosos. Mencionarei aqui apenas os que dizem respeito mais especificamente às doze faculdades já citadas.*

A atenção e a percepção agem por **individualização** e **numeração**.
A reflexão e a percepção, por **decomposição** e **análise**.
A comparação e o julgamento, por **analogia** e **síntese**.
A retenção e a memória, por **método** e **categoria**.
O discernimento e a compreensão, por **indução** e **dedução**.
A imaginação e a criação, por **abstração** e **generalização**.

O emprego desses meios, e de muitos outros que demoraríamos muito para citar, chama-se **meditação**. Esta constitui a força da vontade que a emprega. A aquiescência dessa vontade, ou sua resistência, conforme sejam bem ou mal aplicadas, conforme sejam discutidas momentaneamente ou por muito tempo, fazem do homem um ser poderoso ou fraco, elevado ou vil, sábio ou ignorante, virtuoso ou pervertido. As oposições, as contradições e os tumultos de sentimento de toda sorte que se avolumam em seu seio são causados apenas pelos movimentos das três esferas vitais, a instintiva, a anímica e a intelectual, muitas vezes opostas entre si, e com mais freqüência ainda em contradição com o movimento regulador do poder volitivo, que recusa sua adesão determinativa, ou que só a concede após violentos combates.

Quando as resoluções da vontade têm lugar sobre os objetos da atividade da sensação, do sentimento ou do assentimento, a aquiescência ou a resistência seguem simultaneamente o impulso do instinto, do entendimento ou da inteligência, e levam seu nome. Quando precedidas da meditação, elas assumem o caráter do senso comum, da razão ou da sagacidade, e dizemos que elas lhes pertencem e podem até mesmo ser sua própria criação.

Após esta rápida descrição da constituição intelectual e metafísica do homem, creio ser desnecessário dizer que isto não passa de um esboço e exige de quem quiser entendê-lo na sua totalidade e nos seus detalhes, uma atenção muito intensa e um estudo constante. Gostaria de evitar tanto trabalho aos meus leitores, e poder-se-ia talvez pensar que eu conseguiria fazê-lo entrando em maiores detalhes; ledo engano. Isto só me faria estender a descrição, o que apenas lhe diminuiria a clareza. Disse tudo o que era essencial dizer; envidei todos os esforços para bem determinar as

massas. Quanto aos detalhes, é preciso evitá-los tanto quanto possível num assunto em que eles são infinitos, o que acontece precisamente neste caso. Ademais, teremos, nesta obra, várias ocasiões de aplicar e desenvolver os princípios que apresentei. Por ora resta-me apenas prevenir sobre algumas dificuldades que poderemos encontrar na sua aplicação.

Como o homem jamais foi analisado com tanto rigor no seu conjunto como acabo de fazer, e tampouco sua anatomia metafísica jamais foi apresentada com tanta clareza, estamos acostumados a freqüentemente tomar uma só das suas partes como o todo e dar o nome de alma, por exemplo, não apenas à alma propriamente dita, mas também às três esferas vitais e até à esfera volitiva que as envolve. Outras vezes, contentamo-nos em dar ao conjunto o nome de **espírito**, em oposição a corpo, e também **inteligência,** em oposição a instinto. Até pouco tempo considerava-se apenas o **entendimento** como a reunião de todas as faculdades, e a **razão** como a regra universal, certa ou errada, de todas as determinações da vontade. Esse abuso dos termos não poderia ser perigoso se pudesse ser compreendido. O que se faz por hábito pode-se continuar fazendo para comodidade do discurso e para evitar a prolixidade de uma elocução complicada. Mas é preciso tomar cuidado para não fazê-lo por ignorância. Se quisermos conhecer o homem em si é preciso considerar o que acabo de descrever, pois ele é assim.

Contudo, quando digo que o homem é assim, deve-se entender que se trata do homem em geral, considerado de maneira abstrata na possibilidade da sua essência. O homem individual raramente é desenvolvido em todas as suas variações mentais, mesmo hoje em dia, quando o reino hominal desfruta de grande poder na natureza. Nos primórdios do reino, a maior parte da humanidade estava longe de ser o que é atualmente. No indivíduo, a vida instintiva predominava, a vida anímica apenas lançava fracas centelhas e a intelectual existia apenas como embrião. Assim como vemos uma criança nascer, com todos os seus órgãos débeis, privada, inclusive da maior parte dos sentidos físicos, sem qualquer indicação das faculdades imponentes que deverá ter um dia, assim como a vemos desenvolver-se pouco a pouco, tomar forças, adquirir a audição e a visão que lhe faltavam, crescer, conhecer suas necessidades, manifestar suas paixões, dar provas da sua inteligência, instruir-se, esclarecer-se e, finalmente, tomar-se um homem perfeito pelo uso da sua vontade, assim também devemos considerar que o reino hominal passa por todas as fases da infância, adolescência, juventude e maturidade. Um homem em particular está para a grande nação assim como uma grande nação está para o reino em geral. Quem sabe, por exemplo, quantos homens completaram sua existência desde os mais pálidos albores da aurora da vida até seu extremo declínio, entre os povos da Assíria ou do Egito, durante a longa existência destes? E quem sabe quantos povos semelhantes estarão destinados também a brilhar e se extinguir no palco do mundo, antes que o Homem Universal entre em decadência?

Ao traçar o quadro metafísico que vimos, considerei o homem no mais amplo desenvolvimento que ele pode atingir atualmente. Todavia, este desenvolvimento não pertence a todos os homens e sequer à maioria deles, sendo o apanágio de apenas pequeno número. A natureza não fez os homens iguais, e as almas diferem ainda mais que os corpos. Já enunciei esta grande verdade nos meus Exames dos **Versos de Ouro** de Pitágoras, mostrando ser essa a doutrina dos mistérios e o pensamento de todos os sábios da Antigüidade. A igualdade está, sem dúvida, na essência volitiva de todos, pois esta é divina; mas a desigualdade introduziu-se nas faculdades através da diversidade do emprego e da diferença do exercício. Tampouco o tempo é medido de igual modo para uns e para outros; as posições mudaram e os caminhos da vida encurtaram-se ou alongaram-se. E embora seja certo que todos os homens, partidos do mesmo princípio, devam chegar ao mesmo objetivo, a grande maioria deles está longe de alcançá-lo, e enquanto alguns já o atingiram e outros estão prestes a fazê-lo, muitos, obrigados a recomeçar seu percurso, apenas escapam ao nada que os teria tragado se a eternidade da sua existência não estivesse assegurada pela eternidade do seu autor.

Portanto, na atualidade das coisas, a igualdade anímica é uma quimera ainda maior que a igualdade das forças instintivas do corpo. A desigualdade está por toda parte, mais na inteligência do que em todo o resto, porque existe, entre os homens de hoje, principalmente entre aqueles cuja civilização está apenas delineada, um grande número cujo centro intelectual sequer começa a se desenvolver. Quanto à igualdade política, veremos mais adiante, nesta obra, o que devemos pensar a respeito.

4 – O HOMEM É UM DOS TRÊS GRANDES PODERES DO UNIVERSO; QUAIS SÃO OS OUTROS DOIS?

Evitemos a falha que quase todos os filósofos têm cometido, sobretudo nestes tempos modernos, e pensemos que, se é ridículo pretender escrever sobre o homem sem conhecê-lo, é ao mesmo tempo ridículo e odioso pretender traçar-lhe um caminho sem saber claramente seu lugar de origem, o destino para o qual se dirige e o objetivo da jornada. Conheçamos bem, sobretudo, a sua posição e, como ele próprio é um poder, indaguemos atentamente quais são os poderes superiores e inferiores com os quais ele deve estar em contato.

Que o Homem universal é um poder, foi constatado por todos os códigos sagrados das nações e observado por todos os sábios, e todos os verdadeiros eruditos o reconhecem. Li num **Dicionário de História Natural**, recentemente publicado, estas frases notáveis: *"O homem possui a essência do poder organizador; é em seu cérebro que desabrocha a inteligência que presidiu a formação dos seres... Ele nasce ministro e intérprete das vontades divinas sobre tudo o que respira... Confiaram-lhe o cetro da terra".* Cerca de quinze séculos antes da nossa era, Moisés pusera estas palavras na boca da Divindade dirigindo-se ao homem: *Frutificai e multiplicai-vos, enchei a terra. Que o esplendor deslumbrante, que o brilho aterrador que vos envolverá encha de respeito todos os animais; desde as aves das regiões mais altas ao réptil que recebe o movimento original do elemento adâmico, e até o peixe dos mares, sejam todos igualmente postos sob o seu domínio".* E muito tempo depois de Moisés, o legislador dos chineses diria, em termos corretos e sem figuras de retórica, que o Homem é um dos três poderes que regem o universo.

É preferível, sem dúvida, receber estes textos e uma infinidade de outros que eu poderia citar neste mesmo sentido, do que acreditar como Anaxágoras, copiado por Helvécio, que o homem é um animal cuja inteligência total surge da conformação de suas mãos, ou então como Hobbes, a quem Locke e Condillac seguem, que ele não traz nada consigo, que nada pode usar sem o hábito, e que ele nasce perverso e em estado de guerra com seus semelhantes.

Mas embora seja verdade, como o afirmam todos os sábios e todos os teósofos ao tomarem o nome da Divindade por testemunha, que o Homem é um poder destinado pela sabedoria eterna a dominar a natureza inferior, a restabelecer a harmonia na discordância dos seus elementos, coordenar seus reinos entre si e elevá-los da diversidade à unidade, não é verdade, como homens mais entusiastas que judiciosos acreditaram sem refletir e examinar, que esse poder surgiu na terra já completo, munido de todas as suas forças, possuidor de todos os seus desenvolvimentos e, por assim dizer, descendo do céu envolto numa glória obtida sem dificuldade e numa ciência adquirida sem trabalho. Essa idéia exagerada que surge do meio termo justo recomendado pelos sábios, surge também da verdade. Não há dúvida que o Homem é um poder, mas um poder embrionário que, para manifestar suas propriedades, para alcançar os píncaros para onde seus destinos o chamam, tem necessidade de uma ação interior forçada por uma ação externa que reage com ela. É uma planta celeste cujas raízes fixadas à terra devem sorver desta as forças elementares para elaborá-las por meio de um trabalho específico, e que, elevando pouco a pouco seu tronco majestoso, cobrindo-se na sua estação de flores e frutos intelectuais, amadurecem-nos aos raios da luz divina, oferecendo-os em holocausto ao Deus do universo.

Podemos prosseguir nesta comparação, que é muito justa. Uma árvore, quando ainda nova, não produz fruto algum, nem o cultivador lhe pede nenhum, pois sabe que sua importância e utilidade maiores exigem uma elaboração mais longa e tornam sua espécie menos precoce. Mas chegado o tempo da colheita, ele a faz, e cada estação que a renova deve aumentar-lhe a quantidade, se a bondade da árvore responder à bondade da cultura. Quando a colheita falha várias vezes seguidas sem que acidentes externos, tempestades e ventos destruidores tenham prejudicado sua fertilidade, considera-se que a árvore é má, daninha, e como tal, segundo a expressão enérgica de Jesus, deve ser arrancada e lançada ao fogo.

Ora, o que a cultura é para a árvore, a civilização é para o homem. Sem a cultura, a planta abandonada a uma natureza pobre e enfraquecida só produzirá flores simples e sem beleza e frutos leitosos ou resinosos, insípidos ou azedos e, freqüentemente, venenosos. Sem a civilização, o homem, entregue a uma natureza madrasta, severa para com ele por não reconhecê-lo como seu próprio filho, só desenvolverá faculdades selvagens, mostrando apenas o caráter de um ser deslocado, sofredor e feroz, ávido e infeliz.

Deste modo, tudo no homem depende da civilização. É, portanto, sobre seu estado social que se apóia o edifício da sua grandeza. Olhemos atentamente para estes pontos importantes e não tenhamos medo de estudá-los. Não existe objeto mais digno do nosso exame nem estudos cujos resultados se nos afigurem mais vantajosos.

Mas, como acabo de dizer, se o homem não é, antes de tudo, senão um poder embrionário que a civilização deve desenvolver, de onde lhe advirão os princípios dessa cultura indispensável? Respondo que eles virão dos dois poderes aos quais ele se encontra ligado e dos quais deverá ser o terceiro, conforme a tradição do já mencionado teósofo chinês. Esses dois poderes, entre os quais ele está situado, são o Destino e a Providência. Abaixo dele está o Destino, natureza necessitada e naturada; acima dele está a Providência, natureza livre e naturante. Como reino hominal, ele é a vontade mediadora, a força eficiente, situada entre essas duas naturezas para servir-lhes de elo, de meio de comunicação, e para reunir duas ações, dois movimentos que, sem ele, seriam incompatíveis.

Os três poderes que acabo de mencionar, a Providência, o Homem como reino hominal e o Destino, constituem o ternário universal. Nada escapa à sua ação; tudo no universo lhe é submisso: tudo, exceto Deus, que, envolvendo-os em sua unidade insondável, forma com eles aquela tétrade sagrada dos antigos, esse imenso quaternário que é tudo no todo e fora do qual nada existe.

Terei muito a dizer, nesta obra, sobre esses três poderes e, na medida do possível, mostrarei suas respectivas ações e o papel que cada um deles tem nos diferentes acontecimentos que modificam o cenário do mundo e alteram a face do universo. Será a primeira vez que os vemos aparecer juntos como causas motrizes, independentes uns dos outros, embora igualmente ligados à causa única que os rege; será a primeira vez que os vemos agir segundo sua natureza, juntos e em separado e, assim, dar a razão suficiente de todas as coisas. Esses três poderes, considerados como princípios principiantes, são de difícil definição porque, como já enunciei, não se saberia nunca definir um princípio. Mas eles podem ser conhecidos pelos seus atos e percebidos em seus movimentos porque não saem da esfera na qual o homem individual está contido como parte integrante do Homem Universal. O que impede que se possa conhecer e perceber Deus do mesmo modo como se conhece e percebe os três poderes que dele emanam é que esse Ser absoluto os contém sem estar contido neles e os submete sem lhes ser submetido. Segundo a bela metáfora de Homero, ele segura a corrente de ouro que envolve todos os seres e que desce das alturas brilhantes do Olimpo até o centro do tenebroso Tártaro. Mas essa corrente, que ele agita a seu bel-prazer, o deixa sempre imóvel e livre. Contentemos-nos em adorar em silêncio este Ser inefável, este DEUS fora do qual não há Deuses e, sem procurar sondar-lhe a insondável essência, tentemos conhecer o poderoso ternário

no qual ele se reflete: a Providência, o Homem e o Destino. O que direi aqui será apenas, em substância, o que já disse em meus Exames sobre os **Versos de Ouro** de Pitágoras ou alhures, mas num assunto tão difícil é impossível não nos repetirmos.

O Destino é a parte inferior e instintiva da Natureza universal, a que chamei de **natureza naturada**. Damos à sua ação propriamente dita o nome de **fatalidade** e a forma pela qual ela se manifesta chama-se **necessidade**. É ela quem liga a causa ao efeito. Os três reinos da natureza elementar, mineral, vegetal e animal, são o domínio do Destino, isto é, tudo ali se passa de um modo fatal e inevitável, segundo leis previamente determinadas. O Destino não causa o princípio de nada, mas apodera-se dele, desde que lhe seja dado, para dominar-lhe as conseqüências. É pela simples necessidade dessas conseqüências que ele influencia o porvir e se faz sentir no presente, pois tudo o que possui como propriedade sua está no passado. Portanto, podemos entender como Destino aquele poder segundo o qual concebemos como as coisas feitas são feitas, que elas são assim e não de outro modo, e que, uma vez estabelecidas segundo sua natureza, elas têm resultados inevitáveis que se desenvolvem sucessiva e necessariamente.

No momento em que surge na terra, o homem pertence ao Destino, que por muito tempo o arrasta no turbilhão da fatalidade. Porém, embora mergulhado nesse turbilhão, e de início submetido à sua influência como todos os seres elementares, ele traz consigo um germe divino que jamais poderia confundir-se inteiramente com ele. Esse embrião, que sofre a ação do próprio Destino, desenvolve-se para enfrentá-lo. É uma centelha da vontade divina que, participando da vida universal, penetra na natureza elementar para trazer-lhe a harmonia. À medida que se desenvolve, esse embrião atua, segundo sua energia, sobre as coisas inevitáveis, e atua livremente sobre elas. A liberdade é sua essência. Tal é o mistério do seu princípio que sua energia aumenta à medida que é aplicada, e sua força, embora infinitamente comprimida, jamais é vencida. Quando este embrião está totalmente desenvolvido, ele constitui a Vontade do Homem universal, um dos três grandes poderes do universo. Como já disse, esse poder, igual ao do Destino, que lhe é inferior, e também ao da Providência, que lhe é superior, exalta somente a Deus, ao qual os outros estão igualmente submetidos, cada um segundo sua posição. É a vontade do homem que, como poder mediano, reúne o Destino e a Providência. Sem ele, esses dois poderes extremos não só jamais se reuniriam como também não se conheceriam. Essa vontade, desenvolvendo sua atividade, modifica as coisas coexistentes, cria coisas novas que se tornam imediatamente propriedade do Destino, e prepara, para o futuro, mutações no que está feito e conseqüências necessárias no que virá a ser.

A Providência é a parte superior e inteligente da Natureza universal, a que dei o nome de **natureza naturante**. É uma lei viva, emanada da Divindade, por meio da qual todas as coisas determinam seu potencial de ser. Todos os princípios inferiores emanam dela; todas as causas extraem do seu seio sua origem e sua força. O objetivo da Providência é a perfeição de todos os seres, e esta perfeição incontestável ela recebe do próprio DEUS. O meio que ela usa para atingir esse objetivo é o que chamamos de **tempo**. Mas, segundo a idéia que fazemos dele, o tempo não existe para ela. Ela o concebe como um movimento da eternidade. Esse poder supremo não age imediatamente, exceto sobre as coisas individuais. Mas essa ação, por um encadeamento das suas conseqüências, pode fazer-se sentir indiretamente sobre as coisas particulares, de modo que os menores detalhes da vida humana podem interessá-la ou ser por ela deduzidos, conforme estejam ligados por elos invisíveis a acontecimentos universais. O homem é um embrião divino que ela semeia na fatalidade do Destino para modificar essa fatalidade e dominá-la através da vontade desse ser mediano. Sendo essencialmente livre, essa vontade pode impor-se tanto sobre a ação da Providência como sobre a do Destino, mas com a seguinte diferença, pelo menos: se ela realmente altera o acontecimento do Destino, que era fixo e necessário, e isto opondo necessidade contra necessidade e o Destino ao Destino, ela nada pode contra o acontecimento providencial, precisamente porque este é indiferente em sua forma e sempre alcança seu objetivo, seja por que caminho for. Somente o tempo e a forma variam. A Providência não está presa nem a um nem a outro e a única diferença é para o homem,

que muda as formas da vida, encurta ou alonga o tempo, frui ou sofre conforme faça o bem ou o mal. Isto é, conforme ele una sua ação particular à ação universal, ou dela a diferencie.

Eis o que posso dizer, em linhas gerais, sobre esses três grandes poderes que compõem o ternário universal e sobre a ação da qual todas as coisas dependem. Bem sei que o leitor, mesmo sem estar muito atento, verá que falta muita coisa no que acabo de dizer e poderia queixar-se da indefinição e obscuridade das minhas expressões, mas se este assunto é vago e obscuro, não é por culpa minha. Se fosse assim tão fácil fazer a distinção entre a Providência, o Destino e a Vontade do homem, se pudéssemos chegar a conhecer esses três poderes sem esforços penosos, e se, à evidência da sua existência, pudéssemos acrescentar a classificação clara e precisa dos seus atributos, não vejo porque algum sábio ainda não tivesse mostrado suas respectivas ações, nem tentado fundar sobre elas as bases dos seus sistemas, tanto físicos quanto metafísicos, políticos ou religiosos. É bom que ele tenha algumas dificuldades em fazer a distinção que tento fazer pela primeira vez desde Pitágoras ou Kung-Tzé, pois a maioria dos autores que me precederam no caminho viu apenas um princípio onde existem três. Uns, como Bossuet, atribuíram tudo à Providência; outros, como Hobbes, fizeram com que tudo emanasse do Destino; e um terceiro grupo, como Rousseau, só reconheceu, em toda parte, a Vontade do Homem. Muitos homens se perderam na trilha desses dois últimos e, seguindo a frieza da sua razão ou o ardor das suas paixões, acreditaram ver a verdade ora nas obras de Hobbes ora nas de Rousseau, porque é mais fácil compreender o Destino e a Vontade, que um e outro escolheram como causa única das suas meditações, do que na Providência, cujo processo mais elevado e quase sempre envolto num véu exige uma inteligência mais calma para ser percebido e admitido, uma vez submetido à razão instintiva e menos perturbada pelas comoções das paixões anímicas.

Para corresponder à esperança dos meus leitores gostaria, de bom grado, de poder demonstrar-lhes, à maneira dos geômetras, a existência desses três poderes e de lhes ensinar a reconhecê-los por toda parte onde sua ação propriamente dita se manifeste. Mas esta seria uma tarefa tão inútil quanto ridícula. Tal demonstração não pode limitar-se a um silogismo; um conhecimento também tão amplo não pode resultar de um dilema. Independente das palavras que eu empregue, é preciso que a meditação do leitor sempre supra a insuficiência do discurso. Eu me consideraria muito feliz se, ao término da obra a que me dedicarei, essa demonstração fizesse parte do conjunto dos fatos e que esse conhecimento estivesse contido na comparação e na aplicação que o leitor judicioso não deixará de fazer. Não me descuidarei de nada para lhe facilitar essa tarefa e aproveitarei todas as ocasiões, que se apresentarão em grande número, para rever as noções gerais já apresentadas e comprová-las mediante exemplos.

Esta Dissertação Introdutória poderia terminar aqui porque, após ter exposto o motivo e o assunto da minha obra, e ter apresentado a análise das faculdades do ser que deverá ser seu objeto principal, desvendei previamente aqui as causas motrizes dos acontecimentos que descreverei. Entretanto, para responder na medida das minhas possibilidades ao desejo de alguns amigos cuja aprovação me é preciosa, e que insistiram para que eu entrasse em mais alguns detalhes sobre o que entendo ser os três grandes poderes que regem o universo, acrescentarei ao que já disse um exemplo específico, tirado do reino vegetal, aquele dos três reinos inferiores em que à ação desses três poderes é mais equilibrada e uniforme e parece expor-se melhor ao exame. Tomemos uma bolota de carvalho. Digo que esta bolota contém a própria vida de um carvalho, a germinação da árvore que traz seu nome, suas raízes, seu tronco, seus ramos, sua arborificação, sua frutificação, tudo o que comporá o carvalho, com a seqüência incalculável de carvalhos que ele poderá produzir. Para mim, existem aqui dois poderes claramente manifestos. Primeiro, sinto um poder oculto, incompreensível, imperceptível em sua essência, que infundiu nessa bolota a vida em potencial de um carvalho, que especificou essa vida, a vida de um carvalho e não a de um olmo, um álamo, uma nogueira ou qualquer outra árvore. Essa vida, que se manifesta na forma vegetal, e na forma vegetal de um carvalho, está, não obstante, ligada à vida universal, pois tudo o que vive emana desta vida. Tudo o

que é, é: não existem dois verbos ser.[5] Ora, esse poder oculto, que dá o poder de ser e especifica a vida nesse poder de ser, chama-se **PROVIDÊNCIA.** Segundo, vejo nessa bolota um poder patente, compreensível, perceptível em suas formas que, manifestando-se como o efeito necessário da infusão vital de que falei, e que foi feito não se sabe **como,** mostrará irresistivelmente o **porquê,** isto é, fará surgir um carvalho toda vez que uma bolota se encontrar em situação conveniente para isso. Esse poder, que sempre se apresenta como a conseqüência de um princípio ou o resultado de uma causa, chama-se **DESTINO.** Existe entre o Destino e Providência uma diferença notável. Para existir, o Destino tem necessidade de uma condição, como acabamos de ver, ao passo que a Providência não precisa de necessidade para ser. Portanto, **existir** é o verbo do Destino; mas somente a Providência **é**.

Entretanto, no momento em que examino aquela bolota, tenho o sentimento de um terceiro poder que não está dentro da bolota e que pode dispor dela. Esse poder, que está ligado à essência da Providência porque ele é, e também depende das formas do Destino porque ele existe, eu o sinto livre porque está em mim e nada me impede de desenvolvê-lo nos limites da minha força. Seguro a bolota; posso comê-la, assimilando-a a minha substância; posso dá-la a um animal, que a comerá; posso destruí-la, esmagando-a sob os pés; posso semeá-la e fazê-la gerar um carvalho... Eu a esmago sob meus pés: a bolota é destruída. Terei suprimido seu destino? Não. Ele mudou; um novo destino, que é obra minha, começa para ela. Os restos da bolota se decompõem de acordo com leis fatais, fixas e irresistíveis; os elementos nela reunidos para entrar em sua composição se dissolvem e cada um retorna ao seu lugar; e a vida à qual serviam de invólucro, inalterável em sua essência, transportada novamente pelo seu veículo apropriado nos canais nutritivos de um carvalho, fecundará outra bolota e se oferecerá de novo aos acasos do destino. O poder que é assim capaz de se apoderar dos princípios oferecidos pela Providência e agir eficazmente sobre as conseqüências do Destino chama-se **Vontade do Homem.**

Essa Vontade pode agir igualmente sobre todas as coisas, físicas e metafísicas, submetidas à sua esfera de atividade, porque a natureza é idêntica em toda parte. Ela não só pode interromper e mudar o destino, como também modificar todas as suas conseqüências. Ela também pode transformar os princípios providenciais, sendo esta, sem dúvida, a sua mais sublime vantagem. Darei um exemplo dessa modificação e dessa transformação, de acordo com a comparação que fiz no reino vegetal, que é mais fácil de compreender e generalizar.

Vamos supor que, em lugar de examinar uma bolota, eu tenha examinado uma maçã, porém uma maçã silvestre, ácida, que ainda não recebeu as influências do destino. Se eu semear essa maçã e cultivar cuidadosamente a árvore que dela brotará, os frutos que ela produzir serão sensivelmente melhores e continuarão a melhorar cada vez mais com a cultura. Sem essa cultura, efeito da minha Vontade, nada melhoraria, pois o Destino é um poder estacionário que não conduz nada à perfeição. Mas como eu possuo unia macieira melhorada pela cultura posso, através de enxerto, servir-me dessa macieira para melhorar grande número de outras e modificar seus destinos, transformando-as de ácidas em doces. Posso fazer mais ainda. Posso transportar seu princípio para as plantas silvestres de outra espécie, transformando-as de arbustos estéreis em árvores frutíferas. Ora, o que se opera num reino usando-se a cultura, opera-se em outro se usando a civilização. As instituições civis e religiosas fazem neste o que as diferentes culturas e enxertos fazem naquele outro.

Segundo o que acabo de dizer, parece-me fácil distinguir, no reino vegetal, a ação da Providência, do Destino e da Vontade do homem, respectivamente. Sem dúvida, não é tão fácil assim no reino animal, e menos ainda no reino nominal. Mas tal ação não escapa da vista do espírito a ponto de esta visão não poder percebê-la uma vez que o espírito possa admitir sua existência. Nela, a ação do destino e a da vontade dirigem-se juntas rumo à descoberta. Reconheço que a Providência é a mais

[5] Pode-se ver o que eu disse, sobre esse verbo único, em minha **Grammaire de la langue hebraïque**, Cap. VII, §1.

oculta e a mais velada. Ela deve ser assim para que jamais possa ser compreendida. Se pudesse prever antecipadamente os desígnios da Providência, o homem, em virtude do seu livre arbítrio, poderia opor-se à sua execução. Isto jamais deve acontecer, pelo menos diretamente.

De resto, há uma última pergunta que me podem fazer sobre a essência dos três poderes universais, cuja ação tentarei mostrar pela primeira vez. Eu disse que elas emanam do próprio DEUS e formam um ternário que a unidade divina envolve. Mas, deveríamos concebê-las como três seres distintos? Não, mas como três vidas distintas num mesmo ser; três leis, três modos de ser, três naturezas contidas numa única Natureza. O homem, cuja constituição metafísica já apresentei, é uma imagem resumida do universo. Ele vive igualmente de três vidas que sua unidade volitiva envolve. Ao comparar o universo com o homem, podemos conceber que a Providência representa nele a esfera intelectual; o Destino, a esfera instintiva, e a própria vontade do Homem, a esfera anímica. Essas esferas não são três seres distintos, embora, para não alongar-me por demais e para evitar as perífrases, eu as personificarei com freqüência, mostrando sua ação. Como já disse, trata-se de três vidas diversas, vivendo da vida universal e dando vida particular a grande número de seres providenciais, instintivos ou anímicos, isto é, que seguem a lei da Providência, do Destino ou da Vontade. Assim, quando eu disser, mais adiante, que a Providência, o Destino ou a Vontade age, estarei dizendo, com isso, que a lei providencial, fatídica ou volitiva se desenvolve, torna-se causa eficiente e produz este ou aquele efeito, este ou aquele acontecimento. Estarei dizendo também que, dependendo da ocasião, que se percebe facilmente, quaisquer seres submetidos a uma dessas leis servem a esse movimento ou o provocam. Para citar um exemplo entre mil outros, quando digo que a Providência guiou Moisés, esta frase quer dizer que a lei providencial é a lei daquele homem divino e que ele vive principalmente da vida. Intelectual da qual ela é a reguladora. Quando digo que o Destino provoca a tomada de Constantinopla pelos turcos, isto quer dizer que a tomada daquela cidade é uma conseqüência fatal de acontecimentos anteriores, e que o impulso dos turcos que a tomam obedece à lei fatídica à qual obedecem. Por fim, quando digo que Lutero é o instrumento da Vontade do homem que provoca um cisma na cristandade, isto quer dizer que Lutero, arrastado por paixões anímicas muito fortes, torna-se intérprete de todas as paixões análogas às suas e lhes oferece um foco onde seus raios, encontrando-se e refletindo-se, geram uma conflagração moral que reduz a fragmentos o culto cristão.

Feitos estes esclarecimentos e dadas estas explicações, acredito não ter esclarecido nem explicado tudo. Mas sou obrigado a me apoiar um pouco na sagacidade do leitor, que suprirá o que eu possa ter omitido. Decidido a desvendar o que meus estudos e minhas meditações me ensinaram sobre a origem das sociedades humanas e sobre a história do homem, atrevi-me, em poucas páginas, a percorrer um espaço de doze mil anos. Vi-me em presença de grande número de fatos que procurei classificar, e de uma multidão de seres cujo caráter tracei rapidamente. Minha pena, consagrada à verdade, jamais cedeu diante dela. Sempre a disse com a forte convicção de dizê-la. Se meus leitores podem reconhecer o sinal indelével com que a Providência a marcou, sua aprovação será a mais doce recompensa para meus esforços. Se, após reflexões judiciosas, eles julgarem que eu estava errado, atrevo-me, ainda assim, a me apoiar na eqüidade do seu julgamento para crer que, ao desconfiarem de que me tenha enganado, eles pelo menos não duvidarão da perfeita boa fé que me impossibilita o desejo de iludir alguém.

O ESTADO SOCIAL DO HOMEM

PRIMEIRA PARTE

LIVRO PRIMEIRO

CAPITULO PRIMEIRO

DIVISÃO DO GÊNERO HUMANO, CONSIDERADO COMO REINO HOMINAL, EM QUATRO RAÇAS PRINCIPAIS. DIGRESSÃO SOBRE A RAÇA BRANCA, OBJETO DESTA OBRA

Nesta obra abordarei não a origem do Homem, mas a das sociedades humanas. A História ocupa-se unicamente da segunda dessas origens. Cabe à cosmogonia desvendar a primeira. A História pega o homem no momento da sua aparição na Terra e, sem se inquietar com o seu princípio ontológico, procura encontrar o princípio da sociabilidade que o leva a aproximar-se dos seus semelhantes e abandonar o estado de isolamento e ignorância a que a natureza parece tê-lo reduzido, quase não o distinguindo, pela forma, de vários outros animais. Direi qual o princípio divino que a Providência implantou em seu seio e mostrarei por quais circunstâncias necessárias, que dependem do Destino, esse princípio de perfectibilidade reage, como ele se desenvolve e que recursos admiráveis ele recebe de si mesmo, quando o homem que ele instrui pode utilizar sua vontade para adoçar cada vez mais, pela cultura de seu espírito, o que seu destino tem de rigoroso e selvagem, a fim de conduzir sua civilização e sua felicidade ao mais alto grau de perfeição que elas podem alcançar.

Para isto, transportar-me-ei para uma época bem afastada daquela em que vivemos e, firmando o olhar que um juízo há muito preestabelecido poderia ter enfraquecido, fixarei através da escuridão dos séculos o momento em que a raça branca da qual fazemos parte surgiu no mundo. Nessa época, cuja data procurarei determinar mais tarde, a raça branca ainda era frágil, selvagem, sem lei, sem artes, sem qualquer tipo de cultura, privada de lembranças e por demais desprovida de entendimento para conceber sequer uma esperança. Ela habitava as vizinhanças do pólo boreal, onde se originou. A raça negra, mais antiga, dominava então a Terra e detinha o cetro da ciência e do poder. Ela possuía toda a África e a maior parte da Ásia, onde escravizara e oprimira a raça amarela. Alguns remanescentes da raça vermelha enfraqueciam obscuramente nos cumes das mais altas montanhas da América e sobreviviam à horrível catástrofe que os atingira. Esses frágeis remanescentes eram desconhecidos. A raça vermelha, à qual tinham pertencido, possuíra outrora o hemisfério ocidental do globo; a raça amarela, o oriental e a raça negra, então soberanas, estendiam-se para o sul, na linha equatorial, etc. Como acabei de dizer, a raça branca, apenas nascida, errava nas proximidades do pólo boreal.

Essas quatro raças principais e as numerosas variedades que podem advir de suas misturas, compõem o **Reino Hominal**.[6] A bem dizer, elas são para este Reino o que os gêneros são para os outros reinos. Nele, podemos conceber as diferentes nações e povos como espécies particulares nesses gêneros. Essas quatro raças se confrontaram e se destruíram alternadamente e, com freqüência, se sobressaíram e se arruinaram. Muitas vezes elas disputaram o cetro do mundo, conquistando-o ou dividindo-o repetidamente. Não pretendo entrar nessas vicissitudes, anteriores à ordem atual das coisas, cujos detalhes infinitos me sobrecarregariam com um fardo inútil e não me levariam ao objetivo a que me proponho. Devo ater-me unicamente à raça branca, à qual pertencemos, e esboçar-lhe a história desde sua última aparição nas proximidades do pólo boreal. Foi dali que ela desceu várias vezes, em grandes números, para atacar tanto outras raças, quando estas ainda dominavam, quanto à própria raça branca, quando esta alcançara o domínio.

A vaga lembrança dessa origem, subsistindo na torrente dos séculos, fez com que o pólo boreal fosse chamado de viveiro do gênero humano. Ela deu origem ao nome Hiperbóreo e a todas as fábulas alegóricas a eles atribuídas. Ela deu, por fim, as numerosas tradições que levaram Olaüs Rudbeck a situar na Escandinávia a Atlântida de Platão e autorizou Bailly a ver nas rochas desertas

[6] Se lermos a Dissertação Introdutória no começo desta obra e o necessário para lhe dar a compreensão, saberemos que, por **Reino Hominal** entendo a totalidade dos homens, comumente chamada de **gênero humano**.

e embranquecidas pelas geadas do Spitzberg o berço de todas as ciências, de todas as artes e de todas as mitologias do mundo.[7]

Sem dúvida é muito difícil dizer em que época a raça branca ou hiperbórea começou a se reunir em algumas formas de civilização. Mais difícil ainda é determinar em que época mais remota ela surgiu. Moisés, que fala deles no sexto capítulo do Bereshit,[8] sob o nome de Gibóreos, cujos nomes, segundo eles próprios, foram tão célebres nas profundezas dos tempos, situa sua origem nos primórdios do mundo. Encontramos freqüentemente o nome dos Hiperbóreos nos textos dos antigos, porém jamais qualquer esclarecimento positivo a seu respeito. Segundo Deodoro da Sicília, seu país estava mais próximo da Lua, que podemos entender como a latitude do pólo onde viviam. Em seu Prometeu, Esquilo os situava nos montes Rifeus. Um certo Aristeu de Proconeso que, segundo consta, escreveu um poema sobre esses povos e alegava tê-los visitado, afirmou que eles ocupariam a região nordeste da Alta Ásia, hoje chamada Sibéria. Hecateus de Abderas, numa obra publicada na época de Alexandre, os situava mais longe ainda, alojando-os entre os ursos brancos de Nova Zembla, numa ilha chamada Elixóia. A verdade pura, como o reconheceu Píndaro mais de cinco séculos antes de nossa era, é que ignoramos totalmente a região onde ficava a terra desses povos. O próprio Heródoto, tão interessado em reunir todas as tradições antigas, interrogara inutilmente os Citas a respeito deles, sem nada descobrir de certo.

Todas estas contradições e incertezas originam-se da confusão que se fazia sobre uma raça de homens, da qual emanaram muitos povos, tomando-a por um único povo. Caiu-se, então, no mesmo erro em que cairíamos hoje se, ao confundirmos a raça negra com uma das nações por ela constituídas, quiséssemos circunscrever completamente a Terra com a raça ocupante daquela única nação. Por certo a raça negra originou-se nas proximidades da linha equatorial, difundindo-se dali por todo o continente africano, de onde em seguida expandiu seu império por toda a Terra e sobre a própria raça branca, antes que esta adquirisse forças para disputar-lhe o império. É possível que, numa época muito remota, a raça negra tivesse dado a si mesma o nome de Sudeana ou Suteana, como a raça branca tomou o nome de boreal, gibórea ou hiperbórea, e que daí tenha surgido o horror em geral associado ao nome *Suteano* entre as nações de origem branca. Sabe-se que essas nações agora localizam a morada do Espírito Infernal no sul, razão porque ele é chamado de **Suth** ou **Soth** pelos egípcios; **Sath** pelos fenícios e **Sathan** ou **Satan** pelos árabes e hebreus.[9]

CAPÍTULO II

O AMOR, PRINCÍPIO DA SOCIEDADE E DA CIVILIZAÇÃO NO HOMEM: DE QUE MANEIRA

Retomemos agora o fio das minhas idéias, por um instante interrompido por esta necessária digressão, e vejamos quais foram os primórdios da civilização na Raça Boreal, que é a minha ocupação exclusiva.

Acredita-se que na época em que essa Raça apareceu na terra, sob formas muito semelhantes à de várias espécies de animais, ela pôde, malgrado a diferença absoluta de sua origem e a tendência

---

[7] Pode-se ver nos textos desses dois autores as numerosas provas que eles apresentam em apoio às suas afirmações. Essas provas, insuficientes em suas hipóteses, tornam-se insustentáveis quando não se trata de determinar qual foi a primeira morada da raça branca e o local de sua origem.

[8] É o primeiro livro do Sêfer, vulgarmente chamado **Gênesis**.

[9] Este nome forneceu o radical ao nome de Saturno entre os etruscos e de Sathur, Suthur ou Surthur entre os escandinavos, divindade terrível ou benfazeja, dependendo da maneira como é imaginada. É da palavra celta-saxônica **Suth** que se origina o **South** inglês, o **Suyd** belga e o **Sud** alemão e francês, para designar a região do globo terrestre oposta ao pólo boreal. Deve-se observar que esta palavra, normalmente representada pelo termo **Midi,** não tem qualquer relação etimológica com ele. Ela designa propriamente tudo o que é oposto à elevação, tudo o que está embaixo, tudo o que serve de base ou de sede. A palavra **sedimento se origina** do latim **Sedere,** a qual provém do celta-saxão **Sitten**, em alemão **Sitzen,** que significa sentar-se.

contrária dos seus destinos, confundir-se durante muito tempo com essas espécies. Isso era resultado do entorpecimento das suas faculdades, inclusive as instintivas. Como as duas esferas superiores da alma e do espírito ainda não estavam desenvolvidas no homem, ele então só vivia pela sensação e, sempre constrangido por ela, só tinha instinto para a percepção, sequer podendo alcançar a atenção. A individualização era seu único meio; a atração e o temor suas únicas forças motrizes e, na ausência destas, a indolência era seu estado habitual.[10]

Mas o destino do homem não era viver só e isolado na Terra. Ele trazia em si um princípio de sociabilidade e de perfectibilidade que não poderia permanecer eternamente estacionário. O meio pelo qual esse princípio seria despertado da sua letargia fora colocado pela elevada sabedoria do seu autor na companheira do homem, a mulher, cuja organização, diferente em tantos pontos importantes, físicos e metafísicos, provocava nela emoções opostas. Tal fora o decreto divino, desde a origem das coisas, que esse ser universal destinado a impor harmonia aos elementos e a dominar os três Reinos da Natureza, receberia da mulher os seus primeiros impulsos, e do Amor seus primeiros progressos. O Amor, origem de todos os seres, deveria ser a fonte fecunda da sua civilização e, assim, provocar tantos efeitos contrários, tantas alegrias e tantas tristezas, além de uma mistura muito grande de ciência e cegueira, de virtudes e vícios.

Portanto, o Amor, princípio de vida e de fecundidade, estava destinado a ser o conservador do mundo e seu legislador. Verdade profunda que os antigos sábios haviam conhecido e até mesmo enunciado claramente em suas cosmogonias, atribuindo-lhe a organização do caos. Ísis e Ceres, freqüentemente chamadas de legisladoras, eram apenas o tipo divinizado da natureza feminina,[11] considerada como o foco vivo de onde se refletia esse amor.

Se o homem tivesse sido apenas um animal puro, tendo sempre as mesmas necessidades, e se sua companheira, à semelhança das fêmeas dos outros animais, tivesse igualmente provado as mesmas necessidades que ele; se ambos tivessem sido submetidos a crises regulares dos mesmos desejos, igualmente sentidos e igualmente compartilhados; se eles tivessem, enfim, para expressar-me em termos adequados, estações periódicas de ardor amoroso, de calor ou cio, o homem jamais se civilizaria. Mas isto estava longe de ser assim. As mesmas sensações, embora oriundas das mesmas causas, não tinham os mesmos efeitos nos dois sexos. Isto é digno da maior atenção e peço ao leitor que, por um momento, fixe atentamente sua visão mental neste ponto quase imperceptível da constituição humana. Eis aí a semente de toda a civilização, o ponto seminal de onde tudo deve desabrochar, a poderosa causa de onde tudo deve receber o impulso na ordem social.

Fruir antes de possuir, eis o instinto do homem; possuir antes de fruir, eis o instinto da mulher. Expliquemos isto; mas, por um momento, vamos abstrair as paixões que o Estado social fez surgir e os sentimentos que a imaginação exaltou. Limitemos-nos a um único instinto e vejamos como ele atua sob a influência apenas das necessidades: consideremos o homem da natureza, não o da sociedade.

No momento em que uma sensação agradável agita o instinto desse homem, o que experimentará ele? Ei-lo. Ele ligará a atração que obrigatoriamente advém dessa sensação à necessidade atual de fruir seu objeto, e à necessidade mais remota de possuí-lo. Isto é, supondo que um fruto qualquer o tenha impressionado e excitado seu apetite, o homem instintivo experimentará a necessidade de comê-lo antes de experimentar e de achar os meios para obtê-lo, o que o conduzirá repentinamente para frente, independente do que lhe possa acontecer. Desse modo, se uma sensação de temor, um ruído inesperado, o aspecto de um adversário o impressionarem, sua primeira idéia será de enfrentar

---

[10] Neste ponto, o leitor deve tornar a ler o que eu disse na Dissertação Introdutória sobre a constituição metafísica do homem, se o tiver esquecido.

[11] O nome Ísis vem da palavra **Ishah,** que significa a **mulher,** a dama. O nome Céres tem o mesmo radical que a palavra **herê,** que quer dizer soberana. Esta palavra **herê** forma o nome de Juno em grego, H"ρη ou H"ρα.

a causa e não de fugir dela. Mas, se a mulher puramente instintiva encontrar-se em circunstância parecida, ela sentirá exatamente o contrário. Ela ligará à atração causada por uma sensação agradável a necessidade atual de possuir seu objeto, e a necessidade mais distante de fruí-lo com toda segurança. Assim, a visão de um fruto que ela tenha vontade de comer primeiro a fará pensar num modo de possuí-lo e a manterá indecisa, de modo que, se uma sensação de temor apoderar-se dela, sua primeira idéia será a de fugir em lugar de enfrentá-la.

Essa disposição contrária na constituição moral dos dois sexos, estabelecendo entre eles, desde o início, uma diferença flagrante que impediria suas paixões de se manifestarem sob as mesmas formas, faria surgir, da mesma sensação, um outro sentimento; desse mesmo sentimento, um outro pensamento, levando-o, por conseguinte, a um movimento totalmente oposto. Fruir antes de possuir e combater antes de fugir era, portanto, o instinto do homem; mas possuir antes de fruir e fugir antes de combater constituía o da mulher.

Ora, se quisermos examinar por um momento as principais conseqüências que deveriam resultar desta notável diferença, quando ela fosse decidida entre os dois sexos, isto é, quando ele encontrasse uma mulher organizada o bastante para levar somente a sua percepção até a atenção, veremos ser inevitável que ela oferecesse ao homem, conduzido até ela pela atração sexual, uma resistência verdadeira e inesperada porque, muito mais ocupada com a idéia de possuir do que de fruir, e sem qualquer necessidade do apetite que dominava o homem, ela podia examinar em seu instinto que vantagem real a sensação oferecida lhe traria. Como o prazer associado a essa sensação não existe para ela, e com a ausência de qualquer vantagem oferecendo-se aos seus olhos com o inseparável séqüito do temor, ela de repente prefere fugir.

Como já disse, não é da natureza do homem recuar diante de um obstáculo. Ao contrário, seu primeiro impulso é arrostá-lo e vencê-lo. Ao ver a mulher fugir dele, ele não fica parado nem lhe dá as costas. Mas, compelido pela atração que o domina, sai em seu encalço. Freqüentemente mais rápida que ele, ela lhe escapa; às vezes ele a agarra, mas seja qual for o resultado, a atenção do homem é despertada. Feliz ou desastroso, o próprio resultado do embate lhe faz sentir que ele não atingiu seu objetivo. Ele então pensa; mas a mulher pensou antes dele. Ela viu que não era bom deixar-se vencer e ele sentiu que teria sido melhor para ele que a mulher tivesse cedido. Então, por que ela foge? Sua reflexão, ainda débil, não lhe permite compreender que se possa resistir a uma inclinação e, sobretudo, que exista outra inclinação diferente da sua. Mas o fato existe, e se renova. O homem continua pensando. Pela repetição interior da sua própria idéia, ele consegue mantê-la e, com a formação da sua memória, seu gênio dá um grande passo. Ele descobre que existem várias necessidades dentro de si e pela primeira vez pode contá-las até três, diferençando-as. Assim agem na esfera da sua vontade a numeração e a individualização.

Se a mulher para a qual uma inclinação irresistível o atraía fugiu, sem dúvida uma outra inclinação exigiu sua fuga. Qual poderia ser essa inclinação? Talvez a fome! Essa necessidade terrível que se apresenta na parte instintiva do seu ser, na ausência da sensação propriamente dita, produz nele uma revolução importante e repentina. Pela primeira vez, a esfera anímica é abalada e a piedade ali se manifesta. Essa doce paixão, a primeira que afeta a alma, é o verdadeiro caráter da humanidade. Ela faz do homem um ser verdadeiramente sociável. Os filósofos que acreditavam que essa paixão pudesse ser despertada ou provocada, em sua origem, pelo aspecto de um ser sofredor, enganaram-se. O aspecto da dor desperta o temor e este, o terror. Essa transformação da sensação em sentimento é instantânea. Existe, na piedade, a impressão de uma idéia anterior que se transforma em sentimento sem a ajuda da sensação. A piedade é também mais profundamente moral que o terror e está mais intimamente ligada à natureza do homem.

Mas desde que o homem tenha começado a sentir piedade, ele não está longe de conhecer o amor. Ele já reflete sobre os meios que deve usar para evitar que a mulher fuja à sua aproximação, e

embora esteja totalmente enganado quanto aos motivos dessa fuga, mesmo assim não alcança o objetivo dos seus desejos. Ele aproveita uma dupla colheita de fruta, uma caça ou pesca abundante, e quando encontra o objeto dos seus desejos, ele lhe oferece esses presentes. Ante esta visão, a mulher é tocada, não da maneira como o julga seu amante, pela satisfação de uma necessidade atual, mas pela inclinação inata que a leva a possuir. Ela percebe imediatamente toda a vantagem que pode tirar desse acontecimento para o futuro, e como o atribui, com razão, a um certo encanto que ela inspira, ela tem, em seu instinto, uma sensação agradável que lhe abala a esfera anímica, despertando ali a vaidade.

Desde o momento em que a mulher recebeu os presentes do homem, e que lhe estendeu a mão, o laço conjugal é urdido e tem início a sociedade.

CAPITULO III

O CASAMENTO, BASE DA INSTITUIÇÃO SOCIAL; QUAL É O SEU PRINCÍPIO E QUAIS AS SUAS CONSEQÜÊNCIAS?

Por menos que sejamos instruídos no conhecimento das tradições antigas, não teremos qualquer dificuldade em reconhecer nelas os dois quadros que acabo de descrever porque, no fundo, ambos são verdadeiros, embora suas formas tenham podido variar de mil maneiras, em diferentes épocas e lugares. A mitologia grega, tão rica e célebre, oferece grande número de exemplos desses embates amorosos entre os deuses, ou de sátiros a perseguir ninfas que os evitam. Ora é Apolo seguindo as pegadas de Dafne, Júpiter que se apressa no encalço de Ío, Pã procurando agarrar Syrinx ou Penélope. Nas cerimônias nupciais mais antigas, sempre vemos o esposo oferecer presentes à esposa e até mesmo constituir-lhe um dote. Este, que outrora o homem dava, e que, entre alguns povos ainda hoje oferece, mudou de posição entre nós e na maior parte das nações modernas, devendo ser ofertado principalmente pela mulher, por motivos que mostrarei mais adiante. Todavia, esta mudança não impede que o antigo costume sobreviva nos presentes de núpcias, a que damos o nome de cesta matrimonial como se, com a palavra cesta, quiséssemos lembrar que esse presente consistia principalmente de frutos ou de quaisquer alimentos.

Não obstante, o acontecimento ao qual atribuí, com justiça, o começo da sociedade humana pode repetir-se, simultaneamente ou quase, em lugares diferentes, fazendo com que focos de civilização surgissem em grande número numa mesma região. Eram os embriões que a Providência lançava no seio da raça bórea, e que deveriam desenvolver-se ali sob a influência do Destino e da Vontade pessoal do homem.

Os sentimentos que haviam reunido os dois sexos, não mais pelo efeito de um apetite cego, mas como resultado de um ato pensado, já não eram os mesmos, como se disse; mas sua diferença, ignorada pelos dois cônjuges, desaparecia na identidade do objetivo a alcançar. A piedade que o homem experimentava permitia-lhe pensar que sua companheira o escolhia como apoio tutelar; e a mulher, tocada pela vaidade, via na felicidade do esposo a sua obra. De um lado, nascia o orgulho; do outro, a compaixão. Assim, os sentimentos se opunham e se encadeavam nos dois sexos.

Desde o momento em que o instinto sozinho não mais preparava o leito nupcial, e que um sentimento anímico mais nobre e elevado presidia aos mistérios do himeneu, uma espécie de pacto passou a ficar tacitamente celebrado entre os dois esposos, segundo o qual o mais forte dedicar-se-ia à proteção do mais fraco, e este se manteria ligado àquele. Este pacto, aumentando a felicidade do homem e dando-lhe a conhecer prazeres que ignorava, aumentou também as suas lides. Cabia-lhe não só prover sua própria subsistência, mas também a de sua mulher, quando sua gravidez muito adiantada não mais lhe permitisse acompanhá-lo, e mais tarde também a de seus filhos. A razão instintiva, a que também chamamos de senso comum, ou bom senso, não tardou a fazê-lo

compreender que os meios comuns, até então suficientes, não o eram mais, e que ele precisava buscar outros. Esta razão, contrapondo-se ao instinto, deu origem à astúcia. Ele preparou armadilhas para a caça da qual se nutria, inventou a flecha e a lança do caçador descobriu a arte de tornar sua pesca mais abundante por meio do anzol e da rede. A necessidade e o hábito duplicaram-lhe as forças e a destreza. Sua mulher, dotada de órgãos mais sutis, acrescentou a uma astúcia maior que a dele uma observação mais aguda e um pressentimento mais vivo. Ela logo aprendeu a trançar alguns juncos, transformando-os em cestas que, após servirem de berço aos filhos, tornaram-se os primeiros móveis da sua morada simples. Fiando toscamente o pelo de várias espécies animais, foi-lhe fácil preparar cordas, que serviram para esticar o arco e tecer redes. Sob seus dedos, esses fios grosseiros, urdidos de determinada maneira, logo se transformaram em tecidos simples, cuja invenção sem dúvida lhe pareceu tão admirável quanto maior era o conforto de usá-los, tanto para seus filhos quanto para ela própria e seu marido. Esses tecidos, que um clima rigoroso freqüentemente tornava necessários, substituíram as peles dos animais, nem sempre fáceis de obter.

Julgo ser inútil insistir nesses detalhes, que cada um pode entender como melhor lhe convier e realçar com as tintas da imaginação. Apresentados os princípios, as conseqüências surgem fáceis. Peço apenas ao leitor que, neste ponto, tome cuidado para não cair num erro cuja imputação me seria desagradável. Embora eu evidentemente atribua como princípio do estado social o casamento, isto é, o consentimento livre e mútuo do homem e da mulher que se unem por um pacto tácito para aceitar e dividir juntos as agruras e os prazeres da vida, e faça a existência dessa ligação emanar das sensações opostas dos dois sexos e do desenvolvimento das suas faculdades instintivas, é bom deixar claro, como acredito ter tido o cuidado de fazê-lo, que considero fortuita a formação deste enlace. Fosse ele fruto do determinismo, e jamais teria ocorrido. Os animais que a natureza não uniu desde a origem da espécie, não se unem jamais. Mas como o homem não é um animal, e sobretudo por ser perfectível, ele pode passar de um estado a outro e tornar-se, de geração em geração, cada vez mais instintivo, anímico ou intelectual. O casamento, sobre o qual se apóia toda a estrutura da sociedade, é a própria obra da Providência, que em princípio o determinou. Quando ele celebra uma convenção, é uma lei divina que se cumpre, e que o faz por meios de propósito combinados e para atingir um objetivo irresistivelmente fixado.

Se me perguntam por que esta ligação, sendo uma necessidade indispensável para a civilização do reino nominal, ela própria tão eminentemente necessária, não foi previamente urdida, como observamos em algumas espécies animais, responderei que é porque a Providência e o Destino têm um modo diferente de agir, adaptado à sua essência oposta. O que o Destino faz, ele antes de tudo o faz por inteiro, forçado em todas as suas partes, e o deixa tal como o faz, sem jamais impeli-lo mais à frente, de moto próprio: ao passo que a Providência, nada produzindo exceto em princípio, dá a todas as coisas que dela emanam uma impulsão progressiva que, conduzindo-as sem cessar do poder ao ato, leva-as gradativamente à perfeição a que são susceptíveis. Se o homem pertencesse ao Destino, ele seria o que os filósofos de visão curta julgam-no ser: sem progressão em seu caminho e, portanto, sem futuro. Mas, como obra da Providência, ele progride livremente no caminho que lhe é traçado, aperfeiçoa-se à medida que avança, tendendo, assim, à imortalidade.

É disto que devemos nos convencer se quisermos penetrar na essência das coisas e compreender a palavra daquele profundo enigma do universo, que os antigos simbolizavam pela figura da Esfinge. O homem é propriedade da Providência que, na qualidade de lei viva, expressão da vontade divina, determina sua existência potencial: mas como este ser deve extrair todos os elementos da sua presente existência do domínio do Destino, cujas produções cabe-lhe dominar e regularizar, ele deve fazê-lo pelo desdobramento da sua vontade eficiente, absolutamente livre em sua essência. Sua sorte futura depende do uso dessa vontade. Enquanto a Providência o chama e dirige pelas suas inspirações, o Destino lhe resiste e o detém pelas suas necessidades. Suas paixões, que lhe pertencem, o inclinam com força para um ou outro lado e, segundo as determinações por elas

provocadas, entregam seu futuro a um desses dois poderes: pois este não pode ser sua propriedade absoluta enquanto desfruta da vida elementar, passageira e limitada.

Logo, como demonstrei, seu estado social depende do desenvolvimento das suas faculdades que conduzem ao matrimônio; e, uma vez constituído, o estado social dá origem à propriedade, da qual resulta o direito político. Entretanto, visto que o estado social é obra de três poderes distintos: a Providência, que dá o princípio, o Destino, que fornece os elementos, e a Vontade humana, que descobre os meios, é evidente que o direito político que dele emana deve igualmente receber a influência desses três poderes e, conforme um ou outro deles o domina, separadamente ou juntos, deve tomar formas análogas à sua ação. Formas que, em última análise, reduzem-se a três principais, podendo, não obstante, variar e cambiar de muitas maneiras, pelas suas mesclas e suas oposições, e trazer conseqüências quase infinitas. No decorrer desta obra, após ter estabelecido claramente a ordem, a natureza e a ação dos três poderes que as criam, mostrarei essas formas, simples ou compostas. No próximo capítulo, mostrarei a origem de um dos mais belos resultados e um dos mais brilhantes fenômenos ligados à formação da sociedade humana: a palavra.

CAPÍTULO IV

NO COMEÇO, O HOMEM É MUDO, E SUA PRIMEIRA LINGUAGEM CONSISTE DE SINAIS. SOBRE A PALAVRA. TRANSFORMAÇÃO DA LINGUAGEM MUDA EM LINGUAGEM ARTICULADA E CONSEQÜÊNCIAS DESTA TRANSFORMAÇÃO

O homem, dotado em princípio de todas as forças, de todas as faculdades, de todos os meios de que possa ser revestido como resultado natural, na verdade não possui nenhum desses atributos ao surgir à luz. Ele é fraco e débil, desprovido de tudo. Neste aspecto, o indivíduo nos dá um exemplo evidente do que é o Reino em seus primórdios. Os que, para se saírem de apuros sobre pontos muito difíceis, asseguram que o homem chega à Terra tão robusto de corpo quanto esclarecido de espírito, afirmam aquilo que a experiência desmente e a razão reprova. Outros que, ao receberem esse ser admirável tal como a natureza o oferece, atribuem à conformação dos seus órgãos e às suas simples sensações físicas tantas concepções sublimes que, de resto, lhe são estranhas, caem na mais absurda das contradições e revelam sua ignorância. Aqueles que, enfim, para explicar o menor fenômeno que seja, julgam-se obrigados a chamar o próprio Deus à cena para torná-lo preceptor de um ser freqüentemente tão rebelde às suas lições, declaram ser mais fácil cortar o nó górdio do que desatá-lo. Eles agem como os autores das tragédias antigas que, não sabendo mais o que fazer com seus atores, faziam-nos ver a razão com raios e trovões.

Nunca é demais repetir: feliz de mim, leitor, se conseguir fazê-lo compreender! O homem é uma semente divina que se desenvolve pela reação dos seus sentidos. Tudo nele é inato, tudo. O que ele recebe do exterior não passa de causa das suas idéias, não sendo as idéias propriamente ditas. Trata-se de uma planta, como já disse, que dá pensamentos, como uma roseira dá rosas e uma macieira dá maçãs. Uma e outra têm necessidade de reação. Mas será que a água ou o ar, de onde a roseira ou a macieira extraem sua alimentação, tem alguma relação com a essência íntima da rosa ou da maçã? Nenhuma. Elas lhes são indiferentes e fazem crescer também as urtigas ou as bagas envenenadas da erva-moura, se a semente for oferecida para reagir com elas numa situação conveniente. Portanto, embora, ao surgir, o homem tenha recebido uma centelha do Verbo Divino, ele não traz consigo para a terra uma língua inteiramente formada. Ele contém em si o princípio da palavra em potencial, mas não em processo de realização. Para falar, é preciso que ele tenha sentido a necessidade de falar, que o tenha desejado intensamente, pois se trata de uma das mais difíceis operações do seu entendimento. Enquanto vive isolado e é puramente instintivo, ele não fala, não sente sequer a necessidade da palavra, e será incapaz de fazer qualquer esforço de vontade para atingi-la. Mergulhado num mutismo absoluto, ele se satisfaz com isso. Tudo o que perturba a sua audição é o ruído; ele não distingue os sons como tais, mas como perturbações que, análogas a todas as suas

outras sensações, não provocam nele atração ou temor, conforme despertem a idéia de prazer ou de dor. Mas a partir do instante em que ele entrou no estado social, após o acontecimento que narrei, mil circunstâncias acumulam-se ao seu redor, exigindo dele uma linguagem qualquer. Ele tem necessidade de um meio de comunicação entre suas idéias e as de sua companheira. Ele quer dar-lhe a conhecer seus desejos e principalmente as suas esperanças porque, desde que tem orgulho, ele também tem esperanças. Sua companheira também está bem mais empenhada em comunicar-lhe as suas idéias porque sua vaidade, mais ativa e circunscrita, as sugere com mais freqüência e em maior número.

Tão logo essa vontade se faz sentir neles, os meios de satisfazê-la aparecem. Esses meios são de tal natureza que eles os empregam sem procurá-los, como se sempre os tivessem possuído. Ao utilizá-los, eles não têm dúvidas de que esses meios oferecem as bases da mais admirável instituição. Esses meios são sinais que eles fazem com um movimento de intenção instintiva e que, mesmo assim, compreendem. E extraordinário que os sinais não tenham exigido uma convenção prévia para serem compreendidos, pelo menos os que são radicais, como, por exemplo, os sinais que expressam aceitação ou recusa, afirmação ou negação, o convite para aproximar-se ou a ordem para afastar-se, a ameaça ou o acordo, etc. Exorto o leitor a refletir por um momento sobre este ponto, pois é aqui que ele encontrará a origem da palavra, tão demorada e inutilmente procurada. Transportemos-nos para o meio de qualquer povo, civilizado ou selvagem, que habite o norte ou o sul da Terra, no mundo antigo ou no novo. Deixemos de lado as diferentes palavras que usam para expressar a idéia de afirmação, sim e não, mas consideremos os sinais que acompanham estas palavras. Veremos que eles são idênticos em toda parte. É a inclinação da cabeça numa linha perpendicular que exprime a afirmação, e sua dupla rotação numa linha horizontal que indica a negação. Vejamos o braço estendido e a mão aberta dobrar-se na direção do peito: este gesto nos convida a aproximarmos-nos. Vejamos, ao contrário, o braço, inicialmente dobrado, abrir-se violentamente acompanhado da extensão da mão: este gesto manda que nos afastemos. Os braços do homem, estendidos e com os punhos cerrados: ameaça. Ele os abaixa suavemente, abrindo as mãos: concordância. Levemos conosco mudos de nascença.

Quanto mais selvagem for o povo e mais próximo da natureza, melhor ele o compreenderá e será melhor compreendido, pela simples razão que ambos estarão mais próximos da língua primitiva do gênero humano.

Não tenhamos receio de anunciar esta importante verdade: todas as línguas que os homens falam e falaram na face da Terra, e o volume incalculável de palavras que entram ou são introduzidas na composição dessas línguas, nasceram de uma quantidade muito pequena de sinais radicais. Há alguns anos, quando procurava restabelecer a língua hebraica em seus princípios constitutivos, e tendo nas mãos um idioma de espantosa simplicidade, vi a verdade que anuncio, e provei-a na medida do possível, mostrando, para começar, que na origem desse idioma os caracteres escritos ou as letras não passavam de sinais classificados como uma espécie de hieróglifos. Em seguida, esses caracteres, reunindo-se em grupos de dois ou três, formaram os radicais monossilábicos e estes, unindo-se a um caráter novo ou reunindo-se entre si, formaram grande quantidade de palavras.

Não é este o lugar para entrarmos em detalhes gramaticais. Devo apresentar somente os princípios. O leitor interessado nestes tipos de pesquisa pode consultar, se julgar conveniente, a gramática e o vocabulário da língua hebraica que eu preparei. E prossigo em minha caminhada.

Assim, a primeira língua que o homem conheceu foi a língua muda. Não se pode imaginar outra sem admitir nela uma infusão do Verbo Divino. Portanto, aceitando-se a existência de similar infusão em todas as outras ciências, o próprio fato demonstra a sua falácia. Os filósofos que têm recorrido a uma convenção anterior para cada termo da língua, caem numa contradição chocante.

Como já disse várias vezes, a Providência dá apenas os princípios de todas as coisas, cabendo ao homem desenvolvê-los.

Mas no momento em que essa língua muda estabeleceu-se entre os dois cônjuges, no momento em que um sinal emitido como a expressão de um pensamento levou esse pensamento da alma de um para a de outro, e foi compreendido, ele provocou na esfera anímica um impulso que deu origem ao entendimento. Essa faculdade central não tardou a produzir suas faculdades circunferenciais e análogas. Desde então, o homem pôde, até certo ponto, comparar e julgar, discernir e compreender.

Ao utilizar essas novas faculdades, ele logo percebeu que a maioria dos sinais que emitia para expressar seu pensamento era acompanhada de certas exclamações vocais, de certas emissões vocais mais ou menos fracas ou fortes, mais ou menos ásperas ou suaves, que não deixavam de representar-se juntas. Ele percebeu essa coincidência, que sua companheira já percebera antes dele, e os dois julgaram que seria conveniente, fosse na escuridão, fosse quando a distância ou um obstáculo impedisse a visão um do outro, substituir os diferentes sinais pelas diversas inflexões de voz que os acompanhavam. Eles talvez tenham agido assim em alguma circunstância urgente, alvoroçados por algum temor ou por algum desejo intenso, e viram com muita alegria que haviam escutado e compreendido um ao outro.

Desnecessário dizer o quanto esta substituição foi importante para a humanidade. O leitor percebe que nada maior poderia ter acontecido na natureza e que se o momento em que esse acontecimento teve lugar pela primeira vez pudesse ter sido registrado, ele teria merecido as honras de uma comemoração eterna. Mas isto não aconteceu. Quem poderá saber quando, como, em que povo e em que região isso ocorreu? Ele talvez tenha sido infrutífero várias vezes seguidas, ou então a língua informe a que esse acontecimento deu origem tenha desaparecido com a humilde choupana que a abrigava. Embora, a bem da rapidez, eu narre tudo reunido, poder-se-á duvidar de que várias gerações se passaram entre os menores acontecimentos? Os primeiros passos dados pelo homem na estrada da civilização são lentos e penosos. Ele muitas vezes é obrigado a recomeçar as mesmas coisas. O Reino Hominal inteiro é sem dúvida indestrutível, a própria raça é forte, mas o homem como indivíduo é muito frágil, sobretudo na sua origem. Todavia, sobre ele repousam os alicerces de toda a estrutura.

Entretanto, como eu disse, tendo ocorrido vários casamentos simultaneamente ou a pequenos intervalos entre si, na mesma região e em várias regiões ao mesmo tempo, eles deram origem a um grande número de famílias mais ou menos próximas umas das outras, percorrendo mais ou menos o mesmo caminho e desenvolvendo-se do mesmo modo, graças à ação providencial que assim o determinara. Essas famílias, cuja existência situei deliberadamente na raça bórea ou hiperbórea, habitavam as regiões próximas do pólo boreal recebendo, necessariamente, as influências desse clima rigoroso em que eram obrigadas a viver. Seus hábitos, costumes, maneiras de comer, vestir e morar se ressentiam disso. Tudo ao seu redor adquiria um caráter especial. Suas cabanas pareciam-se com as ainda hoje usadas pelos povos que ocupam as regiões mais setentrionais da Europa e da Ásia. Elas não passavam de buracos abertos na terra e cuja abertura era tapada com alguns galhos cobertos de peles. A palavra **tanière** (antro) que chegou aos nossos dias, significava, na língua primitiva da Europa, uma fogueira na Terra, o que prova que o uso do fogo, desde logo conhecido de uma raça de homens para quem ele era necessário, remonta a mais distante antigüidade.

Nenhum motivo de discórdia ou de ódio podia surgir no seio dessas famílias, que nenhum interesse particular dividia e cuja subsistência os chefes, ou caçadores ou pescadores, podiam prover facilmente. A profunda paz reinante entre essas famílias, aproximando-as com lazeres comuns, facilitava-lhes as alianças que as aproximava mais a cada dia, unindo-as por laços de parentesco que as mulheres foram as primeiras a reconhecer e fazer respeitar. A autoridade que tinham sobre suas filhas, e as vantagens que tiravam disso, faziam a força e a utilidade desses laços. A língua, de início

muda e reduzida apenas aos sinais, tendo-se tornado articulada pela substituição imperceptível dos sinais pela inflexão de voz que normalmente os acompanhava, desenvolveu-se rapidamente. Inicialmente ela era muito pobre, como todos os idiomas selvagens, mas o número de idéias, embora limitado nessas famílias, bastava para suas necessidades. Não se deve esquecer que as mais ricas línguas da atualidade começaram a se compor com apenas uma quantidade muito pequena de termos radicais. Assim, por exemplo, a língua chinesa, que é constituída por mais de oitenta mil caracteres, não apresenta mais que duzentos e cinqüenta radicais, que mal formam mil e duzentas palavras primitivas pelas variações de acentuação.

Não descreverei, aqui, por que maneiras o sinal foi, de início, transformado pela inflexão vocal em substantivo, nem como este tornou-se verbo ao se lhe acrescentar o sinal. Nem direi como esse sinal verbal, ele próprio sendo ainda vocalizado, transformou-se por assim dizer numa espécie de afixo, ou de preposição inseparável que verbalizou os substantivos sem a ajuda do sinal. Ademais, já apresentei detalhes mais que suficientes a esse respeito.[12] Tudo o que devo acrescentar no momento é que quando a língua tornou-se vocalizada e os termos radicais lhe foram em geral acrescentados num Povoado formado de certo número de famílias reunidas e ligadas entre si por todos os laços de parentesco, quem encontrava ou inventava uma coisa nova dava-lhe necessariamente um nome, que a caracterizava e ficava ligado a ela. Assim, por exemplo, a palavra rân ou rên, sendo aplicada ao sinal que indicava o movimento da corrida ou da fuga, foi dada à Rena, um animal setentrional muito veloz na corrida. Também a palavra vâg, tendo igualmente substituído o sinal que expressava o movimento de ir avante, foi atribuída a toda máquina que serve para transporte de um lugar a outra, em particular à carreta, que a Raça bórea utilizou muito quando, tendo aumentado consideravelmente em número, se dispersou para mais longe, lançando suas multidões pára a Europa e a Ásia.[13]

CAPITULO V

DIGRESSÃO SOBRE AS QUATRO IDADES DO MUNDO E REFLEXÕES SOBRE O ASSUNTO PRIMEIRA REVOLUÇÃO NO ESTADO SOCIAL E PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO DA VONTADE GERAL

Os poetas, e depois deles os filósofos sistemáticos, muito têm falado das quatro Idades do mundo, conhecidas nos antigos mistérios sob os nomes de Idade de Ouro, de Prata, de Estanho e de Ferro, e, sem se preocuparem por estar intervindo na ordem dessas Idades, deram o nome de Idade do Ouro àquela época em que o homem, que há pouco escapara às influências do simples instinto, apenas começava a experimentar suas faculdades anímicas e a fruir dos seus resultados. Era, sem dúvida, a infância do Reino Hominal, a geratriz da vida social. Esses primórdios tinham certa doçura, sobretudo quando comparados com o estado de apatia absoluta e de trevas que os precedera. Mas seria ledo engano crer que este foi o ponto culminante da felicidade, o ponto em que a civilização deveria parar. Uma infância fora dos seus limites naturais se transformaria em imbecilidade; uma aurora que jamais trouxesse o sol lançaria a terra na esterilidade e no torpor.

Um autor moderno já observou, com muita sagacidade, que os homens, naturalmente inclinados a embelezar o passado, sobretudo quando são idosos, têm agido como grupo precisamente da maneira como agem na qualidade de simples indivíduos. Eles sempre elogiam as primeiras idades do mundo, sem pensar muito no fato de que esses primeiros momentos da sua existência social estavam bem longe de ser tão agradáveis quanto imaginam. A imaginação superficial e quase infantil dos gregos embaralhou singularmente este quadro, transportando-o propositadamente, e

---

12 Em minha obra sobre a língua hebraica e na obra sobre a Língua d'Oc.

13 A palavra **rên**, não podendo ser aplicada, nos climas mais temperados, à rena, inexistente nessas regiões, aplica-se entre nós à palavra **renard** (raposa), pela mesma razão. Da palavra **vâg**, que significa um vagão, uma carreta, tiramos o verbo **vagar**. Todos os povos do Norte deram o nome de **veg** ao caminho traçado pela carreta **vâg**, e esta palavra, transformada pela pronúncia, tomou-se **via** para os latinos, **voie** para os franceses, **way** para os ingleses, etc.

para agradar a multidão, do fim para o começo dos tempos. O que eles chamaram de Idade de Ouro deveria ser chamada de Idade de Ferro ou de Chumbo, porque seu regente era Saturno, representado como um tirano desconfiado e cruel, mutilando e destronando seu pai para sucedê-lo, e devorando os próprios filhos para livrar-se do medo de ter um sucessor. Saturno era então o símbolo do Destino. Segundo a doutrina dos mistérios, a passagem do reino do Destino para o da Providência foi preparada por dois reinos intermediários: o de Júpiter e o de Ceres, chamada Ísis pelos egípcios. Um desses reinos serviu para reprimir a audácia dos Titãs, isto é, subjugar as espécies animais e estabelecer a harmonia na Natureza pela correção dos cursos dos rios, pela drenagem dos pântanos, pela invenção das artes, dos trabalhos agrícolas, etc. O outro serviu para regularizar a sociedade, pelo estabelecimento de leis civis, políticas e religiosas. Chamamos esses dois reinos de Idades de Estanho e de Prata. O nome Idade de Ouro, que se seguia, estava reservado ao reino de Dionísio ou de Osíris. Esse reino, que deveria espalhar a bondade sobre a terra, mantendo-a ali por muito tempo, estava sujeito a retornos periódicos, que seriam medidos pela duração do grande ano. Assim, de acordo com essa misteriosa doutrina, as quatro idades deveriam suceder-se continuamente sobre a terra, como as quatro estações, até o fim dos tempos, começando pela Idade de Ferro ou reino de Saturno, comparado com o inverno.

Neste aspecto, o sistema dos brâmanes está de acordo com o dos mistérios egípcios, de Onde os gregos tiraram os seus. A Satya-Yuga, que corresponde à primeira Idade, é a da realidade física. Segundo está escrito nos Puranas, é uma idade repleta de catástrofes espantosas, na qual os elementos conspirados entregam-se à guerra, os Deuses são atacados pelos demônios e o globo terrestre, de início tragado pelas águas, é ameaçado de ruína total a cada instante. A Tetra-Yuga, que vem em seguida, não é mais afortunada. Somente na época da Duapar-Yuga é que a terra começa a mostrar uma imagem mais alegre e mais tranqüila. Nela, a sabedoria, aliada ao mérito, fala pelas bocas de Rama e de Krishna. A sociabilidade, as artes, as leis, a moral e a religião ali florescem à porfia. A Kali-Yuga, que começou, deve terminar este quarto período com a aparição do próprio Vishnu, cujas mãos armadas com um gládio cintilante abaterão os pecadores incorrigíveis, fazendo desaparecer para sempre da face da Terra os vícios e os males que conspurcam e afligem o Universo.

De resto, os gregos não são os únicos culpados de terem invertido a ordem das idades, levando confusão a esta bela alegoria. Os próprios brâmanes hoje preconizam a Satya-Yuga e caluniam a idade atual, não obstante seus próprios anais mencionarem a terceira idade, a Duapar-Yuga, como a mais brilhante e feliz. Essa foi a idade da sua maturidade. Hoje eles estão na senilidade, e seu olhar, como o dos idosos, voltam-se com freqüência para os tempos da sua infância.

Em geral, os homens cujo orgulho torna melancólicos, sempre descontentes com o presente, sempre incertos quanto ao futuro, gostam de voltar-se para o passado, de onde julgam nada ter a temer. Eles o enfeitam com as cores vivas que sua imaginação não se atreve a dar ao futuro. Em sua escura melancolia, eles preferem as saudades supérfluas e sem fadiga aos desejos reais, mas que lhes custariam algum esforço. J. J. Rousseau era um desses homens. Dotado pela natureza de grandes talentos, ele se viu deslocado pelo Destino. Agitado por paixões ardentes que não podia satisfazer, e vendo continuamente afastar-se dele o objetivo que desejava alcançar, concentrou em si mesmo a atividade de sua alma e, transformando em vãs especulações e em situações romanescas os impulsos da sua imaginação ou do seu coração, apenas criou paradoxos políticos ou exageros sentimentais. O homem mais eloqüente do seu século invectivou contra a eloqüência; quem provara ser um dos mais sábios, denegriu as ciências; amante, profanou o amor; artista, caluniou as artes e, receoso de ser esclarecido sobre seus próprios erros, fugindo às luzes que o acusavam, ousou tentar extingui-las. E as teria extinguido, se a Providência não se opusesse aos seus cegos arroubos, pois sua Vontade era um poder terrível. Ao declarar a soberania do Povo, ao colocar a multidão acima das leis, ao lhe submeter seus magistrados e reis como seus mandatários, ao abalar inteiramente a autoridade do sacerdócio, ele rasgou o contrato social que pretendia celebrar. Se o sistema desse homem

melancólico tivesse sido adotado, a Raça humana teria retrocedido rapidamente para aquela natureza primordial que sua imaginação vaporosa e doentia lhe representava sob uma forma encantadora, quando na realidade ela contém apenas o discordante e o selvagem.

Um homem atacado da mesma doença, porém mais frio e mais sistemático, fracassou em transformar em ação o que Rousseau deixara no potencial. Ele se chamava Weishaupt, e era professor numa cidade medíocre da Alemanha. Apaixonado pelas idéias do filósofo francês, ele as revestiu com as formas misteriosas do iluminismo, divulgando-as pelas lojas maçônicas. Não se poderia fazer idéia da rapidez dessa propagação, tão prontos estão os homens a acolher o que favorece as suas paixões! Por um momento, a sociedade européia esteve ameaçada de um perigo iminente. Se o mal não tivesse sido estancado, é impossível dizer até que ponto as suas devastações se desdobrariam. Sabe-se que um dos adeptos dessa sociedade subversiva, atingido por um mal súbito na rua e levado sem sentidos para a casa de alguém, deixou que encontrassem nele um documento contendo o plano da conspiração e os nomes dos principais conspiradores. O plano era nada mais nada menos que derrubar todos os tronos e altares para reconduzir todos os homens àquela natureza primitiva que, segundo esses visionários, faz deles, sem distinção, sumos pontífices e reis.

Que erro espantoso! Deu-se a Weishaupt o título de iluminado. Ao contrário, ele não passava de um fanático imprudente que, com a melhor boa fé do mundo e acreditando trabalhar para a felicidade do gênero humano, na verdade o impelia para um terrível abismo.

Como eu sabia que, quando da recepção de vários iniciados nos mistérios desse político extravagante, lia-se uma descrição da Idade do Ouro, eu quis destruir a falsa idéia que ainda poderia subsistir em alguns cérebros. Weishaupt, como Rousseau, ostentava uma erudição pouco mais que medíocre. Se tivessem conhecido as verdadeiras tradições, ambos saberiam que a idéia de situar a Idade de Ouro na origem das sociedades, entre homens desprovidos de governo e de culto, não teria parecido especiosa para alguns poetas gregos e latinos porque ela estava em harmonia com a opinião errônea de seu tempo. Na abertura dos antigos mistérios, sem dúvida muito superiores aos de Weishaupt, não se lia uma descrição assim tão brilhante, mas o começo da cosmogonia de Sanchoniaton que, como se sabe, apresenta um quadro inteiramente diferente e bastante tenebroso.

Não se surpreendam em me verem dedicar uma digressão bastante longa ao combate de uma idéia tão frívola como a da Idade de Ouro. É preciso considerar que os que hoje escrevem com mais frieza sobre a política, e que ririam penalizados se alguém os acusasse de nutrir semelhante idéia, apenas obedecem ao movimento do qual ela foi a causa. Se Rousseau não se tivesse impressionado, ele não teria dito em seu *Discurso sobre a Origem da Desigualdade* que o homem que medita é um animal depravado, e em seu *Émile* que quanto mais as mulheres sabem mais elas se enganam; que o único meio de se evitar o erro é a ignorância. Na política, os perigosos não são os homens a quem a razão aconselha, ou cujo interesse guie a pena, qualquer que seja o partido ao qual pertençam, mas os que, possuídos de uma idéia fixa, seja qual for, escrevem com persuasão e entusiasmo. Retorno agora ao meu tema.

O homem, tal como o deixei ao final do capítulo anterior, chegara ao primeiro degrau do Estado social pelo desenvolvimento sucessivo das suas faculdades. Ele estava constituído em famílias reunidas entre si por laços de parentesco, inventara coisas úteis, alojara-se, vestira-se de maneira tosca, domesticara várias espécies de animais, aprendera a usar o fogo e, acima de tudo isso, ele possuía um idioma articulado que, embora informe, bastava para suas necessidades. Este estado, que muitos poetas complacentes e alguns políticos medíocres acreditam ser a Idade do Ouro, não era nada disso, mas um primeiro passo real no caminho da civilização, ao qual deveriam seguir-se um segundo passo e um terceiro. O caminho estava aberto, era tão impossível para o homem parar

no seu começo quanto lhe teria sido não entrar nele. A ação da Providência e a do Destino atuavam em concerto nesse acontecimento.

Mas a mulher, que poderia vangloriar-se, com razão, de todo o bem que resultará de tudo isso, não soube como utilizá-lo a contento. Nesse início de civilização ela cometeu uma falta muito grave, cujas conseqüências terríveis, por pouco não causaram a perda de toda a Raça. Satisfeita com a mudança que ocorrera em sua sorte, ela desejava unicamente mantê-la e, pensando apenas em seu interesse individual, esqueceu-se do interesse geral da sociedade. Como seu instinto a levava mais a possuir do que a fruir, e como sua vaidade sempre se revelava em sua alma antes de qualquer outro sentimento, ela se ligou ao seu esposo mais por interesse do que por prazer, e utilizou sua vaidade para agradá-lo, visando mais garantir a posse dele do que tornar-lhe a sua mais agradável. Ela queria sempre ser amada antes de amar para que seu império jamais ficasse em perigo. O homem, levado, por um instinto contrário, a fruir de preferência a possuir, e fazendo seu orgulho ceder ante o que sua piedade de início lhe mostrara como sendo uma fraqueza, facilitou os projetos interesseiros da sua companheira. Suas tarefas externas, provocando sua indolência caseira, não criaram nenhum obstáculo às usurpações quotidianas da mulher que, conforme desejava, logo se viu senhora absoluta de toda a casa. Ela criou um centro para si, dispondo de tudo nele e passando a mandar naquele que a Natureza lhe destinara por senhor. A educação que ela deu às filhas, de acordo com suas idéias, aumentou nelas a força do instinto, tornando-as cada vez mais dispostas a seguir o caminho abusivo que ela abrira. Assim, ao final de algumas gerações, estabelecera-se o despotismo feminino.

Mas o que o instinto fizera de um lado, o instinto deveria desfazer do outro. O movimento iniciado não podia parar ali: era preciso que o Destino seguisse seu curso. O homem, tendo-se submetido à mulher graças a uma espécie de indolência orgulhosa, logo percebeu que era mais fácil renunciar à possessão do que à fruição. Ele encontrou, fora da sua cabana, uma jovem qualquer que lhe despertou os desejos e, como sua mulher talvez já tivesse passado da idade fértil, quis associar uma outra à sua sorte. Diante dessa novidade, uma paixão até então desconhecida, o ciúme, nascido da vaidade ferida e do interesse ameaçado, acendeu-se na alma da primeira esposa. Seguiram-se terríveis altercações domésticas. O que ocorreu numa única família abalou todas as outras. Pela primeira vez, a perturbação foi geral; pela primeira vez, a Raça bórea sentiu que poderia haver interesses gerais para ela. Os homens de um lado e as mulheres do outro, discutiram à sua moda essa questão de direito, a primeira a ser discutida: um homem pode ter várias mulheres?

Como não havia, então, um culto dominante que pudesse prevalecer sobre sua razão, e como as esperanças numa outra existência não poderiam nascer em suas inteligências ainda embotadas, os homens decidiram que tal coisa era possível. Reunidos pela primeira vez em grandes massas, e fora das suas cabanas, eles sentiram que suas forças, reunidas, aumentavam de intensidade, e que suas resoluções tinham algo de solene. Os mais tímidos ficaram espantados com sua audácia. Esta foi a ocasião e este foi o resultado do primeiro uso que o homem fez da sua Vontade geral.

As mulheres, extremamente irritadas com uma decisão tão contrária ao seu domínio, resolveram impedir sua execução de qualquer maneira. Elas não podiam imaginar que esses mesmos homens, tão frágeis diante delas, pudessem demonstrar tão grande audácia.

Esperavam trazê-los de volta, mas inutilmente, pois o ato que acabara de ser aprovado criara algo até então desconhecido, algo cujos resultados viriam a ser colossais: a opinião, que, dando ao orgulho um novo sentido, transforma-o em honra, e lhe dá supremacia frente à piedade. Nesta situação, as mulheres deveriam ter-se deixado inspirar pela compaixão; mas como sua vaidade não lhes permitia galgar esse degrau, que poderia ter sacudido sua inteligência, elas se confiaram ao instinto, e isto foi sua perdição. Convencidas pela astúcia de que poderiam enfrentar a força com a fraqueza, e que seus maridos assustados não ousariam enfrentá-las, elas provocaram-nos

imprudentemente. Porém, mal ergueram as mãos, foram vencidas. O Destino, que elas haviam invocado, as derrotou.

CAPITULO VI

CONTINUAÇÃO. A SORTE DEPLORÁVEL DA MULHER NO COMEÇO DAS SOCIEDADES. SEGUNDA REVOLUÇÃO. A GUERRA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS. OPOSIÇÃO DAS RAÇAS

O funesto acontecimento que acabo de resumir não constitui mera hipótese, imaginada apenas para amparar um sistema. Trata-se de um fato real, que infelizmente deixou poucos vestígios. Entretanto, a torrente dos séculos ainda não conseguiu apagá-los por completo, e eles se apresentam por toda parte aos olhos do historiador e do observador. Vejam os povos selvagens, como os samoanos, por exemplo, que, estando mais próximos da Raça bórea, conservaram seus costumes originais. Ainda encontramos entre eles, em toda a sua intensidade, a causa fatal das desgraças que durante longos ciclos se abateram sobre a mulher. Quis apoderar-se de tudo e não lhe deixaram nada. Horroriza-nos pensar no terrível estado a que ela foi reduzida. É muito natural para o homem passar de um extremo a outro em seus sentimentos e destruir com desdém os objetos do seu amor ou de sua veneração.

Ainda hoje existem povos, que dramáticas situações locais ou circunstanciais afastaram dos benefícios da religião e da civilização, entre os quais o infortúnio da mulher se perpetuou. E impossível contar a maneira como ela é tratada sem sentirmos aversão. Ela é mais uma escrava do homem do que sua companheira; mais uma besta de carga do que um ser humano. A mais bela metade do gênero humano, aquela a quem a Natureza parece ter tido prazer de criar para a felicidade, perdeu inclusive a esperança. Sua sorte é de tal modo deplorável que, não raro, vêem-se mães, cuja compaixão as torna desnaturadas, sufocarem suas filhas ao nascer para lhes poupar o terrível futuro que as aguarda.

Oh, mulheres, mulheres, objetos queridos e funestos! Se estas palavras chegarem às vossas mãos, não vos apresseis em tomar-vos de prevenções contra seu autor. Ele é o mais sincero dos vossos amigos e talvez tenha sido o mais terno dos vossos amantes! Se vos mostra vossos erros, ele também vos mostrará vossa generosidade. E ele já a mostrou, pois disse que os primórdios da civilização humana foram obra vossa. Resguardai-vos de uma vaidade pueril, produto do vosso instinto, e buscai em vossa alma, principalmente em vossa inteligência, sentimentos mais doces e inspirações mais generosas. Vós os encontrareis facilmente ali, pois a Divindade, que é sua fonte, quis que tudo brotasse de vosso seio com admirável presteza. Vós ofereceis os encantos da adolescência numa época em que o homem ainda é criança, e vossos ternos olhares já revelam as emoções de vossa alma quando ele ainda ignora a existência da sua. Como serieis admiráveis se, sempre atentas contra os impulsos de uma vaidade exclusivista, de um interesse ciumento, pusésseis a serviço do homem e da sociedade os meios encantadores que possuis! É, portanto, verdade que poderíamos chamar-vos de gênio tutelar da infância, encanto da juventude, amparo e prudência do homem. Vós embelezaríeis o sonho da vida e esse sonho se realizaria para vós.

As faltas que mencionei, e as que virei a mencionar ainda, vós as encontrareis bem longe de vós: elas são só efeito, pelo tempo e pela forma. Mas a essência subsiste e poderíeis cometer faltas de outra espécie. Vossa educação, mal concebida e mal dirigida, vos impele para estas; tomai cuidado. A Europa está passando por uma efervescência inexorável. Se não vos conduzirdes sabiamente, digo-vos penalizado, estou certo de que o destino das mulheres da Ásia vos aguarda.

Mas, sem nada antecipar do que tenho a dizer, retornemos à história dos séculos passados.

Enquanto a raça bórea se civilizava, tornando-se mais numerosa e ocupando, a cada ano, um espaço territorial maior, os séculos corriam silenciosos. Todas as invenções se aperfeiçoavam, sendo possível observar-se já, entre os diferentes povos que compunham toda a Raça, tênues indícios de vida pastoril e agrícola. Canoas foram escavadas em troncos para cruzar os braços de mar e navegar os rios. Fabricavam-se carretas para penetrar mais facilmente o interior. Quando as pastagens numa região se esgotavam, passava-se para outra. A Terra, que jamais faltava aos seus habitantes, era suficiente para suas necessidades. As densas florestas fervilhavam de caça, mares e rios ofereciam uma pesca inesgotável e fácil. As discórdias particulares que poderiam surgir eram prontamente eliminadas sem jamais se generalizarem. E o Povo, destinado a ser o mais belicoso da Terra, era então o mais pacífico. Nessa época, esse Povo teria fruído de uma felicidade tão grande quanto sua situação o permitisse, se uma parte de si mesmo não gemesse sob o peso da opressão. Por toda parte, as mulheres estavam reduzidas ao estado em que hoje as encontramos entre os samoanos. Era mais ou menos comum encarregá-las das tarefas mais penosas. Quando envelheciam, o que era bastante raro chegava-se com freqüência à crueldade de afogá-las. Os gemidos dessas infelizes vítimas finalmente despertaram a solicitude da providência que, cansada de tanta crueldade, e também desejosa de fazer progredir aquela civilização estagnada e apenas esboçada, determinou um movimento em potencial, que o Destino pôs em ação.

Naquela época, a Raça negra, que hoje chamarei de Sudeana, devido a sua origem equatorial, e em oposição à Raça branca, que chamei de **Bórea**, já existia com toda a pompa de Estado social. Ela cobria toda a África de nações poderosas, possuía a Arábia e estendera suas colônias não só por todas as costas meridionais da Ásia, como também no seu interior. Ainda hoje existem em todas essas regiões, uma infinidade de monumentos que apresentam a característica africana e atestam a grandeza dos povos aos quais pertenceram. As enormes construções de Mahabalipuram, as cavernas de Elora, os templos de Isthakar, os bastiões do Cáucaso, as pirâmides de Mênfis, as escavações de Tebas, no Egito, e muitas outras obras que a imaginação espantada atribuía a gigantes, provam a longa existência da raça sudeana e seus enormes progressos nas artes. A respeito desses monumentos podemos fazer uma observação interessante. É que o tipo segundo o qual todos são construídos é o de uma caverna aberta numa montanha, o que nos leva a pensar que as primeiras habitações dos povoados africanos foram espécies de criptas formadas desse modo, e que o nome troglodita deve ter sido, no início, seu nome genérico. O tipo de habitação primitiva das nações bóreas, que foi a carreta, é reconhecido na leveza da arquitetura grega, na forma dos templos antigos e até mesmo nas casas. Quanto às raças medianas que dominaram ou ainda dominam a Ásia, e que provêm da Raça amarela, quais sejam a tártara oriental e a chinesa, muito numerosas apesar de muito avançadas em sua velhice, é evidente que todos os seus monumentos retratam fielmente a forma da tenda, sua primeira morada.

Ora, a Raça sudeana, poderosa e bastante difundida pela África e pela região meridional da Ásia, conhecia apenas imperfeitamente as regiões setentrionais daquela parte do mundo, e tinha somente uma idéia muito vaga da Europa. A opinião geral era, sem dúvida, de que toda aquela vasta extensão de terras estéreis e batidas por um inverno perene deveria ser inabitável. A opinião oposta predominava na Europa com relação à África, quando a raça bórea, tendo alcançado determinado grau de civilização, começou a manifestar uma ciência geográfica. Seja como for, o norte da Ásia e da Europa tornou-se conhecido dos sudeanos no momento em que esse acontecimento deveria ocorrer. Não importa quais tenham sido as circunstâncias que os provocaram, nem os meios empregados para isso: a Providência assim o quis, e assim foi.

Pela primeira vez, os homens brancos perceberam, à luz de suas florestas incendiadas, homens de cor diferente da sua. Mas não foi essa a única diferença que os impressionou. Aqueles homens cobertos de trajes extraordinários, de couraças resplendentes, manipulavam com destreza armas temíveis, possuíam uma cavalaria numerosa, combatiam em carros e até em torres formidáveis que, avançando como colossos, espalhavam a morte por todos os lados. O primeiro sentimento foi de

pasmo. Algumas mulheres brancas capturadas por esses estranhos, que procuravam conquistar-lhes a benevolência, deixaram-se seduzir com certa facilidade. Elas eram por demais infelizes em sua própria pátria para ter-lhe amor. De volta às suas cabanas, elas mostraram os colares brilhantes, os tecidos delicados e agradavelmente matizados com que foram presenteadas. Mais não foi preciso para que isto subisse à cabeça de todas as outras. Grande número delas aproveitou-se das sombras da noite e fugiu, juntando-se aos recém-chegados. Pais e maridos, que lhes ouviam apenas os ressentimentos, tomaram das frágeis armas e avançaram para reclamar filhas e esposas. Tal movimento fora previsto, e eles eram esperados. Travado o combate, os resultados surgiram claros. Vários foram mortos, um número ainda maior caiu prisioneiro e o restante fugiu.

O alarme, espalhando-se pouco a pouco, logo tomou conta da Raça bórea. As povoações reuniram-se em grandes multidões e deliberaram sobre o que se deveria fazer, sem terem previsto antecipadamente sobre o que deliberariam, nem o que se definiria como uma deliberação. O perigo comum despertou a Vontade geral. Essa vontade se manifestou, e o decreto que ela trouxe consigo tomou também a forma de um plebiscito. Porém, sua execução não foi tão fácil quanto o fora outrora. Ela não agia mais sobre si mesma. O povo reunido o sentiu e logo percebeu que a intenção de fazer a guerra não bastava, e que ele seria indubitavelmente vencido se não descobrisse meios para dirigi-la. Diante disso, um dos homens, que a Natureza dotara de grande porte e de uma força extraordinária, aproximou-se do centro da assembléia e declarou que se encarregaria de mostrar esses meios. Seu aspecto imponente e sua segurança eletrizaram a assembléia. Um brado geral ecoou em seu favor. Ele foi proclamado o **Herman** ou **Gherman**, isto é, o chefe de homens. Foi o primeiro chefe militar.[14]

O importante decreto que colocava um homem acima de todos não precisava ser escrito nem promulgado. Ele era a expressão enérgica da Vontade geral. A força e a verdade do movimento o haviam marcado em todas as almas. Quando foi preciso escrever as leis, é porque essas leis haviam deixado de ser unânimes.

O Herman logo dividiu os homens em três classes. Na primeira, colocou todos os anciãos incapazes, devido à idade, de suportar as fadigas da guerra; para a segunda, chamou todos os homens jovens e robustos, com os quais formou seu exército; e na terceira, colocou os homens fracos e idosos, porém ainda ativos, destacando-os para prover todas as suas necessidades. As mulheres jovens e as crianças foram mandadas para longe, para além dos rios ou para o coração das florestas. As mulheres idosas e os rapazes jovens serviram para transportar víveres ou guardar as carretas. Como os velhos estavam encarregados de distribuir a cada um dos combatentes a sua ração diária, além de proteger as provisões, deu-se-lhes o nome de **Dieta**, isto é, subsistência, nome até hoje mantido na **Dieta** germânica;[15] não que ela se ocupe, como outrora, com a subsistência propriamente dita, mas com a existência do corpo político. Essa Dieta foi o modelo de todos os senados posteriormente criados na Europa para representar a vontade geral. Quanto às duas outras classes criadas na massa da população, deu-se a uma delas o nome de **Leyt**, isto é, a Elite; e à outra, o nome de **Folk** ou **Volg**, isto é, o que segue, o que serve, a multidão, o vulgo.[16] Eis aí a tão procurada origem da desigualdade de condições estabelecida em tão boa hora entre as nações setentrionais. Essa desigualdade não foi resultado nem do capricho nem da opressão; foi a seqüência necessária do

---

[14] É desse nome **Herman** ou **Gherman** que se originaram os nomes **Germano** e **Germânia,** que ainda damos aos alemães e à Alemanha. O radical **her** significa precisamente **uma eminência,** e no sentido figurado, **um soberano, um senhor.**

[15] Esta palavra significava a maneira de se alimentar ou de prover a própria subsistência, tanto na palavra grega διαιτα, como na latina *dioeta*, no francês *diète*, no inglês *diet*, etc. Ainda hoje se diz em inglês *to diet one*, para expressar o cuidado que se tem em alimentar alguém. Essa palavra está ligada ao antigo radical **oed,** a alimentação, reunida ao artigo de, em inglês *the*, em alemão *die*. Deste radical **oed** surgiram os verbos *edere* em latim, *aeían* em saxão, *to eat* em inglês, *essen* em alemão, etc.

[16] As palavras **leyt e volk** são ainda usadas em alemão. A palavra grega λεωτ está ligada à palavra **leyt.** O latim **vulgus** origina-se da palavra **volg,** o mesmo acontecendo com a palavra **foule** em francês.

estado de guerra em que aquelas nações estavam envolvidas. O Destino, que provocara esse estado, determinando-lhe todas as conseqüências, dividiu irresistivelmente o povo em duas classes: a dos fortes e a dos fracos. A dos fortes, chamada a combater, e a dos fracos, reservada para alimentar e servir aos combatentes. Esse estado de guerra, que pela sua longa duração deveria transformar-se no estado normal da raça bórea, consolidou essas duas classes e, com o passar do tempo, criou para si a demarcação fixa e os empregos hereditários. Daí surgiu, no próprio seio dessa raça, a nobreza e a plebe, com todos os seus privilégios e atributos. E assim, após passar muito tempo avassalada ou submetida, ela finalmente conseguiu vencer a raça sudeana, subjugando-lhe as diferentes nações, além de consignar a existência dessas duas classes nos títulos de Bóreos e Hiperbóreos,[17] ou Barões e Grandes Barões, atribuídos aos vencedores, transformados em senhores soberanos ou feudais.

CAPITULO VII

PRIMEIRA ORGANIZAÇÃO SOCIAL. TERCEIRA REVOLUÇÃO. A SERVIDÃO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Ao fazer a divisão a que me referi no capítulo anterior, o Herman pensou em ampliar essa constituição guerreira o quanto pudesse e, para isto, escolheu vários lugares-tenentes, enviando-os às povoações bóreas distantes, para informá-las sobre o que estava acontecendo e convidá-las, em nome do bem-estar comum, a se unirem dentro dos mesmos princípios, apressando-se a combater o inimigo. Essa embaixada, cuja necessidade sugeriu também os meios e a forma, teve todo o êxito que se poderia esperar. As diferentes povoações, alarmadas pelas narrativas que ouviram, e também arrastadas pelo movimento imposto de cima, constituíram-se todas de acordo com o mesmo plano, criando tantos **Hermans** quantas congregações havia. Esses diferentes **Hermans**, reunindo-se, formaram um corpo de chefes militares que, sempre guiados pela força das coisas, não tardaram a sentir a utilidade, tanto para eles próprios quanto para a coisa pública, de se ter um chefe supremo. Esse chefe, proclamado pela sua própria apresentação, e por ser evidentemente o mais forte e o mais poderoso, foi chamado de **Herôll**,[18] isto é, o chefe de todos. As Dietas das diferentes aldeias o reconheceram, e as diversas classes de **Leyts** e **Folks** juraram obedecer-lhe. Este foi o primeiro imperador e esta foi a origem do governo feudal, porque na Europa, e entre as nações da raça bórea, o governo imperial ou o feudal não são diferentes. Um imperador que não domina seus chefes militares, soberanos dos povos que governam, não é um imperador de verdade. Não se trata de um **Herôll** propriamente dito, mas de um **Herman**, um chefe militar mais ou menos poderoso. Um imperador, como o Agamêmnon de Homero, deve reinar sobre reis.

Mas além das duas classes primordiais que dividiram todas as povoações em homens de armas e em servos, formaram-se duas outras classes superiores a estas, compostas de homens escolhidos que se uniram principalmente ao Herôll ou ao Herman, formando sua guarda, seu séqüito e, finalmente, sua corte. Essas duas classes, as quais receberam, com o passar do tempo, grandes privilégios, deram seu nome à Raça inteira, principalmente quando essa raça, tendo conseguido o domínio, ampliou suas conquistas e fundou nações poderosas. Daí saíram os Hérules e os Germanos.

E, como que imitando os Herôlls ou os Hermans, os chefes inferiores, que se haviam tornado poderosos pela conquista, também tinham seus seguidores, chamados **Leudes**, por causa da classe de homens de armas de onde saíram. Também eles deram seus nomes a povos inteiros quando esses

---

[17] É preciso considerar, como digna de atenção, que, enquanto a palavra **Bórea,** na Europa, transformou-se em título honorífico, na palavra **Barão,** na Ásia e na África a palavra **Sudeano** adquiriu o mesmo valor que a palavra **Syd,** que alguns escrevem, muito erradamente, Cid.

[18] Esse nome, carregando-se a inflexão gutural na de **Hercôll** ou **Hercule,** tornou-se célebre por toda a Terra. Com o passar do tempo, ele foi dado à Divindade universal, ao Sol, assim como o nome de **Herman** fora dado ao deus da guerra. O símbolo desse Deus, representado por uma lança, chamava-se **Irminsul,** ou melhor, **Herman-Sayl.**

povos, conduzidos por eles, conseguiram separar-se da nação propriamente dita, estabelecendo-se mais longe.[19]

Mas enquanto a Raça bórea era assim preparada para o combate, a luta prosseguia. Os sudeanos, aproveitando-se das suas vantagens, haviam penetrado no interior do país. O fogo e o ferro abriam-lhes os caminhos através das florestas até então intransponíveis. Eles cruzaram facilmente os rios com pontes feitas de barcos que sabiam construir. À medida que avançavam, erguiam fortes inacessíveis. Os Bóreos, malgrado seu número e sua coragem, não podiam resistir à campanha desses temíveis inimigos, que lhes eram muito superiores graças à sua disciplina, tática e à diferença entre suas armas. Se tentavam cair sobre eles de repente, ou surpreendê-los sob a proteção da noite, encontravam-nos fechados em seus campos fortificados. Tudo traía aquela Raça infeliz e parecia conduzi-la para sua perdição absoluta. As próprias mulheres dos Bóreos abandonavam-nos, trocando-os pelos seus vencedores. As primeiras a se libertarem, tendo aprendido o idioma dos sudeanos, serviam-lhes de guias e lhes mostravam os mais ocultos esconderijos dos seus pais ou esposos. Esses infelizes, surpreendidos, cercados por todos os lados, cortados, jogados nos rios ou acuados contra as montanhas, eram obrigados a se render ou morrer de fome. Os que eram aprisionados nos combates ou se rendiam para escapar à morte, tornavam-se escravos.

Nesse meio tempo, os africanos, já senhores de grande parte da região, mandaram seus sábios explorar-lhe as riquezas naturais. Descobriram-se ali minas de cobre, estanho, chumbo, mercúrio e, principalmente, ferro, cuja grande utilidade o tornava tão precioso para essa gente. Eles haviam encontrado florestas ricas em madeiras para construção. As planícies ofereciam aos agricultores que as quisessem desbravar a esperança de magníficas colheitas de trigo. Os rios, numerosos, ostentavam em suas margens férteis pastagens que poderiam receber e alimentar uma quantidade considerável de animais. Essas novas, levadas à África e à Ásia, atraíram multidões de colonos.

Começou-se pela exploração das minas. Os infelizes Bóreos feitos prisioneiros, e os que eram aprisionados diariamente, foram entregues a senhores ávidos que os empregavam nesse rude trabalho. Eles sabiam perfurar toscamente a terra, mas foram ensinados a fazê-lo com método, servindo-se das ferramentas apropriadas. Penetraram no seio das montanhas, de onde tiraram grandes quantidades de minério de cobre, ferro e outros metais. Foram obrigados a trabalhá-los e fundi-los. Enterrados vivos em cavernas mefíticas, presos a rodas, obrigados a alimentar imensas fogueiras e a malhar nas bigornas as massas ardentes, quantos sofrimentos não tiveram eles de suportar!

Enquanto isso, outros arrastavam a charrua e regavam com seu suor os sulcos de onde seus vencedores fariam as colheitas. Nem mesmo as mulheres foram poupadas. Decidida à vitória e quando não mais se necessitou da sua ajuda, elas não foram mais bem tratadas que os maridos. Venderam-nas como escravas, juntamente com os homens. Levaram-nas para a África onde, enquanto as empregavam nas tarefas mais vis, especulava-se sobre seu futuro.

Se as nações bóreas, em lugar de serem nômades, já se tivessem fixado, se morassem em cidades, como as que os espanhóis encontraram nas Américas, elas se teriam perdido totalmente. Mas parece que a Providência, desejando conservá-las, gravou no fundo da sua alma um horror irresistível a qualquer coisa que parecesse um recinto fechado. Esse horror, sem dúvida intensificado pelas incontáveis calamidades que sofreram nas prisões de seus tiranos, perdurou por muitos séculos

[19] E preciso observar atentamente que todos os povos nos quais encontramos os nomes dos mais antigos criadores, normalmente reunidos sob o nome genérico de Celtas ou Citas, no fundo não passavam de divisões de um único e mesmo Povo, saído de uma única e mesma raça. O nome Celtas, que em geral davam a si mesmos, significava os machos, os fortes, os ilustres, originando-se diretamente da palavra **held,** um herói, um membro de conselho. O nome de Citas que seus inimigos lhe davam significava, ao contrário, os impuros, os reprovados, originando-se da palavra **Cuth** ou **Scuth,** dada a tudo que afastamos, repelimos ou que repele. Ele designava propriamente um escarro. Era por esse nome injurioso que a raça negra caracterizava a branca, devido à cor do escarro.

mesmo após sua libertação e mesmo em meio aos seus triunfos. Não obstante as misturas ocorridas tantas vezes entre os povos meridionais e os do Norte, encontramos ainda grande número de hordas, de origem bórea, a quem nada conseguiu vencer a repugnância pelas moradas fixas, mesmo após se terem estabelecido em climas mais amenos.

O que salvou a Raça Branca da destruição total foi a sua facilidade em fugir dos vencedores, após ter reconhecido a impossibilidade de lhes resistir. Os remanescentes de diferentes povoações, recolhidos pelos Hermans que, após terem sido criados não cessavam de se renovar, refugiaram-se no norte da Europa e da Ásia. Ao chegarem àquelas imensas regiões que lhes serviram de berço, construíram uma muralha com o gelo que os invernos prolongados acumulavam. No começo, seus opressores tentaram persegui-los, mas após várias tentativas infrutíferas, viram-se repelidos pelos rigores do clima.

CAPITULO VIII

QUARTA REVOLUÇÃO. A PAZ E O COMÉRCIO

Enquanto a guerra implacável prosseguia entre as duas raças, os vencedores dedicavam-se a fazer escravos para explorar as minas e cultivar a terra, enquanto os vencidos queriam, em primeiro lugar, vingar-se dos males que haviam sofrido e que ainda sofriam, e depois se apossar de tudo o que pudessem arrebatar dos sudeanos. Havia, entre esses bens, além dos animais que serviam diretamente à subsistência, grandes quantidades de objetos cuja manifesta utilidade os Bóreos haviam reconhecido, como, por exemplo, as armas de cobre e de ferro e toda sorte de ferramentas fabricadas com esses dois metais.

Com freqüência, quando menos se esperava, uma avalanche de Bóreos inundava os estabelecimentos dos seus inimigos. Tudo o que pudessem levar era levado, e o que não podiam, era destruído. Em geral, essas incursões ocorriam em pleno inverno, quando uma camada de gelo cobria os rios e lagos. Todas as precauções dos africanos foram inúteis contra a violência inicial da torrente: menos acostumados aos rigores do clima, eles não podiam sair tão facilmente das suas muralhas. Os campos indefesos tornavam-se presa dos seus antigos donos. Os Bóreos também caíam em algumas emboscadas, deixando alguns mortos e prisioneiros, mas o que carregavam sempre os recompensava das suas perdas. Ao se apoderarem de algumas minas e forjas, eles amiúde também libertavam grande número dos seus compatriotas e levavam consigo grupos de hábeis trabalhadores dos sudeanos. O partido que souberam tirar dessas capturas foi um acontecimento cujas conseqüências assumiram importância incalculável. Um dos seus Hermans, que talvez tenha sido escravo dos inimigos, convenceu-os a usar os prisioneiros no mesmo tipo de trabalhos, a fim de obter armas similares e em quantidade suficiente. Suas tentativas foram de início muito toscas, mas finalmente eles aprenderam a arte de fundir o cobre e o ferro. Suas lanças, flechas e machados, embora mal feitos e mal temperados, mesmo assim tornaram-se temíveis nas suas mãos vigorosas. Neste ponto, devemos dizer que, no tocante à força física, eles eram infinitamente superiores aos sudeanos. A princípio, seu porte alto os confundiu com os Gigantes; parecia que a fábula dos Titãs, embora visando a um objetivo cosmogônico, se materializara neles porque, após expulsar seus adversários da Europa, levaram a guerra até à África e ameaçaram o templo de Júpiter-Amon.

Quando o tempo ficava mais ameno, os sudeanos retomavam a ofensiva, mas era inútil cobrir os campos com seus exércitos durante seis ou cito meses no ano. Os Bóreos, hábeis em evitá-los, recolhiam-se aos vastos ermos do norte da Ásia, parecendo sumir. Mas aos primeiros sinais do inverno, assim que as geadas obrigavam seus inimigos a recuar, saíam novamente dos seus abrigos e recomeçavam as depredações.

Este estado de hostilidade, que sem dúvida durou muito tempo, teve um resultado inevitável: o de desenvolver na alma dos Bóreos o valor guerreiro, transformando em paixão permanente o instinto de coragem que haviam recebido da natureza. Instruídos pelas suas numerosas derrotas, eles aprenderam com os próprios inimigos a arte de melhor combatê-los. Felizmente isentos de todo preconceito, sem outra teimosia exceto a da resistência, eles transformaram facilmente sua tática ruim numa outra melhor, abandonando suas armas toscas e quase inofensivas sempre que tinham oportunidade de obter outras mais temíveis. Ao fim de alguns séculos, esses homens, que os soberbos habitantes da África e da Ásia consideravam como selvagens desprezíveis e cuja vida estava à sua mercê, transformaram-se em guerreiros cujos ataques não mais se podia ignorar. As fronteiras mais distantes vinham sendo uma e outra vez invadidas, os fortes assaltados e destruídos, os estabelecimentos mais avançados na região pilhados ou devastados. Logo, as próprias cidades construídas às margens do Mar Mediterrâneo, desde o Ponto Euxino até o Atlântico, já não se sentiam seguras, não obstante as muralhas que as cercavam.

Face a tal circunstância, as nações sudeanas às quais essas colônias pertenciam refletiram sobre o crítico da situação e julgaram que seria melhor buscar a paz com os nativos da região do que manter contra eles uma guerra eterna, que só lhes traria inconvenientes e nenhuma vantagem. Uma dessas nações, talvez a primeira a pensar nisso, decidiu enviar uma embaixada aos Bóreos. Também neste caso foi a necessidade quem determinou o ato. O Destino, ao desenvolver as conseqüências de um primeiro acontecimento, pôs a Vontade do homem em conflito com elas, dando-lhe motivos para experimentar suas forças.

Este foi sem dúvida um espetáculo tão novo quanto extraordinário para homens cuja belicosidade era o estado natural, que ignoravam outros modos de ser exceto o de enfrentar ou temer o inimigo e que, nascidos em meio a alarmes, jamais haviam imaginado a idéia de repouso, de ver chegar a eles inimigos desarmados, precedidos de grande número de seus compatriotas cujas correntes não apenas estavam rompidas, senão que davam lugar a emblemas brilhantes. Esses compatriotas, destacados para servir de intérpretes, ao pedir para falar com o Herman começaram por depositar aos seus pés os ricos presentes que haviam trazido, expondo-lhe, em seguida, os desejos dos sudeanos. Mas como não existia uma palavra adequada para expressar a idéia de **Paz** no idioma bóreo, eles se serviram da que expressava a idéia de **Liberdade**,[20] e disseram que vinham pedir e oferecer liberdade.

Deixo-me convencer, encantado pelo assunto, que o Herman de início teve muita dificuldade em conceber o que lhe pediam, e teve de recorrer aos anciãos para saber se existia alguma coisa parecida na sua tradição. Não havia nada que se pudesse comparar com aquilo. Desde tempos imemoriais eles estavam em guerra. Será que esta poderia terminar? Por que e como? Os intérpretes dos sudeanos, interessados em agradar a embaixada, não careciam de boas razões. Eles mostraram facilmente à Dieta que a cessação das hostilidades oferecia uma grande vantagem para os dois povos, deixando-lhes mais tempo para se dedicarem às suas tarefas e mais segurança para desfrutar delas. Em lugar de tentarem roubar uns dos outros os objetos de que necessitavam e de levá-los quase sempre pingando sangue dos inimigos e irmãos, não seria melhor trocá-los sem perigo? Para isso, poder-se-ia fixar limites que ambos se comprometeriam a não cruzar. Poder-se-ia determinar um local onde se faria essas trocas. Queriam ferro, armas, tecidos? Por que não dar em troca animais, cereais e peles?

Essas razões agradaram a Dieta, formada de anciãos. A classe dos guerreiros, sentindo instintivamente que a paz diminuiria sua influência, custou muito a concordar com isso, mas acabou cedendo, porém sem depor as armas. A maioria das outras povoações seguiu o exemplo da primeira, embora tenha havido muitas que não quiseram concordar. Pela primeira vez viu-se que era possível

[20] Ainda hoje, em alemão, a palavra **frey** significa **livre** e a palavra **frid** significa **paz.**

dividir a nação e também pela primeira vez percebeu-se que era necessário que a minoria cedesse à maioria. O Herôll, tendo reunido os Hermans, contou as vozes e, vendo que a maioria era favorável à paz, usou da sua autoridade para impô-la à minoria. Esse ato, da maior relevância, teve lugar sem que se percebesse a sua importância. A raça bórea já era governada sem suspeitar de que tivesse um governo; ela obedecia as suas leis sem mesmo saber que eram leis. Os acontecimentos surgiam dos acontecimentos e a força das coisas dobrava a vontade. Desta forma, celebrou-se o primeiro tratado de paz e também o primeiro tratado de comércio. Sem o segundo motivo, não se teria concebido o primeiro.

Porém, dois atos subseqüentes a esse tratado surpreenderam estranhamente os Bóreos que os testemunharam. O primeiro que ocorreu sem qualquer aparato, consistiu em traçar com a ponta de um estilete, numa espécie de pele preparada, vários caracteres aos quais os sudeanos que os traçavam pareciam dar grande importância. Ao perguntarem aos intérpretes o que significava aquilo, alguns anciãos souberam, com espanto mesclado de admiração, que esses homens negros assim representavam tudo o que acontecera, para guardar-lhe a lembrança e para poderem prestar contas aos seus Hermans ao retornarem à sua pátria. Um dos anciãos, impressionado com a beleza dessa idéia, acreditou que talvez fosse possível fazer o mesmo para seu povo, e desde o momento em que teve essa idéia e que apenas tentou traçar com seu bastão simples linhas retas ou cruzadas na areia, isto foi o bastante: a arte da escrita nasceu e caiu sob o domínio do Destino, que a desenvolveu.

O segundo ato, que ocorreu com grande solenidade, foi um sacrifício que os sudeanos fizeram ao Sol, sua grande Divindade. O culto geral de todas as nações de origem africana era o sabeísmo, a mais antiga forma de culto cuja lembrança permanece na Terra.[21] A pompa do espetáculo, o altar erguido, a vítima imolada, as cerimônias extraordinárias, os homens envergando trajes magníficos, invocando de joelhos o Astro luminoso, encheram de admiração a multidão de Bóreos que acorrera a assistir a esse espetáculo, até então desconhecido. Os intérpretes, novamente questionados sobre esse espetáculo, responderam que era assim que os sudeanos se comportavam quando queriam agradecer ao Sol por qualquer favor, ou quando lhe queriam pedir algo. Embora entendessem bem as palavras usadas pelos intérpretes, os anciãos nada compreenderam das idéias nelas contidas. O que ouviram pareceu-lhes extravagante. Como acreditar que o Sol, que nasce todos os dias para iluminar o mundo, possa conceder favores a alguém? Será possível que ele favoreça mais a um povo do que a outro, e que ele hoje não seja tão bom quanto será amanhã? A inteligência desses homens, ainda adormecida, não era capaz de elevar-se a qualquer coisa de espiritual. Apenas a esfera instintiva e a esfera anímica estavam desenvolvidas neles e suas únicas emoções ainda se originavam das necessidades ou das paixões.

As inspirações não existiam, mas não tardava o momento em que deveriam experimentar suas primeiras influências. Tudo tem seu princípio e só pode haver um; somente as formas podem variar. Quando os filósofos de todos os tempos procuraram a origem das coisas intelectuais no que não era intelectual, eles deram provas da sua ignorância. Somente o semelhante produz o semelhante. Não foi o temor que fez nascer os Deuses, foi a centelha divina confiada à nossa inteligência, cujo esplendor ali manifesta tudo o que é divino. Quem não lamentaria ouvir um dos mais considerados filósofos do século passado, Voltaire, o corifeu de sua época, dizer seriamente: *Troveja; quem faz trovejar? Talvez seja uma serpente nas proximidades. É preciso aplacar essa serpente... Daí o culto.* Que raciocínio lamentável! Que negligência de si mesmo! Como o homem que pode expor tal hipótese ousa arrogar-se o orgulho de esclarecer os homens?

Não quero esquecer-me de dizer, antes de terminar este capítulo, que podemos remontar ao primeiro tratado de paz celebrado na Europa o primeiro nome genérico que as nações autóctones daquela

[21] A palavra **Zaab** designava o sol no idioma primitivo dos povos africanos. Ela significava propriamente o **Pai** vivo ou resplendente. Daí derivou-se a palavra hebraica **zehb**, (זהב), ouro.

região deram a si mesmas. Parece que até então elas não haviam tomado outro nome que o de **man**, o homem.[22] Mas, tendo sabido através dos seus intérpretes que os sudeanos davam a si mesmos o título de **Atlantes**,[23] isto é, os senhores do universo, eles tomaram para si o nome de **Celtas**, os heróis. Além disso, ao saberem que, devido à cor branca da sua pele, os sudeanos lhes haviam dado o nome injurioso de **Citas**, eles designaram seus inimigos pelo expressivo nome de **Pelasgos**,[24] isto é, peles curtidas.

CAPÍTULO IX

DA PROPRIEDADE E DA DESIGUALDADE DAS CONDIÇÕES. SUA ORIGEM

Até então, os Bóreos haviam possuído grande número de coisas sem que a idéia abstrata de propriedade entrasse em seu espírito. Eles não punham em dúvida a propriedade do seu arco e flechas, assim como não o faziam quanto aos seus braços ou mãos. Sua caverna lhes pertencia porque a haviam aberto, sua carreta era deles porque tinham-na construído. Os que possuíam algumas renas, alguns alces ou qualquer outro gado, desfrutavam deles sem qualquer dificuldade porque eram propriedade sua. O trabalho que tinham de criá-los e de continuar a alimentá-los lhes garantia a posse. Como não faltava terra para ninguém, ninguém estava no direito de queixar-se. A propriedade era de tal forma conseqüência do Estado social, e este era de tal forma uma conseqüência da natureza do homem, que a idéia de fixá-la e de consigná-la por uma lei simplesmente não podia ocorrer. Além disso, como se poderia fazer uma lei qualquer? Na época, todo o direito político apoiava-se apenas nos costumes e estes estavam ligados uns aos outros com a mesma força que os atos da vida. Ora, cada um confundia a consciência da sua propriedade com a consciência de sua vida, e teria parecido tão estranho procurar viver a vida de outra pessoa quanto de querer gozar do fruto do trabalho desta, que não era outra coisa senão o exercício da sua vida.

Os publicistas, que não compreendem o que acabo de dizer, têm se esforçado muito para encontrar a origem do direito de propriedade, e se têm perdido em hipóteses absurdas. É o mesmo que perguntar com que direito o homem possui seu corpo. O corpo do homem não é o homem inteiro: não é ele próprio, mas somente o que lhe pertence. Sua propriedade tampouco é seu corpo, mas o que pertence ao seu corpo. Arrancar-lhe o corpo é tirar-lhe a vida; roubar-lhe o que pertence ao seu corpo é tirar-lhe os meios de vida. A força pode sem dúvida privá-lo de um e outro, mas a força também pode conservá-los, e o homem tem tanto direito de defender a própria vida quanto os seus meios de subsistência, isto é, seu corpo e o que pertence ao seu corpo, ou sua propriedade.

Assim, desde o momento em que a Providência determinou, entre os homens, um princípio de Estado social, houve necessariamente um princípio de propriedade, pois um não poderia existir sem o outro. As primeiras sensações instintivas de que o Reino Hominal teve consciência foram as de fruir e possuir, para o homem, e possuir e fruir, para a mulher. Como já demonstrei, foi mesmo desse contraste que surgiu o primeiro impulso que deu movimento a todo o resto.

---

[22] A palavra **man**, que ainda serve para designar o homem em quase todos os idiomas setentrionais, significa o Ser por excelência. Ela vem do radical **ân** ou **ôn**, que expressa, em celta, o verbo único **ser**; daí o grego ωγ, o latim **ens**, o inglês **am**, etc.

[23] Este nome, bastante conhecido, é composto de duas palavras: **Atta**, o Senhor, o Ancião, o Pai, e **lant**, a expansão universal.

[24] Já expliquei o nome **Celtas**. Comentarei aqui apenas que ele deveria pronunciar-se **Keltas**, sendo formado do grego κελτοι. Também expliquei o nome dos **Citas**. Quando ao nome de **Pelasks**, freqüentemente escrito **Pelasgos**, devo dizer que pode significar também os povos negros, porque a palavra **Ask**, que designava um tipo de madeira, também designava um povo. Pode-se igualmente, sem muita dificuldade, ver nela os povos navegadores, pois eles realmente o eram.

Portanto, a propriedade é uma necessidade tão inerente ao homem quanto a fruição. A sensação dessa necessidade, transformada em sentimento na esfera anímica, tornando-se permanente como todos os outros sentimentos, mesmo na ausência da necessidade que lhes dê origem, provoca ali grande número de paixões cuja força se propaga e aumente à medida que a civilização progride. Do sentimento de propriedade nasce o direito; das paixões que o acompanham nascem os meios de adquirir e conservar esse direito. Não há qualquer necessidade de uma convenção para isso: a lei que o determinou está previamente gravada em todos os corações.

Não quero dizer com isso que, na origem das sociedades, não possa acontecer que um homem privado de um arado, por exemplo, não tente apoderar-se do de outro; e que, se puder, não lhe roube o animal que caçou a rena que criou e alimentou. Digo apenas que, ao fazê-lo, ele saberá que está agindo contra um direito que reconhece para si mesmo, e que deseja ver respeitado; um direito para cuja conservação ele já sabe que o homem a quem pretende despojar lutará do mesmo modo que ele o faria em circunstâncias semelhantes. Se ele não soubesse disso, não haveria sequer o começo do Estado social, o arco não seria construído, o animal não seria caçado e a rena não seria domesticada. Dessa consciência surge uma situação desagradável para o insubmisso, pois suas forças diminuem na medida em que ele sabe que está agindo errado, e as do adversário aumentam ainda mais por saber que está em seu direito.

Em conseqüência, o homem preferirá fazer tranqüilamente um arco a roubar um já pronto, arriscando a própria vida. Ele preferirá ir à caça ou à pesca a ter de combater sem cessar, e perceberá que o menor cansaço e o menor perigo estão do lado do trabalho. Portanto, a menos que a urgência da necessidade o leve irresistivelmente a enfrentar a morte para manter a vida, caso em que ele retornará ao estado natural de onde saiu, ele não se exporá ao perigo de perder seu corpo para alcançar os meios de conservá-lo. Às vezes terá êxito em tal abstenção, porém com mais freqüência perecerá, e sua morte, de que todo o povo saberá, será uma lição da qual o Estado social fará bom proveito.

Esta era a situação geral da raça bórea em relação ao direito de propriedade na época da aparição dos sudeanos. Essa aparição e o estado de guerra que se seguiu trouxeram algumas alterações importantes para esse direito.

Em primeiro lugar, as povoações dividiram-se em duas classes distintas e criaram vários tipos de chefes. A divisão que ocorreu estava na natureza das coisas, pois não é verdade, como o têm anunciado alguns publicistas, mais observadores ou sistematicamente apaixonados, que todos os homens nascem fortes e guerreiros. Os homens nascem desiguais de todas as maneiras, e mais inclinados para certas faculdades do que para outras. Existem fracos e fortes, pequenos e grandes, belicosos e pacíficos, preguiçosos e ativos. Enquanto uns apreciam a agitação, o barulho, os perigos, outros, ao contrário, buscam o repouso e a calma, preferindo a profissão de pastor e de agricultor à de soldado. O trabalho com a charrua lhes convém mais que as fadigas da guerra, e o cajado do pastor lhe atrai mais que a lança ou o dardo.

Mas a divisão feita entre uns e outros não foi absolutamente arbitrária. Foi livremente e por um movimento instintivo que cada um pôs-se em seu lugar. Naquela época ainda não era a questão de honra que obrigava os homens a parecerem o que não eram, e menos ainda a lei da convocação que lhes ordenava adotar, contra sua vontade, uma profissão para a qual muitos sentiam invencível aversão. Portanto, desde o momento em que o Herman anunciou sua intenção de formar uma classe de homens de armas, destinados a combater o inimigo, e uma classe de homens trabalhadores, reservados para alimentar essa classe e fornecer-lhe todos os objetos de que ela própria não se pudesse prover, essa formação ocorreu sem qualquer dificuldade.

Reconheço que alguns dos homens que entraram numa ou noutra dessas classes não previram as enormes conseqüências que sua escolha poderia trazer no futuro, pois sua visão não podia ir tão longe. Como prever que uma simples desigualdade natural de forças ou de inclinações se transformaria por conseqüência natural numa desigualdade política? Entretanto, foi o que aconteceu. Essa forma social, livremente consentida e confiada ao Destino, teve os resultados que devia necessariamente ter e deu origem ao mais antigo governo que a Europa conheceu, o governo feudal.

CAPÍTULO X

SITUAÇÃO DA RAÇA BÓREA NESSA PRIMEIRA ÉPOCA DA CIVILIZAÇÃO

Mas o leitor atento talvez me pergunte como uma simples desigualdade física pode constituir-se num direito moral e, sobretudo, como a escolha dos pais pode obrigar os filhos. Tudo leva a crer que, com a primeira divisão em duas classes, a dos homens de armas e a dos homens de trabalho, os filhos de uns e de outros, de um modo geral, permaneciam na classe dos pais. Ao fim de certo tempo, e quando as nações célticas constituíram-se em definitivo, verificou-se que os integrantes da primeira estavam sendo vistos como superiores aos outros e desfrutavam de certos privilégios honoríficos que acabaram por torná-los nobres, e àqueles, plebeus. A resposta deste porque é tão simples que não vejo como tantos publicistas aos quais se perguntou não puderam respondê-la: é que a classe dos homens de armas, pelo simples fato da sua livre formação, viu-se encarregada não só da sua própria defesa, mas também da defesa da outra classe, de modo que se ela perecesse a outra também pereceria. Todos os destinos da raça bórea pesavam sobre seus ombros. Se ela fosse vencida, toda a raça desapareceria. Portanto, seu triunfo assegurava mais que sua existência; ele garantia a existência de toda a Raça e sua perpetuidade. As crianças nascidas tanto numa classe quanto na outra, só nasceram porque ela triunfou. Assim, elas lhe deviam a vida e esta vida pôde ser classificada, sem qualquer injustiça, segundo a desigualdade política na qual e pela qual ela recebera o direito de se manifestar. É assim que essa desigualdade, de início física e depois política, pôde constituir-se em direito legítimo e moral, passando de pais para filhos, porque sem ela os pais estariam mortos ou teriam sido escravizados e os filhos não teriam nascido.

O triunfo da raça bórea, à qual darei agora o nome de **Céltica**, foi garantido pelo tratado de paz e de comércio de que falei. Mas esse triunfo, que assegurou sua existência, estava muito longe de dar-lhe a tranqüilidade.

Até então, como procurei mostrar no início do capítulo anterior, a propriedade entre os celtas era mais um fato do que um direito. Ninguém jamais lembrou-se de pensar nisso. Mas quando se iniciou o comércio com os sudeanos, conhecidos na época pelo nome de **Atlantes**, e houve trocas entre as duas nações, as aldeias mais próximas das fronteiras tiveram mais vantagem do que as outras mais distantes, tomando-se capazes de fazer melhor comércio. Por outro lado, as peles que os Atlantes queriam estavam nas mãos das aldeias mais distantes, no Norte, de onde não se poderia tirá-las sem fazer múltiplas trocas. As relações se complicaram e os interesses se cruzaram. As riquezas desiguais deram origem à inveja, e esses motivos de desacordos chegaram aos ouvidos dos africanos, que habilmente se aproveitaram disso. Esses homens, muito adiantados em todas as ciências físicas e morais, não poderiam ignorar a ciência política, sendo provável que tenham utilizado seus mais secretos recursos para intensificar essa divergência que lhes favorecia. As povoações celtas, irritadas umas contra as outras, deixaram de considerarem-se partes inseparáveis de um todo único e se comportaram em relação umas às outras tal como simples indivíduos se comportariam. Mas até então, a única maneira que os indivíduos conheciam para dirimir suas diferenças era a dos combates singulares. Eles não tinham outra jurisdição exceto a do duelo.

Os celtas lutavam por toda espécie de motivos, tanto por interesses privados quanto por interesses gerais. Quando uma povoação se reunia para eleger um Herman, o que se apresentava para ocupar esse cargo militar fazia, pelo simples fato da sua apresentação, um desafio a todos os seus concorrentes. Se encontrasse alguém que se julgasse mais digno que ele de comandar os outros, ele aceitava o desafio e o vencedor era proclamado. Quando esses Hermans de todas as aldeias se reuniam para eleger um Herôll, adotava-se o mesmo método. Era sempre o mais forte ou o mais afortunado que recebia esse mérito. No caso de qualquer disputa entre particulares, a Dieta não tinha outra maneira de julgá-la, exceto ordenar o combate entre os litigantes. Aquele que se reconhecesse vencido era condenado. Os homens de armas batiam-se com elas, e quase sempre teimosamente. Os homens de trabalho lutavam entre si com a manopla ou armavam-se apenas com a clava. O combate terminava quando um deles era derrubado.

Vê-se claramente que apenas o Destino dominava ainda essa raça e que a esfera intelectual não estava aberta a nenhuma idéia moral do justo ou do injusto, da verdade ou do erro. Para ela, o justo era o vencedor, e a verdade, o exercício da força. Para esses homens instintivos ou apaixonados, a força era tudo; ela era o que recentemente expressou com energia um homem que tinha conhecimento de si mesmo, **o verdadeiro posto a nu**.

Como, após a mudança ocorrida na maneira de viver, não apenas os particulares tinham seus interesses contrariados, mas também povoações numerosas julgavam-se lesadas por outras povoações, não havia outros meios para dirimir as pendências surgidas entre elas exceto a invocação da força das armas. Declarava-se a guerra do mesmo modo e praticamente com as mesmas formas com que se teria desafiado alguém para um duelo. As povoações batiam-se por objetivos freqüentemente frívolos, e até mesmo por simples ofensas. Os Atlantes, testemunhas dessas sangrentas querelas, estimulavam-nas secretamente, intervindo com malícia para fazer pender a Balança ora para um lado, ora para outro, e sempre encontrando meios de lucrar onde seus aliados perdiam. Não temo exagerar em tal hipótese ao dizer que sua astuciosa política ia ao ponto de vender como escravos os prisioneiros que os miseráveis Celtas faziam entre si. Se assim for, como acredito que seja, e como talvez encontre provas na tradição escrita, a fatalidade do Destino fora mais longe do que devia porque, sob certo ponto de vista, a morte não é tão cruel quanto a escravidão. Eis a razão: a morte simplesmente coloca o homem sob o poder tia Providência, que dispõe dele segundo sua natureza, ao passo que a escravidão o entrega ao Destino, que o arrasta no turbilhão da necessidade.[25]

A verdade é que a época à qual me reporto foi a mais desastrosa para os Celtas. Suas calamidades agravaram-se com as faltas que eles não paravam de cometer, e talvez a perfídia da paz que lhes fora dada, mais perigosa que a própria guerra, tivesse causado sua perda se a Providência não decidisse que chegara o momento de fazer desabrochar sua inteligência.

CAPÍTULO XI

QUINTA REVOLUÇÃO. O DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA HUMANA. ORIGEM DO CULTO

[25] De resto, não se trata aqui do tipo de escravidão resultante da força das armas e que pesa sob o inimigo vencido. Essa escravidão, que é puramente de fato sem ser de direito, não obriga o escravo a permanecer como tal porque, como somente a força o escravizou, também a força pode libertá-lo. Existem duas outras espécies de escravidão das quais falarei mais adiante: a escravidão doméstica, que se estabeleceu na república, e a servidão feudal, que ocorreu nos estados feudais. A mais terrível das três é, sem dúvida, a doméstica, porque ela não só é de fato como também de direito; ela se torna legítima devido à lei em que se apóia e obriga o escravo a permanecer como tal por dever, e a fechar seus próprios grilhões pelas virtudes de escravo inculcadas nele desde a infância. A servidão feudal é menos rigorosa porque se apóia apenas numa convenção que pode ser considerada mais como legal do que como legítima. Mais adiante explicarei o que apenas esboço aqui.

Antes de ler este capítulo, e, sobretudo antes de fazer qualquer julgamento sobre as idéias nele contidas, gostaria que o leitor se convencesse de uma verdade fundamental, fora da qual não há senão erro e preconceito: nada na natureza elementar se forma nem imediatamente, nem de uma vez só; tudo nela vem de um princípio cujos desenvolvimentos, submetidos à influência do tempo, têm seu começo, meio e fim.

A árvore mais vigorosa, o animal mais perfeito, saem de um embrião imperceptível, crescem lentamente e só atingem sua relativa perfeição após terem passado por um número infinito de vicissitudes. O que acontece ao homem físico acontece igualmente ao homem instintivo, anímico ou intelectual; e o que ocorre para o indivíduo também ocorre para a raça inteira e para o próprio Reino Hominal, que compreende várias raças.

Já vimos desenvolver-se numa dessas raças, que chamei de Raça Bórea, a esfera instintiva e a esfera anímica, e pudemos acompanhar os diferentes movimentos das suas respectivas faculdades na medida em que o permitiu a marcha rápida que adotei. Não quis fazer uma obra volumosa e sim uma obra útil. O importante não era o número de páginas, mas o número de pensamentos. Ora, o desenvolvimento das duas esferas inferiores, a instintiva e a anímica, por mais importantes que sejam, permaneceria infrutífero se o da esfera intelectual não viesse, a seu tempo, confirmá-lo. O homem cujas necessidades e cujas paixões o arrastam consigo, está longe de ter alcançado a perfeição de que é capaz. É preciso que uma luz mais pura que a nascida do choque das paixões venha em seu auxílio para guiá-lo na estrada da vida. Essa luz, que emana dos dois grandes fachos da Religião e das Leis, só pode surgir depois que a inteligência sofre seu primeiro abalo. Mas este abalo não é como o imaginaram alguns homens dotados mais de entusiasmo que de sagacidade. Essa luz não surge de repente, em todo o seu esplendor; ela se inicia pela aurora, como o dia, passando por todas as gradações do alvorecer e do raiar antes de chegar ao meio-dia. Em outras palavras, a Natureza não mostra transições bruscas em coisa alguma; ela passa de um extremo a outro através de gradações quase imperceptíveis.

Portanto, não nos devemos espantar quando vemos, entre povos jovens, noções intelectuais obscuras e às vezes até mesmo bizarras, crenças supersticiosas, cultos e cerimônias que nos parecem ora ridículas ora atrozes, leis extraordinárias cujo objetivo moral não saberíamos mostrar. Todas essas coisas dependem do movimento ainda desordenado da esfera intelectual e dos ambientes tenebrosos que a luz providencial é obrigada a atravessar: esses ambientes mais ou menos densos, interrompendo essa luz, refratando-a de muitas maneiras, muitas vezes a desnaturam e transformam as mais sublimes imagens em fantasmas assustadores. Nas nações mais adiantadas, a imaginação individual das crianças ainda apresenta um quadro fiel da imaginação geral dos povos na aurora da sua civilização. Mas, neste ponto, um obstáculo ergue-se à frente do observador e devo mostrá-lo.

Assim como os idosos que chegam à decrepitude têm muitas semelhanças com as crianças, também as nações, em sua velhice, quando estão prestes a desaparecer da face da Terra, aproximam-se das que apenas iniciam o seu caminho. É difícil, mas não impossível, fazer a distinção entre elas. Um homem habituado à observação não confunde os últimos dias do outono com os primeiros dias da primavera, embora a temperatura seja a mesma. Ele sente no ar certa disposição que prenuncia, em uns, o declínio da vida, e nos outros, sua exaltação. Assim, embora tenha havido muitas semelhanças entre o culto dos peruanos e o dos chineses, por exemplo, faltava muito para que a posição desses povos fosse a mesma.

Os Celtas, na época em que os estudos, não estavam muito longe da era dos peruanos quando estes foram descobertos e destruídos pelos espanhóis, mas tinham sobre eles vantagens incalculáveis: neles, a parte física estava completamente desenvolvida antes que a intelectual tivesse começado seu trabalho; eles eram robustos e fortes e suas paixões já estavam excitadas quando os africanos entraram em choque com eles. Seus corpos enrijecidos pelos rigores do clima, pela sua vida errante

e pela ausência de todo entrave civil e religioso, deram-lhes uma vantagem sobre a qual já falei. Entre os peruanos, ao contrário, o desenvolvimento intelectual fora precoce e o desenvolvimento físico, tardio e reprimido. Tenho razões para crer que, neste último povo, o abalo da esfera intelectual ocorrera cedo demais, como resultado de um acidente. E provável que navegadores chineses, desviados de sua rota por alguma tempestade, tenham encontrado povoações na baía do Panamá e iniciado sua civilização, conseguindo levá-la bem longe sob vários aspectos. Infelizmente, eles agiram como preceptores imprudentes que, para fazer seu aluno brilhar por instantes, tornam-no idiota pelo resto da vida. Excetuando-se a moral e a política, os peruanos fizeram poucos progressos nas outras ciências. Eram frutos amadurecidos à força, belos de se ver, porém murchos e insípidos. Enquanto em Cuzco se representavam comédias e tragédias e celebravam-se festas magníficas, ignorava-se a arte da guerra, testada apenas uma vez numa dissensão civil de curta duração. Alguns bandidos avaros, armados de ferocidade e astúcia, bastaram para exterminar esse povo por demais ocupado com idéias superiores à sua capacidade. Os celtas, mais afortunados, haviam resistido a nações inteiras, aguerridas e poderosas, apenas pela oposição das suas forças instintivas. Suas idéias se haviam desenvolvido lenta e oportunamente. No momento, suas paixões por demais excitadas punham-nos em perigo; suas forças superabundantes voltavam-se contra eles próprios. Era preciso refreá-los, e isto foi obra da Providência.

Também desta feita, o movimento aplicado começou a manifestar-se pelas mulheres. Mais frágeis, e, por conseguinte mais acessíveis que os homens a todas as impressões, são sempre elas que dão os primeiros passos no caminho da civilização. Felizes seriam se, para lucrar dignamente com isso, elas soubessem fundir seu interesse pessoal com o interesse geral. Mas isto não acontece quase nunca.

Deflagrou-se a guerra entre duas povoações. Os dois Hermans, violentamente irritados um contra o outro, se haviam provocado, à frente dos seus homens de armas. Eles resolveriam sua querela num combate singular. O ferro já brilhava em suas mãos quando, de repente, uma mulher desgrenhada lançou-se entre eles, correndo o risco de morrer. Ela gritou para que parassem, suspendessem seus golpes e a escutassem. Sua ação, o tom da sua voz, o brilho dos seus olhos, deixaram-nos espantados. Era a mulher de um deles e irmã do outro. Eles pararam e ouviram-na. Sua voz tinha qualquer coisa de sobrenatural que os deixava mudos, não obstante sua cólera. Ela lhes disse que, oprimida pela dor, em sua carreta, sentia-se desfalecer, sem contudo perder inteiramente os sentidos, quando uma voz forte a chamou. Ela erguera os olhos e vira diante de si um guerreiro de porte colossal, resplendente de luz, que lhe disse: *Desce, Voluspa, prende teu vestido e corre até o local onde teu esposo e teu irmão vão derramar o sangue bóreo. Diz-lhes que eu, o primeiro Herman, o primeiro herói de sua raça, o vencedor dos povos negros, desci do palácio das nuvens onde minha alma reside para ordenar-lhes, pela tua voz, que cessem essa luta fratricida. É a astúcia dos povos negros que os divide. Eles estão lá, ocultos no seio da floresta, esperando que a morte ceife os mais valentes para caírem sobre o restante e se enriquecerem com seus despojos. Não ouvis seus brados de vitória aos pés do seu ídolo? Ide, não perdei mais tempo. Surpreendei-os na embriaguez da sua alegria e feri-os de morte. Minha alma tremerá de prazer ao ruído dos vossos feitos. Conduzido pelos vossos passos sobre o sopro das tempestades, acreditarei ainda estar manobrando a lança forte e ensopando-a no sangue inimigo.*

Esse discurso, pronunciado num tom veemente, abre facilmente o caminho das suas almas e, penetrando nelas, causa-lhes uma perturbação até então desconhecida. A sensação que eles têm é forte e repentina. Eles não duvidam da veracidade da Voluspa.[26] Acreditam nela: tudo está cumprido. O sentimento se transforma em assentimento, e a admiração substitui a estima. Pela primeira vez, a esfera intelectual é tocada e a imaginação ali estabelece seu império.

[26] **Voluspa** significa a que vê a universalidade das coisas.

Sem dar-se tempo de refletir, os dois guerreiros dão-se as mãos. Juram obedecer ao primeiro Herman, aquele Herman cuja lembrança se perpetuou através das idades para servir de modelo aos heróis. Eles não têm qualquer dúvida de que ele ainda viva nas nuvens. Não é o princípio, nem o modo nem o objetivo dessa existência que os inquieta. Eles lhe acrescentam a fé através de uma emoção intuitiva que já é fruto da reação da sua admiração pelo valor guerreiro, sua paixão favorita.

Eles arengam rapidamente a seus homens de armas, informando-os sobre o que acabara de acontecer. Estão convencidos e convencem; seu entusiasmo contagia. Ninguém duvida que o primeiro Herman não esteja, invisível, à frente dos seus batalhões. Eles o chamam de seu Herôll[27] e esse nome, consagrado somente a ele, transforma-se em seu grito de guerra. Eles chegam ao acampamento dos africanos, encontrando-os na atitude que a profetisa lhes dissera, à espera do resultado do combate entre as duas povoações, para tirar partido dele. Todos se precipitam sobre os africanos e massacram-nos. A fuga mais apressada salva da morte apenas um punhado deles, que semeiam o terror até bem longe dali.

Enquanto isso, os celtas retornam triunfantes, tendo à frente aquela mesma mulher cuja voz inspirada lhes preparara o triunfo. Ao atravessar a floresta, o cansaço a obriga a repousar ao pé de um carvalho. Apenas se sentara, e a árvore pareceu agitar sua misteriosa folhagem em meio à calma. A própria Voluspa, tomada de uma perturbação inexplicável, levanta-se exclamando que sente o espírito de Herman. Todos se reúnem em torno dela, escutando-a. Ela fala com uma força que se impõe aos homens mais bravos. Contra sua vontade, eles sentem os joelhos dobrarem-se e se inclinam, respeitosos.

Um santo terror os penetra e eles tornam-se religiosos pela primeira vez. A profetisa continua. O futuro se desvenda aos seus olhos. Ela vê os celtas, vencedores dos seus inimigos, invadir todos os reinos da Terra, dividirem entre si suas riquezas e espezinhar aqueles povos negros de quem haviam sido escravos por tanto tempo. *Ide*, disse ela por fim, *valentes guerreiros, marchai para vossos gloriosos destinos, mas não vos esqueçais do Herman, o chefe dos homens, e sobretudo, respeitai Teu-tad, o pai sublime!*[28]

Este foi o primeiro oráculo pronunciado entre os Bóreos, e esta foi a primeira impressão religiosa que receberam. Esse oráculo foi dado sob um carvalho, árvore que se tornou sagrada para eles; numa floresta, e as florestas serviram-lhes de templo; por uma mulher, e desse momento em diante as mulheres tomaram um caráter divino aos seus olhos. Aquela mulher foi o modelo de todas as Pítias, de todas as Profetisas. No começo, elas profetizavam sob os carvalhos, o que tomou tão famosos os carvalhos da floresta de Dodona.

Quando os celtas tornaram-se senhores do mundo, quando tomaram das nações que os haviam vencido o gosto pelas artes e pela magnificência, eles construíram para suas Pítias templos soberbos, onde o tripé simbólico, colocado sobre um poço, verdadeiro ou artificial, substituiu o carvalho, que foi esquecido.

Porém, ainda muito antes dessa época, as povoações bóreas não pensavam em outra coisa senão em consagrar o local onde ocorrera o primeiro oráculo. Eles ergueram um altar baseado no modelo que

---

[27] Já disse antes que este nome, com uma inflexão gutural, transformou-se em **Hercules.** Foi pela supressão da primeira sílaba que ele se transformou em **Rôll** ou **Raoul**. Acrescentando-lhe o termo **land,** tomado por empréstimo aos Atlantes para significar a extensão terrestre, formou-se a palavra **Herolland, Orland** ou **Rolland,** isto é, o senhor de toda a terra.

[28] Traduzo **Teu-tad** por **Pai sublime**, mas também pode significar **Pai infinito, universal.** Os gregos e latinos transformaram esse nome em **Teutates**. Da palavra **Teut-Æsk**, que significa povo de Teut, fizemos **tedesco;** de Teut-Sohn, o filho de Teut, **teutão**. Os alemães ainda chamam seu país de **Deutsch-Land,** isto é**, a terra** de Teut.

haviam percebido entre os atlantes e, colocando sobre ele uma lança ou um gládio, dedicaram-no ao primeiro Herman, sob o nome de Herman-Sayl.[29]

CAPÍTULO XII

RECAPITULAÇÃO

Neste primeiro Livro revelei o principal objetivo desta obra e, tomando o Homem no momento da sua aparição no palco do mundo, ainda reduzido às mais simples percepções do instinto, estranho a toda espécie de civilização, eu o conduzi através do desenvolvimento das principais faculdades da sua alma até os umbrais do Edifício Social, naquela época a que, sem razão, se chamou de Idade de Ouro. Após ter destruído esse erro e combatido várias teorias falsas a ele vinculadas, prossegui em meu caminho.

Reunido em famílias, possuidor de um idioma articulado, o Homem chegou ao ponto em que se encontra, ainda hoje, grande número dos seus semelhantes. Ele ainda não conhecia nem leis, nem governo e nem religião. Tiveram de conduzi-lo ao conhecimento desses objetivos importantes e mostrar-lhe que somente por meio deles é que ele poderia tornar-se moral, poderoso e virtuoso, digno dos seus altos destinos, e assim atingir o objetivo para o qual foi criado. Para isso, escolhi a forma histórica, de modo a evitar a aridez das citações ou o tédio dos raciocínios abstratos. Espero que o leitor possa perdoar-me esta ousadia. Peço-lhe que acredite, embora possa aceitar este início da história como uma hipótese, que ele não é realmente uma hipótese exceto quanto aos detalhes. Não me seria nada difícil, se este fosse o caso, provar-lhe as bases com grande número de autoridades, e inclusive de pôr a data secular nos principais acontecimentos. Mas isto é totalmente desnecessário para o objetivo desta obra.

No começo, apresentei a Vontade do Homem, ainda débil, lutando contra si mesma, tendo de resistir ao poder do Destino. Mostrei que os resultados dessa luta e dessa resistência haviam sido o desenvolvimento das duas esferas inferiores, a instintiva e a anímica, do qual dependeu grande número das suas faculdades.

Empreguei o princípio do direito político nesse mesmo desenvolvimento e mostrei que esse princípio, que é a **Propriedade**, é um instinto tão inerente ao homem quanto o da fruição, sem o qual ele não poderia viver nem se multiplicar.

Após ter provado que a Propriedade é uma necessidade, fiz ver que a desigualdade das forças dadas pela Natureza para satisfazê-la, ao estabelecer a desigualdade física entre os homens, determina, necessariamente, a desigualdade de condições que constitui um direito moral transmitido legitimamente dos pais aos filhos.

Portanto, do direito político que é a propriedade, e do direito moral que é a desigualdade de condições, resultam as leis e as diversas formas dos diferentes governos.

Mas antes de distinguir algumas dessas formas pelo seu princípio constitutivo, quis chegar ao desenvolvimento da esfera intelectual, de modo a conduzir o homem até o limiar do templo da Divindade. Ali, parei por um momento, satisfeito por ter delineado um assunto assim tão vasto, e de ter indicado superficialmente muitas das coisas cuja origem fora quase desconhecida até aqui.

FIM DO LIVRO PRIMEIRO

[29] Já expliquei que esta palavra significa, literalmente, a **viga de Herman**.

LIVRO SEGUNDO

O principal objetivo deste Livro será mostrar os efeitos do primeiro abalo dado à esfera intelectual e conduzir o Homem até o total desenvolvimento das suas faculdades.

CAPITULO PRIMEIRO

PRIMEIRAS FORMAS DO CULTO. CRIAÇÃO DO SACERDÓCIO E DA REALEZA

O acontecimento providencial que se manifestou entre os celtas confiou duas grandes verdades às suas meditações: a imortalidade da alma e a existência de Deus. A primeira dessas verdades os impressionou e apoderou-se deles mais que a segunda. Eles compreenderam muito bem como a parte invisível deles próprios, que se sentia, se apaixonava, pensava e queria enfim, podia sobreviver à destruição do corpo, porque ela podia velar enquanto o corpo dormia, e ainda oferecer, nos sonhos, imagens mais ou menos fortes de sensações, paixões, pensamentos e vontades cujo efeito real não existia mais. Porém, eles dificilmente puderam elevar-se até a idéia de um Ser universal, criador e conservador de todos os seres. Sua fraca inteligência ainda precisava de algo sólido aos sentidos sobre o que pudesse apoiar-se. Os meios de abstração e de generalização ainda não eram fortes o bastante para mantê-los nessa altura metafísica. Não é que eles não reconhecessem o nome de *Pai Sublime* que a Voluspa dera a esse Ser desconhecido e para quem ela exigira respeito. Mas esse nome de Pai, em lugar de elevá-los até Ele, exortava-os a fazê-Lo descer a si mesmos, apresentando-o apenas como o primeiro pai da raça bórea e o mais antigo dos seus ancestrais. Quanto ao primeiro Herman, ele estava claramente representado aos seus olhos. Eles o viam tal como a lembrança o conservava na tradição: terrível, indômito nos combates, seu apoio, seu conselho, seu guia e principalmente o implacável inimigo dos povos negros.

Assim, podemos conjeturar, sem medo de errar muito, que o primeiro culto dos celtas foi o dos Ancestrais, ou melhor, o da alma humana divinizada, como existe desde tempos imemoriais na China e entre a maioria dos povos tártaros. O culto Lamaico, cuja antigüidade só é menor que o do sabeísmo, é apenas esse mesmo culto dos ancestrais aperfeiçoado, como o demonstrarei mais adiante.

O primeiro efeito desse culto, cuja criação deveu-se à inspiração de uma mulher, foi o de mudar repentina e completamente a sorte das mulheres. Assim como eram humilhadas devido a sua fraqueza, assim foram exaltadas devido à nova e maravilhosa faculdade descoberta nelas. Da posição mais baixa que ocupavam na sociedade, elas passaram subitamente para a primeira. Por toda parte elas estavam submetidas à lei do mais forte, e agora legislavam. Foram declarados legisladores e considerados intérpretes do céu. Suas ordens eram recebidas como oráculos. Revestidas do supremo sacerdócio, elas exerceram a primeira teocracia que existiu entre os celtas. Um colégio de mulheres foi encarregado de regular tudo no culto e também no governo.

Entretanto, esse colégio, cujas leis eram todas recebidas como inspirações divinas, não tardou a perceber que, para torná-las conhecidas e executá-las, ele carecia dos corpos coercitivos, depositários da ciência e do poder e tendo em suas mãos as recompensas e as punições morais e civis. A voz da Voluspa fez-se ouvir e o colégio nomeou, de um lado, um Sumo Pontífice, sob o nome de **Drud** ou **Druid,** e do outro, um Rei, sob o nome de **Kahn, Kong** ou **King.**[30] Estes dois supremos magistrados consideravam-se, com justiça, delegados do céu, instituídos para instruir e governar os homens e, por conseguinte, intitularam-se Pontífice ou Rei por favor divino. O **Drud**

[30] A palavra **Drud** significa o ensinamento radical, o princípio da ciência. Ela origina-se da palavra **rad** ou **rud,** que significa uma raiz. Daí derivam-se o latim **radix,** o inglês **root,** o gaulês **gredhan,** etc. A palavra **Kahn** expressa o poder moral. Ela provém do radical **anh,** que revela o sentido de sopro, espírito, alma. Daí, **Konnen** em tudesco e **can** em inglês, poder.

era o chefe da Dieta, na qual ele formou um corpo sacerdotal. Também o **Kahn** estabeleceu-se à frente dos Leyts e dos Folks, ou dos homens de armas e dos homens de trabalho, entre os quais escolheu os oficiais que deveriam agir em seu nome.

Todavia, de início ele não se confundia com o Herman, sempre eleito pelos seus pares após a prova do combate, e conduzido sobre o grande escudo segundo antigo costume. Mas esse chefe militar deixou de usar o nome de **Herman,** para não dividi-lo com o primeiro Herman divinizado, e contentou-se com o nome de **Mayer**, isto é, o mais forte ou o mais valente.[31]

Sabemos muita coisa sobre as violentas rivalidades que, com o passar do tempo, surgiram entre o Kahn e o Mayer, ou o Rei, investido do poder civil, reinando por direito divino, e o Maire, possuidor da força militar e comandante dos homens de armas por direito de eleição. Muitas vezes o Rei reunia em si os dois cargos. Mais freqüentemente, o Maire despojava o Rei da sua coroa, colocando-a sobre a própria cabeça. Mas esses detalhes, que pertencem à História propriamente dita, não são assunto meu. Contento-me em expor as origens para mais tarde tirar delas as deduções relativas ao importante objetivo que me ocupa.

CAPITULO II

SEXTA REVOLUÇÃO. CISMA POLÍTICO E RELIGIOSO. ORIGEM DOS CELTAS BODOHNES OU NÔMADES E DAS AMAZONAS

Voltemos atrás por alguns momentos. Vimos que, antes do desenvolvimento do seu instinto, o homem vivia numa anarquia absoluta. Ele sequer possuía aquele tipo de governo instintivo que observamos entre várias espécies de animais, pela mesma razão que já demonstrei quando falei sobre o casamento. Nele, nada era feito antecipadamente, embora tudo nele estivesse determinado em princípio. A Providência, da qual ele era obra, queria que ele se desenvolvesse livremente, que nada nele fosse forçado.

Essa anarquia absoluta cessou a partir do momento em que ele refletiu sobre si mesmo, e que seu casamento, resultado dessa reflexão, se constituíra numa família. A reunião de várias famílias formou uma espécie de governo doméstico, cuja dominação exclusiva a vontade feminina usurpou pouco a pouco. Vimos como o Destino rompeu esse governo antinatural pela repentina oposição da Vontade do homem. A mulher, até então a senhora, transformou-se em escrava e todo o fardo da sociedade recaiu sobre seus ombros, surgindo então uma espécie de tirania masculina. As pessoas obedientes compunham-se de mães e filhas; as pessoas que mandavam eram os chefes de família, cada um deles um déspota em sua própria cabana. Era simplesmente o reino da força instintiva.

Um acontecimento que a Providência e o Destino conduziram em concerto, opondo a força anímica à força instintiva, modificou esse estado de coisas. A raça bórea, repentinamente atacada por uma raça negra aguerrida, foi obrigada a procurar, fora do instinto, meios de resistência: suas faculdades anímicas vivamente excitadas pelo perigo, desenvolveram-se; a necessidade de se defender, aliada à necessidade de procurar alimentos, sugeriram-lhe a feliz idéia de se dividir em duas classes: uma destinada a combater e a outra, a trabalhar. Os mais fortes foram escolhidos para combater; os mais sábios, para fiscalizar os trabalhadores. Criaram-se chefes particulares, ficando todos sob o comando de um chefe geral; estabeleceu-se uma Dieta. Este foi o governo militar onde os princípios do feudalismo estavam reunidos aos do regime imperial.

---

[31] A palavra **Mayer** vem de **mah** ou **moh,** força motriz. Ainda hoje diz-se **may** em inglês e **mühe** em alemão. Os franceses transformaram a palavra **Mayer** em **Maire.** (*prefeito* em português.) Assim, os celtas entendiam pela palavra **Drud** um Princípio radical, um Poder diretor, do qual dependiam todos os outros poderes. Eles davam à palavra **Kahn** a idéia de força moral, e à palavra **Mayer,** a de força física. Portanto, entre eles o **Drud** era o chefe da doutrina religiosa; o **Kahn,** o legislador civil, o grande justiceiro, e o Mayer, o chefe militar.

De início, a vontade agia sobre o instinto; depois, passou a operar sobre o entendimento: e agora, ela se baseava na inteligência. Mas o mesmo obstáculo que já se apresentara à época do desenvolvimento do instinto vai surgir novamente sob outras formas e ameaçar o barco social com um abalo ainda maior.

Como esse movimento começou pela Mulher, não haveria o perigo de que, seduzida pelo interesse ou pela vaidade, ela procurasse ser a única a se aproveitar de um acontecimento que a Providência destinara ao progresso geral da Raça? O Céu falou pela sua voz; mas terá ela a certeza de que ele sempre fala? E quando ele não falar mais, não poderia ela fazê-lo falar? Embora essas condições em geral não impressionassem o espírito dos celtas, elas preocupavam bastante alguns dentre eles a ponto de lhes criar grandes dificuldades. Nem todos tinham testemunhado o primeiro impulso da Voluspa, a maior parte não entendera seu oráculo e muitos se recusavam a acreditar nele; os que se convenceram achavam absurdo que se pudesse duvidar de uma coisa cuja veracidade eles comprovaram. Mas ninguém sabia que é da essência dos acontecimentos providenciais produzir tal efeito. Eles se espantavam com um fenômeno que constitui o mais belo apanágio do Homem: se a Providência o arrastava num movimento irresistível, nisto ela não diferia do Destino, em que a mesma necessidade a ambos dirigia por igual. À Vontade do homem, pressionada de todas as direções, não restava escolha, e seus atos, desprovidos de autoconsciência, não seriam susceptíveis de louvores nem de culpa. É precisamente pela liberdade mental a que um acontecimento cede que se pode reconhecer se ele é providencial. Quanto mais nobre, mais livre ele é; quanto mais forçado, mais ele se inclina para a fatalidade do Destino.

Essa liberdade mental, inerente aos acontecimentos providenciais, fez-se sentir aqui pela primeira vez, e com vigor. Os celtas viram, talvez com espanto, ser possível que eles não pensassem a mesma coisa sobre os mesmos objetos. Enquanto a maioria das povoações recebia, respeitosa, as ordens do colégio feminino e se submetia sem qualquer resistência ao sumo pontífice e ao rei que este nomeara; enquanto o ensino sacerdotal e o governo civil e militar se ampliavam em seu seio e lançavam raízes profundas; enquanto, enfim, os oráculos da Voluspa eram nelas recebidos como leis sagradas, havia outras povoações que, apegando-se teimosamente às suas antigas formas, rejeitavam todas as inovações. A que mais as chocava, talvez devido a algum interesse particular que começava a misturar-se ao interesse geral, era a fixação das moradas e a circunscrição das famílias, que tendia a estabelecer a propriedade territorial, até então desconhecida. Essa inovação foi o aparente pretexto do cisma que ocorreu. Ele foi violento; houve lutas de parte a parte, mas como os dissidentes eram uma frágil minoria, em comparação com o grande número que desejava diretamente as inovações ou que as recebia sem discussão, eles foram obrigados a se submeter ou ir embora. Preferiram a segunda alternativa e, andando sempre em frente, do norte para a região meridional da Europa, chegaram às margens daquele mar desde então apropriadamente chamado de **Mar Negro**, embora esse nome fosse outrora dado a toda a extensão das águas que banham a região meridional da Europa por causa dos povos negros que a dominavam, assim como se chamava de **Mar Branco**, pela razão oposta, a parte do oceano que cerca a Europa e a Ásia do lado do pólo boreal.

Ao chegarem às margens daquele mar interior, os celtas dissidentes costearam-no na direção do oriente, penetrando na região da Ásia conhecida como Ásia Menor. As frágeis colônias ali fundadas pelos sudeanos foram facilmente vencidas. Os vencedores, estimulados por esse sucesso inicial, avançaram rapidamente, sempre aumentando seus espólios e o número dos seus escravos. Logo, os rumores de que multidões de citas inundavam as regiões setentrionais da Ásia espalharam-se por toda parte. Os esforços envidados para deter essa torrente apenas aumentaram sua impetuosidade e ofereceram novos alentos para suas depredações. Impossibilitados de recuar, os celtas tinham de avançar ou perecer.

Devido às opiniões que os haviam forçado a abandonar sua pátria, eles tinham tomado o nome de **Bodohnes**,[32] isto é, sem habitações fixas, e este nome, que ainda sobrevive no de **beduínos**, tornou-se famoso. Após muitas vicissitudes, sobre as quais é desnecessário falar, esses celtas bodohnes, depois de conquistarem as margens do Eufrates, que vieram a tornarem-se famosas, conquistaram também a Arábia, onde a maior parte finalmente se estabeleceu, depois de adotar parte dos costumes e dos hábitos dos povos que haviam vencido, e de se terem submetido às suas leis e cultos. Dessa mistura do sangue bóreo com o sudeano surgiram os Árabes. Todas as cosmogonias onde vemos a Mulher apresentada como a causa do mal e a fonte fecunda de todas as desgraças que afligiram a terra, surgiram ali. Ainda na época de Maomé, a mulher era considerada impura pelos povos do Iêmen que, como seu profeta os censura no Alcorão, choravam quando lhes nasciam filhas e com freqüência as enterravam vivas.

Não quero abandonar esses celtas dissidentes, cuja fortuna veio a tornar-se brilhante, pois foi deles que se originaram os Assírios e os Árabes, sem narrar um fato cuja singularidade muito tem confundido os sábios de todos os séculos. Este fato refere-se as Amazonas. Abster-me-ei de entrar em detalhes sobre as incontáveis controvérsias geradas pela existência desse povo de mulheres guerreiras. O que se torna evidente de tudo o que se disse a favor ou contra, é que tal povo existiu efetivamente, primeiro na Ásia, às margens do Termodonte, e depois em algumas ilhas do Mediterrâneo e até na própria Europa. Os hindus, que ainda lhe guardam a lembrança, dão ao país das Amazonas o nome de **Striradjya**, situando-o ao pé dos Montes Coulas, no litoral. No **Bundehesh**, Zoroastro diz que elas moravam na cidade de Salem. Pausânias fala da sua invasão da Grécia dizendo que elas combateram até às muralhas de Atenas. Apolônio, em seu **Argonautas**, conta que elas se estabeleceram na ilha de Lemnos e, em terra firme, junto ao Cabo Temíscuro. O que parece mais provável é que essas mulheres extraordinárias surgiram originalmente na Ásia Menor. Não há dúvidas de que algumas hordas de Bodohnes, avançando sem tomar precauções, terminaram caindo numa emboscada na qual os homens foram massacrados. As mulheres, que tiveram tempo de se esconder, fosse na outra margem do rio, ou numa ilha, vendo-se mais fortes graças àquele acontecimento, resolveram aproveitar-se disso para dominar. E bem provável que elas tenham encontrado em seu meio uma mulher de caráter firme e decidido que lhes inspirou esse desejo e as dirigiu. Reza a tradição que elas massacraram alguns homens que haviam escapado ao inimigo. Seja como for, parece certo que elas formaram um governo monárquico que durou muito tempo, pois os nomes de várias de suas rainhas chegaram até nós. Os historiadores não estão de acordo quanto à maneira como elas admitiam homens em seu meio.

Tudo o que se pode inferir, e que mais se aproxima da verdade, é que elas reduziam à escravidão os que aprisionavam e educavam os que nasciam das suas uniões passageiras segundo suas opiniões.

De resto, o nome de **Amazonas**, pelo qual a antigüidade nos tornou conhecidas essas mulheres guerreiras, prova ao mesmo tempo sua origem celta e sua morada na Ásia, pela maneira como ele se compõe.[33] Ele significa, propriamente, as que não têm homens ou maridos.

Percebe-se bem, sem que precisemos insistir muito no assunto, que se essas mulheres existiram, era preciso que um infortúnio exagerado as fizesse abandonar sua natureza e conduzisse a este ato de desespero. Ora, na posição em que representei as mulheres dos celtas bodohnes, seu infortúnio devia ser excessivo, pois ele era o resultado de um cisma ao mesmo tempo político e religioso. Seus

---

[32] É notável que este nome, igualmente celta e fenício, seja ainda perfeitamente inteligível em alemão e hebraico. O radical celta **bod** ou **bed** significa propriamente um leito. O mesmo radical fenício **beth ou beyth** significa uma habitação. O radical **ohn,** que o alemão conserva, e **ain** ou **oin,** que encontramos no hebraico, expressam uma ausência, uma negação. Nosso verbo **habitar** provém do primeiro radical, **bed** ou **beyth,** assim como o saxão **abidan,** o inglês **to abide**, **abode,** etc.

[33] Esta palavra compõe-se do radical **mâs,** conservado puro no latim e reconhecível no francês antigo **masle,** no italiano **maschio,** no irlandês **moth,** etc. Esse radical, unido à negativa **ohne,** forma a palavra **mâs-ohne,** à qual se ligou o artigo fenício **ha.** A palavra **ha-mâs-ohne** oferece exatamente o sentido que lhe dei.

maridos, não reconhecendo a voz da Providência que os chamava para costumes mais amenos, usando injustamente mão de ferro sobre um sexo já por demais castigado por suas faltas, lançaram ao Destino as sementes da calamidade que não poderiam deixar de produzir colheita funesta assim que a ocasião o favorecesse.

CAPITULO III

PRIMEIRA DIVISÃO GEOGRÁFICA DA EUROPA

Mas enquanto esses acontecimentos se desenrolavam na Ásia, os celtas que haviam permanecido na Europa continuavam a seguir o impulso dado pela Providência. O governo teocrático e real se estabelecera ali e prometia os mais afortunados resultados. Já um número considerável de Druidas, instruídos pelos cuidados do sumo pontífice, chamado **Drud**, espalhava-se por toda parte, acrescentando às duas classes já existentes entre os Bóreos uma terceira eminentemente útil, pois tendia a manter a harmonia entre elas, impedindo, de um lado, a opressão e, do outro, a revolta. Esta classe, formada de homens chamados **Loehr**, isto é, os esclarecidos ou os sábios, formou entre nós o que hoje chamamos de **clero**. Muito antes, quando a teocracia dominava sozinha a Europa, e na ausência da realeza, os soberanos teocratas, cujas sés principais ficavam na Trácia, na Etrúria e nas Ilhas Britânicas, tomavam o título de **Lar**.[34]

Desta forma, a raça bórea dividiu-se em três classes e o que é digno de maior atenção é que cada classe representava uma das três esferas constitutivas do Homem, seguindo seu desenvolvimento, de modo que a dos **Folk**, ou homens de trabalho, era análoga à esfera instintiva; a dos **Leyt**, ou homens de armas, à anímica; e a dos **Loehr**, ou homens esclarecidos, à intelectual. Esse desenvolvimento, embora perturbado por alguns abalos, fora admirável até então.

Como a maioria da nação celta tendia a se fixar, foi preciso pensar em fazer a divisão de terras. Porém, antes de se chegar a esse ponto decisivo, era preciso primeiro conhecer e fixar seus limites. Desde os acontecimentos providenciais que já narrei, a guerra entre as raças branca e negra se reacendera mais intensa que nunca. Os celtas, imbuídos de um entusiasmo religioso e guerreiro, faziam prodígios de coragem. Os atlantes, pressionados de todos os lados, não mais podiam levar a campanha adiante. O tempo apagara as diferenças inicialmente existentes. As armas se haviam tornado mais ou menos iguais, e os celtas, instruídos na tática militar, descobriram em sua força física uma vantagem cada vez mais evidente. Todo o interior da região fora libertado do inimigo. Os sudeanos, relegados às extremidades meridionais da Europa, no litoral, não mais podiam manter-se ali exceto com a ajuda de cidades fortificadas, que os celtas não tinham capacidade de sitiar e que, além disso, com uma poderosa marinha, não podiam ser vencidas pela fome.

Tão logo a posse da Europa lhes foi assim assegurada, excetuando-se as costas meridionais, os druidas dividiram seu interior em três grandes regiões. A região central recebeu o nome de **Teuts-land**, isto é, terra elevada, sublime, ou terra de **Teut**; a região ocidental recebeu o nome de **Hôl-land** ou **Ghôl-land**, terra inferior; e a oriental chamou-se **Pôl-land**, a terra superior. As regiões situadas ao norte dessas três regiões chamaram-se **D'ahn-mark**, o limite das almas; e as terras do meridião, ainda ocupadas pelos atlantes, desde o Tanaïs até às Colunas de Hércules, tornaram-se conhecidas pelo nome genérico de **Asks-tan**, a morada dos **Asks**, ou povos negros.[35] Esta divisão

---

[34] Daí, entre os gregos, a palavra χληροδ aplicada àquele que faz o destino de quem quer que seja. Entre os latinos, os **Lares,** e entre os ingleses modernos, os **Lords.**

[35] A palavra **Ask,** ora escrita com **c**, ora com **q**, ora variando de vogal, encontra-se em grande número de nomes de povos estabelecidos naquelas paragens: os **Thraskes,** os **Osques,** os **Esques,** os **Tosques** ou **Toscanos,** os **Etruscos,** os **Bascos** ou **Wasques** ou **Vascons** ou **Gascões,** etc. Escrevi detalhadamente meu pensamento sobre todos esses povos em minha **Gramática da Língua d'Oc.** Entendia-se por **Thraskes,** os Asks orientais; por **Tosques**, os Asks meridionais; e por **Vasques**, os Asks ocidentais. O nome **Pelasgos** ou **Pelasks** designava os povos negros em gera], e principalmente os marinheiros. O nome **Asks-tan** conservou-se nos de **Oscitânia** e **Aquitânia**.

geográfica, embora alterada por grande número de subdivisões, sobreviveu a todas as revoluções políticas e religiosas, e ainda hoje é reconhecida em seus pontos principais. Quanto às vastas regiões que se estendiam para além do Boristene, consideradas como o limite do império bóreo,[36] tal como seu nome bem o indica, acreditava-se fossem totalmente desabitadas, servindo apenas de morada aos animais selvagens, dos quais o cavalo era o mais estimado. Aliás, foi por causa desse animal bélico que se deu àquelas regiões o nome de **Ross-land**, a terra dos cavalos.

Acreditando que as regiões situadas para além do Boristene e do Duna fossem inteiramente desabitadas, os celtas estavam muito enganados. Esta opinião errônea simplesmente demonstrava que eles haviam perdido de vista o seu berço; esqueceram que eles próprios descendiam daquelas regiões geladas. Enquanto eles davam grandes passos no caminho da civilização e, prestes a marchar para a conquista do mundo, já constituíam uma nação populosa e poderosa, povoações desconhecidas que apenas transpunham os primeiros limites do Estado social formavam-se em silêncio, aumentando em número e aguardando o momento favorável para, por sua vez, descerem das altas terras boreais, mudarem-se para um clima mais ameno e exigirem sua parcela dele.

CAPITULO IV

DA PRIMEIRA DIVISÃO DE TERRAS, E DA PROPRIEDADE TERRITORIAL

Entretanto os Druidas, sempre dóceis aos oráculos da Voluspa e submetidos aos decretos do Sacro Colégio, prosseguiam em sua divisão. Eles deram aos homens de armas a propriedade geral de uma vasta extensão de terras, e aos homens de trabalho a propriedade particular de pequena extensão dentro da maior. Deste modo, o que pertencia a dez famílias ou cem famílias de **Folk**, pertencia na totalidade a uma família de **Leyt** que, sem ser obrigada a trabalhar a terra, nem a se ocupar com outra profissão exceto a das armas, desfrutava de uma parte das rendas, do trabalho e da atividade desses pequenos proprietários encarregados de tornar produtiva a sua grande propriedade.

Várias pequenas propriedades formavam uma grande, várias grandes formavam uma ainda maior, e estas últimas, reunidas, constituíam outra maior ainda, de modo que se o primeiro homem de armas que dominava vários homens de trabalho tomava o título de barão, o segundo assumia o título de grande barão, e o terceiro, de mui grande barão.

O rei dominava todos os barões e desfrutava do direito honorífico da propriedade universal. Isto é, todas as terras eram consideradas suas e os grandes e pequenos proprietários reconheciam que recebiam dele seus respectivos direitos. Todas as terras desocupadas eram responsabilidades dele e ele as dava a novas famílias à medida que estas se formavam, dispondo igualmente dos domínios vagos pela extinção de famílias antigas. Além disso, ele possuía como propriedade particular um domínio muito extenso, cujas rendas eram transferidas para sua coroa.

Parece que, no começo dessa legislação, os Druidas não tinham outras propriedades além dos santuários onde se alojavam com suas mulheres e filhos. Sua renda principal consistia de uma espécie de dízimo cobrado antecipadamente sobre todos os bens do Estado. Mas as doações que lhes foram feitas com o passar dos tempos tornaram-nos proprietários de grandes extensões de terras ligadas a esses mesmos santuários e puseram-lhes nas mãos imensos tesouros.

Após este rápido esboço, vê-se que as propriedades territoriais eram inicialmente de natureza tríplice e, por assim dizer, instintivas, anímicas e intelectuais. Os que imaginam que bastava um homem delimitar o primeiro espaço de terreno e dizer *isto é meu* para possuí-lo, cometem o maior equívoco. A possessão real do homem, sua possessão instintiva, não vai além do seu trabalho. A terra pertence a todos ou não pertence a ninguém. É preciso uma concessão providencial para

[36] O nome desse rio (hoje chamado *Dniéper*) compõe-se das palavras **Bors-stein,** o Limite de **Bor.**

assegurar-lhe a propriedade, e esta concessão só pode ser o efeito de uma legislação teocrática. A Providência não se manifesta imediatamente, ela não vem ditar pessoalmente suas leis aos homens, mas sempre necessita de um órgão humano para fazer entender suas vontades. Somente quando esse órgão é encontrado é que a legislação teocrática tem início.

Como disse, essa legislação começara entre os celtas na época determinada para isso. Ela acrescentara à força, o único poder existente então, dois outros poderes destinados a se apoiarem mutuamente: a lei civil e a lei religiosa. O chefe militar que ocupava o primeiro lugar tivera de cedê-lo a dois novos chefes instituídos para serem seus superiores: o rei e o sumo pontífice. O rei, pelo simples fato da sua coroação, fora declarado o representante temporal da Providência e, por conseguinte, o proprietário universal da terra. Logo, nessa qualidade, ele podia criar proprietários gerais, e estes, por sua vez, podiam estabelecer proprietários particulares. E foi exatamente o que se fez. Mas como a Providência, cujo representante temporal é o rei, pelo menos conservava sua ação espiritual, da qual o sumo pontífice estava investido, o resultado é que o rei rendia vassalagem da sua propriedade universal a esse Sumo Pontífice, por cuja voz seu direito fora promulgado, e que era a justo título que este reclamava, tanto para ele como para o corpo sacerdotal, uma parcela legal de todos os produtos.

Se quisermos dar atenção às leis, e principalmente aos usos que, não obstante o número infinito de revoluções das quais a Europa tem sido teatro, estão ligados ao direito de propriedade territorial, veremos que todos eles tendem a provar o que eu enuncio, a saber: que primitivamente este direito não passava de uma concessão.

De resto, não se deve confundir o que eu digo aqui sobre a propriedade territorial com o que já disse alhures sobre a propriedade industrial. Estas duas propriedades não se assemelham em nada perante o direito. A propriedade industrial constitui um direito natural, inerente ao homem, uma necessidade da qual o Estado Social tira seu princípio, ao passo que a propriedade territorial, ao contrário, repousa sobre uma concessão inatural, estranha ao homem, que só ocorreu muito tempo após a constituição do Estado Social. Como disse, não há necessidade de lei para se estabelecer o direito de propriedade industrial, porque cada um sente instintivamente que o produto do trabalho de um homem lhe pertence, assim como seu corpo; mas somente após uma lei, e uma lei muito rigorosa, é que o direito de propriedade territorial pode ser aceito, porque o instinto repele a existência de tal direito e este jamais teria ocorrido se a inteligência na qual ele tem seu princípio não viesse a santificá-lo. Vê-se também que os homens exaltados, cuja vontade está localizada no instinto, erguem-se com violência contra a posse exclusiva da terra, perguntando sempre por que a grande maioria do povo é deserdada. A única resposta a dar a esses homens é esta: é porque a Providência assim o quis. Ou, sem pretender conduzir pelos caminhos da Providência um archote temerário, pode-se muito bem mostrar os motivos de tal vontade. Esses motivos são, evidentemente, os de dar à estrutura social uma elevação e um brilho que, sem eles, ela jamais teria alcançado.

CAPÍTULO V

ORIGEM DA MÚSICA E DA POESIA. INVENÇÃO DAS OUTRAS CIÊNCIAS

Mais ou menos nessa época, talvez um pouco antes, aconteceram vários episódios que influenciaram perceptivelmente a civilização dos celtas.

Os Druidas, ao ouvirem os oráculos da Voluspa, se aperceberam de que estes estavam sempre contidos em frases medidas, de uma forma constante, trazendo consigo uma certa harmonia que variava conforme o tema, de maneira que o tom em que a profetisa pronunciava suas frases não diferia muito da linguagem ordinária. Eles examinaram atentamente essa singularidade e, após se habituarem a imitar as diferentes entonações que ouviam, conseguiram reproduzi-las e viram que

elas eram coordenadas segundo regras fixas. Regras que, à força de trabalho, conseguiram reduzir a um sistema, dando-lhe os princípios das duas mais belas concepções de que os homens podem honrar-se: a música e a poesia. Eis aí a origem da melodia e do ritmo.

Até então, os celtas tinham sido pouco sensíveis à música. A dos atlantes, que eles haviam escutado nos combates e em algumas solenidades, parecera-lhes apenas um ruído mais ou menos forte, agudo ou grave. Procurando rivalizar esses inimigos, eles haviam criado alguns instrumentos guerreiros monocórdios, tais como os tambores, o címbalo, a cometa e a trombeta, com as quais conseguiam encher o ar de ruídos ou de sons formidáveis, mas destituídos de qualquer melodia. Somente quando seus sacerdotes receberam da Voluspa os princípios da harmonia musical e poética, é que começaram a encontrar neles alguns encantos. A flauta, inventada por um gênio afortunado, causou uma revolução nas idéias. Percebeu-se, com inexprimível enlevo, que com esse instrumento era possível acompanhar a voz da Voluspa e, por assim dizer, lembrar suas palavras pela simples repetição dos sons que ela imprimira a estas. Esse ritmo, oferecido à nação como um presente do céu, foi por ela recebido com um entusiasmo difícil de se descrever. Ele foi aprendido de cor, cantado em todas as ocasiões, inculcado desde o berço no espírito das crianças, de maneira que em muito pouco tempo tornou-se quase instintivo, permitindo, por seu intermédio, difundir com a maior facilidade o texto de todos os oráculos ou de todas as leis que a Voluspa sempre encerrava no mesmo compasso. Esta foi a razão porque, na antigüidade, jamais se separou a música da poesia, e porque ambas eram chamadas de a língua dos Deuses.

Não obstante o prazer que eu teria em demorar-me sobre assuntos tão agradáveis, e para os quais meus gostos pessoais freqüentemente me têm atraído, devo apenas mencioná-los superficialmente aqui para não retardar por demais o progresso desta obra, pois tenho muitas outras nas quais me aprofundei tanto quanto possível nestes temas.[37]

A invenção da música e da poesia, entusiasmando os espíritos, deu lugar a observações, pesquisas e meditações cujos resultados foram dos mais úteis. Pela primeira vez examinou-se esse brilhante fenômeno da Palavra, ao qual até então não se dera atenção alguma. Os Druidas, que a Voluspa transformara em músicos e poetas, tornaram-se também gramáticos. Eles examinaram a língua que falavam e descobriram, surpresos, que ela se baseava em princípios fixos. Distinguiram o substantivo do verbo e encontraram as relações de número e de gênero. Arrebatados pelo espírito do seu culto, eles decidiram situar o gênero feminino em primeiro lugar e, deste modo, gravaram na língua bórea um caráter indelével inteiramente contrário ao da língua sudeana. Tendo de designar, por exemplo, objetos cujo gênero não existe exceto nas formas da língua, eles aplicaram o gênero feminino ou masculino de um modo inteiramente oposto à opinião dominante no Reino Hominal, atribuindo o gênero feminino ao Sol e o masculino à Lua e entrando assim em contradição com a natureza das coisas.[38]

Esta falha uma das primeiras para as quais a vaidade anímica da mulher arrastou o espírito da profetisa, infelizmente não foi nem a última nem a mais importante. Mais adiante mostrarei a mais terrível de todas a que por pouco não causou a perda de toda a raça. Antes, porém, quero dizer algo sobre a invenção da escrita, que coincidiu com a da gramática.

Como já disse, com a presença dos atlantes, os celtas haviam adquirido um vago conhecimento da escrita, mas seu espírito, ainda mal desenvolvido, não percebera toda a utilidade de tão admirável

---

[37] Principalmente em meu Discurso sobre **a Essência e a Forma da Poesia,** que abre meus Exames sobre os **Versos de Ouro de Pitágoras,** em minhas **Considerações sobre o Ritmo** e, por fim, em minha obra sobre a **Música.**

[38] Esta contradição desapareceu em grande número de dialetos célticos devido à ascendência que os dialetos atlantes tiveram sobre eles e com os quais se haviam misturado. Mas na Europa central, o dialeto alemão conservou essa singularidade. Nesse dialeto, o Sol, **die sonne**; o ar, **die luft;** o tempo, **die zeit;** o amor, **die liebe,** etc, são do gênero feminino, enquanto a Lua, **der mond;** a morte, **der tod;** a água, **das** vasser; a vida, **das leben,** etc. são masculinos ou neutros.

arte e pouco se ocupou dela. Somente quando os Druidas começaram a refletir sobre seu idioma original é que eles sentiram a necessidade de fixar, pela escrita, as formas variáveis. O mais difícil nesta arte está na concepção da primeira idéia; porém, uma vez concebida essa idéia, e que o espírito compreenda seu objetivo metafísico, o restante nada tem de confuso.

Seria por demais ousado definir hoje se o primeiro inventor dos caracteres literários copiou alguma coisa do que pudesse conhecer dos caracteres dos atlantes, ou se as formas que deu às dezesseis letras do seu alfabeto foram exclusivamente obra sua. O certo é que essas dezesseis letras adquiriram, em sua mão, uma direção diametralmente oposta à adotada pelos caracteres sudeanos. Isto é, entre os atlantes, quando o escriba traçava seus caracteres numa linha horizontal sua mão ia da direita para a esquerda. Entre os celtas escrevia-se ao contrário, indo da esquerda para a direita. Esta notável diferença, cuja causa, acredito, ninguém ainda descobriu, dependia do que direi a seguir.

Na época bastante remota em que os caracteres atlantes foram inventados, a raça sudeana, ainda próxima da sua origem, habitava a África no Hemisfério Sul, de maneira que o observador, mantendo a frente para o sol e vendo esse astro surgir à sua direita e pôr-se à sua esquerda, seguiu naturalmente seu curso no movimento da sua escrita. Entretanto, o que era natural naquela posição, e inclusive poderia ser considerado sagrado pelos povos adoradores do sol, deixava de sê-lo no lado oposto do mundo, para os povos setentrionais, situados muito distantes dos trópicos. Entre esses povos, ao contrário, o observador voltado para o sol via esse astro nascer à sua esquerda e pôr-se à sua direita, de modo que, partindo do mesmo princípio que orientara o escriba sudeano, o celta deveria naturalmente traçar sua escrita no sentido oposto.

O conhecimento desta causa, aparentemente tão simples, deu ao observador uma chave histórica que lhe será de grande utilidade, pois todas as vezes que ver qualquer escrita seguir a direção da direita para a esquerda, como acontece com a fenícia, a hebraica, a árabe, a etrusca, etc., ele poderá remontar sua origem à raça sudeana; e, ao contrário, ao ver essa escrita seguir a direção oposta, da esquerda para a direita, como a rúnica, a armênia, a tibetana, o sânscrito, etc., ele não se enganará ao considerá-la de origem bórea.

Os celtas distinguiram seus caracteres alfabéticos pelo nome de **rúnicos**, e esta palavra, que me impressiona, deixa-me agora convencido de que eles imitavam alguma coisa dos caracteres atlantes. Eis a razão: os atlantes possuíam dois tipos de escrita, uma hieroglífica e outra vulgar ou cursiva, como está mais que provado pelo testemunho do Egito, o último lugar da terra onde seu poderio brilhou pela derradeira vez. Ora, em grande número de dialetos, a palavra rúnico significava cursivo,[39] de modo que se pode conjecturar que os caracteres rúnicos são apenas os caracteres cursivos dos atlantes, um pouco alterados em sua forma e voltados na direção oposta. Além disso, essa opinião é altamente provável devido à grande semelhança que se observa entre os caracteres cursivos fenícios e os caracteres rúnicos ou cursivos dos etruscos e dos celtas.

Porém, antes mesmo que a poesia e a música, a gramática e a escrita fossem inventadas, as ciências matemáticas já haviam feito alguns progressos. A numeração não precisa do desenvolvimento da inteligência para produzir os primeiros elementos da aritmética. Ademais, não se pode deixar de crer que a divisão das possessões territoriais deve ter fornecido, muito cedo, os primeiros elementos da geometria prática, assim como as necessidades da agricultura conduziram às bases da astronomia.

---

[39] O radical céltico **Ran** ou **Run** desenvolve a idéia de corrida e de fuga, como me lembro de já ter demonstrado. A palavra **runig** ou **runik** expressa, portanto, a disposição de correr.

Essas ciências sem dúvida ainda estavam longe da perfeição, mas bastava que começassem a ser cultivadas para que o objetivo da Providência se cumprisse. Já afirmei várias vezes que a Providência nunca oferece mais que os princípios das coisas. Cabe à Vontade do Homem o seu cultivo, sob a influência do Destino.

CAPITULO VI

DESVIO DO CULTO; QUAL FOI A SUA ORIGEM. SUPERSTIÇÃO E FANATISMO: SEUS PRIMÓRDIOS

Se os princípios oferecidos pela Providência tivessem continuado a se desenvolver com a mesma retidão, a raça bórea, alcançando rapidamente o ponto culminante da estrutura social, teria oferecido um espetáculo digno de admiração. A Europa, que ela ilustrara em tão boa hora, não teria sido o joguete de tantas vicissitudes e, sem precisar ser escrava da Ásia por tantos séculos, teria conquistado bem mais cedo o cetro do Mundo. Mas o Destino, que determinou uma série de acontecimentos totalmente opostos, teria exigido uma vontade tão pura quanto forte para evitar sua realização ou resistir aos seus efeitos. Essa vontade não só não existe, como também, a que existia, em lugar de acompanhar o impulso que a Providência lhe dera, resistiu a ela, quis transformar-se em centro, ser seu próprio motor e, longe de evitar o Destino, deixou-se dominar por ele e curvou-se à sua lei.

Uma única paixão mal controlada causou todo o mal: foi a vaidade que, exaltando-se de modo particular no seio da Voluspa, e de modo geral no de todas as mulheres, deu origem ao egoísmo, cujas frígidas inspirações, em lugar de ampliar a esfera intelectual, a constrangeram e trouxeram em seu bojo a ambição desmedida pelo amor e pela glória.

Vários colégios de mulheres haviam sido fundados nas diferentes regiões ocupadas pelos celtas, à frente dos quais havia uma Druidisa que só se levantava perante a Voluspa: essas druidisas presidiam ao culto e faziam os oráculos; elas eram consultadas sobre assuntos particulares, assim como se consultava a Voluspa sobre os assuntos de interesse coletivo. No começo, sua autoridade era muito grande; os druidas nada faziam sem ouvir-lhes os conselhos e os próprios reis obedeciam às suas ordens. Mas à medida que a classe sacerdotal se esclarecia, à medida que as ciências e as artes começavam a florescer, elas perceberam que sua influência diminuía, que perdiam a autoridade e que eram reverenciadas menos por elas mesmas do que pela Divindade de que eram os instrumentos.

Era evidente que o homem, aturdido pela grandeza do movimento que ocorrera, saía pouco a pouco do seu espanto e tendia a retomar seu verdadeiro lugar, cuja perda fora causada por esse movimento. A mesma coisa que acontecera quando do primeiro desenvolvimento da esfera instintiva, acontecia com relação a outros fatos. O problema, no passado como então, era saber qual dos sexos seria o amo.

Se tivesse sido sensata, a mulher teria consentido em deixar-se considerar como o instrumento da Divindade, como o meio de comunicação entre a Divindade e o homem. Essa posição certamente era boa o bastante para satisfazer sua vaidade. Mas esta não foi satisfeita porque o egoísmo despertado a convenceu de que essa posição nada tinha a lhe oferecer. Quando falava, era a ela que escutavam? Não; era à Divindade que falava por sua boca. Quando guardava silêncio, que autoridade tinha? Nenhuma. Era o Druida, era o Rei, era o Maire que comandavam. Deveria ela limitar-se a esse papel insignificante? Era este o suficiente para sua ambição? Suas faculdades não a estariam chamando para mais altos destinos? Suas faculdades! Ora, quem melhor que ela poderia apreciá-las? Tudo o que ocorrera não dependera delas? Procurava-se a Divindade no céu porque sua voz a colocara lá. Pediam-lhe oráculos porque sua inteligência os concebera. Se o futuro havia sido compreendido, não era pela força da sua vontade que os sonhos da sua imaginação se haviam

realizado? Não seria possível que o futuro dependesse dela, como a existência da Divindade já o dependera?

Mal essa idéia ímpia foi concebida, a Providência, assustada, recuou e o Destino tomou seu lugar. A Voluspa deixava de ser o órgão da Divindade, sendo agora um instrumento fatídico de que o Destino viria a dispor. Daí por diante, procurar-se-ia inutilmente, no idioma que ela empregasse o futuro verdadeiro de qualquer verbo. Na sua língua o verbo seria privado do futuro.[40] Somente a necessidade do Destino criaria o futuro, ao desenvolver as conseqüências do passado.

Assim, não mais podendo reinar pela verdade, e querendo manter despoticamente seu império, a mulher procurou reinar pelo erro. Todos os oráculos que passaram a sair dos santuários tornaram-se ambíguos e tenebrosos; só se ouvia falar de calamidades, de pecados cometidos, de expiações exigidas, de penitências a serem feitas. A Divindade suprema, Teutad, outrora apresentada sob a imagem benevolente de um pai, aparecia apenas com os traços austeros do tirano. O primeiro Herman, transformado em Deus da guerra sob o nome de Thor[41] deixara de ser o ancestral protetor, sempre ocupado com o bem-estar da nação, passando a ser um Deus terrível e severo que deu a si mesmo os títulos mais assustadores - foi chamado de pai da carnificina, o despovoador, o incendiário, o exterminador. Ele teve por esposa Friga ou Freya, a dama por excelência que, não menos cruel que seu marido, indicava antecipadamente nos combates os que deveriam morrer e, por um bizarro contraste, tinha numa das mãos a taça da voluptuosidade e, na outra, o gládio que dedicava à morte.

Uma superstição terrível substituiu o culto simples adotado até então: a religião tornou-se intolerante e bárbara; todas as paixões que agitavam a alma da Voluspa inflamaram as almas dos ancestrais que, como ela, tornaram-se ciumentos, ávidos e desconfiados; os sacrifícios inocentes que lhes eram normalmente dedicados não mais podiam contentá-los. Imolaram-lhes animais; substituíram as libações de leite por libações de sangue e, como era preciso estabelecer uma diferença entre os ancestrais dos particulares e os da nação, chegou-se a sacrificar vítimas humanas a Teutad, a Thor e a Freya, acreditando-se que o sangue mais puro e nobre deveria também ser o mais precioso.[42]

E não se pense que essas vítimas eram escolhidas entre os cativos, os escravos, não. As mais nobres cabeças eram com freqüência as mais ameaçadas. As druidisas, inspiradas pela Voluspa, conseguiram impressionar os espíritos com tal embriaguez que se considerava favorecido pelos Deuses aquele a quem a sorte escolhesse para ser enterrado vivo ou para verter seu sangue ao pé dos altares. As próprias vítimas se felicitavam por terem sido escolhidas. Não havia exceções. A cegueira ia ao ponto de se considerar como o augúrio mais favorável quando o próprio Rei era chamado para tal honra. Sem respeito pela sua posição, imolavam-no em meio aos aplausos e brados de alegria de toda a nação.

---

[40] Os idiomas célticos que não se misturaram com os idiomas atlantes, como o saxão, o alemão e o inglês, não têm futuro simples.

[41] A palavra **thor,** que significava propriamente um touro, era o emblema da força. O touro mais tarde serviu de insígnia para os celtas, como explicarei mais adiante.

[42] E do nome **Thor,** o Deus da guerra, que vieram as palavras **terror e terrível.** As palavras francesas **effroi (pavor), effroyable** (pavoroso), **frayeur** (terror), etc, estão igualmente ligadas à impressão causada pelo culto de Freya. Ainda se diz em saxão **frihtan,** em dinamarquês **freyeter,** em inglês **to fright,** assustar. O bizarro é que do nome dessa mesma Deusa, **Friga** ou **Freya,** deriva-se o verbo **frigan,** fazer amor; na língua d'Oc, **fringar,** e mesmo em francês, **fringuer.** Originam-se também daí as palavras **frai e frayer,** falando-se de peixes. Este contraste singular faz pensar que, segundo a doutrina dos celtas, essa Deusa era concebida sob uma dupla natureza, ora presidindo ao amor e ao nascimento, sob o nome de **Friga,** ora presidindo a guerra e a morte, sob o nome de **Freya.** Mais adiante voltarei a falar sobre este contraste que ninguém até agora observou bem.

As festas nas quais se ofereciam esses sacrifícios atrozes repetiam-se com freqüência: a cada nove meses celebrava-se uma, durante a qual nove vítimas por dia eram imoladas durante nove dias consecutivos. Por qualquer motivo as Druidisas exigiam um mensageiro para visitar os ancestrais e lhes levar novas dos seus descendentes. Ora esse infeliz era lançado sobre a lança do Herman-Sayl, ora o esmagavam entre duas pedras; ora afogavam-no num remoinho, porém com mais freqüência deixavam-no esvair-se em sangue para se tirar disso um augúrio mais ou menos favorável conforme o sangue jorrasse com mais ou menos intensidade. Mas quando o receio de uma desgraça iminente agitava os espíritos, é que a superstição revelava o que tinha de mais horrível. Se quisesse descrever o grande número de imagens que se me apresentam à lembrança, não acabaria nunca. Aqui, é um exército que dedica seu general à morte; ali, é um general que dizima seus oficiais. Vejo um monarca sexagenário ser queimado em honra de Teutad; ouço os gritos dos nove filhos de Haquino estrangulados nos altares de Thor; é por Freya que se abre o poço profundo onde se enterrarão as vítimas a ela dedicadas.

Seja para qual ponto da Europa eu volte meu olhar, vejo ali os sinais gravados desses sacrifícios hediondos. Desde as costas geladas da Suécia e da Islândia até o litoral fértil da Sicília; desde o Boristene até o Tejo, vejo, por toda parte, o sangue humano fumegando ao redor dos altares. Mas não é somente a Europa que sofre com esse flagelo destruidor; a epidemia funesta cruzou seus limites com os celtas indo infectar as costas da África e da Ásia. Que digo? Ela também sai pela Islândia levando seu veneno até o outro hemisfério, se foi da Islândia que o México recebeu esse costume abominável. Seja qual for o lugar onde o vemos estabelecido, na região norte ou sul da Terra, no Ocidente ou no Oriente, podemos, sem erro, ligar sua origem à Europa. E no sombrio horror das suas florestas que ele nasceu, e seu princípio, como já disse, foi a vaidade ferida e a fraqueza que deseja dominar. É verdade que essa fraqueza foi muitas vezes punida pelas suas faltas. Com freqüência, o gládio que as mulheres mantinham suspenso sobre a cabeça de um sexo que elas só sabiam governar pelo terror, caía sobre seu próprio peito. Sem falarmos aqui das jovens virgens que eram enterradas vivas ou eram lançadas aos rios em homenagem a Freya, não nos devemos esquecer que as mulheres dos Reis e dos principais do Estado eram obrigadas, pela crença supersticiosa que elas próprias haviam criado a acompanhar seu marido para o túmulo, estrangulando-se em seus funerais ou lançando-se às chamas da sua pira. Esse costume bárbaro, que ainda persiste em algumas regiões da Ásia, foi levado para lá pelos celtas vencedores.

CAPÍTULO VII

SÉTIMA REVOLUÇÃO NO ESTADO SOCIAL. ESTABELECIMENTO DA TEOCRACIA

O culto supersticioso e feroz a que um fatal desvio das leis providenciais havia submetido os celtas, o terror que o acompanha naturalmente e esse hábito de sentir sempre a morte pairando sobre suas cabeças os tornavam inacessíveis à piedade. Intolerantes por princípio e valorosos por instinto, eles matavam com a mesma facilidade com que morriam. A guerra era seu elemento; somente em meio às batalhas e quando a fadiga lhes abatia o corpo é que seu espírito, assaltado por fantasmas de todos os lados, tinha uma espécie de repouso. Nos lugares por onde a vitória guiava seus passos, seguia-se a devastação. Inimigos implacáveis das outras religiões, eles lhes destruíam os símbolos, derrubavam os templos, quebravam as estátuas e, com freqüência, quando estavam prestes a entrar numa batalha decisiva, juravam exterminar todos os homens e animais que lhes caíssem às mãos, o que executavam à maneira dos interditos, como os hebreus viriam também a fazer muito tempo mais tarde. Desta forma, eles acreditavam honrar o terrível Thor, o mais valente dos seus ancestrais, sem imaginar que o próprio Teutad pudesse ter outro meio de demonstrar sua força e seu poder que não fosse a carnificina e a destruição. Para eles, a única virtude era a coragem, o único vício, a covardia. Eles chamavam o inferno de **Nifelheim**,[43] a morada dos covardes. Convencidos de que a

[43] A palavra **nifel** expressa o relinchar dos cavalos quando estão assustados. Dela compõe-se o verbo francês **renifler** (relinchar). Ainda hoje, na língua d'Oc, diz-se **niflar,** soprar com o nariz e, em sentido figurado, sangrar pelo nariz.

guerra era a fonte da glória neste mundo, e da saúde no outro, eles a consideravam um ato de justiça e pensavam que a força que dá um direito incontestável sobre os fracos revelava a marca evidente da divindade. Quando desgraçadamente eram vencidos, eles recebiam a morte com um destemor bárbaro, esforçando-se para rir enquanto morriam, mesmo em meio a tormentos.

Por mais de uma vez tiveram eles ocasião de exercer sua paixão favorita. Os atlantes, atacados até os limites das suas cidades, iam sendo vencidos por toda parte. As costas do Mediterrâneo, devastadas desde as margens do Mar Negro até o Grande Oceano, pertenciam aos celtas. Os poucos sudeanos que tinham permanecido ali foram reduzidos à escravidão. Senhores de grande número de portos, os vencedores não perderam tempo em criar uma espécie de marinha com a qual, após chegarem facilmente às costas da África, ali fundaram colônias. Conduzidos por um dos seus maires, cujo grande valor fizera com que o nomeassem Herôll, eles percorreram a Espanha e, sempre pilhando e devastando os estabelecimentos dos atlantes, chegaram ao famoso local chamado desde então de **Colunas de Hércules**. Creio que não me engano em dizer que o local recebeu esse nome graças àquele acontecimento porque, como já observei, o nome Hercules não difere do de Herôll. Além disso, conservou-se uma antiga tradição a respeito. Diz-se que o sobrenome desse Hércules, de origem celta, era **Ogmi**; ora, a palavra **Ogmi** significava, em celta, a grande Potência ou a grande Armada.[44]

Assim, nessa época os celtas já dominavam toda a Europa, conduziam suas hordas até à África, ameaçavam o templo de Amon e faziam tremer o Egito. Temia-se que aquele poder bárbaro conquistasse o mundo inteiro; ele viria a tornar-se irresistível se viesse a ser o senhor daquele antigo reino cuja fundação, segundo Heródoto, remontava a pelo menos doze mil anos antes da nossa era. Esse acontecimento se tivesse ocorrido, teria sido um dos mais funestos para a humanidade, mas a Providência o impediu. Ela não podia modificar diretamente a vontade pervertida da raça bórea, mas podia castigá-la. E assim fez.

Alguns celtas, que retornaram à Europa vindos da África, levaram consigo para lá os germes de uma doença desconhecida, ainda mais terrível em seus efeitos porque destruía a própria esperança da população ao atacar a geração em sua infância. Deram-lhe o nome de elefantíase, talvez por causa do elefante, que parecia ser sua origem. Em pouco tempo essa doença cruel espalhou-se do sul ao norte e do ocidente ao oriente, causando devastações pavorosas. Os celtas infectados perdiam subitamente as forças e morriam de esgotamento. Nada podia combater seu veneno. A Voluspa, quando a interrogaram, ordenou sacrifícios expiatórios, inutilmente. As vítimas humanas, imoladas aos milhares, não afastaram aquele flagelo. A nação perecia. Pela primeira vez em muito tempo, esses indomáveis guerreiros, que só sabiam recorrer à força, sentiram que esta não era tudo. As armas lhes caíam das mãos. Incapazes da menor ação, eles se arrastavam pelos seus acampamentos solitários, lembrando mais espectros do que soldados. Se os atlantes estivessem então em condições de atacá-los, eles estariam perdidos.

Naquela época havia, entre os Druidas, um homem sábio e virtuoso, mas cujas ciências e virtudes pacíficas pouca atenção haviam merecido até o momento. Esse homem, ainda na flor da idade, sofria em seu íntimo com os erros dos seus compatriotas, acreditando, com justa razão, que seu culto, em lugar de honrar a Divindade, a ofendia. Ele conhecia as tradições de sua terra e estudara muito a natureza. Desde que viu a doença fatal fazer suas devastações, não teve dúvida de que se tratava de um flagelo enviado pela Providência. Ele a examinou cuidadosamente e descobriu sua causa. Mas buscou inutilmente um remédio. Desesperado por não poder fazer o bem que pretendia, andando certo dia pela floresta sagrada, sentou-se ao pé de um carvalho e adormeceu. Em seu sono, pareceu-lhe que uma voz forte o chamava pelo nome. Julgando que acordava, viu diante de si um

[44] Esta palavra, composta de duas outras, deveria ser escrita **Hugmüh;** a primeira, **huge,** conservada no inglês, significa muito grande; ela serviu de radical para o latim augere, como também para o francês **augmenter;** a segunda, **müh,** conservada no alemão, é análoga ao inglês **may,** de onde vem **Mayer,** um poderoso, um Maire.

homem de porte majestoso, envergando o manto dos Druidas e tendo na mão uma vara em torno da qual se enrascava uma serpente. Espantado com tal fenômeno, ele ia perguntar ao desconhecido o que significava tudo aquilo, quando este, tomando-o pela mão, fê-lo levantar-se e, mostrando-lhe na própria árvore ao pé da qual se deitara um belo ramo de visgo, disse-lhe: *Oh, Ram! Eis o remédio que procuras.* E tirando do seio uma pequena foice de ouro, cortou o ramo e lhe entregou. E após ter-lhe ensinado, em poucas palavras, a maneira de preparar o visgo e usá-lo, desapareceu.

Acordando sobressaltado, perturbado com o sonho que tivera o Druida não duvidou que ele fosse profético. Prosternou-se ao pé da árvore sagrada onde a visão lhe aparecera e agradeceu do fundo do coração a Divindade protetora que a enviara. Em seguida, tendo visto, com efeito, que a árvore tinha um ramo de visgo, ele o tirou respeitoso e levou-o para sua cela, adequadamente envolto na ponta do véu que lhe servia de cinto. Após fazer outras preces, para invocar as bênçãos do céu para seu trabalho, ele iniciou as operações que aprendera e conseguiu levá-las a bom termo. Quando acreditou que o visgo estivesse pronto, ele se aproximou de um doente desesperado e, fazendo-o engolir algumas gotas do seu remédio divino, misturadas num licor fermentado, viu com inexprimível alegria que a vida, prestes a extinguir-se, se reanimara e que a morte, obrigada a abandonar sua presa, fora vencida. Todas as experiências que fez tiveram o mesmo êxito e em pouco os rumores sobre suas curas maravilhosas se espalharam.

De toda parte acorreram doentes. O nome de Ram estava em todas as bocas, acompanhado de mil bênçãos. O colégio sacerdotal reuniu-se e o Sumo Pontífice pediu a Ram que lhe revelasse a maneira como tão admirável remédio, ao qual a nação devia sua saúde, lhe chegara às mãos. O Druida não se fez de rogado, mas, desejoso de dar ao corpo sacerdotal um poder adequado, que lhe faltava até então, fez ver ao Drud que, ao informar a nação sobre a planta mostrada pela Divindade, oferecendo-a inclusive à sua veneração como uma planta sagrada, não se deveria divulgar o seu preparo. Ao contrário, este deveria ser cuidadosamente preservado no santuário, para dar à religião mais brilho e mais força, por meios menos violentos do que os empregados até então. O Sumo Pontífice compreendeu o valor das suas razões e as aprovou. A nação celta foi informada que era ao visgo do carvalho, mostrado pela bondade divina, que ela devia o fim do terrível flagelo que a devorava. Mas também soube, ao mesmo tempo, que a propriedade misteriosa daquela planta, a maneira de colhê-la e de prepará-la, estavam reservadas somente aos **Lehrs**, excluindo-se as duas outras classes, os Leyts e os Folks.

Esta foi a primeira vez que, em relação à casta sacerdotal, as duas outras castas, de homens de armas e de homens de trabalho, foram reunidas numa só, dando origem a uma nova idéia e a uma nova palavra. Ao considerar os **Leyts** e os **Folks** como um único povo que os **Lehrs** dominavam, reuniram-se as duas palavras numa só, formando a palavra **Leyolk** que, para nós, transformou-se em **Laico** ou **Leigo**. Admitindo-se que os Leyts não tivessem gostado dessa fusão, eles não tinham como se lhe opor. A força das coisas os impelia. Tal como acontecera no princípio da sociedade, quando os Folks, que lhes deveram sua existência, haviam-se tornado seus dependentes, era igualmente justos que eles próprios, que agora deviam sua sobrevivência aos Lehrs, reconhecessem o domínio destes.

Esta mudança, que parecia insignificante no momento em que se deu, veio a ter as conseqüências mais importantes quando, com o estabelecimento da Teocracia pura e o fim da separação entre as classes, ela desenvolveu os meios para degenerar-se em despotismo absoluto ou em democracia anárquica, conforme o poder era usurpado pela forma de uma só pessoa ou pela de uma multidão.

Assim, no Universo, o mal muitas vezes nasce do bem e o bem do mal, como a noite sucede ao dia e o dia à noite, para que as leis do Destino se cumpram e para que a Vontade do homem, escolhendo livremente um ou outro, seja conduzida apenas pela força das coisas para a luz e a virtude que a Providência lhe oferece incessantemente.

CAPITULO VIII

APARIÇÃO DE UM ENVIADO DIVINO

Criou-se uma festa solene para celebrar o feliz acontecimento. À intenção era que a Comemoração da descoberta do Visgo do carvalho coincidisse com o início do ano, que foi situado no solstício de inverno. Como a noite mais escura cobria o pólo boreal nessa época, acostumou-se a considerar a noite como o princípio do dia, chamando-se de **Noite-mãe** a primeira noite após o solstício. Era no meio dessa noite misteriosa que se celebrava o **New-heyl**,[45] quer dizer, a nova saudação ou a nova saúde. Portanto, a noite tornou-se sagrada entre os celtas, surgindo então o costume de se fazer a contagem por noites. O Sumo Pontífice regulou a duração do ano de acordo com o curso do Sol, e a dos meses, pelo da Lua. Podemos julgar, pelas tradições que chegaram até nós desses tempos remotos, que esta duração foi estabelecida após cálculos bastante precisos, como a anunciar que já se dispunha de vastos conhecimentos de astronomia.[46] Como não me permiti apresentar detalhes nesta obra, abster-me-ei de tecê-los para as cerimônias realizadas na colheita do Visgo do carvalho. Encontramos, em mil lugares, tudo o que podemos desejar saber a respeito.[47] Devo apenas mencionar que o ser misterioso que o mostrara ao druida Ram, honrado como um dos ancestrais da raça bórea, foi chamado de Esculápio,[48] isto é, a esperança da saúde do Povo, e considerado como o Gênio da Medicina.

Quanto ao druida Ram, seu destino não terminaria ali. A Divindade que o escolhera para salvar os celtas da destruição inexorável ao deter o tremendo flagelo que os entregava à morte, o escolhera também para arrancar dos seus olhos a venda da superstição e transformar seu culto homicida. Mas neste caso, sua missão não seria assim tão fácil de cumprir. A epidemia física era evidente aos olhos de todos, e os ameaçava por igual. Ninguém tinha motivos para preservá-la, ao passo que a epidemia moral não só não se apresentava como tal, mas também, sendo sagrada para uns, para outros constituía objeto de interesse ou de vaidade. Assim, a partir do momento em que o Druida deu a conhecer suas intenções; tão logo disse que o mesmo Gênio anunciador do Visgo do carvalho também viera lhe ordenar que secasse o sangue que inundava os altares; desde que passou a condenar os sacrifícios humanos como inúteis e atrozes, que horrorizavam os Deuses da nação, ele passou a ser tratado como um renovador perigoso, cuja ambição buscava aproveitar-se de um acontecimento feliz para garantir seu poder.

Consultada, a Voluspa de início não ousou tratá-lo de ímpio e rebelde: a ascendência que ele passara a ter sobre grande parte da nação pelo imenso serviço que lhe prestara ainda não permitia semelhantes expressões. Mas após tê-lo elogiado, ter-lhe agradecido o favor que fizera, ela se apiedou da fraqueza de sua alma e o apresentou como um homem pusilânime, cheio de doçura e de boas intenções, é verdade, mas totalmente incapaz de elevar seus pensamentos até as nobres alturas dos pensamentos divinos. A explicação da Pítia teve de início, grande número de seguidores. Sem deixar de amar o bom Ram, lamentavam de boa fé que lhe faltasse à coragem. Quando viram essa

---

[45] Acredito ser inútil dizer que vem daí a origem da nossa festa de Natal, desconhecida dos primeiros cristãos.

[46] Parece que o mês se compunha de trinta dias, o ano de trezentos e sessenta e cinco dias e seis horas, e os séculos, de trinta e de sessenta anos. A festa do **New-heyl**, que deveria ocorrer na primeira noite do solstício de inverno, encontrava-se recuada em quarenta e cinco dias na época de Olaüs Magno, no ano 1000 da nossa era. Isto porque o ano céltico, sendo mais longo que a translação do Sol, produzia um erro de um dia a cada cento e trinta e dois anos. Esses quarenta e cinco dias de atraso correspondem a cinco mil novecentos e trinta anos e, portanto, fazem remontar a criação do calendário céltico a cerca de cinco mil anos antes da nossa era, admitindo-se que ele não tenha sofrido nenhuma reforma.

[47] Principalmente em Plínio, **Hist.nat**., L.XVI, cap.44.

[48] A palavra **Æsk-heyl-hopa**, de onde origina-se o nome Esculápio, pode significar também *a esperança da saúde está no Bosque*, ou *o Bosque é a esperança da saúde*, porque a palavra **Æsk** significava igualmente um Povo e um Bosque.

disposição, seus inimigos aproveitaram-se habilmente dela, acrescentando o ridículo à piedade. Seu nome, **Ram,** significava carneiro. Eles o consideravam forte demais para este e, abrandando perversamente a primeira letra do nome, trocaram-no para **Lam,** que significa um cordeiro. O nome Lam, que lhe ficou, tornou-se célebre por toda a Terra, como veremos mais adiante. O homem pode recusar os benefícios da Providência, mas esta mesmo assim o conduz a sua meta. Os celtas, não reconhecendo-lhe a Voz, desdenhando e perseguindo Seu enviado, perderam sua existência política e cederam para a Ásia uma glória que poderiam ter conservado para a Europa. O Destino fora ainda forte demais para que a cega Vontade do homem não se dobrasse diante dele.

CAPITULO IX

RESULTADOS DESSE ACONTECIMENTO. O ENVIADO DIVINO É PERSEGUIDO. ELE SE SEPARA DOS CELTAS

Não obstante a decisão da Voluspa a seu respeito, Ram mesmo assim prosseguiu em seu movimento. Ele manifestou de viva voz sua intenção de abolir toda sorte de sacrifícios sangrentos e anunciou que esta era a vontade do céu revelada pelo grande Ancestral da nação, **Oghas**.[49] Este nome, com que ele substituiu o de Teutad, teve o efeito que desejava. Os celtas, conforme adotavam ou recusavam suas opiniões, logo se viram divididos em Oghases e Teutades, podendo-se desde já imaginar qual seria o resultado do cisma que se avizinhava. Para dar ao seu partido um ponto de convergência ainda mais firme e evidente, o Druida inovador aproveitou-se da alusão que se fazia ao seu nome e tomou por emblema um carneiro, deixando que seus seguidores o chamassem de **Ram** ou **Lam,** conforme quisessem considerá-lo do ponto de vista da força ou da doçura. Os celtas, ligados à antiga doutrina, opuseram-lhe o touro, por causa de **Thor,** seu primeiro Herman, adotando aquele animal robusto e fogoso como símbolo da sua audácia e da sua firmeza.[50] Estas foram as primeiras insígnias conhecidas na raça bórea e esta foi a origem de todos os brasões posteriormente usados para distinguir as nações entre si e as famílias uma da outra.

Com cada um, de acordo com a sua opinião, arvorando o Carneiro ou o Touro, os partidários de um e de outro não tardaram a passar dos insultos às ameaças, e destas aos combates. A nação viu-se por um momento numa situação extremamente perigosa. Ram percebeu isto, e como seu caráter pacífico o afastava de toda sorte de recursos violentos, ele tentou persuadir seus adversários. E demonstrou, com grande sagacidade e talento, que a primeira Voluspa, ao fundar o culto dos ancestrais, dera menos provas de sua missão celeste do que ele porque, falando só em nome do primeiro Herman, ela detivera apenas os males parciais e só oferecera leis particulares e amiúde funestas. Mas ele, guiado pelo Ancestral supremo, pai de toda a Raça, tivera a felicidade de salvar a nação da ruína total e, em seu nome, lhe apresentava leis gerais e propícias, por meio das quais ela seria para sempre libertada do jugo odioso que lhe impunham os sacrifícios sangrentos.

Essas razões, que atraem os homens pacíficos e de boa fé, encontraram no interesse, no orgulho e nas paixões belicosas dos outros uma oposição invencível. A Voluspa, sentindo que sua frágil autoridade necessitava de uma ação vigorosa para se fortalecer, aproveitou-se da oportunidade de uma festa e chamou Ram ao pé do altar. Este, sentindo a armadilha, recusou-se, não querendo oferecer a cabeça ao machado dos sacrificadores. E foi acusado de anátema. Nesse extremo, vendo

---

[49] A palavra **as**, **ans** ou **hans** significava antigo e, como já disse, **og** queria dizer **muito grande.** Nosso vocábulo **ancestral** tem seu radicam em **ans**. Este radical, que inicialmente deu nome ao deus Penates dos celtas. **As**, **Æs** ou **Esus**, acabou transformando-se em simples título honorífico dado aos homens de distinção por quem a eles se dirigia: **Ans-heaulme**, **Ans-carvel**, **Aes-menard**, **Ens-sordein,** etc. Este título, pronunciado sozinho, significava **soberano**; daí a Hansa germânica e o nome das cidades hanseáticas.

[50] Como já observei que as palavras **terror** e **terrível** estavam ligadas ao culto de **Thor,** simbolizado por um touro, devo dizer aqui que, por um sentimento contrário, o culto do cordeiro **Lam** produziu as palavras **lamentar**, **lamentável**, **lamentação**, etc.

que era preciso lutar ou expatriar-se, ele decidiu-se pela segunda opção, resolvido a não lançar sua pátria no flagelo de uma guerra civil.

Uma enorme multidão de partidários vindos de todas as classes uniu-se ao seu destino. Abalada até as bases, a nação perdeu, pela teimosia, grande parte dos seus habitantes. Antes de partir, Ram fez um último esforço. Tirando, em nome de Oghas, o supremo Ancestral, um oráculo no qual os celtas estariam ameaçados das maiores desgraças se continuassem a derramar sangue sobre os altares, ele o enviou por um mensageiro ao Colégio Sacerdotal. Mas a Voluspa, informada disso e temerosa do seu efeito sobre os espíritos, previu a chegada do mensageiro e, por um oráculo contrário, dedicou-o ao impiedoso Thor e fez com que o estrangulassem à sua chegada.

A raça bórea sem dúvida jamais se encontrou em circunstâncias tão difíceis. Parecia que seus próprios Deuses, divididos em suas opiniões, estavam travando, no seio das nuvens, um combate do qual os infelizes mortais seriam as vítimas. Com efeito, eram a Providência e o Destino que lutavam. A Vontade do homem era o campo de batalha onde esses dois formidáveis poderes desfechavam seus golpes. Não importavam os diferentes nomes que essa Vontade lhes desse. Homero os transmitiu com uma magnificência jamais igualada. De resto, é no conhecimento dessa verdade que reside a verdadeira Poesia. Fora dela existe apenas versificação.

Finalmente, privado de toda esperança de reconciliação, Ram partiu, levando consigo, como já disse, a parte mais sadia e mais esclarecida da nação. De início, ele seguiu a mesma rota que os celtas bodohnes haviam percorrido, mas ao avistar o Cáucaso, em lugar de acompanhar as sinuosidades daquela famosa montanha entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, ele subiu o Don para, depois de atravessar o Volga e costear o Cáspio, chegar ao planalto que domina o Mar de Arai.

Antes de chegar àquela região, ainda hoje ocupada por hordas nômades, ele encontrara várias dessas tribos que pertenciam claramente à raça bórea. Ignorando por completo a sua existência, ele ficou bastante surpreso ao ver habitadas e férteis aquelas regiões que julgara desertas. Essas tribos nômades, de início assustadas à vista de tantos guerreiros armados, deixaram-se cativar facilmente quando viram que esses homens, com os quais partilhavam a cor e quase que a língua,[51] não lhes queriam fazer mal algum nem pertenciam aos povos negros, contra os quais eram obrigadas a permanecer em constante estado de guerra para evitar a escravidão. Várias delas reuniram-se aos próprios celtas e lhes serviram de guia naquelas novas regiões. Logo seu idioma tornou-se conhecido e os recém-chegados souberam que o país onde estavam chamava-se Turã, em oposição a um país mais baixo, mais plano e mais agradável, situado além das montanhas, chamado Irã, de onde haviam sido expulsos por povos conquistadores vindos do sul. Pela descrição que lhe fizeram daqueles povos, Ram logo reconheceu que eles pertenciam à raça sudeana e decidiu imediatamente tomar-lhes a região que haviam usurpado, e ali estabelecer-se.

Mas ele permaneceu algum tempo no Turã para fazer o recenseamento do povo que se submetera à sua doutrina, regularizar as diferentes classes que um movimento tão brusco misturara e dar ao governo teocrático que ele imaginava um começo tão perfeito quanto o permitissem as circunstâncias. Ele não se esqueceu de nada para atrair a si todas as tribos turanianas que pôde conhecer. E como soubesse da existência, na direção norte, de uma grande região que essas tribos chamavam de Terra Paterna, **Tat-ârah**,[52] porque fora a morada do seu primeiro Pai, ele lhes disse que este era o nome do seu grande Ancestral **Oghas**,[53] que também era seu pai e que viera libertar-

[51] E notável que, ainda hoje, o tártaro **uighuri** tenha relações muito estreitas com o celta irlandês. Sabe-se também que o persa e o alemão têm muitos radicais em comum.
[52] É da palavra **Tatârah** que se origina o nome **Tataro**, que há muito escrevemos **Tártaro**, em oposição à sinonímia de todos os povos asiáticos.
[53] Os atuais **Tataros** ainda reverenciam **Oghas** ou **Oghus** como seu primeiro Patriarca. Os que chamamos de **Oighurs**, por causa disso, são os mais instruídos e os de civilização mais antiga.

lhes a pátria do jugo dos estrangeiros. Essa idéia, que satisfazia o orgulho das tribos, logo lhes conquistou a confiança. Vários fenômenos que até então em nada os impressionara, reapresentaram-se ao seu espírito. Um lembrava-se de um sonho; outro, de uma visão. Este repetia as palavras de um velho moribundo; aquele, falava de uma antiga tradição. Todos tinham motivos para considerar o acontecimento presente como uma coisa maravilhosa. Seu entusiasmo contagiante aumentou e logo atingiu o auge. É da natureza do homem acreditar na ação da Providência sobre si: para que não acredite nisso, é preciso que suas paixões o ceguem ou que acontecimentos anteriores tenham determinado que sua Vontade se curve sob as leis do Destino; ou então que sua própria Vontade, arrastando-o consigo, tome o lugar da Providência.

CAPITULO X

QUEM ERA RAM: SEU PENSAMENTO RELIGIOSO E POLÍTICO

Vários mensageiros foram despachados da Alta Ásia para levar as novas sobre o que estava acontecendo, e as notícias espalharam-se até os rincões mais distantes. Viram-se chegar de todas as partes tribos nômades curiosas de ver o enviado do seu Grande Ancestral, ávidas por participarem da guerra que se preparava. Em várias ocasiões importantes, Ram mostrou-se digno da sua elevada reputação. Sua viva sabedoria prevenia todas as necessidades, aplainando cada dificuldade. Fosse falando ou agindo, sentia-se em suas palavras e em suas ações algo de sobrenatural. Ele penetrava os pensamentos, previa o futuro, curava as doenças; toda a natureza parecia estar-lhe submetida. Assim queria a Providência, que, destinando a raça bórea ao domínio da Terra, lançava à frente dos seus passos os raios luminosos que deveriam conduzi-la. Ram foi, portanto, o primeiro homem dessa raça a quem ela inspirou diretamente. É a ele que os hindus ainda honram sob seu próprio nome de **Rama**. É a ele que o Tibet, a China, o Japão e as imensas regiões do norte da Ásia veneram sob os nomes de **Lama**, **Fo**, **Pa**, **Pa-pa**, **Padi-Shah** ou **Pa-si-pa**.[54] É a ele que os primeiros ancestrais dos persas, os iranianos, chamaram de Giam-Shyd, porque foi ele o primeiro monarca do mundo, o primeiro dominador do povo negro, pois esse povo era chamado de **Povo de Gian**, ou **Gian-ben-Gian**, como dizem os árabes. Lê-se no Zend-Avesta que o último Zoroastro lhe rende homenagem, situando-o muito tempo antes do primeiro profeta desse nome e designando-o como o primeiro homem que Ormuz favoreceu com sua inspiração.[55] Ele o nomeia por toda parte como o Chefe dos Povos e dos Rebanhos, o mui poderoso e mui afortunado Monarca. Foi ele quem fez da agricultura a primeira das ciências e ensinou aos homens a cultura dos vinhedos e o uso do vinho. Ele fundou a cidade de Ver, capital do **Var-Giam-Gherd**. Cidade admirável, disse Zoroastro, semelhante ao Paraíso, onde os habitantes eram todos felizes.

---

[54] Já disse que a palavra **Ram** significa propriamente um **Carneiro**: é também pelo símbolo do carneiro que Osíris, Dionísio e até mesmo Júpiter foram designados. O cordeiro, conforme aplicado mais particularmente à palavra **Lam**, ficou igualmente famoso. O cordeiro, branco ou preto, indica, ainda hoje, as diferentes hordas tártaras. Pelos nomes de **fo**, **pa**, **pa-pa** entende-se o Pai por excelência. **Pa-di-shah** significa o Monarca paterno, e **pa-si-pa**, o Pai dos pais.

[55] Eis o que se lê no **Zend-Avesta**, 9º **hâ**, pág. 108: Zoroastro consultou Ormuz, dizendo-lhe: *Oh, Ormuz, absorvido na excelência, justo Juiz do Mundo... quem foi o primeiro homem que vos consultou como eu o faço?...* Então Ormuz disse: *o puro **Giam-Shyd**, chefe dos povos e dos rebanhos, oh, santo Zoroastro!, foi o primeiro homem que me consultou como o fazes agora. Eu lhe disse no começo, eu sou Ormuz, submete-te à minha Lei... medita sobre ela e leva-a a teu povo... Em seguida, ele reinou... Coloquei entre suas mãos um gládio de ouro... Ele avançou rumo à luz, rumo ao país do meridião, e viu que era belo...* Anquetil du Perron escreveu **Djemschid**, mas trata-se de uma grafia errada. **Giam-Shyd** pode significar o Monarca do Mundo ou o Sol Universal, que quer dizer a mesma coisa; também pode significar o Dominador ou o Sol do Povo Negro, porque esse povo, quando seu poderio tinha o nome de **Universal**, dava a si mesmo o nome de **Gian** ou **Gean** ou **Jan** ou **Zan**, conforme o dialeto. Mas como a palavra **Gian**, que significa propriamente o Mundo, aplica-se à inteligência que o move, ao Espírito Universal, a tudo o que é espiritual ou espirituoso, e, por fim, ao vinho, acontece que Ram, Osíris, Dionísio ou Baco, que são apenas o mesmo personagem sob nomes diferentes, tem sido considerados ora como a Inteligência Universal, ora como o Princípio espiritual ou espirituoso de todas as coisas e, enfim, por uma materialização absoluta da idéia primitiva, como o Deus do vinho.

Os Livros Sagrados dos hindus expressam-se quase com os mesmos termos: eles representam Ram como um teocrata poderoso, ensinando a agricultura aos homens selvagens, dando leis novas aos povos já civilizados, fundando cidades, destronando reis perversos e espalhando felicidade por toda parte. Árrio, que dá a Ram o nome de **Dionísio**, isto é, a Inteligência Divina, informa que aquele príncipe ensinou aos homens, que antes da sua chegada viviam uma vida errante e selvagem, a semear as terras, cultivar a vinha e fazer a guerra.

Zoroastro, cujo objetivo era a reforma do culto persa, entretanto, acusa Giam-Shyd de orgulho e diz que o fim do seu reinado não correspondeu ao seu princípio. Alguns comentaristas acrescentam que esse teocrata ofendeu a Divindade ao tentar pôr-se em seu lugar, usurpando-lhe as honras divinas. Esta censura teria sido mais justificada se Ram, com efeito, tivesse anunciado como objeto do seu culto o Ser dos Seres, o Altíssimo, o próprio Deus em sua insondável unidade. Mas suas idéias não eram capazes de se elevar a tais alturas e, admitindo que o fossem, as do povo que ele conduzia não teriam conseguido acompanhá-lo. Embora já tivesse passado por grandes desenvolvimentos na raça bórea, a esfera intelectual ainda não conseguia alcançar tais alturas. Como já disse, a idéia que ela compreendia com mais facilidade era a da imortalidade da alma: eis porque o culto dos Ancestrais era o que melhor lhe convinha. A idéia da existência de Deus, que está ligada àquele culto, a impressionava apenas de modo vago e confuso.

Os celtas viam em Teutad ou em Oghas apenas a coisa em si que estas palavras expressavam no sentido mais físico: o Pai Universal ou o Grande Ancestral da sua nação. Ram, ao apresentar-se como procurador desse Pai ou desse Ancestral comum, afirmou que a vontade dele se refletia na sua, ao se revestir, por assim dizer, da imortalidade sacerdotal e ao convencer seus seguidores que sua alma não deixaria o corpo atual exceto para tomar outro, a fim de continuar a instruí-los e governá-los desta forma, de corpo em corpo, até a consumação dos séculos. Ram não realizou um feito tão audacioso quanto o que Krishna, Fô e o próprio Zoroastro fariam muito mais tarde. Ele não saiu da esfera das coisas sensíveis e compreensíveis, como os outros o fizeram. Reconhecendo a imortalidade da alma, sua doutrina era uma conseqüência simples. Sobre o Grande Ancestral, ele afirmava apenas o que dizia sobre si mesmo; e ao dizer que renasceria para prosseguir em seu ministério, ele dizia apenas que a imortalidade da sua alma, em lugar de exercer-se de maneira invisível, fá-lo-ia de modo visível na Terra; assim, sua doutrina e as formas do seu culto serviam-se mutuamente de sustentáculo e de provas.

Hoje, com as idéias adquiridas após longos séculos, não é de se espantar que, ao julgarmos o culto lamaísta, encontremos nele grandes falhas, sobretudo se não soubermos separar a ferrugem das superstições que os tempos sobre ele depositaram, empanando seu brilho. Mas se quisermos examiná-lo no silêncio dos preconceitos, sentiremos que este culto era o mais conveniente que se poderia oferecer naquela época à inteligência do homem. Ele sucedia ao sabeísmo que, já atacado pela vetustez, tremia em todas as terras e só se podia manter com sua intervenção. Era o culto dos Ancestrais elevado à mais alta perfeição de que era capaz. Era simples em seus dogmas, inocente em seus ritos e muito puro na moral dele resultante. É verdade que não elevava muito os espíritos, mas também não os abalava demais. Sua principal virtude, a piedade filial, oferecia às instituições civis uma base quase inabalável. Estou convencido de que, se alguma coisa na Terra pudesse declarar-se indestrutível, este culto teria tal direito acima de todos os outros. Veja-se como, decorridos tantos séculos,[56] no Japão, em toda a China, no Tibet e nas imensas regiões da Tartária o

[56] Não me atrevo a dizer aqui quantos séculos contarão os cronologistas. Já demonstrei que se pode, por meio de cálculos astronômicos, fazer a época de Ram remontar a quase cinco mil anos antes da nossa era, supondo que não tivessem havido correções no calendário rúnico. Mas quem pode garantir que não as houve? Arrio, que sem dúvida escreveu com base nas tradições originais, informa que desde esse Teocrata até Sandrocoto, que foi vencido por Alexandre, contavam-se seis mil quatrocentos e dois anos. Plínio está perfeitamente de acordo com Árrio, embora pareça que ele não o tenha copiado. Ora, todos sabem que a expedição de Alexandre às Índias ocorreu trezentos e vinte e seis anos antes de Cristo. Daí pode-se estabelecer, desde Ram até o presente ano de 1821, um período de oito mil quinhentos e cinqüenta anos.

culto lamaísta ainda domina, não obstante o grande número de revoluções ocorridas nessas paragens.

Ram, que escapara à perseguição, sendo dotado de um caráter doce e compassivo, baniu toda a perseguição do seu culto e proscreveu todos os ídolos e sacrifícios sangrentos. Ele dividiu a nação em quatro classes, acrescentando, assim, mais uma às três já existentes entre os celtas.

Essas classes, que sobreviveram na Índia, são a dos Sacerdotes, a dos Guerreiros, a dos Trabalhadores e a dos Artesãos. Assim, ele dividiu a classe dos Folks em duas, dando a ambas a independência da propriedade territorial. Os Sumos Pontífices pertenciam à classe dos sacerdotes e foram considerados imortais: sua alma jamais deixava o corpo exceto para ir habitar outro, e sempre o de um menino criado para esse fim. A dignidade real tornou-se hereditária numa única família da classe militar e essa família, considerada sagrada, tornou-se inviolável. Os magistrados civis foram escolhidos pelo Rei na classe dos Trabalhadores, e deviam receber seus poderes judiciários do Sumo Pontífice. Os artesãos forneceram os obreiros e os servidores de todo tipo. A escravidão foi abolida.

Após ter criado as bases simples do seu culto e do seu governo, Ram, cercado da veneração de um povo numeroso e dedicado às suas ordens, desceu do Turã, onde permanecera até então, e penetrou no Irã, para conquistá-lo e ali estabelecer a sede da sua teocracia.

CAPÍTULO XI

ESTABELECIMENTO DE UM IMPÉRIO UNIVERSAL, TEOCRÁTICO E REAL

Como decidi não mencionar os detalhes puramente históricos, passarei rapidamente por esta parte da história de Ram. Tudo o que se conservou na tradição parece ser alegórico. Os poetas que cantaram seus triunfes, sem dúvida muito tempo após sua existência, o confundiram claramente não só com o Grande Ancestral da raça bórea, cujo culto ele fundou, mas também com toda a raça, que os poetas personificaram nele. É o que se evidencia no **Ramaiana**, o maior poema dos hindus, obra do célebre Valmik, e nas **Dionisíacas** de Nonnus.[57]

Sem nos determos nas alegorias, que pouco nos interessariam aqui, prossigamos em nossa exploração histórica para em seguida tirarmos dela ilações úteis que nos permitam alcançar conhecimentos morais e políticos verdadeiros e apoiados na própria natureza das coisas. O que mais tem desorientado os filósofos modernos é a falta de erudição positiva e tradicional. Eles não só desconhecem o Homem em si, como ainda ignoram o caminho que este ser já percorreu e as diferentes modificações por que passou. Dentre um grande número de situações, eles se limitam a apenas duas, no máximo três, acreditando ingenuamente, quando sua imaginação completa algumas viagens entre os romanos antigos, os gregos e, displicentemente, os hebreus, que tudo já esteja dito, que conhecem a história do gênero humano e tudo o que existe nela de mais admirável. Eles não sabem que Roma e Atenas representam somente pequenos acidentes políticos de determinada forma, cuja generalização é impossível, e que os hebreus portadores de uma tradição que não compreendem, não podem oferecer às suas meditações mais que um livro fechado com sete selos, mais difíceis de serem rompidos do que os mencionados no Apocalipse.

Abordaremos todas estas coisas nos seus devidos lugares. Antes, porém, terminemos nossa jornada com largos passos através dos séculos que nos separam delas.

---

[57] Os sábios ingleses que leram o **Poema de Valmik** asseguram que ele supera infinitamente, pela unidade da ação, pela magnificência dos detalhes e pela elegância do estilo, a obra polida, erudita, mas fria, de Nonnus. De resto, existem comparações singulares que se pode fazer entre os dois poemas.

Os sudeanos há muito estabelecidos no Irã, opuseram ao teocrata celta uma resistência vigorosa. Mas nada pôde deter o entusiasmo religioso que Ram incutira em seu exército. A cidade sagrada de Isthakar foi tomada de assalto.[58] Após uma batalha geral e decisiva travada a pouca distância da capital, eles foram totalmente vencidos. Todos os que recusaram submeter-se foram obrigados a deixar o Irã e, em desordem, uma parte rumou para a Arábia e a outra para o Industão, aonde já chegara a notícia da sua derrota.

Tendo construído uma cidade para ali estabelecer a sede do seu sumo pontificado, Ram consagrou-a à Verdade que anunciava, chamando-a, por isso, de **Vahr**.[59] Mas ele sonhava em consolidar e ampliar seu império. O Grande Kahn que ele sagrara fixou residência em Isthakhar e, sozinho, restabeleceu sua prosperidade. Os Kahns inferiores obedeceram às suas ordens. Um deles, à frente de poderoso exército, dirigiu-se para a Ásia Menor, então chamada de **Plaksha,** enquanto outro, marchando na direção oposta, chegou até as margens do Sind, hoje chamado Indo, e, não obstante a formidável oposição que ali encontrou, cruzou o rio e penetrou no Industão. Os dois Kahns não tiveram o mesmo êxito. O que rumara para o Norte encontrou os celtas bodohnes, com os quais fez aliança, mas teve antes de combater as Amazonas, cujo domínio eliminou por completo. Essas mulheres guerreiras, obrigadas a se submeter ou abandonar o continente asiático, refugiaram-se em pequeno número nas ilhas de Chipre, Lesbos e em algumas outras do arquipélago. Concluída a conquista de Plaksha, e com os rios Tigre e Eufrates fluindo daí por diante sob as leis de Ram, fundou-se a cidade de Nínive para servir de capital a um reino que veio a se chamar Caldéia, enquanto a casta sacerdotal o dominou, e que mais tarde tornou-se o império assírio ou sírio, quando a casta militar conseguiu conquistá-lo.[60] Os árabes, que já nessa época eram uma mistura de celtas e sudeanos, aliaram-se facilmente aos seguidores de Ram, recebendo sua doutrina.

Os sudeanos que recusaram submeter-se à lei do vencedor fugiram para o Egito, de onde, navegando o Golfo Pérsico, chegaram ao sul da Ásia, onde se concentravam suas maiores forças. O Khan, que cruzara tão afortunadamente o Sind, sendo logo depois vencido pelo inimigo, foi obrigado a cruzá-lo novamente, em desordem. Os rumores da sua derrota chegaram aos ouvidos do Grande Khan, que marchou em seu socorro, inutilmente. Nesse caso, faltava um poder acima do seu. Ram o percebeu e viu claramente que se tratava, naquela hora, de uma conquista que nada tinha de comum, e que da luta que se travava no Industão dependia o futuro da raça bórea e o futuro do seu culto. Era às margens do Ganges que essa grande questão se decidiria: a qual dos dois povos, negro ou branco, o império do mundo deveria pertencer. Assim, ele rumou pessoalmente para lá, reunindo em torno de si todas as forças que possuía. Diz a tradição que grande número de mulheres, chamadas **Tíades**, combateu sob suas ordens, assim como uma multidão de homens selvagens,

---

[58] O nome dessa antiga cidade devia ser escrito **Ysdhan-Khadir,** isto é, a Cidade Divina. É notável que no antigo idioma do Irã, **Isdhan** significa Deus ou Gênio, significado que ainda persiste no húngaro. Acreditamos que esta cidade fosse a mesma a que os gregos chamavam de Persépolis, atualmente em ruínas. Encontramos em vários monumentos, principalmente naquele que os persas modernos chamam de **O Trono de Giam-Shyd,** inscrições feitas em caracteres totalmente desconhecidos. Esses caracteres, visivelmente escritos da esquerda para a direita, dão a perceber sua origem bórea. Vários poetas persas, entre os quais Nizami e Sahdy, cobriram de frases morais as ruínas de Istha-Kahr, entre as quais a seguinte é uma das mais notáveis: *Entre os soberanos da Pérsia, desde os séculos de Ferida, de Zohak, de Giam-Shyd, conheces alguém cujo trono tenha estado* ***a*** *salvo da destruição e que não lenha sido derrubado pelas mãos da fortuna?*

[59] Vemos no Zend-Avesta que a cidade de **Vahr** foi a capital do **Vahr-Giam-Ghard,** isto é, o Recinto Universal da Verdade. Acredita-se que a bela cidade de Amada repouse hoje sobre as ruínas da antiga Vahr pois, quando se lê o nome de **Amah-dan** em caldaico, percebe-se que ele significa A Metrópole da Justiça.

[60] Pode-se observar que as palavras **Caldéia e Síria** são igualmente interpretáveis pelo celta ou pelo hebreu, como a maioria das palavras que remontam a tão grande antigüidade. Encontramos nas palavras **Caldéia e Síria** os radicais **Qald,** um velho, e Syr, um Amo, um Senhor. A fundação da cidade de **Ask-chaldan,** hoje chamada Ascalon, pode servir como mais uma prova ao que adianto: o nome dessa antiga cidade, famosa por ter sido o berço de **Semíramis,** pode significar O Povo Celta, assim como O Povo Caldeu. O radical primitivo destas duas palavras é o mesmo. Digno de atenção é o fato de que os hindus ainda hoje consideram sagrada a cidade de Ask-ehala.

chamados **Sátiros**. Eram, sem dúvida, uma parte das Amazonas, que se havia submetido, e as tribos de tártaros errantes que ele reunira e civilizara.

Segundo essa mesma tradição, a guerra durou sete anos, sendo marcada pelos mais espantosos fenômenos. Em incontáveis ocasiões Ram manifestou recursos superiores aos da humanidade. No coração dos mais áridos desertos, quando suas tropas eram devoradas por uma sede ardente, ele descobriu fontes abundantes, que pareciam jorrar de dentro das rochas à sua voz. Quando os víveres faltavam, ele encontrava recursos inesperados numa espécie de maná que ensinou a usar. Com o aparecimento de uma epidemia cruel, seu Gênio mostrou-lhe o remédio que deteve a devastação. Parece que ele usou o suco salutar de uma planta chamada **hom**.[61] Esta planta, que seus seguidores passaram a considerar sagrada, substituiu o visgo do carvalho, logo esquecido. Porém, o que mais espantou foi ver esse poderoso teocrata que, transportado pelos acontecimentos de uma guerra prolongada para o seio de uma nação que há muito alcançara o mais alto grau de civilização, e era industriosa e rica, igualou-a em indústria e superou-a em riquezas.

Entre as coisas que eu deveria contar em lugar destas, vejo que omiti uma, cujo esquecimento a sagacidade do leitor não pode suprir. É a invenção da moeda. Esta invenção, como todas as que são muito importantes, perde-se na noite dos tempos. Os autores que a julgavam moderna, como Wachter ou Sperling, têm demonstrado um conhecimento muito restrito da antigüidade. Quando da fundação do império chinês, a moeda já era utilizada. Sabe-se que o imperador Kang-hi, tendo reunido moedas de todas as dinastias, possuía algumas que remontavam à época de Yao. Ele mostrou aos missionários franceses algumas delas, de origem indiana, cunhadas em fôrmas e muito mais antigas que as dos primeiros monarcas chineses.

Não se pode duvidar que certos metais, sobretudo o ouro, a prata e o cobre, tenham sido escolhidos desde tempos imemoriais como sinais representativos de todos os outros objetos, devido à facilidade com que se pode dividi-los sem que percam nada do seu valor. Como o observa muito bem Court de Gebelin, é o que acontece quando se precisa de um valor representativo muito pequeno. Onde encontrar esse valor numa coisa que, sem se alterar em nada, possa se apresentar inteira ou oferecer divisões tão pequenas quanto se queira? Uma ovelha, um boi, não podem ser divididos sem serem destruídos. Um couro, um tecido, um vaso, uma vez divididos, não mais podem ser reunidos num todo. Somente os metais apresentam tal faculdade, tendo sido esta a que os fez entrar na composição deste símbolo chamado moeda, um símbolo admirável sem o qual nem o comércio verdadeiro nem a civilização perfeita podem existir.

Suponho que foi na época da primeira aliança que os celtas celebraram com os atlantes que eles conheceram a moeda, conhecimento este de início bastante confuso, como todos os outros, mas que se fixou e se aperfeiçoou pouco a pouco. As situações imediatas em que Ram se encontrava devem ter-lhe ampliado necessariamente o uso. Ele tinha de percorrer regiões onde um hábito muito antigo tornava o ouro e a prata uma necessidade indispensável. Como jamais lhe faltavam esses dois metais quando deles precisava, supunha-se que ele tivesse um Gênio às suas ordens, que lhe revelava os tesouros e as minas onde quer que existissem.

A marca cunhada por esse teocrata em suas moedas foi a de um carneiro, razão porque a figura e o nome deste símbolo estão conservados em grande número de nações. Parece que o tipo usado pelos celtas autóctones era um touro. Quanto à moeda dos atlantes então em curso nas Índias, tudo leva a crer que ela ostentava a figura de uma espécie de serpente alada chamada Dragão.[62] O Dragão era a

---

[61] Acredita-se que é a mesma planta que os gregos chamam de **Amomos** e os latinos de **Amomum.** Os egípcios que a conheciam chamavam-na de **Persea**, talvez devido a sua origem.

[62] Daí vem a palavra **Drach-mon,** um dracma, isto é, um dragão de prata. Quem quiser ver certos detalhes curiosos sobre as moedas, pode consultar em meu **Vocabulário da Língua d'Oc** os verbetes **Mouneda, Dardena, Escud, Piastra, Sol, Deniar, Liard, Patac, Pecugna,** etc.

insígnia desses povos. Seu soberano supremo tinha o título de **Rawhan** ou **Rawhôn,** isto é, o Vigilante Universal, o Grande Rei, ao passo que os soberanos inferiores, que dependiam dele, como o do Egito, por exemplo, chamavam-se **Pha-rawôn,** que significa a voz, o eco, o reflexo do **Rawhôn.**

Em todo o poema do Ramaiana fala-se muito de terríveis combates que Ram e Rawhôn travaram para decidir a quem pertenceria o império. Nonnus, em suas **Dionisíacas,** consagrou vinte e cinco cantos à sua descrição. Ele chama o Rawhôn de **Deríades,** sem dúvida o seu nome próprio, qualificando-o sempre de rei negro, chefe do povo negro. Após grande número de vicissitudes, sobre as quais nos seria inútil falar, o Rawhôn, obrigado a abandonar sua capital Ayodhya[63] e até mesmo a deixar o continente, retirou-se para a ilha de Lanka, hoje Ceilão, acreditando estar ali ao abrigo dos esforços do seu inimigo, por julgar que as águas que a cercavam constituíssem obstáculo intransponível. Mas logo constatou, para sua desgraça, o quanto pode a verdadeira coragem, quando sustentada pelo entusiasmo religioso. Diz a tradição que os companheiros de Ram, aos quais nenhum perigo, esforço e fadiga podiam repelir, aproveitaram-se de alguns rochedos espalhados pelas águas para prender e amarrar considerável quantidade de jangadas, formando com elas imensa ponte por onde passaram.[64] Desta forma, o Grande Kahn levou a conflagração até o próprio palácio do Rawhôn. Ram, acompanhando-a de perto, decidiu a vitória. O Rawhôn foi morto em combate e seu vencedor ficou sendo o único senhor da Ásia.

Diz-se que neste combate memorável uma das esposas de Ram, chamada **Sita,** prisioneira do inimigo, teve a felicidade de ser libertada. Sob suspeita de ter cedido aos desejos do Rawhôn, ela provou ser inocente submetendo-se à prova do fogo. Este acontecimento foi e ainda é o tema de grande número de dramas entre os indianos. Origina-se também daí a arte do teatro, como procurei demonstrar em outra obra.[65]

Após a conquista de Lanka, nada mais resistiu ao teocrata celta. Do Sul ao Norte, do Oriente ao Ocidente, todos se submeteram às suas leis religiosas e civis.

CAPÍTULO XII

RECAPITULAÇÃO

Aí estão os efeitos do primeiro abalo intelectual. Os homens que, ao final do Livro anterior, mal escapavam ao jugo de uma raça inimiga, em poucos séculos se tornaram senhores de imenso império e legisladores do mundo. É verdade que isto não aconteceu sem dificuldades, erros e toda sorte de acidentes. Mas será que conhecemos alguma coisa de grande na Terra que seja criada sem dificuldades e executada sem perigo? Se os edifícios mais insignificantes exigiram esforços, quanto não terá custado a construção dos baluartes do Cáucaso, das pirâmides do Egito ou da grande muralha da China?

Os políticos modernos, acostumados a ler histórias escritas em miniatura, vêem tudo pequeno. Eles imaginam que uma lei consignada ao papel é uma lei, e que se constitui um Império porque uma constituição foi escrita. Eles não se preocupam em saber se a Providência, o Destino e a Vontade do homem entram nessas coisas. Eles declaram ingenuamente que a lei deve ser ateia, e acreditam ter

---

[63] Hoje Aud ou Haud, à margem meridional do Gagra ou Sardju, que deságua no Ganges a 26 graus de latitude N, e acreditarmos nas relações dos Puranas, essa antiga cidade foi uma das maiores, mais célebres e mais sagradas da Terra, tendo quinze léguas de comprimento.

[64] Os hindus ainda mostram os restos dessa ponte famosa numa série de rochedos, a que chamam de Ponte de Ram. Os muçulmanos julgaram que deviam, por espírito de piedade, mudar o nome de Ram para o de **Adam.** De resto, lemos no **Ramayana** que o chefe dos companheiros de Ram chamava-se **Hanuman.** Esse nome, de origem celta, significa o Rei dos homens, **Kahn-of-man.**

[65] **Discurso sobre a essência e a forma da poesia,** no começo do livro **Os Versos de Ouro.**

dito tudo. Quando citam a Providência, é como Epicuro o fazia, negligentemente, e apenas para dizerem que a mencionaram. Mas não é assim que se revelam os grandes segredos que regem o Universo.

Ouvi, Legisladores ou Conquistadores, e guardai isto! Sejam quais forem os vossos desígnios, se ao menos um dos três poderes que mencionei não vos sustentar, eles se esvairão nos ares como fugidia fumaça. E quereis saber que espécie de sustentáculo cada um desses poderes vos dará, se eles estiverem isolados? O Destino vos emprestará a força das armas; a Vontade do homem, a força da opinião; a Providência, a força moral que nasce do entusiasmo político ou religioso. Somente a união dessas três forças dá estabilidade. No momento em que uma delas cede, o edifício fica abalado.

Com o Destino apenas, fazem-se conquistas mais ou menos rápidas, mais ou menos desastrosas, e se deixa o mundo atônito, como Átila, Gêngis ou Tamerlão. Apenas com a Vontade, instituem-se Repúblicas mais ou menos tempestuosas, mais ou menos transitórias, como as de Licurgo ou Brutus; mas somente com a intervenção da Providência é que se fundam Estados regulares, Teocracias ou Monarquias cujo esplendor cobre a Terra e cuja duração cansa o tempo, como a de Taôth, Bharat, Ram, Fo-hi, Zaratustra, Krishna ou Moisés.

FIM DO LIVRO SEGUNDO

LIVRO TERCEIRO

As nações assemelham-se aos indivíduos, como já disse várias vezes; e raças inteiras comportam-se como nações. Elas têm seu começo, meio e fim. Passam por todas as fases da adolescência, idade viril e velhice. Mas, como acontece entre os indivíduos, cuja maioria morre ainda na infância e sem sequer alcançar a adolescência, o mesmo se dá entre as nações. E da sua essência devorarem-se umas às outras e crescerem pela conquista e pela anexação. Elas raramente alcançam a velhice extrema.

No Livro anterior expus o primeiro triunfo da raça bórea. Esse triunfo assinalou a sua adolescência, Ela fundou a Teocracia Lamaísta e deu novo brilho ao Império Indiano. A Ásia destronou a África e tomou o cetro do mundo. Mas a Europa, que dera o impulso, ainda não era nada, e isto por razões que demonstrei com bastante clareza: é que, em lugar de aderir ao movimento Providencial, ela tentou sufocá-lo.

Neste Terceiro Livro, examinarei as conseqüências desse primeiro triunfo, acompanharei suas fases mais marcantes e mostrarei os acontecimentos importantes que decidiram o destino da Europa.

CAPÍTULO PRIMEIRO

DIGRESSÃO SOBRE OS CELTAS. ORIGEM DOS SALIANOS E DOS RIPUÁRIOS. SEUS EMBLEMAS. A LEI SÁLICA.

Os celtas da Europa que persistiram no culto a Thor e que, não obstante a oposição de Ram, continuaram a oferecer sacrifícios humanos aos seus ferozes deuses, de início não deram muita importância ao cisma que acabara de ocorrer entre eles. Chegaram mesmo a dar aos seguidores de Ram um nome que exprimia menos o ódio que a piedade. Para eles, era um povo desgarrado, **Eskwander**.[66] Esse nome, ilustrado pelo êxito, e com o passar do tempo transferido do povo inteiro

[66] Já disse que o radical Ask, Osk, Esk havia designado um povo do ponto de vista de multidão ou exército. Pela mesma razão, esse radical também desenvolveu a idéia de um bosque, devido ao grande número de árvores que o compõem.

para o chefe em particular, tornou-se o nome genérico de todos os heróis que se destacaram por grandes feitos. São poucas as nações que não se vangloriam de terem tido um **Scander.** O primeiro de todos, Ram, foi chamado de Scander de dois chifres, por causa do Carneiro que ele tomara por emblema. Esses dois chifres tornaram-se particularmente célebres. Eles foram colocados na cabeça de todos os personagens teocráticos, e acabaram tomando a forma de tiara e de mitra. Enfim, é notável que o último dos Scanders, Alexandre o Grande, tivesse o nome pelo qual aquele herói antigo fora designado.[67]

Nos livros sagrados dos hindus, chamados Puranas, encontramos maiores detalhes relacionados com as conquistas de Ram. Essas conquistas estenderam-se por toda a terra habitada. Como não parecia possível que a vida de um único homem tivesse bastado para tantos acontecimentos, é provável que, segundo a maneira de se escrever a história naquela época remota, tenha-se atribuído ao fundador do culto tudo o que foi feito pelos seus lugares-tenentes ou sucessores. Seja como for, vê-se nesses livros que Ram, sob o nome de **Deva-nahusha**,[68] o Espírito Divino, após ter-se apoderado da ilha sagrada de Lanka retornou às regiões setentrionais da Ásia, tornando-as. As cidades sagradas de Balk e de Bamiyan[69] abriram-lhe as portas e submeteram-se ao seu culto. Dali, atravessando o Irã, ele se dirigiu para a Arábia, onde foi homenageado. Após ter visitado a Caldéia, que lhe pertencia, retomou o caminho por onde viera e chegou às fronteiras do Egito. O Faraó que ali reinava, julgando que seria impossível resistir a um poderio que se tornara tão formidável, declarou-se seu tributário. O da Etiópia seguiu-lhe o exemplo. Deste modo, das margens do Nilo até as do Ganges, e da ilha de Lanka até as montanhas do Cáucaso, todos se submetiam às suas leis.

A parte ocidental da Europa, que os livros hindus chamavam de **Varaha**, e a parte oriental, que eles denominavam **Kuru**, foram igualmente visitadas pelos exércitos de Ram, que ali fundaram colônias. Os celtas autóctones, forçados a retornar às regiões setentrionais, encontraram ali tribos ainda errantes, com as quais tiveram de disputar o terreno. Houve uma luta mortal. Pressionados de dois lados, os celtas viram-se na mais penosa situação. Ora vencidos, ora vencedores, eles passaram muitos séculos lutando para continuar existindo. Quase sempre repelidos das costas meridionais, atormentados incessantemente pelas hordas de tártaros que se haviam acostumado a cruzar o Boristene, eles não tinham um momento de descanso. Joguetes de um Destino impiedoso, em lugar de progredir no caminho da civilização, eles recuaram. Todas as suas instituições se deterioraram. Ocultando nos horrores das florestas seu culto sanguinário, eles se tomaram ferozes e cruéis. Suas próprias virtudes assumiram um caráter austero. Impacientes com toda sorte de jugo, eles fizeram da liberdade uma espécie de ídolo selvagem ao qual sacrificavam tudo, até eles mesmos. Sempre prontos a arriscar a vida ou a arrebatar a dos outros, sua coragem transformou-se em ferocidade. É verdade que uma espécie de veneração pelas mulheres, que continuavam a considerar divinas, abrandava um pouco o rigor dos seus costumes; mas esta veneração generalizada perdurou por pouco tempo. Um acontecimento inevitável causou a divisão da sua opinião a este respeito.

Daí o verbo asceig, **exercer, formar para manobra,** e também **deslocar, formigar;** daí se originam também as palavras asciud, **cerrado,** e scia, **sombra.** O velho termo francês **ost,** um exército, deriva-se dele. A palavra **wander,** reunida ao radical **esk** para significar um povo errante ou desgarrado, vem do primitivo **wand**, um turbilhão; desta última raiz formaram-se o saxão, o inglês e o alemão **wind,** o francês **vent** e o latim **ventus.** De resto, é do radical **osk**, um Povo, que se origina a moderna terminação francesa **ois.** Dizia-se outrora **Gôl-osk** ou Ghôl-land-osk para **Gaulois** (gaulês) ou **Hollandois** (holandês), o Povo das Terras Baixas; **PôI-Iand-osk** para **Polonois** (polonês), o Povo das Terras Altas, etc.

[67] O nome de **Alexandre** é formado pelo antigo **Skander** ao qual se acrescenta o artigo árabe **al**.

[68] Parece certo que é deste nome, vulgarmente pronunciado **Deonaush,** que os gregos tiraram seu **Dionysos**.

[69] A cidade de Bamiyan é uma das mais extraordinárias que existem; como a famosa Tebas egípcia, ela é inteiramente talhada na rocha. A tradição atribui sua construção ao povo de **Giam-ben-gian,** isto é, aos povos negros. Vê-se, a pouca distância dali, duas estátuas colossais, uma das quais serve de pórtico para um templo em cujo interior um exército inteiro poderia alojar-se com toda sua equipagem.

Como já disse, havia muito que as mulheres partilhavam do sacerdócio e até mesmo o dominavam, pois era da sua boca que saíam todos os oráculos; as Druidisas presidiam, como seus maridos, as cerimônias do culto, bem como os sacrifícios e, como eles, imolavam as vítimas. Mas até então mulher alguma subira ao trono. Enquanto os chefes militares eram eleitos, isto fora impossível, pois a eleição quase sempre exigia a prova do combate. Mas quando ele se tornou hereditário, engolfando o lugar dos chefes civis, o caso tornou-se inteiramente diferente.

Aconteceu que um Kahn morreu sem filhos homens, deixando apenas uma filha. A questão era saber se essa filha herdaria a coroa: uns acreditavam que sim; outros pensavam o contrário. A nação se dividiu. Observou-se que, nessa querela, os habitantes das planícies férteis, os que residiam às margens dos rios e dos mares, defendiam a primeira posição e sustentavam a legitimidade absoluta do nascimento; já os habitantes das montanhas, os que tinham de lutar contra uma natureza mais agreste, não queriam a legitimidade do nascimento exceto para os homens. Foi por causa dessa distinção que se deu aos primeiros o nome de **Ripuários**, e aos segundos, **Salianos**. Os Ripuários passaram por efeminados e moles, recebendo o apelido de **Rãs**, por causa dos seus pântanos. Os Salianos, ao contrário, foram taxados de rústicos e de pobres de espírito, sendo designados **Grous** devido aos altiplanos que cultivavam. Os dois partidos assumiram estas alusões e tomaram por emblema os dois animais, de modo que o touro não mais aparecia sozinho nas insígnias célticas, mas acompanhado de rãs aos seus pés ou de grous em seu dorso: rãs para expressar que ele pertencia aos Ripuários; grous para deixar claro que ele designava os Salianos. O próprio touro acabou desaparecendo e as rãs e grous ficaram sozinhos. Adversários um do outro, eles lutaram durante muito tempo e seus diferentes partidários consagraram-se um ódio implacável.[70] Os miseráveis celtas, tendo abandonado os caminhos da Providência, passavam apenas de divisões a divisões e de infortúnio a infortúnio. A bem dizer, a nação céltica não mais existia. Dispersos pelas regiões setentrionais da Europa, viam-se apenas frações daquele grande todo, tão divididos nas opiniões quanto nos interesses. Cada fração queria comandar; nenhuma queria obedecer. A anarquia existente em cada uma delas encontrava-se também em cada indivíduo. Os nomes que se davam quase sempre expressavam sua independência. Eram os Alanos, os Alemães, os Vândalos, os Frísios, os Quades, os Címbrios, os Suábios, os Alobruges, os Escandinavos, os Francos, os Saxões, etc., cujos significados encontram-se na nota.[71]

O movimento Providencial estava então na Ásia. Foi para lá que a raça bórea transportara sua força. Nós também iremos para lá durante longo período de tempo, antes de retornarmos à Europa.

CAPÍTULO II

A UNIDADE DIVINA ACEITA NO IMPÉRIO UNIVERSAL. DETALHES HISTÓRICOS. ORIGEM DO ZODÍACO

Na época em que Ram conquistou o Industão, aquela região ainda não tinha tal nome. Ainda hoje, embora seja geralmente aceito, os brâmanes só o empregam com repugnância. Este nome significa *a morada do povo negro* e foi adotado pelas primeiras tribos do Irã, tirando-o de uma palavra em seu

---

[70] Os **Ripuários** eram assim chamados por causa da palavra **ripa** ou **riba,** que significava uma praia; os **Salianos,** devido à palavra **sal** ou **saul,** que significava elevação. É desta última palavra que se originam os termos franceses **Sault** topônimo de um lugarejo elevado no cantão de Vancluse), **seuil** (soleira, umbral), **saillant** (saliente, empinado), e o antigo verbo **saillir** (sobressair); todos provêm do radical **hal, hei** ou **hil,** que significa uma colina. Na época do domínio dos etruscos, sobre a qual falarei mais adiante, os celtas salianos forneciam alguns sacerdotes de Marte, que costumavam saltar enquanto cantavam hinos a esse Deus. Sua insígnia, que era um grou, acabou por se enobrecer e transformou-se na águia romana. O mesmo aconteceu com a rã dos Ripuários que, como se sabe muito bem se transformou na flor-de-lis dos Francos.

[71] Os **Alanos** ou **All-ans,** os iguais em soberania; os **Alemães,** os iguais em virilidade; os **Vândalos,** os que se afastam de todos; os **Frísios,** os filhos da Liberdade; os **Quades,** os faladores; os **Címbrios,** os tenebrosos; **os Suábios,** os orgulhosos; os **Escandinavos,** os que vagam em navios; os **Francos,** os despedaçadores, os que nada pode deter; os **Saxões,** os filhos da natureza, etc.

idioma que significava negro.[72] Nessa época remota, o nome de **Bharat-Kant** ou **Bharat-Versh** era o que toda a Índia usava. Esse nome exprimia, no idioma africano, a possessão ou o tabernáculo de Bharat.[73] Ora, esse Bharat, personagem célebre entre os hindus, passava por ter sido um dos seus primeiros legisladores, a quem deviam seu culto e suas leis, suas ciências e artes, antes da chegada de Ram. O Deus que Bharat ofereceu à adoração dos povos chamava-se **Wôdha**, isto é, a Eternidade, ou melhor, o tipo de tudo o que é eterno: a eterna bondade, a eterna sabedoria, o eterno poder, etc. Os hindus ainda hoje o conhecem pelo nome de **Budha,** porém muito degenerado em sua antiga grandeza devido ao considerável número de inovadores que usurparam seu nome. O nome desse antigo **Wôdh** encontra-se em todos os cultos e em todas as mitologias da Terra. O sobrenome mais comum que lhe dava Bharat era **Iswara** , isto é, o Ser Supremo.

Assim, antes da conquista da Índia por Ram, a unidade divina era ensinada e reconhecida. Aquele poderoso teocrata não a destruiu, mas como lhe parecia que a unidade era apresentada em sua incompreensível imensidão, ele lhe acrescentou o culto dos Ancestrais, que passou a ser considerado como uma hierarquia intermediária, necessária para ligar o Homem à Divindade e, desse modo, conduziu a inteligência do seu povo do conhecimento do Ser particular ao do Ser absoluto. Ele chamou esses gênios intermediários de **Assur**, termo formado de duas palavras da sua língua, que podiam significar igualmente um Ancestral ou um Príncipe.[74] Quanto aos objetos visíveis do sabeísmo, como o Sol, a Lua e os outros planetas, ele os baniu do seu culto, não querendo admitir nada de sensível e nenhum ídolo, nem qualquer imagem que pudesse atribuir uma forma ao que não a possui.

Quando ele chegou à Índia, essa região obedecia a duas Dinastias que os atlantes sem dúvida haviam fundado ali, e que reinavam juntas sob o nome de **Dinastia Solar** ou **Lunar**. Na primeira estavam os filhos do Sol, descendentes de Ikshaüku e, na segunda, os filhos da Lua, descendentes do primeiro Budha. Os brâmanes dizem que esse Ikshaüku, chefe da Dinastia Solar, era filho do sétimo Menu, filho de Vaivasuata, que foi salvo do Dilúvio.[75] O Rawhôn, destronado por Ram, era o quinquagésimo-quinto monarca solar desde Ikshaûku, e se chamava Daçaratha.

O trono da Dinastia Solar ficava na cidade sagrada de **Ayodhya**, hoje **Audh**, e o da Dinastia Lunar na de **Pratishthanam**, hoje Vitora. Querendo, como já disse, afastar seu culto de tudo o que pudesse lembrar os ídolos do sabeísmo, Ram reuniu as duas Dinastias numa só. Eis porque não encontramos, na cronologia dos hindus, qualquer vestígio da Dinastia Lunar desde Ram até Krishna, que a restabeleceu muitas gerações mais tarde.

O primeiro Kahn que Ram sagrou para ser o soberano Rei do Mundo chamava-se **Kusha**. Ele reinava sobre grande número de reis que, como os do Irã, Arábia, Caldéia, Egito, Etiópia, Líbia e até da Europa, dependiam dele. O centro do seu imenso império era a cidade de Ayodhya. Ram estabeleceu seu sumo sacerdócio numa montanha perto de Balk e de Bamyian. Como ele se atribuíra a imortalidade, segundo o sistema lamaísta do qual já falei, não se conhece o nome de nenhum dos seus sucessores. Os brâmanes preenchem o longo intervalo decorrido entre Ram e Krishna apenas com o nome de **Yodhistir**,[76] que significa apenas o Representante Divino.

---

[72] Por conseguinte, um **Hindu** significa um Negro. Foi desta palavra que surgiu a palavra **índigo**, e talvez o inglês e o belga **ink**, tinta.

[73] O nome de **Bharat** pode significar filho do Dominador Tutelar.

[74] São as palavras **As** e **Syr**, já mencionadas várias vezes.

[75] Entende-se por **Menu** a Inteligência Legisladora, que preside a Terra entre um dilúvio e outro. É como uma Constituição Providencial, que compreende várias fases. Os hindus admitem a aparição sucessiva de quatorze **Menus**. Segundo este sistema, chegamos ao sétimo Menu e à quarta idade deste. Se, como acredito, se pode datar o estabelecimento dos atlantes na Ásia a partir do reino de Ikshaûku, sua fundação deveria remontar a cerca de dois mil e duzentos anos antes de **Daçaratha**. Nonnus chama este último monarca indiano, destronado por Dionísio, de **Deríades**, o que não difere muito do nome que lhe dão os brâmanes.

[76] Este nome deveria ser escrito **Wôdh-Ester**, o que está no lugar de Deus.

Assim como o Rei Supremo reinava sobre grande número de reis vassalos, o Supremo Pontífice dominava grande número de Sumos Pontífices. O título comum destes sumos pontífices era o de pai ou **papa**. O Supremo Pontífice tinha o nome de **Pa-zi-pa**, o Pai dos Pais. Onde quer que houvesse um rei, havia também um sumo pontífice, e o lugar onde este morava era sempre considerado sagrado. Assim, Balk e Bamyian tornaram-se lugares sagrados por excelência, porque o Supremo Pontífice fixara sua residência ali, e a região que circundava essas duas cidades foi chamada de **Para-desa**, a terra divinizada. Poder-se-ia também, buscando no antigo continente os lugares que a tradição consagrou, reconhecer ali os vestígios do culto lamaísta e calcular a imensidão do Império Indiano.[77]

Deixo-me levar para os detalhes históricos, que talvez pareçam deslocados; não posso, porém, antes de encerrar este capítulo, deixar de apresentar uma hipótese que acredito ter algum fundamento.

Como disse mais atrás, os celtas já haviam feito muitos progressos em Astronomia, o que lhes permitia ter um calendário regular. Mas não parece que eles tenham agrupado as estrelas do céu em grupos chamados asterismos, para com eles formar o zodíaco e o sistema de constelações que hoje conhecemos. Court de Gébelin diz que era principalmente à observação do fluxo e refluxo do Oceano Setentrional que esses povos deviam a regularidade do seu ano. Quando Ram terminou a conquista da Índia, e sua autoridade sacerdotal foi reconhecida por toda a Terra, ele examinou o calendário dos povos atlantes e viu que este era superior, em certos pontos, ao dos celtas. Decidiu, portanto, adotá-lo, sobretudo no que se relacionava à forma da esfera celeste. Mas, usando seu direito de Supremo Pontífice, ele retirou a maior parte das figuras com que os povos anteriores haviam batizado as diferentes constelações e imaginou outras para elas, com uma sagacidade e um talento por demais raros, para fazer com que as constelações zodiacais que o Sol percorre em um ano apresentassem, numa seqüência de figuras emblemáticas, três sentidos perfeitamente distintos: o primeiro, relacionado com o movimento desse astro e com a influência das estações; o segundo, contendo a história das suas próprias viagens, dos seus trabalhos e dos seus sucessos; e o terceiro, envolvendo em hieróglifos muito engenhosos os meios que ele recebera da Providência para atingir um objetivo tão extraordinário e tão elevado.

Essa esfera celeste, assim concebida, foi recebida por todos os povos submetidos ao domínio de Ram, que assim lhes entregou à meditação um livro admirável, capaz de decorridos tantos séculos, ainda hoje provocar o espanto e suscitar o estudo de grande número de sábios.

Não pretendo, em meu plano, sobrecarregar-me com os mistérios secretos que aquele livro possa conter, aberto à curiosidade de todos. Basta-me ter mostrado que ele não foi nem o fruto do acaso nem de uma inteligência frívola, mas, ao contrário, o da inteligência de um homem no vigor do seu primeiro desenvolvimento.[78]

---

[77] Entre os mais famosos lugares sagrados, podemos incluir: para a Índia, a ilha de Lanka, hoje Ceilão, as cidades de Audh e Vitora, os lugares chamados Guyah, Methra, Devarkash, etc; para o Irã ou Pérsia, a cidade de Vahr, hoje Amada, as de Balk, Bamyian, etc; para o Tibet, a montanha Butala (ou Potala) e a cidade de Lassa; para a Tartária, a cidade de Astracã, os lugares chamados Gangawaz, Baharein, etc; para a antiga Caldéia, as cidades de Nínive e Babel; para a Síria e a Arábia, as cidades de Askchalá, hoje Ascalon, as de Baalbec, Mambyce, Jerusalém, Meca e Sanah; para o Egito, as cidades de Tebas, Mênfis, etc; para a antiga Etiópia, as cidades de Rapta e Meroé; para a antiga Trácia, o monte Haemus e os lugares chamados Balkan e Caucayon; para a Grécia, o Monte Parnasso e a cidade de Delfos; para a Etrúria, a cidade de Bolsene; para a antiga Oscitânia, a cidade de Nimes; para os Asques ocidentais, as cidades de Huesca e Cadiz; para os Gauleses, as cidades de Périguex, Bribacte (hoje Autun), Chartres, etc.

[78] Os signos do Zodíaco, doze ao todo, são o que há de mais notável na esfera celeste; os outros servem apenas para lhes desenvolver a tríplice expressão. Foi na invenção destes signos que Ram aplicou a força do seu gênio. O que traz seu nome, o Carneiro, deve sem dúvida ser considerado o primeiro. Mas a que parte do ano deve ele corresponder? Se está no começo, como parece certo, é preciso situá-lo no solstício de inverno, naquela noite-mãe a que os celtas chamam de **Modra-Nect**. Então, examinando a posição do céu, vemos hoje que essa noite cai em Sagitário, o que dá uma retrogradação de quase quatro signos, ou seja, cento e vinte graus. Ora, calculando esses cento e vinte graus à razão de

CAPITULO III

CONSEQÜÊNCIAS DE UM IMPÉRIO UNIVERSAL. SERÁ ELE O PRODUTO DE UMA UNIDADE ABSOLUTA OU DE UMA DUALIDADE COMBINADA?

Assim, a raça bórea passou a dominar decididamente a sudeana. Os remanescentes desta última, repelidos de todas as partes para os desertos da África, acabariam por desaparecer. O Império Indiano estendia-se por toda a terra habitada e, excetuando-se alguns povos expulsos para as extremidades meridionais e setentrionais, havia, para todos os homens, um só culto, cujos dogmas e cerimônias eram mantidos e regulados por um único Supremo Pontífice, e um só Governo, cujas leis eram impostas por um único Soberano Rei. Este Supremo Pontífice e este Soberano Rei, ligados um ao outro pelos mais fortes laços, livres sem serem independentes, apoiavam-se mutuamente e competiam entre si pelas suas diferentes ações, mas sem fazerem oposição, de modo a manter tudo numa admirável unidade.

Uma estrutura assim grandiosa não era obra do acaso; suas bases estavam na natureza das coisas e recebiam seus princípios, suas formas e seus desenvolvimentos da ação simultânea dos três grandes poderes que regem o Universo. Assim como dois metais se consolidam ao se fundirem, as duas raças, unindo-se, deram mais solidez aos materiais da estrutura.

É inútil dizer o quanto essa época de civilização humana brilhou e buscou a felicidade. Os brâmanes, que a classificam como sua terceira idade, não se furtam em elogiá-la; seus Puranas repetem à porfia as descrições mais magnificentes. Muitos séculos se passaram sem deixar o menor vestígio, pois a felicidade do homem é como a calma dos mares, oferece menos detalhes e deixa menos lembranças do que a calamidade e a tempestade.

Estávamos, então, na juventude da raça, e embora tudo fosse brilhante e faustoso, nada era ainda profundamente belo. Por outro lado, temiam-se as paixões, e elas surgiram. O homem ainda precisava de lições, e as recebeu.

Já mencionei, em outra obra, a causa singular que perturbou a harmonia reinante no maior e mais belo império surgido na Terra em todos os tempos, sobre o qual me desdobrei em muitos detalhes que não poderia apresentar aqui. Quem pode acreditar que esta causa teve seu débil começo na música? Para compreendermos isto é preciso dar uma trégua aos preconceitos da nossa infância e compreender bem o que disseram Pitágoras, Zoroastro, Confúcio, Platão e todos os sábios da

---

setenta e dois anos por grau, contamos, pela antigüidade do Zodíaco, precisamente oito mil seiscentos e quarenta anos, o que não me afasta muito da já mencionada cronologia de Arrio. Seguindo-se esta hipótese, verifica-se que o signo da Balança caía no solstício de verão e dividia o ano em duas partes. Como Ram foi confundido com o Sol, que também era designado pelo símbolo do Carneiro, foi muito simples, como o fizeram muitos autores, ver o curso desse astro e suas diversas influências caracterizados pelos doze signos que ele percorre. Mas, refletindo sobre a história daquele famoso teocrata, tal como a narrei, vê-se que ela está bem expressada pelas figuras que acompanham estes signos. Eis a situação de Ram abandonando sua pátria. Um Touro furioso querendo opor-se à sua marcha; mas metade do seu corpo, enfiada no vaso, o impede de executar seu desígnio; ele cai de joelhos. São os celtas indicados pelo seu próprio símbolo que, apesar de todos os seus esforços, acabam por submeter-se a Ram. Os Gêmeos, que vêm em seguida, expressam relativamente bem sua aliança com os selvagens Turanianos. O Câncer significa suas meditações e as reflexões sérias sobre sua conduta; o Leão, seus combates e sobretudo a ilha de Lanka, designada por esse animal; a Virgem alada, tendo uma palma na mão, indica sua vitória. Pela Balança não terá ele caracterizado a igualdade que estabeleceu entre vencidos e vencedores? O Escorpião pode lembrar alguma revolta, alguma traição; e Sagitário, a vingança que ele tirou disso. Capricórnio, Aquário e Peixes referem-se mais à parte moral da sua história; eles lembram os acontecimentos da sua velhice e, com os dois Peixes, ele talvez quisesse expressar a maneira como acreditava que sua alma seria ligada à do seu sucessor. Como foi perto de Balk que as figuras emblemáticas da esfera foram inventadas, próximo dos trinta e sete graus de latitude norte, os astrônomos podem ver que o círculo traçado no lado do pólo austral pelas constelações do Navio, da Baleia, Altair e Centauro, e pelo espaço vazio deixado acima delas nas esferas mais antigas, demonstra exatamente o horizonte naquela latitude e, por conseguinte, indica o local da sua invenção.

antigüidade: que a música é a ciência universal, a ciência sem a qual não se pode penetrar a essência íntima de coisa alguma. Entretanto, esta ciência foi apenas o pretexto da desordem que ocorreu. Sua verdadeira causa estava na natureza do Homem que, sempre indo em frente no caminho que percorre, só consegue se fixar em suas posições por alguns instantes. Sua inteligência, uma vez estimulada, não mais pode parar; uma verdade profunda o impulsiona; ele sente que não está em seu lugar e que deve chegar lá. Os homens intelectuais não tardam a se tornar contemplativos. Eles querem conhecer a razão de tudo, e como o Universo está aberto à sua exploração, sentem que há muito a fazer e muitas ocasiões para enganar-se.

Eu já disse que, ao conquistarem as Índias, os celtas encontraram organizados ali um sistema completo de ciências físicas e metafísicas. Parece certo que, então, a cosmogonia Atlante atribuía tudo à Unidade absoluta e fazia tudo emanar e depender de um único Princípio. Esse Princípio Único, chamado **Iswara**, era concebido como puramente espiritual. Não se pode negar que esta doutrina oferece grandes vantagens, mas deve-se também convir que ela traz consigo alguns inconvenientes, sobretudo quando o povo ao qual é oferecida não está em condições adequadas para recebê-la. Para que o dogma da Unidade absoluta permaneça no espiritualismo puro, e não leve o povo que o cultua para um materialismo e um antropomorfismo abjetos, é preciso que este povo seja bastante esclarecido para sempre raciocinar de maneira justa, ou então que seja pouco esclarecido para jamais raciocinar. Se ele possui apenas meias-luzes intelectuais, e seus conhecimentos físicos levam-no a tirar conclusões justas de certos princípios cuja falsidade ele não consegue perceber, seu desvio é inevitável; ele se tornará ateu ou mudará o dogma.

Como está provado que os atlantes haviam admitido o dogma do Princípio Único, e que este Princípio estivera até então em harmonia com sua situação, não se pode deixar de crer que eles tenham alcançado o mais alto grau do Estado Social. Seu Império cobrira a Terra, mas sem dúvida, após ter brilhado intensamente, suas luzes começaram a diminuir quando os celtas o conquistaram. Os hindus, que os sucederam em outra parte da Terra, a despeito dos seus discípulos mais instruídos estavam longe de possuir os mesmos recursos. Seu governo ainda existia graças ao grande impulso que recebera, mas os recursos se consumiram e os princípios de vida que o animavam não mais se restabeleceram.

Esse era o estado de coisas, já muitos séculos antes da chegada de Ram. É evidente que| se o teocrata não tivesse encontrado o império dos atlantes em seu declínio, já com as bases abaladas, não só não acharia fácil conquistá-lo, mas sequer tentaria fazê-lo, pois a Providência não o teria determinado. Como já disse, ele adotou a Unidade divina, à qual acrescentou o culto dos Ancestrais, e encontrando todas as ciências baseadas num Princípio Único, entregou-as assim como estavam aos seus povos, para que as estudassem.

Mas acontece que, após um período de tempo mais ou menos longo, um dos sumos pontífices, ao examinar o sistema musical de Bharat, que se acreditava ser baseado em um único princípio, como todo o resto, percebeu que não era assim, e que era necessário admitir dois princípios para a geração dos sons.[79]

Ora, o que fazia da música uma ciência tão importante para os antigos era a faculdade que nela haviam reconhecido de poder servir facilmente como meio de passagem do físico para o intelectual, de modo que, ao transportar, de uma natureza para outra, as idéias que ela oferecia, eles se julgavam autorizados a se dirigir, por analogia, do conhecido para o desconhecido. Portanto, em suas mãos, a música era como uma espécie de medida proporcional que eles aplicavam às essências espirituais.

---

[79] Abordei detalhadamente este assunto, bem como os que apenas menciono aqui, numa obra sobre a **Música**, a ser publicada brevemente.

Com a divulgação da descoberta que aquele sumo pontífice acabara de fazer no sistema musical, e que se tornou conhecida em todo o Império, os sábios contemplativos não tardaram a apossar-se dela e empregá-la para, segundo o costume, com ela explicar as leis cosmogônicas do Universo; e logo viram, espantados, que as manifestações que até então vinham considerando como o produto de uma Unidade absoluta, nascia de uma Dualidade combinada. Se não tivessem se assustado com a idéia, eles sem dúvida poderiam ter reposto tudo em seus lugares considerando os dois Princípios, cuja existência eram obrigados a admitir, como principiados, em lugar de vê-los como principiantes, tal como o primeiro Zoroastro o faria alguns séculos mais tarde. Mas, para isso, sua inteligência teria que se elevar a alturas que ainda não pudera alcançar. Acostumados a tudo ver no Iswara, eles não tiveram forças para despojá-lo da sua supremacia, preferindo duplicá-lo, por assim dizer, ao acrescentar-lhe um novo princípio, a que chamaram de **Pracriti**, isto é, a Natureza. Esse novo princípio possuía o **sakti**, o poder gerador e conceptivo, enquanto o antigo **Iswara** possuía o **bidja**, o poder gerante e vivificador.

Portanto, o resultado deste primeiro passo, que teve longa duração, foi o de considerar o Universo como produto de dois princípios que possuíam, cada um em seu particular, as faculdades um do Masculino, outro do Feminino. Este sistema, cuja simplicidade era de início sedutora, foi geralmente adotado. Na maioria dos povos encontramos estes dois Princípios invocados sob grande número de nomes. Sanchoniaton os chamava de **Hipsistos**, o Altíssimo, e sua mulher **Beruth**, a Criação ou a Natureza. Os hindus têm, apenas para seu próprio uso, mais de mil nomes que, em diferentes épocas, definiram esses dois Princípios cosmogônicos. Os egípcios, os gregos, os latinos produziram uma infinidade de epítetos para designá-los. Os que empregamos hoje, mais comumente na Poesia, nasceram dos nomes mitológicos de Saturno e Réa, correspondentes aos de Iswara e Pracriti.[80]

CAPÍTULO IV

OITAVA REVOLUÇÃO. DIVISÃO DOS PRINCÍPIOS UNIVERSAIS. INFLUÊNCIA DA MÚSICA. QUESTÕES SOBRE A CAUSA PRIMEIRA: SERÁ ELA MASCULINA OU FEMININA? CISMA NO IMPÉRIO SOBRE ESTE ASSUNTO

Mas a partir do momento em que as nações dependentes do Império Indiano foram autorizadas a considerar o Universo como o produto de dois Princípios, um Masculino e outro Feminino, elas viram-se imperceptivelmente levadas a fazer a si mesmas, sobre a própria natureza destes Princípios, perguntas que as circunstâncias suscitavam como de resto deviam, necessariamente, suscitar. Perguntou-se: como pode ser o Universo resultado de dois poderes principiantes, um dos quais atuando com as faculdades do Masculino e o outro com as do Feminino? Como considerar as relações que os unem? São eles independentes um do outro? Igualmente incriados e existentes por toda a Eternidade? Ou então devemos ver num deles a causa preexistente do seu companheiro? Se ambos são independentes, como se reúnem eles? E se não o são, qual dos dois está submetido ao outro? Quem ocupa o primeiro lugar, seja na ordem do tempo, seja na ordem da hierarquia? Foi Iswara quem produziu Pracriti, ou Pracriti a Iswara? Qual dos dois age mais necessariamente e com mais energia na procriação dos seres? A quem nomear o primeiro ou a primeira, nos sacrifícios e nos hinos religiosos que uma imensa multidão de povos lhes dirige? Devemos unir ou separar o culto que se lhes presta? Devem os homens e as mulheres prestá-los juntos ou devem elas terem altares separados para um e outro: ou para os dois reunidos?

Prosseguindo, diz-se que a música sagrada oferece meios seguros e fáceis para se distinguirem os dois Princípios Universais: quanto ao seu número e às suas faculdades opostas, sim; mas quanto à

---

[80] Os nomes de **Saturno** e **Réa** significam o Princípio ígneo e o Princípio Aquoso. Reconhecemos os dois radicais que os compõem nos nomes das duas raças, a sudeana e a bórea.

sua posição, e mais ainda, quanto à sua influência sexual, não.[81] Indagava-se sobre isto ao Sistema Musical de Bharat que, longe de esclarecer todas essas dificuldades, confundiu-as ainda mais.

Se o leitor quiser lembrar-se do que eu disse no primeiro Livro desta obra, e se levar em conta o obstáculo que deteve a consolidação da primeira idade da civilização, ele verá que, de um prisma mais elevado, a mesma dificuldade se apresenta aqui. Antes, a questão era simplesmente a de governar uma miserável cabana; agora, trata-se do Universo. As formas variaram muito, mas a essência é sempre a mesma.

Se pessoas pouco acostumadas a ler nos anais do Mundo consideram ociosas e mesmo ridículas estas questões, cujas conseqüências funestas fizeram correr tanto sangue, que elas tenham a bondade de acreditar que as mesmas assumem enorme profundidade quando comparadas àquelas que, muito tempo depois, em séculos já não distantes de nós, causariam devastações proporcionais à extensão dos países que conseguiram invadir. Pois à época em que o Império Indiano cobria toda a terra, a que se reduziam na verdade essas dificuldades que tendiam a dividi-lo? Simples: *se a Causa primeira do Universo, admitindo-se que ela exista, age na criação das coisas segundo suas faculdades masculinas ou femininas, circunstância esta que a torna dupla, conforme o indicaram as analogias extraídas da ciência musical, então qual dos dois princípios deve ser colocado em primeiro lugar, seja na ordem do tempo, seja na do poder: o Masculino ou o Feminino ?* E quando aquele império, dividido, dilacerado de todas as maneiras, estava prestes a expirar no último dos seus fragmentos, que se chamava Império Grego ou, com mais justiça, Baixo Império, em torno de que gravitavam as questões que durante milênios devastaram o Império Romano? Sobre se a luz que certos monges fanáticos, chamados Hesicartes, viram ao redor de seus umbigos, comparada à que brilha no monte Tabor, seria criada ou incriada. Sabe-se que vários concílios divergiram a esse respeito e, com suas dissensões, facilitaram o avanço dos Tártaros que, sob o nome de Turcos, tomaram Constantinopla e puseram fim ao Império. Tanto em honra da humanidade, como para não me alongar demais, calo-me sobre o grande número de questões, algumas mais ridículas que outras, que poderia apresentar. O leitor erudito compensará facilmente o meu silêncio. Também não é segundo a opinião particular de alguém que devemos apreciar as questões sobre as quais acabo de falar, mas segundo a situação geral dos espíritos na época em que foram formuladas.

No começo, as questões circulavam secretamente pelo Império, propagando-se por toda a sua extensão e reforçando-se com tudo o que sua própria natureza apresentava de insolúvel. Depois, o Sacerdócio Supremo, seja porque fingisse ignorá-las ou porque, ocupando-se delas, as condenasse, das duas maneiras terminou irritando seus formuladores, cujos sectários multiplicavam-se em todos os partidos. E quando, forçado a pronunciar-se em favor de um deles, ele manteve a preponderância do sexo masculino sobre o feminino e a anterioridade do Princípio Masculino, bem como sua maior influência no Universo, foi julgado tirânico; e sua ortodoxia, que ele viu-se obrigado a apoiar com certa força legal, tornou-se intolerante ao extremo. Os espíritos irritados fermentavam em segredo, esquentavam-se e esperavam apenas uma circunstância favorável para eclodir.

Esta circunstância se apresentou, porque a ocasião oportuna jamais falta ao espírito que a deseja e espera. Lê-se em vários Puranas[82] que dois príncipes da dinastia reinante, ambos filhos do rei Ugra, tendo alimentado muito ódio entre si, dividiram o Império Indiano que, por sua vez segundo opiniões opostas, foi dividido em favor de ambos. O mais velho dos dois príncipes, chamado **Tarak'hya**, carreou para seu lado os poderosos do Estado e as elites dos cidadãos; mas o mais moço, chamado **Irshu**, conquistou as classes inferiores e, por assim dizer, a escória do povo. Esta é

[81] Pode-se ver o que digo a respeito em minha obra sobre a **Música**, Livro III, cap. 3.
[82] Principalmente no **Scanda-purana** e no **Brahmanda**.

a razão porque, no começo, os partidários de Irshu foram desdenhosamente chamados de **Pális**,[83] que significa Pastores em sânscrito.

Esses Pális ou Pastores, nome pelo qual se tornaram famosos na história, de início não tiveram êxito em seus projetos porque Tarak'hya, tendo-lhes perseguido intensamente, destruiu as principais praças de armas que eles haviam estabelecido às margens do rio Narawind-hya, conhecido como **Palistâni** por causa disso. É bem provável que, se o movimento provocado por Irshu no Império Indiano tivesse sido puramente político, ou se assim tivesse permanecido, ele teria sufocado no nascedouro, sem maiores conseqüências. Mas seja porque Irshu fosse realmente um dos zelosos seguidores de Pracriti, ou porque acreditasse ser útil aos seus interesses assumir este papel, ele rompeu abertamente com o sacerdócio ortodoxo e declarou que adorava a faculdade Feminina como atributo da Causa Primordial do Universo, dando-lhe anterioridade e preeminência sobre a faculdade Masculina. Daí por diante, tudo mudou. A guerra, que apenas fora civil, tornou-se religiosa. Seu partido fortificou-se com a adesão de todos os que compartilhavam dessa doutrina, independente de sua classe, e em pouco tempo cobriu a face da Terra, com quase metade desta declarando-se em seu favor.

Não pretendo descrever aqui os incontáveis combates que os dois partidos travaram porque, ora vencedores ora vencidos, erguendo e destruindo cem vezes os mesmos troféus, eles duraram vários séculos e cobriram a Ásia, a África e a Europa de ruínas sangrentas. Sinto que me deixo levar em demasia pelo prazer de descrever alguns fatos extraordinários daquela história antiga, tão interessante e quase desconhecida! Voltemos, agora, aos principais resultados do acontecimento que acabo de narrar.

Os seguidores da faculdade feminina, de início chamados **Pális**, os Pastores, tendo adotado por símbolo do seu culto o órgão característico daquela faculdade, chamado **Yoni** em sânscrito, foram por isso chamados de **Yonijas**, **Yawanas**, **Ionoi**, isto é, **Iônios**; e como, por razões misteriosas que é inútil explicar aqui, eles haviam tomado por insígnia a cor vermelha puxando para o amarelo, deram-lhe também o nome de **Pinkshas** ou de **Fenícios**, que significa os **Ruivos**. Todos esses nomes, injuriosos na boca dos seus adversários, tornaram-se gloriosos nas suas próprias e, recebidos ou traduzidos por todas as nações onde triunfaram, ali se transformaram em outros tantos títulos honoríficos.[84]

Por sua vez, os hindus, seus antagonistas, que permaneceram fiéis ao culto da faculdade Masculina da Divindade, também adquiriram suas denominações específicas. Mas como seus triunfos na Europa fossem mais raros, essas denominações e símbolos também foram bem menos comuns ali. Contudo, pode-se reconhecer em alguns monumentos o seu símbolo mais notável que era, em oposição ao dos seus inimigos, o órgão distintivo da faculdade masculina.[85] A cor da sua insígnia,

---

[83] A palavra sânscrita **Páli**, análoga ao etrusco e ao latino **Pales**, ou Deus ou Deusa dos Pastores, pode ter-se originado do celta **pal**, que designa uma vara longa que serve de cajado de pastor ou de cerro.

[84] O nome **Páli**, transformado em **Báli** pelos caldeus, árabes e egípcios, que tinham dificuldade em pronunciar a consoante **P**, significou, conforme a região e a época, Governador, Senhor, Soberano e até mesmo Deus. Ele ainda persiste entre nós no título de **Bailio**. O nome **palácio**, dado à residência do soberano, origina-se de **Páli**. Devido a este nome é que o Pastor tomou-se, em muitas línguas, sinônimo de amante ou homem amável para com as mulheres. E por causa do nome **Yoni**, análogo ao de **Ioneh**, uma Pomba, que este pássaro foi consagrado à Deusa do Amor, **Milida**, **Afrodite**, **Vênus**, etc, e que todas as artes luxuosas, todas as invenções femininas e delicadas foram atribuídas a **Iônía**. Foi por causa da cor fenícia, chamada **púrpura**, que esta cor transformou-se no emblema da realeza. E foi também por causa da Pomba vermelha que este povo ostentava nos brasões que o pássaro brasonado chamado Fênix, originário do próprio nome dos Fenícios, tomou-se tão famoso.

[85] Este símbolo, chamado **Linga** em sânscrito, **Phallos** ou **Phallus** em grego e latim, é reconhecido, embora desfigurado, na ordem dórica de arquitetura, em oposição à ordem jônica. Normalmente ele se transforma em cabeça de carneiro. O **Yoni** também toma a forma de uma violeta, razão porque essa flor, consagrada a Juno, era tão cara aos jônios. A cor branca, que era a dos Druidas, como pertenceu depois aos Brâmanes, é a razão porque na maioria dos dialetos célticos a palavra branco é sinônimo de sábio, de espiritual, de erudito. Diz-se ainda em alemão **weis**, branco, e **wissen**, saber: **Ich**

alva como a dos antigos Druidas, deu-lhe o nome de *Brancos,* sendo por causa deste nome, traduzido em diversos dialetos, que se pode distinguir, em tempos muito antigos, a resistência que seus adversários, ora chamados **Filisteus**, ora **Jônios**, ora **Fenícios** ou **Idumeus**, conforme fossem considerados pastores, adoradores da faculdade Feminina ou que ostentassem a cor vermelha, tiveram de enfrentar nas diferentes regiões da Ásia e da Europa.

CAPÍTULO V

ORIGEM DOS PASTORES FENÍCIOS; SUAS OPINIÕES SOBRE A CAUSA PRIMEIRA DO UNIVERSO. SUAS CONQUISTAS. NOVOS CISMAS, DE ONDE VÊM OS PERSAS E OS CHINESES. ESTABELECIMENTO DOS MISTÉRIOS: POR QUÊ?

Esses indianos dissidentes, tal como se constata em todas as lendas sânscritas, jamais conseguiram fazer grandes progressos na Índia propriamente dita. Mas, por outro lado, isto não os impediu de se tornarem extremamente poderosos. Seu primeiro estabelecimento de tamanho considerável foi fundado na costa do Golfo Pérsico, de onde passaram para o Iêmen, conquistando-o não obstante a violenta oposição que ali enfrentaram. Os celtas bodohnes há muito senhores da Arábia, após resistirem o quanto puderam e vendo-se obrigados a ceder ao Destino, preferiram expatriar-se a se submeterem. Grande parte deles foi para a Etiópia e o restante espalhou-se pelos desertos, onde se dividiu em tribos errantes, razão porque foram chamados **Hebreus**.[86] Entretanto, tendo dominado o mar que separa a Arábia do Egito, os fenícios deram-lhe seu nome e, como disse Heródoto, vieram a ocupar a costa do Mediterrâneo, onde fundaram o centro do seu Império.[87]

Nessa época, o império caldeu foi vencido. Um dos chefes dos fenícios, conhecido pelo nome de **Báli,** conquistou **Plaksha**, a Ásia Menor, e construiu, às margens do Eufrates, a famosa cidade de Babel, dando-lhe seu nome. Foi, portanto esse Báli, chamado **Belos** pelos gregos e **Belus** pelos latinos, o fundador do famoso império ora chamado de **Babilônio**, ora de **Sírio** ou **Assírio**. Os hebreus, inimigos implacáveis dos fenícios por serem oriundos dos celtas bodohnes escorraçados pelos pastores da Arábia Feliz e obrigados a errar pelos desertos, deram a esse Bali o nome de **Nembrod**, para expressar a violência e a tirania da sua usurpação. Mas foram inúteis as suas tentativas de deter a torrente que se abatia sobre eles. Desde o Nilo até o Eufrates, todos se submeteram durante alguns séculos ao jugo daqueles formidáveis Pastores que, embora ocupando o trono, mantinham o nome que lhes fora atribuído com intenção injuriosa. O Alto Egito resistiu por muito tempo aos seus esforços graças aos poderosos partidários que a faculdade masculina, sob o nome de **Iswara**, **Israel** ou **Osíris**, possuía naquela região. Mas finalmente a faculdade contrária venceu a todos, e as deusas Ísis dos tebanos e Milida dos babilônios foram igualmente colocadas acima de Adon. Na Frígia, a boa **Mãe Mâ**, chamada **Dindimene** ou **Cibele** pelos gregos, despojou **Átis**, o Pai Soberano, da sua força viril; seus sacerdotes só puderam manter-se oferecendo-lhe em sacrifício o próprio objeto que a Ortodoxia tornava alhures o emblema do seu culto.

Tal foi, nos tempos antigos, a influência da música, sobre a qual falei sem jamais tentar compreendê-la. Eis a razão das leis severas promulgadas contra os inovadores naquela ciência, bem como dos esforços dos Pontífices em ocultar cuidadosamente seus princípios constitutivos no recesso dos santuários. Foi isto o que fizeram principalmente os egípcios quando, obrigados a curvar a cabeça sob o jugo dos reis pastores e compelidos a fingir sentimentos que não possuíam, pensaram em estabelecer esses mistérios secretos de maneira tal que a Verdade sepultada, reservada somente aos iniciados, só aparecesse aos olhos dos profanos coberta dos mais densos véus. Foi

---

weis, eu sei, etç. Em inglês, **white**, branco, e **wit**, espírito: **witty**, espirituoso; **wisdom**, sabedoria, etc. Presume-se que os argeus e os albanos, isto é, os Brancos, tenham sido adversários dos fenícios na Grécia.

[86] A palavra **hebri,** que transformamos em hebreu, significa transportado, deportado, expatriado, passado para o além. Ela tem a mesma raiz da palavra **Harbi,** um Árabe, porém com mais força porque expressa um deslocamento maior.

[87] Os Puranas dos hindus deram-lhe o nome de **Palistâni:** a Palestina propriamente dita, Iduméia ou Fenícia.

nesses mistérios que eles consagraram os acontecimentos cuja narrativa apenas esbocei; não podendo demonstrar claramente sua dor pela derrota do princípio masculino na Causa Primeira do Universo, eles inventaram a tão conhecida alegoria de Osíris traído, dilacerado e com os membros sangrentos espalhados pelo Egito, enquanto Ísis entregue ao mais terrível desespero, embora coroada pelas mãos de Anúbis, e sob suspeita de ter participado dessa desprezível traição, reúne em prantos os membros do esposo, exceto um que se perdera nas águas do Nilo, e os encerra num túmulo. Essa engenhosa alegoria, inicialmente aceita em todos os santuários onde a ortodoxia mantinha partidários, aparece, com algumas mudanças de nomes, em todas as mitologias da Terra.[88]

Entrementes, os hindus ortodoxos, justamente assustados com o êxito dos seus adversários, e vendo seu império dividido desmoronar-se no exterior, envidaram todos os esforços para defender pelo menos o centro, reunindo ali todas as suas forças. Sobre o trono pontifício surgiu um homem extraordinário, que foi comparado ao primeiro Ram e honrado com esse nome devido à força que manifestou. Durante algum tempo ele sustentou o edifício que estava prestes a ruir, mas estava reservada a um homem ainda maior a tarefa de deter-lhe a queda. Nesse meio tempo, os Yonijas foram declarados ímpios, anatemizados e banidos para sempre. Todo o comércio com eles foi proibido. Os hindus foram proibidos não só de recebê-los, mas também de ir vê-los em seu próprio país. A cor vermelha que lhes servia de insígnia foi considerada abominável. Os brâmanes deviam abster-se de tocar em qualquer coisa que tivesse essa cor, mesmo na maior dificuldade, e o rio Indo foi designado como o limite fatal que ninguém poderia cruzar sem incorrer em anátema.

Estas medidas rigorosas, talvez necessárias para conservar o todo, tiveram, não obstante, o inconveniente de separar as várias partes. Elas deram lugar a um cisma quase tão grande quanto o primeiro. Este novo cisma surgiu no seio dos mais ardorosos partidários do princípio masculino e dos mais zelosos defensores da sua anterioridade e da sua preeminência. Entre os iranianos, um homem dotado de grande inteligência, chamado **Zeradosht** ou **Zoroastro**, afirmava que fora um engano conceber os dois princípios cosmogônicos, Iswara e Pracriti, como principiantes e detentores das faculdades um do Masculino, outro do Feminino; que era preciso, ao contrário, considerá-los como principiados, ambos Masculinos, ambos emanando da Eternidade, Wodh, mas um agindo no espírito como o Princípio do Bem, e o outro na matéria, como o Princípio do Mal. Ao primeiro, chamou de Ormuz, o Gênio da Luz; ao outro, Arimã, o Gênio das Trevas.

Entre os povos que habitavam além do Ganges, um outro teósofo, não menos audacioso, chamado Fo-Hi, afirmava que o primeiro cisma dos Pális surgira de um mal-entendido que poderia ter sido facilmente evitado caso se tivesse verificado que as faculdades sexuais tinham sido mal colocadas nos dois Princípios Cosmogônicos Iswara e Pracriti, ou Espírito e Matéria. Que era Pracriti, a Matéria, quem possuía a faculdade Masculina, fixa e ígnea, ao passo que Iswara, o Espírito, possuía a faculdade Feminina, volátil e úmida. De modo que, segundo ele, os fenícios não eram cismáticos

---

[88] Os cronologistas têm tido grandes dificuldades para determinar a época do aparecimento dos Pastores fenícios no Egito. Mas isto me parece muito natural nos casos em que se quer consultar os fatos sem se manter dentro de limites que não nos é dado transpor. Sabemos, pelos livros sagrados dos hindus, que o cisma de Irshu, origem daqueles Pastores, ocorreu antes do início da Kali-Yuga, por volta de 3200 antes de Cristo. Ora, aqueles povos que de início se fixaram no Golfo Pérsico precisaram de vários séculos para se estabelecer solidamente na Palestina e ficar em condições de atacar um reino tão poderoso como o Egito. Eles sem dúvida devem ter começado pela conquista da Arábia e da Caldéia. Sabemos, pela tábua das trinta Dinastias egípcias de Maneton, conservadas por Julião o Africano, que os Pastores fenícios forneceram três dessas dinastias, desde a XVª até a XVIIª, com a duração total de 953 anos. O Faraó Amás, que os derrotou, subiu ao trono cerca de 1750 anos antes da nossa época, antecedendo em 130 anos ao famoso Amenófis, construtor da colossal estátua de Memnon em homenagem ao Sol. Portanto, se somarmos esses 1750 anos aos primeiros 953, veremos que foi por volta do ano 2703 antes da nossa era que os fenícios penetraram no Egito, cerca de cinco séculos após o cisma de Irshu. Segundo estes dados, pode-se inferir razoavelmente que os primeiros mistérios egípcios foram celebrados vinte e cinco ou vinte e seis séculos antes de Cristo. Existe uma tradição que nos leva à época em que eles começaram: o equinócio da primavera, que caía nos primeiros graus de Touro; isto oferece uma notável coincidência.

ao colocar a matéria à frente do espírito, mas apenas por lhe atribuir faculdades opostas à que ela realmente possuía.

Zeradosth e Fo-hi corroboravam seus raciocínios com provas obtidas da ciência musical e que pareciam decisivas, mas cuja apresentação estaria deslocada aqui.[89] Ambos se vangloriavam de ter restabelecido a calma no Império ao satisfazer uma parte das pretensões dos refratários Pális. Mas ambos se enganaram em suas esperanças. A Casta Sacerdotal, vendo mais longe que eles próprios às conseqüências de suas idéias, rejeitou-os e os condenou por igual. Zeradosht, ainda mais irritado que Fo-hi por ser mais apaixonado, desencadeou uma guerra civil e religiosa cujo resultado definitivo foi a separação absoluta do Irã. Os povos o reconheceram como seu soberano teocrático, adotaram daí por diante o nome de **Partas**, **Parses** ou **Persas**, devido ao nome **Paradas** que os hindus ortodoxos lhes haviam atribuído por escárnio. Esses povos, que mais tarde viriam a dominar a Ásia, ali se tornaram muito famosos e poderosos. Eles tiveram, em diferentes épocas, diversos legisladores teocráticos que adotaram sucessivamente o nome do primeiro Zeradosht,[90] a quem chamavam de Zoroastro. O último que apareceu, no tempo de Dario, filho de Histaspes, é aquele cuja doutrina consagrada no Zend-Avesta os Gebros ainda seguem.[91] Os dois Princípios opostos da Luz e das Trevas, Ormuz e Arimã, são ali representados como tendo surgido do Tempo Ilimitado, ou Eternidade, o único Princípio principiante ao qual eles estão submetidos. O terceiro Princípio que os reúne chama-se Mitra. Este princípio mediador representa a Vontade do homem, assim como Ormuz e Arimã representam a Providência e o Destino. Este sistema cosmogônico, tal como acontece com todos os que têm a mesma origem, está ligado ao culto dos Ancestrais. O Princípio principiante eterno é ali adorado sob o emblema do fogo.

Dotado de um caráter mais pacífico e doce que Zeradosht, Fo-hi,[92] não querendo desencadear uma nova guerra civil no seio do Império, abandonou-o, acompanhado dos seus partidários, e cruzou os desertos que limitam a Índia com o Oriente, estabelecendo-se às margens do rio **Huang-ho** e dando-lhe o nome de **Rio Amarelo**, devido à cor amarela que ele tomou por insígnia, tanto para se distinguir dos hindus ortodoxos, como para não ser confundido com os fenícios. Ele reuniu às margens daquele rio algumas hordas de tártaros errantes, antigos remanescentes da raça amarela, que se juntaram aos seus seguidores e aceitaram sua doutrina, muito parecida em suas bases com a de Zoroastro. Segundo ela, os dois Princípios principiados são **Yin**, o repouso, e **Yang**, o movimento, ambos saídos de um único Princípio principiante chamado **Tai-chi**, o Agente Motor. Os dois Princípios, **Yin** e **Yang**, dão, pela sua ação recíproca, origem ao terceiro Princípio mediador, chamado Pan-ku, o Ser Universal. Existem, então, três poderes chamados **Tien-huang**, **Ti-huang** e **Gin-huang**, isto é, o reino celeste, o reino terrestre e o reino hominal, ou, em outras palavras: a Providência, o Destino e a Vontade do homem, as mesmas que estabeleci no começo desta obra. O culto dos Ancestrais foi admitido na religião de Fo-hi ainda mais explicitamente do que na de Zoroastro.

E a esta emigração que os livros sânscritos remontam a origem do império chinês, que eles chamam de **Chandra-Duip**, o País da Lua Masculinizada, isto é, o País onde o Princípio feminino tornou-se masculino. O nome de **Djinas** ou **Tchinas**, que os brâmanes dão aos povos que ali residem, não significa absolutamente ímpios e réprobos, como o de **Yawanas**, com o qual classificam os Jônios em geral e os gregos em particular, mas apenas cismáticos. Os chineses, a quem chamamos por este

---

[89] Pode-se encontrá-los na obra já citada.

[90] Acredito que esse nome, ao qual sempre faltou o significado, pode ser atribuído aos dois radicais célticos e fenícios **Syrah-d'Osht**, o Príncipe ou o Chefe da Agressão ou do Exército.

[91] Os **Gebros** são um remanescente de povos célebres a quem Moisés chama de **Giborim** e os gregos conheceram como **Hiperbóreos**. Eles são os únicos descendentes dos povos bóreos que lhe conservaram o nome antigo até nossos dias. Chamam de **Gustaps** o Príncipe sob cujo reinado apareceu seu último Zeradosht. O **Zend-Avesta** traduzido para o francês por Anquetil-du-Perron não passa de uma espécie de breviário da obra daquele antigo teósofo.

[92] O nome **Fo-hi** significa o Pai da Vida. É preciso observar, como algo digno de atenção, que os dois radicais que compõem este nome são de origem céltica.

nome injurioso, não o aceitaram: eles chamam a si mesmos e ao seu país de **Tien-hia**, o que há de mais precioso sob o céu.[93]

Claro está que, dentre os desmembramentos do Império Indiano ocorridos nessa época, nenhum sem dúvida se igualou ao dos **Djinas** em extensão e poder. Mas também nação alguma guardou com respeito mais inviolável as leis e os costumes dos seus Antepassados, cujo culto jamais se extinguiu em seu seio. Ele ainda hoje é um belíssimo fragmento do Império Universal que se manteve, quase intacto, flutuando na torrente das Idades. Enquanto a Ásia passou por grande número de revoluções; os frágeis restos do Império Indiano foram presa de trinta nações rivais; o cetro dos fenícios, arrancado das suas mãos pelos assírios, passou para as dos egípcios, dos árabes e mesmo dos etruscos e retornou às mãos dos assírios, para cair nas dos medos, persas, gregos e romanos; e, enfim, esses remanescentes, escapando das ruínas de Constantinopla, se dispersaram por todas as regiões da Europa... a China sobreviveu a essas catástrofes que mudaram cem vezes a face do mundo e jamais pôde ser conquistada sem que a força da sua constituição não viesse logo a servir aos seus próprios conquistadores.

CAPITULO VI

REFLEXÕES SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO IMPÉRIO UNIVERSAL

Antes de prosseguirmos nesta exploração histórica que, como bem se pode ver, dá à minha primeira hipótese uma força mais que hipotética, parece-me importante, neste ponto, fazermos uma reflexão. Talvez se possa perguntar como o Império de Ram, cujo princípio era evidentemente Providencial e cujas bases foram lançadas pela Vontade do homem em acordo com a Providência, deixara de ser duradouro. Se limitarmos a dificuldade a isto, e se não perguntarmos por que ele não era eterno, responderei facilmente. E se levarmos as dificuldades aos seus últimos limites, será ainda mais fácil responder. Para começar, direi aos que possam ignorá-lo que, quanto à Eternidade absoluta, somente Deus a possui, pois não se pode admitir dois seres absolutos sem implicar em contradição. Portanto, a eternidade que Deus comunica só pode ser uma eternidade relativa, cujos princípios e modo são determinados pela Eternidade absoluta. Todas as formas estão no domínio do tempo; o próprio tempo não passa de uma sucessão de formas; somente as essências são indestrutíveis porque, pelos seus princípios, elas provêm da Essência absoluta, que jamais saberia passar porque, para conceber um passado, é preciso conceber um espaço; e como conceber um espaço fora do espaço absoluto?

É preciso, portanto, distinguir a forma da essência, o tempo do espaço e a eternidade relativa da eternidade absoluta. A Forma, o Tempo, a Eternidade relativa são emanações; a Essência, o Espaço, a Eternidade absoluta, são identidades divinas. Tudo o que constitui essas identidades é imutável; tudo o que pertence àquelas emanações pode mudar. As formas, sucedendo-se umas às outras, geram o Tempo; o Tempo gera a eternidade relativa; mas essa eternidade, o tempo que a mede e as formas que a preenchem desaparecem igualmente na Essência que dá as formas, no Espaço que gera o tempo e na Eternidade absoluta que envolve a eternidade relativa.

Tudo tem seu peso, seu número e sua medida; isto é, sua posição na escala dos seres, suas próprias faculdades e seu poder relativo. Nada pode surgir na vida elementar sem submeter-se às leis dessa vida. Ora, a primeira dessas leis é a de aparecer sob uma forma, sujeita às três épocas do começo, meio e fim. Toda forma cujo movimento próprio não é perturbado por acontecimentos estranhos passa por essas três épocas; mas somente pequeno número passa por elas sem interrupção. A maioria das formas se quebra logo no começo, poucas alcançam o apogeu da sua existência, e ainda

[93] Existe uma tradição importante para a cronologia. Verifica-se que à época das primeiras observações astronômicas, entre os chineses, a estrela polar, chamada **Yey-Tchu,** isto é, o Pivô da Direita, era, na constelação do Dragão, a que chamamos de **Alfa.** Essa tradição, que nos faz recuar para cerca de dois mil e setecentos anos antes da nossa era, apresenta uma nova coincidência que confirma tudo o que eu disse nas notas acima.

menor número delas consegue chegar ao fim. Mais as formas se multiplicam numa única espécie, mais são abortadas na origem. Quem poderá dizer, por exemplo, quantas bolotas um carvalho produz, todas destinadas a se transformarem em carvalho, antes que outro carvalho nasça de uma única dessas bolotas?

Se, entre os três Poderes que regem o Universo, o Destino fosse o único a dominar; se a Vontade do homem desaparecesse ou se paralisasse; se a Providência estivesse ausente, poder-se-ia conceber o espantoso caos que se seguiria a esse estado de coisas? Todas as espécies, lutando umas contra as outras, declarar-se-iam uma guerra sem tréguas; todas quereriam ocupar sozinhas a extensão terrestre e fazer germinar todos os embriões que gerassem, de modo que não haveria mais razão para que, no reino vegetal, por exemplo, a espécie do carvalho, do olmo ou de qualquer outra árvore não abafasse todas as outras, cobrindo toda a Terra.[94] Mas a Vontade do homem está presente para manter tudo dentro dos limites justos, tanto no reino vegetal quanto no animal, e para evitar que as plantas daninhas e os animais perigosos se multipliquem até o limite de suas forças. Ao contrário, essa Vontade, movida pelo seu próprio interesse, vela para que as espécies frágeis, porém úteis, se propaguem e se conservem graças aos cuidados que ela lhes dispensa.

Porém, embora a Vontade do homem possa, desse modo, preferir uma espécie à outra, e cobrir de magníficas messes de trigo ou arroz imensas planícies que, sem elas, produziriam apenas cardos ou quaisquer outras plantas inúteis; embora ela possa aumentar as vinhas pelos outeiros onde só cresceriam urzes, e pastorear numerosos rebanhos de animais pacíficos em lugares desertos que só seriam habitados por animais selvagens; embora ela possa tudo aperfeiçoar pela cultura, essa Vontade não pode, entretanto, mudar a natureza íntima de coisa alguma, nem subtraí-la às leis do Destino, de cujo domínio ela é obrigada a tirar seu alimento. Tudo o que vive da vida elementar deve submeter-se às suas leis. A planta anual não pode viver dois invernos; o carvalho robusto deve chegar ao término da sua decomposição, e embora os efemerópteros vivam sua vida em apenas um dia, o elefante, que pode viver dois séculos, é também obrigado a morrer como eles.

Assim, o Homem pode escolher, entre as sementes físicas ou os princípios intelectuais que a Providência põe à sua disposição, aqueles cujo desenvolvimento ele quer proteger; ele pode conhecer suas faculdades naturais, suas diferentes virtudes, sua força vital, sua duração relativa, e saber antecipadamente qual será o resultado dos seus cuidados. Um agricultor sabe, por exemplo, que se semear um grão de trigo, ele terá apenas uma planta frágil e passageira, mas se plantar uma bolota, obterá uma árvore robusta e longeva. Mas ele também sabe que a planta anual lhe dará uma fruição rápida e fácil, ao passo que a árvore secular irá deixá-lo esperando muito tempo pelos seus frutos. Portanto, em um e outro caso, sua escolha será motivada pelas suas necessidades e baseada nos seus conhecimentos agrícolas; ele se determinará com conhecimento de causa. A posição do legislador seria precisamente a mesma que a do agricultor se o primeiro pudesse reunir no mesmo grau a experiência que orienta a conduta do segundo. Isto é quase impossível; contudo, o legislador totalmente cego e inexperiente, que lance ao acaso os princípios políticos, sem conhecer previamente a natureza desses princípios e a do povo ao qual se destinam, não merecerá de forma alguma esse título e será como o agricultor ignorante que semeia o arroz na areia seca, ou que deseja plantar a vinha num pântano. Ambos, com justiça, passarão por tolos, dignos de todos os tipos de calamidades que os aguardam.

Agora que já esclareci o suficiente a essência da questão que me proponho resolver, direi que Ram, tendo recebido diretamente da Providência o princípio intelectual de um Império teocrático, lançou

[94] Buffon faz a observação judiciosa de que a Natureza, que tende a organizar os corpos na medida do possível, gera uma imensa quantidade de embriões. Esse naturalista calculou que se nada detivesse o poder gerador de um único embrião, como uma semente de olmo, por exemplo, ao fim de cinqüenta anos existiriam mais de um bilhão de léguas cúbicas de matéria organizada semelhante à madeira do olmo, de modo que todo o globo terrestre seria transformado em matéria organizada de uma única espécie.

a semente em circunstâncias favoráveis que lhe apressaram o desenvolvimento. Mas esta semente, a mais robusta e vivaz de todas as da sua espécie, deveria, não obstante, sofrer as vicissitudes de todas as coisas confiadas ao Destino; e como teve um começo de existência temporal, ele devia, necessariamente, dirigir-se para seu fim após ter alcançado o apogeu da sua existência. Mostrei, por meio de várias aproximações cronológicas, que a época do seu início poderia remontar a cerca de seis mil e setecentos anos antes da nossa era. Ora, o primeiro abalo que se fez sentir ali, e cuja memória a história conservou, data do ano de 3200 a.C. Esse império, portanto, permaneceu com todo o fulgor da sua juventude durante trinta e cinco séculos.

Por essa época, as paixões começaram a se fazer sentir, gerando em seu seio tempestades mais ou menos violentas. Ele sobreviveu a elas, malgrado as já citadas defecções e cismas, e durante mais onze ou doze séculos elas tomaram toda a Índia. Somente por volta de 2100 a.C, quando a extinção da Dinastia Solar e também da Dinastia Lunar, que Krishna restabelecera, como direi mais adiante, provocou seu ocaso político, ele se concentrou apenas na existência religiosa, situando sua base principal no Tibet, onde ainda sobrevive, não obstante sua avançada vetustez, no culto lamaísta.

Se considerarmos que este culto, tendo hoje mais de oitenta e cinco séculos de existência, ainda domina grande parte da Ásia, após ter fruído durante quase quarenta e seis séculos do Império Universal, trinta e cinco dos quais foram de um brilho imaculado, deve-se convir que sua sorte foi muito boa, e que não nos devemos espantar nem afligir com seu declínio, nem com seu desaparecimento, que está prestes a ocorrer.

CAPÍTULO VII

OS FENÍCIOS SE DIVIDEM; SEU CULTO SE MODIFICA. FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO ASSÍRIO. PRIMEIRO CONQUISTADOR POLÍTICO. NONA REVOLUÇÃO NO ESTADO SOCIAL

Voltemos agora aos fenícios e continuemos a esboçar rapidamente a continuação da sua história.

Tendo causado a primeira divisão do Império Indiano, os Pastores cismáticos não tardaram a se dividir entre si. A chama do incêndio que haviam provocado, não tendo como alimentar-se de fora, deveria, necessariamente, reagir sobre eles próprios. Embora de início estivessem de acordo quanto ao ponto principal do cisma, que era a preeminência dada à faculdade feminina no Universo, eles não tardaram a propor para si mesmas dificuldades bastante ásperas sobre a natureza dessa faculdade. Grande número de seitas se formou e a maior delas pretendia que não se devia considerar essa faculdade como simplesmente conceptiva, mas como criadora, e que se deveria designá-la pelo nome de **Hebe** que, no idioma fenício, era o amor no feminino.[95] Esta seita estabeleceu que, desde a origem das coisas, existiam dois seres, o Amor e o Caos: o Amor, o princípio feminino espiritual, e o Caos, o princípio masculino espiritual. Segundo a doutrina por ela difundida, foi o Amor que, ao pôr o Caos em ordem, deu origem ao Universo.

Parece certo que a seita fenícia que adotou essa Cosmogonia, e que reconheceu no Amor um princípio feminino, criador de todas as coisas, difundiu-se muito e se tornou bastante numerosa. Os fragmentos de Sanchoniaton e a Teogonia Grega de Hesíodo, que chegaram até nós, são provas manifestas disso. Pode-se observar como algo digno de atenção, que esta doutrina assemelha-se muito com a dos antigos celtas e da qual Ram julgou que deveria afastar-se havia mais de quarenta séculos. Além disso, acontece que, desde que os fenícios chegaram às costas meridionais da Europa, apoderando-se das colônias que os hindus ali haviam fundado sobre as ruínas das dos atlantes, eles

---

[95] A palavra alemã moderna **liebe,** amor, tem o mesmo radical que a palavra fenícia **hebeh,** sendo também do gênero feminino. Essa analogia é notável entre todas as palavras que remontam à alta antigüidade. A palavra caos, oposta a **hebe,** gera a idéia de tudo o que serve de base para coisas como o bagaço, o excremento ou o cadáver. É, de um modo geral, tudo o que resta de um ser depois que o espírito o deixou.

não tiveram qualquer dificuldade em se aliar ao restante dos celtas que ainda viviam no interior daquelas regiões, nas costas setentrionais da Dinamarca ou nas Ilhas Britânicas. De igual modo, fez-se uma espécie de fusão dos dois cultos, facilmente reconhecida nos livros mitológicos de um e outro povo.[96]

Os fenícios possuidores de grande variedade de conhecimentos físicos e morais, mas cujo culto era desprovido de ritos, fizeram então uma troca infeliz. Eles ensinaram suas ciências aos celtas e, em troca, receberam grande quantidade de superstições, entre as quais apareciam, em primeiro plano, os sacrifícios humanos. Como haviam deixado os caminhos da Providência e caído nos do Destino, que não podiam enfrentar exceto com uma vontade apaixonada e mal esclarecida, eles se entregaram às novas superstições com uma paixão mais desmedida do que a dos seus mestres. Os auspícios, os augúrios e toda sorte de adivinhações encontraram seu lugar na nova religião. Eles adotaram o culto de Thor, com todas as suas atrocidades, entusiasmando-se a ponto de dar seu nome a uma das suas metrópoles. Foi a famosa cidade de Tiro, onde lhe ergueram um templo magnífico sob seu nome de Herchôl. Por uma coincidência que não deve escapar à sagacidade do leitor, esse nome tinha o mesmo significado em celta e em fenício. Entretanto, como as palavras que o compunham eram já muito antigas, eles as traduziram nas palavras mais modernas de **Melicartz**,[97] o Rei da Terra. Quanto a Teutad, que também tomaram emprestado aos celtas, eles lhe deram por excelência o nome de **Moloc**, o Rei, ou o de **Kron**, o Coroado.[98] Com o tempo, ele transformou-se no famoso **Kronos** dos gregos, no **Saturno** dos etruscos, dos quais surgiram todos os outros deuses mitológicos dos antigos politeístas.

É singular ver como esses fenícios, após terem tomado para si todas as divindades mitológicas dos celtas, e tê-las submetido aos seus diversos sistemas cosmogônicos, mais tarde as apresentaram sob mil novos nomes e sob uma infinidade de emblemas que as tornavam irreconhecíveis. Isto porque a leviandade e a inconstância, características desses povos, lançaram-nos às idéias mais disparatadas e mais extravagantes, como o prova, nas contradições e notáveis incoerências de que está formada, a sua mitologia, conservada em grande parte pelos gregos e pelos romanos, originários deles. Sua instabilidade a este respeito é tão surpreendente quanto a tenacidade e a perseverança dos chineses, seus mais decididos antagonistas. Parecia que a faculdade feminina à qual haviam conferido a supremacia universal agia sobre sua versátil imaginação. Se fôssemos escrever-lhes a história, poderíamos mostrar facilmente que a grande quantidade de nomes que as nações de origem fenícia tiveram e deram às suas colônias em diferentes épocas caracterizou apenas a versatilidade das suas opiniões e a enorme quantidade dos seus símbolos cosmogônicos.

Mas, como disse, não foram apenas os fenícios que se dividiram em grande número de seitas enfraquecedoras; eles também tiveram de lutar contra várias nações secretamente ligadas à ortodoxia, e que haviam conquistado mais pela forma das armas do que pela justeza dos argumentos. Entre essas nações, a dos egípcios sempre foi a que suportou com mais impaciência o jugo dos Reis Pastores e a que mais se esforçou para livrar-se dele, como prova a História. Já disse que eles devem ao seu apego secreto à ortodoxia a origem dos Mistérios de Ísis, que se tornaram tão famosos e que serviram de modelo a todos os outros, inclusive os que, devido a diferentes mudanças ocorridas no culto, passaram a ler um objetivo totalmente diverso e assumiram forma inteiramente nova. Contudo, não obstante essa oposição interna, tanto religiosa quanto política, não foi o Egito quem primeiro teve a glória de se livrar do jugo dos fenícios. Os Livros Sagrados dos brâmanes

---

[96] Basta ler o fragmento que nos resta de Sanchoniaton e as fábulas contidas na **Edda** dos islandeses, para se convencer da veracidade do que digo.

[97] Os gregos no-lo tornaram conhecido pelo nome de **Melicertes**.

[98] Em fenício, a palavra **Kron** significa propriamente um chifre. Já disse, porém, que isto foi na sua origem, por causa do chifre do Carneiro **Ram**, que foi representado em todos os adornos de cabeça sacerdotais e reais. A palavra céltica **Krohne**, uma coroa, origina-se dela. Os gregos, confundindo o nome de **Krono**, o Coroado, com o do tempo **Chronos**, o que passa, acabaram por transformar Saturno em Deus do tempo.

dizem explicitamente que foi às margens do **Kamud-vati**, ou Eufrates, que a faculdade masculina, tendo retomado o domínio sobre a faculdade feminina, deu novamente seu símbolo a adorar sob o nome de **Bal-Iswara-Linga**.[99] Assim, os povos que habitavam as margens desses rios retornaram à ortodoxia, mas sem se reunir ao Império Indiano. Eles formaram outro império cuja duração e brilho foram consideráveis.

Foi no seio desse império que surgiu o primeiro conquistador puramente político gerado nela raça bórea. Até então, todas as guerras haviam tido por objetivo ou a conservação da Raça, ou dissensões civis ou religiosas. A História chama esse conquistador de Ninus, isto é, o Filho do Senhor,[100] o qual, com o passar do tempo, veio a ser considerado como o filho de Belus. Mas Belus, ou melhor, Baal, era o nome dado ao Ser Supremo, àquele a quem os celtas chamavam de **Teutad,** os hindus de **Iswara** e os fenícios de **Moloc**.

A primeira conquista de Ninus foi o Irã, que perdeu seu primitivo nome para receber o de Pérsia, que conserva até hoje. A dinastia que o primeiro Zoroastro fundou ali, cerca de mil anos antes desse acontecimento, chamava-se **Mahabad,** isto é, a Grande Sabedoria.[101] Ela era puramente teocrática, tendo sido substituída pela dos Pishdadianos, ou Juizes, espécie de Vice-Reis criados pelo monarca assírio. Esta última dinastia só acabou com o aparecimento de Kai-Kosru, a quem chamamos de **Ciro**.

Após ter estendido suas conquistas para muito além da Cítia, indo até os celtas da Europa, Ninus voltou suas armas contra a Índia, afirmando ter sido chamado para reabilitar o Império de Ram. Mas a morte o surpreendeu no meio dos seus grandes projetos, parcialmente completados por sua esposa, que o sucedeu. Essa mulher famosa, para testemunhar que não tomava qualquer partido no cisma dos Pastores, e para obter apoio entre os ortodoxos hindus, deu a si mesma o nome de **Semíramis**, isto é, o Fulgor de Ram,[102] tomando por símbolo uma pomba branca. Porém, muito tempo antes ocorrera nas Índias um acontecimento de considerável importância e que deveria ter a maior influência sobre os destinos do Universo. É bom voltarmos atrás por instantes.

CAPÍTULO VIII

NOVOS DESENVOLVIMENTOS DA ESFERA INTELECTUAL. OUTRO ENVIADO DIVINO: KRISHNA. ORIGEM DA MAGIA ENTRE OS CALDEUS E DA TEURGIA NO EGITO. NOVA VISÃO DO UNIVERSO. ADMISSÃO DE UMA TRÍADE NA UNIDADE DIVINA

É evidente que o cisma dos Pastores fenícios deveria causar a divisão e a queda do Império Universal de Ram, e que seria preciso encontrar um meio de conservar a força central pelo tempo que fosse necessário, para que as verdades que deveriam sobreviver a essa catástrofe não fossem assoberbadas por ela. A Providência assim o quis, e um homem extraordinário surgiu no mundo: esse homem, nascido entre os Pastores, como o indica seu primeiro nome, **Gopalla**,[103] foi em seguida chamado **Krishna**, Azul Celeste, devido à cor que ele tomou por emblema. Os brâmanes ainda hoje o consideram como uma das mais brilhantes manifestações da Divindade e normalmente o colocam na oitava encarnação de **Vishnu**. De modo geral, eles concordam que esse homem divino, vendo o estado deplorável a que as seitas rivais dos **Lingajas** e dos **Yonijas** haviam

---

[99] Pode-se considerar essa época como a da construção da famosa torre de Babel que, segundo as observações dos caldeus, enviados por Calistene a Alexandre, remontava a 1903 anos antes daquele conquistador, o que situa essa época no ano de 2230 antes da nossa era, cerca de mil anos após o cisma de Irshu.

[100] **Nin-Iah** significava, em caldeu e em fenício, a progenitura do Ser Soberano.

[101] Melhor seria escrevê-la **Maha-wôdh**, o Poder eterno ou a Grande Eternidade. Ainda hoje os Parses, chamados **Gebros**, dão a seus pais o nome de **Mobêd.**

[102] A palavra **Sem** ou **Shem** significa um sinal, um lugar, um nome, uma coisa deslumbrante.

[103] **Gopalla** significa propriamente *O Boiadeiro.* Os hindus, ao fazerem sua apoteose, colocaram-no entre as constelações. É a Boote dos gregos, que os árabes ainda chamam de **Muphrid-al-Rami,** aquele que explica Ram.

reduzido o Império Indiano, e sofrendo com as incontáveis desgraças que seu fanatismo havia causado, decidiu reparar o mal daí resultante, congregando os espíritos numa doutrina intermediária, tolerante em seus princípios, passível de satisfazer as objeções de todas as partes e adequada para dirimir suas dúvidas sem lançá-los uns contra os outros.

Eles dizem que Krishna começou estabelecendo que as duas faculdades, masculina e feminina, eram igualmente essenciais, igualmente influentes na produção dos seres; mas que essas faculdades permaneceriam eternamente separadas uma da outra e, por conseguinte, inertes, se uma terceira faculdade não lhes desse os meios para se reunirem. Essa faculdade, que ele atribuiu a Vishnu, foi por ele concebida como uma espécie de elo intermediário entre Ishwara e Pracriti, de modo que, se pelo primeiro compreende-se o Espírito, e pelo segundo a Matéria, deve-se considerar a terceira faculdade como a Alma, que opera a reunião dos dois. Posto isto, o grande homem foi mais longe. Ele concebeu que as duas faculdades, que se mostram independentes e isoladas nos seres físicos e principiados, não o são nos seres intelectuais e principiantes, de modo que cada faculdade masculina possui sua faculdade feminina inerente, e cada faculdade feminina possui a sua masculina. Assim, admitindo uma espécie de Hermafroditismo universal, Krishna ensinou que cada princípio cosmogônico era duplo. Então, deixando de lado o Ser Absoluto Wodha[104] como sendo inacessível ao entendimento humano, e considerando Iswara e Pracriti como suas faculdades criadoras e inerentes, ele apresentou três princípios do Universo, emanados desse Ser inefável, a que chamou de **Brahma**, **Vishnu** e **Siva**, aos quais acrescentou, como suas faculdades inerentes, **Sarasvati**, **Lakshmi** e **Bhavani**.[105] Essa foi a origem daquela Trindade Indiana que, sob diferentes nomes e emblemas, foi aceita ou conhecida por todos os povos da Terra.

Entre as três pessoas dessa Trindade, o profeta indiano escolheu Vishnu como a principal, oferecendo-o de preferência à adoração dos seus discípulos. Em conseqüência, ele afastou os símbolos do **Linga** e do **Yoni**, que tanta discórdia haviam causado, e adotou como seu símbolo o umbigo, como que reunindo os outros dois e caracterizando a doutrina do hermafroditismo divino que ele estabelecera. Essa doutrina teve um sucesso prodigioso na Índia, onde seu primeiro efeito foi o de restabelecer a paz. Ali, o fanatismo religioso extinguiu-se. Krishna concebeu então o grande projeto de reiniciar o Império Universal. Ele ousou mesmo ir mais longe que Ram, e restabeleceu a dinastia lunar que aquele antigo teocrata julgara conveniente interromper e que assim permanecera por mais de trinta e seis séculos. Contudo, o movimento providencial não ia mais além. As idéias políticas não podiam acompanhar o curso das idéias morais e a cisão que se operara era forte demais para que as partes desunidas pudessem um dia reaproximar-se e fundir-se.

O verdadeiro benefício resultante da missão de Krishna, após o do restabelecimento da paz religiosa, foi o de dar à Índia uma força moral capaz de resistir a todas as invasões, e de apresentá-la à frente da civilização universal como digna de instruir e dominar seus próprios conquistadores. Deste modo, a conquista daquela região foi durante muito tempo considerada o objetivo de uma glória imorredoura, mais intelectual do que física. Todos os heróis que uma nobre emulação conduzia para a carreira das conquistas, desde Ninus até Alexandre, invejavam o epíteto de conquistador da Índia e, assim, acreditavam seguir os passos de Ram, o primeiro Scander de dois chifres.

---

[104] Os brâmanes também chamam o Ser Absoluto de **Karta,** o agente motor; **Barasvastu,** o Grande Ser; **Parasashi,** o único Soberano, etc. Seu nome misterioso, que eles jamais pronunciam, temerosos de profaná-lo, é OM. Esse nome, composto de três letras, **A**, **U** e **M**, representa Vishnu, Siva e Brahma. Estas três Divindades, segundo a doutrina de Krishna, são apenas uma, não sendo senão as faculdades manifestas da **Eternidade Absoluta.**

[105] A doutrina do teósofo indiano, como acabo de expor sucintamente, está contida nos Puranas intitulados **Baghavad Veda** e **Baghavad Gita.** Deve-se entender por **Brahma,** o Espírito ou a Inteligência; por **Vishnu**, a Alma ou o Entendimento; e por **Siva,** o Corpo ou o Instinto. **Sarasvati** representa a **esfera intelectual; Lakshmi,** a anímica; e **Bhavani,** a instintiva: isto tanto na Natureza Universal quanto na Natureza particular.

Ninus e Semíramis tentaram triunfar sobre a Índia, conquistada depois deles pelo Lartha Sethos. Esse Sethos, vindo da Etrúria, e sobre o qual falarei mais adiante, era o décimo sétimo monarca depois de Amosis, o mesmo que pôs fim ao reinado dos Pastores no Egito. Quase na mesma época em que esses Pastores foram obrigados a abandonar o trono do Egito, cerca de mil e oitocentos anos antes da nossa era, eles foram também expulsos da Arábia pelos povos já cansados do seu jugo. Esses povos, após se tornarem independentes, escolheram para si reis da sua própria nação, dando-lhes o afetuoso nome de **Tobba**, quer dizer, aquele que faz o bem. Assim, o Império Fenício, perseguido por todos os lados, no continente asiático e no africano, estava praticamente contido nas margens do Mediterrâneo e só conseguia manter-se graças à sua imensa marinha e às suas colônias que, submetendo os mares ao seu poderio, tornavam o resto da Terra tributário do seu comercio. Tiro e Sidon eram então os entrepostos das riquezas do mundo.

Embora pareça estranho que eu me deixe levar assim pelo prazer de escrever História, entrarei aqui em alguns detalhes. Não quero descuidar-me, pois a ocasião se me apresenta tão naturalmente, de fazer ver a que distância da verdade nos colocou a má interpretação do Sêfer de Moisés e como, após essa interpretação, somos forçados a mutilar a história das nações antigas para encerrá-las na mais ridícula e tacanha das cronologias, muito parecida com a maneira como certo Procusto, na mitologia grega, agia com os forasteiros para fazê-los adaptarem-se ao seu leito de ferro.

Eis aqui os detalhes que julgo importantes. Quando o assírio Ninus conquistou a Pérsia, ele encontrou ali a doutrina de Zoroastro já estabelecida há muito tempo, dando assim, aos sacerdotes caldeus, a oportunidade de conhecê-la. Essa doutrina, baseada nos dois princípios opostos do Bem e do Mal, agrada singularmente aos homens que se dedicam às ciências naturais, porque ela explica facilmente grande número de fenômenos. Os homens anímicos adaptam-se muito bem a ela. Vemos, assim, que ela progrediu muito na Babilônia. É nessa época que normalmente se situa a aparição de um segundo Zoroastro, que foi o criador daquela espécie de ciência chamada **Magia**, por causa dos Magos[106] que ali se tornaram sábios. Os hebreus, à época da sua escravidão, iniciaram-se nesta ciência, bem como na doutrina dos dois princípios, dando a ambas um lugar em seu culto. É através deles que viemos a conhecê-las. Não existe nada no Sêfer de Moisés que tenha tratado da queda do Anjo Rebelde. A Magia, que é uma espécie de resultado disso, é, ao contrário, seriamente defendida nele. Eis portanto a razão porque primeiro os caldeus e depois os judeus têm sido citados entre todas as nações antigas pelas suas ações mágicas e pelos seus conhecimentos ocultos.

Agora, eis porque o Egito, ao contrário, tornou-se célebre entre essas mesmas nações pelas suas luzes teúrgicas e pela sua sabedoria, e porque seus mistérios, nos quais se desvendavam os princípios das coisas, foram procurados pelos maiores homens, que muitas vezes arriscavam a própria vida para neles se iniciarem.

Não nos devemos esquecer que o Egito foi o último país que permaneceu sob o domínio dos atlantes e, portanto, sempre conservou a lembrança desses povos. Mesmo quando passou para o domínio dos Pastores fenícios, ele permaneceu de posse de duas tradições importantes: a primeira, que lhe veio originalmente da raça sudeana, à qual seus habitantes haviam pertencido; a segunda, adquirida da raça bórea, a cujo culto e leis ele mais tarde se submeteu. Ele inclusive podia, através da primeira tradição, remontar a uma anterior e conservar algumas idéias da raça austral que precedera a sudeana. Essa primeira raça, à qual talvez pertencesse o primitivo nome de Atlântica perecera totalmente em meio a um espantoso dilúvio que, cobrindo a Terra, a devastara de um pólo a outro, submergindo a imensa ilha que essa raça habitava além-mar. Na época em que essa ilha desapareceu, com todos os povos que nela habitavam, a raça austral possuía um Império Universal e dominava a sudeana, que mal saíra do estado de barbárie, encontrando-se ainda na infância do Estado Social. O dilúvio que a aniquilou foi de tal forma violento que apenas uma lembrança

[106] A palavra **Mago** significava igualmente grande e poderoso: dava-se este título aos sacerdotes iranianos no período da sua teocracia. A Magia, portanto, era propriamente a grande ciência, o conhecimento da Natureza.

confusa permaneceu na memória dos sudeanos sobreviventes. Esses sudeanos deveram a salvação à sua posição equatorial e aos cumes das montanhas onde moravam, pois somente os que tiveram a sorte de estar nos picos mais altos é que puderam escapar à destruição. Essas tradições que, a bem dizer, somente o corpo sacerdotal egípcio possuía, davam-lhe uma justa superioridade sobre os demais. Os Sacerdotes de Tebas sem dúvida só podiam rir penalizados quando, decorridos muitos séculos, eles ouviam os gregos, povos recém-saídos da infância, a se vangloriarem de serem autóctones, falar de algumas inundações parciais como se fora o Dilúvio universal, e considerar Ogígia ou Deucalião, personagens mitológicos, como ancestrais do gênero humano; esquecer ridiculamente o que deviam aos sudeanos, aos celtas, aos caldeus, aos fenícios e aos próprios egípcios, para se gabarem da sua elevada ciência; situar em Creta o túmulo de Zeus, o Deus Vivo; fazer de uma pequena aldeia o berço de Dionísio, a Inteligência Divina; e de uma pequena ilha do arquipélago a terra natal de Apoio, o Pai Universal. Todas essas coisas e uma infinidade de outras que eu poderia mencionar eram motivos para dar ao Sacerdote o direito de dizer a Sólon: *Vós, gregos, sois como crianças que batem em suas nutrizes. Credes que sois muito sábios, e nada conheceis ainda da história do Mundo.*

CAPÍTULO IX

A APARIÇÃO DO CONQUISTADOR POLÍTICO TRAZ CONSIGO O DESPOTISMO E A QUEDA DE TEOCRACIA. CONSEQÜÊNCIAS DESSES ACONTECIMENTOS. MISSÃO DE ORFEU, MOISÉS E FOÉ. FUNDAÇÃO DE TRÓIA.

Como já disse, o assírio Ninus foi o primeiro conquistador político. Graças a ele e a Semíramis, que o sucedeu, a Babilônia conservou o cetro do mundo até o aparecimento dos faraós Amenófis e Orus, que o deram ao Egito cerca de seis séculos depois. Mas durante esse período houve vários acontecimentos notáveis.

Os Pastores fenícios foram destronados por Amósis no Egito e expulsos da Arábia. Os primeiros retornaram à Palestina; os outros se estabeleceram nas costas setentrionais da Líbia – porque naquela época dava-se este nome a todo o continente africano;[107] grande número permaneceu no Egito, submetendo-se à dominação do vencedor.

Entretanto, os sucessores de Ninus e Semíramis, vendo que todos lhes obedeciam as ordens, acomodaram-se no trono e entregaram-se à voluptuosidade. Arálios e Armatristis foram os primeiros monarcas que perderam de vista seus altos destinos e que, esquecendo-se de que eram os representantes temporais da Providência, e que deviam homenagem da sua dignidade ao Sumo Pontífice, procuraram tornar-se independentes e governar seus estados despoticamente. Belocus, que os sucedeu, teve mesmo a audácia de apoderar-se da tiara sagrada, seja porque se aproveitou da morte do Sumo Pontífice, ou porque lhe apressou os últimos momentos, para uni-la a sua coroa, declarando-se monarca absoluto. Essa profanação teve as conseqüências que se poderia esperar. As colônias européias, que ele esmagava sob o peso da sua tirania e do seu orgulho, revoltaram-se. Elas escutaram a voz dos seus sumos pontífices, que moravam nas montanhas sagradas da Trácia, da Etrúria e das Hespéries, e recusaram-se a reconhecê-lo. Os Anaxos dos trácios, os Larthas dos etruscos, os Regos dos Vascos, todos eles dependendo da autoridade suprema do Rei Supremo, aproveitando-se dessa ocasião favorável às suas ambições, livraram-se do jugo e declararam-se Reis, eliminando o posto de vice-reis. Todas as forças do Império Assírio, então bastante consideráveis, lançaram-se contra eles. Os fenícios, obrigados a acompanhar o movimento, forneceram-lhe sua marinha, mas os árabes e os egípcios constituíram poderoso dissídio. A guerra que eclodiu entre a Ásia de um lado e a Europa, tendo a África por auxiliar, do outro foi prolongada

[107] Este nome lhe era dado devido à sua forma. Na língua atlântica a palavra **Lyb** significava **coração**; daí a nossa palavra **lóbulo**. A África recebeu seu nome moderno do celta **Afri**, que significa **feroz**, **bárbaro**; daí, também, o termo francês **affreux** (horrendo).

e terrível. Durante mais de três séculos o sangue não parou de correr um só instante. Em meio a essas dificuldades políticas parecia que a própria Natureza, abalada por convulsões intestinas, queria aumentar os horrores da guerra. As mais terríveis pestes se manifestaram. Dilúvios espantosos inundaram vários países; os mares saíram dos seus níveis e cobriram a Ática; os lagos abriram passagens através das montanhas da Tessália, e enquanto povos inteiros eram arrastados pelas ondas enfurecidas, um céu cinzento cobria outras regiões, deixando-as por sete anos sem uma só gota de chuva ou de orvalho. O Etna lançou seus primeiros turbilhões de chamas. Houve um violento incêndio nas florestas da Gália, sem que se soubesse de onde partiu a primeira fagulha. Quase toda a Itália ardeu. Os montes Hesperianos foram abrasados, recebendo, devido a esse acontecimento, o nome de **Montes Pirineus**. Pela primeira vez o sangue dos reis correu sobre os tronos. Viram-se celerados desconhecidos lançarem sobre seu príncipe suas mãos ímpias, tomando-lhe o lugar. A terra tremeu. Montanhas ruíram e cidades inteiras foram soterradas pelas alavanches.

Para onde se olhasse, em qualquer época desse período deplorável, desde o reino do assírio Belocus ao do egípcio Orus, viam-se apenas desastres e calamidades.[108] São fragmentos de povo que se chocam, que se destroem, que passam da Ásia para a Europa e da Europa para a Ásia, para empapar-lhes as costas de sangue. Em meio a essa confusão, vemos descer dos altiplanos setentrionais hordas de borcos ainda selvagens. Eles surgem como aves rapinantes, ávidos de carnificina, para devorar os restos do Império Fenício que se esboroa.

A audácia sacrílega do ímpio Belocus dera o sinal para a ocorrência de todas essas desgraças.

Nem a Índia e a China estavam mais tranqüilas que o resto do mundo; a China já fora teatro de várias revoluções; na Índia, com a extinção das duas dinastias, solar e lunar, após as conquistas de Semíramis, aventureiros audaciosos sem outro título além da sua coragem, sem outro direito que o de sua espada, haviam fundado reinos mais ou menos poderosos. Sem se preocuparem em obter a concordância do Supremo Pontífice, relegado às montanhas do Tibet, eles mesmos puseram a coroa na própria cabeça, expondo-se, assim, ao perigo de vê-la arrancada pelos mesmos métodos com que a conquistaram. Um certo Shadeva, no Magadha, e um certo Bohg-Dhant, na cidade de Sirinagar, proclamaram-se reis dessa maneira; mas sua frágil posteridade, joguete das tempestades políticas, muitas vezes ensangüentaram os degraus do trono: ora o primeiro ministro de um, ora o chefe da guarda de outro tomaram seu lugar. Viu-se o velho Nada, com mais de cem anos, ser assassinado e substituído por um homem da mais baixa origem.

Tais foram as conseqüências do cisma de Irshu. O poderoso gênio de Krishna pôde deter-lhe a irrupção por doze ou quinze séculos, mas o movimento reprimido apenas tornou-se mais perigoso. Tendo-se entregue ao Destino, a Vontade do homem tinha de seguir seu curso. Tudo o que se podia fazer no momento era conservar os repositórios das tradições antigas e os princípios das ciências para, mais tarde, passada a tempestade, entregá-los a novos povos que pudessem fazer bom uso deles. A Providência concebera a idéia, e esse desejo em potencial não tardou a ser posto em ação.

Cerca de quatorze ou quinze séculos antes da nossa era três homens extraordinários surgiram na Terra: Orfeu, entre os trácios; Moisés, entre os egípcios; e um terceiro Budha, entre os hindus. Esse Budha chamou-se inicialmente **Foé**, sendo mais tarde apelidado de **Sákia**. O caráter desses três homens, inteiramente diferentes, mas iguais em sua força, é ainda reconhecido na doutrina que deixaram: sua marca indelével arrostou a torrente dos tempos. Nada mais brilhante na forma e mais encantador nos detalhes que a mitologia de Orfeu; nada mais profundo, mais vasto e também mais austero que a cosmogonia de Moisés; nada mais embriagador, mais capaz de inspirar entusiasmo religioso que a Contemplação de Foé. Orfeu revestiu as idéias de Ram, de Zoroastro e de Krishna

[108] Se, de acordo com o cálculo de Calistene, situarmos o reinado de Ninus no ano 2200 a.C, teremos para o reinado de Belocus o ano de 1930 e, para o de Orus, o de 1600 a.C. aproximadamente. Segue-se daí que o intervalo entre Belocus e Orus é de cerca de três séculos.

com as cores mais brilhantes; ele criou o politeísmo dos poetas, inflamou a imaginação instintiva dos povos. Moisés, ao nos transmitir a Unidade Divina dos atlantes, desvendando aos nossos olhos os desígnios eternos, deu à inteligência humana uma altura onde ela mal consegue permanecer. Foé, ao revelar o mistério das existências sucessivas, ao explicar o grande enigma do Universo, ao mostrar o objetivo da Vida, falou ao coração do homem, calou todas as suas paixões e, sobretudo, exaltou a imaginação anímica. Esses três homens, que partem igualmente da mesma verdade, porém dedicam-se a enfatizar mais particularmente uma de suas facetas, se tivessem podido reuni-las talvez tivessem tornado conhecida a Divindade Absoluta: Moisés, em sua insondável unidade; Orfeu, na infinidade das suas faculdades e dos seus atributos; Foé, no princípio e fim das suas concepções.

Quando Orfeu surgiu, o Egito dominava a Terra: esse país abatera o poderio dos babilônios; fizera aliança com os etíopes e os árabes e obrigara os soberanos sucessores de Ninus a reconhecer não só a independência das colônias fenícias estabelecidas na Europa, mas também as dos fenícios propriamente ditos, que subsistiam na África e na Ásia sob os diferentes nomes de **Númidas**, **Líbios**, **Filisteus**, **Idumeus**, etc. Essas colônias, tendo conquistado sua independência, estavam longe de serem tranqüilas. Embora se pudesse reconhecer três centros principais nas costas meridionais da Europa, desde o Ponto Euxino até as Colunas de Hércules, devido aos três sumos pontífices estabelecidos nos montes Ródopes, nos Apeninos e nos Pirineus, faltava muito para que os trácios, os etruscos e os Vascos formassem três potências distintas e perfeitamente unidas entre si. Grande número de pequenas soberanias se haviam formado em seu meio, tão diferentes em nomes quanto em pretensões, em extensão quanto em forças. Os anaxos, os larthas, os régos se haviam multiplicado ao infinito. Todos queriam comandar e ninguém queria obedecer. O Sumo Pontífice tentara inutilmente fazer-se ouvir, mas ninguém lhe dava atenção e a anarquia era completa.[109] Mal se livraram da necessidade de combater os assírios, esses pequenos soberanos passaram a lutar entre si. Do Oriente ao Ocidente, e do Ocidente ao Oriente, havia um movimento constante de pequenos povos que, procurando dominarem-se uns aos outros, se enfrentavam e se destruíam alternadamente. Os historiadores e os cronologistas que têm procurado penetrar nessa época dos Anais do Mundo perdem-se num Dédalo inextricável.[110] Em meio a esses movimentos, muito pouco importantes para que me alongue a respeito, houve um que devo narrar, devido à singular influência que veio a ter.

Certo Jasius, que era um dos larthas dos etruscos, declarou guerra a outro lartha chamado **Dardanus,** o qual, considerando-se aparentemente fraco demais para resistir, invocou o apoio do rei da Babilônia, Ascátede.[111] Após vários combates onde os dois larthas ora foram vencidos, ora vencedores, Dardanus, não mais querendo retornar à Itália, cedeu os direitos que tinha sobre aquela região a um certo Tirreno, filho de Ato, parente ou aliado do assírio Ascátade, recebendo em troca uma parte dos campos Meônios, onde se estabeleceu com os aborígines que haviam seguido sua bandeira. Quanto a Tirreno, ele chegou por mar à Itália, obtendo ali, após um tratado, a cidade de Razena, onde fundou um pequeno reino.

Esse Dardanus foi o primeiro rei de Tróia, pequena cidade construída ao pé do Monte Ida, e que ele ampliou consideravelmente. Seus sucessores, chamados **Dardanidas**, embora sempre dependendo do monarca assírio, brilharam intensamente a ponto de dar seu nome ao Estreito de Dardanelos, que dominavam. Sua capital, embelezada por três séculos de prosperidade, tornou-se famosa pelo sítio que sofreu dos gregos. Sua queda ocupou e ainda ocupa todas as vozes da Fama graças ao gênio de Homero, que a escolheu para tema dos seus cantos épicos e das suas alegorias.

---

[109] É a essa mesma época que podemos remontar a origem da palavra **anarquia.**

[110] Para fugir aos apuros, eles chamaram esses tempos tumultuosos de **tempos heróicos**. Mas eram, ao contrário, tempos de decadência, onde o obscurecimento das luzes começava a se fazer sentir.

[111] Já falei sobre o nome desse rei que, formado de dois radicais celtas, significa **Pai do Povo**.

CAPITULO X

QUEM ERAM ORFEU, MOISÉS E FOÉ. SUA DOUTRINA. ESTABELECIMENTO DOS ANFICTÍONES NA GRÉCIA. ORIGEM DAS CONFEDERAÇÕES E DA REPRESENTAÇÃO NACIONAL. DÉCIMA REVOLUÇÃO NO ESTADO SOCIAL

Naquela época, ocorrendo uma disputa acirrada no Egito entre dois irmãos pretendentes ao trono, seguiu-se uma guerra civil prolongada. Um deles, chamado **Ramsés**, foi, devido às suas maneiras faustosas, apelidado **Gopth,** o Soberbo; o outro, chamado **Armsés**, foi, devido a sua doçura e modéstia, apelidado **Donth,** o Modesto.[112] O primeiro, tornando-se vencedor, obrigou seu irmão a se expatriar, e este, acompanhado de todos os que permaneceram ligados ao seu destino, foi para a Grécia, onde fundou várias colônias. É a ele que os gregos chamam de Danaus e que deu origem a várias fábulas mitológicas. Gopth, cujo nome fora mudado para **Egyptus**, deu, para os gregos, seu nome ao Egito[113] que antes desse acontecimento era conhecido por **Chemi** ou **Mitzrah.**

Foi com uma dessas colônias que Orfeu, Trácio de origem, mas iniciado nos mistérios sagrados dos sacerdotes egípcios em Tebas, chegou à Grécia. Como disse, ele encontrou aquela bela região presa do duplo flagelo da anarquia religiosa e política. Mas, favorecido pela influência dos egípcios, e sustentado pelo seu próprio gênio, ele em pouco tempo executou o que a Providência exigia dele. Não podendo reconstruir de acordo com o mesmo plano um edifício desmoronado, ele pelo menos aproveitou, com rara habilidade, os materiais que encontrou à mão. Vendo a Grécia dividida em várias pequenas soberanias que não mais queriam reconhecer a supremacia dos trácios, ele as convenceu a se reunirem numa confederação política e religiosa, oferecendo-lhes um ponto de reunião no monte Parnaso, na cidade de Pytho,[114] onde deu grande fama ao oráculo de Apoio, que então já existia. A força e os encantos da sua eloqüência, aliados aos fenômenos que ele operava, fosse prevendo o futuro ou curando doenças, conquistaram a todos e lhe deram os meios para fundar o Conselho dos Anfictíones, uma das mais admiráveis instituições que já honraram a inteligência humana.

Não há nada mais célebre, na antigüidade, que esse Conselho, fundado acima dos povos e dos reis, para julgá-los igualmente. Ele se reunia em nome de toda a Grécia, duas vezes por ano, na primavera e no inverno, no templo de Ceres, nas Termópilas, perto da foz do rio Asope. Os decretos desse augusto Tribunal deviam ser submetidos ao Sumo Pontífice, residente no Monte Sagrado, antes de ter a força das leis; e somente após terem sido aprovados e assinados por ele é que eram gravados nas colunas de mármore e considerados autênticos.

Vê-se que Orfeu, não conseguindo mais conservar as formas da realeza, para cuja destruição os próprios reis haviam contribuído, pelo menos conservou as da teocracia, para erguer um dique capaz de deter os excessos da anarquia provocados pelos excessos do despotismo e da demagogia. Esse conselho anfictiônico ofereceu o primeiro exemplo de confederação de vários povos reunidos sob a denominação de um só, o dos Helenos, e criou uma novidade política da maior importância, a da representação nacional, como seu nome bem o expressa.[115] Seria bom se ele tivesse podido cercar-se de uma força grande o bastante para impedir as atividades turbulentas de algumas cidades que, para darem a si mesmas uma liberdade absoluta, oprimindo outras, criaram uma nova forma de

---

[112] Presume-se que esses dois irmãos fossem gêmeos e que, antes de se tomarem inimigos, reinavam juntos.

[113] Eis aqui o artigo fenício **ha**, transformado pelo artigo grego **O"**, que se colocou à frente da palavra **Gopth,** tornando-a **ha-Gopth,** transformado em seguida em **Aiguptos, Ægyptus.** O nome moderno dos coptas provém dessa derivação. Os nomes antigos **Chemi** ou **Mitzrah** expressam igualmente, em dois dialetos diferentes, a compressão ou o aperto, aludindo-se à posição geográfica daquela região.

[114] Era o antigo nome da cidade de Delfos, assim chamada por causa da Pítia que ali pronunciava o oráculo de Apolo.

[115] Este nome é composto das palavras gregas **Augi** e **Cqwi**, e significa propriamente aquilo que faz uma região de várias regiões, ou um povo de vários povos.

escravatura legítima, sobre a qual falarei mais adiante.[116] Porém, o mal já concebido no pensamento do homem e servido por todo o poderio do Destino era inevitável. Orfeu só podia retardar sua explosão e preparar, de longe, o remédio que deveria deter-lhe os efeitos.

Não me alongarei mais sobre a doutrina de Orfeu, sobre a qual já falei bastante em outras obras, o que me dispensa de aumentar a presente com repetições inúteis. Por tudo o que nos deixaram os antigos sobre este homem justamente admirado, vemos que ele foi o criador do sistema musical dos gregos, e o primeiro a empregar o ritmo ilustrado por Homero. Se a Grécia superou todas as outras nações do mundo na cultura das belas artes; se ela nos abriu o caminho das ciências morais, políticas e filosóficas, é a Orfeu que ela ficou devendo essa vantagem. Orfeu produziu Pitágoras, e é a Pitágoras que a Europa deve Sócrates, Platão, Aristóteles e seus numerosos discípulos. Parece que, como Krishna, Orfeu ensinou o Hermafroditismo divino e encerrou os princípios cosmogônicos numa tríade sagrada.[117] Sua moral era a mesma que a do profeta indiano; como este, ele tinha horror aos sacrifícios sangrentos. Suas tentativas para substituir os mistérios de Baco pelos de Ceres foram-lhe funestas. Parece que os jônios, isto é, os partidários da faculdade feminina, tendo reunido suas forças contra ele, conseguiram derrotá-lo. Pelo menos é o que diz a tradição conservada em grande número de fábulas, onde se conta que Orfeu foi estraçalhado por mulheres furiosas, que se opuseram às inovações que ele queria fazer em seu culto. Seja como for, suas instituições lhe sobreviveram, e seus discípulos, chamados **Eumôlpidas**, isto é, os Perfeitos, ilustraram a Grécia por muito tempo.

O nome de Orfeu, que significa **O Que Cura**, **O Médico Esclarecido**, indica um título dado a este Teocrata, devido aos serviços que prestou à sua pátria. É provável que este fosse o nome de algum personagem mitológico, talvez o de Esculápio, cuja lenda, com o passar do tempo, fundiu-se com sua história. Esse comentário aplica-se igualmente a Moisés, cujo nome significa, ao contrário, O Salvado.

Moisés, elevado à corte do faraó egípcio, iniciado nos mistérios sagrados, mudou-se cedo para a Etiópia por causa de um assassinato que cometera. Foi lá que ele conheceu a tradição primitiva dos atlantes sobre a Unidade Divina, e que reencontrou uma parte das tribos árabes errantes que os Pastores fenícios haviam expulsado do Iêmen, como já contei. Esses árabes, resultado de uma mistura de atlantes e celtas bodohnes, tinham todos os motivos para odiar os Pastores, aos quais ainda chamavam de Filisteus. Dispersados pela Etiópia e pelo Egito, eles eram muito infelizes. Moisés nascera entre eles; era um errante e foi por eles acolhido. O infortúnio os uniu. É bem sabido que esse homem divino, chamado pela Providência para tão altos destinos, foi reduzido a pastorear o gado de Jetro, cuja filha, Séfora, ele desposou.

Jetro era um dos sacerdotes desses árabes expatriados sobre os quais já falei. Dava-se-lhes o nome de hebreus pelas razões já mencionadas. Jetro conhecia as tradições dos seus ancestrais e lhas ensinou. Ele talvez guardasse alguns livros genetlíacos, dando-os a Moisés, que cita o **Livro das Gerações de Adão**, o das **Guerras de Iahweh** e o das **Profecias**. O jovem teocrata imbuiu-se de todas essas coisas e sobre elas meditou durante muito tempo. Enfim, quando estava no deserto, teve sua primeira inspiração. O Deus de seus pais, que dava a si mesmo o nome de **Iahweh** , O Ser Que É, fez ouvir sua voz dentro de uma sarça ardente.

Não insistirei mais sobre o sentido misterioso e secreto do Sêfer de Moisés, pois alhures já falei o bastante a respeito.[118] O que acrescentarei aqui, por estar ligado ao assunto abordado, é que Moisés,

---

[116] No sétimo Livro desta Obra, capítulo III. Julguei que não deveria interromper aqui o fio histórico.

[117] Sobre o Hermafroditismo divino, Aristóteles nos conservou este belo verso de Orfeu:

Ζευσ αρσχυ γευερο, Ζευσ αμξροτοσ γυμφχ

Júpiter é o Esposo e a Esposa Imortais.

[118] Em minha obra sobre a **Língua Hebraica Restituída**.

após ter contado a lenda de **Elohim**, o Ser dos Seres, conta em seguida a de Noé, o Repouso da Natureza; a de Abraão, o Pai Sublime; a de **Moisés**, o Salvado, à qual mistura habilmente a sua própria, deixando àquele escolhido teocraticamente para sucedê-lo, Josué, o Salvador, a tarefa de completar sua obra. Assim, as origens que ele parece dar ao seu povo, e que dá a si mesmo, pela maneira como essas lendas estão ligadas à sua própria história, são puramente alegóricas, ligadas a objetos cosmogônicos infinitamente mais importantes, e remontando a épocas infinitamente mais distantes.

Este era o método adotado pelos antigos Sábios, e este foi o de Moisés. O Sêfer desse homem extraordinário, que chegou até nós completo graças ao triplo véu que o encobria, nos trouxe a tradição mais antiga hoje existente na Terra. Ele alcança não só a época dos atlantes primitivos, como também, indo além da catástrofe de que foram vítimas, lança-se através da imensidão dos séculos até os primórdios das coisas, que nos são narradas sob a forma de um Decreto Divino, emanado da Sabedoria eterna.

Os hebreus não eram um remanescente dos Pastores fenícios, como alguns autores acreditavam, porque esses Pastores jamais tiveram inimigos mais mortais. Esse povo era o resultado de uma primeira mistura, ocorrida na Arábia, entre os sangues sudeano e bóreo. Sua oposição à doutrina jônica obrigou-os inicialmente a abandonar sua pátria. Perseguidos no Egito e na Abissínia, eles próprios tornaram-se intolerantes. Sendo refratários tanto à doutrina de Krishna quanto à de Irshu, eles foram considerados homens insociáveis, cujo caráter teimoso era impossível dobrar, e foram relegados aos desertos, como uma espécie de Parias impuros.[119] Foi ali que Moisés os encontrou e, tendo-os conquistado com suas próprias idéias, os conduziu à conquista da Palestina, através de grande número de obstáculos que seu gênio superou. Esse povo, que Moisés chama de povo inflexível, foi o que a Providência escolheu para lhe confiar o repositório sagrado de que já falei. Esse repositório, cujo verdadeiro mérito os hebreus raramente conheceram, atravessou intacto a torrente dos tempos, venceu os ataques das ondas, do fogo e do ferro, graças às mãos ignorantes porém robustas que o guardavam.

Como já disse antes, os nomes de Orfeu e Moisés são mais títulos resultantes da sua doutrina do que nomes próprios. Outros homens os portaram antes deles, o que gera alguma confusão em sua história. Quanto a Foé, denominado também **Budha** ou **Sákia**, conhecemos-lhe o nome original, bem como o de Krishna. Já disse que este último chamava-se **Gopala.** O nome próprio de Foé era **Sugô**, e ele só tomou o nome de Foé após descobrir sua vocação. Eis como os hindus contam sua primeira inspiração: o jovem Sugô, dizem eles, durante um retiro na Montanha Solitária, onde se refugiara para evitar a cólera de seu pai, que queria casá-lo, ao contemplar certo dia a estrela da manhã caiu numa espécie de êxtase, durante o qual o céu se abriu aos seus olhos. Ele viu então descer a essência do primeiro Princípio. Mistérios inefáveis foram-lhe revelados. Recuperando-se do espanto em que aquela visão o lançara, ele tomou o nome de **Foé,** o Pai Vivo, e começou a assentar os primeiros fundamentos do seu culto. Chamaram-no, por isso, **Budha,** a Sabedoria Eterna, e **Sákia**, o Ser Sempre Existente.

Os pontos essenciais da sua doutrina são apenas os seguintes: as almas dos homens e dos animais são da mesma essência; elas não diferem entre si, exceto pelo corpo que animam, e são igualmente imortais. As almas humanas, as únicas livres, são recompensadas ou punidas, segundo suas boas ou más ações.

O lugar onde as almas virtuosas desfrutam de prazeres eternos é governado por Amida, o princípio do Bem, que regula as classes segundo a santidade dos homens. Cada habitante desse lugar afortunado, seja qual for o grau que ocupe, tem a doce ilusão de pensar que sua parcela é a melhor, e

[119] Nas Índias, os **Parias** constituem uma casta de homens condenados, aos quais é proibido viver em sociedade com outros homens.

que não há motivos para invejar a felicidade dos outros. Todos os pecados são ali apagados pela misericórdia e pela mediação de Amida. Mulheres e homens não mais diferem; os dois sexos desfrutam das mesmas vantagens, segundo a doutrina de Krishna.

O lugar reservado à punição dos maus não tem penas eternas. As almas culpadas só são atormentadas em relação aos crimes que cometeram, e seus tormentos são mais ou menos prolongados conforme a intensidade dos crimes. Eles podem até mesmo receber algum refrigério pelas orações e boas obras dos seus parentes e amigos; e o misericordioso Amida pode, em seu favor, acalmar **Yama,** o Gênio do Mal, supremo monarca dos infernos. Quando essas almas acabam de expiar seus crimes, elas são enviadas novamente à Terra, para viver no corpo de animais imundos, cujas inclinações estão de acordo com seus antigos vícios. Sua transmigração faz-se, em seguida, dos animais mais vis aos mais nobres, até que elas sejam dignas, após uma purificação total, de retornar aos corpos humanos: então, elas percorrem o mesmo caminho que já haviam palmilhado, e submetem-se às mesmas provas.[120]

O culto de Foé, que não passa de uma espécie de corolário do de Ram, fundiu-se facilmente com este. Quase todos os lamas são hoje budistas, de modo que se pode admitir, sem erro, que é um dos cultos mais difundidos pela face do nosso hemisfério. O sistema da metempsicose nasceu nele e todos os que o receberam de Pitágoras apenas seguem as idéias de Foé.

CAPÍTULO XI

QUAL ERA O OBJETIVO DA MISSÃO DE ORFEU, DE MOISÉS E DE FOÉ. MOVIMENTO POLÍTICO E MORAL DO MUNDO, NUM PERÍODO DE CERCA DE MIL ANOS. APARECIMENTO DE PITÁGORAS E DE VÁRIOS OUTROS GRANDES HOMENS.

Assim, a Providência, em sua inexaurível bondade, não podendo evitar a dissolução do Império Universal que havia criado pelas mãos de Ram, queria pelo menos lhe suavizar as conseqüências e conservar em seus principais fragmentos quanta força e harmonia fosse possível, para poder empregá-los mais tarde na construção de um novo edifício, ainda maior e mais belo que o primeiro, quando chegasse a época determinada para isso.

Eis as razões que haviam determinado a missão de Orfeu, Moisés e Foé. Esses três homens admiráveis, tão dessemelhantes entre si, estavam adaptados, com admirável sagacidade, aos povos e às circunstâncias que lhes faziam exigências. Essas circunstâncias eram tais que os três grandes poderes que regem o Universo, tendo reunido sua ação por longo espaço de tempo no império de Ram, no momento se separavam, mas de maneira que o Destino, permanecendo quase como único senhor da Ásia e da África, e a Vontade do homem apressando-se em dominar toda a Europa, obrigava a Providência a se retirar, incapaz de conservar em qualquer desses lugares senão alguns pontos circunscritos e ocultos nas sombras. Orfeu, destinado a conter os arroubos da Vontade, apoderava-se dela pela imaginação e, oferecendo-lhe a taça feiticeira da voluptuosidade, a atraía pelo prestígio das belas artes, pelos encantos da poesia e da música, pelo brilho e majestade das

[120] É para pouparem-se dessas provas repetidas que os seguidores de Foé, decididos a não mais renascer na Terra, exageraram os preceitos morais do seu Profeta e, por um espírito de penitência, levaram a abnegação de si mesmos a um excesso quase inacreditável. Ainda hoje, passados mais de três mil anos de existência, não é raro vermos fanáticos desse culto, tão tolerante e doce, transformarem-se em seus próprios algozes e se entregarem a uma morte mais ou menos dolorosa ou violenta: uns lançam-se às águas com uma pedra atada ao pescoço; outros, enterram-se vivos; estes querem sacrificar-se na boca de um vulcão; aqueles, expõem-se a uma morte mais lenta em rochedos áridos e calcinados pelo sol; os menos ardorosos condenam-se a receber, no auge do inverno, cem baldes de água gelada sobre seus corpos nus; eles se prosternam mil vezes por dia; fazem viagens perigosas, caminhando descalços sobre pedras pontiagudas, entre espinhos, por caminhos repletos de precipícios; fazem-se pendurar sobre abismos aterradores. Não é raro, em solenidades públicas, ver-se uma multidão desses devotos budistas deixar-se esmagar sob as rodas dos carros ou sob as patas dos cavalos. Assim, os extremos se tocam. O impiedoso Thor e o doce e afável Amida têm tido igualmente suas vítimas devotadas. Tão difícil é encontrar o meio termo justo onde estão somente a Verdade, a Sabedoria e a Virtude!

cerimônias, para beber nos mistérios as lições de moral e os conhecimentos universais que não podia entregar à multidão, que os teria profanado. Como o laço da política devia relaxar-se, era preciso que o da religião e da filosofia se apertasse na mesma proporção.

Por outro lado, Foé, cuja influência intelectual devia opor-se ao que a fatalidade do Destino tinha de mais rígido, oferecia as compensações de uma vida futura; mostrava que a ação desse poder, aparentemente tão terrível, fechava-se dentro de limites bastante estreitos e que a Vontade do homem, submetendo-se a ele durante uma vida fugaz, poderia escapar-lhe por toda a eternidade. Além disso, era preciso ver que os homens mais favorecidos por esse poder eram sempre os mais expostos, e que o brilho e a pompa dos seus presentes ocultavam perigos ainda maiores, dos quais seus possuidores estavam mais dispostos a abusar. Como fora na Ásia que o despotismo absoluto se estabelecera, porque os reis, não contentes em se livrarem, por toda parte, do domínio sacerdotal, haviam também usurpado o poder dos sumos pontífices, era preciso suavizar tanto quanto possível o jugo que eles impunham à maioria do povo e, ao mesmo tempo, mostrar a esses monarcas imprudentes a situação perigosa em que se haviam colocado.

Quanto a Moisés, sua missão limitava-se a conservar os princípios cosmogônicos de todos os gêneros, e a guardar, como numa arca sagrada, os germes de todas as instituições futuras. O povo ao qual ele confiou a guarda dessa arca era grosseiro mas robusto, e sua legislação exclusivista aumentava ainda mais a sua força. As formas do seu governo não importavam; para que os desígnios da Providência se cumprissem, bastava que sua fusão em qualquer outro governo não pudesse ocorrer.

Se compreendermos bem o que acabo de dizer, devemos sentir o quanto aquela época do Estado Social era importante. Três Princípios há muito confundidos na Unidade davam origem, ao se dividirem, a três formas de governo totalmente novas. Na Ásia, o grosso do povo, submetido ao indivíduo, suportava o despotismo sob as leis do Destino; na Europa, o indivíduo, submetido à massa, curvava-se sob a democracia e seguia o impulso da Vontade do homem; na Arábia, no Egito, na Etiópia e, principalmente, na Palestina, uma espécie de poder intelectual, despido de força e de meios aparentes, governava de maneira invisível povos que eram indiferentemente presas de todas as formas de governo, flutuando entre mil visões e mil opiniões diferentes, e transformando, de acordo com seus caprichos, as mais sublimes verdades em superstições e práticas pueris.

Desde que a guerra civil eclodira no Egito entre Armsés e Ramsés, apelidados **Donth** e **Gopth,** ou **Danaus** e **Egyptus,** e cujo resultado fora **a** expatriação de Danaus e a passagem de grande número de colônias egípcias para a Grécia, aquela região perdera grande parte da sua força, de modo que, após o frágil reinado do segundo Amenófis, ela caiu sob o domínio dos etruscos. Sabemos, por um fragmento muito curioso de Maneton, que o famoso Setos não era de origem egípcia, pois quando no trono não ostentava o título de Faraó, mas o de Lartha, que era o título adotado pelos soberanos da Etrúria. A dinastia desse Setos, que reinou no Egito e conquistou temporariamente **a** Arábia e a Índia, forneceu seis Larthas, o último dos quais, chamado **Tuoris**, morreu no mesmo ano em que os gregos conquistaram Tróia.

Após algumas dissensões internas, os egípcios conseguiram retomar sua influência, mas logo foram despojados dela pelos lídios, que se apoderaram do império dos mares. Durante esse tempo estes lídios foram o que haviam sido os fenícios, dos quais se originavam. Mas, da forma como as coisas estavam, nada podia perdurar. Ao fim de alguns séculos, eles foram substituídos pelos habitantes de Rodes.

As mesmas revoluções que ocorriam em Mênfis e Sardes aconteciam também na Babilônia. O Império Assírio, outrora tão florescente, tornara-se tão fraco que Teutamos, que ainda ostentava o título de Rei dos Reis, não pôde defender Príamo contra os gregos, embora esse monarca lhe tivesse

implorado a ajuda, segundo nos conta Diodoro. O cerco de Tróia ficou famoso na antigüidade precisamente por este motivo. Parece espantoso que algumas povoações fracas, que há pouco haviam escapado ao jugo dos trácios, ousassem sitiar uma cidade real, colocada sob **a** proteção do Rei dos Reis, sem que Nínive ou a Babilônia, quase à vista das quais Tróia se encontrava, pudesse evitar seu incêndio. Alem disso, esse feito aumentou singularmente o orgulho daqueles homens cuja imaginação fora exaltada pela doutrina de Orfeu. Os assírios viram-nos levar avante seus empreendimentos militares, tomar posse de todas as ilhas do Arquipélago em pouco tempo[121] e cobrir todo o litoral da Ásia Menor com suas colônias. Foi nessa época que Rodes tomou-se célebre pelo seu comércio marítimo; foi também nessa época que Homero apareceu.[122]

Então, houve um abalo geral por toda a Europa. A Vontade do homem, elevando-se acima da Providência e do Destino, quis dominar através da multidão, e o conseguiu. Todas as linhas de demarcação desapareceram. Não mais se distinguia entre os povos senão homens livres e escravos, conforme fossem vencedores ou vencidos. Tem-se dito que quando a raça humana, arrastada por um movimento retrógrado, retorna à infância da sociedade, só reconhece a força como autoridade absoluta.

Em Atenas, um oráculo ditado por aquela Vontade dominadora obrigou Codrus, seu último rei, a matar-se em sacrifício. Na Lacedemônia, Licurgo, igualmente forçado pela opinião democrática, abdica ao trono e forma o audacioso projeto de regularizar esse movimento anárquico, transformando Esparta num claustro de soldados. Corinto expulsa seus reis. Por toda parte, o poderio real é destruído. Os reis que resistem ao caudal ou os que, após terem sido destronados, conseguem recuperar a autoridade, sendo obrigados a empregar uma força extraordinária para mantê-la, são chamados **tiranos** e comparados aos vice-reis despóticos que, durante o domínio dos fenícios, eram enviados por Tiro para governar suas colônias. Toda a Grécia está eriçada de Repúblicas. Essa forma de governo transcende as ilhas do Arquipélago e entra na região da Ásia dominada pelos gregos, propagando-se dali. Os próprios fenícios, aproveitando-se da fraqueza dos assírios e egípcios que os mantinham na escravidão, livram-se do seu jugo e formam vários estados independentes, de cuja influência a Arábia vai se ressentir. Duas poderosas tribos, a dos **Hemiaritas** e a dos **Caraixitas,** se dividem na maneira de pensar. A primeira, que deseja conservar as formas monárquicas, é atacada pela outra, que cede ao movimento popular. Seguem-se violentos combates, durante os quais as duas tribos sofrem igualmente. Com o triunfo temporário da tribo dos Hemiaritas, um dos seus reis julgou-se forte o bastante para fazer uma incursão à Pérsia, onde funda a cidade de Samarcanda sobre as ruínas da cidade de Sogd, capital da antiga Sogdiana.

Em meio a essas dificuldades, os gregos, que se haviam tornado cada vez mais numerosos e poderosos, enviavam colônias para todas as partes. Mileto, na Ásia Menor; Mitilene, na ilha de Lesbos; Samos, na ilha do mesmo nome; Cumes, na Itália; são todas construídas sob seu domínio. Cartago, nas costas da África, toma novo alento graças aos cuidados dos Tírios. A cidade de Siracusa é fundada na Sicília e, pouco tempo depois, Roma começa a surgir no palco do mundo.

---

[121] Esta palavra é notável; ela é uma abreviação do grego Αρχιπλαγοσ que significa exatamente aquele que domina o Mar Negro. Isto confirma o que eu disse mais atrás, que todo o Mar Negro tinha outrora o nome de Pélago, por causa dos Pelasgos, ou povos negros, que o dominavam.

[122] Certos autores, pouco judiciosos, às vezes apresentam essa época como a aurora da civilização, quando, ao contrário, ela foi seu declínio. Eles não percebem que a língua grega já alcançara o apogeu da perfeição; que, primeiro os lídios e depois os habitantes de Rodes, haviam conseguido imensas riquezas através do comércio; que as artes haviam feito tais progressos que se pode modelar, fundir e construir o Colosso de Rodes, aquela enorme estátua de bronze, representando Apoio, situada à entrada do porto. Tendo cada pé apoiado num dos cais avançados, uma embarcação que navegasse a todo pano podia passar entre suas pernas, o que anunciava, nas ciências físicas e mecânicas, métodos que ainda hoje não aperfeiçoamos. Em geral, acredita-se que Homero descreveu os costumes do seu tempo; ledo engano. Aquele poeta descreveu os costumes imaginários dos tempos antigos, tais como seu gênio lhos apresentava.

Enquanto isso, o Império Assírio se desmembrava. Um prefeito da Média, chamado **Arbace,** apoiado por um sacerdote babilônio chamado **Belesis**, revolta-se contra Sardanápalo, último rei da Assíria, obrigando-o a incendiar seu palácio em Nínive e a morrer queimado nele com suas esposas e seus tesouros. Pouco tempo depois, um rei da Babilônia chamado **Nabon-Assar,** inflado por um orgulho fanático, irritado com os elogios que faziam aos seus predecessores, imagina que basta fazer desaparecer esses exemplos importunos para encher o Universo com seu nome. Em conseqüência, ele ordena que se apaguem todas as inscrições, que se quebrem todos os tabletes de estanho e que se queimem todas as bibliotecas. Ele quer que a época da sua ascensão ao trono seja a única à qual se liguem todas as lembranças.[123]

Assim, depois que a Unidade deixou de fazer parte das coisas, isto é, depois que a Vontade do homem, enfraquecida de um lado e entregue a uma efervescência desenfreada do outro, não mais ligava a Providência ao Destino, as coisas, tais como fossem, boas ou más, tinham apenas uma existência precária e pareciam variar continuamente. Se, em meio às trevas que se adensavam cada vez mais, alguns clarões brilhantes surgiam a intervalos, como meteoros, eles desapareciam com a mesma rapidez. A tendência geral, embora pressionada por duas causas opostas, o despotismo de um só ou o de uma multidão, era para a extinção das luzes. Tudo inclinava para sua decadência. Os Impérios e as Repúblicas traziam igualmente em seu seio os germes da destruição, que não tardavam a se desenvolver. As luzes, insensivelmente enfraquecidas, apagavam-se; as lembranças desapareciam dos espíritos; a história alegórica mal compreendida e a mitologia desfigurada materializavam-se, por assim dizer, passando do moral ao físico. Os véus, precursores de uma obscuridade cada vez mais densa, se estendiam sobre o mundo intelectual. A corrupção aumentava espantosamente em todas as classes sociais. Do alto dos tronos da Ásia, por onde iniciara sua invasão, ela se espalhava para os santuários; e se as Repúblicas européias conseguiam escapar-lhe por algum tempo, era somente graças a um esforço violento que logo se exauria, deixando-se cair numa dissolução ainda mais profunda.

Sem poder suspender de todo o movimento desorganizador, a Providência pelo menos lhe diminuía o avanço e preparava meios saudáveis para o futuro. No período de alguns séculos, ela deu origem a grande número de homens extraordinários que, inspirados por ela, e dotados de diferentes talentos, ergueram diques contra esse transbordamento de vícios e erros e ofereceram asilos à Verdade e à Virtude. Surgiram então, a pouca distância uns dos outros, o último dos Budhas na Índia, Sin-Mu no Japão, Lao-Tsé e Kung-Tsé na China, o último dos Zoroastros na Pérsia, Esdras entre os judeus, Licurgo em Esparta, Numa na Itália e Pitágoras em toda a Grécia. Todos se dirigiam para o mesmo objetivo, embora por caminhos diferentes.

Quando Pitágoras apareceu, enriquecido de todas as luzes da África e da Ásia, cerca de nove séculos após Orfeu, ele encontrou a lembrança desse Teósofo quase apagada da memória dos homens, e suas mais belas instituições eram mal conhecidas ou então estavam relacionadas com origens fantásticas. O miserável orgulho de se passarem por autóctones e de se erguerem acima das outras nações, negando-lhes os benefícios, faziam atribuir aos gregos mil extravagâncias, das quais as já

[123] Esta era de destruição data do ano 747 antes de Cristo. Afirma-se que semelhante idéia ocorreu aos romanos após o estabelecimento da República, e que os Cônsules mandaram destruir secretamente os Livros de Numa e tudo o que pudesse lembrar o antigo domínio dos etruscos sobre eles. Parece igualmente certo que os monumentos dos trácios e dos vascos tiveram o mesmo destino que os dos caldeus e dos etruscos. A lembrança de acontecimento semelhante é perpetuada nas Índias. É bem sabido que ele ocorreu na China, e que o imperador Tsin-chc-huang foi ainda mais longe que Nabon-Assar, proibindo, sob pena de morte, guardar qualquer monumento literário anterior ao seu reinado. Numa época bem próxima de nós, Omar, o mais arrebatado e ignorante dos discípulos de Maomé, mandou queimar a famosa biblioteca de Alexandria. Antes dele, vários Papas cristãos, igualmente intolerantes, haviam mandado destruir grande número de monumentos antigos. Os Arquivos do México e do Peru desapareceram para satisfazer o zelo fanático de um bispo espanhol. Assim, por toda a Terra, o orgulho e a ignorância aliaram-se para sufocar a voz da Antigüidade e privar os homens da sua própria história. Para evitar esses acontecimentos desastrosos, seria bastante se manter alerta contra eles.

mencionadas são apenas uma parcela insignificante. Aproveitando-se de certa analogia encontrada entre os nomes das suas cidades e os das cidades da Fenícia ou do Egito, analogia esta que provava sua origem, eles faziam da Tebas beócia o berço de Hércules, o Soberano Universal, sem se preocupar se mil outros lugares reclamavam essa insigne honra. Para eles, o Menu dos indianos tornava-se o Minos da ilha de Creta, e o Scander de dois chifres era o filho de Semeie. Eles afirmavam que Perseu, o filho de Danae, fora o legislador dos persas; atribuíam a descoberta do fogo aos dáctilos, a invenção da charrua a Ceres, a dos carros a Erictônio e forjavam uma infinidade de fábulas desse tipo, cada qual mais absurda que a outra.[124] O povo, transformado em soberano e acreditando nisso, exigia arrogantemente das cabeças mais fortes que acreditassem nessas coisas. Os Mistérios estabelecidos para tornar conhecida a verdade, abertos a um número excessivo de iniciados, perderam sua influência. Os hierofantes, intimidados ou corrompidos, calavam-se ou consagravam-se às mentiras. Era necessário que a verdade se perdesse completamente, ou que se encontrasse outra maneira de conservá-la. Pitágoras foi o homem a quem essa maneira foi revelada. Ele fez pela ciência o que Licurgo fizera pela liberdade. Não mais podendo deter a torrente, cedeu a ela, mas para dela apossar-se e dominá-la.

Como legislador Licurgo instituíra em um único local da Grécia uma espécie de congregação guerreira, uma mistura singular de despotismo e democracia, aparentemente consagrada à liberdade, mas no fundo destinada a reprimir todos os tipos de excesso. Essa instituição formidável, contra a qual o despotismo persa sucumbiu, aniquilou o orgulho anárquico dos atenienses e preparou os triunfos de Alexandre. Como filósofo, Pitágoras instituiu uma espécie de congregação sagrada, uma assembléia secreta de homens sábios e religiosos que, espalhando-se pela Europa, Ásia e até mesmo África, ali lutou contra a ignorância e a impiedade que tendiam a tornarem-se universais. Os serviços que ela prestou à humanidade foram imensos. A seita que ela criou e que ainda hoje não se extinguiu por completo[125] cortando, como um raio de luz, as trevas adensadas sobre nós pela irrupção dos bárbaros, pela queda do Império Romano e pela instauração necessária de um culto severo e lúgubre, tornou a restauração das ciências muitíssimo mais fácil do que teria sido sem ela, e nos poupou vários séculos de trabalho. Foi ela quem impulsionou todas as ciências físicas, que reanimou a química, livrou a astronomia dos preconceitos ridículos que lhe tolhiam o progresso, conservou os princípios da música, aprendeu a conhecer a importância dos números, da geometria e das matemáticas, e deu pontos de apoio à história natural. Ela influenciou igualmente o desenvolvimento das ciências morais, embora com menos sucesso, devido aos obstáculos que encontrou na metafísica das escolas. Já falei demais desse homem admirável em várias de minhas outras obras[126] e devo limitar-me, aqui, a enumerar seus benefícios.

CAPITULO XII

RECAPITULAÇÃO

Neste livro bastante volumoso mostrei a inteligência humana a alcançar seu mais alto desenvolvimento, revestida de todo brilho que dá o gênio, tal como o astro do dia que, ao chegar ao

---

[124] Tenho diante de mim um alentado livro que trata da **Ciência da História,** na qual a cronologia, baseada na de Ussério, é apresentada numa série de numerosos quadros. Vê-se ali, entre outras coisas, que Prometeu ensinou aos homens o uso do fogo no ano de 1687 a.C; que Cadmo mostrou aos gregos a arte da escrita no ano de 1943 a.C; que um feliz acaso permitiu aos dáctilos a descoberta do ferro no ano de 1406 a.C; que Ceres ensinou o uso da charrua em 1385 a.C; e tudo isto vários séculos após a fundação dos reinos de Sicione e de Argos, enquanto Foroneu já dera um código de leis aos argeus; Esparta já fora fundada; moedas de ouro haviam sido cunhadas em Atenas; e Semíramis encantara o mundo com os magníficos Jardins que mandara construir na Babilônia. É certamente algo de admirável que houvesse reinos sem charruas, códigos de leis sem letras, moedas de ouro sem fogo e cidades construídas sem ferro!

[125] Existem ainda algumas formas e alguns preceitos entre os Pedreiros Livres, que os herdaram dos Templários. Esses últimos os haviam recebido na Ásia, quando das primeiras Cruzadas, de alguns remanescentes dos maniqueus que encontraram lá. Os maniqueus deviam essas formas e esses preceitos aos gnósticos, e estes os haviam recebido na Escola de Alexandria, onde os pitagóricos, os essênios e os mitríacos se haviam reunido.

[126] Principalmente em meus estudos sobre os **Versos de Ouro.**

solstício de verão, permanece como que suspenso no zênite da sua carreira e abandona com muito custo essa sublime posição para descer, de início lentamente, até o ponto inferior de onde partiu.

Disse qual foi o último Império Universal e penso ter deixado bem claro que tal império só poderia ter sido teocrático. Não pode haver nada de universal, nada de duradouro, nada de verdadeiramente grande onde a força divina não está presente; isto é, onde a Providência não é reconhecida.

Mas como tudo o que teve um começo deve terminar, procurei explicar como, em conseqüência de leis eternas, aquele Império Universal, após ter brilhado intensamente por muito tempo, teve de inclinar-se para seu declínio e perder pouco a pouco a sua unidade constitutiva. Vimos qual foi a causa da sua primeira divisão, e creio ter falado, a respeito, coisas que hoje mal se conhece. Se o leitor observou a origem que dou a grande número de coisas, espero que ele tenha tido alguma satisfação ao ver com que fecundidade se desenvolveram os princípios simples apresentados inicialmente no primeiro Livro. Se, desde o início desta Obra, ele considerou apenas como hipóteses os acontecimentos que narrei, deverá pelo menos convir que seria difícil encontrar outras mais assemelhadas às que deveriam seguir-se. No ponto a que chegamos história positiva começou e não sei qual será a mão audaciosa que se atreverá a traçar sua linha de demarcação. Numa cadeia em que todos os elos se ligam, qual deles deve ser considerado o primeiro? Se metade dessa cadeia passou muito tempo oculta na escuridão, será esta uma razão para negar-lhe a existência? Se, quando a mostro, iluminando-a, dizem que eu a crio, que se tome outra tocha e me façam ver, iluminando-a com uma claridade mais viva, que ela não existe, ou que existe de maneira diferente.

FIM DO LIVRO TERCEIRO

O ESTADO SOCIAL DO HOMEM

SEGUNDA PARTE

LIVRO QUARTO

O terceiro Livro mostrou as causas que conduziram ao declínio do Último Império Universal. Fiz ver como esse declínio, de início imperceptível, foi-se acelerando pouco a pouco, até resultar em uma queda vertiginosa. Neste Livro direi quais foram os resultados das últimas lutas ocorridas entre a Ásia e a Europa e mostrarei que foi sob os escombros do Império Romano que o Império de Ram expirou.

Tal como o Sol, que, tendo alcançado o solstício de inverno, deixa o pólo boreal mergulhado por algum tempo nas trevas, também a obscuridade moral, acompanhando as levas de bárbaros que inundaram a Europa naquela época, invadiu durante alguns séculos o espírito humano, fazendo a civilização recuar. Mas, afinal, o movimento ascendente recomeçou e as luzes, que haviam desaparecido ou se apagado, reapareceram, tomando um brilho cada vez mais intenso.

CAPITULO I

DÉCIMA PRIMEIRA REVOLUÇÃO NO ESTADO SOCIAL. OS CULTOS DEGENERAM; AS IDÉIAS INTELECTUAIS SE MATERIALIZAM. ADMISSÃO DE DUAS DOUTRINAS, UMA SECRETA E OUTRA PÚBLICA

A situação do Mundo na época em que apareceram os grandes homens mencionados no Livro anterior era notável ao extremo. A fatalidade do Destino, dominando a Ásia e criando ali o despotismo dos reis, defrontava-se com a Vontade do homem que, na Europa, consagrava a soberania dos povos. Desconhecida, a Providência, embora invocada pelos dois partidos, só existia na forma. Por toda parte os diferentes cultos degeneravam em cerimônias frívolas ou em

superstições lúgubres, quando não ridículas. Excetuando-se alguns santuários secretos, onde a Verdade refugiada só encontrava asilo sob os véus mais densos, o próprio Egito apenas oferecia, em sua mitologia sagrada, um caos inextricável, onde a razão extraviada se perdia. O dragão dos atlantes, confundido com o crocodilo, era adorado por um povo imbecil. O carneiro de Ram usurpava os altares do Sol; o touro dos celtas era adorado em lugar da Lua. Como cada astro celeste era designado por um animal, grande quantidade de animais divinizados invadia os templos. Essa epidemia fatal, passando do Egito para a Arábia, levou seu veneno até às Índias e mesmo à Pérsia. Mas como a Lua, em lugar de ser ali considerada detentora da faculdade masculina, era, ao contrário, tida por representante da faculdade feminina do Universo, não era mais um touro que lhe servia de símbolo, mas uma vaca. E, para os hindus degenerados, a própria vaca em si se transformava em objeto de veneração estúpida. O cão, atribuído a Mercúrio, chamado de **Profeta** ou **Ministro Divino**, lembrava a idéia de todos os enviados providenciais e, segundo a região, recebia o nome de **Budha, Nabo**, **Job**, **Anúbis**, etc., de modo que o povo, acostumando-se a ver seu profeta representado sob a imagem de um cão, ou apenas pela cabeça desse animal, transferia para o bicho o respeito que devia ler pelo profeta. O mesmo acontecia com a pomba branca ou vermelha, que designava Vênus; com a tartaruga, que pertencia à Terra; com o lobo, o urso ou o javali, símbolos de Marte; e com o grou, o gavião e a águia, que caracterizavam Júpiter, etc.

Primeiro o Egito e depois toda a Terra foram cobertos de práticas religiosas tão fantásticas quanto pueris. Dos animais simbólicos, divinizados pela superstição, passou-se às plantas e, como apresentou zombeteiramente Juvenal, passou-se a ver os Deuses Lares de algumas nações crescendo entre os legumes das suas hortas. Cumpriu-se assim aquela previsão de um antigo sacerdote egípcio que, vendo esse desvio do culto, vaticinara a sua pátria que a posteridade, considerando tal idolatria, taxaria de mentiras e fábulas tudo o que se pudesse atribuir à antiga sabedoria, seus luminares e suas virtudes.

Não pretendo sobrecarregar-me de detalhes que encontramos por toda parte. Mas era necessário, para o objeto que abordo, mostrar que esta situação, vigente na Terra cerca de seis séculos antes de nossa era, não era de todo habitual, como alguns autores nos tem querido convencer, mas o resultado quase inevitável das divisões havidas no Império Universal e da subseqüente degenerescência de todas as instituições morais e políticas.

Os grandes homens que então apareceram, embora auxiliados pela Providência e possuidores dos mais poderosos gênios, não puderam alterar o estado de coisas, porque esse estado tinha seu princípio na própria Vontade do homem, que, como já disse várias vezes, é irrefragável. Tudo o que eles puderam fazer foi sustentar, em meio à torrente desorganizadora, centros imóveis onde a Verdade era conservada. Deve-se observar, se é que já não se fez isto, que desde Orfeu, Moisés e Foé nenhuma religião nova estabeleceu-se na Terra. Os últimos Budhas, Sin-Mu, Lao-Tsé, Kung-Tsé, o último Zoroastro, Esdras, Licurgo, Numa e Pitágoras submeteram-se todos ao culto estabelecido, conformando-se até mesmo com os ritos exteriores e contentando-se em fundar seitas teosóficas ou filosóficas mais ou menos importantes. Foi assim que se instituíram, graças aos seus cuidados e praticamente em toda parte, duas doutrinas perfeitamente distintas: uma, vulgar, de acordo com as idéias da multidão; outra, secreta, destinada a transmitir somente a um número reduzido de pessoas o conhecimento da Verdade e a explicação dos pensamentos dos sábios. Criaram-se várias iniciações novas e as antigas tomaram um caráter novo. Misturaram-se às tradições cosmogônicas antigos mistérios, conhecimentos positivos sobre os princípios das coisas, sobre as ciências e as artes, sobre a moral e até mesmo sobre a política. Pela primeira vez surgiram sociedades secretas cujos membros, unidos pelos mesmos princípios, juraram-se uma fidelidade inviolável, e nas quais eles reconheciam-se uns aos outros, mesmo no meio de outros iniciados, pelo uso de certos sinais. A sociedade pitagórica foi a mais importante e a mais fecunda em número de grandes homens. Conhecemos também os órficos, os mitríacos, os essênios, os nazarenos, os isíacos, os samaneus, os tao-tsés e uma infinidade de outros cuja descrição é inútil citar. O objetivo

de todas essas sociedades era deter a corrupção onde quer que surgisse, oferecer asilo ou socorro à virtude e, tanto quanto possível, pôr um freio aos desmandos do despotismo real, aristocrático ou popular.

O extraordinário é que essas sociedades multiplicaram-se, principalmente na Europa e no litoral da Ásia e da África, onde a dominação das multidões se manifestava com mais vigor. Pois embora seja verdade que todo o despotismo é pernicioso, independente da sua forma, e por despotismo entendo todo poder que se baseia na vontade arbitrária e ilimitada dos que o exercem sem a intervenção da Divindade que lhe regula o emprego, é igualmente verdade que a violência ou o perigo do despotismo aumente à medida que ele desce das primeiras para as últimas classes da sociedade e que se estende para um número muito grande de braços. É sempre a multidão armada que, em última análise, apóia qualquer despotismo, imperial ou republicano, quer essa multidão receba a lei de um só homem ou de vários, quer ela mesma a faça. Somente as revoluções são mais rápidas e profundas lá e mais tenazes e odiosas aqui.

De resto, seja qual for a época para a qual me transporte, o mal começava a ser grande, mas não chegara ao ponto de destruir todas as formas e de se expor em sua odiosa nudez. Os monarcas da Ásia, embora se tivessem realmente livrado da autoridade teocrática dos sumos pontífices, ainda assim conservavam um respeito exterior pela Divindade. Eles sempre mantinham sacerdotes para fazer os sacrifícios e as cerimônias de costume, e assim conservavam os povos numa espécie de torpor religioso favorável aos seus desígnios; mas esse torpor, carecendo do princípio da Verdade, degenerava em estupidez ou em superstição tola. O extraordinário é que, ao mesmo tempo em que o despotismo asiático conservava algumas formas exteriores da teocracia que ele sufocara, a anarquia européia considerava-se obrigada a manter certas formas da realeza que ela abolira. Existia em Atenas, como em Roma e em todos os demais estados republicanos, um Rei dos Sacrifícios, para que o povo pudesse comunicar-se legitimamente com o fantasma sacerdotal que ainda existia. Parecia que, de um lado, o Destino, temendo a força da Vontade, tentava fazê-la adormecer; e de outro, essa força, inteiramente deslocada, receando o abandono total da Providência, procurava iludi-la.

CAPITULO II

TEM INÍCIO A LUTA ENTRE EUROPA E ÁSIA. TOMADA DE TRÓIA PELOS GREGOS. DECADÊNCIA DO IMPÉRIO ASSÍRIO. ASCENSÃO DA PÉRSIA SOB CIRO. EXPEDIÇÃO DE XERXES. TRIUNFO DA GRÉCIA. CONQUISTAS DE ALEXANDRE.

Segundo o estado de coisas que acabo de descrever, pode-se julgar a ação dos três grandes poderes do Universo. A do Destino dominava na Ásia, a da Vontade, na Europa, e a da Providência, repelida dos dois lados, encontrava-se reduzida a dissimular sua marcha para não transgredir as leis da Necessidade e da Liberdade, que impusera a si mesma.

Mas como existissem apenas dois poderes atuantes e opostos, era evidente que eles deviam lutar um contra o outro. A Necessidade e a Liberdade não podem permanecer indiferentes uma em relação à outra. Como o único poder que pode manter a harmonia entre elas é desconhecido, é preciso que a discórdia nasça. Portanto, Ásia e Europa deveriam combater, para saber com qual das duas ficaria o Império. De um lado o Destino, e do outro, a Vontade do homem, alinharam suas mais temíveis forças.

A Europa já iniciara a luta com irrupções mais ou menos intensas; a tomada de Tróia, quase à vista do monarca assírio, que não ousara opor-se a ela, fora um grande acontecimento. O resultado foi o estabelecimento de várias colônias gregas no litoral asiático. Sicília, Córsega e Sardenha haviam sido submetidas e povoadas de colônias livres. Os cimérios, descendo dos altiplanos setentrionais,

tinham invadido por várias vezes a Ásia Menor, estabelecendo-se ali. Eles tornaram conhecida a força da sua cavalaria, mais ligeira e aguerrida que a dos assírios. Os gregos imitaram seu exemplo, e pela primeira vez as corridas de cavalos foram introduzidas nos Jogos Olímpicos.[127] Tudo levava a Ásia a pensar em sua defesa, mas nem os reis da Babilônia, nem os da própria Ecbatana estavam em condições de resistir à Grécia se esta, reunida num único povo, os atacasse. Essa reunião, embora ainda distante, preparava-se em silêncio. O reino da Macedônia acabara de surgir.

Entrementes, o rei da Média, Ciaxaro,[128] após ter expulso os celtas da Alta Ásia, que eles haviam invadido, e tornando-se senhor de toda a Assíria, Palestina e de parte da Arábia, deixa um reino florescente que, algum tempo depois, cai nas mãos de Ciro. Graças a esse herói a Pérsia, submetida aos babilônios havia mais de quinze séculos, toma o primeiro lugar entre as potências asiáticas, tornando-se pretendente ao Império Universal. A conquista da Lídia dá a Ciro tesouros imensos. Ele entra triunfalmente na Babilônia e invade a Índia. Quando da sua morte, seu filho Cambises prossegue com suas vitórias e conquista o Egito. Os judeus, após terem obtido de Ciro a permissão de retornarem a Jerusalém e ali reconstruírem seu templo, tornam-se tributários do Império Persa. Assim, toda a Ásia e o que havia de mais importante na África pareciam reunir-se num só feixe.

A Europa abre as hostilidades. Os atenienses penetram na Ásia e sitiam a cidade de Sardes, incendiando-a. Os persas, conduzidos pela Europa quase até as portas de Atenas, são ali derrotados por Milcíades. O Egito aproveita-se desse acontecimento para livrar-se do jugo, mas Xerxes,[129] após novamente submeter aquele reino à sua obediência, dá início a sua memorável expedição contra a Grécia. O resultado é por demais conhecido. A Vontade do homem triunfou sobre tudo o que de mais formidável o Destino pudera lançar contra ela. Mais de um milhão de soldados, inicialmente detidos nas Termópilas por trezentos espartanos decididos a vencer ou morrer, foram destruídos nos campos de Platéia e Micale. E a maior frota que jamais singrou as águas do Mediterrâneo cobriu com seus escombros as costas de Salamina. A Ásia fora vencida.

Se a Grécia tivesse sabido aproveitar-se das suas vantagens, ela teria arrancado o cetro do mundo das mãos da Pérsia e fundado o Império Universal na Europa. Para isto bastava escutar a voz dos Anfictíones e crer na Providência que, pela boca da Pítia de Delfos, apontava Sócrates como o mais sábio dos mortais. Reunindo-se num só corpo de nação, abafando todos os ódios, todas as rivalidades que separavam os diferentes membros da confederação anfictiônica, recebendo da boca de Sócrates as instruções que o Gênio desse homem divino haveria de lhe dar, a Grécia erguer-se-ia rumo a destinos cujo brilho e duração seriam impossíveis de determinar. Mas não, essa Vontade altiva e ensoberbecida pela vitória soube tirar apenas uma vantagem passageira e frívola da situação; ela sacrificou milhares de anos de glória e felicidade por alguns momentos de uma fruição faustosa, pois devo dizer aqui algo que ninguém sentiu: é que a Grécia morreu jovem e, por assim dizer, extinguiu-se ainda na flor; a vaidade a perdeu. Presa de uma liberdade louca, ela acedeu às tempestades da paixão e não deu os frutos que Orfeu e Pitágoras haviam feito eclodir e que Sócrates e Platão estavam destinados a fazer amadurecer.

Em lugar de se fortalecer, concentrando-se, ela se dividiu e, voltando contra si mesma seus cegos arroubos, destruiu com as próprias mãos os admiráveis instrumentos que a Providência lhe dera para sua conservação. Mal haviam vencido, atenienses e espartanos começaram a se desentender e

---

[127] Os Jogos Olímpicos, criados por Ifitus em homenagem a Júpiter Olímpico por volta de 884 a.C, visavam a manter a Grécia na unidade religiosa que a Política tendia a romper. Esses Jogos só começaram a servir de época cronológica por volta de 776. A era das Olimpíadas data da vitória de Corebe, o primeiro inscrito nos anais públicos. A introdução das corridas de cavalo data de 645.

[128] Esse nome, que deveria ser escrito **Kai-assar,** significa o supremo monarca. Era o título que o rei meda tomava então, como Rei dos Reis. O nome de Ciro, **Kai-Kosru,** tem quase o mesmo sentido.

[129] **Shir-Shah,** o Valente Rei ou o Rei Leão.

acabaram regando com o próprio sangue as planícies do Peloponeso.[130] Em poucos anos, Aristides, o mais justo dos gregos, e Temístocles e Cimon, salvadores da pátria, foram banidos. A cidade de Platéia foi incendiada e todos os seus habitantes escravizados. A de Atenas, tomada pelos espartanos, foi entregue às prescrições de trinta tiranos. E, finalmente, Sócrates, de início entregue aos sarcasmos amargos de um Aristófanes, às ímpias calúnias de um Anitus, e condenado por um tribunal insensato, expiou pelo suplício da cicuta o crime de ter sido o maior dos atenienses e o mais virtuoso dos homens.

Desse momento em diante, nada se podia esperar para a Grécia; seus movimentos não passaram de convulsões, ora causadas por uma alegria insensata, ora por um temor pueril. Os espartanos, após terem triunfado sobre os atenienses, foram vencidos pelos persas, com os quais Antalcides celebrou uma paz vergonhosa. Derrotados pelos tebanos em Leuctra e em Mantinéia, eles não conseguiram recuperar-se após essa catástrofe. As mulheres de Esparta viram então a fumaça do acampamento inimigo e perderam até mesmo a lembrança de suas bravas virtudes. Os tebanos, considerados os mais grosseiros dos gregos, tomaram o domínio, como que para deixá-lo ao alcance do rei da Macedônia e lhe permitir conquistá-lo com mais facilidade. A Grécia ainda teve grandes homens, mas deixou de ser uma grande nação e não mais pôde pretender vir a sê-lo. Ela teve grandes homens, mas somente para ignorá-los, persegui-los, vendê-los como animais vis em praça pública e condená-los à morte.

Nessa época, o Conselho dos Anfictíones perdera toda a sua autoridade, e o santuário de Delfos, toda a sua influência. Aquele lugar sagrado, pilhado pelos fócios e profanado pelos crísios, foi o pretexto para uma guerra na qual Felipe da Macedônia encontrou um meio de participar, na qualidade de membro, do Conselho Anficüônico. Assustada ao ver chegar ao seu seio um confederado tão perigoso, a Grécia tentou inutilmente afastá-lo. As orações que Demóstenes fez ecoar da tribuna provocaram apenas uma inútil efervescência. Agita-se em Atenas, afeta-se um insolente laconismo em Esparta; Tebas devota-se a algumas intrigas secretas, mas não existe nenhuma força verdadeira em parte alguma. Felipe prossegue em seus desígnios, triunfa sobre Olinto, subjuga os fócios, termina a guerra santa, devolve ao templo de Delfos o seu brilho e, apoderando-se do Conselho dos Anfictíones, que aqueles confederados imbecis sempre ignoraram, faz-se nomear generalíssimo de todas as tropas da Grécia. A Vontade reprimida lança um grito de desespero; abandonada pela Providência, prestes a ser esmagada pelo Destino, ela busca meios de se salvar e, encontrando somente o crime, aceita-o. Felipe é assassinado, mas esse covarde atentado, longe de afastar o perigo que a ameaça, precipita-o. Tal é a natureza da ordem eterna que todo crime traz consigo seu próprio castigo.

Alexandre, que sucedeu a seu pai, embora ainda muito jovem, dispõe de meios ainda maiores. Aos vinte anos ele invade a Grécia, derrota Tebas, submete os atenienses e, em pouco, à frente de um exército que somente sua coragem torna formidável, desembarca na Ásia e inicia a conquista da Pérsia.

Creio ser inútil demorar-me sobre os detalhes da expedição de Alexandre. Todos sabem como aquele jovem herói, vencedor de Granico, derrotou Dario na batalha de Issus; ele cortou o nó górdio ao passar por Gordium, para cumprir o oráculo que prometia o Império da Ásia a quem o desatasse. Tomou Tiro após um sítio de dois meses, conquistou o Egito, onde fundou Alexandria, apoderou-se

---

[130] Observem que o nome **Pelops,** de onde esta palavra se origina, significa **terra negra.** Era o nome da Grécia enquanto esteve ocupada pelos Pelasgos, ou Povos Negros. Os Heracleides, que venceram os Pelópidas, representam os borcos chamados **Hérules.** De resto, os diferentes nomes que os gregos tiveram em diferentes épocas expressam as seitas das quais participaram. Pelo nome de **Helenos** deve-se entender os **Lunares,** opostos aos **Hélices** ou **Ilíones,** os Solares; pelo de **Argeus,** os Brancos, opostos aos fenícios, os **Vermelhos;** pelos de **Dórios** ou **Aqueus,** os Machos ou os Fortes, em oposição aos Jônios, etc. Quanto ao nome de **Gregos,** que dificilmente aplicavam a si mesmos, ele vem do celta **Graia,** um grou, provando que eles fizeram parte da facção dos Salianos contra os Ripuários.

de Gaza, submeteu toda a Síria e finalmente entrou triunfante na Babilônia, após ter imposto uma derrota completa ao exército de Dario em Arbela.

A partir desse momento, a Grécia deixou de existir e o futuro da Europa ficou mais uma vez comprometido, pois Alexandre, cedendo ao Destino que se apoderara dele, concordou em estabelecer seu Império na Ásia e adotar os hábitos e os costumes dos povos a quem vencera. É pena que aquele herói, suscetível de sentir tudo o que era grande, não tivesse visto que não fora apenas para efetuar uma mudança de dinastia no trono da Pérsia que ele saíra da Macedônia. Como pudera ele esquecer que seu pai devera a força que lhe fora legada somente ao partido que tomara na guerra santa, ao devolver ao templo de Delfos sua influencia e à Assembléia dos Anfictíones sua dignidade? Por que não pensou em reabilitar o sacerdócio na Montanha Sagrada? Por que não viu que era preciso estabelecer a capital do seu Império em Atenas, ou pelo menos em Bizâncio? O orgulho o cegou. Ele atribuía somente a si próprio o que devia à Providência, e acreditou que fora levado à conquista do Mundo apenas pela sua estrela. Satisfeito em ser chamado filho de Júpiter, ele não se preocupou em merecer tão insigne honra e entregou-se ao Destino, o que resultou na sua perdição. A expedição à Índia não passou de vã demonstração; e a morte, aos trinta e dois anos de idade, quer tenha sido provocada por veneno ou conseqüência de uma orgia, foi também o resultado de suas próprias falhas.

CAPITULO III

A GRÉCIA PERDE SUA EXISTÊNCIA POLÍTICA. REFLEXÕES SOBRE A DURAÇÃO RELATIVA DE DIFERENTES GOVERNOS

Sabe-se que, após a partilha do Império de Alexandre entre seus generais, certo Polisperchão proclamou, em nome dos novos soberanos, a liberdade de todas as cidades da Grécia; mas isto era uma derrisão. A Grécia não mais linha existência política, e toda a liberdade concedida àquelas cidades reduzia-se à de envenenar seus grandes homens, quando elas ainda os tinham, ou de calar os filósofos, como Atenas tentou fazer com Fócio e Teofrastes. Mas Atenas, a mais livre, ou melhor, a mais turbulenta das cidades gregas, em poucos anos caiu sob o poder de Antípater, Demétrio de Falero, Demétrio-Policertes, Antígona-Gonatas, etc. Quanto a Esparta, após ter massacrado seus Éforas, passou a ter tiranos cujos nomes sequer merecem nota.

Assim, fazendo remontar a existência política da Grécia à criação do tribunal dos Anfictíones, cerca de mil e quinhentos anos antes de Cristo, sua existência foi de apenas doze séculos, no máximo, quinhentos ou seiscentos dos quais sob o regime republicano, o que, como vemos, não é nada em comparação com tudo o que já presenciamos, seja na teocracia, seja na própria realeza. Entretanto, essa existência por demais atribulada e muito limitada tem sido excessivamente elogiada, talvez devido à própria agitação e brevidade, pois o que os homens apreciam, sobretudo na História, é a rapidez e o movimento. Mas será que é aí que reside a felicidade dos povos? Duvido. Quando vejo três ou quatro mil anos ocuparem apenas algumas páginas, acaso não terei o direito de pensar que a mais perfeita calma reinou durante todo esse período e que a raridade dos acontecimentos anuncia a ausência de guerras, de desgraças, de crimes e outros flagelos? Nada é mais fácil de descrever do que a felicidade; é o aspecto de um lago plácido que reflete um céu sem nuvens. Mas a tempestade que prenuncia o perigo, as calamidades que levantam os Povos, tudo isto modifica o cenário de mil maneiras e oferece material para uma infinidade de quadros. Todos gostam de ler essas descrições pomposas, onde os contrastes despertam a atenção, onde as oposições de luz e sombra, de virtude e vício comovem o coração, onde o interesse é provocado pelo choque das paixões; sem dúvida, mas será apenas para divertir a posteridade que os Povos têm uma História? Que homem sacrificará a felicidade de toda a sua existência à tola vaidade de proporcionar material para um romance?

De resto, trata-se de uma observação que faço e sobre a qual convido o leitor a meditar. Todas as cronologias antigas que nos vieram dos hindus, egípcios, chineses, iranianos ou caldeus, e nas quais encontramos igualmente calculadas a duração das dinastias e dos reinados, em geral trazem a duração relativa dos reinados entre trinta e quarenta anos, feitas as devidas compensações. Não é raro ver-se monarcas manterem o trono durante sessenta, oitenta ou mesmo cem anos. Árrio e Plínio estão de acordo quando dizem que desde Ram, a quem chamam de **Dionísio**, até Alexandre, cento e cinqüenta e três reinados cobriram, nas Índias, um período de seis mil quatrocentos e dois anos. Por outro lado, Heródoto informa que os sacerdotes egípcios lhe mostraram, numa grande sala, as estátuas de trezentos e quarenta e cinco Pontífices, cujos sacerdócios duraram ao todo onze mil trezentos e quarenta anos. Ao percorrer a história das dinastias antigas, eu mesmo observei que, durante todo o tempo em que a teocracia de Ram conservou-se forte, não houve a menor revolução do trono. Os reis se sucediam uns aos outros de acordo com a ordem da natureza, cumpriam sua longa carreira e faziam a felicidade dos Povos, sem jamais temer as paixões da multidão nem as ambições dos grandes. Protegidos pela Providência, que reconheciam como mandatária, eles mantinham num justo equilíbrio a fatalidade do Destino e o livre arbítrio do homem. Nem punhais nem venenos podiam aproximar-se deles. Somente muito tempo após o cisma dos fenícios, dos parses e dos chineses, e quando da extinção das dinastias solar e lunar, é que as revoluções começaram. Os monarcas insensatos que os sucederam, movidos por um orgulho funesto, não viram que, ao se livrarem da autoridade dos sumos pontífices, eles afastavam a mão da Providência que os protegia e abriam aos seus rivais e aos seus súditos o caminho do crime e da rebelião.

Foi há cerca de vinte séculos antes da nossa era que este pensamento fatal surgiu na cabeça dos reis. Belocus na Babilônia e Pradiota entre os hindus começaram o movimento que se fez sentir desde as margens do rio Huang-ho até o Nilo. No Egito, o mal foi tão longe que Heródoto assegura que por mais de um século, durante os desastrosos reinados de Quéops e Quéfren, os templos dos Deuses permaneceram fechados. A partir dessa época, a realeza foi submetida a tempestades que ate então desconhecera. A coroa, freqüentemente ensangüentada, passou a adornar cabeças culpadas; mãos parricidas empunharam o cetro. Viram-se então os reinados encurtarem cada vez mais e os reis se multiplicarem numa progressão espantosa.[131]

Mas, voltando ao meu primeiro assunto, eu dizia que a existência política dos gregos sob o regime republicano poderia ser calculada em cinco ou seis séculos. A experiência demonstra que aí está mais ou menos o limite da duração das mais fortes repúblicas. A de Esparta, a de Cartago e a da própria Roma não foram muito mais além.

A queda da Grécia representou para a Jônia, isto é, para tudo o que resultava do cisma fenício, um golpe quase mortal. Dentre tantas regiões que este cisma cobriria, só lhe restava agora aquelas sobre as quais Cartago e Roma podiam estender seu domínio, pois Sidon e Tiro não mais existiam. Os habitantes de Sidon, sitiados pelos persas alguns anos após o incêndio do templo de Éfeso, mataram-se uns aos outros após terem incendiado sua cidade; Tiro foi presa dos sucessores de Alexandre. Era então em Cartago e em Roma que os restos daquele antigo poder se concentraria e que a Vontade do homem ainda exerceria sua força.

CAPITULO IV

PRIMÓRDIOS DE ROMA. SUAS GUERRAS. SUA LUTA CONTRA CARTAGO. SEUS TRIUNFOS

[131] Se considerarmos, por exemplo, a dinastia de Ciro, veremos que no espaço de duzentos e vinte e oito anos, isto é, desde a época em que Ciro recebeu a coroa da Pérsia, no ano 559 a.C, até a morte de Dario, destronado por Alexandre, no ano 331, quatorze reis, quase todos assassinos ou assassinados, revezaram-se no trono, o que dá cerca de dezesseis anos para cada um.

Antes dos romanos se constituírem numa República, eles dependiam dos etruscos, também chamados **Tusces**, **Tosques** e **Toscanos**, os quais de início os governavam por meio de vice-reis que enviavam para lá. Esses vice-reis, chamados Tarquínios,[132] acabaram tornando-se quase independentes dos Larthas etruscos, até que o Povo, cansado do seu orgulho e da sua avareza, livrou-se de sua autoridade e, declarando-se liberto, sob a conduta de Brutus e Valério, os substituiu por um senado presidido por dois cônsules temporários.

A Etrúria, que em tempos anteriores não se distinguia da Trácia, era apenas, como já disse, uma colônia fenícia fundada sobre a dos hindus, uma mistura de atlantes e celtas. Roma, destinada a tornar-se tão famosa, no começo não passava de uma espécie de forte construído às margens do Tibre, para proteger sua navegação. Seu nome etrusco ou fenício, que depois viria a se tornar seu nome secreto e sagrado, era então **Valentia**, isto é, o ponto de encontro da força. Somente após ter-se livrado dos tarquínios é que ela tomou o nome de **Roma**, de uma antiga palavra grega que significa pôr em liberdade.[133] Esta cidade, que durante muito tempo permaneceu na obscuridade, só se tornou conhecida dos gregos à época de sua tomada pelos gauleses. O historiador Teopompo disse alguma coisa sobre este acontecimento, segundo conta Plínio, mas sem lhe dar grande importância. Contudo, parece que por volta dessa época os romanos já haviam despachado magistrados a Atenas, para tomar conhecimento das leis de Solon.

Cartago era então mais conhecida pelas suas expedições militares. Essa república comerciante possuía consideráveis estabelecimentos na Espanha, nas costas ocidentais e meridionais das Gálias e até na Sicília. Ela já se tornara temível. Roma, inicialmente feroz demais para amar as artes, asilo de uma multidão de vagabundos sem conhecimentos ou desejo de adquiri-los, caíra em tal estado de ignorância que, enquanto a Grécia possuía o Ciclo de Meton, em Roma ainda se colocava um prego todos os anos na porta do templo de Júpiter para guardar a cronologia. O primeiro relógio solar que apareceu naquela cidade foi erigido no templo de Romulus Quirinus, mais de dois séculos após o estabelecimento dos cônsules. Originalmente, os romanos não passavam de uma espécie de filibusteiros que o atrativo dos saques reunia, salteadores corajosos cuja única virtude, adornada com o pomposo nome de amor à Pátria, durante muitos séculos consistiu apenas em comunicar ao vulgo o que haviam pilhado das nações vizinhas. Quando saíam em incursões, esses guerreiros levavam por insígnia punhados de feno, chamados **maní-puli.** O grou que receberam dos sacerdotes salianos, e que transformaram em águia, somente muito mais tarde surgiu em seus estandartes. É bem possível que esse emblema só tenha sido adotado durante a primeira Guerra Púnica, com o intuito de rivalizar-se com os cartagineses, que ostentavam uma cabeça de cavalo. Como esta era consagrada a Moloc, o mesmo que Saturno, a águia romana foi consagrada a Júpiter.

Seja como for, foi nas muralhas de Roma que a Vontade do homem, reprimida na Grécia e prestes a ser derrotada pelo Destino, refugiou-se. Foi ali que ela concentrou todas as suas forças. Cartago, que não lhe podia oferecer um asilo tão seguro, foi sacrificada.

Quem aprecia o movimento na História; quem gosta dos acontecimentos tumultuosos, rápidos e violentos; quem se interessa pelas virtudes ferozes de determinado gênero, por um heroísmo duro e sem amenidades, em meio a cenas de carnificina e devastação, deve ler enlevado os anais de Roma.

---

[132] A palavra **tarquínio** compõe-se de duas palavras fenícias, **Tor-Kin,** aquele que regulariza a possessão ou a conquista. Quanto aos nomes próprios que vários desses tarquínios parecem ter usado, eles são apenas epítetos que designam suas obras. Assim, o nome **Rômulo** indica o fundador de Roma; **Quirino,** o Gênio da Cidade; **Numa,** o legislador, o teocrata, etc. Parece certo que este último foi um poderoso legislador entre os etruscos, e cujo nome foi, por conseguinte, dado como honra àqueles que o imitaram. De resto, sabe-se que o primeiro historiador de Roma, Fabius Pictus, só relatou a partir da segunda Guerra Púnica, cerca de quinhentos e quarenta anos depois da época da fundação daquela cidade, e só pôde consultar tradições bastante incertas.

[133] **Valentia é** formada das palavras **Whal-authô.** Quando ao nome **Roma,** pode realmente originar-se do grego **Romai.** Mas sei que os brâmanes citam vários trechos dos Puranas que afirmam estar ele ligado particularmente ao de Rama. Dizem eles que Roma foi uma de suas colônias.

Jamais uma cidade e um povo deram semelhantes exemplos. Em poucos séculos, o Universo viu aquele pequeno burgo etrusco, ainda com as feridas dos grilhões que havia carregado, mal tendo-se livrado das mãos de Porsena, que os humilhara, e das de Breno, que lhes haviam saqueado e reduzido ao Capitólio, experimentar suas forças, expandir-se, erguer-se e, saindo da poeira, atingir os píncaros da grandeza. Ele sai da obscuridade na guerra dos samnitas; provoca Pirro, sitiando Tarento e, inicialmente assustado à vista dos elefantes, recua; mas logo, tranqüilizado, volta a atacar, vence e obriga-o a recuar para Épiro. Compelido a disputar o império dos mares com os cartagineses, ele precisa de uma marinha. Logo cria uma, e seu primeiro combate naval é um triunfo. No intervalo entre a primeira e a segunda Guerra Púnicas, Roma toma a Sardenha e a Córsega, submete os piratas da Ilíria, leva suas armas para além da própria Itália e pela primeira vez cruza o rio Pó.

Entretanto, sinais sinistros vêm intimidar esses guerreiros que, tão supersticiosos quanto ignorantes, julgam aplacar os Deuses com sacrifícios humanos. Dois casais, um grego e um gaulês, são presos por ordens dos cônsules e enterrados vivos na praça pública de Roma. Este abominável sacrifício não impede que, no começo da segunda Guerra Púnica, Aníbal, após ter destruído Sargunta, na Espanha, cruze os Alpes e junque os campos de Trasimene e de Cannes com cadáveres romanos. Roma estava aturdida; não obstante a vã jactância de alguns senadores, sempre pareceu certo que se o general cartaginês a tivesse sitiado, tê-la-ia tomado. Então, por que não aproveitou ele as vantagens? É que a mesma Vontade que impulsionava as duas Repúblicas, só podendo conservar uma, manteve aquela onde sua influência era maior, a que dominava a Europa, onde estava seu centro de atividade e, como já disse, sacrificou a outra. O que pareceu evidente naquela ocasião é que não só a vontade pessoal de Aníbal cessou, sem que se descobrisse o porquê, mas também os cidadãos de Cartago, dividindo-se pelos motivos mais frívolos, entregaram sua cidade à destruição que a aguardava. A batalha de Zama, vencida por Cipião, selou seu destino. Aníbal acreditou, inutilmente, que pudesse retardar a marcha de Roma invocando contra ela o poder do Destino. A guerra que ele provocou entre Antíoco e os romanos serviu apenas para aumentar o poderio destes últimos, enriquecendo-os com os despojos daquele monarca, dando-lhes condições de conquistar a Macedônia e tornando-os árbitros do Egito.

Destruída Cartago, nada mais resistiu àquele colosso republicano que, estendendo seus longos braços ora para a Ásia, ora para a África, ora para a Europa, impôs suas leis desde o Tejo até Tanais e desde o monte Atlas até o Cáucaso.

CAPITULO V

REFLEXÕES SOBRE AS CAUSAS QUE CONDUZIRAM À QUEDA DA REPÚBLICA ROMANA. CONQUISTA DAS GÁLIAS POR CÉSAR. GUERRAS CIVIS. BANIMENTOS. VITÓRIA DE OTÁVIO

A Vontade do homem triunfou com o poderio romano. O Destino, obrigado a recuar por toda parte, mantinha-se somente no centro da Ásia, já ameaçado de ser atingido pela torrente. Para isto, bastava apenas derrubar o Império dos Partas, que servia de barreira,[134] o que sem dúvida teria acontecido se esta vontade vitoriosa tivesse conseguido evitar sua própria divisão. Mas isto era impossível, a menos que a Providência interviesse, porque, como já repeti várias vezes, e como parece devidamente provado pela História cujos principais acontecimentos desenrolam aos olhos do leitor, nada pode existir de durável fora da Providência que o consolide. Quer o Destino ou a Vontade do homem ajam em concerto ou isoladamente, eles jamais produzirão senão coisas passageiras, formas mais ou menos brilhantes que se destruirão mutuamente e desaparecerão no espaço. Ora, a Providência não era reconhecida em Roma, como não o fora em Atenas. O culto público, despojado

[134] Esse Império fora fundado por Arsácio por volta do ano 250 a.C., sobre um desmembramento do Império Selêucida. Ele compreendia em particular a antiga Pérsia. A dinastia deste Arsácio é conhecida pelos persas pelo nome de **Ascânidas**.

de sua base, não passava de inúteis cerimônias, superstições atrozes ou ridículas, fórmulas alegóricas que já não eram mais compreendidas. O grosso da população se apoiava naquela mixórdia indigesta das mitologias fenícia, etrusca e grega e se entregava também a algumas crenças vagas. Mas a cabeça da nação não aceitava nenhuma dessas idéias como verdadeiras. Ela as considerava apenas úteis, servindo-se delas politicamente. Os Augúrios, os Auspícios, comiseravam-se uns dos outros e, segundo comenta Cícero, não se podiam olhar sem rir. Já durante a primeira Guerra Púnica, duzentos e cinqüenta anos antes da nossa era, Cláudio Puleher, prestes a travar um combate naval com os cartagineses e vendo que os frangos sagrados não queriam comer, mandou jogá-los ao mar, dizendo jocosamente que era preciso fazê-los beber. O Sumo Pontífice, mantido somente *pro forma*, como rei dos sacrifícios, tinha apenas algumas honrarias estéreis, sem qualquer autoridade verdadeira. Em Roma, esse cargo era ardorosamente disputado, como o de Edil; na sua escolha, não se fazia qualquer diferença entre a instrução moral do homem que ordenava as cerimônias religiosas e a do que presidia os jogos do circo. Em geral, tanto na Europa quanto na Ásia, sob o domínio do Destino como sob o da Vontade, via-se a Religião apenas como uma instituição política, uma espécie de freio ou brida sabiamente inventada para deter ou agitar a multidão e dirigi-la segundo a vontade dos governos.

A conquista da África e da Ásia levara para Roma o luxo e o amor pelas riquezas, que é sua conseqüência natural. A conquista da Grécia trouxera para Roma o gosto pelas artes e letras e aquele instinto da filosofia sutil que era natural nos gregos. Grande número de sistemas, todos erguidos sobre os escombros uns dos outros, invadira as escolas. Quase todos combatiam o politeísmo dominante, mas, sem substituí-lo positivamente por qualquer outra coisa, perdiam-se em raciocínios capciosos que, ora apoiando os prós, ora os contras de todas as coisas, conduziam ao ceticismo. Vários desses sistemas, corrompidos por sofistas ignorantes, favoreciam os voluptuosos e os pervertidos, libertando-os dos remorsos da tibieza ou do crime e apresentando-lhes os Deuses como seres que não davam a menor atenção ao que pudesse estar acontecendo na Terra. Ao sistema de Epicuro, assim desfigurado, opunha-se o de Zeno, o estóico, estabelecendo sobre a ordem do Universo a necessidade de uma Causa primeira, inteligente, e baseando a felicidade do homem no cumprimento dos seus deveres. Mas esse sistema, levado longe demais como acontecera com o de Epicuro, se consumira pelo excesso de exaltação, tal como o outro se corrompera relaxando-se alem dos seus limites. Assim, a sociedade romana compunha-se ou de homens que seguiam todos os impulsos com muita facilidade, ou de homens obstinados demais para ceder a qualquer um deles. Essa divisão, cujo princípio estou agora apresentando, causou a ruína da República e teria impedido a consolidação do Império que se lhe seguiu, mesmo que a própria força das coisas não lhe tivesse feito qualquer oposição, porque, de um lado, um temperamento excessivamente fraco prestava-se a muitas formas e, do outro, uma rigidez exagerada destruía-as todas. Em tudo isso não havia nem vida nem verdade.

Júlio César conquistou as Gálias. Mas, embora encontrasse grandes dificuldades nessa expedição, ela resultou fácil quando comparada às que teria enfrentado se os gauleses constituíssem uma única nação. Mas eles estavam divididos numa infinidade de povos, freqüentemente invejosos uns dos outros e que nenhum laço comum poderia jamais reunir. Há muito não havia celtas propriamente ditos; o antigo nome fora conservado, mas a nação desaparecera. Não mais existiam gauleses, tudescos nem polascos, nomes que persistiam somente como monumentos históricos. Ter-se-ia procurado inutilmente as nações que eles anteriormente designavam. Encontrava-se entre os gauleses gente como os Retos, os Bibractos, os Rutenos, os Alvernos, os Carnutos, os Bituros, os Henetos e grande número de outros pequenos povos que seria tedioso mencionar. A Germânia, que tomara o lugar da Teutsland, e a Sarmácia, que ocupava o lugar da Polônia e da Rosland, estavam igualmente divididas numa infinidade de tribos semelhantes. As incursões empreendidas uma centena de vezes do Norte para o Meridião e do Ocidente para o Oriente, as colônias africanas e asiáticas que se haviam suplantado periodicamente durante tão longo espaço de tempo, tinham alterado de mil maneiras a fisionomia da Europa. As variações sofridas pelos povos manifestaram-

se também nos idiomas, nos costumes, nas leis e nos cultos, tornando a confusão tão grande que era impossível remontar, ainda que em pensamento, a qualquer espécie de unidade. Comparando-se um grego a um bretão e um romano a um sármata, ter-se-ia acreditado ser impossível que tais homens tivessem a mesma origem.

Portanto, os gauleses a quem César vencera já não eram exatamente gauleses, e menos ainda celtas. Eram uma mistura de uma centena de pequenos povos que freqüentemente não se entendiam. Eles se defenderam com a mais obstinada coragem e só cederam à superioridade que a disciplina, a autoridade e os talentos do seu general davam aos romanos. Durante aqueles combates prolongados e sangrentos, grande parte dos habitantes das Gálias morreu no campo de batalha, um número ainda maior foi escravizado e o restante, incapaz de resistir por mais tempo, rendeu-se aos vencedores.

Porém, antes desse acontecimento, sintomas de dissolução se haviam manifestado em Roma. Aquela República, tão preconizada por homens mais apaixonados do que sábios, e que mal atingira quatro séculos de idade, já iniciava seu declínio e, não tendo mais o sangue de qualquer povo para derramar, tomava os preparativos para afogar-se no seu próprio.

Mário e Sila, tão divididos em caráter quanto em ambição, já haviam deflagrado uma guerra civil, cujos frutos amargos foram o banimento de um número infinito de cidadãos. Catilina, um ambicioso desconhecido, procurando conquistar pela conspiração uma autoridade que então só era possível conseguir com êxitos militares, fora facilmente derrubado por Cícero, que não teve a mesma sorte com relação a César e que Antônio teve a covardia de banir, como Antípater banira Demóstenes três séculos antes. Pompeu, cuja glória precedera a de César, não podendo ser eclipsado por um rival, fosse porque ainda acreditava na possibilidade da República ou porque fingisse crer nela, carreou, com seu partido, a maioria do senado e tudo o que Roma ainda possuía de cidadãos corretos e cumpridores das leis antigas. Catão, Brutus e Cássio declararam-se em seu favor. César, porém, sendo mais hábil no conhecimento do espírito dos romanos e mais apto em aproveitar-se das circunstâncias, quando o senado lhe ordenou que licenciasse seu exército ao voltar das Gálias, em lugar de obedecer, concentrou-o, cruzando com ele o Rubicão, limite do seu governo, e entrando na Itália. Houve nova guerra civil, cujos acontecimentos espantam pela rapidez.

Desde o primeiro embate, Pompeu, sitiado em Brundisium, foge sem ousar manter o sítio. César, querendo evitar a reunião das suas forças, dirige-se rapidamente para a Espanha e derrota seus lugares-tenentes. Retorna pelo mesmo caminho, sitia e toma Marselha; daí, rumando célere para a Macedônia, oferece combate a Pompeu nas planícies de Farsala, onde o derrota por completo. Pompeu salva-se fugindo para o Egito, onde é assassinado por ordens do rei Ptolomeu. César, que estava no seu encalço, entra no Egito e apodera-se de Alexandria. Levando a guerra até à África, vence a batalha de Tapsus. Catão comete o suicídio, e com ele expira o que a Vontade do homem possuía de mais nobre e grandioso. A que persiste em Brutus e nos demais membros do seu partido irrita-se com os acontecimentos, exaspera-se e, para escapar à desgraça, pensa em crime.

Para evitar o golpe que o aguardava, César tinha apenas de ouvir a voz da Providência, que o prevenia a tal respeito de todas as maneiras, e prestar-lhe homenagem pela sua boa sorte. Mas, tendo chegado quase ao mesmo ponto que Alexandre, ele caiu no mesmo erro daquele conquistador. Atribuindo tudo o que fizera de grandioso à sua própria estrela, e sendo ainda mais audacioso, pôs a mão na tiara e proclamou-se sumo pontífice. Foi assassinado.

Antes da eclosão da guerra civil, uma espécie de pacto fora celebrado entre Pompeu, César e Crasso. Este pacto insólito, que tomara o nome de **triunvirato**, teve o mais funesto dos resultados. Após a morte de César, um novo triunvirato, não menos heterogêneo que o primeiro, foi feito entre Otávio, filho adotivo de César, Antônio, seu lugar-tenente, e Lépido, um personagem insignificante. Os banimentos recomeçaram e Roma inundou-se novamente de sangue. Brutus e Cássio, vencidos

por Antônio, suicidaram-se. O filho de Pompeu foi massacrado. Quase todos os assassinos de César pereceram pelo gládio. Por fim, com Otávio e Antônio em desacordo, a batalha de Actium decidiu sua querela e entregou a República Romana à vontade do vencedor. Este, como que aturdido pela vitória, como que sobrecarregado pela coroa que lhe fora posta na cabeça, não se atreveu a recusar o Império e também não o tomou com lealdade e deliberação. A imagem ensangüentada de César, caindo no Senado com o corpo crivado de punhaladas, não lhe saía da lembrança. Otávio nascera sem coragem política; não era corajoso e o título de Augusto a ele outorgado não alterou seu caráter.[135] Ele se considerava venturoso sem julgar-se venerável; embora estivesse revestido da dignidade de Sumo Pontífice e de Imperador, jamais teve a influência providencial do primeiro nem a autoridade legítima do segundo. Ele foi obedecido porque tinha o poder conferido pela força, e não aquele que emana da ascendência; além disso, sua conduta em relação ao Senado traduziu-se em prolongada mentira, e seu reinado anfibológico, no qual os nomes opostos de República e de Imperador misturavam-se sem cessar, de tal forma influiu sobre os reinados dos seus sucessores que eles receberam uma coloração totalmente falsa, que os degradou. Tibério não teria sido levado a reinar pelo terror, nem Calígula e Nero teriam cometido tantas crueldades inúteis, se não fosse a posição falsa e ridícula em que a política insidiosa e pusilânime de Otávio os colocara.

CAPITULO VI

MISSÃO DE JESUS: SEU OBJETIVO. MISSÃO DE ODIN E DE APOLÔNIO DE TIANA; PARA QUE FIM

Roma, subordinada ao Destino, não se recuperou do golpe que a abatera. Não ousando afirmar que não era mais livre, ela procurava impor-se por fórmulas inúteis, mas esse recurso medíocre da vaidade resultou-lhe desvantajoso. Seus cidadãos, servis até à vileza ou independentes até à insolência, cansavam por igual a seus senhores com suas adulações ou suas resistências. Repetidamente humilhados ou derrotados, eles não sabiam manter-se no meio termo justo da submissão legítima. Discípulos de Epicuro ou de Zeno, imbuídos dos princípios de uma filosofia por demais relaxada ou excessivamente rígida, eles passavam alternadamente de uma fraqueza sistemática para uma austeridade faustosa. Mas, de repente, surgiu em seu seio uma sociedade de homens novos, na maioria ignorantes e rudes, mas repletos de um entusiasmo extraordinário. Esses homens, impelidos por uma vocação quase irresistível, alheios a todos os sistemas conhecidos, atacavam os erros do politeísmo, desmascaravam as trapaças dos sacerdotes, as manhas dos filósofos e, simples na sua moral, irrepreensíveis em seus costumes, preferiam morrer a renegar as verdades que estavam incumbidos de anunciar.

Esses homens, inicialmente confundidos com uma seita judia, e que eram chamados de **Nazarenos**, davam a si mesmos o nome de **Cristãos**, por causa do seu Mestre, chamado **Cristo**.[136] Seus dogmas eram pouco conhecidos; os cristãos eram considerados tristes e fúnebres; seus sacerdotes, que adotavam a cor preta, falavam do fim do mundo que se aproximava, anunciavam a vinda do Grande Juiz, exortavam à penitencia e prometiam a expiação dos pecados nas águas do batismo e a ressurreição dos mortos. Como eles se reuniam em segredo, em lugares ermos, nas cavernas e nas catacumbas, para ali celebrar um mistério considerado temível, ao qual, não obstante, davam o nome muito doce de **Eucaristia**,[137] os judeus, seus inimigos declarados, aproveitaram-se disso para caluniá-los e apregoaram que, em suas festas noturnas, eles degolavam uma criança para depois comê-la.

---

[135] A palavra latina **Augusto** vem de **Augur**, que significa propriamente a ação de elevar os olhos para o céu para lhe implorar socorro ou receber suas inspirações.

[136] Do grego Χριστοσ. Esta palavra vem do verbo Χρειυ, que significa ungir, consagrar pela unção. Ela é a tradução exata do hebreu Meshiah (משיח).

[137] Do grego Ευχαρξια, o que existe de mais gracioso, de mais querido.

O que mais impressionava os homens puramente políticos, nesses homens novos que chamavam a si mesmos de cristãos, era sua intolerância: acostumados a considerar as religiões apenas como instituições humanas, eles haviam caído numa indiferença profunda tanto a respeito da base quanto da forma dessas religiões, e não concebiam que se pudesse dar tão alto preço a este ou aquele dogma, ou a este ou aquele rito, preferindo-o a todos os outros, inclusive à custa da própria vida. Os magistrados romanos teriam admitido facilmente o culto do Cristo em Roma, como o tinham feito com os de Serápis ou Mitra, se seus seguidores tivessem podido aceitar a associação. Mas era precisamente isto que eles não podiam fazer, sob pena de perderam a própria identidade. Os cristãos, convencidos de que somente eles conheciam o verdadeiro Deus e somente eles lhe prestavam o culto perfeito que Ele instituíra, viam todas as outras religiões não só com desprezo, mas também com horror, fugindo das suas cerimônias como de abominações execráveis. Transportados por um zelo santo, que era chamado de loucura e rebelião, perturbavam os mistérios e, com freqüência, maltratavam seus ministros. Esses magistrados, convencidos de que toda religião que acusa as outras de prestar a Deus um culto ímpio e sacrílego tende a perturbar a paz dos estados, por sua vez consideraram que esta era perigosa e lançaram contra os cristãos leis severas, que foram rigorosamente cumpridas. Eles acreditavam que alguns golpes desfechados bastariam para abater aqueles insensatos, mas viram com grande espanto que ocorria precisamente o contrário, e que os cristãos, longe de recuarem diante da morte, precipitavam-se em multidões ao seu encontro, enfrentando os suplícios e, ciosos de obter a palma do martírio, opondo à ira dos seus carrascos uma serenidade que os deixava gelados de espanto.

Há muito não se via na Terra homens submetidos a uma ação Providencial erguerem-se acima da fatalidade do Destino e domarem a Vontade. Viram-nos então, e todos puderam julgá-los pela sua força. A Providência, que desejara seu aparecimento, considerava-os indispensáveis. Há muito que a Terra, presa de toda sorte de flagelos, inclinava-se, como já demonstrei, para uma degeneração perceptível. Tudo ali nascia corrompido e murchava antes do tempo. O Império Romano, fundado em circunstâncias desagradáveis, mistura informe de republicanismo e despotismo, só podia desfrutar de um brilho efêmero. Esse brilho, ou melhor, esse palor que ocorreu sob o reinado dos Antoninos, desde Vespasiano até Marco Aurélio, serviu apenas para tornar mais penosas as trevas que se seguiram. Mal se formara, aquele Império desmoronou e, enquanto o império que ele tivera a pretensão de suceder ainda subsistia, embora tivesse mais de seis mil anos de existência, dois ou três séculos bastaram para desmembrá-lo e quatro para derrubá-lo inteiramente.[138] As trevas que desde o momento do seu nascimento se haviam tornado cada vez mais densas, cobriram então todo o Ocidente, mantendo-o durante muito tempo mergulhado numa noite profunda.

Era preciso um novo culto, cujos dogmas, inacessíveis à razão, e cujas formas, inflexíveis, igualmente submetessem a Vontade do homem e dominassem o Destino. Era um esforço imenso para a Providência. O homem que ela chamou para cumprir esta terrível missão deveria, sem dúvida, ser mais que humano, pois um indivíduo comum, sendo-o, teria vergado sob o enorme fardo que ela lhe dava a suportar. Este homem divino chamou-se Jesus, isto é, o Salvador.[139] Ele nasceu entre os mesmos hebreus a quem a guarda do Sêfer de Moisés fora confiada havia quinze séculos e, entre esses homens de caráter inflexível, na seita dos nazarenos, a mais rígida de todas.[140]

A força mental de Jesus, sua grande atividade intelectual, sua virtude anímica, nada tinham de comparável até então. Segundo os homens, ele não era um sábio, pois duvida-se até que soubesse

---

[138] Se quisermos aplicar aqui a regra que já apliquei ao Império de Ciro, veremos que no espaço de apenas trezentos e sessenta anos, desde Augusto até Constantino, mais de quarenta e cinco imperadores ocuparam o trono, o que dá apenas nove anos por reinado. O Império Romano foi então desmembrado: o chamado Império do Ocidente, de Constantino a Rômulo Augústulo, não passou de um caos.

[139] O nome de **Jesus** é formado do mesmo radical que os de Josué e Moisés.

[140] Os nazarenos, como o expressa seu nome, formavam uma congregação separada dos outros judeus; eles se distinguiam dividindo os cabelos no alto da cabeça e às vezes fazendo uma tonsura, que foi imitada pelos padres cristãos.

escrever. Mas a ciência do mundo não se fazia necessária para sua obra. Ao contrário, ela o teria prejudicado. Ele precisava apenas da lei e nada antes ou depois dele levou assim tão longe essa abnegação da vontade que se lança, resoluta, à frente. Ele iniciou sua missão aos trinta anos e terminou-a aos trinta e três. Bastaram-lhe três anos para alterar a face do mundo. Mas sua vida, qualquer que fosse a duração e independente dos milagres com que a tenha preenchido, não teria bastado. Era preciso que ele quisesse morrer, e que tivesse a força para ressuscitar. Admirável esforço da natureza humana auxiliada pela Providência! Jesus o quis e encontrou em si mesmo os meios para entregar-se à morte, vencer-lhe os horrores e domar-lhe o indomável poder. Esse rei dos espantos não se espantou. Faço uma pausa. Entusiastas ignorantes ou fanáticos apenas serviram-se em demasia de seus vãos exageros para destruir o ato mais belo que o Universo já testemunhou.[141]

Porém, antes mesmo que Jesus fosse chamado a submeter a concordância do homem e dominar sua razão, a Providência havia criado dois homens de posição inferior à sua, mas igualmente fortes em seu gênero, para apoderarem-se da faculdade anímica e da instintiva. O primeiro, chamado **Frighe**, filho de Fridolfo, denominado **Wodan** pelos escandinavos, e que conhecemos pelo nome de **Odin.** O outro, **Apolônio**, é conhecido pelo nome de **Apolônio de Tiana**, nome da pequena aldeia da Capadócia onde ele nasceu. Esses dois personagens atingiram o sucesso, mas de maneiras diferentes. Contudo, ao dividirem a Vontade do homem, ambos serviram para prepará-la a submeter-se ao jugo que Jesus deveria impor-lhe.

Frighe era de origem celta ou cita, como seu nome o denota claramente.[142] Um antigo historiador norueguês afirma que ele comandava os Ases, um povo de origem céltica cuja pátria estava localizada entre o Ponto Euxino e o Mar Cáspio.[143] Parece que, em sua juventude, ele seguiu Mitrídates e foi comandante em seus exércitos até o momento em que esse monarca, obrigado a ceder à ascensão dos romanos, suicidou-se. Com a invasão de todas as regiões que dependiam do reino de Ponto, e como Frighe não quisesse submeter-se ao jugo do vencedor, ele retirou-se para o norte da Europa, acompanhado de todos os que compartilhavam dos seus sentimentos.

Os escandinavos, que então usavam o nome de **címbrios**, inimigos implacáveis dos romanos, receberam-no como a um aliado. Eles lhe abriram facilmente as fileiras e lhe facilitaram a realização dos desígnios que a Providência lhe reservara. Alem disso, as circunstâncias o favoreciam de maneira singular. Esses povos, que acabavam de fazer uma incursão à Itália, haviam sofrido ali um revés considerável. O pequeno número que escapara à destruição nutria no íntimo um violento desejo de vingança. Ao ver aqueles temíveis guerreiros, aos quais um laço forte já o vinculava, o príncipe dos Ases percebeu a vantagem que poderia tirar desta situação.

Frighe era seguidor de Zoroastro e também conhecia todas as tradições dos caldeus e dos gregos; além disso, as várias instituições que deixara na Escandinávia provavam sua invencibilidade. Ele era iniciado nos mistérios de Mitra, seu gênio era heróico e a elevação de sua alma o tornava suscetível de inspiração. A principal virtude dos címbrios, em cujo meio ele se encontrava, era a coragem guerreira. A nação céltica, repito, há muito deixara de existir. Um movimento contínuo de povos, indo do Norte para o Meridião, praticamente apagara seus vestígios.

---

[141] É sobretudo o que Klopstock fez em seu poema, como comentei em meu **Discours sur 1'Essence et Ia forme de Ia Poésie**, pág. 172.

[142] A palavra **Frighe** vem de um radical céltico que dá a idéia de pôr-se em liberdade. Observa-se que o nome dos Francos origina-se da mesma fonte. O nome do pai de Odin, **Fridolfo**, significa o que mantém a paz.

[143] Plínio, que fala dos Aseus, situa-os perto do Monte Taurus. Estrabão menciona uma cidade chamada **Asburg,** que parece ter sido a capital dos Ases. Essa cidade é chamada Asgard no Edda. De resto, como já disse, a palavra **As** significa um Príncipe e mesmo um Deus na língua primitiva dos celtas. Encontramo-la com o mesmo significado de Princês ou Príncipe entre os escandinavos, etruscos e vascos. Os romanos serviram-se da palavra **As** para expressar uma unidade de medida ou peso. Ainda hoje a utilizamos como o primeiro número nos dados ou nas cartas. É desta palavra muito antiga que se origina o nome dado à Ásia. Em todos os dialetos atlânticos ela expressa a base das coisas.

Os romanos ocupavam a maior parte da Europa e seu culto penetrara em quase toda parte. Os Druidas guardavam apenas uma sombra de sua antiga realeza. A voz da Voluspa calara-se havia muito tempo. Nenhuma das circunstâncias afortunadas que poderiam favorecê-lo escapou ao discípulo de Zoroastro; num relance, ele viu a imensa região que se estende desde o Volga, nos confins da Ásia, até às fronteiras da Armórica e da Bretanha, no extremo da Europa, prometida aos seus Deuses e às suas armas. Com efeito, aquelas belas e vastas regiões que hoje conhecemos pelos nomes de **Rússia, Polônia**, **Alemanha**, **Prússia**, **Suécia**, **Dinamarca**, **França** e **Inglaterra** lhe pertenceram ou foram conquistadas por seus descendentes. Assim, pode-se dizer que não existe nenhum trono e nenhuma família real nessas nações que dele não descenda.

Para não assustar os povos a quem desejava convencer, Frighe fixou-se com seus companheiros num lugar favorável aos seus projetos e obteve permissão para ali construir uma cidade, a que deu o nome de Asgard, de sua antiga pátria. Foi ali que, desenvolvendo com arte um novo luxo e uma pompa religiosa e guerreira, ele atraiu para si os povos vizinhos, impressionados com o aparato e o brilho das suas cerimônias. Monarca e Sumo Pontífice, ele se mostrava ao mesmo tempo à frente dos seus soldados e ao pé dos altares; ditava suas leis como Rei e anunciava seus dogmas como Apóstolo do Divino. Ele agia então como Maomé viria a fazê-lo cerca de sete séculos mais tarde.

As mudanças que ele introduziu na antiga religião dos celtas não foram consideráveis. A mais expressiva foi a substituição de Teutade, o grande Ancestral dos celtas, por um Deus supremo chamado **Wod** ou **Goth**, do qual toda a nação gótica recebeu em seguida seu nome.[144] Era o mesmo que Zoroastro chamava de **O Tempo sem Limites**, **A Grande Eternidade,** o **Budha** dos hindus que, como Ram descobrira, era conhecido por toda a Ásia. É do nome deste Deus supremo, **Wod**, também chamado **O Pai Universal**, **O Deus Vivo**, **O Criador do Mundo,** que Frighe recebeu o nome de **Wodan,** que transformamos em Odin, isto é, o Divino.

Assim, com muito vigor e sagacidade, o legislador dos escandinavos uniu a doutrina de Zoroastro à dos antigos celtas. Ele introduziu em sua mitologia um Gênio do Mal chamado **Locke**,[145] cujo nome era a tradução exata de Arimã; deu ao gênero humano o antigo Bore por ancestral e continuou apoiando todas as virtudes na coragem guerreira. Ele ensinou de maneira positiva, e este foi o principal dogma do seu culto: o de que somente os heróis desfrutariam, no **Valhala,** o palácio da coragem, da plenitude das felicidades celestes.[146]

---

[144] Já mencionei muitas vezes este nome. É preciso observar que nas Índias ele é aplicado ao planeta Mercúrio e à quarta-feira, exatamente como no norte da Europa. Mas aqui ele persistiu mais como designação do Ser Supremo, ao passo que no Industão ele é aplicado principalmente aos Enviados Divinos e aos Profetas. Este mesmo nome, escrito e pronunciado como **God** ou **Goth,** continuou sendo o de DEUS na maioria dos dialetos setentrionais, não obstante a mudança de culto e o estabelecimento do cristianismo. Ele se confundiu com a palavra **Gut**, que significa bom; mas essas duas palavras não se originam da mesma raiz. O nome de Deus, **God** ou **Goth**, vem do atlântico **Whod**, a Eternidade; e a palavra **gud** ou **good**, vem do céltico **gut**, a garganta, e daí **gust,** o gosto.

[145] Quer dizer, o aprisionado, o comprimido, o tenebroso. Observe-se que os Escandinavos, atribuindo a Locke o sábado, assemelharam o Gênio do Mal a Saturno.

[146] Eis como Odin se expressava sobre o destino que aguardava os heróis que deixavam esta vida, em conformidade com as idéias e os costumes do seu povo:
O Valhala, dizia ele, *aquela morada celeste da coragem, é vasta o bastante para acomodar todos os heróis que a glória para lá conduzir. Quarenta portas abrem-se para dar entrada àquele local magnífico. Oito heróis, lado a lado, podem sair através de cada uma delas, seguidos de uma multidão de espectadores, para irem aos combates. Porque todos os dias, assim que o animal da brilhante crista dourada ecoa seus cantos pela morada dos Deuses, os heróis despertados correm para suas armas e se reúnem ao redor do Pai das Batalhas. Eles entram na liça e, em transportes inexprimíveis de coragem e alegria, despedaçam-se uns aos outros. É sua nobre diversão. Mas tão logo chega a hora da refeição, eles cessam o combate, esquecem-se dos seus ferimentos e vão beber no palácio de Wodan. O número desses guerreiros jamais é grande o bastante para que a carne do javali Serimner não possa alimentar a todos. Quanto à sua bebida, ela jorra de uma fonte igualmente imortal. Os vasos destinados a contê-la jamais se esvaziam. As Valquírias enchem sem cessar as taças que oferecem sorridentes aos seus heróis.* Vemos que, no Valhala de Odin, as **Valquírias**, isto é, as que buscam os valentes, substituem as **Huris** do Paraíso de Maomé. Ambas são imitações das **Huranis** de Zoroastro. Observem, como algo bastante **singular e** que vem confirmar o que acabo de dizer, que o radical

CAPITULO VII

CONQUISTAS DE ODIN: SUA DOUTRINA E A DE APOLÔNIO. FUNDAÇÃO DO CRISTIANISMO

Entrementes, partindo das margens do Tanais, Odin avançara até o seio da Vandália, hoje Pomerânia, submetendo às suas leis os Povos que encontrava em seu caminho, quer pelo brilho do seu saber, quer pela força das suas armas. Seu renome e poderio aumentavam a cada passo pelo número dos seus prosélitos e pelo dos seus súditos. A Rússia já se submetera às suas leis e recebera Suarlami, o filho mais velho de Odin, para governá-la. A Westfália e a Saxônia Oriental haviam sido outorgadas por ele a Baldeg e Sigdeg, outros filhos seus. Ele acrescentara a Francônia às suas conquistas, deixando-a como herança ao quarto filho, Sighe. Dali, tomando o caminho da Escandinávia, pelo Queroneso címbrico, penetrou em Fiônia, conquistando-a. Esta região lhe agradou e ali ele construiu a cidade de Odinse, que ainda conserva em seu nome, Odense, a lembrança de seu fundador. O nome desta cidade prova que naquela época o nome de Wodan, o Divino, já fora aplicado ao príncipe dos Ases pelo entusiasmo dos seus seguidores. A Dinamarca, que se submeteu inteiramente às suas armas, recebeu Sciold, o quinto filho, na qualidade de rei. Esta região, se acreditarmos nos anais islandeses, ainda não tivera um rei e, desde então, passou a figurar no rol das potências setentrionais.[147] Os sucessores de Sciold tomaram o nome de **Scioldungiens** e reinaram por muito tempo.

Finalmente estava Odin para iniciar a marcha rumo à conquista da Suécia quando Gylfe, o rei daquela região, assustado com as notícias que lhe chegavam de toda parte, decidiu verificar pessoalmente esses rumores e saber se devia atribuir os êxitos do profeta conquistador aos seus prestígios ou a alguma inspiração divina. Tomada a decisão, ele se disfarça e, com o nome do velho **Gangler**, dirige-se ao local onde o príncipe dos Ases tinha sua corte. O autor do **Edda**, que narra essa jornada, diz que Gylfe, após ter interrogado os três ministros de Odin sobre os princípios das coisas, sobre a natureza dos Deuses e sobre os destinos do Universo, ficou de tal forma impressionado com as coisas admiráveis que ouviu que, não podendo duvidar que Odin fosse um enviado da Providência, desceu do trono, entregando-o a ele. Este acontecimento coroou a glória do Teocrata. Ynghe, seu sexto filho, tendo recebido a coroa da Suécia, transmitiu-a aos seus descendentes, que tomaram o nome de **Yngleingiens**. A Noruega logo seguiu o exemplo da Suécia, submetendo-se ao filho mais moço de Odin, chamado **Soemunghe**.

Entretanto, o legislador escandinavo não negligenciava coisa alguma para fazer com que seus novos Estados florescessem e para neles fundar seu culto sobre bases sólidas. Em Sigtuna, a cidade da vitória, atualmente Estocolmo, ele criou um conselho supremo, composto de doze Pontífices, e que foi encarregado de velar pela segurança pública, de fazer justiça para o povo e conservar fielmente todos os conhecimentos religiosos.

Os fragmentos históricos que chegaram até nós representam Odin como o mais persuasivo dos homens. As crônicas islandesas dizem que nada podia resistir à força dos seus discursos nos quais ele costumava incluir versos compostos de improviso. Eloqüente nos templos, onde seu ar venerável conquistava todos os corações, ele era, no fragor das batalhas, o mais impetuoso e o mais intrépido

---

da palavra **Huri,** usada pelos persas e árabes, é puramente céltico. Ainda hoje se diz **Hora** em gálico, **Whore** em inglês, **Hure** em todos os dialetos tudescos, etc. É verdade que o seu sentido tornou-se por demais abjeto, e que ela expressa menos que uma cortesã, mas isto é um efeito da mudança de costumes. Outrora, o amor livre não era condenado pelo culto, ao contrário. Vemos que a palavra sânscrita **Devadasi,** que traduz a palavra céltica **Hora**, significa apenas uma jovem consagrada aos Deuses. O grego Ερωσ, o **Amor,** origina-se da mesma fonte, ou melhor **ela** é a própria raiz do celta **Hora** e do árabe **Huri.** Este radical revela a idéia de um Princípio criador, de acordo com o sistema jônico ou fenício.

[147] Os cronologistas setentrionais situam este acontecimento sessenta anos antes de Cristo. Ora, a derrota de Mitrídates por Pompeu data do ano 67, uma boa coincidência.

dos guerreiros. Sua coragem, cantada pelos bardos e seus discípulos, foi por eles transformada numa virtude sobrenatural. Com o tempo, eles incluíram em sua história pessoal tudo o que pertencia à história geral da raça bórea, por causa de Bore, que ele apresentara como seu ancestral. Não contentes em confundi-lo com **Wod**, o Deus supremo que ele anunciava, também o confundiram com a antiga Teutad, atribuindo a ele todos os cantos da Voluspa. As poesias islandesas até hoje o representam como um Deus senhor dos elementos, dispondo à vontade dos ventos e das tempestades, percorrendo o Universo num piscar de olhos, tomando todas as formas, ressuscitando os mortos e prevendo o futuro. Segundo essas mesmas narrativas, ele sabia cantar árias tão melodiosas e ternas que as planícies se revestiam de novas flores, as colinas estremeciam de prazer e as sombras, atraídas pela doçura dos acordes, saíam dos abismos e quedavam-se imóveis ao seu redor.

Tais exageros são inevitáveis: encontramo-los igualmente expressos com relação a Ram, Orfeu e Odin, no Ramaiana dos hindus, na mitologia grega e no Edda.

Mas, voltando ao domínio da História positiva, eis o que se conta de certo sobre a morte de Odin. Esse Teocrata, coberto de felicidade e de glórias, não quis aguardar no leito uma morte lenta e despida de fulgor. Como sempre anunciara, para aumentar a coragem dos seus guerreiros, que somente os que morressem de maneira violenta seriam dignos dos prazeres celestes, ele decidiu terminar sua vida pelo ferro. Assim, após reunir seus amigos e os mais ilustres dos seus companheiros, ele fez com a ponta de uma lança nove ferimentos em seu corpo, formando um círculo, e declarou que ia para o Valhala participar, com os outros Deuses, de um festim eterno.

Odin, de acordo com os desígnios da Providência e querendo formar um Povo audacioso e valente e fundar um culto anímico, eminentemente apaixonado, só poderia morrer como morreu. Sua morte foi uma obra-prima da sua legislação. Sem ser tão heróica quanto a de Jesus, ela foi melhor que a de Apolônio de Tiana, e selou igualmente a sua doutrina.

Assim, enquanto um culto inteiramente intelectual, destinado a dominar a razão, preparava-se na Judéia, uma doutrina anímica, violenta em seus preceitos, se estabelecera na Escandinávia apenas para preparar os caminhos para aquele culto e favorecer-lhe a propagação. Entretanto, um homem poderosamente instintivo, capaz de um grande esforço de vontade, percorria o Império Romano ensinando que a vida não passa de um castigo, de um meio termo penoso entre dois estados, indiferentes em si mesmos à geração e à morte. Esse homem, chamado **Apolônio**, seguia, na doutrina de Pitágoras, o que esta possuía de mais positivo. Seu axioma favorito era o de que nada perece; que existem somente aparências que nascem e passam, enquanto a essência permanece sempre a mesma. Segundo ele, essa primeira essência, ao mesmo tempo ativa e passiva, que é tudo em tudo, é apenas o Deus Eterno, que perde seu nome em nossas línguas pelo grande número e variedade das coisas a designar. O homem, dizia ele, saindo do seu estado de essência para penetrar no de natureza, nasce; e se, ao contrário, ele sai do estado de natureza para entrar no de essência, morre. Na verdade, porém, ele não nasce nem morre; ele passa de um estado para outro, eis tudo. Ele muda de modo sem jamais mudar de natureza nem de essência, porque nada sai do nada e jamais chega a ser coisa alguma.

Ao difundir essa doutrina, Apolônio enfraquecia, necessariamente, o poder da Vontade. Este poder, assim lançado à obscuridade, não mais via objetivo em seus esforços se, com efeito, como o ensinava Apolônio, ele só agia sobre as aparências e se o Universo realmente não passava de um automatismo divino, indiferente a todas as formas.

Apolônio levava uma vida muito austera e operava grande número de fenômenos, fosse curando doentes ou prevendo coisas futuras. Ele teve grande número de discípulos e seu sucesso foi a princípio mais deslumbrante que o de Jesus. Mas sua doutrina, não tendo a mesma base, não podia

ter a mesma duração. Após uma existência de mais de um século, ele desapareceu como Moisés, sem que o próprio Damis, seu mais querido discípulo pudesse dizer o que lhe aconteceu.

A bem dizer, esse teósofo não aprendeu nada de novo, mas deu à esfera instintiva um abalo que reconduziu a vista interior do homem para os próprios elementos formativos das coisas. Este abalo foi singularmente favorável ao progresso do cristianismo, dando aos seus seguidores a oportunidade de resolver várias dificuldades que perturbavam o espírito dos filósofos.

Nessa época, muitos homens, cujos interesses mais caros haviam sido esmagados pela ascensão do Império Romano, entregavam-se à meditação e voltavam para si próprios a atividade que não mais podiam estender aos seus objetivos políticos. Tais homens investigavam a origem do Mundo, sobretudo a da Matéria, a causa dos males, a natureza e o destino do Homem. Ora, os cristãos respondiam a estas coisas sem a menor hesitação. Suas respostas, é verdade, eram inesperadas, mas eram enunciadas com aquela persuasão profunda e viva que penetra e convence. Eles diziam que o Mundo fora criado pelo próprio Deus; que a Matéria de que esse Mundo fora criado, tirada do nada, de nada fora feita; que a causa dos males era a culpa do primeiro homem, que, criado livre e à imagem de Deus, infringira seus mandamentos. E quanto à natureza e ao destino do homem, eles não se constrangiam em dizer que o homem era a criatura de Deus, destinado a ser eternamente feliz no céu ou eternamente desgraçado nos infernos, conforme seguisse o caminho da virtude ou do vício.

Soluções assim categóricas que, propostas friamente, a frios espíritos teriam repelido, aturdiam os espíritos ardentes que viam a própria morte recuar diante do entusiasmo dos seus promotores. Os milagres operados por Jesus, e, sobretudo a sua ressurreição, confirmada por grande número de testemunhas que haviam selado seu testemunho com sangue, eram argumentos difíceis de destruir quando não se podia negar-lhes a existência.[148]

Contudo, ao ponto em que as coisas haviam chegado em conseqüência do desvio da Vontade do homem, era difícil evitar sua total dissolução. E Jesus, chamado para essa grande obra, não teria conseguido detê-la, mesmo após a imensa vitória que tivera sobre o Destino ao triunfar sobre a morte, sua arma mais terrível, se a Providência também não lhe tivesse conferido os meios para surgir aos olhos de Saulo e mudar a vontade particular daquele homem, a ponto de transformá-lo no mais zeloso protetor de sua doutrina, quando, antes daquele acontecimento, ele fora o mais encarniçado dos seus perseguidores. Saulo, que depois mudou seu nome para Paulo,[149] foi o verdadeiro fundador do cristianismo. Sem ele, nada teria sido feito.

Os doze apóstolos que Jesus deixou não tinham a força necessária para cumprir seu apostolado. Portanto, o cristianismo deve a São Paulo sua força dogmática e moral e sua doutrina espiritual, e mais tarde recebeu seus ritos sagrados e suas formas de um teósofo da escola de Alexandria, chamado Amonius.

CAPÍTULO VIII

DÉCIMA SEGUNDA REVOLUÇÃO NO ESTADO SOCIAL. CONSTANTINO É OBRIGADO A ABRAÇAR O CRISTIANISMO E ABANDONAR ROMA. INVASÃO DOS GODOS. QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO

[148] Sabe-se muito bem que existem hoje homens tão pouco judiciosos a ponto de negarem inclusive a própria existência física de Jesus. É preciso que estes homens estejam bastante incomodados com Sua existência providencial para chegarem a este cúmulo de absurdo.

[149] O nome **Saulo** provém de um radical que mostra a idéia de arrogância; e o de **Paulo**, ao contrário, vem de um radical que expressa humildade.

Enquanto todos esses acontecimentos se desenrolavam, o movimento desorganizador que ameaçava o Império Romano começava a se manifestar. Parecia como se já se pudesse ouvir os estalidos secos que anunciavam a queda daquele edifício mal construído. Ao Norte, os bretões se haviam revoltado e massacrado as legiões romanas. No Meridião, os judeus, ainda cobertos do sangue de um Enviado Divino, mas sempre sustentados pela esperança de um libertador que viria, haviam tentado por várias vezes libertar-se do jugo. Vencidos por toda parte e dispersados aos quatro cantos da Terra, eles haviam levado consigo o ódio que alimentavam. Os partas na Ásia e os godos na Europa já haviam ameaçado suas fronteiras. Os germes da revolta, que o gênio do Imperador Severo havia reprimido, desenvolveram-se com furor sob o reinado de Caracala. Todas as paixões que provocam as revoluções e derrubam os Estados fermentavam de um extremo a outro do Império. O terceiro século viu mais de vinte Imperadores, quase todos elevados ao trono pela sedição ou pelo assassinato dos seus predecessores. Mal um Imperador era massacrado e seu algoz apoderava-se da coroa, três ou quatro concorrentes, cada um à frente de um exército, vinham disputá-la com ele. O senado romano, um miserável instrumento das mais vis paixões, dava assento aos tiranos mais execráveis entre os Deuses. Ele não se pejava de outorgar honras divinas a um Caracala, assassino do próprio pai e do irmão, o flagelo de Roma e horror do gênero humano. O politeísmo aviltado não conseguia deter essas desordens.

Foi em meio a esta dificuldade, enquanto o fogo dos céus abrasava o Capitólio e a peste ceifava o povo do Oriente, que os seguidores de Odin, após terem rompido as fronteiras, cruzaram-nas finalmente. De início, conhecidos pelo título geral de godos, logo se distinguiram pelo nome que davam a si mesmos. Os francos e os sicâmbrios foram os primeiros conhecidos.[150] Estes povos, inflamados por um entusiasmo religioso e guerreiro e não contentes em atacar o Império Romano na Europa, invadiram também suas possessões na Ásia e depois na África. A princípio, eram destruídos em grande número, mas nenhuma derrota conseguia diminuir-lhes a audácia. Eles pareciam renascer sob o ferro que os mutilava, como a hidra de Lerna da mitologia. Cláudio II massacrara, inutilmente, trezentos mil godos propriamente ditos[151] e Aureliano outros tantos alemães, mas essas duas vitórias não evitaram que, em poucos anos, eles tivessem de lhes ceder a Dácia e a Trácia. Os burginhones, os vândalos, os francos, sucediam-se uns aos outros, espalhando a desolação.

Constantino, justamente apavorado com a situação do Império, vendo sua parte moral totalmente corrompida e sua existência física claramente comprometida no Ocidente, decidiu, abraçando o culto dos cristãos, consolidar a revolução religiosa que a força das coisas havia provocado e transferir o trono imperial para as costas do Bósforo. Esse movimento duplo tornara-se indispensável. Era preciso abandonar um culto ultrapassado que não mais oferecia qualquer garantia e, em meio à tempestade que se formava, concentrar-se num ponto limítrofe entre a Ásia e a Europa. Aquela cidade audaciosa, cuja arrogância ninguém podia abater, estava fadada à destruição. Seja qual for o julgamento da posteridade sobre o caráter pessoal de Constantino, a verdade é que ele foi um homem de gênio, que soube avaliar o século em que viveu e fazer, com inteligência e força, o que as circunstâncias exigiam dele.

Assim, o culto cristão triunfou e, da própria poeira onde nascera, ergueu-se diretamente para o trono. Ele ofereceu às levas de bárbaros que inundavam o Império um dique moral contra o qual todos os seus esforços fracassavam. Embora nada de físico pudesse resistir à violência do seu impulso, aquele culto os enredou em laços espirituais nos quais o fogo de suas paixões abrandou. As sombras da ignorância, deslocando-se com eles, deveriam cobrir a Europa e mantê-la por muito

---

[150] O nome sicâmbrios (**Sig-Kimbres**) significa os címbrios vitoriosos.

[151] Repito que se deve entender por godos os seguidores de Odin em geral. Sicâmbrios, francos, vândalos, alemães, etc, são alcunhas dadas a esses mesmos godos relativamente ao seu caráter ou aos seus costumes, tal como as de ostrogodos ou visigodos que aduzem à sua posição geográfica. Os godos, gothans ou gothins eram, em relação a Odin, o que são os cristãos em relação a Cristo.

tempo mergulhada numa atmosfera tenebrosa. Era preciso um culto adequado para esta situação difícil e a Providência, tendo previsto tal circunstância, preparou tudo para que tal culto fosse estabelecido. Ele fora colocado, pela força intelectual do seu fundador, acima da fatalidade do Destino e do poder arbitrário da Vontade, ambas igualmente vencidas pelo sacrifício voluntário de sua vida e por sua vitória sobre a morte.

É de todo inútil deter-me nesta época escabrosa da história moderna. Sabe-se que o terrível Alarico, o primeiro que teve a honra de tomar e saquear Roma, fora general do exército sob Teodósio I, Imperador do Oriente. Não se ignora que Teodósio, que utilizara Alarico e seus godos para se livrar de Eugênio, seu adversário, deu-lhes um salário, transformado em tributo sob o reinado do fraco Arcádio. Entretanto, Alarico, insatisfeito com este tributo e pretendendo conquistar troféus mais nobres, abandonou seu tributário para atacar Honório, Imperador do Ocidente. Stilicon, general dos exércitos de Honório, era o único que podia enfrentar aquele terrível inimigo. Acusam-no de tê-lo chamado, e ele é decapitado. Roma é tomada e o Império do Ocidente destroçado. Os seguidores de Odin, vendo-o de portas abertas, invadem-no por todos os lados. Alarico abrira uma brecha pela qual se precipitaram todos os outros bárbaros, ávidos por seu quinhão na pilhagem. Os vândalos tomam a Espanha; os burginhones e os francos invadem as Gálias; os visigodos apoderam-se da Oscitânia e os Lombardos invadem a Itália. Os romanos, obrigados a evacuar a Grã-Bretanha, sofrem reveses por toda parte. Durante esse tempo os hunos, conduzidos pelo terrível Átila, ameaçam ao mesmo tempo vencidos e vencedores, pilham e massacram tudo o que lhes aparece pela frente, sem distinção de culto ou nome, e contribuem para a confusão geral. Finalmente Odoacre, à frente de seus hérules, chega em meio à desordem, entra em Roma e destrona Augústulo no ano 476 de nossa era. Alguns anos depois, Clóvis, rei dos francos, termina a conquista das Gálias, iniciada por Meroveu e Childeric, fundando ali o Reino de França. Sabemos como Clotilde, sua mulher e filha de Childeric, rei dos burguinhones, o convenceu a abraçar o cristianismo. Este acontecimento da mais alta importância, submetendo o culto de Odin ao de Jesus, consolidou os desígnios da Providência e salvou a sociedade européia da perda certa para a qual a fatalidade do Destino a arrastava.

Não nos devemos esquecer que os godos, cujas mãos derrubaram o Império Romano, sejam quais forem os nomes pelos quais se apresentem nos anais modernos, eram seguidores de Odin, formados de uma mistura de povos asiáticos e europeus que vinham do Norte. Eles tinham o caráter, os costumes, as leis e quase que o mesmo culto dos celtas primitivos. Como sua única virtude era a coragem guerreira, eles ignoravam todas as artes do lazer, todas as ciências da teoria pura e vangloriavam-se dessa ignorância. O ódio que nutriam pelo nome romano e que seu legislador lhes inculcara havia cinco ou seis séculos, tornava odioso tudo o que dissesse respeito aos romanos. Para eles, este nome era a expressão do que se pode imaginar de mais vil e covarde, avaro e vicioso. Eles atribuíam às ciências e às artes cultivadas pelos romanos, a quem tinham horror, o estado de aviltamento em que haviam caído.[152]

Além disso, por onde quer que os godos fossem, seus passos eram manchados de sangue e sua presença anunciava a devastação. As províncias mais férteis foram transformadas em desertos, as cidades destruídas, os campos incendiados, os habitantes massacrados ou levados como escravos; logo, a fome e a peste, juntando-se aos horrores da guerra, culminaram a desolação dos povos. Havia dois mil anos que o Universo não se achava presa de tantos flagelos ao mesmo tempo. Os autores contemporâneos que tiveram a infelicidade de testemunhar estas cenas de devastação e

[152] Eles incluíam nessa proscrição até a arte da escrita. Assim, somente aos historiadores gregos ou latinos é que devemos as poucas noções que temos a seu respeito. Quando eles renunciaram aos preconceitos e começaram a redigir seus anais, a lembrança de sua origem já se perdera totalmente. Jomandes, Paul Warnefride e Gregório de Tours, embora sejam os mais antigos e autorizados dos seus historiadores, nos dão sobre sua origem, suas leis e costumes apenas esclarecimentos confusos e insatisfatórios.

carnificina deram-se ao trabalho de procurar expressões intensas o bastante para pintar todos os seus horrores.[153]

Devastada, a Europa cobriu-se pouco a pouco de terras incultas e de pântanos fétidos, e por toda parte a mais terrível barbárie substituiu a civilização. A própria Itália, centro do luxo e das artes, região onde a agricultura era praticada com extremo cuidado, viu-se de tal maneira deformada pelos bárbaros que ainda no século IX estava coberta de florestas onde se açoitavam animais selvagens.

Quando aquela violenta tempestade amainou um pouco, e os vencedores, cansados de assassinatos e devastações, repousaram sobre os escombros que haviam amontoado, verificou-se que aquele vasto corpo político chamado Império Romano, miseravelmente destroçado, estava dividido em grande número de pequenos estados, entre os quais toda comunicação fora interrompida. O comércio fora abandonado, as artes mais úteis não dispunham de artesãos, a própria agricultura era negligenciada; somente piratas singravam os mares e os habitantes das partes mais distantes de um mesmo reino não conseguiam manter qualquer relação entre si.[154]

CAPÍTULO IX

REFLEXÕES SOBRE ESSES ACONTECIMENTOS. SITUAÇÃO DO SACERDÓCIO E DA REALEZA. NOVOS DESVIOS DA VONTADE

Assim, após muitas vicissitudes mais ou menos penosas, a população européia viu-se de volta ao mesmo estado em que estivera milhares de anos antes. Mas para ela havia uma vantagem, a de possuir a experiência do passado e ter um culto providencial que, erguendo barreiras protetoras a sua volta, a protegia contra sua própria ignorância e sua própria cólera. A Vontade, violentamente suprimida pelos últimos acontecimentos, estava submetida, por um lado, ao jugo do Destino e, pelo outro, ao da Providência. Restava ver se, ao sair desse estado de abatimento, ela desejaria reconhecer livremente um ou outro desses dois poderes, aliar-se a um deles em particular ou servir de elo comum aos dois. De um lado estava a autoridade civil e militar; do outro, a autoridade espiritual e sacerdotal. No começo, essas duas autoridades, ainda agitadas pelos repetidos abalos que o corpo político acabara de sofrer, ainda mal firmadas e mal organizadas, praticamente não se conheciam. Ora excessivamente confundidas, ora por demais separadas, elas ignoravam seus respectivos limites e suas verdadeiras atribuições. Durante cerca de dois séculos, e enquanto ocorria a violenta invasão, foi impossível distinguir qualquer coisa em meio às densas trevas que os bárbaros traziam consigo. Sequer se desconfiava que houvesse um Sumo Pontífice, e este, em meio à tempestade, ignorava se ainda existiam monarcas. Finalmente, quando a tranqüilidade restabelecida permitiu examinar o estado de coisas, viu-se com espanto que não só as duas

---

153 Procópio diz que é por um sentimento de humanidade que ele não quer transmitir ao futuro os detalhes das crueldades perpetradas pelos godos, para não assustá-lo com esses monumentos da barbárie. Idácio, testemunha ocular da desolação que acompanhou a invasão da Espanha pelos vândalos, relata que, concluída a feroz devastação daqueles bárbaros, a peste veio juntar seus horrores à calamidade. A fome, diz ele, foi tão generalizada que os vivos foram obrigados a se alimentar de cadáveres. Santo Agostinho confirma a narrativa dessas desgraças. As costas da África foram tão maltratadas quanto as da Europa. Afirma-se que numa só guerra dos vândalos morreram mais de cinco milhões de homens.

154 As comunicações eram de tal forma difíceis e tão pequeno o comércio entre os homens que, ainda no final do século X, um abade de Clugny, na Borgonha, tendo sido chamado a conduzir monges até um mosteiro próximo de Paris, desculpou-se, alegando que não queria expor-se a tal viagem por uma região inóspita e desconhecida. Mais de um século depois, no começo do século XH, os monges de Ferrières, na diocese de Sens, ignoravam que existia em Flandres uma cidade chamada **Tournai**; e os monges de Saint-Martin de Tournais ignoravam igualmente onde ficava o mosteiro de Ferrières. Um assunto que interessava aos dois mosteiros obrigou-os a tentarem algum tipo de comunicação, e eles buscaram-se com infinitas dificuldades até finalmente se encontrarem, por mero acaso. A geografia era tão pouco cultivada que não mais se conhecia sequer a localização das três partes do mundo. Nos mapas desenhados naquela época de ignorância, vemos Jerusalém situada no centro da Terra e a Ásia, a África e a Europa dispostas de tal forma ao seu redor que Alexandria ficava próxima da cidade santa de Nazaré.

autoridades não se conheciam, como também os diversos membros que a compunham sequer as reconheciam eles próprios. Desta forma, sob a aparência de um regime sacerdotal e real, na verdade só existiam duas anarquias cujos esforços tendiam a dominar-se mutuamente.

Não obstante os golpes que lhe haviam sido desfechados, aquela indomável vontade européia insistia em seu movimento. Incapaz de se livrar de dois jugos tão rigorosos como os de Jesus e Odin, e que ela suportava juntos, essa Vontade procurava destruí-los, dividindo-os, e o conseguiu. Já o cristianismo, atacado até suas bases, fora abalado por grande número de inovadores impudentes, chamados **heresiarcas** devido às opiniões específicas que professavam. Enquanto uns consideravam Jesus como o próprio Deus, descido do céu para esclarecer os homens, outros queriam ver nele apenas um gênio celeste, um profeta divino, ou mesmo um homem inspirado, como Moisés, Orfeu ou Sócrates. Se, de um lado, homens ligados à ortodoxia, como Berilo e Paulo de Samosate, procuravam estabelecer os mistérios da Trindade e os da Encarnação, do outro, Ário e Macedônio atacavam-nos violentamente. Artemon e Teodoto consideravam os dogmas do cristianismo por demais obscuros e sua moral excessivamente severa. De repente surgiram Montanus e seus encratistas, que se julgavam chamados a dar-lhe ainda mais obscuridade e rigor. A disciplina da Igreja e o culto prestado à Virgem eram também motivos para grande-número de seitas. Havia cristãos filósofos ou sistemáticos que, procurando de boa fé conformar os mistérios do cristianismo com as idéias que a razão lhes proporcionava, tentavam explicá-los pela doutrina de Pitágoras ou de Platão, pelo sistema das Emanações dos caldeus ou pela crença dos dois princípios de Zoroastro. Valentim, Basilido, Saturnino, Carpócrates, Marcion, Bardesane e, sobretudo, Manes sobressaíram-se neste caminho.

Em meio a esses tumultos, os Sumos Pontífices, chamados **Patriarcas** ou **Papas**, que deveriam estar investidos de uma força suficiente para estabelecer a ortodoxia da Igreja, manter-lhe os direitos e calar os inovadores, viram, assustados, que estavam despidos de autoridade real, que ninguém respeitava as suas decisões e que, obrigados a obedecer aos movimentos da multidão, deviam sancionar ora os prós e ora os contras, conforme uns ou outros fossem adotados pela maioria de certas assembléias chamadas **Concílios**, às quais a opinião pública queria que se submetessem. Para cúmulo da desgraça, estes Sumos Pontífices, assim destituídos de toda soberania e não tendo nas mãos qualquer arma forte o bastante para deter o avanço dos heréticos, pois estes não se submetiam nem às suas decisões nem aos seus anátemas, irritados com a resistência e cedendo às paixões que jamais faltam mesmo ao coração do homem mais íntegro, quando acredita que a Divindade está interessada em sua própria causa; estes Sumos Pontífices, como disse, acostumaram-se imprudentemente a considerar criminosos homens que apenas eram dissidentes, e a entregá-los à autoridade civil dos monarcas. Estes, deleitados em aproveitar-se desta vantagem sobre o sacerdócio, e sem prever os espantosos inconvenientes que isto lhes poderia acarretar, usaram de sua força e transformaram em assuntos de estado as querelas religiosas que deveriam limitar-se ao seio da Igreja e serem ali resolvidas. Banimentos, exílios, perdas de bens e mortes foram arbitrariamente pronunciados. Os cristãos, no início perseguidos, passaram a perseguidores; o sangue correu e os partidos, ora vencidos ora vencedores, não viam outra desgraça no Estado senão a incapacidade de exterminar por completo o partido adversário.

Assim, o sacerdócio cristão, deixando-se invadir pelas formas republicanas e submetendo, contra toda razão, seu chefe supremo à Vontade de uma assembléia que não o reconhecia como tal e disputava com ele sua posição, seu título e sua autoridade, entregou-se à anarquia e votou-se à nulidade ou ao despotismo. Tal sacerdócio autorizou os monarcas a não reconhecerem o que ele mesmo não reconhecia, e provocou aquela luta escandalosa que por mais de mil anos afligiu a Europa. A importância que ele dava à heresia multiplicou-se, e o apelo que fez à força civil tornou-o dependente dela. Quando, no século XVI, viu-se dividido e destruído, esse mesmo sacerdócio só pôde atribuir sua divisão e sua destruição às mesmas forças republicanas que um orgulho tolo e uma vontade indisciplinável o fizeram adotar.

Estas formas insólitas de que os monarcas de início se aproveitaram para diminuir habilmente a influência dos sumos pontífices e escapar-lhes à vigilância, foram, ademais, uma arma de dois gumes cujos golpes eles não tardaram a sentir porque, como considerassem bom que a autoridade fosse dividida de um lado e submetida à sanção do corpo sacerdotal, eles não podiam considerar ruim que ela fosse dividida do outro, e que o corpo feudal os dominasse. Essa reação foi ainda mais inevitável por ser natural que os barões se considerassem independentes dos reis e que os sacerdotes se considerassem liberados da obediência ao seu chefe supremo. As hordas de godos que, sob diferentes nomes, invadiram o Império Romano, não eram formadas de soldados mercenários, submetidos a um déspota, mas de homens bravos, conduzidos por um chefe, seu igual, e conquistando para si mesmos.[155] Antes de iniciar qualquer assunto, eles deliberavam em comum e decidiam de acordo com a maioria. A autoridade do chefe limitava-se a executar a vontade geral. Após a conquista, cada guerreiro considerava a parte de terra que lhe cabia, juntamente com as famílias que dependiam desta, como uma recompensa pela sua coragem. Ele renovou, nessas regiões, praticamente todos os usos, quase todas as leis que outrora haviam existido e das quais falei no começo desta obra, mas com esta notável diferença: não encontrando unidade no novo culto adotado, ele não se deu ao trabalho de se intrometer no governo real; cada varão considerava-se senhor absoluto do seu castelo; não reconhecendo outra obrigação exceto a de seguir o Rei na guerra e, constituindo-se em seu próprio juiz e vingador, não reconhecia senão a Deus e a sua espada. A Europa encontrava-se então dividida numa infinidade de pequenas soberanias cuja extensão com freqüência limitava-se ao castelo onde residia o soberano.

Este foi o fim do Império Universal, e este fora seu começo. Esse Império, após ter atingido o apogeu, descera ao seu nível mais baixo. Ele permaneceria nesta situação por pouco ou por muito tempo, dependendo das circunstâncias e segundo a ação dos três grandes poderes do Universo ao se reunirem uma vez mais para reconstruí-lo.

CAPÍTULO X

EXAME RÁPIDO DA SITUAÇÃO DA ÁSIA. MISSÃO DE MAOMÉ E SUAS CONSEQÜÊNCIAS. DÉCIMA TERCEIRA REVOLUÇÃO.

É preciso observar que, no momento em que as trevas se adensavam cada vez mais sobre a Europa e cobriam o ocidente do nosso hemisfério, o Oriente e o Meridião da Ásia começavam a ver alguma claridade. As tempestades violentas que haviam agitado a China após o reinado do famoso Tsin-che-huang[156] acalmaram-se, e aquele Império fruía então de um grande brilho. Vários homens de gênio surgiram em seu seio. Viu-se uma embaixada chinesa cruzar pela primeira vez as fronteiras do país, percorrer a Alta Ásia, a Pérsia, parte da Europa e a Índia para ali obter novas luzes sobre as ciências e as artes. Os japoneses foram submetidos a um tributo, e a Coréia conquistada. A Grande Muralha, construída outrora para deter as invasões dos tártaros, e que há séculos estava em ruínas, fora toda reconstruída e cobria uma extensão de mais de quinhentas léguas. Finalmente, uma das

---

[155] Parece certo que naquela época uma revolução qualquer colocara sobre a cabeça do Mayer a coroa do Kahn, e que, em conseqüência, o poder civil hereditário deixara de existir. Portanto, os chefes dos bárbaros que inundaram o Império Romano não eram, a bem dizer, **reis**, e sim **maires** cujo poder puramente militar era eletivo. Só mais tarde é que tomaram o título de rei, quando a conquista e, principalmente, a mudança de culto consolidaram sua autoridade. Eles distinguiram-se uma vez mais dos maires por consagrarem a hereditariedade em sua casa, mas não tardaram a sofrer a influencia do poder militar, que acabou invadindo o poder civil, tomando para si todos os seus direitos. Foi na pessoa de Pepino, rei de França, que se efetuou a união definitiva da realeza à **mairie** (prefeitura). Entretanto, Pepino não deu seu nome à sua raça, porque não foi considerado rei legítimo. Tal honra coube a seu filho Carlos.

[156] O mesmo que quis eliminar todos os monumentos literários anteriores ao seu reinado, e que reuniu todo o império em suas mãos, após ter destruído os sete reinos que antes o compunham: foi no ano 221 a.C.

mais belas invenções que honraram o espírito humano, a do papel, favoreceu ainda mais o progresso das ciências.[157]

A Índia também florescia; o reinado do célebre Rei Vikramaditya reproduzia tudo o que aquela região tivera outrora de notável; a poesia, sobretudo, fora ali cultivada com grande êxito. Parecia como se aqueles povos, já velhos, mas ainda vigorosos e sadios, retomassem vida nova, convalescendo de alguma doença violenta que houvesse ameaçado sua existência.

Uma nova dinastia, a dos Sassânidas, surgira na Pérsia, e esse reino, embelezado e melhor governado, pudera conquistar a Arábia.[158]

A África também não permanecera ociosa e sem glórias. Os abissínios haviam, inclusive, penetrado várias vezes no Iêmen, onde tentaram introduzir o cristianismo.

Em geral, os séculos V e VI que para a Europa foram uma época de desolação e barbárie, para o Oriente Asiático, principalmente a China, foram séculos de luxo e magnificência. Até mesmo alguns teósofos notáveis, como Sotocté no Japão e um novo Budha entre os siameses, ilustravam aquela época quando a Providência, vendo o estado miserável a que a Vontade do homem, sempre refratária às suas leis, reduzira a Europa; vendo o poder real sem força e o sacerdócio sem virtudes, ambos entregues a divisões infindáveis que os reduziam à mais absoluta nulidade; contemplando Roma e Constantinopla transformadas em centros de querelas intermináveis, de cismas e heresias tão ridículas na essência quanto na forma; sem esperanças de restabelecer por muito tempo a unidade sacerdotal e real, espíritos tão divididos pelos seus próprios interesses quanto pelas suas paixões particulares; a Providência, repito, queria pelo menos deter essa depravação que, ameaçando invadir toda a Ásia, poderia roubar-lhe o resto de grandeza que ainda se manifestava ali. Como disse os abissínios, imbuídos das opiniões heterodoxas de alguns monges gregos, já haviam tentado inoculá-las na Arábia. A Ásia Menor, infectada por doutrinas contrárias de grande número de heresiarcas, não conseguira influenciar a Pérsia estimulando a ambição de um jovem príncipe, filho do rei Nurshirvan.[159] Era evidente que ele não tinha um momento a perder; era preciso uma muralha forte que separasse a Ásia da Europa, e foi Maomé o encarregado de erguê-la.[160]

Como Odin, Maomé era um homem poderosamente anímico, capaz de um entusiasmo apaixonado e, como Jesus, dotado de uma força de vontade extraordinária. Ele não era culto, mas conhecia sua própria ignorância e sabia tirar partido disso para fazer sobressair tudo o que sua imaginação tinha de mais notável. Ele foi o único profeta a dizer, sobre si mesmo, que não podia penetrar no futuro e que não fora enviado para fazer milagres, mas apenas para governar os homens e ensinar-lhes a verdade.[161] Maomé, abandonado por todos e agindo segundo suas próprias faculdades, era um homem comum, muito amoroso, de caráter doce, modesto, amigo da paz e calado. Mas quando se entregava ao espírito divino que se lhe incorporava à alma, nada podia resistir aos movimentos impetuosos de sua eloqüência; as centelhas do seu olhar abrasavam os espíritos, uma autoridade sobrenatural dominava-lhe a voz: era preciso segui-lo ou evitá-lo. Quando, aos cinqüenta e dois anos de idade, uma perseguição iníqua que ele não esperava obrigou-o a fugir de sua pátria e a

---

[157] Esta bela invenção data do ano 105 a.C.

[158] O começo da dinastia dos Sassânidas data do ano 155 a.C, e a conquista da Arábia de 240 a.C.

[159] É o mesmo que nossos historiadores chamam de Copsrocs, ou Ciro, o Grande. Seu filho, cego pelo zelo de alguns padres cristãos, armou-se contra o pai após ter abraçado o cristianismo. Mas o monarca, tendo descoberto e punido o crime daquele príncipe, votou tamanho ódio à religião que supostamente o influenciara que, após tê-la proscrito dos seus estados, passou a atacá-la onde quer que pudesse.

[160] Maomé nasceu por volta do ano 569 ou 570 d.C. Ele iniciou seu apostolado aos 42 anos de idade, no ano 612. Foi banido para Meca no ano 622. É desta época que data a glória de Maomé, a era que os muçulmanos chamam de **Hégira,** porque seu profeta foi obrigado a fugir para Medina.

[161] Os milagres que mais tarde lhe foram atribuídos, ou são alegorias mal compreendidas ou então imposturas ridículas com as quais seus amigos fanáticos, ou talvez seus inimigos, pejaram-lhe a memória.

recorrer às armas, ele demonstrou uma intrepidez e talentos militares que nenhum dos seus inimigos jamais suspeitara que tivesse. O entusiasmo guerreiro que incutiu em seus discípulos está acima de qualquer expressão. O próprio Odin não inspirou nada maior.

Deve-se observar neste ponto que, se Jesus quisesse seguir o caminho das conquistas que se abriu para ele quando os povos da Galiléia ofereceram-lhe a coroa, e se tivesse assumido o comando dos judeus, que aguardavam um Messias conquistador, ele teria inexoravelmente conquistado a Ásia, mas a Europa lhe teria resistido. E como era principalmente na Europa que deveria exercer sua influência, ele decidiu inclinar-se pela escolha de uma vitória de início bem menos fulgurante, porém bem mais forte no futuro, e optou por superar a fatalidade do Destino em lugar de servir-se dela.

Jesus sucedera à inspiração de Moisés; Maomé sucedeu à inspiração de Moisés e de Jesus, reconhecendo-os também como divinos. Ele apenas afirmava que os seguidores de Moisés se haviam afastado da doutrina e que os discípulos de Jesus não haviam compreendido bem a de seu mestre.[162] Por conseguinte, ele restabeleceu a Unidade absoluta de Deus, tal como os hebreus haviam-na recebido da tradição atlântica, e encerrou toda a sua religião nestas poucas palavras: **Não há senão um DEUS, e Maomé é seu profeta**. Além disso, ele estabeleceu com a maior força possível a imortalidade da alma e o dogma dos castigos e das recompensas futuras, de acordo com os vícios e as virtudes dos homens. Querendo apenas falar à imaginação anímica da multidão, ele teve o cuidado, como o fizera Odin, de se conformar com as idéias de seu povo, para o qual pintou as delícias que aguardavam os eleitos. No Valhala de Odin, os belicosos escandinavos lutavam e bebiam; no paraíso de Maomé, os voluptuosos asiáticos entregavam-se a um repouso encantador e desfrutavam sem inquietações das delícias do amor.

Não se deve esquecer que a tradição atlântica relativa à Unidade absoluta de Deus fora conservada principalmente pelos celtas bodohnes que, após misturarem-se aos atlantes na África, haviam formado o povo árabe e, em seguida, o povo hebreu, insubmissos ao jugo dos fenícios, de modo que esta tradição, devolvida sem alterações à sua fonte, assumiu, na boca de Maomé, uma autoridade ainda maior, uma vez que ele soube separar habilmente o que de estranho fora nela incluído, entre os hebreus, pela convivência com os caldeus, transformados que estavam em discípulos de Zoroastro e de Krishna, isto é, a Dualidade dos princípios cosmogônicos e a Trindade das faculdades divinas. Ele manteve, com grande vigor, a dominação da faculdade masculina sobre a feminina e não se esqueceu de que Moisés, ao atribuir à mulher o primeiro pecado, submetera-a ao homem. Foi isto que o levou a consagrar o dogma da poligamia, exigida pelos costumes do seu povo e pelo uso imemorial na Ásia. Assim, ele ignorou a influência das mulheres, que tanto servira e que tanto deveria ainda servir ao estabelecimento do cristianismo na Europa.[163] Mas o êxito tão brilhante quanto rápido obtido pela doutrina do islamismo provou de maneira clara que ele não tinha necessidade disso.

Ao morrer, Maomé já era senhor de Meca e de grande parte da Arábia. Sua morte, que ele previra e anunciara no Alcorão, longe de diminuir o entusiasmo dos seus seguidores, pareceu aumentá-lo ainda mais. Ele foi digno de sua vida. Não cometeu suicídio, como o fizera Odin, mas aceitou a

---

[162] Digno de nota é o fato de que esta foi a mesma censura que os Oráculos do Politeísmo faziam constantemente aos cristãos. Esses oráculos, consultados sobre a nova religião e sobre a inaudita intolerância dos seus seguidores, respondiam que não se devia acusar Jesus por esses excessos, mas apenas seus Discípulos, que haviam corrompido sua doutrina: Jesus era um homem divino, o mais admirável de todos quantos surgiram na Terra.

[163] Eu já disse que foi Clotilde quem convenceu Clóvis a abraçar o cristianismo. Uma irmã dos imperadores Basílio e Constantino, casada com um grande knes da Rússia chamado Volodimer, conseguiu que seu marido se batizasse. Na mesma época, Miscilau, duque da Polônia, foi convertido por sua mulher, irmã do duque da Boêmia. Os búlgaros receberam esse culto do mesmo modo. Gisele, irmã do imperador Henrique, fez de seu marido, rei da Hungria, um cristão. O mesmo aconteceu na Inglaterra.

morte[164] e talvez tenha demonstrado maior grandeza de alma. Em poucos anos, seus sucessores, que tomaram o nome de Califas, venceram os persas, então donos da Ásia, tomaram-lhes todas as possessões, entraram triunfalmente em Jerusalém e conquistaram o Egito; já senhores de um imenso império, em menos de um século estabeleceram-se na Espanha, de onde passaram a ameaçar a atemorizada Europa.

Após tomarem a Aquitânia e todas as costas da Provença até o Avinhão, os sarracenos,[165] pois assim eram chamados, penetraram até o coração da França quando Carlos Magno, que os esperava nas planícies de Poitiers, venceu-os na famosa batalha que pôs fim, por muito tempo, ao seu avanço pela Europa. Esta vitória tem sido muito decantada, sem dúvida com razão, pois o escolhido para travá-la possuía as qualidades necessárias para isso. Mas ela era inevitável. A Europa não poderia ser inteiramente vencida sem mudar a face do mundo. E a influencia de Maomé não ia tão longe. Os resultados particulares que essa vitória trouxe para a França foram a extinção da dinastia de Clóvis, a elevação da de Carlos Martel, a coroação de Pepino e o reinado fatídico de Carlos Magno, do qual falarei mais adiante.

De resto, Maomé cometeu um grave erro, que reduziu em muito a duração do Califado. Ele não cogitou de separar o gládio do sacerdócio, e como enfeixara ambos em suas mãos, assim os transmitiu aos seus sucessores. Mas deveria aquele poderoso teocrata esperar que surgisse sempre um pulso firme o bastante para segurá-los juntos? Isto não aconteceu. Após o glorioso reinado de Harun-al-Rashid, o califado entrou em decadência e, já pelo início do século X, o Califa Radhi não mais reinava sobre Bagdá exceto sob a tutela do Emir, chefe de sua guarda. Este Emir, tornando-se cada vez mais poderoso, logo deixou de lado a consideração. Dominando um corpo de tártaros chamados **turcos**, que estavam sob seu comando, ele se tornou senhor da pessoa do próprio Califa Kaiem, prosternando-se a seus pés e obrigando-o a segui-lo. Conduzindo-o ao palácio que lhe serviria de prisão, segurando as rédeas de sua mula, ele despojou-o, sob a aparência de vão respeito, de todo o seu poder temporal.[166]

A partir desse momento, o sacerdócio separou-se da realeza no culto muçulmano. Mas como tal divisão ocorreu pela força, ela apenas comprovou que jamais houvera uma verdadeira união entre eles. Não obstante, como o dogma do Destino fora aceito por Maomé, o sacerdócio submeteu-se imediatamente e não se entregou a uma luta obstinada, como acontecera na Europa.

Embora a duração do Califado não fosse tão longa quanto poderia ter sido, ela foi suficiente para cumprir o objetivo de sua instituição. A Europa foi contida. As trevas que a cobriam viram-se temperadas pelo seu brilho, e as ciências e as artes, cultivadas na Espanha pelos cuidados árabes, puderam difundir-se e propagar-se dali com mais facilidade, quando chegou o momento favorável para isso.

CAPITULO XI

[164] Maomé, após ter ido ao templo fazer sua última predica e sua última prece, retomou ao seu palácio e deitou-se. Sua filha Fátima estava à cabeceira, com vários dos seus discípulos. Ele disse à filha, tomando-lhe a mão: "Eis a Morte à porta; ela pede permissão para entrar"... E, após um instante de introspecção, abraçou a filha pela última vez, voltou-se para a porta e disse: "Que ela entre!" E expirou.

[165] Isto é, os Dominadores da Ásia.

[166] Este usurpador chamava-se **Ortogrul-beg**. A raça otomana, que, segundo se diz, descende dele, data seu poder desse episódio, ocorrido no ano 1050 de nossa era.

REINADO DE CARLOS MAGNO. DÉCIMA QUARTA REVOLUÇÃO. AS CRUZADAS. TOMADA DE JERUSALÉM PELOS CRISTÃOS. TOMADA DE CONSTANTINOPLA PELOS MUÇULMANOS. CAUSAS E RESULTADOS DESSES TRÊS GRANDES ACONTECIMENTOS

Desde a época da invasão dos godos, da queda do Império Romano e da extinção das luzes no Ocidente, até o momento em que essas luzes começaram a ressurgir, após um período de mil anos, isto é, desde o século V até o século XV, registramos vários acontecimentos notáveis, entre os quais devemos distinguir três: o reinado de Carlos Magno, a tomada de Jerusalém pelos Cruzados e a de Constantinopla pelos muçulmanos. O primeiro e o último deles foram obra do Destino. O outro dependeu da Vontade do homem que, no século XI, despertou como que de um longo torpor. Eu pretendia repassar várias vezes esses episódios mais importantes e até mesmo examinar com mais detalhes o lapso de tempo entre eles, mas contentar-me-ei com esboçar apenas os mais relevantes.

Carlos Magno foi o primeiro monarca nesses tempos modernos cujo gênio, ascendendo a altas concepções, ousou formar o projeto de restabelecer o Império Romano, destruído havia mais de três séculos, e de erguer sobre seus escombros as bases de um novo império universal. Este homem extraordinário, sobretudo pela época em que viveu, gigante elevado acima de um povo de pigmeus, no começo teve êxito em seu empreendimento. Conquistador bem sucedido e político hábil, ele cobriu a Europa com seus troféus e recebeu, em Roma, a coroa imperial que o Papa Leão lhe ofertou. O Império que ele possuía era maior que o dos romanos no Ocidente.[167] Mas esse brilho inesperado e surpreendente foi para a França uma espécie de aurora boreal que, surgindo de repente em meio às trevas, dissipa-as por breves instantes apenas para revelar-lhes toda a profundeza.

Este esforço do Destino não podia perdurar. Para consolidar seus admiráveis efeitos, seria necessário que Carlos Magno tivesse pensado em fazer a Providência intervir. Mas sua inteligência não estava aberta para esse lado. Esquecendo-se de que seu pai, Pepino, era apenas um Maire elevado ao trono em lugar de um rei legítimo, cuja autoridade duvidosa e indecisa necessitara da concordância do Sumo Pontífice para se manter, ele se apoiou unicamente na força do seu gênio e de suas armas. Não se dignou a fundar sobre as bases sólidas da Religião o edifício da sua grandeza. Ele abraça o culto por motivos políticos, propaga-o por ambição e presta ao Papa apenas uma homenagem ilusória. Embora fingisse receber a coroa imperial de suas mãos, ele evitou submetê-la ao sumo pontífice. E, como que agastado por algumas condescendências e alguns presentes frívolos, declarou altivamente que não pretendia depender do sacerdócio, porque no momento em que associou seu filho Luís ao Império em Aix-la-Chapelle, ele lhe ordenou que tomasse pessoalmente a coroa no aliar, não querendo que a recebesse de um Pontífice. Aquele insolente orgulho, que às vezes tem sido imitado, sempre foi mal sucedido. Esta coroa, que Carlos Magno ignorou dever à Providência, não permaneceu por muito tempo em sua casa. Após servir de pretexto para muitos infortúnios, ela caiu da cabeça de Luís, o Infante, indo parar na de um certo Conde da Francônia, como contarei mais adiante.

Afirmei que o reinado de Carlos Magno foi obra do Destino, e que o acontecimento seguinte, a tomada de Jerusalém, principal objetivo das Cruzadas, foi obra da Vontade do homem. Pode-se talvez perguntar como estas duas efemérides podem ser assim classificadas, e como se pode reconhecer tal classificação. Se a pergunta for feita, terei muito mais prazer com isto, pois ela me dará a oportunidade de dirimir várias questões similares sobre as quais ainda não me detive porque, muito envolvido em meu assunto, e julgando que a coisa era por demais evidente, esqueci-me de fazê-lo. Ademais, numa obra dessa natureza, não se pode dizer tudo de uma só vez nem explicar tudo ao mesmo tempo. É preciso que o espírito do autor seja levado a falar das coisas pelas próprias coisas, e seria errado que um leitor impaciente o acusasse de ser obscuro antes de terminar a leitura de toda a obra. Somente pelo conjunto é que se pode julgar os detalhes. Eis porque uma segunda

[167] Ele compreendia a Itália até a Calábria, a Espanha até o Ebro, todas as Gálias, a Ístria, a Dalmácia, a Hungria, a Transilvânia, a Moldávia, a Polônia até o Vístula e toda a Germânia.

leitura é indispensável para os que querem compreender qualquer sistema, independente da maneira como seja exposto.

O reinado de Carlos Magno foi obra do Destino porque ele dependeu da posição daquele monarca, do seu gênio particular e de todos os antecedentes que haviam conduzido à coroação de Pepino, seu pai. Ninguém a não ser ele almejava o objetivo para onde se dirigia e, com freqüência, ninguém o via. Seu único ascendente arrastava consigo todas as coisas, que teriam parado se ele tivesse parado e, com efeito, deixaram de se mover quando ele deixou de existir. Nada ao seu redor se movimentava se ele não se movesse. Seu impulso fatídico era de tal forma necessário que; desde o momento em que ele deixou de existir, todos os recursos do seu governo se desconcertaram. O edifício que construíra com tanto esforço desmoronou assim que ele parou de sustentá-lo, porque as vontades que o haviam auxiliado em sua construção eram todas passivas e somente a sua agia ativamente em seu próprio destino. Se Carlos Magno tivesse feito a Providência interessar-se pela sua obra, esta teria persistido na proporção exata da ação providencial que tivesse evocado. Querem saber como? Eu lhes direi e desvendarei um grande mistério; prestem atenção. Sua obra teria persistido porque ele teria continuado a conduzi-la. Ao se repousar sobre seu destino, ele se repousou sobre um efeito transitório, que não poderia ir além da sua causa. E como nada lhe estava reservado do outro lado da vida, sua morte foi o fim dos seus trabalhos.

Agora, voltem o olhar para as Cruzadas. O movimento que as produziu era inerente à massa que se movia. Todas as vontades exteriores pareciam reunir-se numa vontade interior que se fixava no mesmo objetivo: arrancar Jerusalém das mãos dos Infiéis. O sentimento do mais humilde criado em nada diferia do sentimento do monarca e o destino daquele, como o deste, eram igualmente forçados a seguir o impulso aplicado, que não vinha nem de um, nem de outro, e cuja origem era desconhecida. Era um turbilhão muito difícil de evitai' e, uma vez dentro dele, era impossível sair. A intensidade do seu movimento aumentava em razão da sua massa e esta, em razão do seu movimento. Num turbilhão dessa natureza, que podemos chamar de turbilhão volitivo, o centro está em toda parte. Ele não tem efeito até que se fixe, o que somente o Destino ou a Providência pode fazer. Num turbilhão fatídico, como o de Carlos Magno, por exemplo, o centro está apenas num único ponto, e se este faltar, tudo falta, a menos que a Vontade ou a Providência o proporcione. A Vontade foi nula e a Providência sequer foi invocada no tempo de Carlos Magno. Na época das Cruzadas, não havia um só destino capaz de regularizar o movimento e de recorrer à Providência para isso. Assim, este imenso turbilhão só produziu resultados por demais medíocres, sobretudo do lado onde estes eram mais esperados.

Se pudermos crer no testemunho dos autores contemporâneos, seis milhões de homens tomaram a cruz. Nas palavras de uma princesa grega que escrevia a história de seu pai, toda a Europa parecia como que arrancada de suas bases e prestes a lançar todo o seu peso sobre a Ásia. Para isto, era preciso um homem poderoso, capaz de conceber um grande pensamento e executá-lo; mas não havia tal homem, e rios de sangue correram inutilmente.

Diz-se que o primeiro pretexto desse movimento extraordinário foi o boato, que se espalhou repentinamente pela Europa, de que o fim do mundo estava próximo. A consternação foi geral. Muitos homens tão crédulos quanto piedosos reuniram-se apressadamente em Jerusalém onde, segundo imaginavam, Jesus Cristo logo reapareceria para julgar os homens. Os turcos, que dominavam a Palestina desde que haviam despojado os califas de sua autoridade, receberam mal essa afluência de cristãos e passaram a maltratar muitos deles. Um desses peregrinos maltratados, conhecido como Pedro o Eremita, retornou à Europa para contar os vexames sofridos e incitar os cristãos à vingança. Toda a Igreja cristã se revoltou. O Concilio de Pleasance, assistido por mais de trinta mil pessoas, decidiu-se pela guerra contra os Infiéis; o de Clermont, mais numeroso ainda, confirmou essa decisão.

Como acabei de dizer, tratava-se de um imenso movimento da Vontade que se manifestava. Se ele tivesse encontrado um homem providencial ou fatídico, isto é, um homem de gênio, que tivesse sabido ligar esse movimento à Providência ou ao Destino, é impossível dizer que terríveis conseqüências ele poderia produzir. Mas Carlos Magno há muito deixara de existir; o Papa Gregório VII acabara de morrer e Carlos V ainda não nascera. Mais de oitenta mil homens, ignorantes e fanáticos, conduzidos por Pedro o Eremita, apenas ensangüentaram seu caminho e juncaram-no de cadáveres. Eles sequer chegaram à Palestina. Muitos outros Cruzados, que seguiam um pregador alemão chamado **Gotescale**, foram massacrados na Hungria. Godofredo de Bouillon teve um destino melhor, pois conseguiu tomar Jerusalém e ali fundar um reino passageiro. Mas essa conquista foi insignificante quando comparada aos meios que utilizou. Alexandre precisou de apenas quarenta mil homens para submeter a Ásia, e quando Maomé iniciou sua carreira, apenas trezentas vozes seguiam suas ordens.

Em geral, as Cruzadas tiveram sucessos militares limitados e sempre relacionados com o destino particular de quem os obtinha. A tomada de Jerusalém foi o mais importante desses sucessos e quem o conseguiu foi sem dúvida Godofredo de Bouillon, o mais ilustre dos heróis cruzados porque, de algum modo, alcançou o grande objetivo das Cruzadas. Mas se tivesse sido um homem de gênio, Godofredo teria percebido claramente que não fora para fazê-lo Rei de Jerusalém que toda a cristandade se revoltara. Querer assim limitar um movimento tão violento era uma idéia insignificante e bem digna das humildes glórias e da passageira duração resultantes. Era preciso conceber tudo o que poderia produzir de grandioso e de magnífico aquele sucesso, e saber fazer a própria Vontade orgulhar-se do seu próprio triunfo. Era preciso declarar Jerusalém a capital do mundo cristão, cidade santa e sagrada; ali instalar o Papa, investido de uma autoridade universal; e, seguindo o curso dos acontecimentos que não poderiam deixar de ocorrer, e que realmente ocorreram, tomar Constantinopla, ali destruir o cisma grego e fazer dela a cidade imperial, como o fora sob Constantino. Além disso, pela mesma razão que o Império fatídico de Carlos Magno desmoronara por falta de uma vontade forte que o sustentasse, o movimento volitivo das Cruzadas extinguiu-se por falta de um destino poderoso o bastante para centralizá-lo. Em menos de dois séculos, os cristãos, expulsos de todas as suas possessões na Ásia, não conservaram ali nenhuma de suas conquistas. Todavia, a ação volitiva de seis milhões de homens não poderia ser totalmente perdida. Essas expedições a terras distantes, embora sem resultados aparentes, tiveram dois efeitos salutares sobre as formas do Estado Social e sobre seus costumes. Os cruzados, marchando para a Terra Santa, viram regiões florescentes e cidades magníficas: encontraram na Ásia um luxo de que sequer faziam idéia. A utilidade das ciências e das artes os impressionou; seus preconceitos enfraqueceram, sua visão se ampliou e novas idéias germinaram em suas cabeças. Eles sentiram a diferença que havia entre eles e os outros povos. Várias associações religiosas e guerreiras que se formaram, especialmente a dos Templários, adquiriram, pela iniciação, conhecimentos teosóficos que levaram consigo para a Europa. Houve como que uma fusão de conhecimentos. Os que vieram do Oriente mesclaram-se com os que saíam da Espanha, fecundando-se mutuamente.

Mas esse violento abalo que ocorrera alarmara a Ásia. Aquela terrível Vontade européia, sempre pronta a rebelar-se, precisava ser contida. A epidemia assumiu proporções tais que se viu a viúva de um rei da Hungria tomar da cruz e pôr-se à frente de um partido de mulheres: muitos milhares de crianças foram para a Palestina conduzidos por pedagogos energúmenos. Houve um movimento contrário.

O chefe de uma horda tártara, de nome **Temugin**, julgou-se chamado pelo Destino para conquistar o mundo.[168] Ele reuniu os principais Kahns dos tártaros numa espécie de Dieta, chamada **Cur-Iltê** e, declarando sua vocação, conclamou-os a segui-lo. Como grande número desses Kahns concordasse com isso, ele tomou o nome de Gêngis-Kahn, o Grande Rei, e pôs-se em marcha para cumprir seus altos destinos. Seus êxitos ultrapassaram-lhe em muito as esperanças. Em menos de vinte anos ele

[168] Em 1206.

conquistou mais de oitocentas léguas desde o Oriente até o Ocidente, e mais de mil do meridião ao setentrião. Seus sucessores ampliaram ainda mais suas conquistas, levando-as para além das fronteiras orientais da China, e indo até o centro da Europa, na Hungria e na Boêmia. Os cristãos, repelidos de todas as partes, fizeram então jorrar violentamente sobre si mesmos as chamas que os abrasavam. Não mais podendo empreender Cruzadas contra os que chamavam de Infiéis, passaram a atacar e mutilar uns aos outros. Tomaram da cruz contra aqueles aos quais davam o nome de **Hereges**, sem se preocupar em saber de que lado estava a heresia. Sabe-se como o fanático e ambicioso Simão de Monfort, à frente de mais de quinhentos mil combatentes, a pretexto de submeter os Albigenses, devastou o meridião da França, então pátria das letras e das artes, sufocando em seu berço as musas Oscitânicas.[169]

Mal a tempestade que assolara a Ásia sob o reinado de Gêngis e de seus filhos se acalmou, os príncipes cristãos tentaram reiniciar suas expedições políticas e religiosas contra os muçulmanos; mas o movimento volitivo cessara. Esses príncipes, reduzidos aos seus próprios destinos, foram repelidos por toda parte e, para coroar as desgraças, uma doença cruel atacou seus exércitos. Um dos melhores reis que a França já teve, São Luís, infelizmente arrastado pela vertigem de seu século, foi atacado por miasmas mortais na África, sucumbiu à epidemia e morreu estendido sobre as cinzas, tão piedoso quanto corajoso.[170]

Essas novas agressões da Europa provocaram novas reações por parte da Ásia. O Império Otomano, fundado na Bitínia em fins do século XIII, ali crescera em silêncio e adquirira forças tremendas. De repente, ele surge no mundo e inicia sua carreira de conquistas. Em pouco, invade toda a Síria e logo ameaça a Europa. Os cristãos, apavorados, anunciam inutilmente uma nova Cruzada, mas o tempo para isto já passara. Amurad cruza o estreito e toma Andrinópolis. Seu filho, Bajazet, vence a famosa batalha de Nicópolis contra Sigismundo, rei da Hungria, na qual pereceu a elite da nobreza francesa comandada pelo Conde de Nevers. Sob os sucessores desses príncipes, o Império Grego é retalhado, cada vez mais limitado e reduzido apenas à cidade de Constantinopla, que finalmente cai em poder de Maomé II em meados do século XV. A tomada dessa cidade põe fim ao Império do Oriente e entrega aos turcos a mais bela e uma das mais fortes posições da Europa. É lá que tudo que o islamismo possui de mais temível, e o Destino de mais vigoroso, estabelece sua sede, como que para vigiar aquela região indomável e reprimir a impetuosidade dos seus movimentos. É em Constantinopla que estão depositadas as chaves da Ásia e que novamente se ata o nó górdio que, sozinho, lhe assegura o domínio. Não existe monarquia universal fora dos limites de suas muralhas: é ali que Mênfis e Meca, Roma e Jerusalém reuniram a força dos seus destinos. Os conquistadores que pretenderam o Império Universal e que não sabiam o que revelo aqui, em outras palavras, não conheciam a história do mundo, ignoraram inteiramente o progresso dos três grandes poderes que regem o Universo, atribuindo somente ao seu azar ou à sua estrela o que não lhes cabia.

Desde que aquele formidável ponto de apoio foi criado, a Espanha viu-se abandonada. O Destino, ao qual ela não mais servia, retirou-se dali, e o Rei Fernando pôde cobrir-se de glória imortal, obtendo sobre os mouros uma vitória fácil. Os sarracenos, obrigados a atravessar novamente os mares, espalharam-se pela África; e os judeus banidos havia pouco, levaram consigo grande parte da população e das riquezas daquele reino.

CAPITULO XII

[169] Mais de sessenta mil pessoas foram massacradas somente na tomada da cidade de Béziers. Antes de iniciar o ataque, os cruzados perguntaram aos legados de que maneira, entrando na cidade, poderiam distinguir os católicos dos hereges. "Matai a todos", respondeu Izarn; "Deus saberá quem são os seus". As conseqüências daquela abominável Cruzada, que destruiu a esperança da França e retardou seus destinos por vários séculos, foi a criação do Tribunal da Inquisição, terror da humanidade e vergonha do culto cristão.

[170] Sua morte ocorreu em Tunis no dia 25 de Outubro de 1270.

RECAPITULAÇÃO

Mais de dois mil anos se passaram entre o começo e o fim deste Livro. Este longo espaço de tempo ofereceu-nos apenas a história da luta travada entre a Vontade e o Destino, a Liberdade e a Necessidade. Vimos a Europa e a Ásia lançarem, uma contra a outra, todas as suas forças, alternando-se nos triunfos. Em meio a esses combates sangrentos, a Providência, sempre imparcial, sempre pronta a socorrer o lado mais fraco, evitou constantemente a perda total de um ou de outro poder e, no momento em que o perigo era maior, ofereceu-lhe abrigos tutelares. O leitor terá sem dúvida observado esta ação admirável. Ele viu bem que a missão de Kung-Tzé, de Zoroastro e de Pitágoras teve por objetivo manter as luzes intelectuais em meio às trevas materiais que ocasionavam a degenerescência universal dos cultos. Ele terá visto claramente que se Odin estava destinado a derrubar o colosso romano que ameaçava aniquilar a Ásia, Jesus, por outro lado, devia deter a impetuosidade dos seus movimentos e evitar a total dissolução do Estado Social na Europa: dissolução que, sem ele, seria inevitável. Examinando a situação do mundo na época em que Jesus surgiu na Judéia, o leitor não terá deixado de ver que era preciso preparar os espíritos para a grande mudança que se operaria, e que Apolônio de Tiana era perfeito para cumprir esse objetivo. Mas se a Europa devia ser salva não era preciso que a Ásia perecesse; e sua perda seria certa se a Europa, saindo da sua letargia, se erguesse furiosa e, plena de um entusiasmo religioso, se precipitasse sobre ela como acontecera na época das Cruzadas. A Providência, que previu esse movimento, como previra todos os outros, evitou-o pela missão de Maomé. Aquele poderoso teocrata, supondo que não fosse forte o bastante, foi sustentado por Sotocté e pelo último dos Budhas, por Gêngis-Kahn e por Tamerlão, que eram produtos seus.

Submetendo-se às leis da Liberdade e da Necessidade que desenvolviam a Vontade e o Destino, a Providência não queria que um desses dois poderes jamais dominasse totalmente o outro. Eis porque os maiores esforços de uma ou de outro são inúteis quando visam a este objetivo. Verifica-se que, após os triunfos mais decisivos, algum obstáculo inesperado os paralisa. Esse obstáculo é obra da Providência.

A luta que infelizmente se desencadeou entre a Liberdade e a Necessidade dura há muito tempo. E durará até que esses dois poderes concordem em reconhecer a Providência, submetendo-se ambos à sua augusta autoridade, e permitindo-lhe reuni-los. Então, a discórdia que reina há quase cinco mil anos dará lugar à calma, e o Estado Social tomará uma forma mais regular e mais favorável à prosperidade e à felicidade do gênero humano.

FIM DO LIVRO QUARTO

LIVRO QUINTO

Tendo chegado ao ponto mais importante da história moderna, decidi deter-me por instantes para que, contemplando a esta altura o caminho que já percorremos, eu possa lembrar os principais acontecimentos ocorridos, acrescentando-lhes algumas novas reflexões e, prosseguindo em meu caminho através dos acontecimentos contemporâneos, chegar ao objetivo a que me propus no começo desta Obra: adquirir, sobre o Estado Social do homem, noções menos confusas do que as que nos foram repassadas até hoje.

CAPITULO PRIMEIRO

DIGRESSÃO SOBRE O REINO HOMINAL, SOBRE SUA ESSÊNCIA ÍNTIMA, SUA COMPOSIÇÃO, A SOLIDARIEDADE DOS SEUS MEMBROS E OS MEIOS DE ELABORAÇÃO QUE ELE ENCERRA

Atrevo-me a me vangloriar que o leitor, mesmo pouco atento e ainda que não receba todas as minhas idéias, pelo menos agora as conhece, o que me permitirá raciocinar sobre elas. A esta altura ele já não deve ignorar que considero o Homem não em seu isolamento individual, mas na universalidade de sua espécie, que chamei de **Reino Hominal**. Este Reino sempre se me apresenta como um ser único, desfrutando de uma inteligência inteligível, tornada sensível pela individualização. Quando os filósofos disseram que a Natureza só faz indivíduos, eles falaram a verdade ao aplicar este axioma à natureza física; mas disseram um absurdo se o estenderam à natureza intelectual: essa natureza superior, ao contrário, faz apenas Reinos, modificados, pela natureza inferior, primeiro em espécies, depois em gêneros e, por fim, em indivíduos. No Reino Hominal, as espécies são Raças, diferençadas pela cor, pelas formas fisionômicas e pela terra natal; os gêneros são nações ou povos, diversificados pela língua, pelo culto, pelas leis e costumes; os indivíduos são homens, particularizados por sua respectiva posição nessas Nações ou nessas Raças e trazendo consigo, em tal posição, suas faculdades próprias e sua vontade individual. Todos os homens que compõem um povo formam um ser racional, do qual são os membros sensíveis. Esse ser racional, que se chama **Corpo Político**, **Povo** ou **Nação**, possui uma existência dupla, moral e física, podendo ser considerado, assim como o homem individual, sob a tríplice relação de seu corpo, sua alma ou seu espírito, como ser corporal e instintivo, anímico e apaixonado, espiritual e inteligente. Essa existência dupla nem sempre se manifesta em proporções harmônicas, pois com freqüência uma é forte quando a outra é fraca, ou uma está viva quando a outra está morta. A mesma desigualdade que existe entre os homens também ocorre entre os povos: em alguns as paixões são mais desenvolvidas que em outros; existem os puramente instintivos, como os puramente intelectuais.

Os homens estão nas nações, e estas nas raças, como as diferentes cores ocupam a paleta de um pintor. O Reino Hominal inicialmente os arruma em suas tintas mais fortes, para depois misturá-los e tirar deles os matizes suavizados com os quais comporá seu quadro. Este Reino, como já disse muitas vezes, é um dos três grandes poderes que regem o Universo: ele constitui, em particular, o que chamei de **Vontade do homem**. Mas essa Vontade não é nada simples, como acabo de deixar claro. Ela age por através de três modificações, sem as quais não poderia manifestar-se: essas modificações, particulares no homem individual, são universais no Homem universal, isto é, no Reino Hominal. O ponto de assentamento correto da Vontade nesse Reino é a alma universal. É pelo Instinto universal do homem que esta Vontade se liga ao Destino, e pela sua Inteligência universal que ela se comunica com a Providência. Para o homem individual, a Providência é apenas essa Inteligência universal, e o Destino não é senão esse Instinto universal. Desta forma, o Reino Hominal contém em si todo o Universo. Fora dele há apenas a Lei Divina que o constitui e a Causa Primeira de onde essa Lei emana. Essa Causa Primeira chama-se DEUS e essa Lei Divina tem o nome de **Natureza**. DEUS é UNO; mas como a Natureza de início parece oferecer um segundo princípio diferente de Deus e ela própria contém um movimento triplo de onde parecem resultar três naturezas diferentes - a natureza providencial, a natureza volitiva e a natureza anímica - segue-se daí que o homem individual não pode compreender nada que não seja duplo em seus princípios ou triplo em suas faculdades. Quando, por um grande esforço de sua inteligência, ele chega à idéia verdadeira de DEUS, ele então alcança o famoso quaternário de Pitágoras, fora do qual nada existe.

Acabei de dizer que o Reino Hominal, resultado dessa Lei Divina chamada **Natureza**, constitui um dos três grandes poderes que regem o Universo: a Vontade. E esta deve ser assim compreendida, embora contenha também os dois outros poderes, que são a Providência e o Destino, porque é a Vontade que faz deste Reino o ser que ele é e que, inclinando-se para a Providência ou para o Destino, o conduz a um dos dois objetivos da Natureza, que são a unidade ou a divisibilidade, a espiritualização ou a materialização.

A essência da Vontade é a liberdade. A necessidade existe igualmente no Destino e na Providência, mas essa Necessidade, cuja forma parece ser a mesma nos dois planos, difere singularmente na

essência. A Necessidade providencial age pelo sentimento; a Necessidade fatídica, pela sensação. O sentimento que depende da Vontade liga-se livremente a uma ou a outra dessas duas necessidades, ou as repele igualmente, para permanecer em seu próprio centro. A Vontade pode permanecer no seu centro anímico por todo o tempo em que não se dividir.

O que acontece com o Homem Universal, com o Reino Hominal, acontece também com o homem individual. A Vontade que move esse Reino, livre em sua essência, permanece igualmente livre no menor dos indivíduos humanos que a natureza física manifesta; e observe atentamente o seguinte: esses indivíduos, embora livres, não estão isolados; eles fazem parte de um Todo sobre o qual atuam e que reage sobre eles. Esta ação e reação contínua, que os torna dependentes um do outro, forma uma espécie de elo que podemos chamar de **solidariedade**. Portanto, os indivíduos são solidários nos povos; os Povos, nas nações; as Nações, nas raças; as Raças, no Reino. Assim, uma solidariedade universal une o Todo à menor das suas partes, e a menor dessas partes ao seu Todo. Nada pode ser destruído, mas tudo pode ser elaborado. É pela elaboração dos indivíduos que se efetua a das massas: e pela elaboração das massas que se opera a do Conjunto.

Ora, existem dois grandes meios de elaboração que, embora empregados sob diversas formas, e designados por diferentes nomes, saem igualmente da mesma causa para chegar a um mesmo resultado. Esses dois meios são a unidade e a divisibilidade, a atração e a repulsão, a **formação** e a **dissolução**, a vida e a morte. Na esfera política, à qual por ora me limito, devo considerar esses dois meios apenas pelos nomes de formação e dissolução. A vida e a morte agem nos indivíduos; a atração e a repulsão agem nos elementos; e a unidade ou a divisibilidade agem nos princípios.

E por meio da formação que o Reino Hominal tende a reunir os indivíduos que o compõem, desde a mais absoluta particularização, isto é, desde aquele estado de isolamento individual em que o homem, conhecendo somente a si mesmo, não tem sequer idéia do laço conjugal, o primeiro de todos, até a universalização social, na qual o mesmo culto, as mesmas leis, a mesma língua reúne todos os homens. É por meio da dissolução que o movimento contrário ocorre, e que o Reino Hominal, após ter colhido os frutos da universalização, recai na particularização absoluta, repassando por todas as fases políticas, desde o Império Universal até a mais restrita individualização do homem selvagem.

Vimos esse movimento duplo atuar e se desenvolver numa das principais raças do Reino, a Raça Bórea, da qual fazemos parte; e pudemos acompanhá-la nas suas primeiras fases de formação e de dissolução. Partindo dos primeiros elementos do Estado Social, galgamos até o Império Universal, mas sem alcançar a perfeição desse Império, como deixei claro: o que nos permitia vaticinar que, para nós, ele foi apenas uma primeira elaboração seguida de uma segunda. Com efeito, o movimento de dissolução não nos reuniu no mais baixo grau da escala social, como poderia ter acontecido, mas apenas num dos graus medianos onde a civilização, embora interrompida, não se viu destruída. Devemos esse serviço à Providência, que quis amortecer o culto destrutivo dado por Odin às nações góticas pelo culto conservador instituído por Jesus. Mostrei claramente as causas e as conseqüências desses dois cultos. Agora, voltemos atrás por alguns instantes, a fim de prosseguirmos em nossa exploração histórica.

CAPITULO II

UTILIDADE DO FEUDALISMO E DO CRISTIANISMO. MODIFICAÇÃO DESSES DOIS REGIMES UM PELO OUTRO. A CAVALARIA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS. REFORMA DO ESTADO SOCIAL NA EUROPA

Foi sem dúvida um espetáculo tão admirável quanto inesperado ver esses povos bravios, para quem a devastação e a destruição eram uma necessidade, e cujos braços armados de ferro e fogo levavam por toda parte a morte e o incêndio, deter-se repentinamente em meio a suas vitórias e receber

daquele cujas ciências e artes eles detestavam uma religião que lhes acorrentou o furor e que contrariava todas as suas inclinações. Para julgarmos o grande contraste entre seu caráter e sua posição, é preciso percorrer os espantosos anais da Europa, desde meados do século V até o começo do século XI. Acredito que nada de mais extraordinário se apresentou na Terra. Vê-se por toda parte uma tendência clara para a dissolução absoluta e esforços incríveis para precipitá-la, sempre detidos pela impossibilidade de alcançá-la. Um dos homens mais extraordinários surgidos nessa época na Europa foi Carlos Magno. Pelas razões já mencionadas, ele não conseguiu criar o Império Universal que pretendia, mas prestou um insigne serviço ao Estado Social apertando o nó que evitou sua dissolução. Autores cujas intenções eram puras, mas que pouco detinham além dos conhecimentos das formas externas das coisas, excederam-se em acusações a esse príncipe pela sua expedição contra os saxões. Eles o tacharam de fanático por ter obrigado os povos a abraçar o culto cristão; mas não refletiram que este era o único meio de deter sua fuga destrutiva e que, se não o tivesse feito, a Europa, exposta alguns anos mais tarde às incursões dos escandinavos, chamados normandos, estaria totalmente incapacitada para resisti-los e pereceria, inevitavelmente, se os saxões viessem a unir seus esforços aos dos bárbaros.

Duas instituições extremamente fortes, uma política e outra religiosa, salvaram então a civilização européia de uma dissolução absoluta: o regime feudal e o cristianismo. Alguns filósofos sistemáticos muito têm invectivado contra essas duas instituições, o que certamente é muito fácil, considerando-as isoladamente e fora da época em que foram aplicadas. Os touros fogosos e os cavalos indomados não gostam nem um pouco do jugo que os prende nem do freio que os fere, mas o homem, que conhece a necessidade desses dois objetos, usa-os quando necessário, sem pensar nisso. Assim procedeu a Providência com relação ao homem, quando ele pôde abusar de sua liberdade e voltar contra si mesmo as forças que lhe foram dadas para outro fim.

Contudo, essas duas terríveis instituições, igualmente rígidas e igualmente severas, o feudalismo e o cristianismo, finalmente tiveram de relaxar-se paulatinamente à medida que os costumes do povo se tornaram mais amenos e que suas paixões, menos destrutivas, deixaram de impelir o Estado Social para sua completa dissolução. Esse relaxamento começou por manifestar-se no regime feudal, sobre o qual o espírito do cristianismo agiu vivamente na época das Cruzadas. Em fins do século XI, esse regime chegou ao fim de sua grandeza; só lhe restava decair à medida que sua utilidade diminuía e que seus usos, repelidos pelos costumes, tornavam-se cada vez mais intoleráveis e ofendiam igualmente senhores e súditos. Os reis, justamente irritados com o orgulho dos seus barões, e estes, cansados de sua própria autoridade, exigiam uma mudança. Os barões apropriaram-se avidamente da esperança que lhes era oferecida e a maioria vendeu seus domínios feudais a preços vis para saírem em busca de estabelecimentos mais de acordo com seus gostos. Os soberanos enriqueceram-se com essas aquisições oportunistas e aumentaram progressivamente seu poderio; eles se tornaram agradáveis para grande número de comunas às quais deram liberdade política, e puderam encontrar no comércio, ao qual favoreciam, recursos consideráveis para fortalecer sua autoridade. Tornando-se cada vez mais respeitáveis à medida que se tornavam mais poderosos, eles tiveram a força de resolver as querelas e as hostilidades específicas que até então haviam banido a paz dos seus estados. Para fazer justiça em seu nome, eles criaram tribunais regulares de onde os combates judiciários, as apelações em combate singular e os julgamentos de Deus foram imperceptivelmente afastados.[171]

[171] Os combates judiciários, em uso nas nações góticas, remontam à mais alta antigüidade. Eles haviam sido usados entre os celtas primitivos, assim como as outras provas chamadas **julgamentos de Deus**. Em todas as nações do mundo encontram-se indícios dessa jurisprudência céltica, que autorizava os acusados a provar sua inocência submetendo-se a certas provas chamadas **Ordálios**, como, por exemplo, segurar um pedaço de metal incandescente, mergulhar o braço em água ou óleo fervente sem queimar-se, ingerir uma bebida envenenada sem sentir qualquer sintoma mortal, etc. Esses usos extraordinários, disseminados por toda a Terra, são mais uma prova do que eu já citei sobre a dominação dos celtas em tempos passados, graças às conquistas de Ram e ao estabelecimento do seu Império Universal. As nações góticas, ao restabelecerem tais usos, acrescentaram-lhes as tintas da barbárie que se tornara sua característica. Após suas conquistas, e quando o governo feudal se estabeleceu solidamente, os grandes vassalos, tendo-se assegurado da propriedade

Entretanto, tendo sido atacado pelo cristianismo e consideravelmente abrandado em menos de um século, o governo feudal por sua vez reagiu àquela religião, obrigando-a a modificar em muito o rigorismo dos seus preceitos e a obscuridade do seu ensino. Essa reação, que também nasceu no seio das Cruzadas e, portanto, não saiu dos princípios aprovados pelas duas instituições, feudal e religiosa, dependeu inteiramente da fundação da ordem da cavalaria. Vários autores têm tratado essa fundação como uma coisa bizarra, porque não examinaram seu objetivo nem aprenderam essa grande verdade política, a de que nenhuma instituição radical, seja no culto ou na forma de governo, jamais se modifica e transforma senão por meios internos, fornecidos por ela mesma: os meios externos, que às vezes são empregados por ignorância ou por necessidade, são sempre perigosos e quase nunca atingem o objetivo a que se propõem.

A ordem da cavalaria, fundada no começo do século XII, foi o resultado das circunstâncias particulares em que a sociedade européia encontrava-se então. O mesmo espírito que havia animado tantos fidalgos a tomar das armas para defender os peregrinos oprimidos na Palestina, estimulou outros a se declararem protetores dos fracos e vingadores da inocência oprimida na Europa. A compaixão, o amor, a justiça, a honra, eram qualidades características dos cavaleiros, qualidades que a religião devia reconhecer e consagrar. Ela as reconheceu e consagrou-as talvez sem prever todas as suas conseqüências. Mas verificou-se que essas conseqüências inevitáveis, desenvolvendo-se, tinham raízes no seu próprio seio e ali criaram um entusiasmo que, exaltando-as cada vez mais, fez com que elas dessem frutos que a religião foi obrigada a deixar amadurecer.

A compaixão inicialmente abrandou a escravatura e, não obstante as reclamações do interesse e do temor, tendia a aboli-la por completo, e o conseguiu. O amor deu um polimento aos costumes e trouxe consigo graças há muito desconhecidas, fazendo germinar grande número de virtudes amáveis, que deram origem às belas artes. A justiça atuou sobre o caráter, moderando-lhe os arroubos, e conseguiu reprimir, até certo ponto, o calor das paixões. A honra iluminou a bravura e deu à glória seu verdadeiro preço. A guerra passou a ser feita com menos ferocidade; a violência e a opressão diminuíram. O respeito pela verdade, a dedicação aos deveres, a exatidão no cumprimento da palavra dada, formaram o caráter do gentil-homem. A honra talhou o perfil de um homem novo, um homem específico daquela época do Estado Social, um homem cujo modelo teríamos procurado inutilmente alhures, entre os gregos, os romanos ou em qualquer outra nação da Terra.

Essa criação era necessária e mesmo indispensável. O governo feudal, embora excelente para deter a dissolução da sociedade, de nada valia para acompanhar-lhe os progressos numa nova

---

hereditária de suas terras e de suas dignidades, arrogaram-se também o poder de fazer justiça, o direito de cunhar moedas e o privilégio de fazer, em seu próprio nome, a guerra contra seus inimigos particulares. Todas essas coisas passaram imperceptivelmente das mãos dos mais poderosos príncipes para as dos mais insignificantes barões, de modo que cada região da Europa, entregue às devastações, transformou-se numa arena onde mil pequenos soberanos se estraçalhavam mutuamente. Tudo se cobriu de castelos fortes; tudo foi dividido; tudo era um inimigo natural. O rei, investido de um título inútil, ficou sem autoridade; o povo, joguete das paixões, das rivalidades e dos ódios dos seus senhores, caiu no mais triste embrutecimento. Não havia um só baronato que não fosse presa de alguma guerra intestina, deflagrada pela ambição ou pelo espírito de vingança. Os reis haviam tentado inutilmente opor-se a esse costume sanguinário. Somente Carlos Magno tivera força suficiente para deter as desordens, mas seus fracos sucessores, incapazes de manter suas instituições, haviam deixado que o caudal devastador retomasse seu curso. Finalmente o mal piorou de tal forma, e o perigo se tomou tão premente que a Providência foi obrigada a fazer ouvir sua voz. Por volta do ano de 1032, um Bispo da província de Aquitânia divulgou que um anjo lhe aparecera para ordenar que anunciasse a todos os homens que eles deviam cessar suas hostilidades particulares e se reconciliar uns com os outros: essa era a vontade de Deus. Essa divulgação surtiu efeito, resultando numa trégua de sete anos. Decidiu-se que ninguém poderia atacar nem inquietar seu adversário durante o tempo destinado à celebração das grandes festas da Igreja, e nem a partir da tarde da quinta-feira de cada semana até à quarta-feira da semana seguinte. Essas regras, que inicialmente eram apenas uma convenção particular de um reino, tornaram-se lei geral para toda a cristandade. Elas foram confirmadas pelo Papa e ratificadas por vários Concílios, tendo sido chamadas de **a Paz de Deus**. Essa paz, ditada pelo Céu, ainda assim teria sido insuficiente para conter o espírito de violência que agitava aqueles séculos infelizes se as Cruzadas, dando uma direção às idéias, não tivessem dado aos reis os meios necessários para cumpri-la.

formação. Seus abusos ter-se-iam manifestado com excessiva impunidade e ter-se-ia visto, com demasiada freqüência, homens úteis, fracos e desarmados, expostos aos insultos de homens turbulentos e investidos de força. A religião cristã, admirável para deter a impetuosidade das paixões ferozes dos povos ignorantes e bárbaros que devia refrear, não mais podia manter sua austeridade em meio às novas nações que se formavam sob a influência da cavalaria e da literatura. Ela devia esquecer que transformara a galanteria num crime e que as belas artes e mesmo as ciências humanas haviam sido apresentadas pelos seus primeiros seguidores como invenções perniciosas, sugestões do gênio infernal, armadilhas preparadas para afastar os homens dos caminhos da salvação. Os cavaleiros queriam o amor, queriam a honra e surgiu a obrigação de lhos conceder e de transformar em virtudes o que outrora teria sido considerado fraqueza e até mesmo vício. Os poetas queriam ilusões, queriam fábulas; eles buscavam os encantos da eloqüência fora dos Evangelhos e da Vulgata; foi necessário tolerar que lessem Ovídio e Virgílio, então anatemizados, e permitir que restabelecessem a lembrança de uma mitologia inimiga, considerada uma trama de impiedades.

Assim reagiram as coisas. O amor dos cavaleiros estimulou a verve poética dos trovadores; esta inflamou a imaginação dos artistas; e esta, por sua vez, desenvolveu o espírito filosófico dos eruditos. Como a glória se mostrava em outros locais além do ornamento dos elmos, e como todos podiam conquistá-la na lira do poeta, na paleta do pintor e na mesa do escritor, lançaram-se todos na carreira que para todos abriam a honra, a justiça e a compaixão. Essa verdadeira igualdade, cuja aurora via-se brilhar, enchia os espíritos de um entusiasmo inesperado diante do qual a severidade do culto era obrigada a ceder. A honra exigia que todo trabalho recebesse seu preço, que todo talento tivesse sua recompensa, que todo homem distinto tomasse seu lugar; era preciso obedecer a honra.

O movimento dado aos espíritos exploradores conduziu-os inicialmente à metafísica. A teologia escolástica os ocupou sozinha por muito tempo e os envolveu como que numa trama de distinções sutis. Os primeiros homens a se intitularem filósofos nesses séculos que mal começavam a ser iluminados por um tênue alvorecer, esgotaram a força do seu gênio em pesquisas ou especulações tão penosas quanto frívolas. Mas finalmente encontraram-se alguns felizes ou corajosos o bastante para desenredar, na obscuridade do labirinto onde se haviam embrenhado, o fio que poderia ajudá-los a sair. Eles o tomaram e, com ele, reencontraram Aristóteles, que os conduziu a Platão. Então, uma nova claridade os atingiu, e quando seus olhos ofuscados fortaleceram-se o bastante para se atreverem a fitar a tocha que tinham nas mãos, eles dirigiram sua luz para os objetos que os cercavam e tomaram-se de surpresa ao verem que estes eram bem diferentes do que haviam imaginado. Alguns, que se apressaram em falar, foram punidos pela sua imoderada loquacidade. Outros, a quem esses exemplos tornaram sábios, calaram-se à espera de um momento mais propício para expor suas opiniões, ou então retrataram-se após tê-las emitido.[172]

Durante esse tempo, surgiam Universidades e Colégios por toda parte; cada um se apressava em ingressar numa nova carreira que, rivalizando-se com a das armas, conduzia, como ela, à glória e à distinção. Normalmente atribui-se a Carlos Magno a fundação da primeira universidade. Mas, admitindo-se que este príncipe tivesse logrado realizar essa grande idéia, não parece que ela tenha sido muito bem sucedida em meio às terríveis dificuldades que se seguiram ao seu reinado. Somente no pontificado de Gregório VII é que a instrução pública foi realmente encorajada.[173] Esse Sumo

[172] Entre estes últimos está Berenger, que foi o primeiro a negar a presença real e a não ver senão a impanação na Eucaristia, como o fez Lutero três séculos mais tarde.

[173] No século IX a ignorância era tão profunda que a própria arte da escrita se tornara extremamente rara. Em virtude do benefício clerical, não se enforcava um ladrão que soubesse ler. Os eclesiásticos não eram então mais instruídos neste aspecto que o mais simples dos laicos. Vê-se pelas atas dos Concílios que vários dentre eles, constituídos em dignidades, não podiam assinar seus nomes. Nossa palavra **assinatura** e nosso verbo **assinar** são uma prova desse estado de barbárie, indicando a espécie de sinal que cada um adotava em lugar de seu nome. Em geral era o sinal da cruz. Alfredo, o Grande, se queixava de que em sua época não havia um só padre em seus estados que entendesse a

Pontífice, dotado de uma audácia e de uma força extraordinárias, foi o único capaz de conceber uma grande idéia e executá-la. Mesmo assim, a instrução pública só adquiriu uma forma regular e constante no começo do século XIII, quando os graus da Universidade de Paris foram definitivamente fixados.[174] Essa foi também a época em que a ciência da jurisprudência tomou grande impulso. Havia então menos de um século que se encontrara na Itália um exemplar das Pandectas de Justiniano. Na situação em que os espíritos se encontravam, tal obra devia causar-lhes admiração. Puseram-se a estudá-la; ela foi comentada e, poucos anos após sua descoberta, nomearam-se, nos principais estados da Europa, professores de Direito Civil encarregados de dar aulas públicas. Os fidalgos, ocupados com a profissão das armas, em geral deixavam esses estudos aos homens cuja fortuna favorecera seus ancestrais, fosse na agricultura, nas belas artes ou no comércio e, assim, deixaram que um novo caminho se abrisse ao seu incentivo.

Essa condescendência logo lhes criou terríveis rivais, porque era evidente que os homens que tivessem nas mãos a vida e a honra de outros em breve desfrutariam de grande consideração e adquiririam grande fortuna. Foi o que aconteceu. Tinha-se em grande apreço igualmente os magistrados e os soldados, os fidalgos e os juizes, os cavaleiros e os artistas e, como bem o observou o judicioso Robertson, as artes e as virtudes da paz começaram a ser postas nos seus devidos lugares, recebendo as recompensas que lhes eram devidas.

Foram estes os primeiros esforços da Vontade do homem para escapar ao jugo do Destino que a oprimira e a teria eliminado por completo se a Providência não o impedisse. Seus esforços foram bons; se tivessem sido dirigidos com cuidado, produziriam nobres resultados. Mas o exagero, tão rápido em se misturar a paixões anímicas, não tardou a fazê-los ultrapassar os limites que deveriam ter guardado.

CAPÍTULO III

RÁPIDO EXAME HISTÓRICO E POLÍTICO DAS PRINCIPAIS NAÇÕES DA EUROPA. ESPANHA

Assim, após alguns séculos de profunda ignorância e de miséria, a civilização européia, detida à beira do abismo por duas poderosas instituições, a do governo feudal e a do culto cristão, saíra de sua letargia e recomeçava seu movimento ascendente. Dos séculos XI ao XV ela deu passos tão largos e desenvolveu forças tão formidáveis que a Ásia, alarmada, teve de precaver-se contra ela: o que foi feito, como já se disse, primeiro pela invasão da Espanha e mais tarde pela tomada e ocupação de Constantinopla.

Nesse estado de coisas, restava ver que partido a Vontade do homem tomaria e se ela desejaria enfim reconhecer o Poder da Providência ou o do Destino. Graças ao enfraquecimento do sistema feudal, vários grandes reinos já se haviam formado e seus povos, rivais em poder e em glória, tendiam a tomar o domínio. Todos ali tinham mais ou menos títulos, todos eram mais ou menos impelidos pela sua posição. Em primeiro lugar estava então a Espanha, vindo em seguida a França e a Inglaterra, a Itália e a Alemanha. Nem a Polônia nem as potências do Norte, Suécia e Dinamarca, estavam então em condições de participar dessa lista, e a Rússia era desconhecida.

---

liturgia. A essa ignorância dos mais simples elementos das letras acrescentava-se a de todas as artes. Não se conhecia mais qualquer comodidade da vida. O luxo dos romanos desaparecera, para dar lugar ao mais grosseiro necessário. Mal se conservava, nos mosteiros, um ou outro indício mais tênues dos acontecimentos passados. O grosso da nação nada conhecia além do momento presente. O espírito humano enlanguescia sem cultura, sem emulação, sem lembranças e sem esperanças.

[174] Por volta do ano de 1230. Nessa época, dez mil pessoas tiveram voz para decidir uma agitada questão na Universidade de Paris, o que representa uma quantidade prodigiosa de estudantes, porque somente os graduados tinham o direito de votar. Em 1262 já se contavam dez mil estudantes na Universidade de Bolonha e, algum tempo depois, trinta mil na de Oxford.

Vamos dar uma olhadela rápida em cada um desses estados e vejamos quais poderiam ser suas esperanças.

A Espanha, invadida pelos godos, teve a sorte comum a todas as partes do Império Romano e caiu sob o braço de ferro desses bárbaros, que não a pouparam, como a todo o restante desse império. Felizmente, seu jugo não a oprimiu por muito tempo. Os sarracenos da África, chamados pelo Conde Juliano, conquistaram-na no começo do século VIII e, com as ciências e as artes dos árabes, levaram consigo para lá muitos conhecimentos úteis. Portanto, esse reino teve um destino mais afortunado que os outros estados c, quando conseguiu recuperar sua independência, pôde, com justa razão, colocar-se à frente da civilização européia. Mas essa situação, se por um lado era favorável, por outro trazia consigo alguns inconvenientes graves. Ali, a mudança não se operara bruscamente; ao contrário, as vitórias sobre os mouros ocorreram em diferentes épocas e sob diferentes chefes. No começo, o Rei Pelágio, acantonado nas montanhas das Astúrias, reunira em torno de si alguns cristãos corajosos que, recusando-se a se submeter aos muçulmanos, haviam formado sob seu comando um pequeno estado que conseguira sobreviver graças à aspereza e à pobreza da região em que se ocultara. Esse estado, aproveitando-se das circunstâncias favoráveis que se lhes apresentaram, aumentou sensivelmente. As querelas ocorridas entre os mouros haviam encorajado várias cidades a livrarem-se do seu jugo, de modo que, em fins do século XI, à época em que o movimento ascendente reiniciava na Europa, já havia na Espanha cerca de vinte reis, cristãos e muçulmanos, independentes entre si, sem contar um número considerável de cavaleiros que, julgando-se igualmente soberanos, perambulavam, totalmente armados e acompanhados de alguns escudeiros, oferecendo seus serviços aos que estivessem dispostos a pagar melhor.[175]

Como as vitórias sobre os sarracenos não puderam ser conquistadas sem a ajuda do povo espanhol, que com freqüência expulsava ele próprio esses estrangeiros para submeter-se a príncipes cristãos, verificou-se que o sistema feudal na Espanha assumiu um caráter específico e que, de certo modo, tinha a ver com a democracia. Em parte alguma a prerrogativa real foi submetida a limites tão rigorosos; em parte alguma os nobres afetaram mais orgulho e os cidadãos das cidades mais independência: foi na Espanha que pela primeira vez viu-se os povos, ao consagrarem a insurreição como um direito legítimo, e mesmo como um dever, revogar seu juramento de obediência, depor seus reis e até mesmo processá-los. Esse espantoso abuso da força popular era chamado de o privilégio da União e fazia parte dos costumes legais do reino de Aragão. Nesse reino, os reis, durante muito tempo eleitos, desfrutavam apenas de um titulo inútil; o verdadeiro exercício da soberania cabia às Cortes, uma espécie de assembléia parlamentar sem cuja permissão o monarca não podia impor taxas, declarar guerra, celebrar a paz nem cunhar moedas. Mas, como se tais barreiras não fossem suficientes para deter suas usurpações, considerou-se também conveniente estabelecer acima dele uma espécie de vigilante, cujo cargo lembrava um pouco o dos Éforos ou dos Tribunos do Povo: ele era um intérprete das leis, um Grande Justiceiro, chamado Justiza, autorizado a exigir contas de todos os magistrados e do próprio rei, cujos atos eram todos controlados por ele.[176]

Era difícil limitar ainda mais o poderio real e melhor seria não ter rei algum, pois como esperar que um príncipe dotado de alguma forma de caráter pudesse submeter-se a tais entraves? Os que os suportavam eram incapazes de reinar e o estado sofria com sua imperícia; os que sentiam em si as

---

[175] A cavalaria, fundada nessa época e recebida em todo o mundo cristão, floresceu principalmente na Espanha. Foi, sobretudo ali que surgiram os cavaleiros andantes propriamente ditos. O mais célebre dentre eles foi Rodrigo, denominado *el Cid*, ou melhor, **el Sid**, isto é, o Senhor, pelos próprios sarracenos, espantados com sua coragem. Sua fortuna era considerável. Poucos reis eram tão poderosos quanto ele e mais respeitados. Seus feitos e seu casamento com Ximena, cujo pai ele matara, têm proporcionado grande número de romances que os espanhóis ainda cantam.

[176] Era pela boca desse **Justiza** que os barões aragoneses diziam aos seus reis, no dia da coroação, estas palavras freqüentemente citadas: "Nós, que valemos tanto quanto vós, e que juntos somos mais poderosos que vós, prometemos obedecer ao vosso governo se mantiverdes nossos direitos e privilégios; senão, não".

virtudes de um monarca procuravam rompê-los, e o Estado era presa de revoluções.[177] Vê-se que foi principalmente na Espanha que a Vontade do homem exagerou seus esforços: ela caminhava mesmo para estabelecer ali o campo de uma liberdade sem limites, se a Providência, ao determinar a missão de Maomé, não tivesse dado ao Destino armas suficientemente fortes para opor-se a isto.

Os reinos de Castela, Valência e Catalunha, embora incluindo em suas constituições formas um pouco menos democráticas que as de Aragão, não eram muito mais favoráveis à realeza; a assembléia das Cortes era ali igualmente admitida com todas as suas prerrogativas. Os nobres que ali possuíam a maior parte das terras faziam valer muito mais o privilégio da sua casta. Os povos, conhecendo plenamente as suas forças, que as ininterruptas guerras sustentadas contra os mouros haviam desenvolvido, manifestavam um espírito de insubordinação, impacientes com toda regra. Em geral, a Espanha carecia de unidade; mesmo após a total expulsão dos mouros e a reunião de todos os reinos num só, pelo casamento de Fernando e Isabel, suas diversas partes, mal unidas, não formavam um todo regular. É a esta falta de conjunto que se deve atribuir a pouca vantagem que essa nação tirou dos conhecimentos que recebera dos árabes, e das luzes precoces que, longe de conduzirem-na ao objetivo que deveria alcançar, apenas lhe inspiraram um orgulho estéril que foi sua perdição.

Vários reis de Castela e Aragão haviam tentado inutilmente aumentar a prerrogativa real às custas dos privilégios dos nobres e das liberdades das comunas, mas somente Fernando viu-se à altura de empreendê-lo com resultados quando, tendo reunido os dois cetros em suas mãos, revestiu-se de tamanho poderio que deixou de temer qualquer concorrente entre seus vassalos, e de uma glória com fulgor suficiente para conquistar o respeito de seus povos. Suas vitórias decisivas sobre os mouros deram-lhe ambos. À frente de um exército vitorioso, ele soube dirigir habilmente suas forças contra uma aristocracia feudal que o inquietava. Atacando-as em seus mais sólidos pilares, a cavalaria e as Cortes, restringiu de tal forma a influência desses corpos feudais que estes, privados de poder e de consideração, acabaram desaparecendo por completo.

Assim, a aristocracia espanhola foi reprimida, mas o monarca, ao evitar um obstáculo, deparou-se com outro: ele se entregou à democracia que, de início obediente, não deixou de reclamar todas as suas liberdades, inclusive a de insurgir-se toda vez que isto lhe conviesse e no momento em que encontrasse um príncipe frágil o bastante para temê-la. Fernando viu isto claramente e, buscando um meio de evitar tal inconveniente, teve a infelicidade de ligar-se ao pior de todos, ao terror religioso. Fernando não era realmente piedoso. Como poderia sê-lo enquanto Bórgia ocupava a se pontifícia sob o nome de Alexandre VI? Ele encarava as religiões apenas como instituições políticas de que os governos podiam servir-se conforme suas posições e seus interesses. Para ele, a Providência era o Destino, e este, a força ou a habilidade dos homens. A cruzada contra os albigenses dera origem ao funesto Tribunal da Inquisição. O monarca espanhol viu nesse tribunal o tipo de freio que lhe era necessário e apropriou-se dele sem se inquietar com o estranho abuso do qual se tornava culpado. Os aragoneses, inicialmente apavorados com o aspecto do fantasma que lhes era apresentado, correram às armas, opondo-se com todas as suas forças ao estabelecimento dos inquisidores e chegando mesmo a matar seu chefe. Mas a força militar, então todo-poderosa nas mãos de Fernando, logo reprimiu esses rebeldes que, combatidos em nome do céu, terminaram submetendo-se. Não se pode jamais lutar com vantagem contra as conseqüências reconhecidas por um príncipe que se é obrigado a respeitar.

Após essa vitória, Fernando recebeu do Papa Alexandre VI o cognome de **Católico**; caber-lhe-ia melhor o de **déspota**. A Providência ultrajada afastou-se então da Espanha, e a Vontade do homem, violentamente reprimida pelo Destino, procurou provocar a explosão da maneira como descreverei mais adiante.

---

[177] O que acontecia com freqüência, principalmente no decorrer dos séculos XIII e XIV, sob os reinados de Alfonso III e Pedro IV.

CAPÍTULO IV

FRANÇA, INGLATERRA E ITÁLIA

Depois da Espanha, a França era o estado europeu mais florescente do século XV: o governo monárquico dirigira-se para a unidade através de grande número de obstáculos, muitos dos quais afortunadamente transpostos. O regime feudal estabelecido desde os primórdios da primeira Dinastia começara a ceder sob a segunda e, nas mãos de Carlos Magno, sofrerá algumas modificações importantes que tendiam a dar-lhe formas imperiais. Mas, sob os fracos sucessores daquele príncipe, tudo o que ele procurara reunir dividiu-se e, no movimento contrário que se seguiu, ultrapassou muito seus limites naturais; assim, foi principalmente na França e na Alemanha que esta reação se fez sentir com maior intensidade, que o feudalismo proporcionou as divisões menores e se inclinou mais para a anarquia aristocrática.[178]

Este foi um efeito inevitável do reinado de Carlos Magno: aquele reinado inteiramente fatídico, tendo exagerado o poder do Destino sem lhe dar qualquer ponto de apoio, nem na Vontade nem na Providência, devia necessariamente conduzir à sua dissolução, pois me parece já ter repetido o suficiente que cabe somente à Providência consolidar as coisas. O que advém unicamente da Vontade divide-se ao se exaltar; o que vem somente do Destino se dissolve pela corrupção.

No decorrer do século IX ainda não existia qualquer autoridade na França, cujo povo não passava do nível de escravo. O corpo feudal, também em dissolução, não tinha forças, e o poderio real, aviltado, não passava de inútil simulacro, sem evocar maior consideração. Os reis, privados de exércitos, de domínios e mesmo de súditos, enfraqueciam sem honra, quando finalmente Hughes Capet, chefe da terceira Dinastia, foi chamado ao Trono pela concordância dos grandes do reino. Este acontecimento decidiu a sorte da França, dando àquele reino uma força verdadeira que, aumentando, logo ultrapassou a dos barões. Os sucessores de Hughes, quase todos notáveis em seu século, aproveitaram-se habilmente das circunstâncias para apoderarem-se, sem alarde, dos Estados da nação que, sob o nome de Campo de Marte ou de Maio, haviam representado o corpo feudal desde os tempos da primeira Dinastia. Esses Estados, não mais encontrando neste corpo nem elo comum, nem interesse geral e nem princípio de união que pudessem tomar, deixaram-se dominar facilmente por príncipes capazes de fazer agir com oportunismo o móvel do interesse ou do temor, e concordaram em privar-se do poder legislativo em benefício daqueles. Dado esse primeiro passo, os reis de França, Luís, o Grande, e Filipe, o Belo, fortaleceram-na sucessivamente, dando liberdade às comunas e abrindo aos seus deputados a entrada desses mesmos Estados, que desde então tomaram o nome de Estados Gerais. Todo o resto dependia disso.

Os monarcas transformados em legisladores tomaram-lhes o estilo e todas as atribuições, arrogando-se inclusive o direito de impor taxas e de recrutar arbitrariamente exércitos. Eles afastaram imperceptivelmente a convocação dos Estados Gerais, dos quais não mais precisavam, e acabaram por substituí-los pelos juizes de sua corte, com os quais formaram um corpo político, dando-lhe o nome de Parlamento e atribuindo-lhe, além das funções judiciárias, as de verificar e registrar seus éditos e outros atos legislativos. Nessa época, a França inclinava-se para a monarquia absoluta e, no impulso que as coisas tomaram, tornava-se necessário que a realeza ali fosse tudo ou nada, o que sempre dependia do gênio do príncipe regente, cujo destino era o mesmo do de seu

[178] Nessa desditosa época não havia segurança em parte alguma, só pilhagem e confusão. Neste aspecto, a Inglaterra não diferia da França, e na Alemanha a desordem era ainda maior. As idéias do justo e do belo estavam de tal forma pervertidas que, ainda no começo do século XIII, vários Margraves alemães contavam entre seus direitos o de extorquir os viajantes que passavam pelos seus territórios e o de alterar as moedas. Neste aspecto, o Imperador Frederico III teve muita dificuldade em lhes fazer ver a razão e foi obrigado a coagi-los, na dieta de Egra, fazendo-os jurar que não mais exerceriam tais direitos.

reino. Quando esse gênio era poderoso, a França tornava-se poderosa e bem governada; quando, ao contrário, era fraco, a França caía num estado de fraqueza e confusão. Esta situação' singular tinha suas vantagens e seus inconvenientes. Mais adiante mostrarei porque, quando estava prestes a galgar o primeiro posto entre as potências da Europa, a França não o fez. Não foram nem os Estados Gerais, nem a nobreza e nem os parlamentos que a impediram, como querem os autores superficiais, mas a cegueira de Carlos VII e sua ingratidão para com a Providência.

A Inglaterra há muito rival da França e quase sempre muito bem sucedida, passava pelas mesmas vicissitudes. Invadida pelos terríveis discípulos de Odin, como acontecera com todas as outras partes do Império Romano, ela lhes resistira menos que o continente. Sucessivamente invadida por anglos, saxões, dinamarqueses e normandos, ela foi cedendo sucessivamente ao jugo de cada um, mudando de senhores como de leis, e de idioma como de costumes. No começo, ela foi dividida entre um grande número de pequenos soberanos, quase sempre em guerra e que, à força de se destruírem, acabaram reduzidos a sete, formando a heptarquia saxônica. Entretanto, um rei de Wessex, chamado Egbert, pôs-lhe termo, reunindo os sete reinos num só, a que chamou de reino da Inglaterra. Esta reunião teve um resultado favorável, porque criou o reino de Alfredo, chamado com justiça de **o Grande**, um homem extraordinário para seu século e um príncipe notável sob todos os aspectos.[179]

Esse reinado foi, para a Inglaterra, o que o de Carlos Magno representou para a França. Com a morte de Alfredo, a confusão voltou a reinar. Os dinamarqueses invadiram novamente a Inglaterra; seguiram-se os normandos e, depois deles, vieram os descendentes dos antigos francos, que lhes usurparam a coroa. Entrementes, os barões ingleses aproveitaram-se da fraqueza de vários dos seus reis para fazerem valer seus antigos privilégios, que haviam desaparecido com as sucessivas conquistas dos dinamarqueses e normandos. Como eles não podiam fazer isto sem o apoio das forças das comunas, verificou-se que, ao fim de certo tempo, as concessões que eles haviam arrancado aos monarcas tornaram-se mais lucrativas para as comunas do que vantajosas para os barões. Os povos, formados nesse espírito de turbulência que agitara os barões, voltaram-no contra os próprios barões, de maneira que o sistema feudal, rompido por todos os lados, cedeu à multidão e só conseguiu manter-se com o favor da democracia, que ele admitiu em seu seio.

Portanto, na Inglaterra, foi sobre a democracia que o feudalismo se apoiou ao cair; na Espanha, foi sobre a religião, considerada como um meio coercitivo, que a realeza triunfante sobre o feudalismo se apoiou; e na França foi sobre si mesma, sozinha, que a realeza acreditou poder fortalecer-se, vangloriando-se de conter igualmente as pretensões do feudalismo e as usurpações das comunas apenas pela força das armas e pela ilusão do cetro. Havia mais Vontade que Destino na Inglaterra e mais Destino que Vontade na França e na Espanha. Mas a França tinha esta vantagem sobre a Espanha: a de que ela pelo menos não profanava o poder da Providência, abusando de seu nome para sustentar a própria autoridade, e que as bases do seu governo, sendo mais verdadeiras, eram por conseguinte mais fortes.

Se a sorte da Itália diferiu um pouco da das outras nações da Europa após a invasão dos bárbaros, ela foi ainda mais terrível, sobretudo por causa das riquezas muito mais abundantes, que para lá os atraíam incessantemente, do que pelo ódio mais intenso que tivessem a saciar contra os romanos. Os godos, que finalmente se fixaram na Itália após terem-na devastado, deram a si mesmos o título de **Lombardos**. O reinado de Carlos Magno deteve por algum tempo a desordem geral e lançou alguns

[179] Guerreiro afortunado e político hábil, Alfredo venceu os inimigos externos e internos; deu aos seus povos um código de leis no qual introduziu pela primeira vez a instituição do Júri. Ele favoreceu o comércio e mandou construir um número considerável de embarcações. Afirma-se que ele. lançou a pedra fundamental da Universidade de Oxford e que trabalhou com todas as suas forças em favor do florescimento das ciências e das artes em seus estados. Ele próprio era um literato, conservando-se ainda alguns dos seus escritos. Alfredo morreu no ano 900, após ter reinado cerca de trinta anos.

raios de esperança sobre a Itália; mas essa calma durou pouco. O edifício que aquele monarca construíra era imenso e ninguém depois dele foi capaz de suportar-lhe o fardo. Seu Império, inicialmente dividido por Luís, seu filho, chamado **le Débonnaire** (*o bondoso, o indulgente),* subdividiu-se ainda mais após a morte de Lotário, filho de Luís, e logo deixou de existir. A coroa da Alemanha separou-se para sempre da de França e os descendentes de Carlos Magno, cada vez mais incapazes de conservá-las, perderam as duas: a primeira para um conde da Francônia chamado Conrad; a segunda, para um vassalo chamado Hughes Capet.[180] Porém, antes desses dois acontecimentos, todos os recursos do governo haviam sido destruídos; a unidade de ação desaparecera, de modo que todos os membros feudais daquele grande corpo, dos maiores aos mais humildes, eram agora soberanos em seus domínios.

Entre as coisas extraordinárias que aconteceram então é preciso observar atentamente a seguinte: a de que havia domínios, principalmente cidades, na época da mudança a que me refiro, que não possuíam chefes militares nem barões que pudessem assumir imediatamente a autoridade, e sim bispos ou abades, juizes, magistrados municipais que, vendo-se na condição de senhores, consolidaram seu poder sem que ninguém tivesse forças para combatê-los ou pensasse em fazê-lo no espantoso caos a que tudo estava reduzido, de maneira que o sistema feudal, assim retalhado, continha em seu seio um número bem grande de pequenas teocracias e de pequenas repúblicas, cuja existência insólita foi uma das coisas mais bizarras daquela época sombria. É certo que em tudo isso não havia nada de verdadeiramente teocrático e menos ainda de verdadeiramente republicano: tudo se limitava às formas; a essência não passava da anarquia feudal.

Espanha, França e Inglaterra ou não receberam essas formas, devido às circunstâncias que lhes foram contrárias, ou então, quando as receberam, não as conservaram por muito tempo. Mas não foi assim que aconteceu na Itália e na Alemanha, onde a falta de conjunto no governo se fez sentir ainda mais. Essas duas regiões viram-se infestadas de pequenas soberanias eclesiásticas e municipais, que no começo se intitulavam de **imperiais** e fingiam restabelecer o Império, mas que acabavam por tornar-se independentes. As soberanias eclesiásticas eram mais numerosas na Alemanha; as municipais, na Itália. Esta última região fervilhava de pretensas repúblicas que se devoravam alternativamente e que, saindo das mãos de um conselho aristocrático para cair nas de um usurpador efêmero, na verdade só trocavam de tirania. Por toda parte só havia facções, invejas, complôs, conspirações e surpresas; não se combatia mais, pois não havia exércitos; mas se assassinava, e as maiores vitórias eram conquistadas por envenenamento.[181]

Contudo, em meio a esse caos anárquico, havia algumas cidades que se distinguiam das outras graças ao comércio que lhes fornecia os meios. Veneza, Gênova, Pisa e Florença eram algumas delas; principalmente Veneza, que em boa hora soubera iniciar um comércio proveitoso com Alexandria.[182] Pode-se dizer que foi principalmente na Itália que o sistema feudal cedeu ao espírito mercantil, do qual recebeu o movimento volitivo. O governo que ali se estabeleceu não era republicano, como historiadores pouco judiciosos o têm classificado: ele foi emporiocrático.[183] Foi a emporiocracia que dominou toda aquela região e da qual surgiram os homens notáveis que deram à Itália o pequeno período de bons tempos que ela teve no século XVI. Essa espécie de governo, que passou da Itália para Flandres, naturalizou-se um pouco mais tarde na Holanda. Ali, ela ainda era

---

[180] Em 912 e em 987, respectivamente.

[181] Vide, em Maquiavel, a história de Castracani, tirano de Lucas e de Pistóia. Veja-se o que diz aquele autor sobre César Bórgia. A história de toda a Itália é formada de semelhantes episódios, felizes ou infelizes.

[182] Essas cidades tiveram, nas Cruzadas, uma oportunidade para aumentar seu poderio e suas riquezas, fornecendo os meios de transporte aos Cruzados, firmando com eles comércios para munições e víveres e estabelecendo sua independência em atos legais que obrigaram os imperadores a ratificar seus privilégios. Frederico Barba-Roxa quis inutilmente restabelecer nelas a jurisdição imperial. Não o conseguiu e assinou, em Constança, em 1183, um tratado de paz no qual abriu mão de todos os seus direitos.

[183] Uma palavra nova para expressar uma nova idéia. Ela é extraída do grego Εμπορος, **um mercador**, e de χρατος, **força**.

chamada de republicana, embora na realidade fosse apenas municipal e emporiocrática. Um governo verdadeiramente republicano só pode existir onde o povo se reúne em massa e ele próprio nomeia seus magistrados, como se praticava em Atenas e em Roma. Todas as vezes que o governo se toma representativo, ele se volta para a emporiocracia. Rousseau tinha toda razão sobre esse ponto. Ele viu perfeitamente que a Vontade Popular, princípio essencial de toda República, não saberia ser representada. A idéia de representantes é moderna, como diz ele, ou melhor, ela é a renovação do antigo governo dos celtas, modificada segundo o sistema feudal dos godos.

Antes dos holandeses, os suíços, livrando-se do jugo austríaco, tiveram a pretensão de constituir uma república, mas fizeram apenas uma associação municipal. Após a queda do Império Romano, não houve na Europa um só governo que se pudesse qualificar de homogêneo e perfeito em seu gênero. Todos trouxeram consigo uma mistura dos elementos mais antagônicos.[184]

CAPÍTULO V

O QUE ERA ROMA E O QUE DEVERIA TER SIDO. RESPECTIVA SITUAÇÃO DOS PAPAS E DOS IMPERADORES

Se não falei de Roma no capítulo anterior é porque é muito difícil fixar o pensamento nela e saber se devemos considerá-la como cidade sagrada, imperial ou livre. Conforme as circunstâncias, ela tem reclamado um ou outro título e estes lhe têm sido dados igualmente, segundo o partido que a tem dominado. Mas ela não é totalmente merecedora de nenhum deles. Ali, a Providência, o Destino e a Vontade do homem tem se revelado alternativamente, movimentando forças consideráveis, sem jamais serem capazes de se reunirem ou de se separarem de todo, nem de se reconhecerem ou se subjugarem mutuamente. Roma tem sido o teatro de uma infinidade de revoluções e mostrado, dependendo das épocas, uma imagem da situação geral da Europa.

É evidente que se a religião cristã deve ter um Sumo Pontífice, se esse Sumo Pontífice tem estado na essência do seu culto, ele deveria, necessariamente, residir em algum lugar e possuir uma sé inviolável e sagrada. Afinal de contas, essa primeira pessoa da hierarquia sacerdotal não pode permanecer à mercê do poder civil, seja ele qual for. Não é com seus braços nem com os de seus padres que um Sumo Pontífice pode se defender se for atacado. É preciso que ele tenha um lugar de refúgio de tal forma reverenciado que ninguém possa pisar nele sem sua permissão, a menos que queira incorrer imediatamente em anátema e ser considerado ímpio. E uma máxima irrefutável e que todo espírito justo deve sentir: a de que é preciso que um Sumo Pontífice seja, no local onde reside, tudo ou nada. A Providência que ele representa, e da qual é o órgão, não pode sofrer divisão, supondo-se que ele a represente verdadeiramente e que detenha sua palavra, o que é inegável quando ele é aceito como Sumo Pontífice, pois quando não é, não há o que contestar. Toda vez que houve um verdadeiro Sumo Pontífice, este habitou um lugar sagrado, inviolável, fora do alcance do

---

[184] Alguns autores têm procurado inutilmente considerar o governo de Veneza como uma aristocracia perfeita. Era mais uma tirania municipal. Não havia nada de nobre naquele governo, exceto o título que dava a si mesmo. Tudo ali era severo e cruel porque tudo ali era tímido; tudo ali era inquieto e parcial, porque tudo ali era invejoso. O povo, sempre amedrontado e desarmado, não estava preparado para o ataque nem para a defesa; além disso, ele foi a vítima da primeira empresa vigorosa que se formou contra ele. A liga de Cambrai desfechou-lhe um golpe mortal. O comércio, no qual Veneza ainda podia depositar alguma esperança, foi-lhe roubado pouco depois pelos portugueses. Ao considerar Veneza como uma aristocracia severa, pôde-se considerar Florença como uma democracia temperada; mas a verdade pura é que naquilo tudo não havia nem aristocracia nem democracia: havia usurpação municipal, rigorosa de um lado e fraca do outro. O povo era mais feliz em Florença, mas também mais exposto às revoluções. O Doge de Veneza era um Magistrado municipal ora tirânico, ora tiranizado. Quando Florença teve um chefe, foi sob o nome de **Gonfalonieri**, um oficial de justiça mais legal, parecido com o Doge de Gênova, uma espécie de prefeito, despótico sem violência e absoluto sem severidade. Um deles, chamado Cosme de Médicis, amado do povo porque soube formar seu gosto fingindo adulá-lo, deu o nome ao seu século, adivinhando a opinião dos séculos vindouros. A história não se ocupa tanto da cidade de Milão, exceto no tocante às sangrentas guerras que sua posse provocou entre a Alemanha e a França. De resto, não havia nada de notável na forma do seu governo. Mais adiante falarei sobre Nápoles.

poder civil. Do momento em que ele se misturou com os cidadãos, que morou no mesmo recinto que o soberano, qualquer que tenha sido a natureza desse soberano, passou a ficar sob a mão de ferro do Destino e não mais desfrutou de qualquer liberdade. Então foi possível fazer dele o que se quis, nomear tanto Hildebrando como Bórgia; beijar-lhe os pés, desfilá-lo em triunfo em Veneza, como o fez Frederico I com Adriano I, ou enviar sicários para esbofeteá-lo em Agnânia, como o fez Filipe o Belo com Bonifácio VIII.

Mas é da essência do culto cristão ter um Sumo Pontífice? Não me cabe resolver tal questão, e nem o faço, na qualidade de teólogo; resolvo-a apenas como político e digo que em geral não pode haver realeza sem rei assim como não pode haver sacerdócio sem chefe sacerdotal. Contudo, podem responder-me dizendo que um rei não é assim tão necessário ao governo dos homens que não se possa passar sem ele, como acontece com as repúblicas. Concordo, mas respondo que então não há monarquia e que os povos que fazem as leis para si mesmos, fazem-nas de acordo com sua vontade, fazem-nas e desfazem-nas ao seu bel-prazer. Acrescento que, se esses povos têm um culto, eles igualmente o têm como querem, aumentando-o ou dividindo-o segundo seu capricho, nomeando como Sumo Pontífice tanto Anitus quanto César. Sei que esse desenrolar das coisas pode convir a certos espíritos, mas como me é igualmente lícito ter uma opinião a respeito, a minha, que julgo ter manifestado com bastante clareza, digo que, admitindo-se a existência de povos capazes de se darem leis, o que duvido, não é verdade que eles possam dar-se um culto, porque todo culto supõe uma inspiração ou uma revelação divina, coisa de que, considerados como um todo, eles são absolutamente incapazes.

De resto, na Europa, a dificuldade sempre foi saber se havia não apenas um Sumo Pontífice, mas lambem um Imperador; se o Pontífice seria o Patriarca de Constantinopla ou o de Roma; e o Imperador, o do Oriente ou o do Ocidente. Acredita-se que, após a invasão dos bárbaros e seu estabelecimento no Ocidente, o Império do Oriente quisesse dominar, e que seu Patriarca, de início, arrogava-se todos os direitos do sumo sacerdócio. A Igreja Grega desprezava a Igreja Latina; em Constantinopla considerava-se que a antiga Roma fora aniquilada e que a nova era ignorante e selvagem. Mesmo na época das Cruzadas, os gregos viam com terror a chegada dos francos entre eles. Ana de Comnene só fala desses povos com o mais profundo despreza; ela sente repugnância em conspurcar com esse nome a majestade e a elegância da História. Portanto, desde o começo houve uma luta entre as duas Igrejas, uma luta que, envenenando-se cada vez mais, porque os dois Patriarcas jamais quiseram concordar com seu reconhecimento mútuo, acabou com uma ruptura, dando origem a um cisma cujo primeiro pretexto foi dado por Fócios.[185]

Portanto, o Patriarca de Roma continuou sendo o único Sumo Pontífice da Igreja Latina, sob o nome de Papa, e de início fruiu de um destino muito fulgurante, graças à munificência de Pepino, a quem Etienne II sagrara. Carlos Magno, tão magnânimo quanto generoso, confirmou todos os privilégios de Pepino e, para pôr fim às constantes tentativas dos Lombardos de tomar Roma, derrubou seu reino e confinou seu último rei num mosteiro. Tudo ia muito bem até então, mas, como já observei, Carlos Magno obedecera mais à grandeza do seu caráter do que ao brilho da sua inteligência. Quando da sua morte, tudo o que ele construíra desmoronou. Não se viu em seus descendentes nenhuma das qualidades que o haviam ilustrado: em lugar de manter por um respeito mútuo a harmonia entre o altar e o trono, eles se entregaram a divisões que foram sua perdição. Poder-se-ia dizer que quanto mais se afastava de sua fonte, mais o sangue de Carlos Magno se abastardava. Finalmente, tendo a coroa imperial passado dos francos para os alemães, ela tornou-se quase que de repente propriedade daqueles mesmos saxões que o monarca perseguira tão cruelmente para obrigá-los a abraçar o cristianismo. Sente-se que, ainda ofendidos com as torturas sofridas, eles não deviam ter muito amor pelos Pontífices que as haviam estimulado. Assim, eles se aproveitavam avidamente

[185] Esse cisma, que ainda perdura, consiste no fato de que a Igreja Grega faz emanar o Espírito Santo somente do Pai, ao passo que a Igreja Latina o considera como emanando do Pai e do Filho. Tal divergência, que começou a se manifestar em meados do século IX, consumou-se inteiramente em 1053 pelo Patriarca Cerulário.

dos menores pretextos para persegui-los. Henrique o Passarinheiro e os três reis Oto foram grandes príncipes para os tempos em que reinaram, mas ainda deviam muito ao culto de Odin para poderem isentar de ferocidade sua bravura e de sanguinolência sua política.

A sé pontifícia, que eles pouco respeitavam e que talvez se estivesse tornando pouco respeitável, foi presa de todos os tipos de horrores: a memória do Papa Formoso foi ultrajada pelo seu sucessor, seu corpo foi exumado, queimado e as cinzas atiradas ao Tigre. Etienne VI, que ousou permitir essa indignidade, justamente punido, foi enforcado em sua prisão. Etienne VIII, perseguido pela população de Roma, foi tão cruelmente acutilado no rosto que não mais ousou aparecer em público. Nessa época, Roma não mais pertencia ao sacerdócio; duas mulheres astutas, Marósia e Teodora, detinham a principal autoridade. Pelas suas intrigas, elas regulavam as eleições dos sumos pontífices. O Papa João X, que Teodora mandara nomear, tendo desagradado Marósia pela austeridade dos seus costumes, foi estrangulado por ordem dessa mulher impudica e pouco depois substituído por um filho que ela tivera do Papa Sérgio. Esse filho, exaltado sob o nome de João XI, foi miseravelmente morto na prisão com sua mãe; e João XII, acusado de adultério, foi solenemente deposto por ordem de Oto I e massacrado pouco tempo depois.

Não havia mais qualquer dignidade ligada à tiara, nenhum respeito prestado ao caráter sacerdotal. O santo trono era alternativamente comprado, vendido e ensangüentado. A Itália, inteiramente conquistada pelos alemães, debatia-se sob seu jugo. Os romanos, subjugados, recuperavam a liberdade sempre que podiam. Oto II, chamado com justiça de **o Sanguinário**, irritado com a oposição que sofria no senado de Roma, não encontrou outro meio de fazê-lo obedecer senão ordenando o massacre dos principais senadores: meio execrável, que desonrou seu reinado sem lhe dar a tranqüilidade que procurava porque, poucos anos depois, viram um cônsul chamado Crescentius proclamar a independência daquela cidade e pretender restaurar ali o século de Brutus. Diz-se que Oto III, tendo mandado prender o rebelde, pendurou-o pelos pés, não obstante ter dado sua palavra de que lhe concederia a graça. O Papa João XXII, suspeito de ter fomentado a rebelião, teve o mais cruel destino: o Imperador mandou cortar-lhe as mãos e as orelhas e arrancar-lhe os olhos. Para atenuar esse crime, declarou que esse João era um anti-papa.

Mas como imaginar que tais horrores permaneceriam impunes? É preciso conhecer muito pouco sobre o progresso das coisas para acreditar que o poder espiritual se deixaria aviltar de tal forma, e que ações tão covardes não provocariam reações. Afinal, os imperadores alemães, ou melhor, saxões, queriam que os Sumos Pontífices do culto cristão, chamados a exercer tão grande influência sobre os espíritos, fossem totalmente despidos de força civil, que não tivessem um asilo, nem um lugar para repousar a cabeça, que estivessem à sua disposição e que pudessem ser ultrajados impunemente e mesmo mortos, se isso conviesse aos monarcas.

Mas isso não era possível. Como não os consideravam sequer como Bispos de Roma, será que eles não teriam sobre Roma tanto direito quanto os de Mayence, Colônia e Tréves tinham sobre aquelas cidades? Seria atrevimento considerar ruim que os abades de Filde, de Saint-Gal, de Kempten, tivessem ostentado os direitos regalistas? Teríamos exigido a esses prelados que nos mostrassem os títulos nos quais apoiavam sua autoridade? Como o Bispo de Mayence era também soberano, por que o de Roma não o teria sido? Era por ser Papa, Patriarca ou Sumo Pontífice, que ele deveria ser desprovido de patrimônio, de brilho, de segurança para sua pessoa ou para sua dignidade? Que loucura! Queriam fazer de um chefe espiritual cujo poder se tornava cada vez mais temível, um pastor da Igreja primitiva, um padre mendicante, esperando com humildade e abjeção sua subsistência dos dízimos e das esmolas voluntárias do povo. Miserável | Contradição e que descreve tão bem a que ponto a Vontade do homem se deixara abusar pelas paixões mais vis e obscuras; a própria sombra do poder providencial revoltava seu orgulho, exasperava sua inveja; ela preferia submeter-se ao jugo de ferro do Destino, consolando-se de seus males dizendo: é a força, é a necessidade.

Pois bem. A força e a necessidade colocaram-se também no trono pontifício. Os monarcas que não tinham querido reconhecer um báculo pastoral foram obrigados a curvar a cabeça sob uma barra de ferro. Um homem dotado de grande caráter, intrépido, audacioso, inflexível e severo, foi eleito papa sob o nome de Gregório VII Antes era conhecido pelo nome de Hildebrando e seu pai era apenas um pobre artesão numa pequena cidade da Toscana. Mal tomara do incensório quando, disposto a desfechar um golpe violento contra a autoridade civil, declarou excomungados todos os que recebessem de um laico as investiduras de qualquer posição sacerdotal, e os que as fizessem; e ameaçou com o anátema, ao mesmo tempo, o Imperador da Alemanha, Henrique IV, e o Rei da França, Felipe I, que eram culpados de tais abusos. Ao saber dessa nova, o monarca alemão convoca um concílio em Worms, onde depõe Gregório. Mas este não era um João XI ou XII que se pudesse intimidar, ultrajar ou mutilar impunemente. Ele convoca outro concílio, mais regular que o primeiro por ser legítimo, e ali declara Henrique excomungado e destituído do trono. Esse golpe inesperado pasma a Europa. O príncipe, privado de toda sua força moral, é atacado e derrubado. Os principais soberanos da Alemanha, eclesiásticos e temporais, rebelam-se e tomam armas contra ele. Vemos sua mulher e seus filhos romper todos os laços naturais e de dever, apresentarem-se como seus acusadores e juntarem-se aos seus inimigos. Ele é obrigado a ceder diante do terrível poder que se apresenta pela primeira vez.

Olhai-o por instantes. Vede esse monarca, até então invencível, aparecer suplicante à porta do castelo de Canossa, onde residia o Papa, ali permanecer por três dias, com a cabeça descoberta e o corpo envolto num cilício, exposto no frio do inverno ao mais rigoroso jejum, para implorar um perdão que finalmente só obtém com dificuldades e nas mais humilhantes condições. Que não se pense que Henrique fosse um homem fraco. Ele era um príncipe corajoso, indômito na guerra. Durante sua vida, participou pessoalmente de mais de sessenta batalhas, submeteu a Saxônia, triunfou sobre dois concorrentes temíveis e combateu seus próprios filhos, que se haviam armado contra ele. À época de sua humilhação, ele era o terror da Europa e caminhava rapidamente para a monarquia universal. Eis o que fez principalmente a grandeza de Gregório, que o deteve com uma única palavra em meio a sua carreira, sem precisar de qualquer força física. Foi em vão que o monarca vencido, recuperando-se do primeiro choque que sua queda causara, julgou-se poderoso o bastante para violar seus juramentos. Tudo o que pôde fazer com sua cólera e suas intrigas foi aumentar as dificuldades já reinantes e dar origem às duas facções contrárias que durante três séculos agitaram incessantemente a Itália e a Alemanha. A facção dos guelfos defendia a autoridade sacerdotal, e a dos gibelinos sustentava as pretensões dos imperadores. Durante as guerras declaradas ou subreptícias que essas duas facções causavam, o poder imperial se enfraquecia cada vez mais, em meio a assassinatos, envenenamentos, atentados de toda natureza, que conspurcavam o trono, até desaparecer por completo durante o longo interregno que se seguiu à morte de Guilherme da Holanda. Rodolfo de Habsburgo, fundador da Casa de Áustria, foi finalmente eleito imperador em 1273, não porque se acreditasse ser ele capaz de reerguer ou de aumentar o poder imperial, mas, ao contrário, como muito bem o observa Robertson, porque seus domínios e seu crédito não pareciam consideráveis o bastante para provocar inveja em qualquer dos seus rivais. Assim, os dois chefes daquele feudalismo gótico, que era chamado de Império, o Papa e o Imperador, destruíram-se mutuamente porque não quiseram respeitar um ao outro. E como eles, alternadamente, haviam procurado ser tudo, acabaram sendo nada. Não obstante todo o seu gênio, Gregório VII não conseguiu conquistar o império universal a que aspirava, porque a própria essência do seu culto se opunha a isto.[186] Ele pôde muito bem humilhar a majestade imperial e, ao legar aos seus sucessores a formidável arma do anátema, fez deles o terror dos reis e os árbitros das nações. Porém, apesar das três coroas com as quais envolveu a tiara, e das três cruzes com que encimou seu cetro, ele jamais pode fazer com que o corpo sacerdotal quisesse reconhecê-los como

[186] Era impossível que os monarcas adorassem no trono um Padre que pregava a humildade, igualando o escravo ao rei; e que os Bispos, seus iguais, obedecendo às ordens daquele que, tendo apenas o título de servidor dos servidores, devessem reconhecer e consagrar a máxima: "os últimos serão os primeiros", etc.

seus soberanos infalíveis, nem que os concílios deixassem de se arrogar da suprema autoridade acima deles. Essa falta de unidade era inerente ao culto cristão. Desde seu nascimento, a Igreja se revestira das formas republicanas que encontrara no Império Romano. E esse Império, ao reconstruir-se bem ou mal, três ou quatro séculos após sua queda, também acrescentara a essas formas incoerentes todos os abusos do feudalismo gótico.

Os mesmos inconvenientes que existiam na Igreja existiam lambem no Império, e seu efeito, ainda mais grave, é que eles rompiam a harmonia por toda parte. Embora os imperadores alemães considerassem os príncipes da Europa e mesmo os doges de Veneza e Gênova como seus vassalos e julgassem ter o direito de citá-los em seu tribunal e bani-los do Império, nenhum desses príncipes queria submeter-se às suas ordens. Esses mesmos que os elegiam não lhe concediam senão honras estéreis, sem qualquer sombra de autoridade. É verdade que, em certas ocasiões, os maiores desses príncipes os acompanhavam e os serviam, com o título de oficiais de sua casa. No dia da sua coroação, eles lhes davam de beber a cavalo. Em seus diplomas, eles lhes davam o nome de **César** e o título de **Senhor do Mundo**, mas deixavam esses Senhores do Mundo, esses **Aumentadores do Império,** como os chamavam também, sem tesouros e sem poder. Sempre em guarda uns contra os outros, viam-se, de um lado, os vassalos, incessantemente ocupados em deter as pretensões de seu chefe, e do outro, o chefe, incessantemente dedicado a usurpar os privilégios de seus vassalos. Que dignidade poderia ter semelhante conjunto? Em Roma, desejava-se ter um mendicante por Sumo Pontífice, sempre ocupado em dizer **amém**, e que pudesse ser usado como máquina política. Na Alemanha, como o Imperador não possuía, nessa qualidade, uma só cidade, um só castelo que eu possa mencionar, desejava-se um rei de teatro, uma espécie de substituto para o desfile e que, terminado o desfile, se pudesse pôr de lado.

De modo geral, esta era a situação das principais nações da Europa e este o ponto a que o desenvolvimento da sua Vontade particular as conduzira, quando os turcos, trazidos à Europa pela fatalidade do Destino, com a tomada de Constantinopla, ergueram uma barreira protetora para a Ásia, oferecendo um obstáculo intransponível às invasões da Vontade.

CAPÍTULO VI

LUTA DA FRANÇA CONTRA A INGLATERRA. PERIGO DA FRANÇA, ABANDONADA PELO DESTINO. MOVIMENTO DA PROVIDÊNCIA EM SEU FAVOR. JOANA D'ARC

Cada uma das nações européias de que falei, embora imbuída do mesmo sentimento de ambição que a levava a dominar as outras e a conquistar a monarquia universal, não podia iludir-se, olhando para si mesma, e deixar de perceber que era fraca demais para isso. Portanto, era preciso que, pela força ou pela astúcia, uma delas tomasse uma outra para unificar os meios desta aos seus e, em seguida, sair em conquista do restante. A união da França à Alemanha, tentada várias vezes, sempre fracassara. A dignidade imperial, localizada nesta última, parecia dar-lhe uma vantagem sobre a primeira. Mas essa vantagem, puramente nominal, não tinha qualquer influência sobre o espírito dos reis da França, que a lembrança de Clóvis e de Carlos Magno enchia de justo orgulho. Após algumas tentativas por parte dos alemães, a famosa Batalha de Bovincs, vencida por Filipe-Augusto, decidiu para sempre que a França jamais lhe seria súdita. Os alemães voltaram-se então para a Itália, mas o ódio que os Papas nutriam por eles, as dissensões fomentadas pelos guelfos e pelos gibelinos, as rivalidades que ali encontraram por parte dos franceses e espanhóis, tudo isto os impediu de fazerem conquistas permanentes naquele país. Ademais, se considerarmos o tempo decorrido desde o advento de Rodolfo de Habsburgo até o reinado de Maximiliano, predecessor imediato de Carlos V, veremos que a Alemanha, presa de todas as calamidades que afligem um governo sem unidade e sem recursos, não podia formar nenhum plano regular e sistemático. Somente no reinado desse

príncipe é que o Império desfrutou de alguma tranqüilidade, graças aos estabelecimentos que fundou ou aos quais deu melhor forma.[187]

Como já disse, a Espanha, após ter-se libertado do jugo dos sarracenos e ter-se unificado nas mãos de um único monarca, ao examinar o estado de coisas viu que o melhor a fazer era dominar a Itália para em seguida conquistar a França, invadindo-a ao mesmo tempo pelos Alpes e pelos Pirineus. Por enquanto, ela ignorava Portugal, inicialmente formado pelas conquistas que Afonso I fizera aos mouros,[188] julgando, com razão, que haveria tempo para apossar-se dele após submeter o resto da Europa. Os príncipes de Aragão esforçaram-se muito para conquistar o reino de Nápoles e finalmente o conseguiram, não obstante a vigorosa luta travada ora com os alemães, ora com os franceses.[189] Para prosseguir em seu avanço a partir dali, eles esperavam apenas o momento favorável, e este realmente se apresentou.

Quanto à França e à Inglaterra, que diversas vicissitudes por assim dizer haviam envolvido e tornado sucessivamente dependentes uma da outra, ambas sentiam ser importante que uma delas conquistasse a rival. Vários acontecimentos infelizes proporcionaram grandes vantagens à Inglaterra. Após as cruéis batalhas de Créci e de Poitiers, a tomada de Calais, o cativeiro do rei João e as devastações causadas pelos motins de camponeses rebeldes, conhecidos pelo nome de **Jacquerie**; após a tempestuosa minoridade de Carlos VI, a demência deste príncipe, o reinado pérfido de sua mulher Isabel da Baviera, as sangrentas facções dos Burguinhones e dos Armanhaques e, finalmente, a fatal batalha de Agincourt, era difícil prever como a França poderia sobreviver a tantos desastres.

Entretanto, ao percorrer os anais dos diferentes Estados surgidos sobre os escombros do Império Romano, não podemos deixar de perceber que a França, entre todos os outros, tem sido favorecida com maior freqüência por episódios extraordinários e notáveis. Não foi em seu seio que surgiram Clóvis, o fundador da primeira monarquia regular após a invasão dos bárbaros? Charles Martel, que deteve o avanço dos sarracenos e impediu que a Europa se tornasse novamente tributária da Ásia? Carlos Magno, que recomeçou o Império do Ocidente?; Guilherme o Conquistador, que se fez rei da Inglaterra? Godofredo de Bouillon, cujo nome está ligado ao único triunfo das Cruzadas?; e grande número de outros heróis, que seria tedioso mencionar: Hughes Capet, Filipe-Augusto, São Luís, etc.? Se considerarmos a sucessão de reis nos diferentes tronos da Europa desde meados do século X até o fim do século XV, veremos que há uma grande vantagem de força, de grandeza, de talento e mesmo de legitimidade entre os reis de França, provando o que acabo de dizer: que o Destino, em que esses reis se apoiavam, os favorecia.

---

[187] O mais importante de todos foi o que recebeu o nome de Câmara Imperial, uma espécie de tribunal federativo, autorizado a se pronunciar sobre todas as diferenças entre os membros do corpo germânico. Esse tribunal, que lembrava um pouco o Conselho dos Anfictíones, teria conduzido o Império ao seu objetivo, se é que alguma coisa poderia fazer isso.

[188] Esse Afonso, fundador do reino de Portugal, era filho de Henrique de Borgonha, da Casa de França. Ele foi coroado em 1139, após ter derrotado cinco reis mouros na Batalha de Ouriques.

[189] Foi por volta de 1019 que alguns cavaleiros normandos, tendo desembarcado na Itália, ali fundaram estabelecimentos que deram origem aos reinos da Sicília e de Nápoles. Os soberanos desses reinos tiveram longas querelas com os Papas, que pretendiam ter direitos nos mesmos. Em lugar de perceber a grande vantagem que teriam em viver em boa harmonia com esses pontífices, e mesmo de se reconhecerem como seus vassalos, para terem oportunidade de protegê-los, eles ao contrário os perseguiram, combateram-nos encarniçadamente e, muitas vezes, os trataram da maneira mais indigna. Assim, seus estados foram presas das maiores calamidades. Não existe nenhum local da Europa cuja história não ofereça uma seqüência de crimes mais hediondos, de revoluções mais rápidas, mais numerosas e mais cruéis. Não se pode ler seus sangrentos anais sem ficar horrorizado. Sabemos como todos os franceses que estavam na Sicília foram massacrados em 1282. O nome de **Vésperas Sicilianas** dado a esse massacre indica seu momento e descreve a mais profunda impiedade dos assassinos.

Portanto, como podemos imaginar que esse Estado iria perecer?; que sua língua, a mais bela e forte de todas quantas surgiram sobre os destroços do latim e do celta, herdeira da língua d'Oc,[190] tão desgraçadamente sufocada no sangue dos albigenses, e que fora destinada a iluminar a Europa, daria lugar ao saxão, ou pelo menos receberia dele uma mistura bizarra? Contudo, tal coisa parecia inevitável, a menos que houvesse um acontecimento providencial, pois era evidente que, no momento, o Destino se encontrava muito fraco ali e que a Vontade estava dividida ou era nula.

Quem poderia descrever a situação em que a França se encontrava? Carlos VI perdera o juízo. Os franceses presas de facções internas, eram odiados e perseguidos no estrangeiro. Acabara-se de ordenar o massacre em Gênova. O Duque de Borgonha, todo-poderoso em Paris, após ter mandado assassinar o Duque de Orleães, mandava para a forca ou condenava ao exílio todos os que fossem do partido dos armanhaques, que o deixava inquieto. Os ingleses, vitoriosos em Agincourt, invadiam e devastavam as províncias. Isabel da Baviera, rainha ambiciosa, esposa adúltera e mãe desnaturada, favorecia os estrangeiros, oprimia seu marido e perseguia seu filho. Este jovem príncipe, talvez por demais irritado com tantos ultrajes, viu o Duque de Borgonha ser abatido aos seus pés com uma machadada desferida por um dos seus servidores, ansioso por vingá-lo. Acusado deste assassinato, ele foi citado pelo parlamento de Paris, condenado por contumácia e declarado incapaz de reinar. Sua irmã Catarina, dada em casamento ao rei da Inglaterra, e sem se respeitarem as leis do reino, que excluem as mulheres do trono, levou a coroa por dote. O Destino dos ingleses arrastou-a consigo; a França iria sucumbir.

Entretanto, a Providência, que desejava sua salvação, preparava à distância o acontecimento extraordinário que deveria salvá-la. Três mulheres, desgraçadamente famosas, tinham sido os instrumentos fatídicos de tantas calamidades. Eleonora de Guienne, mulher de Luís o Moço; Isabel de França, irmã de Carlos o Belo; e aquela Isabel da Baviera, esposa do insano Carlos VI, que mencionei há pouco. A primeira despojou a França das suas mais férteis províncias, levando-as como dote ao rei da Inglaterra, Henrique de Anjou, com quem se casou após ter sido repudiada por Luís o Moço, por causa das suas galanterias na Palestina. A segunda, assassina de seu marido, deu as pretensões da coroa da França ao seu filho Eduardo III e deflagrou a primeira guerra entre os dois reinos; a terceira consentiu na deserdação de seu filho para colocar no trono Henrique V, seu genro. Todas as três se haviam desonrado por suas intrigas, suas crueldades e seus vícios.[191] A

---

[190] Foi na língua d'Oc que os trovadores experimentaram os primeiros ensaios de poesia; foi esta língua que precedeu e aperfeiçoou o castelhano e o italiano e que lhes deu, bem como ao francês, suas formas gramaticais.

[191] Dizem que Eleonora, tendo-se apaixonado por um jovem turco de rara beleza chamado Sala-Heddin, esquecera-se, por ele, do que devia ao seu esposo, sua pátria e sua religião. O rei, que devia punir sua má conduta encerrando-a num convento, contentou-se em repudiá-la e deixou-a partir com todas as suas heranças, com as quais ela enriqueceu seu segundo marido. O rei da Inglaterra, graças a esse matrimônio, viu-se acrescido dos ducados de Normandia e Aquitânia, dos condados de Anjou, Poilou, Touraine e Maine, tornando-se, assim, um dos mais temíveis vassalos da coroa de França. Alguns anos mais tarde, João, irmão de Ricardo Coração de Leão, lendo apunhalado pessoalmente seu sobrinho Artur, o herdeiro legítimo de Ricardo, para reinar em seu lugar, foi mandado para o tribunal do rei da França, Felipe-Augusto, e ali julgado por seus pares e declarado culpado de felonia. Todas as terras que possuía na França foram confiscadas, razão porque passou a ser chamado de João Sem-Terra. Foi este príncipe assassino que assinou a Magna Carta, dando à Inglaterra uma nova organização parlamentar. Isabel de França desposou Ricardo II e viveu mal com seu marido. Ela aproveitou-se das dificuldades que o remo sofria para armar-se contra ele e fazer-lhe a guerra, perseguindo-o e ao seu favorito, Spencer, com um furor inaudito. Após ter tomado Bristol, ela enforcou, nessa cidade, o pai de Spencer, que estava então com noventa anos de idade. Depois prendeu o próprio favorito, mandou que lhe cortassem os órgãos genitais diante dela e condenou-o ao mesmo suplício. Essa mulher implacável e ciumenta, tendo em seguida convocado um parlamento, fez com que este depusesse juridicamente o infeliz Eduardo, que pouco depois sofreu a morte mais cruel. Eduardo III, que sucedeu a seu pai, vingou-o mandando enforcar Mortimer, o amante de sua mãe, e prendeu-a pelo resto de seus dias. Mas isso não impediu que ele se prevalecesse dos direitos pretendidos ao trono da França, que ela lhe dera, para desfechar contra Filipe de Valois, sucessor de Carlos o Belo, violenta guerra que levou a França à beira da perdição. Isabel da Baviera, mãe de Carlos VII, estava sobretudo irritada com seu filho porque esse jovem príncipe, tendo descoberto em determinada igreja certa quantia em dinheiro que ela ali escondera para satisfazer suas paixões, serviu-se dele para prover as necessidades do Estado. Afirma-se que seu marido, num momento de lucidez, tendo surpreendido um dos seus galantes com ela, mandou cosê-lo num saco e jogá-lo ao Sena e a encerrou num forte castelo. Mas ela descobriu um meio de chamar o Duque de Borgonha em seu socorro e interessá-lo pela sua

Providência, decidida a derrubar, pelo braço de uma mulher pura e santa, o edifício de vergonha e escândalo construído por essas três mulheres desonradas, determina um movimento extraordinário. Sua ação todo-poderosa, dominando ao mesmo tempo a fatalidade do Destino e a força da Vontade, vai atingir, numa humilde aldeia, o coração de uma jovem, transformando-a numa nova Voluspa. Seu nome, Joana d'Arc. Ela foi apelidada de a **Donzela** por causa da sua castidade. Honremos sua memória e que a França, que ela salvou de um jugo odioso, se regozije por ter-lhe dado à luz.

Essa jovem, honra de seu sexo, nascera na pobreza, mas, desde a mais tenra idade, manifestava uma doce inclinação pelas idéias religiosas, numa forma diferente. Ela acreditava em fadas, cujos nomes e fábulas misteriosas eram contados junto ao seu berço. Ao atingir a idade em que podia pastorear o gado, com freqüência se embrenhava nos bosques, pensando nessas deidades silvestres que seus ancestrais gauleses ali haviam adorado. Ela não se dava conta dos seus sentimentos. Sua pouca instrução não conseguia ir ao ponto de permitir-lhe distinguir a natureza das idéias mais modernas que se tem tentado dar-lhe. Para ela, a Virgem Maria, que lhe inspirou a devoção, não passava de uma fada mais compassiva e mais poderosa que as outras. Ela muitas vezes ia invocá-la nas ruínas de uma velha capela, escondida nos bosques, pedindo-lhe que a tornasse virtuosa e forte como ela.

Este hábito, que Joana d'Arc adquirira desde a infância, persistiu até que a necessidade obrigou-a a empregar-se numa estalagem de Vaucouleurs. Sempre que podia, ela ia visitar sua querida capela e ali depositar flores e orar. Sua ocupação na hospedaria permitia-lhe ver e ouvir muitos viajantes, e escutar suas narrativas sobre as desgraças da França e sobre o estado deplorável a que se reduzira o rei Carlos VII, então proscrito e fugitivo, errando pelos escombros do seu reino, governado, em nome de um menino de nove meses, por um regente estrangeiro porque, no espaço de poucos anos, o rei da Inglaterra e o infeliz Carlos VI haviam morrido. Estas histórias, freqüentemente acompanhadas de lamentos, imprecações e lágrimas, eletrizavam a jovem heroína. Ela sentia seu coração bater de indignidade; seu rosto enrubescia de cólera e ela perguntava como era possível não se encontrar um homem valente o bastante para derrotar esses insolentes estrangeiros e repor o rei legítimo no trono. Respondiam-lhe que grande número de braços morrera nos combates de Agincourt, de Cravant e de Vcrncuil, e que os outros, situados em Orleães, o último reduto dos franceses, podiam ser considerados prisioneiros. Se essa cidade fosse tomada, não haveria mais esperança, e ela será tomada, a menos que ocorra um milagre. Esse milagre ocorrerá! exclamou ela num tom inspirado. Todos olhavam-na comovidos; mas como ousar esperar um milagre?

Entrementes, ela ia levar flores para sua capela solitária e ali rezava com tão vivo fervor que um dia, levada pelo arrebatamento de sua devoção, desfaleceu sem perder o conhecimento, e julgou sentir que o ar se agitava e soprava na sua direção pelo movimento de um ser celestial que descia majestosamente sob duas asas estendidas: "Joana", disse ele, "perguntas quem poderá salvar a França e seu rei: serás tu. Vai, veste tua couraça e toma a espada; triunfarás em nome de Deus, que me envia; o sítio de Orleães será levantado e farás sagrar teu rei em Reims". Com estas palavras, pareceu como se o Enviado Divino dirigisse a ela uma chama ondulante, que prendeu-se ao seu coração e o abrasou com um ardor até então desconhecido. Tudo desapareceu.

A jovem Voluspa voltou a si de seu êxtase, arrebatada de alegria e plena de uma esperança profética. Ela contou a quem quisesse ouvir sobre a visão que acabara de ter e declarou-se, sem qualquer mistério, inspirada pelo céu para mudar o destino da França. A firmeza da sua voz e o fogo divino que brilhava em seus olhos não revelavam nem trapaça nem demência; a força da verdade se fazia sentir neles. Levaram-na a um venerável padre que, tendo-a escutado, não hesitou em apresentá-la ao Senhor de Beaudricourt, então governador de Vaucouleurs. Esse senhor, após tê-la interrogado várias vezes, decidiu conduzi-la até o Rei. No momento em que compareceu diante do

---

libertação. Com efeito, ele a libertou e celebrou com ela uma aliança da qual o rei da Inglaterra participou. Assim eram as três mulheres sem honra e sem virtudes, sobre cujos direitos os ingleses apoiavam todos os seus para escravizar a França.

monarca, este recebia a notícia de que a cidade de Orleães, embora defendida pelo bravo Conde de Dunois, estava prestes a se render e já pensava em sua retirada para o Delfinado. As palavras da heroína, a maneira modesta e firme como explica sua missão, o comovem e tranqüilizam. Na sua presença, ele sente renascer uma esperança que julgava perdida: manda que lhe dêem armas e que lhe obedeçam as ordens. Ela dirige-se célere para a vitória. Em poucos dias está junto aos muros de Orleães, obriga os ingleses a levantar o cerco, ataca e derrota o general Talbot em Parai, retorna à presença do Rei e, conduzindo-o em triunfo a Reims, levando ela mesma a Auriflama, faz com que o sagrem em meio às aclamações do seu exército. Assim, cumpriu-se o oráculo de Vaucoulcurs.[192]

Joana, vendo sua missão afortunadamente cumprida, queria retirar-se. Tímida fora das batalhas, modesta no auge da glória, sem se deixar comover pela adoração de um povo ébrio de alegria, que vinha em multidões à sua presença com o turíbulo nas mãos, queria apenas retornar à sua humilde ermida. Carlos opôs-se a isto e, ao ceder às instâncias do Rei, ela se entregou a outro destino que não era o seu; poderia ela esperar ser traída? Sem dúvida que não; também o Rei, que a abandonou, foi abandonado pela Providência. A França foi salva porque devia sê-lo; mas o ingrato monarca que ignorou a mão que o protegera, não desfrutou de seu triunfo: pereceu miseravelmente e sua casa extinguiu-se pouco tempo depois.[193]

A Providência talvez jamais tenha manifestado seu poder de maneira tão inequívoca. Tem-se dito que o braço que ela estendera sobre a França se mostrara sem qualquer véu aos olhos de todos. As leis da necessidade e da liberdade que ela se impusera haviam sido suspensas; isto era evidente e a França não o percebeu. A França viu sua admirável heroína ser entregue por um funesto destino ao Duque de Luxemburgo, vendida por esse miserável aos ingleses, levada para Rouen perante um tribunal iníquo e perecer em meio às chamas como uma infame feiticeira inspirada pelo Espírito Infernal.[194] A França viu e pôde suportá-lo. Carlos não fez absolutamente nada, nem arriscou sequer

---

[192] Quando Joana d'Arc foi apresentada ao Rei, este príncipe, indeciso sobre o que devia fazer, julgou conveniente que essa jovem inspirada fosse examinada pelo parlamento de Poitiers. Primeiro exigiram-lhe milagres para confirmar sua missão: "Não vim para fazer milagres, mas conduzi-me a Orleães e lhes darei sinais seguros da minha missão", respondeu ela. — Mas, replicaram, se Deus quer salvar a França, que necessidade tem ele de exércitos e batalhas? "Os homens de armas" — respondeu ela — "combaterão em nome de Deus, e o Senhor dará a vitória". Quando ela voltou de Poitiers, o Rei a recebeu com as maiores honras. Mandou fazer-lhe uma armadura completa, excetuando-se a espada, que Joana mandou buscar em Sainte-Catherine de Fier-Bois, no túmulo de um velho cavaleiro, onde foi encontrada tal como ela descrevera sem que jamais a tivesse visto. Aparecendo diante de Orleães para levantar seu cerco, ela mandou que escrevessem aos ingleses esta carta notável, que ela própria lançou em suas trincheiras presa à ponta de uma flecha. "Ouvi as novas de Deus e da Donzela, ingleses que não tendes nenhum direito ao reino da França. Deus vos ordena, por meu intermédio, Joana a Donzela, que deixeis nossos fortes e que vos retireis".

[193] Após a coroação de Carlos VII em Reims, Joana exigiu com insistência a permissão para partir. "De hoje em diante", disse ela, "não lamentarei a morte". E como lhe perguntassem se tivera alguma revelação sobre sua morte, ela respondeu: "Não: mas Deus mandou-me apenas que fizesse levantar o cerco de Orleães e conduzir o Rei a Reims... O Rei dar-me-á o prazer de permitir-me voltar aos meus pais e à minha posição anterior". O Rei a reteve, para depois abandoná-la covardemente... Sabemos que, atormentado por terrores constantes, esse príncipe deixou-se morrer de fome aos cinqüenta e oito anos de idade, por medo de ser envenenado por seu filho, Luís XI, em 1461. Sua linhagem extinguiu-se em 1498, na pessoa de Carlos VIII.

[194] Joana d'Are foi ferida ao defender Compiégne. Seu lugar não era mais ali. Sua missão guerreira se cumprira em Reims, como ela própria o diria. Parece certo que a Universidade de Paris apresentou uma petição contra ela, acusando-a de heresia e de magia, porque ela acreditava em fadas. Essa divina heroína foi julgada em Rouen por alguém chamado Cauchon, Bispo de Beauvais, por cinco outros bispos franceses e por um único bispo da Inglaterra, auxiliados por um monge dominicano que era vigário da Inquisição e por doutores da Universidade. Assim, foram os franceses, bourguinhones ou normandos os maiores culpados, pois venderam aos ingleses o sangue inocente. O Duque de Bedford mandou dizer àqueles juizes iníquos: "O Rei da Inglaterra a comprou muito caro e quer que ela seja queimada". Os ingleses, que neste caso agiam abertamente como inimigos implacáveis e encarniçados, eram cruéis, mas não eram traidores e vis como os juizes a quem influenciaram. Entretanto, a divina heroína não foi inicialmente condenada à fogueira, mas apenas a jejuar, passando a pão e água em prisão perpétua como **supersticiosa, adivinha do Diabo, blasfema de Deus, em seus santos e santas, errando por muitos desvios da fé de Cristo, etc**. Mas pouco depois, acusada de ter vestido uma vez roupas de homem, que haviam deixado em sua cela para tentá-la, esses juizes execráveis a entregaram ao braço secular para ser queimada viva a 30 de Maio de 1431. Ela fizera levantar o sítio de Orleães em 8 de Maio de 1429 e sagrar o Rei em Reims a 17 de Julho do mesmo ano.

um fio de cabelo de sua cabeça, nem cobriu os campos de Rouen de cadáveres para salvá-la! E a França ainda ousaria queixar-se dos males que sofria, e que ainda sofre, por causa desse horrível atentado! Mas a Providência e justa: a peste que assolou Atenas vingou a morte de Sócrates; os judeus, dispersados há dezoito séculos pela face da Terra, ainda expiam sua covarde decisão: a França, retardada em seu caminho, entregue a infinitos males, foi obrigada a absolver-se do suplício de Joana d'Arc. As nações não podem massacrar impunemente seus grandes homens ou quebrar com suas mãos cegas os instrumentos da Providência. Neste caso, a reação é sempre igual à ação, e o castigo e igual à perversidade. E inútil dizer que os indivíduos são, na maioria, inocentes. Não e verdade. São inocentes somente os que se opõem ao crime; os que o toleram são coniventes.

CAPÍTULO VII

CAUSAS DE UM DUPLO MOVIMENTO DA VONTADE NO SISTEMA POLÍTICO E NO CULTO. DÉCIMA QUINTA REVOLUÇÃO. DESCOBERTA DO NOVO MUNDO

A Providência quis que a França fosse salva. E ela o foi, mas os franceses, culpados para com ela de uma execrável ingratidão, deviam sofrer, e sofreram. Principalmente, tudo o que dizia respeito ao sistema feudal foi atormentado por males. O reinado sanguinário de Luís XI deu-lhe um golpe mortal do qual não mais se recuperou. Aquele reinado terrível deixou em todos os espíritos uma impressão profunda que os brilhantes mas inúteis reinados de Carlos VIII, Luís XII e Francisco I não puderam apagar. Nessa época, havia um intenso movimento na Europa. Se a Providência pudesse ter sido reconhecida nele, a aurora da grandeza e da felicidade se abriria para ela. Mas, como vimos, a França, a grande favorecida, fechou voluntariamente os olhos ao seu brilho, e seu monarca vitorioso, atribuindo a sua estrela todos os sucessos e abandonando o admirável instrumento que lhe fora confiado, ocupou-se apenas de objetivos fatídicos ou volitivos. Após ter criado corpos de tropas permanentes, após ter apoiado em sua própria vontade a coleta de impostos, ele dominou com esses dois meios os barões e os povos, e aniquilou a supremacia sacerdotal pela promulgação de um ato cismático, chamado **Sanção Pragmática**. Todos esses meios que ele legou aos seus sucessores foram outras tantas armas das quais estes abusaram.

Enquanto a Vontade do homem assim recebia, na França, as leis do Destino, também as recebiam na Itália. O trono pontifício, desonrado por Alexandre VI, se transformara num trono puramente monárquico sob Júlio II. Esse Papa foi apenas um audacioso guerreiro e hábil político. Leão X, que o sucedeu, foi um monarca esplêndido, um rei generoso, protetor das letras e das artes. Embora possuísse virtudes que o punham muito acima de Bórgia, e preciso dizer a rude verdade: havia somente brilho nos dogmas do seu culto. Em geral, os papas transformados em soberanos temporais, não mais conseguindo pôr-se acima dos concílios na qualidade de sumos pontífices desde Eugênio IV, haviam-se posto acima deles na qualidade de monarcas e estavam acostumados, como os outros reis, a considerar a religião em geral, e a que professavam em particular, apenas como um freio necessário, um instrumento político do qual se haviam declarado, pela sua posição, depositários e reguladores. Todo o rigor que a maioria deles demonstrava contra os hereges e os inovadores, não mais se originava, como outrora, num fanatismo religioso, num zelo santo, respeitável embora cego, mas somente na necessidade de conservar as formas de um culto útil, cuja essência não consideravam passível de exame. Nos assuntos eclesiásticos, todas as suas máximas

---

O original do processo manuscrito de Joana d'Arc ainda existe. Observa-se nele que as respostas da heroína são sempre uniformes, prudentes, verdadeiras e firmes. Ela às vezes dizia aos seus juizes: "Bons padres, pensai afinal no fardo que impondes a vós mesmos". Perguntada por que ousara assistir a sagração de Carlos com seu estandarte, ela respondeu: "É justo que quem tenha participado do trabalho tenha essa honra". Quando lhe perguntaram por que feitiçaria ela animara seus soldados, ela disse: "Eis como: eu gritava 'Entrai bravamente no meio dos ingleses', e eu era a primeira a fazê-lo". Acusada de ler profanado os nomes de Jesus e de Maria, ela respondeu ingenuamente: "Foi de vocês, clérigos, que aprendi a usá-los, não apenas para meu estandarte, mas também para as cartas que mandava escrever". Quanto às suas visões, ela não as desmentiu sequer por um momento: "Sejam bons ou maus espíritos, é verdade que eles apareceram para mim", dizia ela.

eram fixas e invariáveis, porque seu objetivo era apenas manter as coisas como estavam, sem tentar aprofundá-las de maneira alguma. Neste aspecto, cada novo Pontífice adotava, quanto ao espiritual, o plano de seu predecessor, mas quanto ao temporal, ao contrário, era preciso que cada um se curvasse às circunstâncias, traçasse um caminho particular, muitas vezes recorrendo à astúcia para suprir a força que lhe faltava. Além disso, a corte dos Papas foi considerada como o berço daquela política moderna que consiste na fineza das negociações e na astúcia da conduta. Neste aspecto, não houve praticamente nada que essa corte não tentasse; e se ela não se aliou ostensivamente aos muçulmanos de Constantinopla, existem provas suficientes de que por mais de uma vez escutou as suas propostas.

Mas o que a corte de Roma não ousou fazer, pelo menos abertamente, a da França fez. Esta última, tendo perdido de vista os verdadeiros interesses da Europa para pensar somente nos seus, uniu-se aos turcos e, com a mesma pena com que redigira a aliança com os suíços, assinou o tratado com o Grande Sultão. Assim, como já expliquei, ela reuniu a fatalidade do Destino à força da Vontade e julgou-se bastante hábil para mantê-las uma pela outra, e dominar a ambas. Essa imprudência, que derramou sobre a França um dilúvio de males sob os reinados que se seguiram ao de Francisco I, trouxe, não obstante, um momento de brilho sob o de Luís XIV, brilho esse por demais empanado, mesmo durante a existência desse monarca, e depois, pelo alto preço das humilhações que afligiram o reinado de Luís XV e das espantosas desgraças que terminaram com o de Luís XVI.

Se quisermos refletir por instantes sobre a situação da Europa — depois de, por um lado os turcos, fortalecidos em Constantinopla, haverem construído ali uma barreira intransponível que protegia a Ásia, e pelo outro a França, lendo aniquilado o sistema feudal, se unificar nas mãos de Luís XI para formar uma monarquia quase despótica —, perceberemos que a Vontade do homem, cuja essência é a liberdade, vendo-se ameaçada de todos os lados por uma repressão absoluta, devia procurar saídas para se manifestar. Por toda parte, o despotismo tendia a se estabelecer e, com ele, a necessidade do Destino. Na França, essa Vontade inflexível faltou no momento ideal de se unir com a Providência. Mas a Providência e o Destino eram-lhe igualmente desagradáveis. Ela recusava toda espécie de jugo e procurava submeter tudo ao seu livre arbítrio. No perigo em que se encontrava, perigo esse que estava aumentando, ela pensou num duplo movimento, cujos meios foram escolhidos com admirável arte. De um lado, ela estimulou a indústria mercantil dos italianos e dos portugueses, constrangidos pelas conquistas dos turcos no Oriente, impelindo-os a novas descobertas no Ocidente; do outro, ela exaltou o orgulho sistemático dos monges ingleses e alemães, ofendidos pela arrogância dos ultramontinos, estimulando-os a submeter ao exame da razão os dogmas que os papas haviam decidido tirar deles. Pelo primeiro meio, ela ampliava seus domínios e preparava para si asilos distantes em caso de derrota. Pelo segundo meio, ela se empenhava, com as únicas armas que lhe restavam, num combate cujas probabilidades lhe ofereciam vantagens.

No início do século XIV, um morador da cidade de Amalfi, no reino de Nápoles, chamado **Flavio Gioia**, inventou, ou melhor, redescobriu o uso da bússola e, por meio desse instrumento tão simples quanto seguro, facilitou os meios para que os navegadores empreendessem viagens de longo curso. Os portugueses já se haviam aproveitado dela para cruzar os mares atlânticos, onde descobriram a Ilha da Madeira e os Açores. Eles cruzaram a linha equinocial e viram expandir-se sobre suas cabeças um novo céu, cujas constelações desconheciam, quando um genovês chamado **Cristóvão Colombo**, ouvindo falar de suas empreitadas na direção do meridião, imaginou que se fosse para o Ocidente, acompanhando o curso do Sol, sem dúvida descobriria outro continente. Gênova, sua pátria, e a corte da França, as quais dizem ter recorrido para que lhe fornecessem algumas embarcações com que levar a bom termo seu arriscado projeto, recusaram sua proposta. A Espanha acolheu-a e ele fez-se ao mar no dia 3 de Agosto de 1492, chegando a 12 de Outubro à ilha de Guanahaní, hoje São Salvador, nas Bahamas. Logo as notícias de sua descoberta espalharam-se e quando, pouco depois de retornar à Europa, Colombo empreendeu sua segunda e terceira viagens, grande número de aventureiros de todas as nações precipitou-se pela sua rota. Américo Vespúcio,

cujo nome batizou este Novo Mundo, que ele não descobrira;[195] Pedro Álvares Cabral, que foi o primeiro a chegar às costas do Brasil; Fernão Cortez e Pizarro, conquistadores do México e do Peru, os mais famosos. Mas a felicidade não lhes acompanhou o êxito, do qual a Providência não participara e cuja glória nem mesmo lhe cabia. Quase todos morreram miseravelmente, e o próprio Colombo, perseguido por um vil intrigante chamado Bobadilla, terminou despachado do Haiti como criminoso, chegando à Espanha acorrentado. O Rei Fernando mandou libertá-lo, mas sem lhe fazer justiça, o que de tal forma irritou Colombo que, morrendo de desgosto pouco tempo depois, ordenou que o enterrassem com os grilhões que o haviam prendido.

CAPÍTULO VIII

QUAL ERA A SITUAÇÃO DO NOVO MUNDO À ÉPOCA DA SUA DESCOBERTA. REVOLUÇÕES QUE ELE SOFREU. A ILHA DA ATLÂNTIDA

Em comparação com o Velho Mundo, o novo hemisfério, cuja descoberta fora mais provocada do que propriamente realizada por Colombo, era um mundo bem novo. Ele era mais jovem, recém-saído do seio das águas e gerando, nos três reinos, substâncias ou seres sobre os quais a natureza gravara claramente todos os traços da juventude. Ali, as formas gerais e geológicas ostentavam uma notável magnificência, embora o princípio vital, pouco desenvolvido, ainda fosse fraco. Viam-se ali montanhas mais altas que no outro hemisfério, rios maiores, lagos mais numerosos e vastos. Todavia, o reino vegetal carecia de seiva e vigor; não se encontrava ali nenhuma espécie de animais que se pudesse comparar com as do Velho Mundo. Os próprios leões e os tigres, ou melhor, os pumas e os jaguares que receberam tais nomes, não tinham nem a intrepidez nem a voracidade dos da África. Até mesmo o clima não correspondia ao do outro hemisfério. Ele era mais úmido e mais frio. Os vegetais flexíveis e latescentes, os répteis venenosos, os insetos importunos propagavam-se ali em abundância e com espantosa rapidez.

O solo, pouco produtivo e como que atacado de uma impotência natural comportava apenas pequeno número de habitantes. À época em que os europeus pisaram pela primeira vez nessa região, só havia duas nações totalmente formadas: a do México e a do Peru. Todo o resto do continente era povoado por pequenas tribos independentes, freqüentemente separadas umas das outras por enormes distâncias, carentes de leis, de arte e de indústria e, o mais extraordinário, privadas da ajuda de animais domésticos. As duas únicas nações que haviam entrado no caminho da civilização apenas davam os primeiros passos. Seu Estado Social era rudimentar; eram povos crianças que, entregues a si mesmos, protegidos pela Providência que começavam a reconhecer, submetidos a um Destino pouco rigoroso, ter-se-iam desenvolvido gradualmente e talvez viessem a nos espantar com sua grandeza, se não tivessem sido expostos tão cedo ao funesto movimento da Vontade Européia e não tivessem sido esmagados na flor da idade, muito antes que pudessem frutificar.

Podemos explicar esse cruel acontecimento? Sem dúvida. Até aqui não recuei diante de nenhum deles e, como os outros, este não pode escapar aos princípios que apresentei. Disse muitas vezes que a Vontade do homem, boa ou má, é irrefutável, e que a Providência não pode deter sua ação sem que ela mesma contradiga suas próprias leis. Mas o Destino, que leva consigo uma irresistível necessidade, opõe-se, pela sua própria essência, a essa ação e a combate. Seja qual for o lado vencedor, o resultado é sempre favorável ao objetivo a que a Providência se propôs porque, nisto, nunca pode haver senão perda de tempo ou mudança de formas. Ademais, observe-se o seguinte:

---

[195] Esse Américo Vespúcio, que deu seu nome à América, esteve naquela região do mundo na qualidade de aventureiro, acompanhado de um certo Ojeda, que para lá foi sem a concordância de Colombo e seguindo as mesmas rotas. Américo era florentino e escreveu um relato de sua viagem. Foi essa narrativa, escrita com elegância, que lhe valeu sua reputação. Colombo, com todos os seus direitos, malogrou-se diante desse hábil escritor. A injusta posteridade não batizou de Colômbia, como deveria ter feito, a quarta parte do mundo descoberta por Colombo, e sim de América. Tudo o que o historiador imparcial pode agora fazer é, ao falar do hemisfério como um todo, chamá-lo, como eu faço, de hemisfério colômbico.

quer o Destino ou a Vontade triunfe, nenhum desses dois poderes pode triunfar sem fazer surgir imediatamente o seu oposto, isto é, sem que a vitória da Vontade lance um germe de um acontecimento fatídico que se desenvolverá, ou sem que a vitória do Destino provoque uma causa volitiva que terá seu efeito.

Agora a Vontade, vigorosamente reprimida pelo Destino na Europa, foge e abre caminho para a América, coisa que ela não pode fazer sem empregar instrumentos entre os homens volitivos, em cujo seio fermentavam paixões mais ou menos violentas. Sim se julgassem esclarecidos e moderados, esses homens teriam percebido facilmente que sua glória, assim como seu interesse, os animariam a dirigir os povos delicados e tímidos que a sorte expunha às suas armas; eles teriam visto que poderiam submetê-los sem destruí-los e conquistar a América sem devastá-la. Infelizmente, porém, deu-se o contrário. Os espanhóis, que o movimento aplicado lançou de um hemisfério ao outro, eram homens ignorantes, ávidos e ferozes que, humilhados durante muito tempo sob os grilhões que uma política astuta lhes impusera, vingaram-se avançando com furor sobre um povo jovem, incapaz de lhes resistir. Como lobos atormentados por uma fome prolongada, eles se precipitaram sobre esses frágeis cordeiros para devorá-los. Agiram como nação tal como o faz um simples salteador quando encontra um viajante na floresta; ele o mata para roubar-lhe o dinheiro. A Providência não pode evitar esse crime voluntário quando o Destino do viajante não o impede, a menos que faça um milagre, o que é repugnante para suas leis. Mas ela se vinga ligando a punição ao crime, como o efeito à sua causa. Assim, ao massacrar os americanos, os espanhóis cometeram um crime nacional pelo qual toda a nação espanhola tornou-se responsável e deveria expiar. Seja lembrado o que eu disse no começo deste Livro sobre a solidariedade dos povos. Esta solidariedade estende-se a todas as gerações e liga tanto pais quanto filhos porque, neste caso, os pais não diferem dos filhos.

Mas um leitor atento e profundamente explorador talvez me detenha neste ponto para me dizer que, supondo-se efetivamente que o crime nacional seja punido com o crime individual, ele não vê que reparação, que bem, esse castigo acarreta, seja para o povo destruído por conquistadores ferozes, seja para o viajante assassinado por um salteador. A isso respondo dizendo que evitaria tomar da pena para escrever sobre assuntos tão difíceis se pudesse pensar que um homem perde tudo quando perde a vida, e que um povo pode ser destruído. Não creio nisso. Acredito que a existência individual ou nacional é suspensa pela morte ou pela destruição, mas não é destruída. Como disse há pouco, há apenas perda de tempo ou mudança de formas. O que é apenas interrompido deve recomeçar. Peço ao leitor que se lembre de uma comparação que já fiz.[196] Vejo uma bolota que germina, produzindo um carvalho se nada a detiver. Mas minha vontade opõe-se a esse efeito: eu esmago a bolota; o carvalho é interrompido. Mas será que destruí, aniquilei o princípio que agia na bolota? É absurdo pensar-se em tal coisa. Um novo destino recomeça para ela. Ela se decompõe, retorna aos seus elementos e, insinuando-se nas raízes da árvore, sobe com a seiva e reproduz uma bolota semelhante à primeira e mais forte. O que fiz eu com a minha ação destrutiva? Em relação à bolota, nada; mas talvez tenha feito muita coisa em relação a mim mesmo, sobretudo se incluí malícia, inveja, impaciência ou qualquer outro sentimento ruim em minha ação, porque embora acredite ter agido sobre a bolota, na verdade agi sobre mim mesmo. Esta comparação se for bem compreendida, pode resolver grande número de dificuldades.

Retornemos aos americanos. Quando os espanhóis os descobriram, eles ainda estavam na infância do Estado Social; nenhuma das suas faculdades estava totalmente desenvolvida; eles eram física e moralmente fracos e via-se claramente que pertenciam a uma Raça diferente da branca e da negra:[197] pertenciam à Raça vermelha, igualmente pura. Era o resultado de uma primeira mistura

[196] No final da Dissertação Introdutória, § 4.

[197] No momento em que escrevo, há mais de três séculos a América é conhecida e freqüentada pelos europeus, que ali realizaram grandes mudanças, tanto pela mistura que fizeram entre seu próprio sangue e o dos indígenas, como pelo dos povos negros que levaram para lá. Eles também influíram muito nos dois reinos inferiores, o vegetal e o animal, pela

ocorrida numa época bastante remota, quando a raça branca ainda não existia, e de uma segunda mistura bem menos antiga, quando essa Raça já existia há muito tempo. Esses povos indígenas haviam perdido a lembrança da sua origem; apenas uma vaga tradição dizia que seus ancestrais tinham vindo das montanhas mais altas daquele hemisfério. Os mexicanos diziam que seus primeiros legisladores tinham vindo de uma região situada a nordeste do seu império. Se prestarmos atenção, veremos nestas duas tradições as duas épocas principais que acabo de mencionar: a primeira remonta ao desastre da Atlântida, cuja lembrança se perpetuou em todas as nações; a segunda está relacionada apenas a uma emigração da raça bórea, da Islândia até a Groenlândia e daí para o Labrador, indo até o México, percorrendo as regiões hoje[198] chamadas de **Canadá** e **Luisiana**. Vários milhares de anos separam a primeira época da segunda.

A narração mais autêntica que temos do desastre da Atlântida nos foi conservada por Platão que, em seu diálogo **Timeus**, a atribui a um sacerdote egípcio que a contou para Sólon em Sais. Esse sacerdote conta que a catástrofe ocorreu há mais de nove mil anos, dando, para nós, uma antigüidade de aproximadamente onze mil e quatrocentos anos.

Segundo ele, a Ilha da Atlântida era maior que a África e a Ásia juntas e estava situada no mar Atlântico, diante das Colunas de Hércules. Havia três reis famosos pelo seu poderio, que não só reinavam naquela magnífica região e sobre todas as ilhas adjacentes, como também em grande parte da África, até o Egito, e sobre toda a Europa ocidental, até o Tirrênio. Eles procuravam submeter o restante do nosso hemisfério quando houve terríveis tremores de terra, seguidos de pavoroso dilúvio. Todos os povos adversários foram tragados pelos abismos e a Atlântida desapareceu no espaço de um dia.

Não é difícil reconhecer, na descrição feita pelo sacerdote de Sais dessa ilha maior que a África e a Ásia, o hemisfério colômbico, situado exatamente como diz ele, no mar que ainda tem o nome daquela ilha famosa, **mar Atlântico**, e diante das Colunas de Hércules. Além disso, é evidente que o novo continente hoje chamado de América é apenas aquela ilha sobre cuja antigüidade se tem contado tantas maravilhas. Ele não tinha então a configuração que vemos hoje, mas estendia-se mais para o pólo austral, do qual talvez se originasse, e menos para o pólo boreal. A raça austral ainda o dominava, como a raça bórea hoje domina o nosso hemisfério. Essa raça era vermelha; havia civilizado a raça negra e, como dizia o sacerdote egípcio, fundara numerosas colônias na Europa e na Ásia, que lhes pertenciam quase que inteiramente. Nessa época, isto é, há quase doze mil anos, o globo terrestre não estava na posição em que hoje o vemos; o pólo boreal, em lugar de estar numa elevação de cerca de vinte e três graus, estava, ao contrário, proporcionalmente mais baixo, deixando o pólo austral no domínio, de maneira que a massa dos mares hoje concentrada naquele pólo concentrava-se no pólo oposto, cobrindo principalmente a parte norte do hemisfério colômbico, talvez até os cinqüenta graus. É igualmente provável que, em nosso hemisfério, os

---

cultura e pelo cruzamento das raças. Portanto, não é na América que se pode conhecer o que era aquela região antes de sua descoberta, mas nas suas descrições feitas naquela época. Os indígenas do hemisfério colômbico em geral tinham uma cor morena avermelhada, tendendo para o cobre. Eles não possuíam barba ou outros pelos alem dos cabelos, negros e longos, grosseiros e fracos. Sua compleição era úmida e sem força viril. Encontravam-se homens que tinham leite em seu peito, como as mulheres, e que podiam aleitar as crianças em caso de necessidade. Eles comiam pouco, dificilmente suportavam a fadiga e raramente alcançavam uma idade avançada. Sua vida curta e monótona não era exposta aos acessos das paixões violentas. Ambição e amor pouco influíam em sua alma. Suas virtudes e seus vícios ainda estavam igualmente no berço. Suas faculdades intelectuais mal alcançavam seu primeiro desenvolvimento; via-se na maioria das tribos indivíduos de tal forma desprovidos de previsão que ignoravam a existência do amanhã. As mulheres eram pouco fecundas, pouco consideradas e não tinham quaisquer direitos; em várias regiões sua servidão era intolerável. Excetuando-se as duas nações cuja civilização se esboçava, as outras tribos ainda estavam no estado mais selvagem, ignorando a indústria e tendo apenas algumas idéias confusas sobre propriedade. Entre essas tribos, as que viviam da pesca eram as mais estúpidas. Em seguida vinham os caçadores, cujo instinto era mais desenvolvido; porém, igualmente preguiçosos, envenenavam suas flechas para facilitar a caça. Onde havia agricultores, iniciava-se a civilização. O hemisfério inteiro não tinha um só pastor; não se conhecia nenhum animal que já tivesse sido domesticado.

[198] No século XVIII.

mares se estendessem até os sessenta graus, cobrindo toda a parte norte do velho continente, desde a Noruega até Kamtschatka.

No momento mais florescente do Império Atlante, e quando esse império procurava completar a conquista do mundo, houve uma terrível catástrofe. A profundeza dos tempos pôde roubar-nos suas causas, mas não impediu que os rumores chegassem até nós. Não existe praticamente nenhuma nação que não tenha perpetuado sua triste lembrança em cerimônias lúgubres; narrativa é encontrada em todos os livros sagrados e os indícios gravados na superfície do globo, e mesmo em seu interior, anunciam por toda parte uma terrível convulsão, provando claramente aos olhos dos homens observadores que essas narrativas não são ilusórias.

Filósofos e naturalistas de todos os séculos, procurando as causas físicas que puderam conduzir a essas crises da natureza chamadas dilúvios ou cataclismos, encontraram-nas em quantidades insuficientes ou visivelmente errôneas. Todos os teósofos estão de acordo quanto à causa metafísica: eles têm dito que foi a perversão absoluta dos povos e seu total abandono da Providência que as provocaram. Moisés, falando disso como sobre uma funesta possibilidade, é formal a respeito. Pitágoras e Platão não diferem nem de Kung-tsé nem de Meng-tsé, e Krishna concorda com Odin. Mas embora se possa admitir a causa metafísica primordial, ainda restam grandes dificuldades relativas às causas secundárias e físicas.

De resto, devo dizer aqui uma coisa importante, sobre a qual falarei em maiores detalhes mais adiante: é que existem duas espécies de dilúvios que não devem ser confundidos: o Dilúvio universal, de que fala Moisés sob o nome de **Mooul** e que os brâmanes conhecem pelo nome de **Dinapralayam**; é uma crise da natureza que põe fim à sua ação; é uma retomada da dissolução absoluta dos seres criados. A descrição deste dilúvio e o conhecimento das suas causas e seus efeitos pertencem à cosmogonia e este não é o lugar para falar a respeito, pois ele não só influi no Estado Social do homem, interrompendo-o, senão que o destrói por completo. Os dilúvios do segundo tipo são os que ocasionam apenas uma interrupção do progresso geral das coisas, por meio de inundações parciais, mais ou menos consideráveis. Entre esses cataclismos podemos considerar o que destruiu a Atlântida como um dos mais terríveis, pois submergiu um hemisfério inteiro e provocou sobre o outro uma torrente devastadora que o arruinou. Os sábios que se têm ocupado em buscar suas causas não as encontraram porque não tinham os dados necessários para isso, e porque a maioria, imbuída de preconceitos, olhava para perto demais ou para longe demais, como por exemplo, quando se contentavam com uma irrupção de um vulcão, com um tremor de terra, o transbordamento de um lago ou de um mar interior; ou então quando atribuíam essa catástrofe à cauda de um cometa. Sou levado a desvendar inteiramente essa causa natural, que há pouco deixei entrever ao falar da posição anterior do globo. No momento não poderia apresentar provas geológicas, porque estas me levariam a entrar em detalhes por demais alheios a esta obra; mas se os geólogos quiserem examinar atentamente a configuração das costas dos dois hemisférios e o movimento que as correntes dos mares ainda conservam, verão claramente que digo a verdade.

O espantoso cataclismo que submergiu a Atlântida foi causado por um movimento brusco do globo terrestre que, elevando repentinamente o pólo boreal que estava baixo, colocou-o numa posição contrária à que ocupava antes. Nesse movimento, que talvez tenha tido várias oscilações, a massa das águas que se encontrava nesse pólo correu violentamente para o pólo austral, refluiu ao pólo boreal e voltou repetidas vezes ao pólo oposto, onde finalmente se acomodou, sobrecarregando-o com seu peso. O arcabouço terrestre cedeu em vários lugares, sobretudo onde ocultava cavernas e anfractuosidades profundas que, desmoronando, abriram imensos abismos para onde as águas furiosas mergulharam, levando todos os escombros que arrastavam consigo e o grande número de vítimas cujas vidas haviam ceifado. O hemisfério em que vivemos resistiu melhor, sendo por assim dizer apenas lavado pelas ondas que o atravessavam sem se deter; mas o outro foi por toda parte afundado, esterilizado e coberto de águas estagnadas que ali permaneceram por muito tempo. Todas

as terras austrais, onde ficava a Atlântida propriamente dita, desapareceram. No pólo oposto, as terras boreais saíram do seio das águas e serviram de berço para a raça branca ou bórea, da qual nos originamos. Assim, é ao desastre da Atlântida que, de alguma forma, devemos nossa existência. A Raça negra, que chamei de **sudeana**, originária da África, nascida, como já disse, nas proximidades da linha equinocial, sofreu muito com essa catástrofe, porém infinitamente menos que a raça vermelha ou austral, que pereceu quase que por completo. Apenas alguns homens, que um feliz destino fez com que estivessem nos Montes Apalaches, nas Cordilheiras Andinas ou nas Tapayas, puderam escapar à destruição. Os mexicanos, os peruanos e os brasileiros unham por essas montanhas uma veneração particular e conservam uma vaga lembrança de que elas serviram de asilo aos seus ancestrais. Ainda hoje dizem que os selvagens das Flóridas vão quatro vezes por ano em peregrinação ao monte Olayimi, um dos mais altos dos Apalaches, para oferecer um sacrifício ao Sol em memória desse acontecimento.

CAPÍTULO IX

CONQUISTAS DOS ESPANHÓIS E SEUS CRIMES NA AMÉRICA. ESTABELECIMENTO DOS PORTUGUESES NA ÁSIA. RESULTADOS GERAIS

Como eu, Bacon acreditava que a América fizera parte da antiga Atlântida. Ele dá claramente a entender isto em sua *Nova Atlântida*. Diz ele que os habitantes daquela parte do mundo eram outrora muito poderosos e tentaram submeter o velho continente pelas armas. Após a submersão do seu Império, alguns homens dispersos conseguiram salvar-se nos cimos das montanhas. Esses homens, acrescenta ele, abastardaram-se rapidamente, esqueceram todas as artes e se transformaram em selvagens. Viveram por muito tempo isolados e sem leis, e só se reuniram quando as planícies ressurgiram e puderam ser habitadas. Boulanger, que fez grandes pesquisas a respeito, pensa, com justa razão, que após a perda da Atlântida os povos sobreviventes do nosso hemisfério caíram em estupor, andando errantes por muito tempo sem se atrever a fundar aldeiamentos; ele acredita que a vida selvagem nasceu do terror causado por aquele episódio e foi fruto do isolamento e da ignorância. Desde então, muitos sábios têm ampliado e comentado estas idéias, que não passam de uma repetição das que Platão recebera diretamente dos egípcios e com as quais fez um admirável quadro em seu **Livro das Leis**. Segundo aquele filósofo, os homens que escaparam à desolação universal eram, na maioria, pastores que viviam nas montanhas, privados de instrução, ignorando todas as descobertas nas artes, na política e nas ciências, que se perderam sem deixar o menor vestígio. As cidades mais florescentes, localizadas nas planícies e à beira-mar, haviam sido arrastadas com seus habitantes. Por toda parte via-se a imagem de uma vasta solidão. Países imensos estavam sem habitantes. Quando dois homens se encontravam nessas tristes ruínas, eles choravam de ternura e alegria.

Como já disse, a raça sudeana foi a que permaneceu mais forte em nosso hemisfério. Ela foi a primeira a se propagar e assumir o domínio, após ter passado por todas as fases do Estado Social e ter renovado na sua totalidade os conhecimentos humanos. Citei como ela encontrou a raça bórea, ainda na aurora da civilização, e demonstrei claramente as razões que a impediram de destruí-la. Cheguei mesmo a falar sobre as razões opostas que mais tarde causaram a ruína da raça austral, quando os europeus encontraram, no hemisfério colômbico, os remanescentes que começavam a se reorganizar. A principal razão foi a de que grandes sociedades já se haviam fixado e construído impérios consideráveis antes de terem adquirido as forças e os conhecimentos necessários para conservá-los em caso de ataque. Sei muito bem que se esses Impérios assim construídos tivessem podido atingir o mais alto grau de perfeição, eles teriam oferecido ao mundo um espetáculo novo e interessante. Mas teria sido necessário que permanecessem desconhecidos dos europeus por mais alguns séculos ainda. A Providência, que proporcionara o princípio dessas associações brilhantes que se erguiam no México e no Peru, e o Desuno, que as protegia em silêncio, não faziam oposição: mas a Vontade do homem, forçada a procurar fora do velho hemisfério um asilo contra a servidão

absoluta que a ameaçava, imaginou o Novo Mundo e o descobriu. No começo ela só pôde enviar homens de caráter audacioso e apaixonado que, na maioria desprovidos de conhecimento e da verdadeira moral, revelaram-se ferozes e ávidos, transformando em vil interesse os motivos mais nobres que os guiavam e que não compreendiam.

É impossível ler os detalhes das crueldades praticadas na América pelos primeiros europeus que penetraram naquela região, sem experimentar um sentimento de horror. Desde sua chegada ao Haiti, e mesmo sob o comando de Colombo, os espanhóis comportaram-se como tiranos. Eles ousaram associar à sua fúria cães amestrados para combater e devorar os infelizes indígenas, e regular as categorias desses animais de acordo com a maior ou menor ferocidade que viam neles. Eles sem dúvida acreditavam, antecipando-se ao que vários autores fanáticos ou mentirosos disseram mais tarde para desculpá-los, que os americanos não eram homens e que se podia massacrá-los impunemente. Quando Colombo descobriu o Haiti, havia ali um milhão de habitantes. Quinze anos mais tarde, contavam-se apenas sessenta mil e este número, reduzido depois a quinze mil, desapareceu inteiramente alguns anos mais tarde.[199] Para remediar essa despovoação, quarenta mil infelizes das ilhas Lucaias foram iludidos e levados para o Haiti para serem vítimas do mesmo morticínio. Las Casas, testemunha dessas atrocidades, após ter inutilmente tentado evitá-las, confundido pela sua humanidade, aconselhou que se comprassem negros na África para abastecer as colônias espanholas na América. Essa idéia foi adotada e o fatal comércio teve início com um édito de Carlos V.

Deve-se observar que os genoveses, então constituídos numa espécie de república emporiocrata, foram os primeiros a se encarregarem desse odioso monopólio. Assim, não bastou oprimir todo um hemisfério, foi preciso que outro também fornecesse escravos e que um povo decrépito viesse a partilhar do infortúnio de um povo jovem; mas, no movimento que as coisas haviam tomado na América, isso era indispensável. Como a Vontade cogitava de criar ali um assentamento e levava consigo o espírito da emporiocracia, que não passa de um republicanismo degenerado, era necessário fazer surgir ali a escravatura para evitar a miséria absoluta de uma parcela do povo, pois devemos aceitar como certo que **toda república emporiocrática onde não se estabeleça a escravatura deverá basear sua grandeza na miséria absoluta de uma parcela da população**. É somente com a colaboração da escravatura que se pode sustentar a liberdade. As repúblicas são de natureza opressora. Quando a opressão, isto é, a escravatura ou a miséria, não se manifesta em seu seio, como aconteceu na Holanda, ela se manifesta à distância, o que dá no mesmo. Uma república precisa sempre de escravos, sobretudo se é dominada pela emporiocracia, não importando se os escravos estão dentro ou fora dela; a escravatura sempre ocorre, com todos os inconvenientes dela decorrentes.

Depois que devastaram por completo as ilhas que cercam a parte oriental do hemisfério colômbico, os espanhóis voltaram seus esforços para o continente, descobrindo os dois únicos impérios ali existentes e apoderando-se deles. As conquistas do México e do Peru parecem prodígios de audácia quando se considera que os mexicanos e peruanos eram povos formados e capazes da mesma resistência. Mas não era assim: eles eram povos jovens que podiam ser facilmente dominados com um pouco de força e muita perfídia.

---

[199] Os espanhóis uniram à força a mais atroz perfídia para reprimir as revoltas que seus roubos causavam. O infeliz Anacoana, que reinava na parte ocidental do Haiti, foi preso durante uma festa que sua cega bondade preparara para esses tigres e levado para a cidade de São Domingos, para ser enforcado. Um celerado chamado **Ovando** foi o encarregado dessa covardia. É bom que seu nome passe à posteridade, marcado com o ferro em brasa da reprovação. Citarei, pelo menos motivo, o infame Velásquez que, tendo aprisionado na ilha de Cuba o Cacique Hatucy, condenou-o a ser queimado vivo. Um monge fanático aproximou-se do infeliz Cacique enquanto este era atado ao poste e aconselhou-o a abraçar a religião cristã, para subir ao paraíso: "Há espanhóis lá?", perguntou Hatuey. "Sim, os que foram bons". "Isto basta", acrescentou o Cacique; "Não quero ir para um lugar onde encontre um só desses facínoras".

O império do México tivera início apenas seis séculos antes da chegada dos espanhóis. Após examinar suas leis e seu culto, não podemos duvidar que eles devem ter recebido sua legislação religiosa e civil do norte da Europa, embora seja impossível dizer em que época isto aconteceu: todos os documentos nos quais se pudesse basear uma cronologia foram destruídos.[200] Parece provável ter sido no momento em que os escandinavos, sob o nome de **normandos**, apareceram em todos os mares, quando um dos seus navios, que partira da Islândia, foi arrastado por alguma tempestade, indo dar às costas do Canadá ou da Flórida. Seja como for, a tradição remontava essa época à aparição de um homem favorecido pelos céus, que convenceu várias tribos errantes a se fixarem no país de Anabac, o mais fértil e agradável da região, e a se estabelecerem ali sob um governo regular. Esse estado, de início muito reduzido, expandiu-se gradativamente pela aglomeração de várias tribos que ali se reuniram, formando finalmente um império florescente que teve como nono imperador Montezuma, destronado por Fernão Cortez. A cidade do México, que se tornou o centro desse império, foi fundada por volta do século XIII. Essa cidade era bem grande e povoada, mas as construções, inclusive as maiores, como os templos e palácios, eram mal construídas e revelavam uma arquitetura ainda incipiente. A religião, sombria e feroz como a dos antigos celtas, admitia os sacrifícios humanos. Encontramos no governo mexicano as formas do sistema feudal. O Imperador tinha sob seu domínio trinta nobres de primeira classe, cada um dos quais tinha em seu território cerca de cem mil cidadãos, entre os quais contavam-se trezentos nobres de uma classe inferior. A casta dos mayecas era semelhante à dos nossos antigos servos. Nas cidades, assim como nos campos, distinguiam-se as classes, e cada pessoa exercia sua profissão.

Os mexicanos haviam criado quase todas as artes sem aperfeiçoar nenhuma delas. Sua escrita consistia apenas de quadros hieroglíficos. Não obstante, eles possuíam uma espécie de correio por meio do qual faziam chegar rapidamente, do centro às extremidades do império, as ordens do imperador ou as notícias importantes. Seu ano era dividido em dezoito meses de vinte dias cada um, aos quais se acrescentavam cinco dias complementares, demonstrando alguns conhecimentos astronômicos. Mas sua agricultura era imperfeita. Como não conheciam o dinheiro, os impostos eram pagos **in natura**. Cada coisa, de qualquer espécie, era arrumada em armazéns, de onde era tirada para serviço do Estado. O direito de propriedade territorial era conhecido no México: todo homem livre possuía certa extensão de terra, mas os laços sociais, ainda mal formados, demonstravam, como já disse, um Estado Social ainda em seus primórdios.

O Império do Peru, também muito novo, oferecia formas mais agradáveis que as do México. A religião mais doce e o culto mais brilhante davam mais suavidade e brilho ao governo. Os peruanos adoravam o Sol e a Lua, e prestavam certas homenagens aos antepassados, indicando que seu legislador era de origem asiática. Segundo as tradições peruanas, esse legislador, chamado **Manco Capac**, apareceu com sua mulher **Mama-Ocollo** às margens do Lago Titicaca e anunciou que era filho do Sol. Ele reuniu as tribos errantes e, ensinando-lhes a agricultura, convenceu-as a dedicarem-se a ela. Após esse primeiro passo, o mais difícil de todos, ele as iniciou nas artes práticas, deu-lhes leis e fez com que o reconhecessem como seu soberano teocrático. Foi sobre a religião que se fundou toda a estrutura social. O Inca peruano não era apenas legislador e monarca; ele era reverenciado como filho do Sol. Sua pessoa e sua família eram sagradas. Os príncipes da família teocrática desposavam a própria irmã para evitar a mistura com outro sangue, como outrora o faziam os monarcas egípcios.

Quando da chegada dos espanhóis, **Huaina Capac**, o décimo segundo monarca depois de Manco Capac, ocupava o trono. Ele morreu e deixou um filho chamado **Atahualpa**, a quem quis dar apenas metade de seu império, o reino de Quito, declarando seu irmão Huascar, de quem gostava muito, herdeiro do reino de Cuzco. Essa partilha inusitada causou um descontentamento geral e deflagrou uma guerra civil, da qual o pérfido Pizarro se aproveitou para oferecer ajuda a Atahualpa,

[200] Foi um homem chamado **João de Zumaraga**, monge franciscano, primeiro bispo do México, quem ordenou que todos os arquivos dos mexicanos, compostos de tabletes hieroglíficos, fossem lançados ao fogo.

aproximar-se dele e raptá-lo em meio aos seus súditos, o que foi feito de forma tão odiosa que não podemos descrevê-la sem indignação. Um padre chamado **Valverde** emprestou seu ministério a esse ato execrável e ousou confirmar a sentença de morte proferida pelo feroz espanhol contra aquele infeliz monarca. Atahualpa foi estrangulado no Peru, por graça especial, em lugar de ser queimado vivo como rezava a sentença. No México, Fernão Cortez, após ter obrigado os próprios súditos de Montezuma a massacrarem esse infeliz monarca, colocou seu sucessor Guatimozin num leito de brasas, para obrigá-lo a revelar o esconderijo dos seus tesouros.[201]

Assim os impérios do México e do Peru foram conquistados e submetidos à coroa da Espanha; mas conquistas feitas com tais crimes não podiam trazer consigo nem glória nem felicidade.

Os portugueses, tão cruéis quanto os espanhóis, não foram mais felizes. Suas imensas descobertas na Ásia deram-lhes um momento de brilho e de força, apenas para fazê-los sentir um pouco mais tarde sua fraqueza e seu obscurantismo. As conquistas cujo único motivo é o amor às riquezas não trazem glória alguma. Já disse como os portugueses foram obrigados a buscar um novo caminho para as Índias, pois o usado por Veneza fora totalmente obstruído pelo êxito dos otomanos. Após terem cruzado a linha equinocial e observado as estrelas do pólo austral,[202] eles finalmente dobraram o Cabo das Tormentas, dando-lhe o nome de Cabo da Boa Esperança. Comandados por Vasco da Gama e Alfonso de Albuquerque, eles combateram sucessivamente os reis de Calicute, de Ormuz, do Sião e derrotaram a frota do sultão do Egito. Tomaram a cidade de Goa e logo depois se apoderaram de Málaca, Áden e Ormuz. Estabeleceram-se por toda a extensão das costas do Ceilão, levaram suas colônias até o Golfo de Bengala, comerciaram por todo o arquipélago indiano e fundaram a cidade de Macau nas fronteiras da China. Em menos de cinco anos, eles descobriram mais de cinco mil léguas de costas, tornaram-se os senhores do comércio, desde o oceano Atlântico até o Mar da Etiópia, dispondo de tudo o que a natureza terrestre produz de útil e raro, de agradável e brilhante. Eles aniquilaram a fortuna de Veneza espalhando pela Europa, a um custo bem mais baixo, todos os objetos necessários ou preciosos, e eclipsaram a glória daquela aristocracia emporiocrática cujo poderio foi eliminado para sempre. A rota do Tejo ao Ganges tomou-se freqüentada e a descoberta do Japão pareceu coroar a grandeza de Portugal. Tudo isto ocorreu na primeira metade do século XVI.

Essas descobertas, essas conquistas feitas nos dois hemisférios, as imensas riquezas que trouxeram consigo, longe de enriquecer os espanhóis e os portugueses, acabaram por empobrecê-los, porque, ao explorar distantes minas de ouro e prata, saindo em busca de diamantes e pérolas, eles ignoraram as verdadeiras minas e os verdadeiros tesouros da indústria que são a agricultura e o trabalho manufatureiro. As colônias da Ásia, do México, do Peru e do Brasil despovoaram as Espanhas, de modo que, após a morte de Sebastião e do velho cardeal que o sucedera no trono de Portugal, quando esse reino caiu nas mãos do rei de Espanha em fins do século XVI, Felipe II, que dava a impressão de ser o mais poderoso monarca do globo, porque dominava dois hemisférios e porque o Sol, de acordo com sua orgulhosa frase, jamais se punha sobre seus estados, devia ter visto que essa grandeza era ilusória e não fora criada para ele. É o que tenho dado a entender muitas vezes. Não era de modo algum a grandeza da Espanha que a Vontade do homem tinha em mente no movimento que provocara. Acredito que isto se tornou bem evidente quando o movimento coincidente na moral, que se operara na Alemanha através de Lutero, viu algumas miseráveis províncias revoltadas resistir àquele formidável colosso e consolidar sua revolta por meio de uma confederação emporiocrática que arrostou todos os seus esforços. A Holanda, assim constituída, apoderou-se com

---

[201] Foi nessa cruel situação que Guatimozin disse ao seu ministro, que padecia do mesmo tormento e cuja |s dor lhe fazia gemer, estas palavras, que revelam uma grande alma: "Por acaso estou deitado num leito de rosas?".

[202] Um fato notável é que o famoso poeta italiano Dante Alighieri falara, mais de um século antes, sobre essas estrelas que dominam aquele pólo: "Voltei-me para a direita", diz ele no primeiro Canto do seu **Purgatório,** "e considerando o outro pólo, vi quatro estrelas que jamais foram conhecidas senão nas primeiras idades do Mundo". Isto é, à época em que o pólo austral dominava o horizonte, antes da catástrofe da Atlântida.

notável facilidade de todas as conquistas dos portugueses. A Inglaterra, tendo entrado pouco depois nesse movimento, dominou a Espanha após tê-la enfrentado, e lançou na América setentrional um germe de emporiocracia destinado a invadir todo o hemisfério, reagir vivamente à sua metrópole e ameaçar a Europa com uma comoção total. Assim, a Vontade do homem conseguiu, no íntimo dos seus desígnios, escapar ao Destino, que acreditava tê-la derrotado, e, sempre indomável, preparou-se para novos combates.

CAPITULO X

CISMA DE LUTERO. COMO CARLOS V PODERIA DETÊ-LO

Todos os que têm escrito a história das nações modernas têm-se impressionado com o grande espetáculo que a Europa apresentou no começo do século XVI, mas ninguém pensou em explicar porque esse grande espetáculo terminou em catástrofe generalizada. E verdade que o Novo Mundo foi descoberto e conquistado; mas também foi devastado. O velho continente viu nascer homens extraordinários em quase todos os gêneros. Mas esses homens o abalaram em lugar de fortalecê-lo e abrasaram-no em vez de o iluminarem. A Itália se glorificou com Leão X e esse Sumo Pontífice viu um perigoso cisma nascer sob seu pontificado e dilacerar a Igreja cristã. Carlos V e Francisco I foram grandes príncipes, mas trouxeram somente desgraças para os estados que haviam governado. Lutero e Calvino foram homens de gênio, e seu gênio não produziu senão divisões funestas, guerras, massacres e perseguições. De onde vem essa contradição? Da luta incessantemente renovada entre a Vontade e o Destino, entre a Liberdade e a Necessidade, na ausência da Providência, que nenhuma das duas partes queria reconhecer.

Antes que Colombo descobrisse o Novo Mundo, não se acreditava na possibilidade da sua descoberta; negava-se sua existência, chegando-se inclusive a anatemizar os que a admitiam. Antes que Lutero tivesse arrastado metade da Europa com seu cisma, estava-se tão longe de prever tal revolução que zombavam das suas prédicas. Acreditava-se mesmo que ele não fosse digno da fogueira em que haviam perecido Savonarola, João Huss, Jerônimo de Praga, Arnaldo de Bresce, Dulcin e muitos outros. O Papa Leão X, que acabava de ser elevado ao pontificado aos trinta e seis anos de idade, prometia à Europa um reinado magnífico. Descendente dos Médicis de Florença, ele possuía todas as virtudes e todos os defeitos: amava as ciências e as artes; protegia os artistas e os sábios; era generoso, nobre e amigo sincero; podia ser um príncipe completo, mas não acreditava nos dogmas do seu culto e, por conseguinte, era um mau Pontífice. Sua magnificência foi mais o pretexto do que a causa do cisma que se manifestou: ele quis terminar a Basílica de São Pedro iniciada por Júlio II e, não tendo dinheiro suficiente para custear tal despesa, imaginou que poderia lançar um pequeno imposto sobre as consciências e vender indulgências para a cristandade, como já se fizera antes. Sem dúvida, melhor seria se ele tivesse seguido um caminho mais franco e dissesse abertamente aos cristãos que seu Sumo Pontífice, necessitando de certa quantia para construir um palácio magnífico para o Príncipe dos Apóstolos, pedia a cada um uma pequena contribuição. Mas esse caminho teria sido contrário ao espírito de um culto que prega a humildade. Perguntariam para que construir um palácio para o pobre pescador Simão? Assim, era preciso um subterfúgio, usar de astúcia, sendo o método da corte de Roma, obrigada pela sua posição a estar sempre em contradição consigo mesma. Tal astúcia, que sequer teria sido percebida em outra época, ou, tendo sido, teria passado por simples pecadilho, foi taxada de crime enorme e tratada com rigor inaudito.

É verdade que João Huss, e, sobretudo Wiclef, haviam preparado os espíritos para essa extravagância. Ouviram-se os hussitas da Boêmia e os lollars da Inglaterra reclamar contra a autoridade dos Papas, declarar que, de acordo com os Evangelhos, nem os Patriarcas nem os Arcebispos, nem os Bispos têm qualquer preeminência sobre os outros padres, nem qualquer poder diferente; que os bens que eles possuem são usurpações das quais a justiça deseja vê-los privados; que os reis nada devem à Santa Sé, e que esta não pode exercer qualquer jurisdição sobre eles ou

sobre seus reinos; e quanto aos dogmas, que é indubitável que a substância do pão e do vinho permanece após a consagração, e que o corpo de Jesus Cristo está naquela substância consagrada assim como o fogo no ferro incandescente; ambos subsistem juntos sem qualquer transubstanciação do ferro pelo fogo.

Portanto, ao pregar essa doutrina, Lutero não dizia nada de novo. Ao atacar a autoridade dos Papas, as formas do culto, os votos monásticos, a integridade dos dogmas, ele apenas repetia o que outros já haviam dito antes; mas ele repetia essas coisas em circunstâncias bem diferentes.Não era ele quem criava o movimento, era o movimento que o criava. Observa bem este ponto decisivo, leitor judicioso, e darás conta, talvez pela primeira vez, do que acontece com freqüência se um homem bastante comum é bem sucedido onde homens superiores se perdem. Lutero não tinha, por certo, o valor de João Huss nem de Jerônimo de Praga. Ele não possuía nem a austera virtude do primeiro nem os talentos notáveis do segundo.[203] Era um homem de caráter apaixonado, ardente, de gênio bastante elevado, mas sem dignidade: falava muito bem graças ao seu treinamento, mas escrevia sem método e sem talento, indicando que sentia intensamente e pensava com dificuldade. Ele causou forte emoção, mas os espíritos já estavam agitados. Ao considerar os efeitos que causava, ele próprio era o primeiro a se espantar. Quantas vezes, julgando estar indo longe demais, não quis ele parar! Mas uma vez lançado no caminho, não havia mais tempo para refletir sobre as conseqüências. Todo resultado que tirava dos seus combates interiores eram apenas fadigas mentais muito grandes, que ele atribuía ao Espírito infernal.

Desde o ano de 1516, e antes da publicação das indulgências na Alemanha, Lutero havia enunciado suas opiniões, que concordavam com as de João Huss. Essa publicação serviu-lhe apenas de pretexto para divulgá-las com mais estardalhaço. Enquanto isso, Leão X, indiferente aos ataques desse monge obscuro, a quem considerava um fanático ignorante e inofensivo, desprezava suas prédicas. Ele prosseguia em suas tarefas e desviava os olhos do escândalo bastante evidente que o corpo sacerdotal causava com o luxo que ostentava e com a indolência a que se entregava. Somente uma revolução violenta poderia fazer-lhe recobrar um pouco da sua energia. Lutero provocou essa revolução. Apoiado pela proteção de Frederico, eleitor da Saxônia,[204] ele segue seu caminho; atribui às prodigalidades e às delícias de Leão de Médicis os crimes de Alexandre Bórgia e os acessos de cólera de Júlia delia Rovere. O Papa o condena; ele apela ao futuro concilio; o Papa lança-lhe o anátema e ele queima publicamente a bula de excomunhão em Wittemberg. Daí por diante, Lutero transforma-se num homem poderoso e perigoso; suas máximas propagam-se. Zuínglio, cura de Zurique, na Suíça, adota-as e tira delas novos resultados. Ele altera inteiramente as formas do culto, abole o sacrifício da missa e passa a ver no sacramento da Eucaristia apenas uma cerimônia comemorativa. O senado de Zurique se reúne e se pronuncia a favor da Reforma. O mesmo faz o de Berna. Logo, a maioria da Suíça concorda e dá a mão à Saxônia, a Wittemberg e às outras partes já cismáticas da Alemanha.

O Imperador Carlos V intima Lutero a comparecer à sua presença para prestar contas à dieta imperial de Weimar. Lutero corre o risco de expor-se à mesma sorte de João Huss; ele obedece, munido de idêntico salvo-conduto, porém mais válido, porque Carlos V não tinha a pusilanimidade de Sigismundo; além disso, a dieta não era um concilio e só podia julgar o heresiarca sob aspectos puramente políticos. Lutero, condenado sob esses aspectos, mesmo assim prossegue com seu movimento. Dócil à Vontade que o guia, e não obstante o Imperador e a dieta, ele aceita as idéias de Zuínglio sobre a inutilidade da missa; abole-a e ao exorcismo, nega a existência do purgatório e a necessidade da confissão, da absolvição e das indulgências; abre os claustros, libera os religiosos de

[203] Dizem que Jerônimo de Praga demonstrou, perante o Concilio de Constança, no qual foi condenado junto com seu amigo João Huss, uma eloqüência desconhecida até então. Ele falou como Sócrates e morreu com a mesma firmeza.
[204] Este príncipe, vendo-se na condição de concorrente de Carlos V e Francisco I, fora eleito imperador e recusara essa dignidade.

ambos os sexos dos seus votos e ele próprio dá o exemplo do casamento de sacerdotes desposando uma religiosa. Que maior triunfo poderia a Vontade do homem ter sobre o Destino?

Nesse meio tempo, o Papa morre. A ocasião era admirável para Carlos. Dizem que seu antecessor, Maximiliano, pretendera unir a tiara à coroa imperial. Esta não era uma boa decisão, ainda que o tivesse conseguido, mas nada o impedia de alterar as formas do papado. Um homem cujo gênio não fosse medíocre o teria percebido facilmente. Ele teria visto que no estado em que às coisas estavam não havia outro meio de eliminar o cisma que iria ensangüentar a Igreja exceto consagrando-o. Era preciso chamar Lutero para o sumo sacerdócio. Era um golpe ousado e o único que poderia salvar a Europa do perigo que a ameaçava. Como Papa, Lutero era capaz de submeter a Vontade do homem ao jugo da Providência, e tenho certeza de que o teria feito. Até então, ele fora apenas arrebatado; nesse caso, sua inspiração teria começado. Carlos, ao reconhecê-lo, teria sido reconhecido também, e o Império Universal teria começado em seu reinado. O turco, que mal entrara na Europa, teria sido repelido; Jerusalém teria sido conquistada e o Velho e o Novo Mundo teriam considerado santa aquela cidade para a qual todos os povos do Universo dever-se-iam voltar em suas orações.

Carlos não percebeu nada disso. Cedendo aos seus medíocres interesses, fez elevar ao trono pontifício o seu preceptor, sob o nome de Adriano VI, um homem probo porém fraco, incapaz de suportar um fardo como o que lhe caía sobre os ombros. À Adriano seguiram-se Clemente VII, Júlio de Médicis, que possuía todos os defeitos de sua família sem ter-lhe as virtudes e que, graças a um orgulho inconveniente e a uma teimosia intempestiva, conseguiu exasperar o cisma e entregar a Europa às dissensões que a aguardavam.

CAPITULO XI

CONSEQÜÊNCIAS DO CISMA DE LUTERO. OS ANABATISTAS. LEGISLAÇÃO DE CALVINO EM GENEBRA

Considerado reformador de culto, pela imperícia de Carlos V, que não soube nem generalizar sua Reforma e nem detê-la, audacioso inovador porque não podia ser mais que isso, e apóstolo da Vontade quando não se lhe permitia sê-lo da Providência, Lutero pelo menos conhecia sua posição e, hábil homem que era, tirou partido das circunstâncias. Ele desfechou contra o Destino três golpes terríveis, que não têm recebido o merecido reconhecimento porque os historiadores, por demais precisos em descrever seus efeitos, quase nunca chegam às suas causas. Monge cristão, ele renunciou aos seus votos e casou-se publicamente com uma religiosa; aprovou o divórcio de Henrique VIII, rei da Inglaterra, com Catarina de Aragão, e permitiu a poligamia ao *landgrave* de Hesse. Isto significava destruir arrojadamente o que o culto cristão possuía então de mais austero, e submeter, sem restrições, a necessidade à liberdade. O divórcio de Henrique VIII, ao qual se opunha o Papa Clemente VII, que não conhecia nem os homens nem os tempos, acarretou várias conseqüências graves: a primeira foi a de tornar impossível qualquer aliança entre Espanha e Inglaterra, o que por muito tempo garantiu a segurança da França, evitou a sua invasão por Felipe II, da época da Liga, e permitiu que Henrique IV subisse ao trono. A segunda, foi produzir o reinado de Elisabeth que, após o reinado desastroso de Maria, veio a dar à Inglaterra um impulso extraordinário que poderia conduzir aquele reino a altos destinos, se um acontecimento funesto não tivesse perturbado a corte. Esse acontecimento, sobre o qual falarei agora, embora interviesse um pouco na ordem dos tempos, é o assassinato judicioso de Maria Stuart. Esse assassinato, que conspurcou a vida de Elisabeth, provocou um efeito totalmente contrário ao que pretendia aquela princesa cega pelo ciúme e pelo orgulho. Em lugar de fortalecer a autoridade real, como ela acreditava, ele abalou-a até suas bases mais sagradas e entregou à Vontade do homem tudo o que esta pensava em tirar-lhe pelo seu despotismo passageiro. A Inglaterra aprendeu, pelas formas que se seguiram àquele execrável regicídio, que as cabeças coroadas podem tombar sob o gládio das leis, e que os povos têm direito a esse gládio. Não se deve confundir aqui o assassinato de Ana Bolena, nem o das outras

mulheres de Henrique VIII, com o de Maria Stuart. Essas perversidades, embora semelhantes em seus resultados, não tinham qualquer semelhança em seus princípios. Henrique era um tirano feroz que assassinava suas mulheres, se eram inocentes, ou as punia de maneira atroz se culpadas. O crime pesava somente sobre ele; mas Elisabeth não tinha qualquer direito sobre Maria, rainha como ela, e rainha de outro reino. Não foi ela quem a assassinou: ela mandou que seu próprio povo a assassinasse, entregando-lhe essa infeliz princesa e reconhecendo, nesse mesmo povo, a competência para julgá-la. Ora, se, no dizer de Elisabeth, o povo inglês tinha o direito de julgar uma rainha da Escócia, e de condená-la à morte, com maior razão teria ele o direito de julgar um rei ou uma rainha da Inglaterra e enviá-lo ou a ela ao cadafalso. Ele teria podido exercer esse direito funesto sobre a própria Elisabeth, se as circunstâncias lho tivessem permitido. O povo não tardou a usar desse direito, ainda que cerca de sessenta anos mais tarde, porque o desafortunado Carlos I, entregue à mercê de uma populaça fanática e sediciosa, foi imolado à ambição de Cromwell por um parlamento regicida. Foi ao crime de Elisabeth que esse monarca deveu seu suplício; e esse crime, que era obra da realeza, só poderia ter tal resultado, pois para que a realeza pudesse ser legitimamente submetida à sentença do povo, era preciso que ela própria assim o permitisse; do contrário, isto seria impossível.

Deixando de lado essa digressão, eis as principais conseqüências do divórcio de Henrique VIII: elas foram, de um lado, a secularidade e a grandeza da França sob os reinados de Henrique IV e Luís XIV, e do outro, a glória e a soberania do povo inglês e as desgraças cuja causa foi essa mesma soberania, desgraças estas que devem ser imputadas principalmente ao caráter de Elisabeth, como acabo de dizer.

Quanto às conseqüências decorrentes da permissão dada por Lutero ao *landgrave* de Hesse de tomar duas esposas, elas foram igualmente consideráveis. Os príncipes do Norte, sempre pouco ligados ao poder pontifício de Roma, cujo rigor parecia aumentar à medida que se afastava do centro, viram prazerosamente surgir uma oportunidade de livrar-se do seu jugo. Ele e seus povos, não obstante a conversão ao cristianismo, conservavam no fundo do coração um fermento secreto do culto de Odin.[205] As condescendências de Lutero e o espírito de liberdade que formavam a base da sua doutrina lhes eram igualmente agradáveis. Eles encontraram neles alguma coisa das suas antigas idéias e aceitaram-nas de bom grado. Protestaram contra as decisões das diferentes Dietas que haviam condenado Lutero e seus seguidores,[206] e formaram em Smalkalde a famosa Liga que consolidou o cisma e fez dos diferentes membros que a compunham um corpo político. Somente após a criação dessa Liga, e à medida que nela ingressavam, é que as potências do Norte começaram a ter peso no sistema político da Europa. A Suécia, separada da Dinamarca graças à coragem de Gustavo Wasa, mostrou-se mais tarde inclusive perigosa, dominou o Império da Alemanha sob o reinado de Gustavo Adolfo e, sob o de Carlos XII, abalou o poderio dos czares da Rússia. Sabemos de que maneira o monarca sueco, não obstante o gênio do seu rival, Pedro I, chegou a submeter a discussão se o Império russo ruiria por terra ou não. A Dinamarca, após ter escapado da tirania de Cristiano II, formou um estado respeitável. Saxônia, Hesse, Hanover e Brandenburgo, elevado à categoria de reino com a Prússia, tiveram, alternativamente, uma influência notável. A Holanda, após ter-se livrado do jugo dos espanhóis, dominou os mares, arrebatou o poderio dos portugueses na Ásia e tomou para si o comércio do mundo. A Inglaterra, de início entregue a violentas convulsões, e saindo-se vitoriosa delas, aproveitou-se dessa preponderância que sua posição e relativa força deveriam dar-lhe necessariamente e, dominando os dois hemisférios, tornou-os

---

[205] O culto de Odin persistiu por muito tempo no Norte, e só desapareceu por completo com a morte de Sweynon, o último rei da Dinamarca que o professou, no começo do século XI.

[206] É por causa desse protesto que os seguidores de Lutero foram chamados de **Protestantes**. O nome **Huguenotes** é a corruptela da palavra alemã **Eingenossen,** que significa os **Reunidos.** Esse nome lhes foi atribuído por causa da sua reunião em Smalkalde. Carlos V, tendo convocado uma nova Dieta em Augsburgo, ali recebeu dos príncipes confederados uma profissão de fé, redigida por Melanchton, discípulo de Lutero. Essa profissão de fé, chamada de **Confissão de Augsburgo,** contém os pontos principais da sua doutrina.

igualmente tributários da sua grande marinha. Até mesmo a Suíça teve algum brilho, graças à cidade de Genebra, que se transformou numa das metrópoles da Reforma.

Em suma, foram esses os sucessos da doutrina de Lutero quando da morte desse poderoso heresiarca em 1546; em menos de trinta anos, mais de metade da Europa, antes católica, se submetera àquela doutrina. A outra metade, abalada, teria infalivelmente seguido o mesmo caminho. Por conseguinte, a Vontade do homem, triunfando naquela parte do mundo, teria por instantes levado para lá o fantasma político atrás do qual corre incessantemente, sem jamais alcançá-lo: a liberdade absoluta. Mas é parte da essência dessa vontade dividir-se no momento em que a Providência, injustiçada, a abandona. Se não fosse assim, isto é, se pudesse conservar sua unidade de movimento, servindo-se de si mesma como ponto de apoio, ela sempre triunfaria, pois ela é incontestável em sua natureza, e nada no Universo pode resistir à sua ação. Entretanto, se essa ação é perversa, deve ela pôr o Universo em perigo? Não. O decreto divino que dotou a Vontade dessa ação irresistível quis que ela não pudesse persistir em sua unidade e que sua unidade jamais subsistisse exceto no bem, ou na harmonia providencial, o que vem a dar no mesmo. Quando essa harmonia se rompe, a unidade se destrói, a ação se divide e a Vontade do homem, opondo-se a si mesma, se combate e se devora.

Lutero poderia ser um homem providencial, mas para isso era preciso que reconhecesse a si mesmo como instrumento da Providência, para que esta fosse reconhecida nele. Mas ele se considerava apenas um reformador do culto e acostumamo-nos a estudar sua Reforma e não a ele; e em sua Reforma, o que ela possuía de mais ou menos conforme com as idéias que fazemos dela. Assim, ao adotarmos a Reforma de Lutero, não adotamos Lutero como chefe ou como regulador dessa reforma, porém apenas como a força motriz de um movimento de cujo centro cada um apropriou-se, reservando-se o direito de ampliar ou restringir para si mesmo a circunferência, segundo sua inspiração particular. Entretanto, ao convencionar certas bases, a principal das quais era que se deveria reconhecer somente as Sagradas Escrituras como regra da fé, não houve, a bem dizer, no novo culto, nenhum chefe investido de algum poder espiritual. Cada um, com a Bíblia ou o Evangelho na mão, poderia dogmatizar à vontade.

Nos estados que abraçaram esse culto, os soberanos temporais proclamaram-se seus chefes e, sem qualquer missão apostólica, sem qualquer direito ao sumo pontificado, agiram como sumos pontífices em tudo o que dizia respeito à disciplina da Igreja. A Europa viu aturdida, sobretudo na Inglaterra, as mulheres exercerem os direitos do papado e arrogarem-se uma funesta influência sobre o sacerdócio, o que por certo era o que se podia ver de mais contrário ao espírito do cristianismo.

Essa falta de unidade, que se observou desde o aparecimento da Reforma, deveria pressagiar que suas conseqüências seriam tempestuosas. Com efeito, o foram mais do que se poderia imaginar. Mal Lutero iniciara suas prédicas, na Suíça surge Zuínglio, que tira novas conseqüências da sua doutrina: explode a guerra entre os cantões, que prossegue com diferentes graus de sucesso. Zuínglio é morto. Os cantões, justamente cansados das suas dissensões, depõem as armas e concordam em guardar, cada um, a doutrina que lhe convém, e em se tolerarem mutuamente. Antes dessa época, dois homens chamados **Storck** e **Muncer**, entusiastas ignorantes e fanáticos, se haviam manifestado sobre a doutrina de Lutero e, excedendo-se sobre as idéias dessa reforma, pretenderam-se inspirados para completar o que ele apenas esboçara. Segundo eles, era preciso renovar a estrutura do cristianismo até suas bases e rebatizar todas as crianças. Com o nome de **Anabatistas**, eles causam terríveis devastações: incutem nos espíritos uma espécie de embriaguez religiosa que os exalta às raias do delírio; cada um dos seus seguidores julga-se inspirado pelo Espírito Santo e toma por luzes certas, por ordens sagradas, os sonhos da sua imaginação alucinada. Este acredita receber ordem para matar seu irmão; parte do coração da Alemanha e vai massacrar friamente em Paris ou Roma. Aquele ouve o Espírito dizer que se enforque, e ele se enforca. O

amante mata sua amada; o amigo imola seu amigo. Aceitam-se as histórias alegóricas como fatos verdadeiros; fala-se somente em imitar Abraão, que sacrifica seu filho; Jafet, que sacrifica sua filha; Judite, que degola Holofernes. A Alemanha cai numa pavorosa confusão. Surge a obrigação de combater os alucinados. Eles são cercados como animais ferozes e sitiados em Münster, onde um dos mais audaciosos, João de Leyde, faz-se reconhecer rei. O sangue jorra. Eles são exterminados onde quer que sejam encontrados. Muncer morre no cadafalso em Mulhouse, com seu discípulo Pfeiffer. João de Leyde, preso em Münster, é despedaçado com tenazes ardentes. Se paga o furor com o furor.

Enquanto esses acontecimentos se desenrolam, surge Calvino. Este, dotado de caráter austero e duro, de humor atrabiliário, sem reconhecer Lutero, Muncer, Zuínglio, Melanchton, Æcompalade, nem qualquer dos respectivos seguidores, abre um novo caminho em meio à Reforma. Renuncia ao sistema vago e relaxado de Lutero, censura suas condescendências para com os soberanos, sua ligação com as coisas temporais e, afastando-se igualmente do frenesi dos anabatistas que, arvorando-se em seus próprios mestres, não queriam nem padres nem magistrados, anuncia abertamente sua intenção de ligar a doutrina evangélica às formas republicanas. Genebra, que de início desdenhara suas proposições, acaba por acolhê-las.

Genebra fora outrora uma cidade imperial onde o bispo usurpara a autoridade, como acontecera em Colônia, Mayence, Lion, Reims, etc. Esse bispo em seguida cedera parte da sua autoridade ao Duque de Savóia. Os genebreses atacaram a validade dessa cessão, revoltaram-se contra os saboianos, expulsaram seu bispo católico e nomearam Calvino seu legislador. A Calvino não faltavam nem força nem talento; ele escrevia melhor que Lutero, embora não falasse tão bem quanto este. Sua legislação trazia a marca do seu caráter; ela possuía firmeza sem grandeza, regularidade sem qualquer espécie de elegância. Os costumes eram sensatos, mas tristes; as leis justas, mas duras. As belas artes foram banidas dali. Durante mais de um século não se ouviu em Genebra um só instrumento musical. Os jogos, os espetáculos, todas as artes amáveis foram consideradas ímpias, e as próprias ciências, corruptoras. De um lado a indústria mercantil, do outro a argúcia religiosa, invadiram todas as faculdades. Esta foi uma teocracia emporiocrática. A bem dizer, Genebra foi um convento de mercadores como Esparta o fora de guerreiros. Licurgo e Calvino assemelhavam-se em algumas coisas: Licurgo, com armas na mão, jamais entregou alguém ao gume do gládio; e Calvino, debruçado sobre o Evangelho, declarado herege pela Igreja católica com a qual rompera, mandou queimar legalmente seu amigo Servet, acusando-o de heresia de acordo com as cartas confidenciais que este lhe escrevera. Que abuso mais espantoso da força da Vontade momentaneamente reunida ao Destino!

Eis a notável escola de onde saíra, havia pouco, um homem dotado de rara sensibilidade, com clara inclinação para as belas artes, músico, romancista, poeta, escritor da mais alta distinção que, imbuído desde o berço por idéias totalmente opostas às suas inclinações, colocou-se, pelos seus estranhos paradoxos, numa contradição perpétua consigo mesmo, anatemizou as ciências e as artes, proclamou a soberania do povo e, cosmopolita por espírito e genebrês por instinto, acreditou tudo pôr em harmonia ao generalizar Genebra no Universo. Nada mais natural que esse homem acreditasse que tudo o que dizia era bom; mas que grande parte da Europa acreditasse nele, é um fato que merece atenção. Era preciso, para chegar a esse ponto, que Rousseau fosse o intérprete de um poder que o fizesse mover-se sem que ele soubesse, o que se tornará cada vez mais evidente pelo que ainda tenho a dizer.

CAPÍTULO XII

RECAPITULAÇÃO

Neste Quinto Livro, mais do que outro, caminhei lentamente e detive-me sobre detalhes Era necessário. Pode-se considerar minha obra como um grande quadro que desenrolo aos olhos dos meus leitores, ao mesmo tempo em que explico seu tema e distingo-lhes os efeitos e os grupos. Comecei com os campos nebulosos e os cimos quase perdidos nas nuvens Os traços eram então pouco claros, as formas indecisas e os dias e as sombras igualmente desbotados; mas a medida que passamos de um plano a outro, as cores foram ficando firmes e os personagens tornando-se mais vivos: foi preciso mais espaço para conter menos coisas, porque víamo-las mais de perto e a perspectiva não mais me permitia apresentá-las em massa. Ei-nos agora no primeiro plano. Serei obrigado a suprimir muitos detalhes que poderia contar, para não alongar por demais meu discurso e não ultrapassar os limites que me impus.

FIM DO LIVRO QUINTO

LIVRO SEXTO

No Livro anterior, tornamos a examinar vários objetos que já havíamos visto, para melhor apreciar suas relações com os que se seguiriam. Estudamos as diferentes nações da Europa e demos uma rápida olhada em sua marcha para sair do regime feudal e em suas diferentes situações após saírem dele. Era importante deter nossa atenção sobre o duplo movimento que ocorreu em seguida e sobre os grandes acontecimentos dele resultantes: a descoberta da América e o cisma de Lutem. Agora, prosseguiremos em nossa exploração histórica para finalmente chegarmos à aplicação dos princípios que recolhemos.

CAPITULO PRIMEIRO

INVENÇÃO DA PÓLVORA PARA CANHÃO E DA ARTE DA IMPRENSA. CAUSAS E EFEITOS DESTAS DUAS INVENÇÕES. BELAS ARTES. ARTES ÚTEIS. COMODIDADES DA VIDA

No momento em que se operavam os dois grandes movimentos cujas principais circunstâncias acabei de descrever, várias coisas importantes concorriam para dar à Vontade que os provocara os meios necessários para tirar deles todas as vantagens que prometera a si mesma. Entre esses meios houve principalmente dois que, tendo exercido grande influência sobre o espírito humano e sobre os destinos do Mundo, merecem uma atenção particular: são a invenção da pólvora para canhão e a da imprensa. Essas duas invenções, que precederam um pouco a descoberta da América e o cisma de Lutero, estavam destinadas a secundar esses dois movimentos que, sem elas, teriam tido dificuldades muito maiores. Elas agiram intensamente sobre o físico e a moral da sociedade e mudaram, em pouco tempo, todos os seus hábitos militares e civis.[207]

Por meio da pólvora para canhão chegou-se facilmente à invenção das armas de fogo, da artilharia e da mosquetaria que, roubando aos antigos cavaleiros o recurso das armaduras defensivas, deram aos combates uma igualdade até então desconhecida. A infantaria, desprezada, tornou-se temível, e os homens de armas não mais puderam massacrá-la impunemente.[208] A cavalaria, que essa invenção

[207] A invenção da pólvora para canhão é atribuída a um monge chamado Berthold Schwartz, originário de Friburgo, que descobriu, segundo se diz, essa composição fulminante misturando enxofre, salitre e mercúrio para chegar à pólvora aurífica de Hermes. A arte da imprensa foi inventada pouco depois dessa época, em Mayence, por Guttenberg, Fust e Schoeffer, empregado ou criado de Fust, que a realizaram imaginando as letras móveis e a tinta própria para imprimir. Procurou-se deter o efeito dessas duas invenções fazendo-as passar por obra do Diabo e denunciando seus inventores como feiticeiros. Schwartz foi posto na prisão; Fust e Schoeffer foram intensamente perseguidos, mas felizmente as acusações de magia intentadas contra eles não foram levadas avante.

[208] A Batalha de Bovines, vencida por Felipe Augusto em 1215, deu provas de que os cavaleiros armados com todas as peças eram invulneráveis. Conta-se que o Rei da França, tendo sido derrubado de seu cavalo, ficou por muito tempo cercado de inimigos e recebeu golpes de todos os tipos de armas sem derramar sequer uma gota de sangue. Enquanto estava caído por terra, um soldado alemão quis enfiar uma lança de dois ganchos em sua garganta, mas não conseguiu. O único cavaleiro que morreu na batalha foi Guillaume de Longchamps, que infelizmente caiu com um golpe no olho

tornou inútil, perdeu pouco a pouco a sua importância e logo desapareceu completamente, pelo menos quanto à sua essência, porque quanto à forma, ela subsistiu e ainda subsiste como instituição honorífica. O sistema feudal, já abalado, encontrou nas novas armas e na tática militar que elas geraram um obstáculo intransponível para seu fortalecimento. Essas armas, terríveis na mão de qualquer homem, eliminaram as diferenças de força individual e de armadura, e deram ao talento do general e à verdadeira coragem do soldado uma superioridade irresistível. Assim armou-se a Vontade.

A arte da imprensa, a multiplicar as cópias das obras do espírito, difundiu a instrução por todas as classes da sociedade e deu ao pensamento um impulso que ele ainda não conhecia. As luzes intelectuais puderam propagar-se rapidamente. Graças a essa admirável invenção, os homens viram-se colocados numa espécie de comunicação espiritual que lhes permitia participar das idéias uns dos outros. Os assuntos políticos, os acontecimentos que podiam interessar a sociedade em particular ou em geral, foram divulgados com mais facilidade. Foi possível impor-se muito menos à realidade das coisas. A ignorância deixou de ser uma condição forçada. A opinião pública formou-se e passou a ser um dos mais poderosos recursos da política. Assim a Vontade foi esclarecida.

As armas de fogo contribuíram enormemente para o êxito dos portugueses na Ásia e dos espanhóis na América. Os frágeis americanos, principalmente, só podiam ver com terror aqueles homens ferozes, que pareciam possuir o trovão, lançar a morte a distâncias enormes. A imprensa deu aos seguidores de Lutero uma força que jamais teriam obtido sem ela. Ela esclareceu suas verdadeiras intenções, destruiu as calúnias que se pudesse tramar contra eles e, penetrando as massas a grandes distâncias, revelou, desde o começo, o poderoso fermento que essa bela invenção proporcionava para agitá-las. Sua ação revelou-se mais forte neste começo de existência, quando havia poucos livros e os povos ainda não estavam envolvidos, do que em nossa época, onde uma grande quantidade de folhas efêmeras absorvem-nos a atenção e sobrecarregam-nos a mente com uma mixórdia de inutilidades.

Esses dois meios não foram obra do acaso, como os autores superficiais têm querido interpretá-los. Ao contrário, foram o fruto de uma Vontade pensada. É disto que não devemos nos esquecer. O espírito humano talvez jamais tenha feito um esforço tão grande. Mas é preciso compreender que não foi nem o Destino nem a Providência que os trouxeram; foi somente a Vontade do homem, e para servir às suas paixões. Se não salvarem o gênero humano, submetendo-o à ação providencial que o espera, eles o perderão. Ao mesmo tempo em que estas coisas aconteciam, o Gênio das artes despertava na Itália e na Espanha.[209] Os trovadores occitânicos, expulsos de sua pátria pela sangrenta Cruzada de Simão de Monfort contra os Albigenses, se haviam dividido. Enquanto uma parte cruzou os Alpes, a outra transpôs os Pirineus. Foi para essas regiões que eles transferiram o conhecimento dos versos prosódicos que improvisavam cantando, e naturalizaram a rima, aprendida dos árabes. Esses poetas também escreveram comédias, que os espanhóis e italianos imitaram. Os ingleses, assim como os franceses, conquistaram seu teatro pouco tempo depois: inicialmente inferiores ao de outras nações, eles acabariam por superá-los todos.

---

que a viseira do seu elmo não conseguira aparar. O imperador Oto perdeu a batalha. Dizem que nela morreram trinta mil alemães, sem dúvida soldados da infantaria, cuja armadura não era nem tão completa nem feita de malha tão fina quanto as dos cavaleiros.

[209] Já no século XIII os venezianos haviam descoberto o segredo dos espelhos de cristal. Inventou-se a faiança numa cidade da Itália chamada Faenza. Um homem chamado Alexandre Spina descobriu o uso dos óculos. Em geral, era na Itália que a indústria fazia seus maiores esforços. Já se viram os primeiros moinhos de vento e os primeiros relógios de engrenagens. O relógio de Bolonha já era famoso no século XIII. Depois da Itália, Flandres era a região mais industriosa da Europa. Bruges era o entreposto de todas as mercadorias que vinham por mar do Mediterrâneo até o Báltico. Foi Eduardo III, rei da Inglaterra, quem primeiro pensou em naturalizar o comércio naquele reino, atraindo para lá os artistas flamengos. As regiões da Europa onde a emporiocracia dominou foram sucessivamente a Itália, os Países Baixos e a Inglaterra.

A pintura, a escultura, a arquitetura e a música tiveram um impulso muito grande, principalmente na Itália.[210] O século XVI viu eclodir grande número de talentos. Foi o século das belas artes, enquanto o século XVII foi o da erudição: multiplicaram-se os exemplares das obras gregas e latinas; estudaram-nas, comentaram-nas e procurou-se imitar esses modelos; imitaram-nos principalmente na França, onde a poesia rimada alcançou seu mais alto grau de perfeição sob o reinado de Luís XIV.

Os espanhóis, que deram o tom à Europa durante o século XVI, deixaram de fazê-lo no século XVII. Foi a vez dos franceses, que os sucederam como eles haviam sucedido aos italianos. Somente neste século é que a delicadeza e o gosto reuniram-se ao luxo para embelezar a vida e unir a utilidade à magnificência. Até então não se conhecera senão o luxo da ostentação, desprovido de prazer.[211] Sob o reinado de Francisco I, o pai das artes na França, não havia sequer as mais simples comodidades da vida. Enquanto esse príncipe recebia Henrique VIII, rei da Inglaterra, em Ardes, sob uma tenda de tecido de ouro, não havia uma só carruagem para viajar ao abrigo da chuva. Os dois únicos coches que existiam então em Paris destinavam-se à rainha e a Diane de Poitiers. Um século mais tarde, a corte de Henrique IV ainda não estaria melhor servida. Os maiores senhores daquela época viajavam a cavalo, e quando levavam suas mulheres para o campo, punham-nas na garupa, cobertas com uma capa de pano encerado se a estação fosse chuvosa. Esse estado de privação do necessário aumentava ainda mais à medida que se avançava para o Norte. Na Rússia, por exemplo, era raro encontrar-se um leito em meados do século XVII. Todo mundo, até mesmo os maiores boiardos, dormiam sobre tábuas. O restante, de acordo com suas posses.

Em geral, os esforços do espírito humano, depois daqueles que ele fizera para conservar sua existência e o Estado Social igualmente comprometidos após a invasão dos bárbaros, haviam sido dirigidos para o conjunto das coisas. Antes de pensar em viver bem ele tivera de pensar em viver. Somente depois de garantir o conjunto é que ele começou a se preocupar com os detalhes. Os italianos se ocuparam da magnificência das artes; os espanhóis, da ostentação do luxo; os franceses pensaram nos prazeres da vida e talvez na fruição da vaidade. O século de Luís XIV foi um século eminentemente vaidoso. Sc apreciamos tanto as cartas de Madame de Sévigné é porque essas Cartas figuram-lhe uma imagem perfeita. Os franceses de então amavam todas as coisas da mesma maneira como Madame de Sévigné amava sua filha.

CAPÍTULO II

INSTITUIÇÃO DOS JESUÍTAS: PARA QUE FINALIDADE. QUEM ERA INÁCIO DE LOYOLA. NOVAS REFLEXÕES SOBRE A CONDUTA DE CARLOS VII; SOBRE A DE FRANCISCO I; SOBRE A DE FELIPE II, REI DA ESPANHA; SOBRE A DE HENRIQUE IV, REI DA FRANÇA. ASSASSINATO DESSE MONARCA

---

[210] A pintura foi como que reinventada no século XIII por um florentino chamado Cimabue. Ele adquiriu tão grande reputação que Carlos I, rei de Nápoles, foi visitá-lo. Seguiu-lhe Giotto. De Cimabue ainda restam alguns afrescos que atestam seu gênio, e de Giotto, alguns quadros, que vemos com prazer. Giotto era um jovem pastor que Cimabue encontrou no campo, apascentando suas ovelhas e desenhando-as numa laje enquanto as via pastar. O renovador da arquitetura grega nesses tempos modernos foi um homem chamado Brunelleschi, que construiu o domo da catedral de Florença em 1294. Ele foi o primeiro a abandonar o gênero gótico. A invenção do papel feito com pano de algodão moído data do começo do século XIV. Fala-se de um certo Pax, que montou uma fábrica de papel em Pádua.

[211] O luxo daquela época consistia principalmente do cortejo que cada um levava consigo; os próprios bispos só andavam com um número prodigioso de domésticos e cavalos. Esse uso remontava aos antigos celtas. Ainda em meados do século XIV, quase todas as casas nas cidades da França, Alemanha e Inglaterra eram cobertas de colmo. Ainda não se conhecia o uso das chaminés. Havia uma lareira comum no meio do aposento principal e uma abertura no teto. O vinho era raro, inclusive na Itália. Nas cidades maiores comia-se carne apenas três vezes por semana. A vela era desconhecida e a bugia de cera, um grande luxo. A iluminação era feita com pedaços de madeira seca. As casas dos particulares eram construídas com um madeiramento grosseiro recoberto de uma espécie de emboço chamado **torchis.** As portas eram baixas e estreitas e as janelas pequenas e quase sem claridade.

Durante esses séculos, a religião passou por muitas vicissitudes. Primeiro ela se dividiu, como já disse, pelo cisma de Lutero; e esse cisma que ninguém teve a força para consolidar, se subdividiu quase que no momento do seu nascimento. A Vontade do homem que o fizera vir à luz não pôde evitar sua divisão, pois esta resultava da sua própria essência, que é a liberdade. Mas o Destino, como que assustado com o perigo que corria, fez surgir, na ortodoxia, um homem de uma força extraordinária, de caráter inflexível e capaz de uma dedicação ilimitada: esse homem chamava-se Inácio de Loyola. O culto cristão jamais produziu alguém mais dedicado aos seus interesses. Como devia opor-se a Lutero, ele era exatamente o contrário deste. Lutero era um monge alemão que rompeu seus votos e saiu da solidão do claustro para entrar na carreira das dissensões e das armas. Inácio era um soldado espanhol que jogou fora a espada para vestir o cilício e saiu do corpo da guarda para ingressar no santuário. O primeiro, formado em ciências desde a juventude, era eloqüente e erudito. O segundo, que mal sabia ler e falava mal, entrou para a escola aos trinta e três anos de idade, submeteu-se a todos os deveres da infância e quis receber os mesmos corretivos; triunfando sobre uma natureza ingrata, passou por todas as classes, colou todos os graus e finalmente foi recebido como mestre em artes da Universidade de Paris.[212] Tendo chegado a esse ponto, ele realizou o projeto que concebera de fundar uma sociedade de homens sábios dedicados à educação da juventude e ocupada incessantemente na tarefa de esclarecer os infiéis e combater os hereges. Inácio acrescentou um quarto voto aos que já eram adotados: o da obediência ao Papa. Pela regra que estabeleceu, ele renunciou a todas as dignidades eclesiásticas. O Papa Paulo III, ao qual apresentou seu projeto, ficou vivamente impressionado[213] e promulgou a bula da instituição, com a condição expressa de que os membros dessa sociedade, que se chamou de **Sociedade de Jesus**, jamais passariam do total de sessenta. Foi, porém, inútil que o Papa quisesse restringir o zelo que atraía para junto de Inácio grande número de seguidores, prevendo de longe a importância que a nova ordem religiosa, que acabava de se estabelecer, viria a ter. Antes de morrer, seu fundador tinha mais de mil jesuítas sob suas ordens e, sem a menor idéia de política, sem a menor ambição pessoal, deu origem à ordem mais política e mais ambiciosa que jamais existiu no cristianismo. E devia ser assim: o soldado espanhol não passava de um instrumento do Destino, como o monge alemão o era da Vontade. Aquele obtinha sua força da necessidade; este, da liberdade. Eles deveriam procurar-se e enfrentar-se por toda parte. E assim o fizeram, dividindo os sucessos.

Como a Reforma de Lutero ainda não se generalizara, por culpa de Carlos V, e com a ordem dos Jesuítas tendo tido tempo de adquirir forças, a Europa viu-se entregue a dissensões intermináveis, pois desde então os dois partidos tiveram chefes incapazes de fazer concessões mútuas. Em meio aos combates sangrentos provocados por essas dissensões, e cujo principal teatro foi a França, por causa dos dois partidos que ela acolhia em seu seio, era possível ver que o catolicismo tinha superioridade sobre a Reforma, fato este resultante principalmente da força de concentração que ele opunha, graças aos Jesuítas, ao entusiasmo de uns poucos sectários privados de um chefe sacerdotal e sempre inclinados a se dividirem. A conduta de Francisco I, no inicio do cisma, pareceu ridícula e contraditória. Contudo, ela não poderia ser diferente na falsa posição em que ele se encontrava. Todo mal vinha de mais longe. Ele tinha origem na cegueira tola e na ingratidão de Carlos VII. Se esse monarca tivesse querido reconhecer na pessoa de Joana d'Arc a Providência que se revelara para salvar a França, as coisas teriam tomado um rumo totalmente diferente. Ele teria expulso todos os ingleses do continente. Vencendo o terror que lhe inspirava um filho desnaturado, ele não teria morrido de fome aos cinqüenta e oito anos de idade, por receio de ser envenenado; simplesmente prolongando sua vida em mais quinze ou vinte anos, ele teria poupado à França o reinado funesto de Luís XI; os flamengos, por sua vez, irritados com a tirania de Luís, não teriam tiranizado sua jovem princesa, Maria de Borgonha, para obrigá-la a desposar Maximiliano da Áustria,[214] contra toda

[212] Em 1533.

[213] Conta-se que, após ter visto o projeto, ele pôs-lhe a mão em cima e bradou entusiasmado: **Spiritus Uomini est hic!** O espírito de Deus está aqui!

[214] Foram principalmente os habitantes de Gand que formaram essa aliança. Esses insolentes cidadãos mandaram cortar a cabeça do chanceler e camareiro real de Maria, que negociava a favor da França. Mais tarde, em 1488, tiveram a

razão e toda conveniência; as querelas entre a França e a Áustria, resultantes dessa união, não teriam ocorrido. Carlos VIII, aproveitando-se de sua aliança com Maria, conseguiria manter facilmente suas conquistas na Itália; Luís XII, não tão premido pelas circunstâncias, não teria sido obrigado a aprovar as horríveis perfídias de César Bórgia e a ceder diante do gênio irresistível de Júlio II; ele teria a chance, com toda liberdade, de exercer o caráter de bondade que lhe era peculiar, para o bem da França. Francisco I, subindo ao trono sob os mais felizes auspícios, não teria concorrido inutilmente com Carlos da Áustria pela coroa imperial; ele a teria obtido sem dificuldade, e dessa forma, a França teria readquirido todos os direitos de Carlos Magno. Senhora dos Países Baixos e de toda a Itália, nada teria resistido aos seus avanços. Francisco I teria desenvolvido à vontade aquele gênio nobre e magnífico de que era dotado. Ele teria visto o que era preciso fazer quando do aparecimento de Lutero, e o teria feito. O culto cristão teria sido reformado sem abalos, e a Providência, sentada no trono de São Pedro, teria conduzido a França ao Império do Mundo.[215]

Mas nada disso foi feito; e o tempo que deveria ter sido empregado em fazer surgir maravilhas, não somente foi perdido, como também se gastou em provocar mil calamidades. Na situação em que as coisas estavam, Francisco I não podia admitir a reforma de Lutero em seu reino sem perdê-lo. Ele não podia dispor do Papado como Carlos V teria a chance de fazer quando da morte de Leão X, nem regularizar um movimento que, em suas mãos, continuaria a ser o que era: cismático. Portanto, à força de persistir na comunhão católica, ele foi obrigado a deixar que perseguissem os protestantes em seu reino para impedi-los de submetê-lo à influência da Inglaterra, ao mesmo tempo em que os protegia no exterior para opô-los à ambição de seu rival. Quando ficou claramente decidido que o imperador não abraçaria a Reforma, Francisco a favoreceu ainda mais. Foi ele quem deu a Genebra as facilidades necessárias para se libertar, e quem deixou que essa cidade, vizinha dos seus estados, se transformasse na capital de uma seita da qual ele precisava. Sem esse golpe político, ele estaria perdido. Carlos V e o rei da Inglaterra, Henrique VIII, tendo-se unido apesar das diferenças de opinião, invadiram juntos a França. Carlos já estava em Soissons e Henrique tomara Bolonha. Temia-se por Paris. A situação de Francisco salvou-a. Os príncipes protestantes que ele protegera reuniram-se contra o imperador e obrigaram-no a abandonar suas conquistas. O partido católico, todo-poderoso na França, deu ao Rei os meios necessários para expulsar os ingleses, obtendo o dinheiro de que ele precisava para isso.

Após a morte de Francisco I, Carlos manteve ainda a luta na qual estava empenhado havia dez anos. Mas finalmente, cansado de tantas revoluções, traído em todas as suas esperanças, envelhecido prematuramente, ele deixou escapar das mãos um leme que não mais podia reter e abdicou do Império.[216] Seu irmão, Ferdinando I, tornou-se imperador, e seu filho, Felipe II, rei da Espanha.

Depois de Carlos V não houve ninguém que se aproximasse de sua grandeza, a não ser Henrique IV e Luís XIV, Carlos XII e Pedro o Grande. Parecia que a Espanha, pela extensão dos seus Estados, pelas riquezas do Novo Mundo, deveria dominar a Europa. Mas ela não dominou sequer a Holanda, que lhe escapou e acabou por despojá-la de quase tudo o que possuía nas Índias. Tendo desposado Maria, rainha da Inglaterra, Felipe II queria tomar-lhe a coroa após a morte dessa princesa; ele preparara contra aquele reino uma armada que era chamada de **Invencível**. Ele queria que sua filha Eugenia fosse reconhecida como rainha da França e ele próprio desejava tomar o título de protetor. Ele fechava a Itália nas mãos e gabava-se de invadir a Alemanha. Do interior do seu gabinete, ele fazia tremer todos os soberanos do mundo. Sua frota, reunida à do Papa e à dos venezianos, comandada por Dom João da Áustria, filho natural de Carlos V, vencera a famosa batalha de Lepanto contra os otomanos. Ele parecia estar no auge do seu poderio. Mas a realidade era bem outra. A invencível armada que enviara contra a Inglaterra foi vencida pelas tempestades e

---

audácia de mandar prender Maximiliano, esposo de sua princesa, por ter violado seus privilégios. Esse povo, imitador dos venezianos, já tendia para a emporiocracia, que a Holanda finalmente alcançou ao apoiar o cisma de Lutero.

[215] Considere, como prova de tudo isso, que o cisma papal então existente favorecia esse acontecimento.

[216] Em 1556; não contava então mais que cinqüenta e seis anos.

naufragou contra os escolhos. Os ingleses assolavam suas possessões na América e, após terem queimado seus galeões, espalharam o terror pela cidade de Cádiz. A França, que se agitara durante meio século, nos reinados fracos ou funestos dos descendentes de Francisco I, saiu-se vitoriosa de todas as crises em que ele a lançou. As facções que ele incitou em seu seio se dilaceraram à porfia; ele mandou celebrar em Madri ações de graças pelo execrável massacre ocorrido na Noite de São Bartolomeu; armou as mãos de um Rei contra seu povo e voltou as armas desse povo contra seu Rei; manteve secretamente a ambição dos Guises, fomentou a Liga e por muito tempo perseguiu o rei de Navarra, herdeiro presuntivo da coroa da França. Mas o que lucrou ele com tantos esforços? Nada. Seu poder se eclipsou diante do gênio de Henrique IV que, indo à missa, fê-lo perder em meia hora o preço de quase quarenta anos de trabalho.

Muito se tem perguntado se Henrique IV poderia eximir-se de abandonar a Reforma que apoiara até então. Não, não poderia. Se tivesse podido fazê-lo, Francisco I conseguiria, com razão, tê-la abraçado. Mas para fazer tal movimento na França, era preciso que ele possuísse a Itália e tivesse força para fazer um Papa. Henrique IV não estava em tal posição. Este príncipe, pobre e sem exércitos, era proscrito pelos parlamentos, anatemizado pela Sorbonne aliada ao Sacerdócio e rejeitado pela maioria da nação. Empregavam-se contra ele as armas da política e da superstição. Além disso, os reformados mal o apoiavam, seu zelo começava a enfraquecer. Henrique IV teve de abandonar uma vontade fraca e indecisa para entrar na carreira fatídica que se abriu à sua frente.[217] Se compararmos este monarca com todos os príncipes contemporâneos seus, veremos que ele era o maior de todos; mas as circunstâncias foram mais fortes que ele. Atentou-se mais de cinqüenta vezes contra sua vida. Ravaillac, que conseguiu cumprir seu cruel empreendimento, era um mestre-escola fanático, sem cúmplices diretos, mas inspirado pela facção zelosa que, sempre temerosa do gênio desse príncipe, decidira pela sua morte.

Poderia Henrique IV evitá-la? Poderia, sim. Seu gênio o prevenira do seu perigo; mas o golpe adiado não seria menos ameaçador. Somente triunfando sobre a Itália é que ele teria garantido sua salvação, se conseguisse vencê-la. Ele linha em Sully um hábil administrador; mas quem guiaria seus exércitos sob suas ordens? Os católicos opunham-se aos seus desígnios e os reformados não só careciam de força como também, em geral, não estavam dispostos a servi-lo. Quando da sua morte, ocorrida em 1610, a Vontade européia perdeu toda a esperança que ainda lhe restava. Esse príncipe fora seu último recurso para fazer com que a França ingressasse no movimento religioso que ela provocara na Europa. A Alemanha, por demais dividida e também contida pela Áustria com o apoio da Itália e da Espanha, e a Inglaterra, por demais isolada do continente, não lhe ofereciam uma garantia suficiente. Seus olhares voltaram-se para a América, cuja descoberta fora desejo seu, e resolveu dirigir-se para lá, através da Inglaterra, e concentrar-se naquele continente, para de lá reagir sobre a Europa, quando fosse chegada a hora.

CAPITULO III

MOVIMENTO DA VONTADE EUROPÉIA RUMO À AMÉRICA. MEIOS DESSE MOVIMENTO. REINADO DE JAIME I NA INGLATERRA. DESGRAÇAS DE SEU FILHO CARLOS I. QUEM ERA CROMWELL. CRIAÇÃO DA SEITA DOS QUACRES POR FOX E PENN. TRANSPLANTE DESSA SEITA PARA A AMÉRICA

A idéia de transportar a Reforma para a América já fora concebida pelo Almirante Coligny que, no reinado de Henrique II, fizera uma tentativa no Brasil, para onde enviara um certo cavaleiro de Villegagnon. O próprio Calvino interessou-se pelo empreendimento, mas os pastores que enviou para lá impediram-no de ter êxito. Eles se dividiram pelas suas controvérsias e ambições e a recém fundada colônia foi destruída pelos portugueses. Coligny não perdeu a coragem e, como se tivesse previsto o destino funesto que aguardaria os reformados alguns anos mais tarde, fez novo esforço na

[217] Paris abriu-lhe as portas em 1592; ele fortaleceu seu poderio em 1598, pela paz de Vervins, obrigando Felipe II a reconhecê-lo e a lhe restituir todas as cidades que ainda estavam em suas mãos.

direção da Flórida. Mas a colônia que enviou para lá em 1564 foi exterminada pelos espanhóis. A França não tinha a inspiração necessária para essas expedições. Além disso, não era dos seguidores de Calvino que se precisava lá. A Predestinação que esse chefe dos reformados adotava e as formas rígidas da sua legislação os submetiam por demais ao Destino. Foi no seio dos mais veementes e dos mais entusiasmados discípulos de Lutero, no seio dos anabatistas, que a Vontade européia veio a escolher o germe de liberdade que desejava propagar no Novo Mundo. É bom dizer que esses anabatistas, que de início haviam agido de maneira violenta e tinham sido massacrados onde quer que fossem encontrados, abandonaram de repente seus furores e cederam a um novo espírito, transformando-se nos mais pacíficos dos homens. Foi deles que saíram, de um lado, os hernutos, ou irmãos morávios, e de outro, os quacres, ou Sociedade de Amigos. Esses últimos tiveram seu principal foco na Inglaterra, mas enviaram suas multidões para o velho e o novo continentes.

Os ingleses já se haviam estabelecido na América setentrional e ali fundado várias colônias quando James I sucedeu à rainha Elisabeth, levando para o trono o espírito de controvérsia de que estava tomado. Um acontecimento infeliz, a Conspiração da Pólvora, exasperou-o violentamente contra o partido católico, que foi acusado de ter concebido o repreensível projeto de explodir a sala do parlamento com todos os membros daquela assembléia e o próprio Rei. Esse príncipe, irritado, desencadeou perseguições que desagradaram mais aos reformados que aos católicos pela sua arbitrariedade. As prerrogativas com as quais queria reforçar o poder real e cuja concessão arrancou à força ao parlamento, indispôs esse corpo político e fez surgir no país duas facções opostas, a dos **Toris** e a dos **Wigs**, a primeira ligada à causa do Rei, e a segunda, à do povo. Em meio a essas dissensões, os espíritos igualmente agitados abriram-se às mais exageradas idéias. Foi nesse momento que os anabatistas fizeram sentir sua influência. Eles inicialmente apareceram sob o nome de puritanos e dissimularam, sob uma espécie de austeridade religiosa, suas idéias republicanas. James morreu com a reputação de controversista astuto e monarca fraco. Seu filho, Carlos I, que o sucedeu, pareceu subir ao trono em circunstâncias favoráveis, ao contrário dele, que subiu sob condições extremamente difíceis. Os partidos formados por seu pai estavam presentes e esperavam apenas uma oportunidade para se revelarem. Essa oportunidade aparece na pessoa do Vice-Rei da Irlanda, Stafford, que desagrada aos Wigs e tem sua morte exigida pela Câmara dos Comuns. Seu crime foi o de ter servido muito bem ao seu senhor. Carlos, em lugar de manter seu ministro e dissolver a assembléia facciosa que tentava impor a lei, acredita ceder a uma necessidade cruel e tem a fraqueza de assinar a sentença de um servidor zeloso que havia ajudado sua própria sorte; mas é a uma vontade rebelde que ele cede, e esta sentença torna-se a precursora da sua própria.

O puritanismo havia progredido na Irlanda, onde alguns quacres já se mostravam. Fosse porque as maneiras desses inovadores, ainda mais extraordinárias que as de todos os outros reformadores, desagradassem ainda mais os católicos, ou porque o espírito do partido os tivesse exasperado mais lá do que alhures, os católicos, não podendo armar-se abertamente contra seus antagonistas, tramam contra eles uma perversidade atroz e os assassinam. Calcula-se que quarenta mil deles foram massacrados. A notícia desse horrível atentado revolta a Inglaterra. Acusam Carlos de ter provocado esses assassinatos e a nação indignada arma-se contra ele. Este príncipe era sem dúvida inocente, mas o povo, incapaz de refletir, foi arrastado por um delírio cego. O parlamento, transformado em instrumento de uma Vontade irresistível, obriga o Rei a sair de Londres. Ele recorrera à força e esta o traiu. Um homem dotado de talentos extraordinários como político e guerreiro, entusiasta e frio, prudente e capaz de fazer qualquer coisa, Cromwell ergue-se das fileiras dos mais baixos cidadãos e imediatamente alcança o nível dos primeiros no Estado. Apossa-se da opinião pública e do exército, passando a comandar ambos. As tropas do Rei são derrotadas e seus partidários, neutralizados. O parlamento da Inglaterra, encorajado pelo sucesso, não mede mais os seus atos. Ele se une ao da Escócia por um ato solene que proclama todos os princípios da República. O infeliz Carlos, que julgara encontrar asilo na Escócia, é aprisionado e entregue aos parlamentares ingleses. Por instantes, seu infortúnio parece comovê-los. A sombria e feroz austeridade desses puritanos cederá à ilusão da realeza que todo o furor da guerra civil ainda não dissipara. Cromwell percebe isto, cassa o

parlamento pouco dócil às suas ordens e nomeia outro, dominado pelo exército parlamentar. Agora, senhor de três reinos, ele prende o monarca e o entrega ao parlamento, que o processa. O funesto exemplo dado por Elisabeth foi seguido, e o sangue da infeliz família Stuart volta a correr sobre o cadafalso.[218]

O golpe fatal que fez tombar a cabeça de um rei sob o machado popular repercutiu pela Europa, mas não a deixou gélida de horror. Os monarcas, entregues às pequenas intrigas de gabinete e às suas guerrinhas, não se detêm atingidos pelo espanto. Será que eles vêem o que tal acontecimento pode causar? Não, não vêem. Eles não vêem no ataúde de um rei da Inglaterra senão um príncipe assassinado; eles não vêem que a realeza, imolada à soberania do povo, é enterrada com ela.

Faço aqui a mesma reflexão que fiz com relação a Elisabeth. Tivesse o próprio Cromwell imolado seu soberano, o crime teria sido dele. Teria sido um atentado individual que não atingiria a universalidade das coisas e que, sobretudo, não entregaria um poder a outro. Mas Cromwell não teria assassinado o Rei, assim como Elisabeth não teria assassinado Maria. O crime foi cometido para eles, não por eles. Suas conseqüências foram bem diferentes e bem mais terríveis.

De resto, Cromwell, embora parecesse todo-poderoso, embora se proclamasse protetor de três reinos, não passava de um instrumento, determinado por um poder invisível para servir a um movimento que esse poder impulsionava. O verdadeiro chefe desse movimento era um sapateiro de Dreton, chamado George Fox, homem ignorante e simples mas dotado de grande força de excitação e de tenacidade nas suas idéias. Mal se destruiu a realeza e se proclamou a república na Inglaterra, ele saiu de sua loja e começou a divulgar suas opiniões. Ao ouvi-lo Cromwell pressentiu que tinha um mestre; mandou prendê-lo e proibiu seus seguidores de se reunirem. Mas todo o seu poder malogrou. Essa mão terrível que abalara a Inglaterra e atirara seu príncipe ao túmulo, nada pôde fazer contra um sapateiro. Seu frágil protetorado, que não fora o objetivo do movimento, desapareceu com ele, e seu filho Ricardo mal conservou por alguns meses a sombra do poder que ele lhe legara. O filho de Carlos I foi chamado; restabeleceu-se a monarquia na Inglaterra. Nesse meio tempo, Fox, libertado da prisão, conquistou facilmente o espírito de grande número de descontentes aos quais ofereceu sua doutrina, formando com eles um partido de considerável tamanho. Entre seus discípulos havia um notável homem de gênio, profundamente meditativo e susceptível de tornar-se um legislador. Esse homem, chamado William Penn, ficou famoso. Tendo adotado em seu conjunto as idéias de Fox sobre a liberdade e a igualdade de todos os homens, sobre a aptidão que eles têm de serem seus próprios pontífices e seus próprios magistrados, sem dever uns aos outros nenhuma deferência e nenhum sinal de respeito, ele formou o projeto de estabelecer essa doutrina na América. Viajou com Fox por toda a Inglaterra, Holanda e Alemanha, em busca de prosélitos. Quando conseguiu número suficiente, obteve de Carlos II, em 1681, para ele e seus sucessores, a província da América setentrional que se chamou Pensilvânia, pela união do seu nome com as florestas que a cercavam. Enviou para lá várias colônias de quacres e fundou a cidade de Filadélfia, à qual deu suas leis.[219]

Assim, após violentos abalos, cumpriram-se os desígnios da Vontade. Os germes da liberdade e da igualdade que ela transplantara para a América multiplicaram-se ali e adquiriram força suficiente para invadir o mundo, quando chegasse o momento. Todas as colônias inglesas e holandesas foram inculcadas com ele e, de certa forma, transformaram-se em emporiocracias, nas quais todas as idéias políticas e religiosas desapareceram numa indiferença absoluta, exceto uma única, que fora dominante na cabeça criadora de Fox e de seu discípulo legislador, Penn, a idéia de igualdade e de independência.

---

[218] A casa de Stuart reinava na Escócia desde 1370. Jamais uma estirpe foi mais infeliz. Quase todos os descendentes tiveram morte violenta.

[219] Em 1699, cerca de vinte anos depois, mais de trinta mil famílias alemãs mudaram-se para lá, de modo que em pouco tempo o número de outros europeus ali era superior ao de ingleses.

CAPÍTULO IV

ESTABELECIMENTO DOS JESUÍTAS NO PARAGUAI. UM EXAME DA ÁSIA. REVOLUÇÃO NA CHINA E NO JAPÃO. HISTÓRIA ANTIGA DO JAPÃO. MISSÃO DE SIN-MU; SUA DOUTRINA E FORMA DO SEU GOVERNO. MISSÃO DE SOCTOTÉ, SEGUIDOR DE FÔ. DOUTRINA DE KUNG-TZÉ. FALTAS COMETIDAS PELOS MISSIONÁRIOS CRISTÃOS.

Entretanto, o espírito de liberdade não podia agir sem que o da necessidade agisse também, e sempre no sentido oposto. O movimento que os discípulos de Lutero faziam na América foi imediatamente imitado pelos de Loyola. Enquanto Fox e Penn davam, na América setentrional, um asilo à Vontade, os jesuítas espanhóis davam-no ao Destino na América meridional, onde fundaram, entre os selvagens do Paraguai, o que chamaram de País das Missões, estabelecimento extraordinário cujas leis, inteiramente opostas às da Pensilvânia, destinavam-se a lhes equilibrar os inconvenientes. É inevitável que as potências do Norte e do Meridião do hemisfério colômbico venham a se chocar um dia. Então, Lutero e Loyola medirão suas forças, se sobrepujarão mutuamente ou se fundirão. Elas forçosamente se misturarão se a Europa, através da Providência, que não se cansa de lhe oferecer o domínio que lhe é devido sobre o Universo, apoderar-se dele; e esta só o perderá, se tal acontecer, exclusivamente por culpa sua.

A Ásia não está em condições de disputar essa preeminência com a Europa, se esta se apresentar em algum momento da sua carreira; para isto, seria preciso concordar em submeter sua Vontade à Providência, coisa que ela jamais aceitou inteiramente desde a origem da Raça bórea, que ora domina a Europa. A África não tem mais qualquer direito a isso, e a América só o desfrutará se a Europa mostrar-se indigna dela.

Após as conquistas de Gêngis-Khan e de seus filhos, Octai e Kublai-Khan, a Ásia só tem oferecido a imagem de um mar revolto, cujos ventos contrários erguem e abatem as ondas sucessivamente. Nada ali é estável, tudo muda de forma a cada instante, segundo as ordens do Destino; seus povos, envelhecidos e sem vontade própria, obedecem às suas leis inconstantes, modificando-as, não obstante, graças a um resto da influencia providencial que outrora haviam possuído. Entre os descendentes de Gêngis, Batu-Khan, filho de Tushi, ao qual coubera o Turquistão, a Batrânia, o reino de Astracã e o país dos Usbesques, levara suas armas até a Europa, saqueando, durante o século XII, toda a parte oriental daquela região, até a Hungria. Do outro lado, Hula-Gu, filho de Tulo, que herdara a Pérsia, cruzara o Eufrates na mesma época, pondo fim ao Califado de Bagdá. Também nessa época, um filho do próprio Gêngis, chamado **Zagatai**, possuíra a Transoxana, o Kandahar, a Índia setentrional e o Tibet. Todas essas conquistas duraram pouco. É da essência das coisas submetidas somente ao Destino ou à Vontade variar de formas e mudar freqüentemente de senhor; a base permanece única por causa do Princípio providencial ali existente. O principal erro da Vontade é julgar que pode suprir esse Princípio dominando o Destino.

A China, passando para o domínio dos filhos de Gêngis, apenas mudou de dinastia. Tal é a força das instituições desse antigo Império que revolução alguma jamais pôde prejudicá-lo. Isto se deve principalmente ao fato de que essas instituições, todas apoiadas na massa do povo, permanecem inabaláveis em meio à tempestade que só lhes agita o cimo. Como o exército é apenas a cobertura do trono e não seu único apoio, sua destruição não acarreta a queda do edifício, como acontece nos governos puramente militares, mas somente a sua invasão. O monarca põe-se à frente do Estado, o exército se reorganiza à sua volta e a nação, que com freqüência sequer sentiu o menor abalo, não percebe que tem outro senhor. Este, seja quem for, só pode manter-se se tiver gênio suficiente para impor-se aos rivais. O povo, que sente instintivamente que sua massa o põe ao abrigo de todo perigo, dificilmente se inquieta com o barulho de um perigo que não pode atingi-lo. Os descendentes de Gêngis negligenciaram por demais seu exército, o que bastou para que um

aventureiro audacioso os derrubasse do trono. Dizem que esse aventureiro era um criado num convento de Bonzos, que veio a se tornar imperador em meados do século XIV. Como de costume, a China conservou suas leis, seu culto e seus costumes. Foi também assim que ela fez no início do século XVII, quando os tártaros manchus, tendo-a conquistado, ali fundaram uma das mais nobres dinastias que ela já teve. Foi no seio dessa dinastia que surgiu o célebre Kang-hi, que, durante um reinado glorioso de mais de sessenta anos, fez florescer naquele Império as ciências e as artes.[220]

Esse príncipe protegeu, em seus vastos Estados, o estabelecimento dos missionários cristãos, por causa das ciências físicas e matemáticas que eles ali ensinavam, e permitiu o exercício do seu culto. Este culto progrediu rapidamente, e sem dúvida ocuparia uma posição bastante notável entre os diferentes cultos que se praticam na China se os homens para lá enviados quisessem renunciar à sua intolerância e ceder mais ao espírito pacífico do governo. Mas as dissensões que geraram suas disputas, sua arrogância e suas loucas pretensões obrigaram Yon-tchin, sucessor de Kang-hi, a expulsá-los. E Kien-long, depois, os proscreveu inteiramente e lhes proibiu para sempre o acesso ao seu império.

Esses missionários que foram expulsos da China segundo as formas polidas e a consideração de que somente os chineses são capazes, não encontraram tanta doçura no Japão. É verdade que eles se haviam comportado de maneira ainda menos tolerável naquele país. Mal receberam algum crédito, eles instaram seus neófitos a lançar ao fogo as estátuas dos Antepassados da Nação e a derrubar seus templos. Esses atos, tão intempestivos quanto impolíticos, sublevaram contra eles parte da população. Antes da chegada dos cristãos ao Japão, as outras seitas, em número de doze, existiam como irmãs que se invejam e se observam mutuamente sem se excluírem, que procuram dominar a casa paterna sem expulsar umas às outras, e sobretudo sem pensar em lhes causar a morte. Mas tal é o caráter do sacerdócio cristão que ele não saberia viver em paz com nenhum outro sacerdócio. Recebido em qualquer parte, é preciso que ele domine, que derrube tudo o que se lhe opõe ou, por sua vez perseguido, que ele seja enterrado sob os escombros dos altares que pretendeu destruir.

Quando os portugueses descobriram o Japão, em meados do século XVI, aquele país desfrutava de perfeita tranqüilidade. Ele conservava em seu governo todas as formas do governo antigo, teocrático e real. O Dairi que ocupava o trono pontifício residia na cidade sagrada de Meaco, e o Cubo-sama, que empunhava o cetro real, estabelecera sua residência na cidade de Jesso. Via-se, através da obscuridade dos anais japoneses, que essa forma de governo remontava aos tempos mais distantes e estava ligada não só ao Império Universal de Ram, mas talvez também ao dos Atlantes.[221]

Os japoneses se diziam autóctones, e davam como seus primeiros legisladores e primeiros soberanos, os Deuses, em número de sete, que os governaram durante uma longa seqüência de séculos. Eles diziam que o último desses Deuses tivera por filho um semi-deus chamado **Ten-sio-Dai-Dsin**, que foi o pai dos homens, como o expressa seu nome no idioma japonês. Decorridos muitos séculos, ainda na prosperidade e na paz, surgiram grandes dissensões sobre a Terra, e prolongadas guerras que causaram grandes mudanças. O Japão, como todo o resto do mundo, foi presa de mil calamidades. Finalmente, a cólera dos céus se acalmou e nasceu um homem divino. Esse homem, que os anais japoneses chamam de Sin-mu, surgiu por volta do ano 660 antes da nossa era. A peste, a fome e a guerra haviam assolado a pátria. Esses terríveis flagelos, abalando vivamente a imaginação dos japoneses, haviam, de algum modo, preparado os caminhos para a

[220] Pode-se julgar a rapidez com que se deu a fusão entre o povo vencedor e o vencido pela dificuldade que o imperador Kang-hi teve, apenas cinqüenta anos após sua vitória, para mandar preparar um vocabulário da língua manchu, que já manifestava a tendência de desaparecer por completo.

[221] A lembrança da catástrofe da Atlântida sobrevive no Japão, onde ainda se conserva uma festa solene, que se celebra com muita pompa. É a festa das lâmpadas ou das lanternas, que também se comemora na China e na Índia, como se fazia outrora no Egito.

legislação e a reforma. Um povo é sempre mais dócil quando, tendo escapado do naufrágio, lembra-se dos males que sofreu e sente a necessidade de um piloto corajoso e de uma Divindade protetora.

Sin-mu, atribuindo as dissensões que haviam abalado o mundo à separação dos dois poderes, sacerdotal e real, concebeu o ousado projeto de reunir numa só mão o cetro e o incensório, e teve êxito. No Japão, essa instituição permaneceu durante dezoito séculos sem a menor alteração na família daquele grande homem. Este exemplo talvez seja único porque, como já disse ao falar de Maomé, é muito raro encontrar uma série de homens capazes de manter ao mesmo tempo a tiara e o cetro, atrevendo-se a arcar com tal fardo. Favorecidos pela situação geográfica, que os isola em meio aos mares, nascidos com uma imaginação viva, um coração probo, uma alma grande e forte, e sobretudo plenos do sentimento da sua própria dignidade e do seu alto destino, os japoneses eram os únicos adequados a receber e conservar por tanto tempo essa forma de governo.

No Japão, antes de Sin-mu, não havia outro culto senão o dos Antepassados, que sobrevivera ao naufrágio de todos os outros. Esse teocrata acrescentou à região celestial onde os colocou uma série de regiões semelhantes, habitadas pelos espíritos superiores, cuja essência se aperfeiçoava continuamente até que se confundissem com o Princípio Universal, cuja elevação infinita não permitia tornar-lhe conhecidos nem o nome nem os atributos. Esses espíritos superiores foram chamados de **Camis**. Espalhados em grandes números por todas as partes do Universo, eles habitavam, segundo suas perfeições, o céu etéreo, o Sol, a Lua, os astros luminosos, a terra e outros elementos. Cada pessoa, lendo a liberdade de dirigir seus votos a uma dessas hierarquias espirituais, escolhia a que lhe parecia mais análoga aos seus gostos e ao seu caráter, procurava imitar suas virtudes e preparava antecipadamente para si mesmo o Eliseu que mais lhe aprouvesse.

O Teocrata japonês estabelecera como dogma fundamental a imortalidade da alma e seu futuro estado de felicidade ou de sofrimento, conforme suas virtudes ou seus vícios; mas, por uma conseqüência lógica de uma doutrina que não se encontra em seu culto, ele deixava a cada um a faculdade de criar, de acordo com o tipo das suas virtudes, a espécie de felicidade que mais lhe agradava. Sin-mu conhecera o espírito particular de seu povo e conformara seus ensinamentos com ele. Segundo ele, os maus deviam errar no vazio dos ares, repelidos pelos espíritos celestes de todas as regiões, para ali sofrerem mil tormentos até espiarem seus crimes. Sem lhes dizer claramente que essas almas perversas, ao final dos seus sofrimentos, seriam chamadas a reiniciar outra vida e virem animar corpos terrestres, ele lhes inspirou forte horror aos animais daninhos e os proibia de matar e comer as espécies domésticas e as que prestam serviços cotidianos ao homem.

A esses dogmas simples e claros, Sin-mu acrescentou algumas cerimônias legais para manter a pureza e a santidade do corpo; algumas festas solenes que, reunindo os cidadãos, fizessem desaparecer a desigualdade das classes e fortalecessem os laços sociais; e, por último, uma peregrinação indispensável até à cabana de Isje, monumento respeitável e sagrado onde o velho Tensio-Dai-Dsin dera as leis aos primeiros habitantes do Japão.

Os templos dedicados aos Camis, ou espíritos imortais, eram da maior simplicidade. Eles ofereciam apenas um santuário despido de decoração e quase sempre privado de simulacros. Guirlandas e bandeirolas brancas suspensas da cúpula expressavam a pureza do local, e um grande espelho colocado sobre uma espécie de altar destinava-se a mostrar aos adoradores dos Espíritos imortais que, assim como eles viam claramente naquele espelho a imagem das belezas ou dos defeitos do corpo, também a Divindade podia ver na alma deles a imagem gravada das suas virtudes ou de seus vícios.[222] Esses templos chamavam-se **Mia**. Desde a introdução do culto de Foé em sua ilha, os japoneses possuem templos muito mais magníficos, chamados **Tira**, nos quais têm admitido as divindades de nações estrangeiras, principalmente as dos chineses e indianos. O interior desses

[222] É digno denota o fato de que os mais antigos egípcios admitiam o mesmo símbolo em seu templo, o que leva a crer que esse uso remonta até os Atlantes primitivos.

novos templos muitas vezes contém mais de mil estátuas, colocadas ao redor da estátua principal, erguida sobre soberbo trono. Ali, o mármore e o ouro se rivalizam em magnificência. O poderoso Teósofo que mandou construir os primeiros Tira chamava-se **Soc-toté.** Ele apareceu em fins do século VI da nossa era e sabia perfeitamente que, após as revoluções ocorridas nas Índias e na China, a simplicidade do culto de Sin-mu não mais conviria aos japoneses e não oferecia à vivacidade da sua imaginação mais que um freio usado, que ele precisava reforçar. Seus numerosos discípulos não deixaram de cercar seu berço com muitos prodígios. Segundo as narrativas, ele apareceu para sua mãe antes de nascer, anunciando que seria um santo.[223] Desde os quatro anos de idade já possuía toda a ciência de Foé. Dizia-se que, estando numa alta montanha, ele recebeu a inspiração divina que lhe foi comunicada em sonho por um velho profeta indiano chamado **Darma.** As conversas que teve com Darma sobre o culto de Foé foram postas em versos e, desde sua publicação, encontraram entusiastas e adversários violentos. Soctoté superou todos os obstáculos e finalmente foi reconhecido pelo Dairi Jo-Mei, cujo filho, com apenas sete anos de idade, explicou nos templos a nova doutrina. Esse culto reanimou o gênio de um povo naturalmente impelido para a virtude e o entusiasmo. O Japão, até então tributário da China, deixou de sê-lo. Ele trocou os produtos da sua indústria pelas riquezas das nações vizinhas.

Além do antigo culto de Sin-mu, chamado **Sintós**, e o de Soctoté, chamado **Budo,** por causa de Budha, um dos nomes de Foé,[224] os japoneses receberam algum tempo depois um terceiro culto, de um discípulo de Kung-tzé, ao qual chamaram de Shinto, o Caminho dos Sábios. Os seguidores desta última doutrina, elevando-se acima de todos os preconceitos populares, colocaram a perfeição e o supremo bem numa vida tranqüila e virtuosa. Eles não conhecem outras recompensas ou outros castigos além das conseqüências necessárias da virtude ou do vício: isto é, a satisfação que se tem em fazer o bem e os remorsos que acompanham as más ações. Eles acreditam nas almas emanadas do Espírito Universal, na alma do mundo, no ser supremo e imortal e pensam que elas se reunirão ao seu princípio quando não mais forem retidas pelos laços do corpo. Segundo eles, não há outra divindade senão **Tien,** ou o céu. A natureza, que eles personificam, governa o mundo sem tê-lo criado. Ela própria é produzida pelo **In** e **Jo**,[225] dois poderes, um ativo e outro passivo; um, o princípio da geração; o outro, o da morte. Tudo o que existe no mundo resulta deles, e o mundo é eterno. Os únicos atos religiosos exteriores que se permite aos xintoístas, pouco diferentes dos letrados chineses, reduzem-se a algumas cerimônias em honra aos antepassados.

Essas três seitas principais subdividiram-se mais e elevaram-se a doze, quando a décima terceira posição foi oferecida aos missionários cristãos, à sua chegada ao Japão. Eles poderiam tomá-la sem causar qualquer problema e talvez chegassem a dominar imperceptivelmente todas as outras. Mas não foi isso o que fizeram. Mal se haviam instalado, seu bispo, sem qualquer respeito pelo Dairi, que todas as outras seitas reconheciam, proclamou a soberania do Papa, afirmou depender somente dele e quis ficar acima dos reis. Essas pretensões extravagantes revoltaram os japoneses, mais orgulhosos do que indulgentes, e o bispo foi expulso. Os missionários cabalaram e foram banidos; seus prosélitos, já numerosos, se armaram, foram combatidos e derrotados; eles conspiraram e a conspiração foi descoberta, provocando uma terrível guerra civil, durante a qual todos os cristãos foram exterminados. Finalmente, em 1637, promulgou-se um édito formal proibindo a todo cristão, de qualquer nação, classe ou condição, de aparecer no Japão, sob pena de morte.

Os holandeses aproveitaram-se desses desastres por algum tempo, abjurando publicamente o cristianismo e pisoteando os símbolos desse culto. Mas seu triunfo foi efêmero e teve conseqüências bastante desagradáveis. Fecharam-lhes todos os portos e os confinaram numa ilha insalubre onde permaneceram prisioneiros enquanto durou seu comércio.

---

[223] Assim como a mãe de Soctoté tivera essa visão no Japão, Emina, mãe de Maomé, teve outra semelhante na Arábia.
[224] Foé é chamado de Amida no Japão e de O-mi-to na China. Esse nome sânscrito significa o **Imenso**.
[225] **Yin** e **Yang** em chinês.

A revolução que separou o poder real do teocrático ocorreu em 1118 da nossa era, quando da morte do Dairi Takakura. Essa revolução, preparada antecipadamente, foi executada com grande tranqüilidade. O Shogun, uma espécie de oficial militar já há muito encarregado de tudo o que estava fora da jurisdição da administração civil, tornou-se independente, sob o título de Cubo-sama. Ele apoderou-se da coroa, separando-a sem esforço da tiara, devotando, não obstante, um respeito religioso ilimitado pelo Dairi. Ele sabia que não poderia ser coisa alguma a não ser que reconhecesse um chefe supremo. Reconheceu-o, e este sancionou uma usurpação tornada indispensável. Assim, viram-se no Japão dois monarcas distintos, um sacerdotal; exercendo as funções de Sumo Pontífice, e outro real, cumprindo as de magistrado civil e chefe dos exércitos. Esses dois monarcas limitaram-se facilmente às suas respectivas atribuições e provocaram, pelas suas pretensões opostas, apenas pequenas dificuldades facilmente dissipadas. É verdade que o Cubo-sama tem uma força material que impõe respeito, é temida e obedecida. Mas o Dairi desfruta de uma veneração, de um respeito de tal forma profundos que aquela força sempre se anula quando tenta voltar-se contra ele. No Japão, o Dairi linha mais possibilidades de apoderar-se do poder real do que o Cubo-sama do religioso, e isto dependia da opinião do povo e da influência que a Religião, embora dividida em várias seitas, em geral não deixou de exercer sobre ele. Tal não aconteceu nas outras regiões, sobretudo na Síria, onde os turcos despojaram sem dificuldades os Califas de Maomé. Mas esses próprios Califas, por razões que se pode deduzir facilmente de tudo o que já disse, não mais acreditavam em seu apostolado e, por conseguinte, não tinham força alguma. Uma máxima que não me canso de repetir é esta: todo Sumo Pontífice que duvidar de si mesmo não deve esperar que os outros acreditem nele: somente a verdade é a base da verdade.

CAPITULO V

CONTINUAÇÃO DO EXAME DA ÁSIA. PODER DOS OTOMANOS. ESTADO DO SEU IMPÉRIO E SEU DECLÍNIO. VISTA RÁPIDA SOBRE A PÉRSIA E A ÍNDIA

Desde que o Império de Ram perdeu sua unidade, as divisões e subdivisões sucederam-se nele com uma rapidez cada vez maior. A Ásia transformou-se no teatro de grande número de revoluções contínuas que, ocorrendo umas após outras, deixaram apenas traços confusos, difíceis de distinguir, e que sempre desapareciam sob os da revolução mais recente. Os tártaros, causas primordiais dessas revoluções, transformaram-se em instrumentos do Destino: seja qual for o nome que ostentem e o culto que abracem, podemos sempre considerá-los como impelidos por uma necessidade cega. Não é em vão que a doutrina de Maomé, a eles destinada, fizesse um dogma da fatalidade. Nisto eles são totalmente opostos aos godos, embora talvez igualmente bárbaros. Os godos haviam recebido de Odin o impulso arbitrário. Esse impulso deve contrariar incessantemente o outro ou ser por ele contrariado, até o momento em que a Providência os derrotar. Foi em meados do século XIV que o reino de Cachem ira, então o mais antigo de toda a Índia e o único fragmento do Império Indiano que permanecera intacto até então, acabou. Ele existia desde o ano 3100 antes de Cristo e tivera cento e cinqüenta e três reis. Um príncipe muçulmano chamado **Shamsedin** fez essa importante conquista. Por volta da mesma época, os turcos, que já mencionei várias vezes, tendo avançado até as margens do Estreito dos Dardanelos, após terem arrancado o poder civil das mãos do Califa de Bagdá, haviam cruzado esse estreito, estabelecendo-se na Europa.

Diz-se que foram os genoveses, então ocupantes do subúrbio de Gaiata, que favoreceram essa travessia, fornecendo-lhes, em troca de alguns marcos de ouro, as embarcações necessárias. Assim, o espírito emporiocrático, indiferente a todas as coisas exceto as que constrangem sua independência ou que dizem respeito aos seus interesses do momento, forneceu os meios para erguer entre a Europa e a Ásia aquela barreira que eslava a ponto de aniquilá-los, e que os teria aniquilado se não se tivesse dobrado o Cabo das Tormcntas. A expedição de Tamerlão no início do século XV e as vitórias desse famoso conquistador sobre os otomanos retardaram um pouco esse acontecimento, mas não o evitaram. Tamerlão, ou Timur o Coxo, era um príncipe tártaro dotado de

grande audácia e mais disciplinado que os daquela nação costumam ser. Dizem que, entre os povos europeus, ele apreciava particularmente os franceses, e que inclusive enviou uma embaixada ao Rei Carlos VI. Ele estendeu suas conquistas a toda a Pérsia, submeteu a maior parte das Índias, forçou a grande Muralha da China e dominou a Ásia Menor e o Egito. É a um dos seus sucessores, chamado **Olug-beg**, que devemos a primeira Academia de Ciências, fundada em Samarcanda no começo do século XV. Esse monarca mandou medir a Terra e participou da composição das Tabelas Astronômicas que trazem seu nome. Ele merecia filhos mais dignos de si: um deles, atormentado pela sede de reinar, mandou assassiná-lo.

Os turcos, após terem derrubado o Império do Oriente, como já disse, e erguido aquela forte barreira destinada a conter a Europa contra a Ásia, prosseguiram em suas conquistas. Aproveitando-se das dissensões surgidas entre os descendentes de Tamerlão, apoderaram-se também da Síria, da Mesopotâmia e subjugaram o Egito. Selim I, Solimão e Selim II, que se sucederam no século XVI, foram os maiores monarcas dos otomanos. Eles conquistaram aos Cavaleiros de São João de Jerusalém a ilha de Rodes, considerada a praça forte da Cristandade,[226] invadiram a Moldávia, a Valáquia, parte da Hungria e sitiaram Viena. A Europa Ocidental e Meridional estavam ameaçadas, a ilha de Chipre acabara de ser conquistada, quando o Papa Pio V, considerando, com justa razão, que o tempo das Cruzadas já passara e que era preciso agir sozinho, teve a coragem de fazer a guerra. Ele se aliou aos venezianos e ao rei da Espanha, Felipe II, e cooperou na famosa Batalha de Lepanto, em 1571. Essa foi a primeira vez em que se viu o estandarte com as duas chaves desfraldado contra o crescente. O estandarte papal triunfou e devia ser assim, porque não fora dado ao destino de Maomé superar o do cristianismo, mas apenas deter suas invasões da Ásia. Todas as vezes que Roma foi ameaçada pelos muçulmanos, o foi inutilmente. Observa-se que foi a partir dessa época, quando os dois destinos se chocaram frontalmente, que o poderio otomano começou a declinar.

Esse poderio não era mais necessário, uma vez que a Vontade européia abrira para si dois caminhos no Ocidente. Também se viu que ele degenerou rapidamente no século XVII e que no século XVIII não passava de uma sombra do que fora. Seu último feito notável foi o sítio de Cândia. O vizir Ahmed-Cuproli tomou aquela cidade após um dos mais obstinados cercos mencionados pela história.[227] A barreira continuava existindo, mas era apenas guardada. Os que haviam-na erguido não mais podiam prosseguir em suas devastações.

A maioria das políticas sistemáticas tem considerado o governo dos turcos como despótico, mas, sob vários aspectos, essas políticas estão enganadas. Esse governo não é despótico na essência, mas apenas na forma. É a corrupção de uma teocracia e sua usurpação pela força militar. Esse governo é o mais fatídico de todos, isto é, aquele no qual a necessidade do Destino se faz sentir mais forte. O poder do sultão parece ilimitado, porém é constrangido ao máximo, pressionado a cada instante entre a religião que contem esse príncipe e a força militar que o impulsiona. A tiara que ele usurpou o constrange em seus movimentos, e o gládio que tem nas mãos é uma arma de dois gumes, que o fere quando o emprega desastradamente, e o derruba quando é fraco o bastante para temê-lo. É o corpo dos Janízaros que contém essa força temível. Sob um príncipe cujos talentos e coragem tornam-no digno de comandar, os Janízaros[228] são instrumentos dóceis, animados de todo entusiasmo militar, inebriados pelo amor à glória e pelo sentimento da sua superioridade; mas sob sultões fracos ou desafortunados, esses instrumentos, rebelados, recusam a mão que pretende aproveitar-se deles e tornam-se senhores da coroa, que arrebatam ou dão conforme sua vontade.

---

[226] Algum tempo depois, em 1525, Carlos V deu a ilha de Malta para aqueles cavaleiros.
[227] Este cerco durou vinte anos, só terminando em 1669.
[228] O verdadeiro nome dos Janízaros é Yengi-Cheri, os novos guerreiros. São jovens escravos cristãos, instruídos na disciplina desde a infância.

O sultão, suposto delegado do próprio Deus, é venerado enquanto for feliz, e sua pessoa é sagrada porque se acredita ser ela favorecida pelo céu. Então, ele pode fazer muitas coisas. Mas se a fortuna o abandona, a ilusão se dissipa e cada um, considerando-o reprovado, precipita sua queda em lugar de retardá-la. O Destino, que lhe dá forças, o derrota quando não mais o sustenta. No decorrer dos séculos XV e XVI, esse Destino, favorável aos otomanos, estava no auge da sua força. Também os autores daquela época, recomendáveis pelo seu saber e pela sua imparcialidade, reconheciam que os turcos eram muito superiores aos cristãos no conhecimento e na prática da arte militar. Guichardin chega mesmo a dizer que foi deles que os italianos aprenderam a fortificar seus estabelecimentos. Mas essa superioridade não persistiu nos séculos seguintes e seu poderio diminuiu muito depois que o Destino, tendo terminado seu movimento, não mais os estimulou como antes.

Desde a conquista da Pérsia pelos árabes, aquela região, invadida duas vezes pelos tártaros comandados por Gêngis-Khan e Tamerlão, finalmente respirava sob as leis mais brandas dos Sufis, cuja raça, oriunda da Armênia, levara para lá, juntamente com os costumes daquela região, o gosto pelas artes e pela magnificência. É notável que, no momento em que Lutero lançava na Europa os primeiros germes do cisma que dividiu o Ocidente, um persa, de caráter igualmente empreendedor, dava origem à seita que hoje divide persas e turcos. Esse homem, chamado **Eidar** e apelidado de **Sufi, o Sábio**, tornou-se de tal forma poderoso ao dogmatizar em favor dos seguidores de Ali contra os de Ornar que Shah-Rustan, que ainda não se firmara no trono que acabara de usurpar, mandou assassiná-lo. Ismail-Sufi, filho de Eidar, encontrou em si um gênio corajoso o bastante para sustentar, com armas na mão, as opiniões do pai e continuar divulgando sua doutrina.[229] Seus discípulos transformaram-se em soldados. Ele converte e conquista a Armênia, cujas forças lhe dão os meios para subjugar toda a Pérsia e até os tártaros de Samarcanda. A coroa da Pérsia, que ele deixou para seu filho Tamas, passou aos seus descendentes, que a conservaram por várias gerações. Em fins do século XVI, sob o reinado do grande Shah-Abas, bisneto de Ismail, a Pérsia tornou-se um dos mais florescentes e felizes países do mundo. Esse monarca combateu os turcos com superioridade e conquistou muitas coisas deles para lhes enfraquecer o poderio e impeli-los para o declínio que os aguardava. Ele retomou a ilha e a cidade de Ormuz dos portugueses e diminuiu consideravelmente a influência destes na Ásia. Construiu várias cidades, embelezou muito Ispaã, escolhendo-a para capital dos seus estados,[230] e ergueu por toda parte estabelecimentos úteis. Após sua morte, em 1629, seu filho Sha-Sufi o sucedeu no trono, mas não esteve à altura dos talentos do pai. Ele deixou-se dominar pela fraqueza de temperamento e entregou o governo a favoritos vis, que causaram sua ruína. A fraqueza de Sha-Hussein completou a perda. As facções de eunucos brancos e negros de tal forma perturbaram o Império, lançando-o em tal confusão, que bastou um pequeno número de aventureiros, conhecidos pelo nome de **Afegãos** para derrubá-lo.[231] Esses afegãos destruíram facilmente um poder enfraquecido e que, afinal, seria destruído mesmo que não tivesse

---

[229] Chamamos de **Sunitas** os seguidores de Omar, e de **Xiítas** os seguidores de Ali. A diferença que existe entre essas duas seitas é que a segunda considera Omar e os quatro Califas que substituíram Ali como usurpadores, não fazendo praticamente qualquer diferença entre Ali e o Profeta. Os turcos são Sunitas; os persas são Xiítas. Essas duas seitas se odeiam e se anatemizam mutuamente.

[230] Dizem que, antes de ser devastada pelos afegãos no começo do século XVIII, Ispaã era uma das mais belas e aprazíveis cidades do mundo. Calculavam-se seus habitantes em mais de um milhão antes do cerco que sofreu em 1722. Havia ali um número prodigioso de palácios magníficos — entre os quais dominava o de Sufi, que ocupava mais de seis mil metros quadrados — cento e sessenta belas mesquitas, mil e oitocentos caravançarás, duzentos e sessenta banhos públicos, um número considerável de cafés, bazares, escolas, passeios, etc.

[231] Existe uma tradição singular sobre os afegãos. Afirma-se que esse povo, cujos únicos ofícios são a guerra e a pilhagem, é um remanescente das dez tribos de Israel, dispersadas pela Ásia pelos assírios. Eles mesmos consideram-se descendentes dos judeus, mas tem Saul como seu antepassado. Quando do aparecimento de Maomé, eles ligaram-se ao islamismo e combateram valentemente para fazê-lo triunfar. No começo, alistaram-se sob as bandeiras de Mamud o Gazvanida, que subiu ao trono do Industão no ano 387 da hégira (99 d.C), e depois sob as do sultão Quedai Al-Din Gauri, sob cujas ordens tomaram a cidade de Deli. Os afegãos conquistaram por conta própria a montanha de Salomão, Ku-Suleimã, onde fundaram uma espécie de estabelecimento regular. O grão-mogul Akban mandou construir para eles a cidade de Peishur, situada na estrada Astok-Cabul. Esses povos desfrutam de grande reputação de bravura, mas acusam-nos de lhes acrescentar muita ferocidade e barbárie.

sido alvo dos seus ataques. Mamud, sucessor de Miriveis, o primeiro desses bárbaros, sitiou Ispaã e recebeu as chaves daquela imensa capital das próprias mãos do fraco Hussein que, não lendo forças para defender-se, o reconheceu como seu senhor e considerou-se muito feliz em dar-lhe sua filha.

Enquanto isso, um filho desse Hussein, chamado **Tamas**, tendo sobrevivido ao desastre de sua família, foi salvo pelo filho de um pastor chamado **Nadir**, que pouco tempo depois tomou sua defesa. Esse Nadir, tendo-se transformado num temível guerreiro, subiu ao trono da Pérsia com o nome de **Tamas Kuli-Khan** e conquistou a Índia, onde derrubou o império dos mongóis em 1739. Desde então, a Índia não passou um só momento sem agitações. Grande número de soberanos efêmeros, quase todos bárbaros, se alternaram em seu trono. Suas costas, de início expostas às devastações e às querclas dos portugueses e holandeses, estiveram mais tarde à mercê de idênticos surtos de franceses e ingleses. Estes últimos, passando a ser os únicos senhores, ali revelaram toda a arrogância da sua emporiocracia exclusivista e fizeram reconhecer os direitos do seu monopólio desde o Cabo das Tormentas até os mares do Japão. Em meio a essas repetidas revoluções, não se deve crer que os povos asiáticos tenham sido infelizes no mesmo grau em que o teriam sido os europeus sob as mesmas circunstâncias, e que tenham sentido as mesmas angústias ou sofrido as mesmas dores. Submetidos ao Destino que os subjuga, eles não se rebelam contra ele; cedem aos golpes da tempestade e permanecem isentos das penas morais causadas pela vontade ofendida e pelo amor próprio ferido. As revoluções que ali mudam a forma dos governos não atingem a massa do povo, que permanece indiferente ao sucesso dos seus senhores, quase todos estrangeiros. As riquezas que lhes são trazidas de todas as regiões da Terra não os impressionam. Eles se deixam aproveitar pelos comerciantes ávidos, obrigados a ceder a maior parte aos Nabads, ainda mais gananciosos que eles. A extrema fertilidade da terra e o calor do clima ajudavam a satisfazer as necessidades. Alimentos e roupas são obtidos com tanta facilidade que o homem jamais enfrenta dificuldades para consegui-los. Os hindus mal conhecem a preocupação com o futuro que devora os povos europeus. Eles vivem tão pouco que em parte alguma se dará menos atenção ao sofrimento humano do que nas Índias. O trabalhador que busca as pérolas nos mares de Bengala ou que cava diamantes nas minas de Golconda custa dez vezes menos que aquele que retira a lama das ruas de Londres ou Paris.

CAPITULO VI

CONSIDERAÇÕES SOBRE A RÚSSIA E A SUÉCIA. PEDRO I. CARLOS XII. LUTA ENTRE ESSES DOIS MONARCAS. A VITÓRIA CABE À RÚSSIA. POR QUÊ?

Foi quando o poder dos otomanos começou a declinar que se viu surgir nos limites orientais da Europa e ao norte daquela região uma potência formidável que praticamente passara despercebida até então. Essa potência, à qual damos o nome de **Rússia**, por causa da parte da Europa que ocupa, chamada outrora de **Rosland**, é formada por diversos povos, os principais deles sendo os eslavos, os finlandeses e os varaigos. Há poucos séculos conheciam-se os russos apenas pelo nome de **Moscovitas**, por causa de sua capital, **Moscou**.

Antes do czar Pedro I, cujo reinado começou em 1689, a Rússia permanecera quase que totalmente desconhecida das nações da Europa ocidental e austral. Ignora-se no que aquela região se tornou após a legislação de Odin. Os finlandeses, seus únicos habitantes, sendo invadidos pelos eslavos vindos do lado do Oriente, foram obrigados a ceder-lhes o terreno. A cidade de Slavensk, construída às margens do Volga a pouca distância do lago Imen, foi a primeira capital daqueles conquistadores. Quando uma doença contagiosa despovoou a cidade, construiu-se Novogorod a pouca distância dali. A nova cidade começava a prosperar quando piratas, conhecidos apenas pelo nome de **Varaigos**, isto é, os Ocidentais, eslabeleceram-se nas proximidades, conduzidos por seu chefe, Rouric.[232] Eles

[232] Suponho que se deveria escrever Rolrich. Esse nome, equivalente ao de Rolando ou Raul, significa o Regulador do Império e indica uma origem escandinava. Os varaigos eram uma divisão dos escandinavos que se dirigiu para o

se aproveitaram de algumas perturbações ocorridas em Novogorod, então governada como república, para oferecer seus serviços a um dos partidos que, tendo aceito, só venceu com a condição de tornar-se tributário. Contudo, os três povos acabaram por se mesclar e se unificar, através da religião cristã que receberam igualmente em fins do século X.[233]

Desde o século XI os Knes russos eram tributários dos Tzares tártaros de Kazan. Foi Ivã Basilowitz quem conseguiu livrar-se totalmente desse jugo vergonhoso e que começou a dar forma ao império da Rússia, em meados do século XVI. Ele conquistou Kazan e Astracã e mudou seu título de Knes, que significava príncipe, para o de **Tzar**, que queria dizer soberano autocrata. Essa palavra, desde então escrita **Czar**, é confundida com o nome de **César**, que os soberanos feudais da Alemanha usavam e tem sido traduzido, com mais justiça, por Imperador, pois pelo menos o czar da Rússia era investido de um poder real e dominava um Império imenso, o mais extenso que existiu desde o de Ram. É verdade que, na época, essa extensão territorial continha apenas desertos carentes de cultura e de habitantes, principalmente na Ásia. Mas, com o tempo, poder-se-ia fixar as tribos selvagens que as percorriam ao norte e no oriente, ensinar-lhes a agricultura e as artes e multiplicá-los por meio de uma boa legislação. Jamais faltam populações onde há leis brandas e protetoras e uma terra fértil.

O czar Pedro, chamado com justiça de o Grande, decidiu completar o que Ivã Basilowitz iniciara e, graças à força do seu gênio, conseguiu vencer os obstáculos que as coisas e os homens opunham aos seus esforços e conduzir a Rússia ao nível das primeiras potências da Europa. Houve entre Ivã e Pedro uma funesta semelhança. Ambos mandaram matar o filho. Ivã, desconfiado de que o seu tramava uma conspiração durante o cerco de Pleskov, matou-o com um golpe de lança. E Pedro, julgando que seu filho Alexis frustraria sua obra por incapacidade, mandou condená-lo à morte para afastá-lo do trono.

Os antepassados de Pedro vinham ocupando o trono desde 1613. Eles haviam sido chamados para isso, após as mais cruéis revoluções, por uma assembléia formada pelos principais Boiardos que, precisando ter um soberano após o assassinato do jovem Dimitri, último descendente dos príncipes de Volodimer, elegeram Miguel Romanov, filho do arcebispo de Rostov e de uma religiosa, ligada aos antigos czares pelo lado feminino. O jovem Romanov, após ter recebido a coroa, resgatou seu pai, então prisioneiro dos poloneses, e tornou-o Patriarca. As circunstâncias, extremamente afortunadas para fundar um império regular, teocrático e real, foram frustradas. Alexis, filho de Miguel Romanov, longe de permitir que o Patriarca continuasse vigiando a moralidade de suas ações, como seu pai permitira, indignou-se com essa sujeição, que considerava humilhante, e quis reduzir o sacerdócio à mesma nulidade em que se encontrava antes da revolução que colocou sua família no trono. O Patriarca Nicon, dotado de um caráter altivo, resistiu. Ele não só queria conservar o que desejavam tirar dele como também adquirir prerrogativas novas que não lhe eram devidas. Houve uma luta entre os dois poderes e o Imperador, aproveitando-se das falhas cometidas pelo seu adversário e voltando contra ele a constituição do próprio culto, convocou um sínodo nacional e fez com que o depusessem solenemente e o confinassem num claustro pelo resto dos seus dias.

Desde então, todo o poder teocrático foi aniquilado; o governo russo, pouco tempo depois, tornou-se muito parecido com o dos turcos. A milícia de Strelitz, que se assemelhava à dos Janízaros, começou a conquistar a mesma ascendência e mostrou-se igualmente disposta a considerar os

---

Oriente, enquanto que os outros rumaram para o Ocidente e o Meridião. Eles receberam dos eslavos o nome de **Ocidentais**, pela mesma razão que os chamamos de **Normandos**.

[233] Dizem que foi uma princesa chamada Olga que, tendo sido batizada em Constantinopla, levou para a Rússia a religião grega. Seu neto, chamado Valodimer, foi o primeiro Grande Knes da Rússia **a** se tornar cristão. Durante muito tempo o arcebispo de Novogorod dependeu do Patriarca de Constantinopla, mas foi finalmente sagrado Patriarca em 1588, tomando seu lugar em seguida ao de Jerusalém.

imperadores como criaturas suas e o império como patrimônio seu. Pedro sabia perfeitamente disso e esteve a ponto de ser-lhe vítima quando da sua elevação ao trono. Após ter escapado afortunadamente das armadilhas dos seus inimigos, frustrar as intrigas sangrentas de sua irmã Sofia e confinar essa mulher astuta num mosteiro, vendo-se fortalecido no trono, concebeu o projeto indispensável, porem perigoso, de abolir a milícia de Strelitz. Mas antes de desfechar esse golpe decisivo, sem o qual a reforma que pensava fazer em seu Império não se realizaria, ele quis tornar-se recomendável aos olhos dos seus súditos pelo seu saber e pelas suas vitórias.

Ele se instruiu em todas as artes, principalmente na da navegação, pela qual a natureza lhe dera uma aversão quase insuperável. Mas ele a sobrepujou, vencendo até mesmo a sua própria natureza, ao mandar que o jogassem na água, não obstante seu horror àquele elemento. À força de estudos e trabalho, ele tornou-se o melhor marinheiro dos seus estados. Quis também conhecer as artes militares nos mínimos detalhes e cumpriu os deveres de soldado, desde o posto de cabo-de-esquadra ao de general, num regimento que ele criara. Em seguida, tendo garantido por algum tempo a tranqüilidade do seu Império e depositado sua confiança num hábil estrangeiro chamado Le Fort, ele viajou por todos os Estados da Europa como simples particular e depois como seu próprio embaixador. Nessa viagem extraordinária ele viu o que lhe interessava ver, instruiu-se em tudo o que lhe poderia ser útil e trabalhou na construção de navios nos portos da Holanda para aprender tudo o que precisava ensinar aos seus súditos. Entrementes, ele apaziguara várias sedições, combatera com êxito os tártaros da Criméia, fizera com que os chineses respeitassem suas fronteiras, garantira seu comercio no Mar Negro e conquistara a importante cidade fortificada de Azov.

Tanta previdência e atividade espantava a Europa. Seu caráter deixou-a aterrorizada. Pedro, estando ainda em Viena, é informado de que uma conspiração eclodira em Moscou na sua ausência, e que os Strelitz haviam manifestado o desejo de substituí-lo no trono por sua irmã Sofia. Ele chega em meio ao tumulto, sufoca os facciosos e desfecha o golpe no qual há muito vinha pensando. A temida milícia é destruída. Dois mil desses infelizes, comprovadamente cúmplices na conspiração, são enforcados nas ameias; seus chefes, vários oficiais e alguns padres são decapitados; duas mulheres são enterradas vivas e todo o restante é disperso pela Sibéria e outras regiões limítrofes. Após esses acontecimentos, no qual o Czar revelou uma mescla de grandeza e de notável crueldade, nada mais lhe resistiu dentro do seu Império. Ele pôde fazer à vontade todas as mudanças que desejava e mesmo suprimir totalmente a dignidade do Patriarca, que o inquietava. Mas um inimigo, ou melhor, um rival surgiu no exterior, na pessoa do terrível rei da Suécia, Carlos XII.

Após a elevação de Gustavo Wasa ao trono da Suécia, e sua adesão ao cisma de Lutero, aquele reino adquirira grande preponderância entre as potências setentrionais. Essa preponderância aumentou ainda mais sob o fraco reinado do imperador da Alemanha, Rodolfo II, quando a formação de uma liga protestante contra uma liga católica mergulhou aquele país numa guerra civil de trinta anos que o reduziu ao mais deplorável estado. Depois de sucessos divididos, nos quais as duas partes, alternadamente vencedoras ou vencidas, amontoavam ruínas sobre ruínas e derramavam sangue em cima de sangue, os protestantes, tão enfraquecidos pelas suas vitórias quanto pelos seus reveses, recuavam por toda a parte quando o rei da Suécia, Gustavo Adolfo, apareceu para mudar a face das coisas e tirar do imperador Ferdinando II todas as vantagens que esperava obter desses desastres para aumentar sua autoridade e talvez eliminar para sempre o cisma. Esse príncipe, vitorioso por toda parte, tornou-se o árbitro da Alemanha. A França aliou-se a ele e deu-lhe forças para reduzir, através dele, o poder da Casa de Áustria. Infelizmente, o rei da Suécia foi morto na batalha de Lutzen, mas deixou excelentes generais, que ele formara e que terminaram sua obra, ao passo que o Imperador, tendo-se privado do único homem hábil que poderia enfrentá-los, ao mandar assassinar o famoso Duque de Walstein, cuja ambição e talentos ele temia, viu-se sem apoio e foi obrigado a renunciar a todas as esperanças. Após a morte de Gustavo Adolfo, sua filha Cristina subiu ao trono. As vitórias de seu pai e o gênio de seu chanceler, Oxenstiern, faziam da Suécia a primeira potência

da Europa. Tanta grandeza em nada a ofuscou. Depois de ter pacificado a Alemanha em concerto com a França, através da paz de Westfália, cujo famoso tratado ainda hoje é a base do direito público, aquela mulher extraordinária espantou o mundo ao abdicar voluntariamente do trono no qual se sentara com tanta glória. Aos vinte e sete anos de idade, ela deixou uma corte da qual era o ornamento e, renunciando à reforma de Lutero, foi para Roma dedicar-se à cultura das ciências. Parece que essa Rainha sentiu que, na situação singular em que a Suécia se encontrava, aquele reino, desfrutando de grande consideração militar porém muito frágil em tudo o mais, linha necessidade de um monarca guerreiro. Carlos Gustavo, Duque das Duas Pontes, que ela escolhera, convinha perfeitamente às circunstâncias. Ele tinha a força necessária para sustentar uma coroa sobre a qual a Vontade européia apoiava suas esperanças. Essa Vontade, após ter preparado ludo na Inglaterra para realizar, rumo à América, o movimento do qual já falei, ainda fazia um esforço na Alemanha, através do cisma, do qual a Suécia se declarara chefe. Se os monarcas que sucederam a Carlos Gustavo tivessem sentido claramente sua posição, como Cristina sentira a sua; se em lugar de voltar às forças que a Vontade do homem lhes dava contra aquela mesma vontade, e de visar ao despotismo em lugar de visar ao poder popular, eles tivessem favorecido o movimento que os elevara ao trono, é difícil dizer até onde a Suécia poderia subir. Ela teria facilmente tomado a Polônia, conquistado a Dinamarca, dominado a Alemanha inteira e talvez fizesse mesmo recuar até a Ásia os próprios russos que a destruíram. Mas, para isso, era preciso querer o que as circunstâncias queriam. Cristina, que não o quis, pelo menos sentiu sua incapacidade e se retirou não apenas do cisma, mas também do trono, ao passo que Carlos I, levando para o trono um espírito inteiramente oposto ao que lhe era necessário, perdeu tudo e preparou a queda de seu filho. Ele quis reinar como déspota sobre províncias que só se submetiam a ele na esperança de conservar sua liberdade, e cometeu a asneira de condenar à perda da honra e da vida o infeliz Patkul, gentil-homem livônio cujo único crime fora o de ter levado ao pé do trono as reclamações respeitosas e fortes de sua pátria. Esse mesmo Patkul, que teve a felicidade de escapar, sendo apanhado alguns anos mais tarde por Carlos II e acusado de ter instado o rei da Polônia, Augusto, a tomar posse da Livônia, foi submetido ao mais cruel suplício pelo implacável rei da Suécia. Porém, ato tão desonroso deteve esse príncipe em meio aos seus triunfos e tornou inúteis todas as virtudes guerreiras e mesmo civis de que fora dotado no mais alto grau.

A vitória de Nerva, que por instantes deu àquele jovem monarca a reputação de herói e a força de um conquistador, teve conseqüências apenas efêmeras: foi um clarão brilhante, mas passageiro, que desapareceu nas trevas. Após ter sido por um momento o árbitro da Alemanha, senhor da Polônia e da Saxônia, vencedor em todos os lugares, acabou por perder em Pultava o fruto de tantos trabalhos e parece que obteve tanta glória apenas para condecorar seu rival. A sorte de Pedro arrebatou a sua precisamente porque o czar da Rússia era o que deveria ser, o instrumento do Destino; ao passo que o rei da Suécia, que deveria ter sido o instrumento da Vontade européia, quis ser apenas o de si mesmo, como seu pai. Caindo, após sua derrota, na posse do sultão dos turcos, ele teve todo o tempo de que precisava para refletir sobre a inconseqüência dos seus atos, mas nem isso fez. Pensou apenas em fomentar contra a Rússia uma guerra que realmente eclodiu entre aquela potência e a Porta Otomana, mas cujos únicos resultados foram o de mostrar para a Europa o gênio de Pedro o Grande em todo o seu esplendor e fazê-la pressentir o que poderia vir a ser um novo Império que, desde os primeiros instantes de sua fundação, já lutava com tanta vantagem contra um império fortalecido pela vitória e pelo tempo.

A partir dessa época, a Suécia perdeu todos os seus direitos à primazia, passando a ser apenas o que suas próprias forças e a extensão do seu território lhe permitiam. O Império russo, constituído e civilizado por Pedro I, se consolidou, tornou-se culto sob os reinados sucessivos de quatro mulheres dotadas de qualidades diferentes, mas todas apropriadas às circunstâncias, ora doces, ora severas, mas sempre brilhantes. O Destino, do qual aquele Império fora obra, ao conduzir essas quatro princesas ao trono, confirmou uma verdade cujo exemplo a história do mundo oferece por toda parte: que é pelas mulheres que começa toda civilização, todo movimento intelectual, seja de que

natureza for; e que, mais precoces do que os homens, tanto no geral quanto no particular, elas devem aparecer onde o Destino, a Providência ou a Vontade do homem determinar uma produção rápida. Ora, entre as criações políticas, o Império russo foi uma criação extremamente rápida, e assim devia sê-lo, para cumprir seu objetivo.

CAPITULO VII

ASCENSÃO DA PRÚSSIA SOB FREDERICO II. FALHAS QUE ESSE PRÍNCIPE COMETEU. DESMEMBRAMENTO DA POLÔNIA. EXAME DA POLÔNIA, DINAMARCA E OUTRAS POTÊNCIAS DA EUROPA. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O MINISTÉRIO DO CARDEAL DE RICHELIEU

Assim, por culpa dos monarcas suecos Carlos XI e Carlos XII, a Suécia não alcançou o objetivo que deveria ter atingido e o cisma de Lutero mais uma vez ficou sem ponto de apoio. A Vontade européia tentou novo esforço e determinou que o eleitor de Brandenburgo, Frederico I, tomasse o título de rei da Prússia em 1701. Esse novo reino, de início pouco considerável, teve uma ascensão notável desde o advento de Frederico II, apelidado **o Grande**; dominou a Alemanha e lhe serviu de salvaguarda contra os ataques da Rússia. Se Frederico fosse tão sagaz quanto era valoroso e letrado, ele teria aproveitado a oportunidade que se apresentava para dar uma base ao seu poder, e teria evitado aliar-se aos seus dois inimigos naturais, a Áustria e a Rússia, para desmembrar a Polônia e dividir seus despojos entre eles. Afinal, não seria anexando mais alguns quilômetros quadrados de territórios aos seus estados que ele podia esperar que seus sucessores resistissem mais tarde a um colosso como a Rússia. Era preciso conquistar a Polônia, e não dividi-la; mudar-lhe a forma, não destruir sua existência política, o que seria fácil conquistando a afeição dos povos e merecendo deles o título de Rei. Esse era o destino de Frederico. O impulso dado pela Vontade o impelia para isso e, se tivesse querido, todos os obstáculos que pareciam se lhe opor teriam desaparecido. Ele preferiu seguir outro impulso e, infelizmente para ele, foi o da Rússia que ele seguiu.

A Polônia, desmembrada dessa forma pelas três potências que acabo de mencionar, era o mais extraordinário estado constituído da Europa: não era uma monarquia, uma república, um estado feudal ou uma aristocracia, era tudo isso junto. Ela se intitulava república, mas tinha um Rei, a quem ninguém queria obedecer. Esse rei era quase sempre estrangeiro. Os Palatinos, que suprimiam a liberdade dos povos e oprimiam seus súditos, ou melhor, seus escravos, no mais injurioso e firme dos jugos, ocupavam-se apenas em defender a sua liberdade contra as empreitadas do Rei. O Estado estava sempre conflagrado e as Dietas ali pareciam mais uma arena de gladiadores do que um senado; bastava o veto de um único nobre polonês para deter as discussões mais importantes. Tivera-se, naquele reino, a tola pretensão de reunir sem um elo intermediário o Destino à Vontade e de pretender fazer andarem juntas as leis da necessidade e da liberdade. Além disso, aquele Estado estava exposto a contínuas revoluções. Não obstante, ele teve alguns reis notáveis, entre os quais Jean Sobieski, que venceu a famosa batalha de Cokzim contra os turcos e obrigou-os a levantar o cerco de Viena. O mais sábio talvez tenha sido o Cardeal Casimiro, que seguiu o exemplo de Cristina e abdicou do trono em 1668, vindo a falecer em Paris como abade de Saint-Gcrmain-des-Prés. O reino da Polônia fez, sob todos os aspectos, muito menos do que poderia fazer. Além disso, tudo o que ele perdeu em diferentes épocas teria bastado para fazer dele um estado florescente. Em 1671, ele foi obrigado a tornar-se tributário dos turcos. Um século depois foi desmembrado e perdeu sua existência política.

A Dinamarca, após a ação infame de Cristiano II, que em 1520, mandou decapitar o senado sueco junto com um número considerável dos principais cidadãos numa festa solene, deixou de exercer qualquer influência direta sobre a Europa. A separação absoluta da Suécia a enfraquecera demais para que os esforços envidados pelos Estados do reino em 1660 pudessem dar quaisquer resultados. Esses Estados deram ao Rei Frederico III o direito hereditário e a soberania absoluta. Em qualquer outra circunstância, tal ato teria sido a perdição dos dinamarqueses, ou os teria tornado perigosos

para os seus vizinhos. Mas não fez nada disso, o que prova que esses povos não tinham nem a força que dá o consentimento a tal ato quando são livres, nem a que faz com que o recusem, quando obrigados.

A Hungria e a Boêmia também não influíram mais na Europa do que a Dinamarca, mas aqueles dois reinos sofreram infortúnios muito maiores, principalmente a Hungria, que pareceu ter um momento de esplendor sob os reinados de Carobert e de seu filho Luís. Esse Carobert fora conduzido ao trono por escolha do Papa Bonifácio VIII, um dos pontífices mais empreendedores que a Santa Sé já teve. Ele era filho de um sobrinho de São Luís, chamado Carlos Martel, e reuniu ao seu reino a Dalmácia, a Sérvia, a Transilvânia e a Valáquia, transformando a Hungria num estado mais poderoso que a Alemanha. Mas esse poder foi efêmero. Duas rainhas adúlteras e regicidas foram a causa de sua perda: Joana de Nápoles e Elisabeth de Bósnia.[234] Luís, filho de Carobert, foi um grande príncipe enquanto viveu; foi amado pelos seus povos, admirado pelos estrangeiros e escolhido, no final da vida, para ser rei da Polônia. Apelidaram-no de **o Grande**. Infelizmente, não deixou filho homem. Sua viúva, Elisabeth de Bósnia, tendo mandado assassinar Carlos Durazzo, eleito Rei pelos Estados da Hungria, para conservar o trono para sua filha Maria, arrastou aquele reino para revoluções sangrentas, das quais ela foi a primeira vítima, em meados do século XIV. Desde então, a Hungria, continuamente devastada, ora pelos turcos, ora pelos austríacos, que queriam dominá-la e a cuja dominação ela resistia, não mais teve um momento sequer de tranqüilidade. No começo do século XVI, seu rei, Luís II, foi morto na batalha de Mohats, contra os turcos, e seu exército foi destroçado. Solimão levou consigo mais de duzentos mil cativos. Tudo foi destruído a ferro e fogo e os húngaros sobreviventes foram obrigados a construir habitações subterrâneas para escapar à rapacidade do vencedor.

Já falei bastante sobre a Alemanha, do ponto de vista do poderio imperial; e da Itália, do ponto de vista de potência pontifícia. É inútil repisar coisas semelhantes nas quais apenas os nomes mudam. Já é bem sabido que se, depois de Carlos V, os imperadores da Alemanha tiveram algum poderio, deveram-no aos seus próprios Estados e não ao seu título. Como soberanos da Áustria, Hungria, Boêmia, de parte de Flandres ou de outras regiões, eles sem dúvida ocupavam o primeiro lugar na Alemanha e uma posição bastante distinta na Europa, mas, repito, não foi como imperadores e sim como monarcas. Se o Império existiu por um momento sob Carlos Magno, há muito tempo ele deixara de existir.

O poderio pontifício, que agora existia apenas como poder imperial, viu-se totalmente aniquilado no começo do século XVI pela resistência da República de Veneza ao Papa Paulo V. Este colocou aquela república em interdito e excomungou o Doge e o Senado. O interdito não foi publicado em

---

[234] Uma dessas rainhas, Joana de Nápoles, tendo desposado o infeliz André da Hungria, teve a crueldade de mandar estrangulá-lo em sua presença com um laço que ela mesma tecera. À notícia desse atentado, o Rei Luís da Hungria, irmão de André, formou um exército e rumou rapidamente para a Itália, para vingar a morte do irmão. Ele tomou o reino de Nápoles e, embora pudesse conservá-lo para si, entregou-o ao Papa, contentando-se em expulsar a rainha. Esse ato de clemência era grande demais. A Providência não o aprovou. Joana surpreendida algum tempo depois por seu filho adotivo, que o Papa Urbano VI fizera rei de Nápoles, foi asfixiada entre duas almofadas. A segunda dessas rainhas foi Elisabeth de Bósnia, mulher desse mesmo Luís de quem a Providência se serviu para punir o crime de Joana. Quando da morte desse príncipe, ocorrida em 1382, os Estados da Hungria primeiro escolheram sua filha Maria, que ainda não era núbil, e pouco depois escolheram por rei Carlos Durazzo, descendendo direto de um irmão de São Luís. Como essa escolha desagradou a Elisabeth, viúva de Luís e mãe de Maria, ela mandou assassinar diante de si o infeliz monarca. Esse execrável regicídio de tal forma revoltou os húngaros que, pouco depois, Elisabeth e Maria, viajando pela Baixa Hungria, foram presas por um senhor da Croácia. Este, julgando-se autorizado a vingar a morte do Rei, mandou processar as duas rainhas. Elisabeth, reconhecida como criminosa, foi afogada. Quanto a Maria, contentaram-se em mantê-la presa e não houve qualquer dificuldade em entregá-la ao imperador Sigismundo, que mostrara o desejo de desposá-la para reunir a Hungria aos seus outros Estados. Este senhor julgava ter feito apenas um ato de justiça, mas o Imperador, pensando de outra forma, mandou prendê-lo e condená-lo à morte como regicida. Essa ação, tendo sublevado toda a nobreza, provocou uma guerra civil das mais violentas. Os turcos, surgindo em meio a essas dissensões, derrotaram as tropas de Sigismundo e, surpreendendo-o, aprisionaram-no.

parte alguma e a excomunhão foi desprezada. O que houve de mais extraordinário nesse caso foi que Henrique IV, que agiu como mediador entre as duas potências, conseguiu reconciliá-las.

Nessa ocasião, viu-se como os tempos haviam mudado. Os Papas, sem força sobre a opinião e reduzidos a vãs cerimônias, tornaram-se então o que tanto se desejava que fossem. Mas também os Imperadores não desfrutavam de nenhum poder além do das suas forças reais, como se viu várias vezes, principalmente em 1740, quando Maria Teresa, rainha da Hungria e da Boêmia pelo testamento de seu pai, disputou o Império com Carlos VII, despojou-o do seu ducado da Baviera e teve a força para fazer eleger seu marido, Francisco I, para reinar em seu nome, como ela em seguida reinou em nome de seu filho, José II. Foi nessa ocasião que o poder imperial realmente se extinguiu, na pessoa de Carlos VII, e quando a eleição dos imperadores da Alemanha passou a ser mera formalidade.

Assim, como disse, a Espanha, tendo alcançado o apogeu da grandeza no século XVI, declinou rapidamente no século XVII e perdeu todo o poderio no XVIII. A corte de Felipe III não passava de um caos de intrigas, como a de Luís XIII. O Duque de Lerma reinou na Espanha sob o nome de seu senhor, como o Cardeal de Richelieu o fez na França, se bem que ao primeiro faltasse o mesmo gênio. O Duque de Olivares, que o sucedeu sob Felipe IV, foi a razão porque Portugal se separou mais uma vez da monarquia espanhola e todas as possessões dos portugueses nas Índias tornaram-se presa dos holandeses. A regência de Maria da Áustria e o fraco reinado de Carlos II completaram a perda.

Graças ao gênio de Henrique IV, a França viria a ter uma posição mais firme na Europa e renunciaria à política hesitante e fraca que fora obrigada a seguir desde Francisco I, quando esse monarca foi assassinado. Viu-se então como um único homem pode influir na sorte das nações. Tudo era harmonioso em sua administração; tudo foi discórdia sob a regência de sua viúva, Maria de Médicis. As facções adormecidas despertaram; a paz religiosa, restabelecida a duras penas, foi novamente perturbada; o povo, que vivia na abundância, recaiu na miséria. A guerra civil se reacendeu, os assassinatos recomeçaram e os preconceitos mais hediondos renasceram. O primeiro ministro da Regente, Concini, foi assassinado e seu cadáver, arrastado pelas ruas, foi estraçalhado pelos malfeitores que devoraram seu coração. Sua mulher, Galigai, foi queimada como feiticeira; o parlamento, ridículo instrumento das mais ridículas opiniões, proibiu, sob pena de morte, que se ensinasse qualquer coisa que fosse contrária à doutrina de Aristóteles. O rei Luís XIII, arrastado a contragosto para uma guerra funesta, nela só encontrou desastres; tudo tendia para sua ruína total quando o Cardeal de Richelieu, ingressando no conselho, julgou-se forte o bastante para sustentar o edifício prestes a ruir. E realmente o foi. Este homem, sobre quem se fala tanto mal quanto bem, teve muito de ambos, mas não merecia nem o excesso de culpa nem o excesso de louvores que lhe têm sido prodigalizados. Vagando num mar tempestuoso e sempre prestes a naufragar, seu mérito foi o de jamais ter duvidado de si mesmo. Tão dócil quanto violento, seus amigos foram seus instrumentos, e seus inimigos, as vítimas. Ele não modificou a política da França, que era ruim, mas instilou-lhe um seguimento e um vigor que lhe trouxeram êxito. Enquanto perseguia os protestantes na França, esmagando seu poder para sempre, ele aliou-se aos da Holanda e Alemanha e protegeu suas pretensões. Enquanto ultrajava, na França, a mãe e tutora de seu Rei, sua Rainha e benfeitora, ele se humilhava perante a rainha da Suécia e oferecia à Europa o espetáculo singular de um cardeal unindo-se a uma rainha protestante. Ele fortaleceu a realeza na França e deixou-a abalar-se na Inglaterra. Fundou a Academia Francesa e restringiu a liberdade de imprensa; pondo-se acima das opiniões, mandou queimar Urbano Grandier como feiticeiro. Por último, somente humilhando seu Rei é que ele conseguiu torná-lo poderoso; e tiranizando a França, conseguiu torná-la respeitável. Esse homem extraordinário morreu em 1642. A viúva de Henrique IV o precedera na morte em cinco meses, e Luís XIII o seguiu cinco meses depois. Tem-se perguntado qual dos três foi o mais infeliz. Se alguns prazeres do orgulho e da vingança apagam-se diante do ódio que se inspira e do

terror contínuo que se sente, é evidente que foi Richelieu, cujo funesto destino jamais lhe permitiu ir além do bem geral ou particular senão por caminhos perigosos ou sangrentos.

CAPITULO VIII

SITUAÇÃO DA FRANÇA SOB LUÍS XIV. SUA GRANDEZA. SEU DECLÍNIO, CAUSADO PELA SENHORA DE MAINTENON. REVOGAÇÃO DO ÉDITO DE NANTES. REFLEXÕES A RESPEITO. MINORIDADE DE LUÍS XV. NASCIMENTO DO FILOSOFÍSMO. A VONTADE TRIUNFA SOBRE O DESTINO. VOLTAIRE. ROUSSEAU. INFLUÊNCIA DESSES DOIS HOMENS.

Para a França, o reinado de Luís XIII foi um período de conspirações e suplícios. A minoridade de Luís XIV, um período de perturbações e anarquia. O Cardeal Mazarino, apenas uma cópia esmaecida de um caráter original cujos traços eram todos firmes e decididos. Não obstante, ele seguiu em meio às tempestades, mas apenas cedendo aos ventos contrários e bordejando sem cessar é que conseguiu chegar ao porto. Seu principal mérito foi conhecer a si mesmo e aos outros homens. Durante esse tempo, a nação francesa se policiava em meio às perturbações e aos embaraços do seu governo; por toda parte, ela se aproveitava da influência moral. Aquele que chamamos de **século de Luís XIV** teve início a contar do ministério do Cardeal de Richelieu, pela tragédia do **Cid**, que Corneille levou à cena em 1636. A poesia e as belas artes em geral haviam recebido grande impulso. Sem dúvida, o comercio estava muito longe de se rivalizar com o dos holandeses ou dos ingleses. A França não possuía colônias numerosas que pudessem despejar em seu seio o ouro e a prata da América ou as mercadorias preciosas da Ásia. Mas ela possuía um solo frutuoso, inesgotável numa plêiade de produtos de primeira necessidade e sempre pronto a responder aos cuidados do agricultor laborioso e paciente.[235]

Antes de Luís XIV, a França sem dúvida mostrara coragem, mas quase sempre uma coragem circunstancial que, revelando-se com a violência de um raio, resultava tão efêmera quanto este. A impetuosidade francesa se tornara proverbial. Luís XIV foi o primeiro a sofrear esta impetuosidade, moderá-la, dar-lhe constância, persistência e transformá-la, enfim, em verdadeira coragem. Esse príncipe foi o criador daquela virtude nacional da qual a França desde então tem dado tantas provas. Neste aspecto, ele foi realmente grande. Repeliu a insidiosa política de Richelieu e de Mazarino e saiu do caminho tenebroso em que todos os seus antecessores haviam soçobrado. Ele acreditava que a nação francesa era forte o bastante para ser verdadeira, e ele, poderoso o bastante para elevar-se acima das intrigas. Tudo o que fez no vigor da idade, fê-lo abertamente. No momento em que a Senhora de Maintenon obrigou-o a fugir de seu caráter, ensinando-o a dissimular, ele se perdeu. A dissimulação não podia aliar-se à majestade de seu gênio. Se o monarca tivesse tido um objetivo, um plano, conhecimentos mais amplos, apenas um ministro forte o bastante para apoiá-lo, ele teria mudado a face do mundo; mas tudo isso lhe faltava, Ele fazia guerra por gosto e conquistas por vaidade. Tinha ministros aduladores ou com idéias fracas. Os comentados Louvois e Colbert não estavam à altura do seu senhor. No máximo teriam servido como secretários de um primeiro ministro, se houvesse um. Somente seus generais eram notáveis, porque ele os inspirava. Quando deixou de inspirá-los, quando uma mulher friamente ambiciosa entorpeceu sua alma e cobriu com um véu de hipocrisia as formas elegantes de uma corte corrupta e arrogante, tudo mudou de aparência. A mentira tomou o lugar da verdade e tudo que era grande apequenou-se.

---

[235] Há muito se tem observado que, na França, é a agricultura a base da prosperidade nacional e quem fornece às fábricas seus elementos principais, e ao comércio a sua principal atividade. Nisso, esse Estado difere de muitos outros, principalmente da Inglaterra, onde o comércio, ao contrário, impulsiona a agricultura e fornece às fábricas a maior parte das suas matérias-primas, que traz de longe. Esta observação, que faço aqui de modo apenas superficial, será muitíssimo importante mais à frente, quando tratarmos daquele tipo de governo a que chamei de **Emporiocrático**, governo no qual o comércio predomina não apenas como parte integrante, mas também como poder político que dispõe de uma força armada e tem, no exterior, povos submetidos e escravos.

A França esteve bem próxima da ruína. O Rei, aliando-se àquela mulher profundamente ambiciosa, estragou o belo caráter que a natureza lhe dera; ele não mais seguia suas próprias inspirações e sim as de um espírito egoísta e falso que ele julgava ser firme e prudente. A revogação do Edito de Nantes, que esse espírito lhe sugeriu, foi a mais impolítica e intempestiva das medidas. Sua vida dividiu-se em duas partes: uma, afortunada e brilhante; a outra, tenebrosa e miserável. Foi inútil o Papa Inocêncio XI mandar rezar, em regozijo, um **Te Deum** em Roma: ele já não tinha forças para tirar o menor proveito daquele episódio, ainda que tivesse sido justo e sábio; e estava longe de sê-lo.

Quando Francisco I e os reis que o sucederam perseguiam os Protestantes, eles o faziam menos por seguirem Lutero ou Calvino do que como súditos rebeldes às suas leis. Essas leis haviam sido promulgadas contra eles e, ao infringi-las, expunham-se às suas penas. Assim, esses monarcas agiam dentro das suas prerrogativas e não se afastavam dos direitos da sua coroa. Porém, quando uma guerra civil eclodiu e os dois partidos se reconheceram legalmente, de início enfrentando-se com armas iguais e depois estipulando as condições de paz, essas condições, livremente aceitas por ambas as partes, uniram tanto os reis quanto os súditos, não mais sendo permitido a nenhum deles infringi-las sem cometer perjúrio. Eis a razão, praticamente ignorada, que faz uma grande diferença entre ações que parecem ser idênticas. É por não tê-la observado que autores, sob outros aspectos merecedores de estima, não sentiram com o massacre de São Bartolomeu todo o horror que este lhes deveria causar. Todos concordavam com os que diziam ser Francisco I o culpado; mas a posição não era a mesma. Francisco nada prometera; ao contrário, ameaçara. Já Carlos IX, lendo reconhecido o partido protestante ao assinar com ele um tratado de paz, tornava-se um perjuro ao violá-lo como fez. O Massacre de São Bartolomeu não foi, portanto, um ato real puramente criminoso, um golpe de estado; foi um assassinato execrável. De igual modo, o Édito de Nantes, sendo o efeito de um tratado de paz celebrado em 1576 e renovado em 1598, sua revogação não dependia de Luís XIV, a menos que esse príncipe quisesse declarar guerra aos seus súditos e, por conseguinte, autorizar sua rebelião. Esses dois atos, que não comparo no todo, embora mostrem sua ilegalidade, tiveram conseqüências análogas à sua criminalidade. Um aniquilou a casa de Valois; o outro, empanou a glória de Luís XIV e influenciou muito a prosperidade de sua família, que esse fato perturbou.

Esse monarca, não obstante as desgraças que o abateram ao final do seu reinado, e que praticamente tiveram origem na fonte fatal que acabo de mencionar, mesmo assim ainda teve forças para colocar seu neto no trono da Espanha. Mas esse acontecimento, que em outras circunstâncias teria sido bastante considerável, sobretudo se a França não tivesse deixado de ocupar o lugar que lhe cabia por direito à frente da civilização européia, limitou-se a pouca coisa, e por vezes tornou-se desvantajoso graças a certo pacto de família que, com freqüência, tornava a Espanha mais embaraçosa como aliada do que o teria sido como inimiga.

Após a morte de Luís XIV, todas as energias do governo, que o espírito da Senhora de Maintenon havia reprimido ao máximo, soltaram-se com intensidade contrária. O véu da hipocrisia no qual aquela mulher obrigara a corte e a cidade a se envolver rompeu-se com violência e tudo foi invadido por um desregramento audacioso que logo ignorou todos os limites. O Duque de Orleães, regente da França durante a minoridade de Luís XV, iludido pelos conselhos do Cardeal Dubois, a quem fizera seu primeiro ministro, entregou-se a todos os desvios de uma imaginação desregrada. Pressionado por necessidades financeiras, ele adotou o sistema de Law sobre o papel-moeda e ignorou os únicos limites que lhe poderiam assegurar o êxito. O povo, confiante e crédulo, entregou-se a esse sistema com inacreditável cegueira. As cédulas bancárias multiplicaram-se além de toda imaginação. Estabeleceu-se uma luta fatal entre o homem probo que nada tinha e o homem ignorante mas ávido que, tendo alguma coisa, arriscou-a para correr atrás de uma fortuna fictícia onde todas as possibilidades eram-lhe contrárias. Houve uma pérfida agiotagem cuja moral, já abalada, foi alvo de novo abalo. As fortunas, mudando bruscamente de mãos, motivaram uma desordem geral. A parte

mais baixa da nação, vendo-se repentinamente elevada a uma posição superior, deu à opinião um novo impulso que a perturbou.

Nessa época nasceu o filosofísmo do século XVIII, mistura incoerente de erudição pedante e de razão pura; instrumento destruidor, hábil em derrubar tudo e inapto para construir qualquer coisa, amigo das ruínas sobre as quais planeja com orgulho. Seu aparecimento foi obra e triunfo da Verdade. Assustado, o Destino busca inutilmente armas contra ele. O reinado da Senhora de Maintenon e do Regente não havia deixado nada intacto. A bula **Unigenitus** e o jansenismo, as pretensões intempestivas do Concilio de Embrun, as loucuras dos convulsionários apenas aumentaram o fantasma, dando-lhe a oportunidade de revelar suas costumeiras armas, o sarcasmo e o ridículo, e de obter triunfos fáceis sobre seus fracos adversários. O Destino cedeu.

Entretanto, Luís XV, ainda criança, entregue à imperícia de seus conselheiros, se desvia já nos primeiros passos. Todas as providências que o fazem tomar são contrárias às circunstâncias e ofendem igualmente os homens e as coisas. Em meio a uma corte incrédula e depravada, ele promulga um édito severo contra os protestantes e renova as perseguições contra eles. A Europa espantada pergunta-se inutilmente onde está o princípio desse excesso de zelo. A Suécia e a Prússia aproveitam-se dessa falha e atraem para si os melhores artesãos franceses. A aliança com a Espanha, pela qual Luís XIV prodigalizara tantos tesouros e tanto sangue, é abandonada; devolve-se, sem consideração, a Infante, cujo casamento com o rei é cancelado. Dão por esposa a esse príncipe a filha de um rei destronado. Essa aliança impolítica arrasta a França para uma guerra desastrosa que abala a Europa sem qualquer objetivo. A segunda guerra, na qual Luís XV entra como aliado do Duque da Baviera contra Maria Teresa, é igualmente funesta. Seu resultado aumenta a influência da Vontade e diminui a do Destino. A França é eclipsada. A Prússia apodera-se do domínio. A Vontade triunfa. O filosofísmo que ela dera à luz senta-se no trono com Frederico II.

Então, no seio de uma multidão de homens que se precipitam no turbilhão da Vontade para participar desse triunfo, dois deles sobressaem. Um, erudito universal, cético decidido, homem do mundo e cortesão probo, pondo em lugar da força e do brilho do conhecimento superficial das coisas a profundidade que lhe faltava, declara-se contra a Providência, cujo poder apenas suspeitado aflige seu orgulho, e dirige contra ela grande número de atletas mais ou menos fortes que seguem sua bandeira. O outro, raciocinador profundo, escritor brilhante, eloqüente até o entusiasmo, dotado de um gênio tão vigoroso quanto independente, lança-se, sem dar atenção ao perigo, contra o Destino que o deslocou no mundo e leva consigo todos os que podem inflamar o mesmo espírito paradoxal e o mesmo amor à liberdade. Voltaire e Rousseau, embora naturalmente inimigos e opostos em todos os outros pontos, não obstante são unânimes no seguinte: que a Vontade do homem é tudo. O primeiro declara a impostura e o erro de tudo o que emana direta ou indiretamente da Providência; o segundo, a usurpação e a tirania de tudo o que advém do Destino. O primeiro derruba o Aliar, nega aos Pontífices sua autoridade sacerdotal e não vê em toda religião senão um fantasma divino sentado sobre a liberdade ilimitada das consciências; o outro abala o trono, recusa aos reis o poder legislativo e proclama abertamente a soberania do povo, sobre a qual ele estabeleceu toda a estrutura social. Fontenelle precedera a Voltaire e Montesquieu escrevera antes de Rousseau. Mas os dois discípulos ultrapassaram em muito seus mestres, supondo-se que os tenham reconhecido como tais, porque o filosofísmo não os reconhecia.

Esses dois homens adquiriram fama universal. O poder da Vontade, que ambos promoviam, também os conduzia. Não parecia que alguém pudesse ser qualquer coisa fora da atividade de seu turbilhão. Tal era sua influencia que, embora declarassem formalmente que não se precisava de padres, reis, sacerdotes ou de nobreza, um número infinito de padres e nobres, de magistrados e reis, pôs-se ao nível de discípulos seus. Frederico dera o tom, dominava a opinião da elite. Como não ser o que ele era? Todos os príncipes protestantes foram filósofos; o Imperador José II foi filósofo; a própria Catarina II e, o mais espantoso, até o Papa Clemente XIV, foram filósofos. Todos foram

filósofos de um extremo a outro da Europa, excetuando-se os turcos que, entretanto, estavam sempre presentes para deter o impulso por demais petulante do princípio volitivo de onde emanava esse filosofísmo.

CAPITULO IX

CONTINUAÇÃO DA REVOLUÇÃO NA INGLATERRA. MOVIMENTO DA VONTADE NA AMÉRICA. SUA PROPAGAÇÃO NA FRANÇA

Enquanto ocorriam essas coisas, a Inglaterra, cuja revolução parecia detida pela volta de Carlos II, retornara para lá com a expulsão do rei James e com a indicação do príncipe de Orange, seu genro, sob o nome de Guilherme III. Este morrera sem deixar filhos, e Ana Stuart, sua cunhada e segunda filha daquele mesmo James, sucedeu-o sem a menor dificuldade e sem que o respeito paterno pudesse de alguma forma evitar sua usurpação; esta é a prova mais peremptória do triunfo da Vontade sobre o Destino. Após a morte daquela rainha, que as intrigas dos seus favoritos impeliam ora para a guerra, ora para a paz, conforme seus interesses e pelos meios mais mesquinhos,[236] o parlamento inglês, considerando-se competente para manifestar o voto da nação inglesa, chamou para o trono o eleitor de Hanover, que sentou-se nele em 1714 sob o nome de George I. Desde então, a Inglaterra tem sido uma emporiocracia real da qual o rei é o soberano honorário e o parlamento o verdadeiro senhor, ou, na falta deste, o ministério, que o subjuga ou corrompe. A Holanda, que o havia prevenido sobre essa espécie de governo, fora eclipsada e, obrigada a acompanhar um movimento mais forte que o seu, não passava de humilde satélite daquele astro marítimo cujo brilho cobriu os dois hemisférios.

Finalmente, porém, após cinqüenta ou sessenta anos de brilhante existência, aquele astro deveria sofrer um revés. Chega o momento em que a semente da liberdade, levada para a América pelos cuidados de Fox e Penn, após ter-se nutrido e desenvolvido na sombra, deve manifestar sua força e produzir seus frutos. Foi o que aconteceu em 1774, quando as colônias inglesas da América setentrional, a pretexto de alguns vexames que sua metrópole lhes causara, tomaram de repente a resolução de se libertarem do seu domínio. Um congresso geral, reunido para este fim na Filadélfia, confiou a Washington o comando dos exércitos insurrectos. Esse movimento, de início considerado pouco importante, mal chamou a atenção da Europa, que sequer desconfiava dos enormes resultados que dele adviriam, quando surgiu o ato de união pelos quais essas colônias declaravam-se independentes e constituíam-se em república sob o nome de **Estados Unidos**. Seria sem dúvida difícil conceber, sem tudo o que eu já disse a estranha vertigem que impediu que as potências européias vissem o perigo, para elas, contido naquele ato de união. Elas sem dúvida o teriam visto se a mesma força que o provocara não tivesse também causado sua cegueira. Mas tudo fora previamente preparado para favorecer o que viria. A França, recém saída de um reinado penoso no qual uma autoridade real exânime não mais podia fazer-se respeitar no exterior nem obedecer dentro de suas próprias fronteiras, entregue aos ministros de um Rei animado das melhores intenções, porém jovem e inexperiente, já não estava em condições de evitar a armadilha que lhe fora preparada. Ela viu, no movimento que ocorria na América, apenas um meio de enfraquecer a Inglaterra e diminuir sua preponderância na Europa. Luís XVI, cujo conselho lho apresentou sob este ponto de vista, não podia vê-lo de outra forma. Ele decidiu favorecê-lo e convenceu também a Espanha e a Holanda.

Graças a essa poderosa diversão e às tropas francesas que foram para a América, a liberdade triunfou naquela parte do mundo. O parlamento inglês foi obrigado a reconhecer a independência dos Estados Unidos, e fê-lo através de uma lei autêntica em 1782. Mas o abalo ocorrido na América se fizera sentir na Europa; a energia dos Insurrectos, sua bravura, sua dedicação à pátria, seu amor à

[236] Diz-se que a desgraça do famoso Marlborough, que conseguiu a paz com a França e salvou aquele reino, foi causada por um par de luvas.

liberdade, haviam-se tornado assuntos de todas as conversas; seus manifestos foram lidos e admirados; seus discursos na tribuna lembravam os que outrora ecoaram em Atenas e Roma, e que haviam deliciado a maioria dos letrados e estadistas em seus tempos de escola. Os soldados retornados da América trouxeram consigo as sementes da insubordinação e da discussão, semeando-as no exército. Os oficiais superiores, instrumentos de uma vontade rebelde de cuja ação não desconfiavam, admiradores de Washington ou de Franklin, estavam todos dispostos a imitá-los se a oportunidade se lhes apresentasse. E ela veio.

A terra na qual a Vontade do homem lançava essas sementes de revolução trazidas da América estava maravilhosamente preparada para recebê-las e fazê-las frutificar. Os filósofos céticos, à frente dos quais haviam estado Voltaire, Mirabeau pai, Diderot, Helvécio e toda a malta holbáquica, assim chamada por causa do Barão de Holbach, em cuja casa se reuniam; os filósofos políticos, entre os quais haviam dominado alternadamente Rousseau, o abade Mably, o abade Raynal e alguns outros, haviam, todos juntos, agitado os espíritos de diferentes maneiras, preparando-os para fermentar. Suas opiniões, de algum modo opostas, deixaram nas cabeças que as recebiam, as principais e mais fortes cabeças da Europa, duas idéias claras e fixas, que se resumiam no seguinte: era possível passar sem o governo de padres e reis, e que o altar e o trono eram invenções da fraude e da tirania, bons para épocas de ignorância e fraqueza, mas que podiam ser derrubados sem receio e relegados aos velhos guarda-móveis do fanatismo e do despotismo em épocas de sabedoria e de força, quando as luzes, tendo alcançado seu mais alto grau, não mais permitiam que eles fossem mantidos.

Essas duas idéias, cultivadas, sobretudo na França, passaram para a Prússia, propagando-se dali para o resto da Alemanha. Weishaupt se apoderou delas e, como disse no começo desta obra, viu em sua unificação a realização da famosa idade de ouro descrita pelos poetas. Cheio daquele sonho fantástico, ele imaginou uma Utopia à sua moda, na qual pretendia fazer de todos os homens, sem exceção, seus próprios soberanos e pontífices. Sua doutrina, à qual se deu o nome de **Iluminismo**, progrediu rapidamente e, misturando-se aos mistérios perdidos dos maçons, retornou à França, onde lançou novo fermento aos espíritos já efervescentes.

Algumas dificuldades nas finanças, algumas intrigas da corte, algumas faltas do ministério haviam agitado a França, indisposto o parlamento e obrigado o rei Luís XVI a tomar algumas providencias rigorosas que seu caráter, facilmente cediço, não conseguira manter direito. Mas é preciso conhecer muito pouco as coisas e os homens para acreditar que motivos tão fracos tivessem determinado uma subversão tão violenta e completa como a que ocorreu, se esta subversão não tivesse sido o efeito de um movimento moral há muito preparado. Esse movimento dependeu inteiramente da Vontade livre do homem, agindo, na ausência da Providência, sobre a necessidade do Destino, a quem sobrepujou como uma torrente que transborda e derruba seus diques, rasga suas margens, arranca, quebra, arrasta tudo o que lhe resiste e finalmente corre repleta de escombros, pelos campos devastados. Esse movimento foi, na política, o que o cisma de Lutero fora no culto havia menos de três séculos. Como tive o cuidado de dizer, ele teve a mesma causa e foi um dos resultados do combate há muito travado entre a liberdade e a necessidade, entre a Vontade do homem e o Destino.

Não entrarei nos detalhes dessa terrível subversão, que tem sido chamada pelo nome mais restrito de **Revolução**. Esses detalhes estão por demais presentes, são por demais conhecidos da maioria dos meus contemporâneos para que me atreva a resumi-los. As menores ocorrências deixaram traços muito fortes na memória dos sobreviventes para que se possa podar uma parte e escolher outra. Numa narrativa como esta, é preciso dizer tudo ou nada dizer. Sobre o assunto existem várias obras boas, entre as quais a da Senhora de Stäel é sem dúvida uma das maiores. Essa mulher notável, dotada de rara sensibilidade e de um vigor de pensamento realmente notável, deixou pouco a desejar

na descrição dos acontecimentos. É verdade que ela ignorou as causas metafísicas, que desvendo de maneira geral, mas, na época em que escreveu, sua ignorância era inevitável.[237]

CAPITULO X

SUPRESSÃO DOS JESUÍTAS. SITUAÇÃO DOS ESPÍRITOS À ÉPOCA DA REVOLUÇÃO FRANCESA. ASCENSÃO DE BONAPARTE

Observem essa coincidência singular. No momento em que os primeiros sintomas da revolução se manifestavam na América, e quando a Vontade, prestes a provocar uma explosão na Europa, criava nesta vigorosos defensores na pessoa de filósofos céticos e políticos, o Destino perdia seus apoios mais firmes. Os Jesuítas não mais existiam. Essa instituição formidável, desgastada pelo movimento do século, se desmoronara quase que sem resistência. Este é um dos maiores fenômenos que apareceram no horizonte religioso e político e praticamente não chamou atenção. Quem teria acreditado! O Parlamento de Paris declarou-se contra eles. A França, Espanha, Portugal, o Papa! O próprio Papa os proscreveu. Parecia que a ação volitiva que se manifestava arrastava em seu turbilhão até o próprio Destino, obrigado a seguir o impulso mágico que ela aplicava a tudo. Essa ação talvez jamais se tivesse desenvolvido com tal energia. Um verdadeiro frenesi se apossara dos espíritos. Se a religião ainda se refugiava em algumas cabeças sacerdotais, taxavam-na de fraqueza e cegueira. Os Parlamentos ter-se-iam envergonhado de se mostrarem realistas. Era de bom tom que se opusessem à corte em tudo. A própria nobreza zombava dos preconceitos que a constituíam. O ministério, cheio de uma presunção pueril, acreditando ainda dirigir a opinião, quando era por esta dirigido, glorificava-se tolamente dos seus sucessos na América, quando esses mesmos sucessos deveriam perdê-lo. Por último, não havia quase nada de religioso na religião, nem de verdadeiramente realista na realeza. Quando, novamente chamados pela reflexão, o sentimento religioso e o realismo quiseram reaparecer, o momento já passara. A necessidade do Destino, vencida pela força da Vontade, deixara que os acontecimentos se desenrolassem com tal rapidez que os defensores do altar e do trono, sempre atrás das circunstâncias, só se apresentavam na arena para se deixarem esmagar.

Os que testemunharam esses acontecimentos deploráveis e que se lembram da rapidez com que se sucediam, devem ainda tremer de terror. Além disso, não creiam que aqueles tenham sido tempos comuns: o destino de qualquer pessoa, fosse quem fosse, não podia resistir ao movimento violento que arrastava todas as coisas. Nenhuma posição era forte o bastante, nenhuma conseqüência era irresistível o bastante, nenhuma prudência, nenhuma previsão era ampla o bastante. Tudo se curvava diante do terrível poder que se movia. A Providência, ausente, desconhecida ou oculta, somente agia através de leis por demais universais para serem sentidas. O Destino não era nada. A Vontade era tudo. Acompanhemos por um momento o seu desenvolvimento.

Mal os Estados Gerais se reuniram em Versalhes no começo de Maio, os deputados das comunas, então chamados **Terceiros Estados**, passaram, a partir de Junho, a dominar a nobreza e o clero. A autoridade real que quis opor-se a isto apenas deu à torrente mais impetuosidade e precipitou a famosa Declaração dos Direitos do Homem que, imitando a dos Estados Unidos da América, consagra a insurreição. No mês de Julho, a insurreição explode. Paris se subleva; o castelo da Bastilha é conquistado num instante e seu diretor, decapitado.[238] Vários magistrados do povo que queriam opor-se ao tumulto foram massacrados. A França imita Paris. À voz de Mirabeau, ela se

---

[237] Talvez um dia, e em outra obra, eu diga o que vi da revolução e como ela me afetou pessoalmente. Mas não é este o lugar ou o momento. Durante todo o tormento revolucionário e por mais de trinta anos, quase não saí de Paris. Despercebido em meio aos partidos, eu os observei bem de perto, sem jamais ofendê-los ou ser por eles ofendido. Somente Bonaparte me tem perseguido, por razões particulares que mais tarde revelarei.

[238] O Grande Condado cercara inutilmente durante três semanas aquele mesmo forte que homens sem chefe e quase sem armas conquistaram em duas horas.

eriça de guardas nacionais. As pessoas armam-se por toda parte. Três milhões de soldados parecem sair da terra, como os guerreiros de Cadmo e, como estes, destinados a se destruírem mutuamente. No mês de Agosto, a frágil barreira que ainda envolvia o trono é derrubada. A própria nobreza arranca seus títulos e os pisoteia. Mas isto é inútil. No mês de Setembro, a Assembléia Nacional, assustada com o precipício onde se sente lançada, quer voltar atrás decretando a inviolabilidade da pessoa do Rei. Essa inviolabilidade ilusória é violada a 6 de Outubro.

Uma multidão de mulheres furiosas inunda o palácio de Versalhes. Alguns bandidos que as acompanham decapitam os guardas e tocam com as mãos sujas de sangue o Monarca e sua família. Arrastam-no até Paris e obrigam-no a aprovar atos que aviltam o trono e derrubam o altar. Ele comete a fraqueza de subscrevê-los. Antes do fim do ano, os bens do clero são declarados patrimônio da nação e a própria nação é inundada por uma avalanche de papel-moeda que, aumentando numa progressão espantosa, muda de mãos as fortunas e causa uma desordem semelhante à que já sentira com o sistema de Law, porem mais radical e mais vasta.

O ano de 1790 se inicia com a perseguição dos padres que se recusam a prestar juramento sobre uma nova constituição que o Papa não reconhece, e com a instituição do famoso clube dos Jacobinos. De um lado, rouba-se ao Destino seus últimos recursos e, do outro, dá-se à arbitrariedade da Vontade um campo ilimitado. Mais de quatrocentos mil franceses, reunidos em Paris vindos de todos os pontos da França, unem-se sob os mesmos juramentos. Aquele dia foi grande em sua inconcebível nulidade! Se a Providência tivesse estado presente, acredito que nada no Universo ter-se-ia igualado em magnificência. Em 1791, as perseguições contra os padres refratários aumentam de intensidade; a nobreza emigra; as potências estrangeiras começam a voltar os olhos para a França e parecem inquietar-se com as conseqüências da lula que vêem ocorrer ali. Essas conseqüências não eram mais duvidosas. A Assembléia Nacional, todo-poderosa na opinião, declara que cabe somente a ela o direito de se renovar e que o Rei não tem o direito de dissolvê-la. O Rei, a quem esse ato arranca a coroa, lenta, tarde demais, conservá-la fugindo; ele é preso antes que saia do reino e vê-se obrigado a aceitar a sombra do poder que desejam deixar-lhe, na forma de uma constituição que seus redatores julgavam imortal, mas que não durou dez meses.

O trono desmorona a 10 de Agosto de 1792, aparentemente sob os golpes de um punhado de facciosos, mas na realidade sob o esforço da Vontade popular que, provada do exterior por manifestos insultantes, irrita-se, arde por vingança, recorre à guerra e, não encontrando nada para atacar de imediato, ataca tudo o que encontra sob seus golpes, tudo o que julga estar de acordo com seus inimigos. Do palácio dos reis, que acaba de ensangüentar, ela joga os funestos instrumentos das suas devastações nas prisões abarrotadas das suas infelizes vítimas e ordena seu massacre. Uma Convenção Nacional substitui a assembléia legislativa e proclama a República sobre montes de ruínas, enquanto o sangue dos inocentes ainda fumega ao seu redor. Tudo o que a Providência tem de santo e sagrado, tudo o que o Destino tem de augusto e imponente, é pisoteado. Essa Convenção, um colosso político, uma reunião informe de elementos os mais opostos, ultraja desde o começo o sacerdócio, na pessoa do Sumo Pontífice, a quem não reconhece,[239] e a realeza, na pessoa do seu próprio monarca, a quem humilha. Esquecendo-se de que a pessoa desse monarca fora declarada inviolável por uma lei não revogada, ela ousa mandar ao tribunal o infeliz Luís XVI, submetendo-o a um interrogatório jurídico. Esse príncipe, indignado, deveria recusar esse tribunal iníquo e intimá-lo, por sua vez, a lhe dizer por que direito os súditos rebeldes ousavam arvorar-se em juizes de seu Rei. Ele não teve força para fazer isso e foi condenado. Se o tivesse feito, se tivesse recusado seus juizes, a Convenção talvez tivesse podido recusar o argumento, mas sua sentença teria sido um assassinato, e as conseqüências, muito diferentes. Esse príncipe acabou por entregar o Destino ao poder da Vontade. Todos os soberanos da Europa uniram-se contra a França, inutilmente. Nada mais podia deter a torrente devastadora que, tendo derrubado seus últimos diques, erguia ondas

[239] Tendo de escrever ao Papa sobre algumas perseguições que os artistas franceses haviam sofrido em Roma, o governo da República dá-lhe apenas o título de **Bispo de Roma**.

ameaçadoras sobre todos os obstáculos e rolava sobre todas as cabeças que sua massa enorme obrigava a curvar.

A força das armas não podia fazer mais nada. Quando um dos três grandes poderes do Universo domina sozinho os outros dois, não existe nenhum meio externo que possa deter seu avanço. Ele chegaria com seu próprio movimento ao domínio do mundo, e do domínio deste ao do Universo, se não trouxesse dentro de si um germe de destruição que detém seu progresso. Esse germe se desenvolve mais cedo ou mais tarde, porém sempre de maneira irresistível, como conseqüência das leis universais emanadas da Sabedoria Divina. As forças externas que normalmente se emprega partem-se todas; a própria morte não tem poderes e nada pode contra a Vontade. Os homens morrem, os instrumentos mudam de lugar, mas o pensamento que os move permanece imortal e incontestável. Existem mesmo casos em que a morte é o mais poderoso dos veículos. Se houvesse somente a força das armas para fazer oposição ao movimento que se desencadeara na França, a subversão que a acompanharia teria sido geral e a Europa e toda a Terra, encharcadas de sangue, após sofrerem durante vários séculos todos os flagelos que a França sofreu em apenas alguns meses, teriam encontrado a idade da sua total destruição em lugar da idade de ouro que uma Vontade cega lhes prometia. Mas para que isso acontecesse era preciso que essa Vontade não se dividisse, o que era impossível pelas razões que já apresentei. Portanto, ela se dividiu na mesma proporção em que sua ação era mais violenta.

De início, a Convenção, dividida em duas facções, a da Gironda e a da Montanha, se chocam e se destroem. A Gironda é sacrificada e seus partidários morrem no cadafalso. Começa então, a 31 de Maio de 1793, a formidável época a que chamamos de reinado do terror, cujo chefe é Robespierre. O sangue corre em caudais pelo interior, onde a fome mais terrível devora os habitantes, enquanto a Vitória impele para frente o colosso republicano. A guerra é total. A Europa é devastada pelos mais numerosos exércitos que já se vira reunidos. Tudo cede ante seus esforços. A França cobre-se de uma glória imensa que, infelizmente privada de princípio, não deve levar a resultado algum. A Convenção, já dividida, divide-se novamente. A facção da Montanha, triunfante há quinze anos, se abate sobre si mesma em 1794. Robespierre e seus acólitos são esmagados sob seus escombros. Após essa época memorável do 9 termidor, o colosso se agita em grandes convulsões. Nos dias do prairial de 1795, uma nova divisão conduz à abolição do clube dos Jacobinos e à supressão do tribunal revolucionário. A violência do movimento diminui sensivelmente e vários tratados de paz são celebrados. O governo francês, até então amorfo, adquire uma forma, a da República de Cartago, que a Convenção apresenta como invenção nova, tirando-lhe, não obstante, os únicos atributos que lhe davam força: a estátua de Moloc e a escravidão dos númidas. Os legisladores populares, ainda divididos entre si, dividem o povo. Paris toma partido contra eles. As quarenta e oito seções dessa capital se insurgem e lançam contra a Convenção mais de cinqüenta mil homens decididos a destruí-la. Aparece então no palco do mundo um homem fatídico, igualmente dotado de vontade forte e de um rígido destino. Esse homem, chamado **Napoleão Bonaparte**, salva a Convenção, que estaria perdida sem ele e, no dia 13 do Vendemiário, inicia a primeira reunião da Vontade como Destino e opera a primeira submissão da liberdade à necessidade.

O ano de 1796 é memorável por ter presenciado a urdidura daquele nó temível; ele é igualmente famoso pela campanha de Bonaparte na Itália, onde o número e a rapidez das suas vitórias espantam uma Europa acostumada aos triunfos dos franceses. A partir de 1797 celebra-se a paz com todos os potentados do continente. Somente a Inglaterra permanece em guerra, e devia ser assim porque desde então ela se tornara rival e êmula da França, visando ao mesmo objetivo. O Diretório (assim se chamava na França o governo republicano), composto de cinco diretores e de um corpo legislativo dividido em duas câmaras, transformado em centro do movimento volitivo, continuou acompanhando as oportunidades desse movimento e, sempre dividido na opinião, ataca a si mesmo, mutila-se e se enfraquece no dia 18 fructidor. Hábil em secundar esse erro, Bonaparte se aproveita dele. Vendo que esses políticos ignorantes não compreendiam nem um pouco a sua posição, que

ainda julgavam ser produto da sua própria força quando na verdade o era da de Bonaparte, decide afastar-se, abandonando-os à própria nulidade. Vai para o Egito com quarenta mil homens, fazendo de início uma conquista inútil,[240] e, enquanto prossegue a guerra na África e na Ásia, alternando êxitos e reveses, o que ele previra acontece na França. Tudo ali se desorganiza, as vantagens adquiridas perdem-se, as fronteiras são invadidas e o corpo legislativo em luta contra o Diretório ataca-o e o destrói, sem saber o que porá em seu lugar. Bonaparte abandona repentinamente seu exército no Egito, cruza os mares e reaparece inopinadamente na França, onde provoca uma revolução que o coloca à frente do governo francês com o título de primeiro-cônsul. Os dois outros cônsules, a quem ele considera seus colegas, e o senado, supostamente conservador, o tribunal discutindo e o corpo legislativo mudo, com os quais se envolve, estão ali apenas para amparar seu poder nascente e velar por sua marcha.

Assim, com o século XVIII termina o movimento volitivo cujo princípio motor, vindo da América vinte anos antes, começara por manifestar-se abertamente em 1789. Bonaparte, homem fatídico, como disse, dotado de enorme força de centralização, julgou-se bastante poderoso para se tornar seu senhor, precipitando-se em seu turbilhão. E, após tê-lo conquistado, julgou-se afortunado o bastante para uni-lo ao seu destino. Ele trabalhou durante doze anos nessa grande obra, demonstrando um caráter obstinado e talentos militares e administrativos de notável distinção. Não afastou o crime de sua carreira militar, nem tampouco recorreu a ele. Foi duro sem ser cruel e astucioso sem ser pérfido. Prestes a dominar a Europa e, com sua primeira mulher ainda viva, conseguindo casar-se com a filha do imperador da Alemanha, o sucessor de Carlos Magno e de Augusto, julgou ter chegado ao almejado objetivo, mas enganava-se. Ele conhecia muito bem o seu destino e depositou no que chamava de **sua estrela** uma confiança ilimitada. Mas ele não conhecia nem a natureza do movimento do qual se apoderara nem a do nó que decidira dar. A liberdade e a necessidade que ele queria reunir eram incompatíveis em sua essência. Elas jamais poderiam confundir-se exceto a favor de um terceiro poder, que se chama Providência. Napoleão jamais a conheceu e jamais procurou conhecê-la.

CAPÍTULO XI

QUEM ERA NAPOLEÃO BONAPARTE SUA QUEDA. RESTAURAÇÃO DA FAMÍLIA DOS BOURBONS

Bonaparte não estava apto a restituir a paz ao Mundo, há muitos séculos perturbado pela luta incessantemente renovada entre a Necessidade e a Liberdade, a Vontade do homem e o Destino. Vou repeti-lo aqui, sem que entre em meu pensamento qualquer animosidade que a lembrança de suas perseguições contra mim possa provocar; neste momento sou historiador e devo tudo esquecer para dizer a verdade.[241] Napoleão era apenas a expressão de uma tirania militar; além disso, sua autoridade era completa somente onde seus exércitos podiam mover-se e onde estes tinham peso. Ele precisava de grandes espaços para desenvolver suas forças, e onde seus soldados não podiam penetrar sem poder não tinha energia e era praticamente insignificante. Ele às vezes tem sido comparado a Robespierre, mas sem razão: eles eram exatamente opostos. Robespierre, homem volitivo, sem lucidez, lendo toda a sua força no instinto, deve ser visto como a expressão de uma tirania popular cujas ações se refletiam nos menores comitês revolucionários; fora deles não havia opinião pública; os que tinham a infelicidade de confiar nele estavam perdidos. Quanto mais limitado o espaço, mais forte ele era. Nos grandes espaços, nada podia fazer. Além disso, esse tirano subalterno caiu quando, aumentando o círculo da sua autoridade, ele quis movimentar grandes massas. O contrário aconteceu com Napoleão, homem fatídico, dominado pela opinião que criou

[240] Já disse, e repito, que o destino da África e da Ásia está em Constantinopla.

[241] O que se segue é em parte copiado de outra de minhas obras, intitulada **Noções sobre o Sentido da Audição**. O quadro que pintei de Napoleão cabe melhor aqui. Esse quadro é apenas um esboço. Para conhecer perfeitamente esse homem extraordinário é preciso ler o que dele disse a Senhora de Stäel. Ninguém o conheceu melhor que ela, nem o pintou com mais força e mais veracidade.

sobre si mesmo e que sabia inspirar nos outros; muito poderoso na parte anímica do seu ser, fraco em todo o resto, sua cabeça, metade luz e metade obscuridade, espantava pela vivacidade e pelo brilho de certas faculdades enquanto outras, sempre mergulhadas num nevoeiro tenebroso, permaneciam inertes e, pela sua pequenez e imobilidade, escapavam aos olhares. Enquanto a vitória seguiu seus passos e o sucesso ampliou cada vez mais seus horizontes, seu ser moral se dilatou na mesma proporção. Mas quando os reveses chegaram, e à medida que o espaço se contraía ao seu redor, ele sentiu diminuírem suas forças; esse colosso parou de respirar quando a atmosfera da Europa lhe faltou.

Tendo alcançado, em 1811 e 1812, o apogeu da sua grandeza fatídica, ele sentia por uma inspiração intuitiva que nem tudo fora feito. Seus cortesãos e seus aduladores tinham-lhe dito que seu império estava apoiado em bases inabaláveis e que, repousando sobre seus troféus, ele podia contemplar do seu píncaro a imensidão da sua obra; ele não acreditava em nada disso. Sempre via um obstáculo a ser vencido e este, sempre erguido em seu pensamento, o obsedava eternamente. Cansado de procurá-lo sem jamais vê-lo onde realmente se encontrava, acabou por vê-lo onde não eslava. Convenceu-se de que a Rússia era esse obstáculo terrível que perturbava seu repouso e, como tornara público, encontraria as chaves de Londres no Kremlin de Moscou. Para este fim, ele agitou toda a Europa e, à frente de um imenso exército, tentou contra aquele império a empreitada que foi sua perdição. Nesse momento, tudo se limitava a isso: seu destino, ignorando os perigos, iria chocar-se com outro destino mais forte, que o destruiu. O que ele fez depois foi inútil; mesmo sua famosa fuga da Ilha de Elba. O violento esforço ocorrido naquele momento foi um ato de desespero. Ele sentia claramente dentro de si, durante seu reinado de cem dias, que estava deslocado, que sua estrela não mais dominava a França, que seu destino estava enfraquecido e que, se tivesse conseguido despertar aquela terrível vontade de 1793 que ele apaziguara, em lugar de arrastá-la em seu turbilhão, ela é o que o teria arrastado no dela.

Esse momento de exaltação serviu apenas para aumentar sua queda. Em 1814, fora vencido pelos elementos, conspirados contra ele em favor dos russos; em 1815, ele o foi pelos ingleses, apoiados pelos prussianos. Soberano da Ilha de Elba, tornou-se prisioneiro da de Santa Helena. Tem-se falado de traições, tanto nos muros de Paris como nos campos de Waterloo; não houve traições, houve inferioridade de destino. Tudo o que lhe fora favorável até então se lhe tornara contrário; suas mais sensatas precauções não tiveram efeito e suas menores faltas configuraram tolices enormes.

Entretanto, esse mesmo Destino que abandonava Napoleão, favorecia a França devolvendo-lhe a família dos seus reis, os descendentes de São Luís e de Henrique IV. os legítimos donos da coroa de Hughes Capet. Tudo parecia retornar à antiga ordem das coisas, embora fosse difícil que tal ocorresse porque, depois de vinte e cinco anos, os tempos haviam passado e a Vontade do homem, arrastada num movimento irresistível, desunira até às bases as instituições cuja reedificação era impossível. O rei Luís XVIII o sentiu com justa sagacidade e julgou conveniente dar à França um governo monárquico representativo, no qual um monarca inviolável, auxiliado por um ministério responsável, propusesse a lei a um corpo legislativo composto de uma câmara de pares hereditários e de uma câmara de deputados dos municípios, eleitos por um colégio eleitoral. Essa forma de governo, consagrada por uma Constituição solenemente outorgada à Nação, ainda hoje rege a França.

Submetido, como todos os franceses, à lei que dela emana, e pronto a obedecer religiosamente às suas menores injunções, minha intenção não é examinar em particular essa constituição do meu país, para apontar suas faltas, se as contém, nem as vantagens que se possa nela encontrar. Quero, por me ser permitido, erguer-me a considerações mais altas e mais gerais e, após ter traçado com mão segura os principais acontecimentos relativos ao Estado social do homem ocorridos no mundo num período de mais de doze mil anos, após tê-los encadeado todos à ação simultânea dos três grandes poderes que regem o Universo, — a Providência, a Vontade do homem e o Destino — e

após ter mostrado as suas causas e resultados, na medida do possível, quero, repito, mostrar a qual desses três poderes estão mais particularmente ligadas as diversas formas de governo que os diferentes povos da Terra adotaram, adotam ou podem adotar, e que relações existem entre essas formas constitucionais políticas do Corpo Social com as formas constitucionais metafísicas do Homem. Espero que o leitor, após ter acompanhado através de muitos séculos as diferentes fases do Estado Social, e ter ido das causas aos efeitos com um encadeamento de provas físicas e metafísicas que sem dúvida não terão escapado à sua sagacidade, queira acompanhar atentamente o corolário que apresentarei à sua meditação, para dele retirar, para o futuro, induções úteis e conclusões lógicas sobre o que pode ou não pode ser.

CAPÍTULO XII

RECAPITULAÇÃO

Acabamos de ver, neste Livro, os últimos resultados da luta travada entre a Liberdade e a Necessidade, a força da Vontade e a fatalidade do Destino. A história da Terra não oferece exemplo de uma explosão tão violenta, de uma subversão tão completa como aquelas para as quais a França serviu de teatro e cujos contragolpes foram sentidos pela Europa e pelo mundo inteiro. Após uma vitória que se acreditava absoluta, aquela soberba Vontade, que já julgava ter alcançado o apogeu dos seus desejos, caindo numa armadilha tão astuta e vigorosamente preparada, viu-se arrastada num turbilhão fatídico que ela de início confundiu com o seu e que a colocou sob o jugo do Destino, a quem ela destruíra com violência. Para adular seu orgulho decepcionado, disseram-lhe que esse jogo era o seu próprio e ela fingiu crê-lo para poupar-se o direito de dispor dele. Que ninguém se engane; a luta não terminou: somente a Providência pode dar-lhe fim. Tudo o que os homens podem fazer, quer se consagrem ao Destino ou sigam os impulsos da Vontade, limita-se ao seguinte: entregar-se aos repousos mais prolongados e aos combates menos rigorosos. As intenções de quase todos os homens são puras; todos querem o mesmo objetivo, ainda que por meios opostos. A felicidade geral, na qual se encontra necessariamente a felicidade particular, é o objetivo dos seus desejos. Uns vêem-na somente no exercício de uma vontade livre; outros, na estabilidade da ordem estabelecida. Alguns buscam um estado intermediário, igualmente mesclado de movimento volitivo e de repouso fatídico, de progressão e estabilidade, de liberdade e necessidade. É a grande obra política. Embora eu por certo esteja convencido de que essa grande obra é impossível fora da Providência que a proporciona, não obstante, após ter falado dos governos simples, não deixarei de examinar a maneira como esses governos podem modificar-se, misturando-se entre si, e procurarei mostrar qual é a provável esperança, boa ou má, que se pode conceber das suas diferentes modificações. Nesse exame não temerei abordar a difícil questão que mencionei: a de saber se o governo monárquico e o republicano podem aliar-se na ausência do teocrático; e se essa aliança é possível, qual é o impulso político que se lhe poderia aplicar numa Monarquia constitucional. Os homens volitivos e fatídicos, a quem hoje chamamos de **Liberais** e **Realistas**, ocupados na busca desse impulso, conhecerão o meu pensamento a respeito e o julgarão.

FIM DO LIVRO SEXTO

LIVRO SÉTIMO

Disse antecipadamente, no último Capítulo do Livro anterior, o que farei neste. Resta-me apenas desenvolver meus pensamentos.

CAPÍTULO PRIMEIRO

DA INFLUÊNCIA POLÍTICA DOS TRÊS GRANDES PODERES DO UNIVERSO SOBRE OS HOMENS E OS GOVERNOS

No momento em que escrevo, o homem chegou a uma das épocas mais importantes do Estado social quando, dependendo do partido que tomar, uma longa seqüência de prosperidades ou de infortúnios será decidida para ele. Nenhuma das suas tentativas lhe é indiferente. Atualmente ele está, por assim dizer, por demais idoso em sua civilização para que suas faltas não lhe sejam mais computadas. A experiência deve tê-lo instruído e, após as violentas revoluções que ele tem sofrido em apenas oito séculos, não lhe é mais permitido dizer que ele ignora totalmente a essência das coisas e que não pode distinguir o bem do mal. Lamenta-se quando uma criança queima o dedo na chama de uma vela ou fere o braço quando quer passá-lo por um painel de vidro, mas um adolescente que cometesse coisas tão estúpidas causaria risos de pena. Há uma idade na qual a criança usa um gorro protetor na cabeça, em que é tutelada, em que é protegida por grades nas janelas e nas lareiras; mas quando ela cresce, livram-na desses entraves frívolos, que não só se tornariam ridículos mas também incômodos e prejudiciais.

Homens, não sede mais como crianças, conhecei a amplitude de vossas forças e a natureza de vossos objetos e, deixando de cair em desvios pueris, não mais estendei a mão para alcançar a Lua, não vos emocioneis com a narrativa de um conto da literatura açucarada. Acabo de vos desvendar os anais da Terra e crede que não foi sem algumas razões que o fiz. Sei muito bem que podeis duvidar da maioria das coisas que disse, mas examinai seu encadeamento e não vos apresseis em falar. Sois chamados a altos e nobres destinos, por que temeríeis em cumpri-los? O Império de Ram do qual vos falei parece-vos uma visão. Não podeis imaginar que houve uma época em que toda a Terra e todos os homens que a habitavam formavam uma única e mesma nação, falando a mesma língua, lendo as mesmas leis, os mesmos costumes, submetidos ao mesmo governo sacerdotal e real, adotando o mesmo deus e respeitando o mesmo Príncipe. Contudo, isto é verdade. Sc não fosse assim, como explicaríeis a existência de uma língua primitiva, cujos restos espalhados por mil diferentes idiomas têm causado a admiração de todos os filólogos? Como compreenderíeis as espantosas relações da numeração decimal, da mensuração duodecimal, da classificação das estrelas por asterismos? Vamos, deixai vossas cavernas góticas, pois foi assim que Bacon chamou os preconceitos, e vede que não só não há nada de impossível no que vos contei, mas também que não há nada tão natural. Por que deveriam os homens viver incessantemente isolados e cercados, sempre desconfiados, sempre em guerra entre si? Não há, no fundo dos seus corações, um sentimento universal de benevolência que os aproxima? Não duvideis disso. O homem é um ser universal, cosmopolita em essência. Ele só se isola degradando-se. Há sem dúvida uma grande distância entre o amor de uma cabana e o do Universo, mas o sentimento é o mesmo. A diferença está apenas na amplitude. É transferindo esse sentimento de uma cabana para um lugarejo, de um lugarejo para uma cidade, de uma cidade para um Estado, de um Estado para um Império e de um Império para o Universo que o homem, de início centrado em si mesmo, amplia-se, engrandece-se, universaliza-se.

Rousseau achava que o sentimento assim ampliado perdia sua intensidade. Ele estava enganado, nisso como em muitas outras coisas. Ele confundiu o amor pela terra natal com o amor à pátria. A terra natal se apóia num ponto, a pátria está em toda parte onde a alma pode exercer toda a sua atividade. Existe, entre o efeito desses dois amores, a mesma diferença que existe entre a nostalgia e o entusiasmo nacional. Este último torna-se tanto mais ativo quanto maior a nação; a nostalgia torna-se tanto mais profunda quanto menor o país. Certo filósofo grego, acusado de não amar o bastante a sua pátria, respondeu, olhando para o céu: "Estais enganados, eu a amo infinitamente".Esse filósofo ampliava sua pátria para além das coisas visíveis. Talvez não falasse tão bem quando Demóstenes ou Cícero em praça pública, mas teria agido melhor que esses dois oradores em Queronéia e na Sicília. Sócrates não subiu uma única vez na tribuna para discursar sobre assuntos políticos, como ele próprio disse, mas recusou-se, com o risco da própria vida, a obedecer as ordens dos trinta tiranos que oprimiam Atenas e morreu para não infringir suas leis.

Sócrates e o filósofo que mencionei acima eram homens providenciais; Demóstenes era um homem volitivo, como Cícero; e Felipe da Macedônia, e César, o ditador de Roma, eram homens fatídicos. Considerados como membros de uma sociedade política, os homens que são alguma coisa podem ser colocados numa dessas três classes e, segundo seu maior ou menor entusiasmo, força ou talentos, podem ser situados na primeira dessas classes, ou então nas classes inferiores, descendo até à multidão que se agrupa em torno deles e segue seus movimentos. Algumas vezes as opiniões desses homens são decisivas e suas cores são intensas; outras vezes, eles as atenuam, adotam gradações médias colocando-se, assim, entre as diferentes classes. Quando tais opiniões são bem claras, chamamos aos primeiros de **Teocratas**, aos segundos de **Republicanos** e aos terceiros de **Monarquistas**. Dão as três principais formas de governo, nas quais dominam exclusivamente os três grandes poderes que regem o Universo: a Providência, a Vontade do homem e o Destino. Essas formas, quando puras, constituem a Teocracia, a República e a Monarquia puras.

A Vontade do homem é propriamente anímica e livre, e sua sede está na alma universal ou particular, conforme o homem a quem ela move seja considerado universal ou particular. Mas essa Vontade pode também se colocar tanto na inteligência quanto no instinto para ali usurpar o lugar da Providência ou dominar o Destino. Então, a Teocracia é corrompida e a República toma formas aristocráticas ou emporiocráticas.

A Providência é propriamente espiritual e inspiradora e tem sua sede na inteligência. Contudo, embora ela mesma tenha redigido as leis da liberdade e da necessidade que regem a Vontade e o Destino, e tenha imposto a si mesma a obrigação de jamais violá-las, ela pode, por meios que lhe são próprios, meios sempre novos, sempre desconhecidos, que ela jamais divulga e que ninguém pode penetrar antecipadamente, determinar essas leis para o objetivo ao qual se proponha de maneira a que esse objetivo seja sempre alcançado, sejam quais forem as causas cuja existência a Vontade provoque livremente, e não obstante os efeitos necessários e forçados que conduzam o Destino. A Providência, evocada em um ou outro poder, consolida suas criações e lhes comunica o princípio vital que ninguém poderia possuir fora dela.

O Destino, que reside no instinto universal ou particular, é propriamente instintivo e necessário. A Vontade, que o teme, cria-o incessantemente e aumenta-lhe as forças à proporção que exaspera as suas. Sim se mistura com a Vontade e a domina, ele cria o império militar. Se, ao contrário, é por ela dominado, dá lugar a uma tirania demagógica. Quando, com a ajuda da Vontade que o subjugou, ele consegue usurpar também o lugar da Providência, ele produz o mais terrível dos governos, o despotismo absoluto.

Após ter apresentado estes princípios, que são apenas um resumo do que já vimos, vamos entrar em seus desenvolvimentos.

CAPITULO II

PRINCÍPIO DO GOVERNO REPUBLICANO. DE ONDE VEM A SOBERANIA DO POVO. COMO SE FUNDAM AS REPÚBLICAS. SITUAÇÃO DA RELIGIÃO NAS REPÚBLICAS MODERNAS

Um autor moderno, considerado um gênio por ter espírito e muita sabedoria, quando tinha apenas ciência e talento, disse que o princípio do governo republicano era a **virtude.** Obrigado a explicar o que entendia por **virtude,** ele disse que era o amor à pátria. Esse amor à pátria, como ele o via, não se assemelhava ao do filósofo grego de quem falei; era um sentimento muito mais limitado, muito mais exclusivo, mais permeado de orgulho que de qualquer outra coisa. Seja como for, não é verdade que o amor à pátria, considerado como uma virtude, seja o princípio de qualquer governo, embora sem dúvida possa talvez sustentá-lo, quando esse governo está estabelecido. Mas não se

trata, aqui, de saber se amará mais uma pátria republicana do que uma pátria monárquica ou teocrática. Cada um pode ter sua própria idéia a respeito, como Montesquieu tinha a dele. Trata-se de saber o que fará surgir esse amor. Digo que será a Vontade do homem quando, entregue ao seu livre arbítrio e recusando qualquer outro domínio que não o seu, se declarar soberana e dedicar a si mesma o seu próprio amor, na República. Rousseau percebeu claramente esta verdade, viu perfeitamente que a Vontade geral constitui a essência do governo republicano, o que o fez proclamar a soberania do povo como o único princípio do direito político e único fundamento do Estado social. Mas este é um erro que vem desde o berço e é nutrido com seus preconceitos porque, admitindo a soberania do povo como resultado da Vontade geral, não é esta soberania o princípio e sim a Vontade que a criou, e se essa Vontade é declarada como princípio, quem ousará dizer que esse princípio será o único no Universo? Se assim fosse, de onde viriam os obstáculos que a detém a cada passo, que a desviam, que a destroem? Pode um princípio único ter contrários?

O erro de Rousseau foi o de apresentar como fato o que era apenas uma questão e dizer que o Estado social tem apenas um princípio quando na verdade tem três. É verdade que um desses princípios, visto por ele, consagra a soberania do povo e sua liberdade absoluta: é a Vontade do homem, irrefragável e livre em sua essência. Mas o Destino, igualmente irrefragável e sempre necessitado, causa a sujeição forçada desse mesmo povo, e a Providência, irresistível em seu progresso, inspira sua submissão voluntária e lhe mostra que somente por meio dessa submissão é que ele pode evitar a sujeição. Portanto, não se trata apenas de dizer que o povo é soberano e sim que ele tende a tornar-se soberano e é sempre impedido de sê-lo.

Foi para realizar o fantasma ilusório dessa soberania do povo que a Vontade do homem imaginou as repúblicas.

Para que o estabelecimento de uma República possa ocorrer é preciso uma conjuntura de circunstâncias que a favoreçam. Seria inútil que alguns homens volitivos, sonhando com utopias republicanas em seus gabinetes, imaginassem insensatamente que todos os tempos são adequados à execução dos seus desejos. Há épocas em que tal empreendimento é impossível. Para que ele possa efetuar-se é sempre necessário que o Destino seja vencido **e** ele jamais poderá sê-lo a menos que a Providência o abandone.

A história da Terra prova que o momento mais favorável à fundação de uma República é aquele em que as colônias, distantes das suas metrópoles, conseguem libertar-se do jugo dos seus vice-reis ou governadores. Nessa situação, o Destino que domina a colônia ou o Estado subjugado, sendo apenas secundário, é naturalmente mais fraco e cede mais facilmente à Vontade. Foi em circunstâncias semelhantes que se formaram as repúblicas da Grécia, depois que os trácios separaram-se dos fenícios e os gregos daqueles. Cartago foi inicialmente uma colônia dos tírios e Roma uma colônia dos etruscos. Em nossa época vimos a Suíça livrar-se do jugo dos austríacos e a Holanda dos espanhóis. Ainda mais recentemente, as colônias americanas da Inglaterra abandonaram sua metrópole e declararam-se independentes. Em todas essas ocasiões a Vontade triunfou sobre o Destino e pôde, ate certo ponto, fruir do seu próprio triunfo.

Mas os homens que, iludidos por esses acontecimentos, sobre cujas circunstâncias não se aprofundaram, imaginaram-se capazes de tomá-los como exemplo e criar similares, não mais em colônias ou em estados subjugados, mas em monarquias radicais, cometeram o mais grave erro e causaram as maiores desgraças. Eis uma das faltas capitais da Vontade. Essa falta tem dependido principalmente da ignorância dos historiadores e dos políticos que jamais souberam remontar às causas ou apresentar os princípios. A revolução tentada na Inglaterra sob o véu da religião, e a que se consumou na França sob o da filosofia, não tiveram êxito. As duas Repúblicas, fundadas com **o** mais formidável aparato, cimentadas com o sangue de dois infelizes monarcas, não resistiram por um momento sequer ao sopro do Destino. Elas se desmoronaram sob os passos de dois homens

fatídicos, que as usaram como degrau para chegarem ao trono. Nunca é demais recomendar aos homens volitivos que reflitam sobre esses dois acontecimentos. Se ainda há os que lamentam uma forma de governo que adula suas paixões, que aprendam com essas duas experiências que essa liberdade absoluta pela qual suspiram é totalmente impossível no atual estado de coisas e que a própria República, tal como os americanos a têm, não pode servir para a Europa a menos que esta consinta em tornar-se conquista da América e ser uma das suas dependências.

Não creio que exista um só europeu que quisesse ser chamado de republicano a esse preço; mas admitindo-se que houvesse aqueles cujo orgulho fosse exaltado o bastante para se acomodar com tal humilhação, devo dizer a esses homens, tão preocupados assim com uma idéia fixa, que a República americana, fundada sobre areia movediça, carece de base e deve sua aparente estabilidade somente à extrema fraqueza do seu destino, que não lhe permite ainda fazer conquistas externas; e que quando for forte o bastante para dar-se a isto, ele próprio a derrubará infalivelmente. Desejo que essa república tenha a oportunidade de fundar sobre melhores bases as suas instituições e suas leis mas, pela natureza desta obra, sou obrigado a declarar que o único recurso capaz de conferir-lhe estabilidade, a concordância providencial, não está presente. E inútil que a Vontade do homem, sempre pronta a deificar-se, queira convencer seus seguidores soberanos de que sua força basta para tudo: esta afirmação seria desmentida pela história de todos os séculos.

Vede o que disse Platão ao propor suas leis. Ele disse que era preciso obter a sanção do oráculo de Delfos. Esparta, Atenas, cada uma das repúblicas gregas, não se constituíram sem fazer com que a Divindade interviesse em suas constituições. Roma tinha um sumo pontífice cuja influência no começo daquela república era imensa, pois com uma única palavra podia interromper as assembléias do povo, suspender os comícios e sustar os assuntos mais importantes. É verdade que posteriormente essa influência diminuiu bastante, mas quando deixou de existir, a pátria de Cincinatus se transformara na de Sila.

Que ninguém esqueça de que as sementes republicanas lançadas na América são o fruto de um cisma político cujo objetivo principal fora destruir a autoridade sacerdotal. Não existe nenhum sumo pontífice nos Estados Unidos, e nem pode existir a menos que, conforme a doutrina dos quacres, se considere cada membro da Igreja capaz de servir como tal, doutrina esta tão absurda que seus próprios seguidores hoje a abandonaram. Assim, por uma transposição totalmente absurda, é preciso fazer com que, nessa república, todos os cidadãos sejam religiosos sem que o governo tenha a menor religião; que sejam todos piedosos e mesmo devotos, virtuosos, escrupulosamente probos, sem que o governo precise ter a menor piedade, a menor devoção, a menor virtude, a menor probidade. Porque o governo é um ser puramente político que não adota os sentimentos de nenhum dos seus membros e, sobretudo que, em questões de religião, finge uma indiferença absoluta. Ora, como esse governo não tem acima dele nenhum poder espiritual ao qual deva prestar contas da sua conduta, e como o próprio Deus não existe para ele,[242] embora possa existir de diferentes maneiras para cada um dos seus membros, segue-se que ele realmente não tem religião em sua constituição política e que a lei que o constitui e que dele emana é ateia, como observou judiciosamente um dos mais ortodoxos autores entre os católicos.

Talvez haja homens que considerem bom tal estado de coisas e que, profundamente imbuídos dessa máxima política vulgar, a de que a religião é feita para o povo, julguem uma obra-prima os governos onde essa máxima não só é recebida na teoria, mas também na prática, não apenas adotada em segredo, mas também abertamente. Contudo, que eles moderem um pouco o seu entusiasmo, pois lhes digo que tal governo é um governo estéril, incapaz de produzir qualquer coisa de grandioso e destinado a passar pela Terra sem deixar o menor vestígio da sua existência. Mas, talvez me digam: que importa que o Estado não seja religioso, contanto que os cidadãos tenham uma

[242] Digo que Deus não existe para semelhante governo, sempre falando politicamente, porque esse governo não faz com que a idéia de Deus entre em qualquer dos seus atos políticos.

religião? Não basta que cada cidadão seja piedoso? A piedade de cada um não faz a piedade de todos? Não, não faz. Eis por que. E porque o Estado não é apenas um ser físico, dependendo, neste aspecto, da existência física dos seus membros, mas também um ser intelectual que desfruta de uma existência intelectual geral que lhe é própria e que não depende das existências intelectuais particulares de seus membros, e sim das leis formativas que presidem a essas existências; e se essas leis são atéias, elas só podem dar o ateísmo por princípio, mesmo que promulgadas pelos mais piedosos dos homens.

Neste aspecto, os políticos comuns cometem o mais grave erro. Eles imaginam que a religião semeada individualmente no seio do povo é o bastante para a nação, sem pensar que não é da essência da luz brilhar de baixo para cima, porém, ao contrário, vir de cima para baixo. Se houvesse uma escolha a fazer entre essas duas alternativas, introduzir a força da religião no governo ou no povo, não se deveria hesitar em introduzi-la no governo. A Religião é um princípio de vida, uma luz; é bom evitar fazer dela uma mola, uma alavanca, inútil quando não se serve dela e quase sempre nociva quando é usada. A Religião não é algo de que se deve servir, mas, ao contrário, uma realidade a que se deve servir.

Os dois capítulos onde Montesquieu e Rousseau falaram da religião são os mais falsos e os mais nocivos de todas as suas obras. Através da confusão da sua elocução e da obscuridade do seu pensamento, vê-se que ambos sentem que ali está o ponto onde se desmoronam os seus sistemas. Eles não podem repelir totalmente a Verdade que lhes brada que governo algum pode existir sem religião. Não obstante, eles a dissimulam e disfarçam tanto quanto podem aos seus leitores, para que a lei volitiva ou republicana, que evidentemente puseram acima de todas as outras, possa permanecer ateia, como eles a fizeram. Que contradição! Que erro funesto! Ambos querem a república e não percebem que essa forma de governo, estando incessantemente ameaçada de dissolução, precisaria, mais do que qualquer outra, de um poder superior que a mantivesse unida. Mas como a Religião não pode entrar no governo republicano sem restringir a soberania do povo, seu ídolo favorito, eles preferiram deixar intacto esse ídolo e correr todos os outros riscos ao apoiar esse governo numa lei puramente volitiva.

Além disso, que fique certo uma coisa: as Repúblicas antigas, como Atenas, Cartago e Roma, aproveitando-se do princípio vital que haviam recebido em sua origem, puderam viver cinco ou seis séculos. Mas essa vida política, já bem curta, será ainda mais abreviada onde esse princípio não for aceito.

CAPÍTULO III

A VONTADE DO HOMEM COLOCADA ACIMA DA PROVIDÊNCIA NAS REPÚBLICAS. MEDIDAS QUE ELA TOMA PARA DOMINAR O DESTINO. ORIGEM DA ESCRAVIDÃO DOMÉSTICA. DIFERENÇA ENTRE ESSA ESCRAVIDÃO, A SERVIDÃO FEUDAL E O CATIVEIRO MILITAR. REFLEXÕES A RESPEITO

A Vontade do homem, que tanto se esforçara para permanecer senhora absoluta do Universo, acabou por afastar inteiramente a Providência da forma de governo que lhe pertence. As Repúblicas modernas que foram fundadas ou tentaram fundar-se sob sua influência não só livraram-se do jugo da autoridade sacerdotal, como também reduziram essa autoridade ao ponto de ser considerada apenas uma instituição comum cujos membros, submetidos à soberania do povo e dependendo dele como todos os seus mandatários, tiveram de receber um salário a exemplo dos outros oficiais civis e militares. Assim, os delegados da Providência passaram a sê-los do povo e foram pagos para continuar a lhe repetir certas cerimônias de culto às quais estava habituado. Nos estados onde se quis admitir os sacerdotes entre os representantes da nação, o que com freqüência tem sido muito difícil por causa das condições de fortuna que em sido exigidas, esses sacerdotes não foram reconhecidos como tais, mas como simples cidadãos, graças às conseqüências da lei volitiva que

criou essa máxima singular: um homem é um cidadão antes de ser sacerdote, o que por certo não é verdade se tomarmos o nome de cidadão no sentido que lhe dá Rousseau, porque se é homem antes de ser cidadão e visto que um homem, seguindo o raciocínio daquele autor, jamais pode ser ligado por qualquer contrato ao qual não tenha dado sua adesão, ele pode muito bem preferir ser sacerdote antes de ser cidadão do que cidadão antes de ser sacerdote.

Mas, nas Repúblicas modernas, esta máxima era julgada de tal forma irrefutável que não havia lugar — até mesmo a cidade de Genebra, cuja constituição deveria ter sido teocrática se visava a ser alguma coisa — onde não surtisse seu total efeito. Fora dos seus consistórios, os pastores não exerciam qualquer influencia outra que a dos mais simples artesãos e, quando membros do grande ou do pequeno conselho, misturavam-se com os comerciantes de tecidos ou com os fabricantes de relógios. Chamava-se a essa confusão de poderes igualdade de direitos. Em Veneza, cujo espírito era inteiramente oposto ao do de Genebra, a opinião a este respeito não era diferente, provando que não eram mais nem a diversidade de formas aristocráticas ou democráticas nem a dos cultos contrários que atuavam sobre eles, mas unicamente a Vontade do homem. Essa Vontade, tendo desejado dominar a Providência, aparentemente a dominara com facilidade.

Restava dominar o Destino, mas este era um pouco mais difícil, porque a submissão que a Providência exige, tendo de ser livre, pode ser facilmente recusada, ao passo que a sujeição com a qual o Destino ameaça, sendo forçada, não pode ser evitada com a mesma facilidade.

As Repúblicas antigas se haviam exaurido em combinações mais ou menos fortes, mais ou menos engenhosas para escapar à fatalidade do Destino, deixando, ao contrário, acesso bastante livre à Providência ao dar muita influencia aos oráculos dos Deuses. Nada mais é preciso para dar uma boa idéia da sua ciência e provar que elas conheciam, pelo menos de um modo confuso, a ação dos três poderes do Universo. É notável que os modernos tenham agido a respeito da maneira inversa. Lendo suas constituições republicanas, dir-se-ia que, imbuídos das suas forças, todos se julgavam acima de toda fatalidade e orientavam seus esforços apenas para se garantir contra as influências religiosas. Um padre lhes parecia mais perigoso do que cem soldados, e uma profetisa como a mãe "theos" mais perniciosa do que todas as tricoteiras dos jacobinos.

A mais poderosa garantia que os antigos encontraram para assegurar a estabilidade das Repúblicas era a escravidão de parte do povo. Os homens livres, chamados **cidadãos**, eram servidos por essa parcela do povo escravo que lhes cultivava as terras e cumpria outras funções fatigantes. Esse meio terrível ocultava uma grande eficácia: a escravidão, dividindo em duas partes a população de um estado, rompia o curso do Destino e lhe retirava, com essa divisão, a metade das suas forças, pois se sabe muito bem que um ilota, independentemente das faculdades anímicas que pudesse ter na Lacedemônia, jamais se preocuparia com a liberdade dessa cidade. Portanto, ao criar esse Destino artificial chamado escravidão, a Vontade do homem se apoderara de parte do poder do Destino que este voltara contra ela. Todos os homens que o acaso fazia nascer entre os escravos, ou que a Vontade impelia para a escravidão pelas suas leis ou seus ardis, eram outras tantas vítimas cuja soma de liberdade perdida redundava em benefício para os que dela desfrutavam. Os modernos, que não mais dispõem desse recurso, podem supri-lo apenas pela grande desigualdade de fortuna que criou a miséria e a criadagem. Mas o curso do Destino, longe de ser interrompido por essa desigualdade, apenas se detém por instantes para em seguida tornar-se mais impetuoso porque, como as leis republicanas consagram a igualdade dos direitos, os homens pobres que a natureza dotou de um caráter audacioso, vendo que a pobreza é o único obstáculo à sua ambição, procuram sair dela por todos os meios imagináveis e assim oferecem aos sediciosos instrumentos tão seguros quanto dóceis.

Pelo que acabo de dizer deve-se concluir que a escravidão não é nem obra do Destino nem da Providência, mas unicamente obra da Vontade que, como já disse, cria um Destino artificial para

opô-lo ao verdadeiro Destino e, dispondo apenas de certa soma de liberdade, despoja-a de alguns homens aos quais abandona, para com ela enriquecer alguns outros aos quais protege. Portanto foi nas Repúblicas que pela primeira vez estabeleceu-se a escravidão como sistema, legalizada pelas leis que a fundaram. Antes dessa época ela era somente o resultado da guerra e pesava sobre o inimigo vencido. Não havia outra lei a consagrá-la exceto a da força. Além disso, não se podia chamá-la de legal, como classifiquei a que ocorria nas Repúblicas. Se quisermos refletir a respeito, veremos que a diferença existente entre essas duas escravidões era enorme.

Na escravidão militar, aquele que a sorte das armas submetia aos seus inimigos sofria o jugo da força, obedecia por coação e não tinha a obrigação de fazer da sua obediência um dever e do seu dever uma virtude. Seu senhor era evidentemente seu inimigo. A força o submetera e a força poderia libertá-lo. Bastava apenas uma vitória dos seus companheiros para devolvê-lo à liberdade. Ele não formava uma casta particular ou, quando isso acontecia, como nas grandes conquistas quando nações inteiras eram submetidas, estabelecia-se o sistema feudal e com ele a servidão das terras. Mas esta era de certa forma uma escravidão que não tinha qualquer relação com a escravidão doméstica. Um servo não era um escravo propriamente dito, mas um homem que, tendo sido despojado dos seus direitos de propriedade pela sorte das armas, reconhecia um senhor proprietário de terras, vendo-se obrigado a lhe consagrar parte mais ou menos considerável do seu trabalho. Na época em que os godos invadiram o Império Romano, a escravidão doméstica que encontraram ali estabelecida modificou um pouco o antigo feudalismo dos celtas, introduzindo nele alguma coisa dessa escravidão. Porém, não obstante essa mistura, sempre foi fácil distinguir um escravo propriamente dito de um servo, e este de um cativo. O cativeiro era o resultado puro e simples da guerra e não linha outra garantia além da força. A servidão era conseqüência de uma convenção celebrada com o vencido segundo a qual este consentia em abrir mão de parte da sua propriedade para conservar a outra. A escravidão era o efeito de uma lei que estatuía sobre o homem em si e regulava quando e como um cidadão seria despojado de sua liberdade, quando e como podia vender-se ou ser vendido. Nessa espécie de escravidão, específica das Repúblicas, a lei que consagrava o princípio fazia um dever da obediência, e esta se tornava uma virtude. Um escravo não podia, sem cometer um crime, tentar recuperar sua liberdade por outros meios que não os autorizados pelas leis. A moral que lhe era inculcada desde a infância era o respeito e mesmo o amor aos seus grilhões. Chegava-se ao ponto de dizer que a escravidão era enobrecida pelas virtudes do escravo, que esta possuía doçuras singulares, todas obtidas daquela satisfação interior que depende do cumprimento dos deveres e que, ao abrigo das preocupações e dos medos que o exercício da liberdade traz consigo, um escravo muitas vezes é mais feliz do que o seu senhor. Assim, nesse estado de coisas e por uma bizarra inconseqüência, era preciso que o legislador inspirasse ao mesmo tempo respeito pelos grilhões que se portava e horror pelos que não se portava. Ele era obrigado a isso pela singular conexão existente entre a escravidão e a liberdade e pela força inevitável que levava de um estado a outro. É difícil citar, na Grécia, um homem notável que não tenha sido escravo ou que não tenha corrido o risco de tornar-se um. Na origem da República romana um pai tinha o direito de vender seus filhos até três vezes, e o devedor insolvente tornava-se escravo do seu credor. Em Atenas, a menor inadimplência no pagamento de impostos acarretava a perda da liberdade. Sabe-se que Xenócrates, o sucessor de Platão, o diretor da Academia, foi vendido em praça pública e comprado por Demétrio de Falero. Nessa Grécia tão orgulhosa da sua liberdade, não se podia ir de uma cidade a outra ou vagar pelos mares que banham suas costas sem correr o risco de tornar-se escravo. O célebre Diógenes, bem como grande número de outras pessoas, sofreram esse inconveniente.

Por esses exemplos, aos quais poderia acrescentar muitos outros se não julgasse inútil repetir coisas que todo mundo sabe, deve-se ver que a escravidão doméstica das Repúblicas não deve ser confundida com a escravidão militar dos Impérios nem com a servidão de um proprietário de terras dos estados feudais. Nada mais dessemelhante. A escravidão doméstica era, repito, o efeito de uma lei fundamental sobre a qual o verdadeiro governo republicano não teria podido existir. Digo

verdadeiro porque nos acostumamos a confundi-lo com a emporiocracia moderna, que difere essencialmente dele. Como essa lei fundamental não pôde ser renovada na Europa após o estabelecimento do cristianismo ali, a ausência do escravo doméstico evitou e evitará sempre a consolidação das Repúblicas. Vimos que a da Inglaterra e a da França, às quais os fundadores prometeram a eternidade, sequer alcançaram o segundo lustro.

De resto, foi um benefício da Providência que toda espécie de escravidão tenha desaparecido. Ter-se-ia querido inutilmente, tanto em Londres como em Paris, restabelecer o seu princípio sem consegui-lo. Qualquer coisa mais forte que a Vontade do homem ter-se-ia oposto a isso. Todavia, essa Vontade agia em diferentes épocas e se armava de diferentes meios. Em Londres, ela se ornava com as cores da Religião e levava o zelo às raias do fanatismo; em Paris, abraçava o filosofísmo do século e levava a incredulidade até o ateísmo. Poder-se-ia crer que o que ela não ousara de um lado ousaria do outro. Nada disso. O fanatismo religioso e o filosofísmo cínico se encontram nesse ponto, de que nem um nem outro pôde restaurar o princípio da escravidão doméstica que era indispensável aos seus desígnios.

Se houver um leitor cuja visão seja firme o bastante para atingir determinadas profundezas, eis aí uma ocasião que lhe permite ver como a Providência age sobre a Vontade do homem sem transgredir a lei da liberdade que ela lhe deu. Para isto, basta descobrir o motivo secreto e poderoso que impediu que os Puritanos da Inglaterra e os Jacobinos da França, com sistemas religiosos tão opostos, lançassem os grilhões da escravidão doméstica sobre seus inimigos em lugar de mandá-los para o cadafalso. Não era a força o que lhes faltava. A morte estava à sua disposição; por que a escravidão não estava? Os antigos não teriam hesitado. A razão porque não o fizeram, muito difícil de explicar, talvez esteja contida nesta fórmula lógica: Existem coisas que a Vontade do homem, podendo querer, não deseja aceitar. A oposição que essa Vontade experimenta em sua própria essência resulta da marcha natural das coisas que lhe mudam a natureza e faz, por exemplo, que para nós os cativos sejam apenas prisioneiros de guerra, os servos sejam apenas agricultores e os escravos sejam apenas domésticos. Pensem nisso, políticos imbuídos dos preconceitos de Montesquieu ou de Rousseau, e saibam que onde existe uma impossibilidade de querer escravos existe uma impossibilidade de criar Repúblicas puras.

CAPÍTULO IV

OUTRAS MEDIDAS QUE A VONTADE TOMA PARA DOMINAR O DESTINO NAS REPÚBLICAS: COMO ELAS FRACASSAM. FUSÃO TENTADA ENTRE A VONTADE E O DESTINO NAS REPÚBLICAS MODERNAS. ORIGEM DA EMPORIOCRACIA. O QUE A IMPULSIONA

Mas essa lei da escravidão doméstica, essa lei terrível que teria obrigado o próprio Platão a encerrar todas as suas virtudes republicanas no cumprimento dos seus devores de escravo se ele não tivesse sido comprado por Nicetes, essa lei que dita o manual de Epícteto, não era ainda o único meio que a Vontade do homem imaginara para contrabalançar a fatalidade do Destino, sempre oposta à sua ação. Atenas tinha sua famosa lei do ostracismo, pela qual condenava-se ao banimento aquele que se erguia acima dos outros por excesso de talentos ou de fama. Havia em Roma censores rigorosos que obrigavam cada cidadão a permanecer em sua classe e que castigavam, como faltas cometidas contra os costumes, todas as demonstrações de fortuna e talento que pudessem ferir o vulgo. Como nesta última República a Vontade democrática não pudera evitar que o Destino se manifestasse no estabelecimento de uma espécie de aristocracia senatorial, inventaram-se os tribunos do povo para deter suas usurpações. Os éforos de Esparta haviam sido igualmente criados para examinar a conduta de dois reis, ou melhor, de dois generais daquela república e para controlar todos os seus atos. Essas precauções e muitas outras que seria tedioso citar não impediram que tais repúblicas se arruinassem e sucumbissem antes do tempo sob os golpes do Destino. Malgrado as leis do ostracismo, Atenas sofreu a tirania de Pisístrato e Roma, freqüentemente ensangüentada pelos seus

tribunos, não escapou às proscrições de Sila. A instituição da ditadura, que conseguia ter segurança enquanto a Vontade dominasse o Destino, perdeu-se quando esse domínio cessou.

Em geral, todos os esforços dos antigos no estabelecimento do sistema republicano visavam a romper por toda parte a influência do Destino, isto é, a fazer com que nada de poderoso o bastante pudesse aparecer, fosse na fatalidade das coisas, fosse na dos homens, porque a Vontade não teria meios suficientes e prontos para destruí-lo imediatamente. Os legisladores gabavam-se de manter continuamente essa superioridade da Vontade sobre o Destino, mas enganavam-se no seguinte: haviam contado com uma permanência de unidade na ação da Vontade, o que nela não existe. Para que o sistema republicano durasse seria preciso que o poder volitivo em que ele se apóia não se dividisse, mas como dividir-se está na essência desse poder, o engenho consiste em encontrar o meio que impeça ou pelo menos retarde bastante essa divisão.

Embora os modernos tenham agido de maneira oposta à dos antigos e se tenham considerado mais sábios, eles estão longe de ter visto a dificuldade onde ela realmente se encontra. Eles têm acreditado que não se tratava tanto de dominar o Destino, opondo-se constantemente ao seu progresso, mas apoderar-se habilmente dos seus efeitos para dominá-lo. Eles têm concebido, talvez de boa fé, a idéia exótica de formar uma espécie de fusão entre a Vontade e o Destino, um amálgama da liberdade de uma com a necessidade do outro, de maneira a obter um conjunto que não seja inteiramente fatídico nem inteiramente volitivo, mas que conserve a essência de ambos. Esta idéia, que tem sido realizada de várias maneiras, parece estar sendo a grande obra da política, e alguns espíritos liberais, por demais preocupados para ver o vício de tal governo, têm proclamado o milagre.

Já observei que, entre as coisas extraordinárias ocorridas na Europa, no momento em que o abalo político causado pela queda do Império de Carlos Magno permitiu que todos os membros feudais daquele grande corpo se tornassem soberanos em seus domínios, houve certo número de cidades que, não tendo chefes militares em condições de assumir a autoridade nelas, caiu nas mãos dos seus chefes eclesiásticos ou civis e, sob as leis dos seus bispos ou magistrados municipais, formaram espécies de pequenos Estados cujo governo insólito, sem modelo na antigüidade, não podia ser comparado à coisa alguma. Essas cidades, que se intitulavam imperiais e queriam ser protegidas pelos imperadores, pretendiam, por uma inconcebível bizarria, não depender em nada desses monarcas. Elas acabaram mesmo por se subtraírem inteiramente à sua jurisdição e tomaram o nome de Repúblicas.[243] Essas pretensas repúblicas, que nada tinham de republicano além do nome, foram inicialmente municipalidades feudais e mais tarde verdadeiras emporiocracias,[244] isto é, Estados onde o comércio, considerado como uma das forças motrizes do governo, torna-se a principal força. A união das cidades hanseáticas, ocorrida em meados do século XIII, chegou mesmo a oferecer uma espécie de grandeza. Essas cidades talvez pudessem almejar a alguma celebridade se fosse da essência do comércio conferir outra coisa além das riquezas sem brilho.

O maior esforço da emporiocracia ocorreu na Holanda quando aquele país, tendo-se libertado do jugo dos espanhóis, ofereceu o espetáculo singular de uma companhia de comerciantes que, sendo súditos de um lado e soberanos do outro, supunham receber leis enquanto as davam e, constituindo um estado dentro de um Estado, desenvolviam considerável poder marítimo, mantinham tropas de terra e mar, faziam a guerra e a paz em seu próprio nome e enviavam para toda parte agentes diplomáticos e oficiais militares e civis. Essa instituição, imitada na Inglaterra, teve ali pleno êxito, mas não logrou nenhum sucesso na França. Alguns autores políticos, entre os quais está Raynal, reclamaram vigorosamente contra a queda da nossa Companhia das Índias, mas não viram que essa instituição emporiocrática não convinha em nada ao espírito nacional dos franceses, que não é mercantil, como creio ter dito, e sim agrícola. A Inglaterra, em favor da sua Companhia das Índias,

[243] Pelo Tratado de Constança, em 1183.
[244] Vide a nota que encerra o Capítulo IV do Livro V.

pôde dar ao seu governo a forma extraordinária que possui, aquela forma na qual os principais elementos da monarquia e da república parecem confundir-se embora estejam apenas misturados, e na qual se pretendeu arrastar no mesmo turbilhão a Necessidade e a Liberdade, o Destino e a Vontade do homem.

Eis o que chamo de Emporiocracia. É o tipo de governo do qual falava há pouco, objeto da admiração de alguns autores preocupados com uma idéia fixa cuja fraqueza não percebem. Montesquieu foi o primeiro na França a dar o tom a respeito, e infelizmente a Senhora de Stäel o seguiu. Pelas elevadas faculdades da sua inteligência, ela era susceptível de alcançar os mais nobres conceitos. Rousseau foi apenas iludido pelas aparências; ele percebera claramente que esse governo tão decantado não realizava nenhuma das esperanças que prometera. Ele o considerava republicano e via o povo sem liberdade, sem poder, sem consideração, sem voz em seus próprios negócios, turbulento sem objetivo, servil sem necessidade e entregue a uma miséria cada vez maior que, devorando a pouca virtude que lhe restava, tornava-o alternadamente faccioso ou venal. Ele queria considerá-lo monárquico e via um rei sem força, sem autoridade, sem grandeza, obrigado a ceder, mesmo dentro do seu palácio, ao movimento do seu ministério, este último subordinado a um parlamento composto de indivíduos os mais heterogêneos e que, sempre oscilando entre o medo da opinião e o atrativo do favor, jamais sabia se o desejo de amanhã seria o querer de ontem.

Mas esse governo talvez seja aristocrático. Então, se procuramos esse corpo de aristocratas cujo poder, elevado acima do poder do povo e do rei, apresenta-se à imaginação como um colosso, vemos atônitos que ele não tem poder algum. A Câmara dos Pares, que deveria ser esse corpo, obrigada pela sua posição equívoca a seguir o movimento do ministério, dá-lhe uma força da qual ela não compartilha porque, se é ela que o sustem, não é ela que o cria. Essa prerrogativa cabe à Câmara dos Comuns que, formada sob a influência do ministério, não pode abandoná-lo sem expor o Estado e a si mesma às mais violentas catástrofes. Depois disso, dir-se-ia que, como o governo reside inteiramente no ministério, este deve ser investido de imenso poder e que se por acaso é conduzido por um primeiro ministro hábil, este deve ser o mais poderoso potentado do mundo. Ora, de maneira alguma! Esse primeiro-ministro, cambaleando sob imenso fardo, sempre exposto às ações de uma oposição violenta que é obrigado a respeitar mesmo quando ela não o respeita, só avança com extrema dificuldade rumo a um objetivo cujo fracasso lhe seria desonroso e que ele jamais alcança com glória. Independente do gênio de que seja dotado, ele não pode resistir a uma queda imprevista nos fundos públicos. Uma bancarrota que ocorra em sua cidade lhe abala o crédito; a operação mais importante malogra pela imperícia de um banqueiro. Acostumado a comprar os homens com dinheiro, a comerciar com o talento e até mesmo com a virtude, ele se deixa imbuir por um profundo desprezo pela humanidade e, como não quer nada de grande ao seu redor, não faz qualquer esforço para tornar-se grande.

Mas onde se oculta a força que move esse colosso marítimo? Essa força esconde-se em seu crédito. Eis a mola mágica que o faz executar esses movimentos formidáveis que espantam o mundo. Eis a mola comercial da qual os Antigos não faziam a mínima idéia; essa invenção maravilhosa da qual falei e na qual se esgotaram as combinações do gênio moderno. Sua simples presença anuncia uma Emporiocracia. Ela é o princípio desse tipo de governo, como a Vontade é o das repúblicas e o Destino o das monarquias. Supõe-se que seja no crédito que a Liberdade e a Necessidade se reúnem. Seu nome, que significa um corpo ao qual acrescenta-se a fé sobre o testemunho de terceiros, expressa perfeitamente o sentido que se lhe deve dar.[245] Essa fé que repousa sobre objetos materiais

[245] Considere que o sentido dado à palavra **crédito** é aqui mais amplo do que ela expressa normalmente. Pela palavra **crédito** entendo não só a capacidade que um governo pode ter de tomar emprestado quantias mais ou menos consideráveis, mas também aquela espécie de segurança que ele inspira graças aos apoios externos e aos recursos que vemos ou julgamos ver nele. O crédito do governo inglês não lhe advém por si só, mas ele o recebe do poderio comercial que está fora dele. Um crédito interno, como o de uma monarquia constitucional, a França, por exemplo, não pode servir de mola para essa monarquia pela simples razão de que a coisa movida e a coisa movente não podem ser a

e físicos, e que determina a sua existência fictícia, mesmo quando não existem, também tem sua superstição e seu fanatismo. Sua superstição é admitir como fatos certas nulidades positivas, como quando dá um valor ao que não o tem ou quando aceita como indubitável o que é apenas hipotético; seu fanatismo, quando dissimula para si mesma o vazio das suas doutrinas fantásticas e quando, no pavor que sente em deixar de crer, o que a reduziria a nada, ela faz esforços cada vez mais violentos para simular que acredita no que duvida e para obrigar terceiros a acreditarem na mesma coisa.

Essa mola física, que em todos os governos emporiocráticos ocupa o lugar dos princípios intelectuais que lhes faltam, completa passavelmente a sua ação. Ela é obra da Vontade e causa nesses governos constituídos pela mão do homem o mesmo efeito que a mola de um relógio sobre esse aparelho: ela faz andar todas as engrenagens e lhes impõe um movimento artificial que à primeira vista parece ser o da Providência ou do Destino. Mas esse movimento não é nada disso: ele deve, ao contrário, lutar incessantemente contra eles e opor suas forças artificiais e limitadas às forças essenciais e ilimitadas, o que não pode fazer sem que preciso, em determinados momentos, de uma nova tensão, de um reajuste da mola pelo qual essa máquina é mais ou menos enfraquecida, e que sempre acaba por gastá-la e destruí-la.

O que agrada principalmente ao homem volitivo nesse governo artificial é sua obra: ele se admira com a obra das suas mãos e proclama suas vantagens sem prever seus inconvenientes. Quando o fazemos observar que o Destino nela existente é forçado e que a Providência está ausente, ele responde orgulhoso: Que imporia isso? Tudo funciona da mesma forma. Sem dúvida que tudo funciona, mas como numa máquina na qual um artista hábil teria copiado os movimentos do Universo. Tendes um relógio muito bem feito no qual, durante certo tempo, na ausência do próprio sol podeis calcular a altura desse astro no horizonte, regular vossos afazeres domésticos e saber mais ou menos que horas são. Mas, dizei-me, existe algum homem tão ignorante a ponto de preferir essa cópia, por mais perfeita que seja, em lugar do próprio Universo, para não perceber que tal máquina é bela apenas por comparação e que sua própria existência prova a de outra pela qual ele sente necessidade de se regular? Que diríeis de um relojoeiro que vos viesse assegurar friamente, por ter feito um bom relógio, que doravante poderemos passar sem o sol para medir o tempo e determinar o movimento das estações? Por certo riríeis sem piedade e o enviaríeis para o manicômio. Contudo, a linguagem do orgulhoso mecânico não difere da do político insensato que, vendo com admiração um governo mecânico no qual se conseguiu substituir por algum tempo a ação da Providência e restringir a do Destino, vos propusesse que passásseis para sempre sem esses dois poderes e que estabelecêsseis por toda parte um governo parecido.

Mas seria inútil que, fechando voluntariamente os olhos à evidência, quisésseis acompanhar as idéias desse político; não poderíeis fazê-lo. A mola do governo emporiocrático, o crédito, não é de natureza a ser forjada em toda parte nem ser colocada indiferentemente. É preciso que uma nação essencialmente mercantil lhe forneça os elementos e que o poderio marítimo a fortaleça ou reajuste quando ela estiver distendida. Os lugares onde essa mola aparece com mais força e mais vantagem sempre desfrutaram dessa dupla prerrogativa. As cidades da Itália que a possuíram, as de Flandres, a Holanda, a Inglaterra e finalmente os Estados Unidos da América, foram ou ainda são estados comerciantes e marítimos. Quando nos contentamos em examinar superficialmente a França, vendo-a somente sob certos aspectos geográficos, podemos crer que ela também seja susceptível de admitir tal mola e de se transformar numa emporiocracia, como o foi a Holanda ou como ainda o são a Inglaterra e os Estados Unidos, mas se quisermos examinar mais à frente a natureza do seu território e principalmente nos imbuirmos do espírito particular dos seus habitantes, veremos que ela é agrícola de um lado e guerreira do outro, o que lhe dá alternativas de repouso e movimento que, impressionando os olhos do observador, muitas vezes faz com que se acusem os franceses de inconstância. Embora a agricultura conduza ao comércio e o hábito guerreiro à marinha, nem aquele

---

mesma. É preciso, portanto, que o crédito emporiocrático seja externo e venha para o governo a partir de um poder de algum modo independente dele, que ele apóie e pelo qual seja apoiado.

nem esta podem jamais ser o objetivo dos franceses mas apenas seu meio de aumentar os produtos de sua agricultura ou de ampliar suas conquistas a fim de chegar seja ao repouso que a fortuna proporciona, seja ao brilho que a vitória traz consigo. De todos os povos europeus não existe um só que aprecie tanto o prazer ou a glória. Essas disposições que lhe poderia fazer adotar a mola emporiocrática, se essa mola fosse de natureza a ser apresentada inteiramente, o têm impedido e impedirão eternamente de ser perseverante o bastante para criá-la. O crédito, tal como o compreendo[246], não é algo que nasça de repente no seio de uma nação; não é o fruto de um entusiasmo passageiro, mas o produto de um cálculo lento e ponderado do qual o povo francês é incapaz. Esse povo pode entusiasmar-se por algum tempo com o sistema de Law, dar a um pedaço de papel sem importância o valor nominal do dinheiro, mas é preciso que as oportunidades às quais se expõe sejam rápidas. Se ele tiver tempo de refletir, toda a ilusão é destruída. A reflexão abala a crença que nele existe e, no tocante ao crédito emporiocrático, é preciso, ao contrário, que ele a fortaleça.

Um estado militar e emporiocrático inclina-se necessariamente para o Destino, ali chamado de monarquia. É preciso um violento esforço da Vontade para que a república possa estabelecer-se nele. Se ela se estabelece, como aconteceu com os gregos e os romanos, é sempre na forma de uma República pura, em circunstâncias favoráveis e com as condições que já mencionei. Se, em tal Estado, se quisesse criar repentinamente uma emporiocracia, a mola que se colocaria para lhe acionar as engrenagens, exposta aos ataques do Destino, partir-se-ia em poucos instantes.

CAPITULO V

PRINCÍPIO DO GOVERNO MONÁRQUICO. NELE, O DESTINO DOMINA A VONTADE. ESSE GOVERNO É NATURAL AO HOMEM, SOBRETUDO AO HOMEM DE COR AMARELA. A RAÇA BRANCA INCLINA-SE PARA A REPÚBLICA; POR QUE. ORIGEM DO GOVERNO IMPERIAL E FEUDAL. PRINCÍPIO DO GOVERNO TEOCRÁTICO. MOVIMENTO DOS TRÊS PODERES

Montesquieu, que estabelecera a **Virtude** como princípio das repúblicas, quer que o das monarquias seja a **Honra**, de modo que os deveres que um cidadão cumpre num desses governos por amor à pátria, um súdito cumpra no outro por um certo senso de amor próprio que lhe faz encontrar a glória na sua obediência. Tudo isto é muito vago e, como já observei, não toca no princípio criador do governo e sim na conseqüência dele decorrente. As repúblicas têm seu princípio na Vontade do homem, que domina o Destino; as monarquias têm o seu no Destino, que domina a Vontade do homem.

Quando a Vontade domina inteiramente o Destino, a soberania do povo é reconhecida e com ela a liberdade e a igualdade dos cidadãos. Ninguém tem o direito de invocar o passado para criar um futuro para si; todos os empregos são eletivos; não existe classe, distinção ou privilégio fora dos que o emprego dá. A Vontade, que dispõe de tudo, pode tudo edificar e tudo destruir, ela usa de toda a sua força para que o Destino não seja nada e para anular todas as conseqüências políticas.

Quando, ao contrário, é o Destino que domina totalmente a Vontade, os homens nascem o que devem ser, senhores ou súditos, desiguais nos direitos, em fortuna e em poder. Seu futuro é sempre conseqüência do passado. A hereditariedade do trono é a primeira lei do Destino e dela todas as outras recebem sua forma. As linhas de demarcação que dividem os homens em castas são tanto mais firmes quanto mais forte for o Destino. Os que comandam nascem para comandar e os que obedecem nascem para obedecer. O Destino que distribui as classes jamais sofre, a menos que a Vontade do homem intervenha nelas. Todas as instituições que ele cria visam a este objetivo único, o de impedir que essa Vontade mude qualquer coisa na ordem estabelecida e para que ela não seja nada em si.

---

[246] Vide nota anterior.

Essas seriam as formas gerais das repúblicas e das monarquias puras se a Vontade pudesse dominar totalmente o Destino ou se o Destino dominasse inteiramente a Vontade. Mas esse domínio absoluto de um poder sobre outro é impossível. A Providência, que vela pela manutenção do Universo, jamais o permite porque, se de um lado a Vontade triunfasse inteiramente, ela lançaria tudo na confusão pelo excesso de movimento; e do outro, se o Destino fosse o único vitorioso, ele faria com que todas as coisas regredissem rapidamente através do repouso excessivo. É, portanto, necessário que os dois princípios se misturem para se modificarem mutuamente e corrigir o que sua ação teria de demasiado violento ou demasiado estacionário se fosse entregue à sua própria natureza.

Atualmente, como conhecemos bem os princípios dessas duas formas básicas de governo, a república e a monarquia, devemos tirar desse conhecimento uma indução simples e natural: é que a república, que depende da Vontade do homem, sempre tem necessidade de um esforço para se estabelecer, ao passo que a monarquia, que é decorrente do Destino, sendo resultado da força das coisas, estabelece-se sozinha e necessita apenas do desenvolvimento do Estado social para desenvolver-se com ele. Que se observe bem isto e considere que a história do mundo o confirma. Uma república é sempre obra de uma revolução. A Vontade do homem que a criou não pode abandoná-la por um instante sequer a si própria sem que ela pereça ou sem que retorne à monarquia de onde foi tirada. A monarquia é, portanto, o governo natural do homem, o governo fatídico que o Destino lhe dá.

Quando se descobriu o hemisfério ocidental, ao qual dei o nome de Colômbico em homenagem a Colombo, o primeiro a pisar seu solo, encontrou-se ali a realeza estabelecida por toda parte onde a civilização progredira o bastante para criá-la. Havia Caciques no Haiti, Incas no Peru e uma espécie de Imperador no México. Os dois únicos governos regulares que se constituíram naquele continente eram monárquicos. O do Peru recebera da Ásia suas formas teocráticas, e o do México recebera da Europa suas formas imperiais e feudais.

Deve-se observar que os povos da Ásia sempre foram governados por reis e que somente com grandes dificuldades é que as formas republicanas puderam ser admitidas entre eles: o que indica, na raça amarela, a primeira que habitou aquela região da Terra, um desenvolvimento social tranqüilo, puramente fatídico e isento das revoluções violentas que agitaram o da raça branca na Europa, pois não nos devemos esquecer do que vimos no começo desta obra. A raça bórea, colocada na aurora da sua civilização em circunstâncias eminentemente difíceis, atacada pela raça sudeana, aguerrida e poderosa, teve de desenvolver meios extraordinários e uma força de vontade que só puderam salvá-la da destruição dando-lhe uma ascendência irresistível sobre a fatalidade do Destino. Essa ascendência, que ela obteve então e tem conservado com mais ou menos energia entre os diferentes povos que dela surgiram, marcaram-nos com um caráter distinto, mais ou menos decisivo, mas sempre indelével. Se essa raça tivesse podido desenvolver-se sem contradições, como sem dúvida acontecera com a raça amarela; se ela tivesse entrado naturalmente no Estado social e tivesse passado lentamente pelas diversas fases, é certo que não teria sido essencialmente diferente das outras raças nas formas sociais e que o governo monárquico puro teria sido seu governo natural. Mas a exasperação demasiado precoce causada em sua vontade pelos perigos aos quais foi exposta alterou essa direção e obrigou o Destino a curvar-se em todas as suas dependências. Em lugar de um governo monárquico, ela teve um governo imperial no qual o livre arbítrio manifestou sua força pela eleição dos chefes. As castas formaram-se em seu seio, mas visto que se formaram como resultado de uma mistura extraordinária de Necessidade fatídica e de Liberdade volitiva, elas participaram desses dois princípios e deixaram de ser puramente monárquicas, tornando-se imperiais e dando origem a esse governo misto chamado feudal. A este respeito, é inútil repisar tudo o que já disse. Sabemos muito bem como a raça bórea, após ter sido oprimida pela sudeana por algum tempo, finalmente sobrepujou-a e propagou-se por toda a Terra, principalmente na Ásia onde, por influência da Providência, a quem a raça bórea reconhecia, fundou o último império

universal, sob a direção de Ram. Mostrei repetidas vezes que tal império só podia ser teocrático. Descrevi as formas simples e majestosas desse admirável edifício social, tanto quanto mo permitiram a obscuridade e a profundeza dos séculos. Disse com que imenso clarão ele brilhara antes de apagar-se à época da sua decadência. Chamei atenção para essa época e fui o primeiro a mostrar as causas singulares que o conduziram a sua queda. Ao expor seu movimento retrógrado e sua dissolução, não deixei de repetir várias vezes que os três princípios nele reunidos se haviam separado e que cada um deles retornara ao seu próprio movimento. Ora, o Destino, que se vira como o mais forte na Ásia durante o desenvolvimento inicial da raça amarela, retornara ali às suas primeiras formas monárquicas. A Vontade do homem, que se exasperara na Europa para ali conservar a raça branca, desde o início da civilização, após ter passado pelas formas republicanas que lhe são exclusivas, recaíra nas formas imperiais e feudais que são uma mistura dos dois princípios. Mas finalmente, após um número infinito de vicissitudes, as principais das quais já mencionei claramente, o império universal, totalmente dissolvido e reduzido aos seus elementos primitivos, tendia a reformar-se e o Destino e a Vontade do homem trabalhavam, cada um do seu lado, para essa grande obra: o Destino, ao reconstruir as monarquias, e a Vontade do homem, organizando repúblicas. Cada um desses princípios, através de homens fatídicos ou volitivos a quem influenciavam, procurava afastar tanto quanto pudesse o princípio contrário para conquistar o domínio total. Isso tendia, do lado do Destino, ao estabelecimento do despotismo absoluto e, do lado da Vontade, ao da democracia absoluta, com todos os inconvenientes ligados a esses dois governos extremados e que sempre trazem consigo a anarquia, militar ou civil.

Nesse meio tempo, a Providência não permanecera ociosa no meio desses dois outros princípios adversários e, sem contrariar abertamente as leis da Necessidade e da Liberdade às quais está submetida, temperava seu rigor por meios invisíveis que, apesar da sua aparente fraqueza, não eram menos eficazes ou menos fortes: os homens a quem ela inspirava e lançava no seio do turbilhão volitivo ou fatídico, amortecendo-lhes e a veemência e, segundo sua posição, criando instituições opostas, que ora ofereciam diques poderosos contra as invasões da democracia, ora detinham os efeitos desastrosos do despotismo. Mencionei vários desses homens providenciais e entrei em seu caráter e sua doutrina tanto quanto o permitiu o objetivo desta obra. Não os mencionei a todos. Grande número deles permaneceu desconhecido. Alguns, como paga pelos serviços que prestaram à humanidade, receberam dos homens a quem contrariaram o desprezo, o ultraje e mesmo a morte; mas esses infelizes passageiros entravam com freqüência no campo da visão da Providência, que sabia muito bem encontrar para seus Enviados recompensas dignas para seus trabalhos, seus sofrimentos e suas virtudes.

A Providência, que sempre se dirige para a unidade, é o princípio das teocracias, como o Destino é o das monarquias e a Vontade do homem o das repúblicas. Ela dá todas as idéias religiosas e preside à fundação de todos os cultos. Não há nada de intelectual que não se origine dela. Ela é a vida de tudo. O Destino dá a forma e a conseqüência de todos os princípios. Não há nada de legítimo fora dele. A Vontade possui o movimento que dá a progressão. Sem ela nada se aperfeiçoaria. O objetivo da Providência é, na política, o Império Universal; o do Destino, o triunfo da Necessidade e a consolidação daquilo que é; o da Vontade, o triunfo da Liberdade e a realização do que pode vir a ser. Dois destes três princípios estão há muito empenhados num violento combate. O Destino e a Vontade, exasperando alternadamente os homens que dependem deles, têm lançado um contra a outra suas mais temíveis forças. A Providência há muito desconhecida no meio dos dois, sempre lhes amortece os golpes e evita que sejam mortais. Os maiores triunfos que esses dois poderes conseguiram um sobre o outro têm sido fugazes e não trouxeram os resultados que cada um esperava. Após uma das maiores revoluções que a história do mundo menciona, e pela primeira vez em muito tempo, os homens envolvidos nesses dois turbilhões viram-se diante uns dos outros e se distribuíram em classes definidas, arvorando bandeiras que os tornavam facilmente reconhecíveis. Os homens do Destino e os da Vontade estão presentes. Uns exigem que o povo se detenha no que é necessário e legítimo; os outros exigem que se tenda para o que é possível e legal. A obscuridade

dessas palavras, que eles não definem, lhes permite confundi-las e, na ignorância em que os princípios que os movem se encontram, eles se espantam por não se compreenderem uns aos outros. Alguns homens providenciais, colocados no seio deles, dirigem-lhes a palavra sem serem compreendidos. Grande número guarda o silêncio e espera os acontecimentos. Por mim, que me tornei interprete desses homens que se calam, direi aos que se entregam a cruéis dissensões qual é o único meio de restabelecer a paz entre eles e alcançar o objetivo a que se propõem, sem dúvida idêntico: o bem geral. É reconhecer a Providência e, em lugar de fazer com que somente um princípio domine, como eles querem, consentir, ao contrário, que os três princípios se confundam no ternário providencial. Eu lhes mostrarei daqui a pouco como se pode fazer isso, após ter verificado com imparcialidade se é possível evitá-lo.

CAPITULO VI

QUAIS SÃO AS CAUSAS QUE SE OPÕEM AO ESTABELECIMENTO DO DESPOTISMO E DA DEMOCRACIA PURA. O TERROR FAZ FALTA AO DÉSPOTA, COMO A ESCRAVIDÃO AO DEMAGOGO. ORIGEM DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL. DISTINÇÃO ENTRE O QUE É LEGÍTIMO E O QUE É LEGAL

A notável diferença entre a época presente e os tempos antigos é que as luzes, tendo-se intensificado por um efeito inevitável do progresso universal das coisas, e estas, embora respectivamente as mesmas, vendo-se mais esclarecidas, pareciam mudar de natureza; e a Vontade do homem, que as tem procurado e que se vê diante delas, podendo aceitá-las, não as quer por causa das conseqüências que essas coisas trazem consigo: conseqüências estas que outrora essa Vontade não teria visto e hoje vê claramente. Essa reflexão, já feita ao tratar da escravidão doméstica que, tendo podido se estabelecer recentemente entre nós, ainda assim não se estabeleceu, aplica-se a várias outras coisas igualmente importantes.

Peço um momento de atenção. Se, como o demonstrei, o estabelecimento da República pura traz consigo, necessariamente, a escravidão doméstica de parte dos cidadãos, e a Vontade do homem, que tende incessantemente para essa República, não pode querer ou não quer essa escravidão, o resultado é que essa Vontade ver-se-á em contradição consigo mesma, dividir-se-á e não atingirá o objetivo dos seus desejos. E se o estabelecimento da monarquia absoluta a que chamamos de Despotismo exige certos rigores necessários para os quais o Destino impele inevitavelmente, e esses rigores encontram uma oposição violenta da opinião que não permite a sua consecução, então o Destino, contrariado por si mesmo, se romperá e o estabelecimento fatídico não ocorrerá. Abri, peço-vos, Maquiavel e vede o que ele aconselha ao seu Príncipe déspota. Ele lhe aconselha principalmente a crueldade. Ele quer, se esse Príncipe conquista um novo império, que o sangue dos antigos senhores se esvaia por completo; que ele não deixe nenhuma cabeça soberana a dominar e que, à maneira de Tarquínio, faça correr sobre tudo o que se eleva acima do vulgo uma foice sangrenta. E quanto ao povo, que poderia ter desfrutado da liberdade republicana, ele quer que seja disperso ou destruído. "O mais seguro", diz ele, "é destruí-lo, porque os povos republicanos, naturalmente rancorosos, são dados à vingança e jamais se esquecem da sua antiga liberdade".

Assim, não há República sem escravidão nem Estado despótico sem assassinato. Os republicanos que não saibam fazer escravos e os déspotas que não saibam imolar seus rivais, sejam eles seus mais caros amigos e seus irmãos, jamais obterão nem a República pura nem o Despotismo puro. É preciso que a liberdade traga cadeias e que a autocracia disponha da morte. Na primeira, é a miséria de parte do povo que assegura a prosperidade da outra parte; na segunda, é o terror dos Grandes que garante a segurança dos monarcas. Se, na carreira de um conquistador político cuja felicidade se iguala à sua coragem, acontece que ele ousa mandar matar as famílias reais que destronou, como aconteceu com Nino ou Ciro, Átila ou Tamerlão, que ele saiba levar a chama dos incêndios a províncias inteiras, derrubar totalmente as capitais desses reinos e cobrir os escombros e as cinzas com o sangue dos seus habitantes; então, ele poderá reinar como déspota. Mas como! Dizeis que

hoje em dia tal conquistador não ousará cometer tais atrocidades, que idéias mais nobres o dissuadirão disso e que, mesmo que ele nutrisse tanta crueldade em sua alma para se entregar a tais furores, faltar-lhe-iam os instrumentos para seus crimes. Muito bem; também sei disso porque conheci a opinião deste século e lhe compreendi a força. Mas sei também que um conquistador que obedecer a essa opinião trairá seu destino, será conivente com sua eterna inimiga, a Vontade, e perderá todos os frutos das suas conquistas. Ele sem dúvida não poderá agir de outro modo; de que vale então empreender conquistas apenas para perdê-las por completo? De que vale tender para a República pura, para o Despotismo puro, se a opinião à qual os republicanos e os déspotas são obrigados a se submeter os torna impossíveis?

Eis precisamente o que desejava deixar claro no começo deste Capítulo. Responder-me-ão que tudo isto está entendido; aliás, a experiência o demonstra de tal maneira que ninguém pode duvidar disso; esta é também a razão pela qual nenhum partido procura mais realizar a idéia de um governo simples, seja ele republicano ou monárquico. Ao contrário, fazem-se reuniões em busca de governos mistos que apresentem as vantagens desses dois tipos de governo sem ter qualquer um dos seus inconvenientes. Como já disse, esta é a grande obra da política; trata-se de reunir dois extremos e, como se pretende ensinar aos adeptos da alquimia, fazer com que o fogo e a água se tornem amigos. Contudo, a prova de que ainda não se encontrou o meio de reuni-los, e que a antiga inimizade dos dois princípios se manifesta de maneira tão forte como a dos dois elementos, é que os homens qualificados de liberais — e que chamo de volitivos — e os designados de realistas — e que chamo de fatídicos — não podem de maneira alguma concordar uns com os outros, embora pareçam exigir a mesma coisa: uma Monarquia constitucional.

Eis porque eles não podem concordar entre si: os volitivos liberais querem que nessa monarquia constitucional o objetivo seja legal e de fato, e os fatídicos realistas pretendem que tudo seja legítimo e de direito. Ora, o que é de fato e legal se compõe de um Destino submetido à Vontade; e o que é legítimo e de direito anuncia uma Vontade submetida ao Destino. Procuremos caracterizar o que se deve entender por essas palavras, que pretendem menos determinar do que confundir.

Os homens da Vontade, volitivos ou liberais, que só consideram as coisas como fatos isolados, sem conexão entre si, vêem no homem apenas um homem, num rei apenas um rei, num magistrado apenas um magistrado, sem admitir como uma coisa existente por si mesma nem a humanidade, nem a realeza nem a magistratura. Estes termos lhes oferecem apenas uma idéia abstrata que não está ligada a nenhuma existência real. Sc pronunciam a palavra realeza, por exemplo, eles não entendem como uma coisa preexistente ao rei, determinando o ser real em poder, mas apenas uma coisa derivada desse ser e que lhe designa pura e simplesmente a dignidade. Assim, para eles, o rei existe antes da realeza e a cria. A realeza dá apenas uma abstração e o rei um fato que, assim que é reconhecido como tal pelo Povo, seja de que maneira for, torna-se legal.

Mas os homens fatídicos vêem tudo isso de outra maneira: eles admitem os universais, rejeitados pelos volitivos, e consideram as coisas não como fatos isolados, mas como elos de uma corrente que, sem serem a própria corrente, formam-na. Para eles, a humanidade, a realeza, a magistratura são coisas concebidas como preexistentes aos homens, aos reis, aos magistrados e estabelecidas pelo Destino para determinar-lhes a existência necessária. Da mesma forma, por exemplo, que se pode conceber que um exército, quando é decretado como potencial de ser, gerará necessariamente a existência de certo número de soldados. Esses soldados, como tais, não serão fatos isolados, mas fatos coordenados entre si para formar um todo que resulta em muitos deles, se quisermos, mas dos quais resulta, se pensarmos nisso, a idéia primeira e criadora que decretou o exército. Ora, que a realeza, por exemplo, seja uma coisa decretada previamente pelo Destino ou por um outro poder superior, pelo próprio Deus posto aqui no lugar do Destino, é algo que nenhum homem verdadeiramente fatídico, nenhum realista puro, pode duvidar sem entrar em contradição consigo mesmo. Esse homem sempre colocará a realeza antes do rei e só considerará legítimo o Rei nascido

na realeza. Um rei nascido fora da realeza se esforçará para ser igual à maneira dos homens volitivos, o fatídico sempre o considerará ilegítimo e distinguira o direito do fato. O direito para ele será sempre a ordem do Destino e a conseqüência necessária de uma lei universal e anterior; mas não verá no fato senão a usurpação da Vontade e a conseqüência de uma lei específica e posterior.

Se compreendermos bem o que acabo de dizer, perceberemos perfeitamente o que distingue o homem fatídico do volitivo e o monarquista do republicano; faremos a diferença entre o que é legítimo à maneira dos primeiros e legal à maneira dos segundos e veremos claramente que eles jamais poderão concordar sobre coisa alguma. Vamos supor que na monarquia constitucional, onde eles parecem reunir-se, seja preciso criar uma nobreza como corpo intermediário entre o monarca e o povo; os homens fatídicos verão essa instituição inteiramente estabelecida se ela existe, e impossível de ser criada se não existe. A rigor, eles conceberão que se possa aumentar-lhe a massa, mas não criá-la em princípio, porque embora possam conceder ao Rei a faculdade de fazer um nobre, jamais lhe concederão a de fazer uma nobreza. Os volitivos, ao contrário, julgarão ser mais fácil criar uma nobreza do que fazer um nobre porque confundirão a nobreza com a aristocracia e acreditarão que seja o nome genérico dado por abstração a todos os homens que têm empregos. Segundo eles, o Rei será o primeiro nobre, e o prefeito da cidade, o último. Eles poderão ver a legalidade nos títulos, porém jamais verão a legitimidade. Um nobre que se apóie apenas na legitimidade da sua nobreza não será nada aos olhos deles a menos que lhe acrescente a legalidade do fato, isto é, o emprego. Os homens fatídicos pensarão o oposto a este respeito e zombarão do nobre de fato que não o seja também de direito, isto é, que seja legal sem ser legítimo.

E se, por uma condescendência imposta por circunstâncias imperiosas, os homens da Vontade, os liberais, proclamarem a legitimidade do trono como o princípio conservador das monarquias, assim que ela esteja em vigor, quando sabemos compreendê-la bem, eles evitarão vê-la onde ela realmente se encontra, na realeza que faz o rei, como a nobreza faz o nobre; mas, em sua simples demonstração positiva, eles a colocarão na hereditariedade para que o Povo, podendo vê-la, possa compreendê-la e torná-la legal pela adesão da sua vontade. Isto significa sempre destruir de um lado o que se edifica do outro, submetendo a um poder o que pertence ao poder contrário. Não é a hereditariedade que faz a legitimidade e sim esta que consagra aquela. Se a legitimidade dependesse da hereditariedade, o povo poderia muito bem submetê-la a exame e torná-la legal, regulando o modo dessa hereditariedade. Mas como ela resulta unicamente da realeza e do nascimento dentro dessa realeza, segundo a ordem do tempo, o povo não tem nada a ver com isso, pois a realeza é uma e o tempo não tem duas maneiras de proceder.

Assim, os homens da Vontade e do Destino ou, como são chamados hoje, liberais e realistas, vêem-se conduzidos pela marcha universal das coisas para essa situação singular na qual uns não podem triunfar totalmente sobre os outros, chegando ao objetivo determinado pela sua natureza, nem se confrontar uns aos outros para constituir um governo misto permanente. Isto porque, para que uns triunfem totalmente sobre os outros é preciso que eles possam introduzir uma democracia pura ou um despotismo absoluto, o que é impraticável por causa da opinião que repele os únicos meios de alcançar esse resultado: a escravidão de uns ou o assassinato dos outros. Para que eles se possam reunir, seria necessária uma ligação intermediária da qual nem os primeiros nem os segundos querem admitir a ação nem reconhecer a eficácia. Eles preferem, ao confundir o significado de algumas palavras duvidosas, impô-las a si mesmos, iludir seus adversários e recomeçar um sem-número de vezes as tentativas sempre inúteis. Eles não percebem que, não obstante a dissimulação do seu discurso, a base do seu pensamento sempre aparece porque essa base é indelével, e o Destino ou a Vontade, que os influencia sem que o saibam, lhes faz ver como verdades fundamentais esses axiomas contrários; para os realistas: **Se o Rei quer, a lei quer**; e para os liberais: **A voz do Povo é a voz de Deus**.

CAPITULO VII

DISTINÇÃO IMPORTANTE ENTRE A ESSÊNCIA DA RELIGIÃO E SUAS FORMAS. AS FORMAS QUE CONSTITUEM O CULTO PODEM PERTENCER TANTO AO DESTINO QUANTO À VONTADE. A ESSÊNCIA É SEMPRE PROVIDENCIAL E CONDUZ À TEOCRACIA. CAUSA DAS QUERELAS RELIGIOSAS E DOS CISMAS

Sem dúvida compreendemos muito bem o que entendo por elo intermediário, sobre o qual falei no capítulo anterior: a ação providencial que seria preciso admitir no governo para nele consolidar a reunião dos dois outros princípios que, sem esse meio, jamais se unirão, porque são princípios extremos. E dois extremos, sejam quais forem os pontos de vista sob os quais os consideramos, jamais se podem reunir senão com a ajuda de um meio que os alcance por igual. Mas, alguns dos meus leitores talvez me digam se por ação providencial compreendeis a Religião, essa ação, já admitida em vários governos, não produziu neles o efeito que dela pareceis esperar. Ao contrário, a experiência tem demonstrado que ela dividia os espíritos em lugar de uni-los e que, longe de produzir bons resultados, não os produzia ou estes eram ruins.

Preciso fazer aqui uma distinção importante.

A ação providencial sobre a qual vos falo se manifesta bem, em princípio, em toda religião, como a ação fatídica em toda instituição monárquica, e a ação volitiva em toda instituição republicana; mas o culto que consagra essa religião é apenas uma das suas formas. Essa forma pode tornar-se tanto monárquica quanto republicana, conforme o Destino ou a Vontade do homem consiga apoderar-se dela. O culto só permanece providencial enquanto é teocrático, isto é, enquanto faz parte integrante do governo e lhe proporciona não tanto a forma quanto a essência do seu princípio. Peço-vos que compreendais bem isto e, sem procurardes exemplos nos tempos antigos e distantes do que se passa sob nossos olhos, considereis a diferença existente entre um arquimandrita grego e um ministro do Santo Evangelho entre os quacres: ambos se dizem igualmente cristãos e cristãos por excelência, não obstante professarem máximas bastante contrárias. Ambos estão ligados à ação providencial pela religião a que pertencem, mas as formas do culto tornaram-se fatídicas para o primeiro e volitivas para o segundo. Ambos cismáticos, eles só poderiam vir novamente a ser providenciais tornando-se ortodoxos, admitindo-se que a ortodoxia fosse reconhecida como teocracia universal, que ela bem quis ser sem jamais consegui-lo.

Quando a distinção que procurei fazer firmar-se bem no espírito dos meus leitores, poderei dar mais um passo. Dizem que a religião tem freqüentemente dado maus resultados, dividindo os espíritos que deveria reunir e precipitando em sangrentas dissensões os povos que deveria manter na concórdia e na paz. Respondo que se enganam os que dizem isto. A religião não é culpada desses efeitos funestos. Saída da Providência, que é o princípio de todo bem, ela jamais pode, sozinha, causar qualquer mal. São as formas dos cultos as causas dessas deploráveis devastações quando essas formas, invadidas pela Vontade do homem ou pelo Destino, encontram-se em contradição com as formas do governo dada por um princípio oposto. Como se sabe, a Europa, mais do que qualquer outra parte do mundo, tem sido o teatro dessas cruéis dissensões que tanto têm servido de pretexto aos inimigos da Providência para caluniar seus meios, mas o princípio dessas dissensões não estava na Providência e sim na ação livre da Vontade ou na fatalidade do Destino. O que chamávamos de querelas religiosas eram apenas querelas políticas nas quais os homens fatídicos ou volitivos se armavam com formas do culto para se combaterem mutuamente ou desfechar golpes mais certeiros e mais profundos. A Providência, submetida às suas próprias leis, não podia modificar nem a essência da liberdade nem a da necessidade, que causavam esses movimentos. Ela simplesmente amortecia sua veemência e impedia, como já disse tantas vezes, que os dois poderes, triunfando totalmente um sobre o outro, se destruíssem mutuamente.

Se quisermos nos aprofundar na causa dessas dissensões funestas que agitaram a Europa, é preciso pensar que a religião cristã ali dominante não é de origem européia, mas asiática, que ela tem suas

raízes primordiais na África porque o Sêfer de Moisés, contendo todas as tradições atlânticas e todos os mistérios egípcios, lhe serve de base e que, por conseguinte, as formas do seu culto são todas do domínio do Destino, que pôde apoderar-se dela facilmente. A rigidez dos seus dogmas, sua falta de clareza, seu encadeamento fatídico, que não deixam nenhuma liberdade, nenhum desenvolvimento possível à razão humana, tudo nessa religião tem portanto servido ao movimento do Destino, que devia deter o impulso por demais petulante da Vontade. O culto de Odin, inteiramente volitivo, felizmente foi reprimido depois que o efeito que ele devia causar extinguiu-se. Os Bárbaros, envolvidos nas formas de um culto novo, viram expirar nele a sua audácia; e a queda do Império Romano, que deveria causar a ruína total do Estado Social na Europa e o aniquilamento da Raça bórea por ela mesma, não teve as conseqüências fatais que deveria ter. Após alguns séculos de apatia e de trevas, esta raça emergiu de sua letargia e retomou seu movimento ascendente. Ela quis reiniciar, na Ásia, o domínio que ali tivera e sem dúvida tê-lo-ia feito com a ajuda do seu culto asiático se este não se visse dividido pelo de Maomé, cujas formas ainda mais fatídicas obrigaram-na a recuar.

Se a religião cristã viesse a tornar-se teocrática na época das Cruzadas, como devia, nenhuma das desgraças que lhe ocorreram desde então teria acontecido. Ao exercer uma influência justa sobre os governos, ela conseguiria desenvolver sobre si mesma um poder legítimo que, acompanhando o engrandecimento dos luminares, teria continuado a modificar suas formas para estarem sempre em harmonia com as coisas externas. Mas as razões que expliquei detalhadamente impediram-na de chegar então à plenitude da sua prosperidade; e as lutas que se repetiam sem cessar entre o Sacerdócio e o Império, entre o Papa e os Imperadores, afastaram para sempre essa possibilidade.

A religião cristã, deixando de tornar-se teocrática e, por conseguinte, de entrar nos governos como parte integrante deles, estes governos entregam-se a divisões intermináveis dos dois poderes rivais, a Vontade do homem e o Destino, que pretendem dominá-los exclusivamente e que, apoderando-se das formas do culto, vêm procurando alternadamente os pontos de apoio favoráveis aos seus desígnios. Essas formas totalmente fatídicas na ortodoxia e adequadas para servir às pretensões dos monarquistas puros, apresentam um contraste singular com a moral do cristianismo que, por outro lado, pregando a humildade aos Grandes muito mais que a igualdade a todos os homens, pois declara que os últimos serão os primeiros, favorecia inteiramente aos republicanos demagogos. Assim, opondo somente as formas à moral, as duas partes vão encontrar no culto cristão as armas políticas das quais, infelizmente, se têm servido com demasiada destreza.

Mas essas armas, embora já muito fortes, não lhes têm sido suficientes. Os homens fatídicos, apegando-se às formas do culto e sentindo a sólida força que elas lhes punham nas mãos para fazer mover toda a máquina política, quiseram coordenar-lhes a moral, que os contrariava. Daí veio o cisma grego. Já os homens volitivos, apoderando-se da moral, cujo princípio fundamental lhes oferecia um poderoso modo de ação para comover a multidão, têm procurado fazer com que as formas emanem dela, e têm conseguido. Daí nasceu o cisma inglês e alemão. Assim, essas divisões no culto cristão não foram religiosas como se acreditava que fossem sem submetê-las a um exame. Elas foram políticas. Não foi a Religião, mas a Política que sempre ensangüentou a Europa. A Religião era apenas o pretexto e a Política, a verdadeira causa. A Providência, alheia a essas funestas divisões, deixava que a Vontade e o Destino se debatessem e, sem poder arrostar seus movimentos opostos, inerentes à essência das coisas, pelo menos lhes temperava a fúria e, em meio à guerra, não deixava de oferecer às duas partes os meios para fazerem a paz.

Convencei-vos de que se os católicos têm sofrido tanto na Inglaterra e no norte da Alemanha, e se os protestantes têm sido tão cruelmente perseguidos na França, não é por serem homens religiosos, mas políticos. As formas do culto católico não conviriam à liberdade republicana e nem as do culto protestante à necessidade monárquica. Onde quer que essa discordância exista, há entre o governo e o clero uma luta abem ou oculta. Há perseguição todas as vezes que as formas podem ser opostas às

formas, isto é, todas as vezes que os homens políticos, cuja intenção oculta é fazer triunfar a Vontade ou o Destino, os princípios republicanos ou monárquicos, podem apoderar-se das formas do culto para representar seus adversários não só como rebeldes, mas também como ímpios, infiéis ou réprobos. Os indivíduos que sofrem essas perseguições normalmente não as relacionam com as suas verdadeiras causas. Eles se julgam vítimas de sua crença quando o são apenas da sua oposição a um sistema político. Arrastados pela força das coisas, eles não sabem a que turbilhão obedecem e muitas vezes estão em oposição a si mesmos. Isto acontece todas as vezes que, na Inglaterra, um católico protesta que o Rei não é rei pela graça de Deus, e que na França um protestante afirma que a soberania não está no povo. Esse católico e esse protestante podem dizer a verdade para si mesmos, podem realmente acreditar nisso como indivíduos, mas a crença particular aqui em nada contribui para o sistema geral. Ninguém acrescenta fé ao seu discurso e é uma desgraça a mais para eles, em tempos difíceis, serem impelidos por turbilhões cujos movimentos não aprovam.

Se a Religião tivesse sido poderosa; se tivesse podido fazer ouvir a voz da Providência em meio ao tumulto das paixões ardentes ou frias que agitavam os homens da Vontade e do Destino, ela poderia deter suas devastações. Mas onde estava sua força? Onde estava o santuário de onde poderia proclamar seus oráculos? Os diferentes governos receberiam a influência divina? Entrava ela como poder teocrático na constituição desses governos? De maneira alguma. Aceita simplesmente para a salvação dos indivíduos, não parecia que a salvação dos Estados pudesse depender dela. Contudo, é na salvação dos Estados que sua força se manifestaria se ela tivesse sido invocada. Mas, mesmo em meio às desgraças que a população européia tem sofrido, seria ela invocada? Não. Sonha-se ainda com as formas de culto e os políticos mais profundos são os que buscam os meios para empregá-las com mais destreza. Não obstante, a maioria, os que se passam por liberais, não quer isso. Segundo eles, o melhor a fazer é colocar a religião fora dos governos, deixar a cada um a liberdade de adotar o culto que lhe cabe por herança dos seus pais e que ele guarda por hábito doméstico, ou aquele ao qual ele dá preferência por convicção ou por interesse. Os políticos fatídicos, ao contrário, querem assegurar o domínio de um culto exclusivo, mas somente sobre o povo e sem serem obrigados a lhe dar a menor fé nem receber dele a menor influência no conjunto do Estado Social. Tudo o que eles podem fazer é deixarem-se constranger por alguns instantes por cerimônias exteriores e lançar sobre seus olhares zombeteiros e distraídos um véu hipócrita do qual saberão desfazer-se quando chegar o momento.

Mas não é assim que a Religião pode alcançar seu objetivo nem difundir sobre as sociedades humanas os benefícios da Providência, seja pretendendo-se isolada à maneira dos homens volitivos, chamados **ultra-liberais**, ou então fazendo dela uma força política como a imaginam os homens fatídicos, chamados **ultra-realistas**. A Providência jamais saberia entrar nesses projetos quiméricos. Como julgo ter dito várias vezes, por ser uma verdade que não pode deixar de sair com freqüência da minha pena, é preciso que a Providência seja tudo ou nada tanto num Estado como num indivíduo. Os que a isolam, perdem-na; os que esperam fazer dela um instrumento, viram-na contra si próprios, mudando sua natureza que, tendo sido boa em sua liberdade divina, torna-se má em sua necessidade fatídica.

CAPÍTULO VIII

NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO SOCIAL. QUAL É SEU TIPO UNIVERSAL. COMO OS TRÊS PODERES DETERMINAM AS TRÊS FORMAS DE GOVERNO. ESSAS TRÊS FORMAS REUNIDAS DÃO ORIGEM À TEOCRACIA. DIFERENÇA ENTRE A EMPORIOCRACIA E A MONARQUIA CONSTITUCIONAL

Voltemos sobre nossos passos e, após rememorarmos a constituição do Homem, como a expus em minha Dissertação Introdutória, e termos considerado esta verdade, tão freqüentemente repetida pelos antigos sábios, de que a Natureza, semelhante em todas as coisas é a mesma em toda parte, limitemos-nos a dizer que o Estado Social, sendo apenas o próprio Homem desenvolvido, deve

representar para nós uma imagem do homem, como o próprio homem representa uma imagem do Universo e, este último, uma imagem de DEUS.

Ora, sabemos que o homem encerra em sua unidade volitiva três esferas diferentes, cuja perfeita harmonia constitui a perfeição do seu ser. O homem só pode ser perfeito na medida em que essas três esferas estão não apenas inteiramente desenvolvidas, mas todas elas dirigidas a um objetivo único pela Vontade que as move: isto é, na medida em que a vida instintiva, a vida anímica e a vida intelectual resultantes dessas três esferas formam uma única e mesma vida. Se uma dessas vidas falta, o ser humano é tanto mais imperfeito quanto a vida que lhe falta é mais elevada. E se, entre as vidas que lhe restam, uma procura dominar em detrimento da outra, esse ser é presa da desordem. Mais ou menos atormentado por pensamentos confusos e díspares, e mais ou menos inclinado para a fraqueza que o arrasta para a nulidade ou para a força cega que o precipita para o crime, ele se inclina igualmente para a destruição.

Portanto, assim é o Homem e assim é o Estado Social. As três esferas que acabo de mencionar: a intelectual, a anímica e a instintiva, se apresentam nesse estado por três formas de governos resultantes dos três grandes poderes que regem o Universo: a Providência, a Vontade e o Destino. A forma teocrática é providencial e intelectual; a republicana, anímica e volitiva; a monárquica, fatídica e instintiva. Esta última forma pertence à Natureza naturada; ela emana da própria força das coisas e o Estado Social tende incessantemente para ela. A primeira pertence à Natureza naturante, sendo conduzida pela perfectibilidade das coisas, e o Estado Social aspira a ela mais do que tende para ela. A forma intermediária, que é a republicana, pertence à Natureza transitiva, isto é, àquela natureza que reúne a naturante à naturada e transforma incessantemente uma na outra. Ela resulta do movimento das coisas que conduz sua fermentação e sua dissolução ou regeneração. O Estado Social entra nela conforme a circunstância, para ali se purificar ou se destruir.

Todas essas três formas de governo, cujo princípio e objetivo acabo de mostrar, tendem a se tornar dominantes e exclusivas na Ordem Social; mas embora boas em si mesmas, sua dominância absoluta, que só pode existir com a exclusão das outras duas, torna-se má todas as vezes que é por demais prolongada, porque contraria a natureza tripliforme do Homem e impede que a harmonia se estabeleça nele. Portanto, deve-se temer essa dominância como o homem efetivamente a teme, mas não a ponto de o temor que ela inspira sufocar todo desejo de reunião dessas três formas numa só, independente do nome que essa reunião deva ter.

Peço-vos que observeis que é na aplicação desse nome que reside a maior dificuldade, e na idéia que os homens têm dele que encontramos o maior obstáculo porque, nessa vida elementar em cujo seio os homens estão mergulhados, é inútil querer evitar a influência dos nomes. O nome está para a idéia assim como o corpo está para a alma. Só chegamos ao conhecimento da alma através do corpo e não podemos alcançar nenhuma das coisas racionais ou intelectuais senão pelo nome que contém em si a idéia. Ora, teocracia é normalmente o nome que se dá à forma de governo que reúne as três formas numa só. Esse nome está incompleto pelo fato de não apresentar senão a idéia da forma providencial dominando sozinha porque os homens, por demais distantes de DEUS para compreendê-lo, confundem-no com a Providência, que é apenas uma das suas leis. Mas uma teocracia verdadeira não é somente providencial; ela é volitiva e fatídica no mesmo grau, isto é, contem a ação dos três poderes universais igualmente equilibrados e reflete a harmonia das três esferas da vida hominal.

Entretanto, à simples menção do nome teocracia, os homens volitivos e fatídicos se rebelam, imaginando que se trata de roubar, aos primeiros, a ação da Vontade de onde resulta a liberdade civil, e aos segundos, a do Destino, de onde emana a propriedade política. Esse perigo quimérico, que eles consideram iminente, os une não obstante sua natureza contrária, tornando-os fortes o bastante para resistir aos homens providenciais, contrariar seus esforços e quase sempre torná-los

incompletos ou inúteis. Essa reunião insólita é a que mais retarda o desenvolvimento do Estado Social e lhe causa os maiores males. Seria melhor que os dois poderes, francamente separados, como nas repúblicas ou nas monarquias puras, se vigiassem ou se combatessem abertamente em lugar de se devorarem secretamente, como nas Emporiocracias ou nas Monarquias constitucionais. Vou explicar a razão disso. É que nas repúblicas puras onde a Vontade do homem reina sem obstáculos, ou nas monarquias puras onde o Destino domina, a Providência pode encontrar seu lugar fazendo uma espécie de aliança com o princípio exclusivo contra o princípio excluído, ao passo que nas emporiocracias ou nas monarquias constitucionais, onde uma espécie de pacto alia momentaneamente a Vontade e o Destino, a Providência só pode ser admitida como forma impotente e sempre mais nociva que útil.

Mas, dir-me-ão, se esse pacto que une momentaneamente o Destino à Vontade, seja nas emporiocracias, seja nas monarquias constitucionais, busca a tranqüilidade e a felicidade para os povos, que mais se pode exigir dos governos? Com efeito, se a felicidade e a tranqüilidade nascessem destes tipos de governo, isto seria mais suficiente para que os povos, ciosos dessas vantagens, fechassem os ouvidos às advertências dos homens providenciais de todos os países, que não cessam de lhes dizer que esses breves momentos de prosperidade aparente pagarão um preço muito caro em calamidades reais que se lhes seguirão. Contudo, é mais que duvidoso que nesses tipos de governos mistos, mesmo nos mais bem organizados, se desfrute realmente desses bens. O pouco brilho que se vê nas emporiocracias e que tomamos por felicidade não passa de um fardo ilusório cujo luxo comercial colore por um momento as faces de um moribundo. A miséria excessiva da maior parte do povo e a profunda imoralidade que corrói o restante nutrem no seio da nação fermentos de ódio e de impiedade que não podem deixar de destruí-la. Quanto à espécie de tranqüilidade que se julga alcançar nas monarquias constitucionais, é um fantasma político, uma sombra fugidia que nos escapa no momento em que julgamos pegá-la. Essas instituições inúteis que são recomeçadas sem cessar, esse amontoado de disposições que se decora sob o nome de leis, essas molas que se partem ao menor choque, esses frívolos contrapesos onde se esgota o gênio constitucional, tudo isso é prova suficiente de que a grande obra ainda não foi inventada, e que a idade de ouro tão prometida por nossos modernos Sólons não resistiu à prova da capela.

Ao falar sobre a república, expus o que compreendia por esse tipo de governo a que chamo de emporiocrático: é um governo no qual o princípio republicano que o constitui encontra-se temperado por instituições monárquicas nas quais domina o princípio oposto. Esse governo, no qual o comércio desempenha o papel principal, tem como mola o que chamamos de crédito nacional, invenção moderna cuja natureza já expliquei o suficiente. A monarquia constitucional, que os publicistas pouco judiciosos confundem com a emporiocracia, tem outras bases. Ela resulta também de uma mistura de dois princípios, mas enquanto que na emporiocracia o princípio republicano é temperado pelo monárquico e a liberdade vem antes da necessidade, aqui tudo é o contrário: a necessidade vem antes da liberdade e o princípio monárquico é temperado pelo republicano. No primeiro desses governos é proibido dizer que o rei, considerado um mandatário do povo, é rei pela graça de Deus, mesmo que ele cumpra as funções de sumo pontífice. O povo, ao qual se dá a suprema soberania, é colocado por esse simples fato acima do próprio Deus. Lá, isola-se a Religião da lei e, enquanto se invoca uma espécie de severidade para o particular e se deseja que os indivíduos tenham um culto, indulge-se totalmente disto o governo, cujo único culto é o comércio e cuja única providência é o crédito nacional.

No segundo desses governos, ao contrário, o Rei é declarado como tal pela graça de Deus e em virtude das constituições do Estado. Supõe-se que o povo que o reconhece como legítimo e de direito divino, dá-lhe com esse título a suprema soberania, conservando na legislação apenas o direito de discutir a lei para aceitá-la ou recusá-la. Aqui, a lei é o resultado de dois poderes, um que a propõe e outro que a sanciona; mas embora essa proposta e essa sanção pareçam simples, não o são. O Rei, declarado inviolável e não podendo jamais fazer o mal é, em conseqüência dessa

inviolabilidade, reduzido a jamais fazer coisa alguma ou, o que dá no mesmo, julga-se que ele jamais realiza coisa alguma, nem mesmo os discursos oficiais que pronuncia, ainda que de improviso. Acredita-se que quem lhe sugere tudo é um ministério que ele cria para si mesmo. Esse ministério é responsável não só pelas leis que propõe em nome do Rei, mas também por todos os atos administrativos resultantes dessas leis cuja execução lhe é confiada. Eis, portanto, uma proposição complexa feita em nome de um monarca não responsável, irrepreensível em seus atos reais, por um ministério responsável e passível de ser acusado por causa desses mesmos atos. A sanção dada à lei é igualmente complexa porque o poder que sanciona não é mais o povo propriamente dito, mas parte desse povo a que chamamos de representação nacional. Essa representação nacional é dividida em duas câmaras, uma inamovível, composta de membros hereditários chamados Pares do Reino, nomeados originalmente pelo Rei, e a outra móvel, composta de membros eleitos para determinado período por colégios eleitorais reunidos nos diversos bairros e de acordo com formas determinadas por lei. Essas duas câmaras dão ou recusam sua sanção, cooperando, desta forma, na confecção da lei, que não saberia ser perfeita se não fosse revestida de duas sanções: uma, independente do Povo e do Rei, porque emana de um corpo inamovível; a outra, dependente do Povo e sempre influenciada pelo Rei, porque depende de uma assembléia móvel cujos membros são eleitos pelos colégios eleitorais, nos quais a ação popular e real se faz sentir pela maneira como esses colégios são formados e como são dirigidos pelo presidente, nomeado pelo Rei.

Aí está, sem dúvida, um governo que oferece a mais engenhosa complexidade das engrenagens de uma máquina do mais belo intrincamento que, se funcionasse, espantaria pela sua ousadia. Com efeito, que há de mais belo do que se ver um monarca cujo poder parece emanar da própria Divindade, pois se intitula Rei pela graça de Deus, que reconhece a liberdade do Povo e com ele divide sua autoridade legislativa? Que há de mais nobre do que essa inviolabilidade que o coloca fora do alcance das facções, na feliz impotência de fazer o mal, enquanto se lhe atribuem todo o bem que se faz sob sua paternal administração? Que há de melhor imaginado do que essa representação nacional que, sem estar sujeita a quaisquer das paixões cegas do Povo, não obstante lhe ressente a influência salutar em tudo o que diz respeito aos seus verdadeiros interesses? Essa cisão em duas câmaras, uma hereditária e outra eletiva, não é fruto da mais feliz combinação, pois oferece a possibilidade de resistir à opinião ou submeter-se a ela? Esses pares do Reino não formam uma nobreza livre de todo o perigo? Pode existir para eles outra ambição que não a do bem público; outra rivalidade que não a da glória nacional que se reflete sobre eles? Não são os representantes do Povo os órgãos da opinião pública? Não vêem eles a carreira da eloqüência se abrir à sua frente? Essa tribuna de onde suas entonações varonis, ou as felicitações do Povo, ou seus temores, ou suas esperanças, ou suas enérgicas reclamações se fazem ouvir, não é ela o objetivo de todos os desejos gerais, o alimento de todas as virtudes, o móbil de todos os talentos? Tudo isto é admirável. Então, por que tão bela máquina não funciona? Precisamente por ser uma máquina: ela não funciona pela mesma razão porque a estátua do Apolo uma obra-prima de arte, não obstante o gênio e o imenso talento de quem a fez, não se move. Para que ela se movesse seria preciso que tivesse uma mola que a fizesse andar, ou que não fosse uma estátua.

Onde está, então, a mola da monarquia constitucional? Ela não a possui: quando funciona, é o ministério que a impele e a faz andar; é o ministério que lhe imprime os movimentos que depois o assustam, pois uma grande máquina que funciona por impulsão, um colosso privado de vida que começa a mover-se, tem qualquer coisa de assustador. Se o ministério, fatigado ou assustado, suprime seus esforços, tudo pára e eis então o que acontece: uma espécie de fermentação ocorre na representação nacional cujos membros, todos eles, aspiram a ser ministros do Rei, e conforme esta fermentação ocorra na câmara dos pares ou na dos comuns, ela produz um pequeno movimento na vida fatídica ou volitiva de cuja comoção o monarca se ressente e que age sobre ele de acordo com seu caráter. Se insiste em seu ministério indolente ou desastrado, ele se expõe; se não insiste nele e

escolhe outros ministros, o mesmo impulso recomeça na máquina e persiste até que o novo ministério também largue o timão por cansaço ou medo.

Mas não se poderia encontrar uma mola para a monarquia constitucional como a encontrada para a república monárquica ou para a emporiocracia? Sim, mas não da mesma natureza, porque uma monarquia não pode ser comercial da mesma forma que uma república o é, e o crédito nacional jamais se tornaria poderoso o bastante para lhe servir de mola. Considerai uma vez mais o seguinte: numa monarquia constitucional, não é o comércio que pode ser colocado na primeira linha, como numa emporiocracia, porque o trono, embora constitucional, tem uma origem basicamente fatídica que atrai, não obstante a força volitiva que o repele, uma ordem aristocrática ou nobiliárquica cujo brilho, independente de qualquer outra consideração, o envolve. Essa ordem, que sempre deve depender do nascimento para estar em harmonia com a legitimidade do trono, não pode de modo algum apoiar-se no comércio no qual o brilho que o nascimento dá é inútil e mesmo nocivo. Suas verdadeiras bases são a possessão territorial, isto é, a agricultura, ou a profissão das armas, isto é, a ilustração militar. A existência dessa ordem provém da própria essência da monarquia e não existe constituição possível que possa aniquilá-la quando a monarquia não é aniquilada. Ora, a monarquia constitucional difere da emporiocracia em que a monarquia ali existe modificada pela república, ao passo que na emporiocracia a república é modificada pela monarquia, de modo que o comércio, que nesta se encontra na primeira linha e dá à própria agricultura seus meios de crescimento e de atividade, naquela ocupa a segunda ou mesmo a terceira linha, vindo depois da agricultura e obtendo desta seus maiores recursos. Numa emporiocracia totalmente desenvolvida, é o comércio que domina: ele forma um estado dentro de um Estado; ele arma por sua própria conta, mantém forças de terra e mar, comanda como senhor os povos submetidos e torna-se poderoso o bastante para pôr o próprio Estado sob sua dependência, fornecendo-lhe a mola mágica que o faz mover-se. Mas nada disso pode acontecer numa monarquia onde o comércio, por mais florescente que seja, jamais pode torná-la ilustre, pelo menos diretamente. Todas as tentativas que ele poderia fazer para afetar a soberania, formar exércitos e manter uma marinha belicosa e conquistadora seriam ilusórias enquanto o Estado do qual ele faz parte não se constituir em república, porque a ordem aristocrática ou nobiliárquica da qual falei não lhe obedecerá e ele deverá destruí-la para poder reinar.

A ação de uma mola, seja em que máquina for, depende de sua força superior à da máquina. Um relógio não funcionaria se as engrenagens que o compõem opusessem ao retentor de sua mola uma força maior que a sua. A ação da mola comercial, que é o crédito, não é poderosa o bastante para fazer mover uma monarquia por causa das resistências fortes demais que ela encontra nas instituições. É preciso buscar alhures essa ação: mas ao mesmo tempo em que mostrarei onde está essa ação e, por conseguinte, onde se deveria pegá-la, Deus me proteja de jamais aconselhar seu uso! A mola que dá essa ação é forte demais, razão porque ela deve ser proporcional à massa a ser acionada para que seu uso não seja altamente perigoso.

CAPÍTULO IX

QUAL PODERIA SER A MOLA POLÍTICA DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL. PERIGOS DESSA MONARQUIA DESPROVIDA DE MOLA. NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRÊS FORMAS DE GOVERNO E SOBRE SUAS DIFERENTES ESPÉCIES.

No Capítulo anterior disse que se deve sempre procurar a mola de uma máquina qualquer naquilo cuja força seja evidentemente superior à da máquina, para vencer, por esse meio, a resistência das massas que se opõem ao seu movimento. Ao expor aqui qual é a mola que se poderia empregar para fazer funcionar uma monarquia constitucional, devo declarar mais uma vez que seu emprego seria perigoso, e tanto mais perigoso quanto o Estado ao qual ela fosse aplicada tivesse uma massa maior e uma instituição mais firme.

Portanto, ao considerarmos uma monarquia constitucional como uma máquina política feita pela mão do homem, e de cujo governo a ação da Providência seria afastada na qualidade de poder teocrático político, aí está a mola que se lhe poderia aplicar.

Não se deveria prender essa mola nem na resistência da monarquia nem na da república, porque isto significaria dar força demais a uma ou outra e romper o equilíbrio formado pela sua mistura. Mas seria preciso procurá-la na coisa em si que operou essa mistura e da qual a própria monarquia constitucional recebeu sua existência. Ora, essa coisa é a Lei. Portanto, que se coloque a lei acima de todas as instituições que dela emanem e as submetamos todas sem qualquer exceção, e veremos que, ao desenvolver sua força superior, ela as porá em funcionamento, da seguinte maneira. A lei, como a compreendo aqui, a lei política, é um ser de razão que não possui nenhum movimento autônomo e que não pode elevar a voz quando é abandonada, iludida ou violada; mas dêem-lhe um órgão que seja independente de toda outra autoridade, cujo olhar paire igualmente acima do Povo e do Rei, e cuja mão restrinja ao mesmo tempo o poder da Vontade e o do Destino; estabelecei, por um encontro momentâneo desses dois poderes, um poder misto representado pelo corpo judiciário; nomeai um Grande Justiceiro e fazei com que as Cortes soberanas que ele presidirá não sejam soberanas apenas no nome, mas de fato, e vereis que terrível mola elas criarão sob suas ordens. A justiça estará nas mãos desse Grande Justiceiro e todas as cabeças se inclinarão diante dela. Esse magistrado supremo, independente de todo outro magistrado, inamovível, mas eletivo segundo certas formas, nada poderia fora das suas atribuições, e estas serão exclusivamente as de representar a lei e fazer com que ela seja cumprida. Através da sua existência, haverá três poderes na monarquia constitucional: o poder fatídico e real, representado pelo Rei, sua nobreza, seu ministério, seus conselhos e agentes administrativos; o poder volitivo e popular, representado pelo corpo legislativo, dividido em duas câmaras; e o poder misto da judicatura, independente dos dois outros, representado pelo Grande Justiceiro, presidente de todas as cortes soberanas. Esse último poder, verdadeira criação da Razão humana, fará a obra política movimentar-se e lhe dará a duração que a força das suas instituições poderá prometer-lhe.

Como já disse, essa mola é perigosa porque é passível de dar um impulso forte demais. Mas ela é a única que pode ser adaptada à máquina política a que chamamos de monarquia constitucional e capaz de fazer mover suas diferentes engrenagens. Na sua ausência, essa máquina, embora de forma elegante, é fraca demais para resistir ao menor choque. Os homens que não enxergam isto são cegos em política. Para que a monarquia constitucional possa conservar por muito tempo sua constituição mista, destituída de qualquer mola, é preciso que ela seja isolada de todo outro poder político, que jamais tenha sido ofendida e que governados e governantes, igualmente satisfeitos uns com os outros, não procurem se dominar mutuamente mais do que a lei os permite. Caso contrário, a menor monarquia pura, se governada por um príncipe ambicioso, a menor emporiocracia, tendo um interesse a submetê-la, bastarão para fazê-la tremer. Ao menor abalo, ela tombará. Se seu Rei constitucional é dotado de talentos militares, se seu caráter o leva para certa glória cujo brilho sempre fascina os jovens monarcas, ele romperá facilmente o nó mal feito que reúne o poder real ao poder popular, subjugará este último e, dando ao outro a dominância para a qual ele tende por sua própria natureza, fará dele uma monarquia, mais ou menos fortemente constituída, conforme sua força e seu talento. Mas, por outro lado, se o Rei constitucional vê-se, em algumas circunstâncias difíceis, reduzido somente às suas virtudes civis, e se existe no seio do Povo um homem dotado de grande força de vontade e se sua posição no corpo legislativo ou no exército torna-o temível, esse homem, apoderando-se do poder popular, esmagará facilmente seu rival e chegará à república pura.

Contudo, como a monarquia e a república puras tornaram-se igualmente impossíveis entre nós devido às conseqüências indispensáveis que acarretam e que a opinião repele totalmente, a escravidão e o assassinato, acontece que nem o homem fatídico nem o homem volitivo conseguirão alcançar o objetivo absoluto para o qual tenderão, e serão obrigados a cair no governo militar ou emporiocrático, segundo as circunstâncias e os meios que terão empregado. É inútil que eles

próprios procurem abusar da natureza desses meios e que acreditem, como Robespierre ou Bonaparte, substituir a escravidão pelo assassinato e este último pela servidão; nem a servidão nem o assassinato lhes servirão de nada e eles próprios acabarão sendo as vítimas do seu próprio meio e sendo massacrados ou escravizados, porque não se pode jamais impedir indefinidamente que o efeito siga sua causa. Tudo o que se pode fazer é retardá-lo.

Quanto ao império militar ou à emporiocracia que irresistivelmente nascerão da monarquia constitucional desprovida de mola, como esses dois governos possuem como mola a própria força que os constitui, a militar ou a comercial, eles poderão subsistir por mais tempo, conforme as circunstâncias externas os favoreçam. Mas sua existência será sempre infinitamente limitada em comparação com a dos governos simples, e sobretudo em comparação com a dos governos unitários, que são os únicos perfeitos.

Agora que mostrei, embora com alguma dificuldade, pelo perigo que ela acarreta, qual é a mola da monarquia constitucional, e que falei bastante sobre o que entendo por governos simples e mistos, deveria passar sem mais delongas aos governos unitários. Mas antes disso, num assunto assim tão novo e no qual me tem sido impossível empregar tanto método quanto gostaria, julgo ser útil estabelecer a diferença que faço entre as três espécies de governo dos quais falo agora, e as três formas sobre as quais já falei. Essa diferença consiste principalmente no fato de que as três formas de governo, que dependem de três princípios distintos e emanam da ação dos três grandes Poderes que regem o Universo, podem ser consideradas como simples, mistas ou unitárias e, por conseguinte, dar origem às três espécies de governo em cada uma dessas formas. Examinemos isto.

A Providência, a Vontade do homem ou o Destino, ao exercer sua ação sobre o Estado Social, determinam nele, em poder, três formas de governo que passam para a ação desde que as circunstâncias externas favoreçam seus desenvolvimentos. Essas três formas são em geral a teocrática para a Providência, a republicana para a Vontade e a monárquica para o Destino. Classifico-as de puras quando a que domina não oferece nenhuma mistura das outras duas. A teocracia, por exemplo, era pura entre os hebreus; a república, pura entre os atenienses; a monarquia, pura entre os assírios. Nesses povos, o governo era simples. Na Palestina, ele estava nas mãos de um Sumo Sacerdote, criado por Moisés para reger o povo em nome do Deus único; em Atenas, ele dependia de certo número de magistrados chamados **Arcontes**, estabelecidos para dirigir o povo em nome do próprio povo; em Nínive, ele repousava por inteiro nas mãos de um monarca absoluto, herdeiro de Nino, e comandando o povo em seu próprio nome. Após ter-se considerado o princípio dessas três formas puras de governo, deve-se considerar suas conseqüências e seus meios, que são, para a teocracia pura, a fé e a devoção absoluta à Divindade; para a república, o amor à pátria transformado em virtude e horror à servidão; para a monarquia, o amor-próprio e o orgulho transformado em honra, e o temor.da dor ou da vergonha que acompanham a morte.

Essas formas puras transformam-se em espécies, ao se compará-las com as formas mistas que podem resultar da sua mistura. Chamo-as então de formas simples. As formas mistas resultam da amálgama que se faz de duas formas simples. A reunião da teocracia à república, por exemplo, constituiu a legislação de Orfeu entre os antigos gregos; a da teocracia à monarquia assinalou a missão de Krishna nas Índias, de Zoroastro na Pérsia e de Numa entre os etruscos. Odin entre os escandinavos reuniu a teocracia ao feudalismo, que já era uma fusão, feita pela força das armas, da monarquia na república. Onde quer que encontremos a teocracia, seja mesclada à república, à monarquia ou ao feudalismo, ela dá vida política aos Estados e serve de meio para fazê-lo funcionar. Esses Estados não necessitam de outra mola. Mas quando a teocracia falta nas formas mistas, isto é, quando a ação providencial é posta fora dos governos, sejam eles quais forem, então esses governos necessitam de uma mola política que lhes sirva de meio para acionar suas diferentes engrenagens. Nas formas simples, essa mola é o resultado do seu princípio, e eu a chamo então de meio de vida; nas formas mistas, onde se encontra a teocracia em ação, também há uma

conseqüência da ação providencial que se faz sentir ali; mas naquelas onde a Providência está ausente, essa mola, que deve ser chamada de política, é obra da própria legislação. Ela deve sair sempre do primeiro móbil que determinou a mistura ou a fusão dos dois princípios. Assim, o império militar, e o feudalismo que é sua conseqüência, fundados pela força das armas e pela conquista, recebem sua mola dessa mesma força; assim, todas as aristocracias, oligarquias ou emporiocracias tomam a sua emprestada ao primeiro móbil que elevou os aristocratas, os oligarcas ou os emporiocratas, e que é sempre uma espécie de ilusão política, uma fé depositada no nascimento, na sabedoria ou na fortuna do governo; um crédito, enfim, que repousa seja no que for, mais freqüentemente, em coisa alguma.

Todas as monarquias constitucionais, qualquer que seja a maneira como estão constituídas, têm igualmente necessidade de uma mola política e essa mola não pode ser tomada onde está, isto é, no primeiro móbil das suas constituições. As monarquias européias, cujas formas jamais foram simples, por causa do movimento volitivo que atua na Europa desde a origem das sociedades na Raça bórea, têm empregado diferentes molas para se movimentarem, conforme os tempos e as circunstâncias. Em Aragão, o Grande Justiceiro; em Castela, a Santa Irmandade; na Inglaterra e na França, a ordem dos Cavaleiros Teutônicos, etc. Todas essas instituições políticas, quase sempre nascidas da força das coisas e sem premeditar o objetivo que lhes cabia por direito, tomaram o lugar das molas políticas à medida que os verdadeiros meios de vida ou de existência se extinguiam ou se deterioravam, isto é, à medida que a ação providencial era afastada dos governos.ou que a força das armas não tinha poder neles.

À época em que, na Europa, a ordem social começava a sair das trevas para onde fora arrastada pela queda do Império Romano, a política e a legislação desenvolviam-se, por assim dizer, sozinhas e nas sombras. Para muitos, a força das coisas estava nas instituições, que freqüentemente tomavam uma direção e um emprego totalmente diferentes dos idealizados pelos seus fundadores. Mas, agora que as luzes adquirem um brilho cada vez mais intenso, o instinto de nada serve ao legislador e não lhe é permitido ignorar o objetivo para o qual ele trabalha. Se quiser fundar um Império militar e feudal, ele deve saber que necessita da força das armas e que sem conquistas nada pode fazer. Sonha-se com uma República pura, ele deve examinar onde e como encontrar escravos. Se quiser uma Monarquia absoluta, ele deve lembrar-se de que necessita de instrumentos de morte. Mas uma força superior impede que ele queira a escravidão ou o assassinato: que ele cesse, portanto, de querer a democracia ou o despotismo. Seus olhos fixam-se na aristocracia: onde está a ilusão com a qual ele envolverá esses aristocratas? Quem acreditará que eles são maiores ou mais sábios que ele próprio? Mas esses aristocratas serão oligarcas cujo mérito será a fortuna e, principalmente, a grande possessão territorial. Digo que se esses oligarcas são nobres ao mesmo tempo em que ricos, eles quererão uma monarquia; e se são ricos sem serem nobres, desejarão uma república. Digo que somente a fortuna jamais servirá de elo ou de mola para um Estado porque ela é por demais inconstante e freqüentemente muda de mãos. Ela será fixada por morgados, por substituições. Sim, mas então o que se criará é um fantasma de nobreza, ao qual se aplicarão todos os inconvenientes da verdadeira nobreza sem uma só das suas vantagens. Ora muito bem! O legislador inclinará o Estado para a emporiocracia: terá ele à sua disposição um comércio imenso que, cobrindo os dois hemisférios com seus pavilhões possa transformar o gládio de dois gumes no Caduceu de Mercúrio? Se não o tem, que ele busque outra forma de governo porque a emporiocracia requer, como mola, um crédito nacional que somente tal comércio lhe pode dar. O legislador se detém numa monarquia constitucional, metade monarquia, metade república, e apresenta seu modelo, por ele meditado na ausência de todas as paixões. Esse modelo é muito bonito e resultará numa estátua com as mais belas proporções: pena que ela não se movimentará. Ele instalará uma mola e fará bem. Mas faria ainda melhor se procurasse dar-lhe vida. Como! Dar vida a uma estátua? Sim, vida numa estátua. Qual será a Divindade protetora que queira atender ao pedido desse Pigmalião político? Uma Divindade que jamais recusa sua ajuda aos que a invocam com o coração puro e visando ao bem universal: a Providência.

CAPITULO X

VERDADEIRA SITUAÇÃO DAS COISAS NA EUROPA. COMBATE ENTRE OS HOMENS DA VONTADE E OS DO DESTINO, OS LIBERAIS E OS REALISTAS. QUAIS SÃO OS HOMENS MISTOS CHAMADOS MINISTERIAIS. PERIGO EM QUE SE ENCONTRA A ORDEM SOCIAL. MEIO DE EVITAR ESSE PERIGO

A Providência encontra-se em todas as coisas onde sua presença é reconhecida. Ela está no fetiche do selvagem africano como nas Tábuas da Lei apresentadas por Moisés. Semelhante à vida universal que dela emana e que brilha igualmente no olho do mosquito como no do elefante, ela não difere de si mesma exceto pelo tamanho, pelo mérito ou pela importância dos objetos. Como a fé divina é o fruto moral que ela traz, é também esse fruto que lhe dá origem. Onde quer que a fé divina esteja, lá também em capacidade de ser o poder intelectual que domina o Universo. Fora dessa lei só se pode esperar produções transitórias, pois tudo o que produz a liberdade volitiva ou a necessidade fatídica é transitório. Somente as produções providenciais têm direito à imortalidade.

Acredito poder enunciar abertamente essa verdade. A Providência pode ser chamada em todos os governos e todos poderiam dever-lhe a vida, mas para que essa vida seja completa é preciso que os três poderes sejam reunidos num único poder dentro dela. Essa reunião, quando possível, constitui o que chamo de governo unitário. Esse governo pode ocorrer todas as vezes que dois poderes já estão reunidos numa forma mista. Para torná-lo perfeito basta acrescentar-lhe o poder que falta.

Se quisermos nos dar ao trabalho de refletir sobre o que acabo de dizer, sentiremos que o momento é extremamente favorável para constituir um governo unitário na Europa, e que se os homens chamados pelo Destino ou pela Vontade para serem seus legisladores não sentem a enorme vantagem que lhes dá a revolução que acaba de abalar essa parte do Mundo, eles deixarão escapar uma das melhores oportunidades que se pode oferecer aos seus trabalhos. Sei muito bem que, atraídos inicialmente pelas aparências, esses homens me dirão que, longe de ver as coisas tendendo à unidade para a qual aponto, parece, ao contrário, que tudo se esforça por se dividir cada vez mais. Não nego essas aparências; considero-as mesmo naturais e adequadas para provar o que eu disse.

Com efeito, lembremos-nos de quantas tentativas a Vontade do homem tem feito na Europa para chegar a dominá-la. Quanto trabalho! Quantas tramas maravilhosamente urdidas! Quantos esforços prolongados e penosos! Finalmente ela ia conseguir. Mas surge um obstáculo imprevisto. A república pura, estabelecida por duas vezes e por duas vezes cimentada com o sangue de dois infelizes monarcas, não pode resistir ao primeiro choque do Destino. Ela desabou sobre as ruínas sangrentas que havia amontoado. Mas um homem fatídico se apresentou, envolveu em seu turbilhão aquela terrível Vontade européia e lhe disse que esse turbilhão era dela. Ela acreditou, mesmo passado muito tempo, quando não mais podia crer nele. Mas finalmente, quando esse homem, repelido por um destino mais poderoso que o seu, caiu, deveria ela continuar a sustentá-lo? Sim, porque não tinha outra esperança senão enganá-lo como fora por ele enganada. Espantada com a sua derrota, mas não desencorajada, essa soberba Vontade luta ainda contra os acontecimentos. Ela tenta seus últimos recursos e agita tudo o que pode agitar. Faz ouvir sua voz desde o Tejo até o Don. Abala a Espanha e a Itália; perturba a Inglaterra e a Alemanha; intimida a França; agita mesmo a poeira daquela antiga Grécia onde outrora reinara; e o turco e o russo, lançados na arena, vão assestar entre si golpes cujo resultado é difícil prever. Seja como for, ela espera sempre tirar vantagem disso, pelo menos enfraquecendo seus mais temíveis inimigos.

Entretanto, o Destino, ainda agitado com o perigo que correu, excita seus defensores. Os homens fatídicos que ele anima se opõem com todas as forças aos volitivos. Sob os nomes de realistas e liberais, uns e outros impelem o Estado Social em direções contrárias e parecem querer despedaçá-lo. Os primeiros, que aspiram somente ao restabelecimento das instituições derrubadas, são

acusados de querer regredir a civilização; os segundos, que tendem apenas a realizar suas idéias de aperfeiçoamento, são acusados de querer perdê-la, impelindo-a para frente no turbilhão das revoluções. Essas duas acusações, que têm algum fundamento, dão origem a grande número de defesas e esclarecimentos que não desculpam ninguém e nada esclarecem. Entretanto, alguns governos mistos, tendo-se formado e operado, através do interesse do momento, uma espécie de reunião entre vários desses homens, conseguiram abrandar suas idéias e fazer nascer entre eles uma espécie de partido intermediário a que chamamos de partido de centro. A bem dizer, os homens que o compõem não têm partido: são moderados, governistas, ministeriais, e esses nomes, que deveriam ser honrosos e lhes dar força, são precisamente o que os perdem na opinião pública, o que os privam de todos os meios.

Se tivéssemos necessidade de mais uma razão, depois de todas as que apresentei, ou que emanaram naturalmente dos fatos enunciados, esta seria mais que suficiente para fazer compreender que esses governos mistos, nos quais o gênio dos modernos legisladores se esgotou, carecem dos dois mais poderosos móbiles políticos, o amor à pátria e a honra, pois os realistas e os liberais não querem incluir nenhum dos dois. Parece haver, nesses governos, uma espécie de vergonha em partilhar da opinião dos ministros e apoiá-los. O espírito que os anima, por mais puro e desinteressado que possa ser, sempre traz consigo um caráter de obscuridade e de astúcia que arma previamente contra eles. Não se pode entrar neles sem fazer concessões que ferem o amor próprio, e nem poderia ser de outro modo. Os governos mistos são mistos precisamente porque não são simples e porque nada de simples nem de puro poderia concordar com eles. Os realistas quereriam que os ministros fossem realistas, e os liberais, que eles fossem liberais. Mas isto não pode acontecer sem causar a derrubada imediata do edifício constitucional, porque esse edifício não é composto de elementos homogêneos, mas de elementos que participam de dois princípios opostos: o monárquico e o republicano. Se os ministros fossem liberais ou realistas puros, eles não seriam ministros de uma monarquia constitucional, mas de uma república ou de uma monarquia absoluta; e como eles estão dentro do espírito da sua instituição, no verdadeiro caráter constitucional que é uma mistura de república e monarquia, são acusados de duplicidade. Lança-se mais que ridículo e muito menos que culpa sobre eles e sobre o partido de centro com o qual se cercam; acusam-nos de viverem da corrupção e pouco falta para se dizer a esse governo escolhido que ele não pode ter nem agentes nem amigos senão ao preço dos mais baixos interesses e que não existem em seus corações nem amor, nem felicidade nem zelo que os estimulem, fora das paixões sórdidas que os inspiram.

Vamos supor, em tal estado de coisas, que esse governo corra um risco um tanto considerável. Veremos que ele não poderá sustentar-se com sua própria forma por um momento sequer. Ele será obrigado a procurar apoio entre seus mais resolutos inimigos, os liberais ou os realistas puros, junto aos quais só o encontrará com a condição de deixar de ser ele próprio e transformar-se neles. Como não pode fazer isso, ele se verá na necessidade de iludi-los e aprofundar-se cada vez mais naquele caminho de astúcia e de corrupção de que tanto o acusam. Assim, por algum tempo, ele poderá provocar o amor à pátria ou a honra, apelando para a liberdade ou para a necessidade. Mas esse jogo de gangorra logo deixará de encontrar novos tolos; as molas que ele emprega se enfraquecerão; seus meios corruptores se esgotarão e ele não disporá mais de engodos poderosos o bastante; o ódio dos partidos, cansados, não mais se abrirá às conspirações que ele tramará para fazê-los assustarem-se uns com os outros. As massas, movendo-se sozinhas, chocar-se-ão, destruindo-se e aniquilando-se mutuamente, se o inimigo externo não triunfar pela conquista.

Este é o estado atual de grande parte da Europa: de um lado, o movimento violento em direção à república pura; do outro, o movimento igualmente forte rumo à monarquia pura. No centro, alguns governos mistos, emporiocráticos ou constitucionais, atraídos ora para uma ou outra tendência e alternadamente forçados a seguir seus turbilhões contrários. Esse estado é penoso, e se durar mais algum tempo ameaça a ordem social na Europa com uma subversão total.

Só existe um meio de salvá-la e esse meio, como disse claramente, é chamar a Providência para os governos e reconduzir à Unidade o que está misturado e dividido. Assim, que se faça desaparecer o cisma da Religião, apagar todas as diferenças de culto, instituir um Sumo Pontífice europeu que seja igualmente reconhecido e respeitado por todos os povos; que esse Sumo Pontífice domine um sacerdócio esclarecido, sábio e poderoso cuja voz se faça ouvir em seus conselhos; que esses conselhos, em lugar de admitir unicamente dois princípios e ser, em conseqüência, a arena de eterno combate, recebam três, assim representados: a Providência, pelo Sumo Pontífice e pelo sacerdócio; o Destino, pelo monarca, pares do reino, seu ministério e sua nobreza; e a Vontade do homem, pelos colégios eleitorais e deputados dos estados. E verão que essa unidade tão procurada nascerá de si mesma, porque três poderes ou três princípios reunidos sempre produzem, ao se confundirem, um quarto poder ou um quarto princípio, de onde emana a única unidade possível na Terra.

Mas objetareis que proponho um remédio eventual e quase ilusório para curar um mal atual e positivo; direis que é impossível reconduzir a Religião à uniformidade do culto e criar um Sumo Pontífice que reúna em si a concordância e a veneração de todos os povos da Europa. Respondo a esta objeção, a única que realmente me podeis fazer, dizendo que o remédio proposto só vos parece eventual e quase ilusório porque não concebeis sua realidade física e moral, e que essa realidade só vos escapa porque considerais impossíveis coisas que são extremamente fáceis quando verdadeiramente desejadas. Basta que desejeis essas coisas para verdes que os obstáculos que julgais intransponíveis se aplainarão à vossa frente. Ousai fazer um movimento na direção da Providência: ela vos espera para secundar-vos. Entretanto, não vos enganeis. Não há dúvida de que seria impossível afastar da Religião os cismas que a desfiguram e desonram; seria impossível chegar à uniformidade de culto que a Providência exige se tentásseis obter esses admiráveis resultados quer pelos desvios oblíquos da astúcia ou pelos meios odiosos da força. Nem com astúcia nem com força conseguiríeis isso. Não vos esqueçais deste axioma, já tantas vezes repetido no decorrer desta obra: as coisas universais, que dependem de um princípio universal, só se destroem por si mesmas, ou só se modificam pelo trabalho no interior do seu próprio princípio. Ora, de todas as coisas que se pode colocar na categoria das que dependem de um princípio universal, a Religião está certamente em primeiro lugar. Ela jamais pode mudar senão por si mesma; qualquer outra mudança, qualquer outra modificação seria inútil ou nociva. Todos os meios externos que se poderia adotar para chegar a esse objetivo seriam perigosos e ineficazes. A Providência não pode restringir nem a liberdade da Vontade nem a necessidade do Destino; mas ela também jamais pode ser restringida nem por uma nem por outra. Quando se quer que ela mude ou que modifique suas produções, é preciso saber interessá-la em fazer tal coisa.

Portanto, se, com relação às luzes do século, os protestantes acham que o culto católico continua oferecendo em seus dogmas uma obscuridade muito grande e em sua doutrina uma inflexibilidade excessiva; se, por outro lado, católicos e protestantes concordam em considerar o culto reformado como insignificante e frio, incoerente e versátil; se os cismáticos gregos recusam menos sua concordância a certos dogmas do que temem a influência papal; se os próprios judeus, por tanto tempo perseguidos por um erro funesto, sofrem por viverem isolados em meio às nações européias, certamente seria bem possível obviar todos esses inconvenientes. Obstáculos outrora intransponíveis deixam hoje de sê-lo.

Tudo se deteriora com o tempo, e as formas do culto se apagam como tudo o mais. Elas perdem suas asperezas; seus sinais principais desaparecem e logo não mais distinguimos, externamente, os homens que pertencem a seitas diferentes, mesmo as mais opostas. Um católico, um protestante, um cismático grego e mesmo um judeu podem hoje se encontrar no mesmo hotel e viver meses inteiros sem perceber que seguem ritos diferentes. Faz apenas um ou dois séculos que o primeiro sábado da semana que os tivesse reunido à mesma mesa teria marcado todos os quatro de forma bem característica. Eles se teriam afastado uns dos outros imediatamente. Agora não se afastam mais, primeiro porque não se reconhecem e, mesmo que o fizessem, porque não veriam razão para isto,

pois seus diferentes hábitos se fundiram no mesmo hábito que é o de se comportar no mundo como todo mundo. Não é que todos eles tenham deixado de observar seus cultos e que não se entregariam à violência se quiséssemos obrigá-los a mudá-los. Mas estejam certos de que é por motivos políticos que eles os observam, e que a opinião ou o amor-próprio, a necessidade ou a liberdade, estão presentes para ocupar o lugar do zelo religioso. Esta é a razão porque se deve limitar esses motivos políticos, agir no interior e não no exterior, fazer com que a Religião influencie os cultos e não o contrário; não se deve duvidar nem um pouco do êxito.

Parece que tememos a influência de um Sumo Pontífice; lembramo-nos com terror das épocas desastrosas cuja história esbocei; mas essas épocas marcavam as crises inevitáveis da decadência do Estado Social na Europa; elas eram produzidas pelas trevas que os Bárbaros haviam trazido consigo; essas trevas se dissiparam e não podem mais reaparecer. Ademais, houve na Europa um verdadeiro Sumo Pontífice? Tive bastante cuidado em mostrar que não. Nada se opõe à existência de um, mesmo aquele que hoje ocupa seu lugar, contanto que seja providencialmente reconhecido e que ele próprio reconheça o poder supremo somente do qual ele receberá sua autoridade.

CAPÍTULO XI

CHAMADO DA PROVIDÊNCIA NOS GOVERNOS MISTOS PARA TORNÁ-LOS UNITÁRIOS

Profundamente imbuído da verdade de que a salvação da Europa e do Mundo, que ela traz consigo no turbilhão da sua vontade, só pode vir da Providência, e admitindo que, na própria ausência de toda inspiração intelectual, a realidade física tem falado com muita clareza pela voz da experiência aos povos e aos reis para instá-los a voltar os olhos para um poder superior, que espera apenas seu chamado para vir em seu socorro, mostrei, ao redigir o presente Capítulo, quais devem ser as formas desse chamado e por que meios, tão simples quanto fáceis, se poderia chegar a cumprir todas as coisas que eu disse. Mas, após ter escrito este importante Capítulo, para o qual todos os outros talvez tenham sido concebidos e coordenados num primeiro pensamento, tendo-o lido friamente e com o espírito descansado, vi que ele não devia ser publicado, pois não se tratava, aqui, de apresentar princípios mas mostrar suas conseqüências no futuro, dando-lhes formas legais, o que submetia inevitavelmente um poder ao outro e deixava a Vontade livre para sufocar as produções do Destino antes que estas tivessem adquirido consistência suficiente para lhe resistir.

Reconheço que foi com vivo pesar que me vi forçado a suprimir essa parte do meu trabalho, que considerava como a mais nova e a mais necessária. Mas a prudência e a razão exigiram-me tal sacrifício. Um projeto de legislação teocrática da natureza do que esbocei não poderia ser confiado ao público sem grande perigo, pois o público, não tendo sido chamado a realizá-lo, só pode apoderar-se dele para destruí-lo, contrariando suas conseqüências ou desprezando antecipadamente todas as suas vantagens. Cabe somente a um Estadista, erguido às mais auspiciosas circunstâncias, a um monarca, a um padre revestido de um caráter augusto, assegurar seus imensos resultados, dando sucessivamente às suas diversas partes uma força e uma estabilidade que elas só podem receber das leis.

Homem obscuro e simples escritor, eu bem que podia mostrar o poder que os homens devem invocar, se quiserem chamar para seu seio a paz que dali foi banida; mas, chegado o momento de estabelecer as formas dessa invocação, senti minha fraqueza e minha deficiência e, obrigado a calar-me, temeroso de profaná-las, calei-me. O Capítulo no qual tracei essas formas existe, é verdade, mas reservo-o para comunicá-lo somente quando uma ocasião favorável se apresentar. Se, durante minha existência, essa ocasião não aparecer, tomarei cuidado para que pelo menos ele me sobreviva, pois o próprio sacrifício que faço é prova suficiente de que lhe dou uma importância totalmente diferente da que normalmente resulta do amor-próprio ou da vaidade do autor.

CAPÍTULO XII

RECAPITULAÇÃO GERAL

Eis-me chegado ao final de minha obra com uma satisfação mesclada de alguns receios. Sem dúvida, fiz o que desejava, mas não exatamente como o teria desejado. Sinto que em muitos pontos fiquei aquém do meu assunto e, não obstante todos os cuidados que tive para ser claro, muitas coisas permaneceram obscuras. No movimento extraordinário que tomei, decidido a descrever em poucas páginas a história do Reino hominal, numa das suas Raças, durante o período de doze mil anos, um número incalculável de acontecimentos se me apresentaram. Quase todos pareciam dignos de serem descritos, mas era preciso fazer uma escolha, pois minha intenção não era compor uma obra demasiado longa numa época em que os poucos leitores que ainda procuram instruir-se, envolvidos por grande número de panfletos políticos e folhas efêmeras, dispõem de pouco tempo para dedicar a obras de grande fôlego. Ao fazer essa escolha indispensável por vezes percebi, tarde demais, que poderia ter escolhido melhor; de outras, quando a escolha se me afigurava afortunada, reconheci que não penetrara em todos os desenvolvimentos que a importância do assunto teria exigido. Estas censuras, que tantas vezes fiz a mim mesmo e que provavelmente outros me farão, eram inevitáveis. Mas, enquanto eu estava ocupado em esboçar os planos mais distantes do meu quadro histórico, não podia desenhar todos os seus aspectos nem determinar claramente todas as suas massas. Se tivesse tentado fazê-lo, teria produzido um quadro sem perspectiva ou teria sido forçado a dar-lhe uma amplidão totalmente desproporcional.

Talvez o leitor acredite que, ao iniciar minha obra, ter-me-ia sido possível entrar em maiores detalhes sobre cada uma das raças que compõem o Reino hominal, cuja origem deveria ter indicado mais claramente; dizer, por exemplo, por que essas raças não apareceram simultaneamente na Terra e por que razões surgiram mais numa das partes do globo do que na outra. Reconheço que isto merecia ser apresentado à curiosidade do leitor, mas, como dei a entender, a origem das raças e sua posição na Terra estão estreitamente relacionadas com a origem do próprio Reino hominal para que se possa separá-la da ciência que trata especialmente disso. Esta ciência, que pela sua elevação está fora da história propriamente dita, chama-se **Cosmogonia**. Nosso autor hierógrafo, Moisés, tratou especificamente dela, não de uma maneira clara, é verdade, e nem ao alcance do vulgo, mas de um modo pelo menos bastante claro para que o véu com o qual ele cobriu a origem de todas as coisas pudesse ser retirado por mãos sábias. No começo mostrei os primeiros meios de erguer esse véu, restabelecendo a língua hebraica e devolvendo aos termos do texto original o verdadeiro sentido que devem ter. Eu mesmo espero mais tarde servir-me desses meios para restabelecer em todo o seu esplendor o pensamento de um dos maiores homens que surgiram na Terra.

Após essa primeira dificuldade surgiram sucessivamente muitas outras igualmente importantes. Perguntar-se-á se o amor deveria ser o princípio da sociabilidade e da civilização no homem, como o declaro, uma vez que essa necessidade, transformada em paixão, não se manifesta do mesmo modo nos dois sexos; de onde vem essa diferença na transformação da sensação em sentimento e, levando a curiosidade tão longe quanto possível, por que existem dois sexos na natureza? A isto responderei que essa existência de dois sexos, sobre cuja causa se indaga, pertencem também à cosmogonia, assim como a própria diferença que os constitui. Essa existência e essa diferença devem ser recebidas pela história como fatos constantes, dos quais todos os outros se derivam, não podendo ir além deles sem ultrapassar o seu domínio. E no tocante às conseqüências dessa existência e dessa diferença, a mais importante das quais é o casamento, base do edifício social, se me exigissem que entrasse em todos os detalhes que um tema dessa natureza poderia comportar, com maior razão me exigiriam que explicasse mais detalhadamente a origem da palavra e a formação das línguas.

Não percebemos que cada um desses objetivos, se quisesse aprofundar-me deles, teria exigido um livro exclusivo? No meu livro, só poderia indicar os princípios e escolher entre as conseqüências principais as que poderiam lançar mais luz sobre a que se seguiria, deixando à sagacidade do leitor o cuidado de encontrar as outras. Sei muito bem que um leitor atento poderia fazer-me muitas perguntas sobre os primórdios da civilização bórea e indagar, por exemplo, por que o casamento, que apresento como a base do edifício social, não foi feliz. Esta pergunta, e muitas outras que evitei propositadamente, devem encontrar sua solução no conjunto da obra. A história do gênero humano mostra continuamente a prova evidente dessa verdade: que um mal particular é freqüentemente necessário para fazer surgir um bem geral. De resto, aqui está a resposta para a dificuldade que se propõe e que servirá para esclarecer muitas dificuldades do mesmo gênero. Conseqüência inevitável da existência de dois sexos e da diferença necessária entre suas maneiras de pensar após ter sentido, o casamento não foi de todo afortunado porque, se tivesse sido, teria limitado o curso da civilização bórea. O homem, satisfeito com sua sorte, não teria desejado mais nada e nada mais procurado, contanto que nada buscasse ou almejasse além da felicidade; ele se teria curvado sob o jugo da mulher, ter-se-ia amolecido como ela e sua raça teria sido inevitavelmente destruída antes de ter percorrido algumas das fases mais elevadas da ordem social. Se a mulher foi infeliz nessa primeira época da civilização, foi principalmente em conseqüência da sua natureza, que não lhe permitiu dar nascimento a nada, fosse de ordem física fosse de ordem moral, sem dor. É verdade que suas faltas agravaram seus males, mas elas foram uma conseqüência de uma falta anterior, cujo conhecimento depende da cosmogonia.

Vimos como a guerra, sempre inevitável entre as raças porque todas elas tendem ao domínio e à invasão de terras, desenvolveu grande número de conhecimentos úteis na raça branca, dando-lhe condições para lutar com vantagem contra a raça negra. Nessa ocasião mostrei a origem de muitas instituições e usos cujos princípios, mergulhados na escuridão dos séculos, escaparam às pesquisas dos sábios. Observou-se com interesse, sem dúvida, essa primeira organização do povo celta, cuja marca indelével encontra-se com mais ou menos vigor em todas as nações que têm a mesma origem. Atrevo-me a pretender que se teriam desculpado quaisquer hipóteses detalhadas, em favor da verdade evidente do conjunto. Se a situação da Voluspa, por exemplo, pareceu pouco poética, deve-se pelo menos convir que ela não era improvável, porque todos os costumes civis e religiosos conservados por nossos antepassados contavam muito bem da sua possibilidade. Era impossível que um quadro dessa dimensão, exposto a tantas tempestades e por tão longo espaço de tempo, não oferecesse algumas lacunas a serem preenchidas e alguns traços a serem restaurados.

Desde o final do primeiro Livro, a esfera intelectual já estava desenvolvida na raça bórea e o culto surgira. O segundo Livro mostrou as conseqüências desse primeiro desenvolvimento. Consideremos aqui como a política, inicialmente influenciada pela religião, reagiu sobre ela. Observemos que o primeiro cisma que se manifestou entre os celtas, e que deu origem aos povos nômades, foi puramente político; lembremos-nos também do que eu disse nesse último Livro, que todas as querelas injustamente chamadas de religiosas, todos os cismas, não tiraram seu princípio da própria essência da religião, mas apenas das formas do culto de que a política se apoderou. Uma observação não menos importante, relativa à superstição e ao fanatismo, pode ser feita neste segundo Livro. Vemos com que freqüência se tem abusado disso, acusando a Religião dos excessos que lhe são estranhos e, sobretudo, o quanto se tem errado em crer que a teocracia pode conduzir a eles. Ao contrário, é a teocracia que lhes põe termo. A superstição e o fanatismo só reinam onde as formas do culto nas quais o Destino ou a Vontade do homem passam a dominar conseguiram usurpar o lugar da Religião e sufocar a voz da Providência. Desde que a Providência encontre um órgão capaz de fazer ouvir sua voz, um Profeta, um Teocrata, um Sumo Pontífice, um enviado digno dela, toda superstição desaparece e o sangue humano deixa de correr nos altares.

É desnecessário falar novamente sobre a fundação do Império Universal por aquele homem extraordinário cuja glória encheu o Universo, sob o nome de Ram, o Carneiro; de Scander de dois

cornos; de Osíris, o chefe dos homens; de Dionísio, a inteligência divina; de Giam-Shyd, o dominador do universo, etc. Disse praticamente tudo o que podia dizer a respeito sem entrar em detalhes alheios a esta obra. Observemos apenas que somente admitindo a existência desse Império é que se pode dar razão a um grande número de costumes comuns a todos os povos, como por exemplo, o de dar uma coroa aos reis e uma mitra aos pontífices; elevar seus tronos um certo número de degraus e colocar um cetro na mão de uns e um báculo pastoral na de outros. A forma constante dos altares, a maneira de se prosternar diante deles ao invocar a Divindade, tudo anuncia um rito universal cuja marca não se apagou através das variações infinitas que os cultos sofreram. Podem os sábios filólogos ver sem admiração que as formas essenciais da linguagem são as mesmas em toda parte, e que a gramática geral, repousando sobre as mesmas bases, atestam a existência de uma língua universal cujos escombros estão espalhados por todos os lugares? Quanto à poesia, pode-se duvidar que a rima aceita pelos chineses e árabes, e o ritmo conhecido tanto pelos hindus quanto pelos escandinavos compartilham da mesma origem? Vejam a música: essa arte admirável, onde quer que seja conhecida, não recebe ela sete notas de uma oitava a outra, dividida em cinco tons e dois semitons? Como se explica todas essas coisas e uma infinidade de outras que seria tedioso mencionar, se não as considerarmos como os restos de uma unidade religiosa e política que se dividiu? Quanto a isto, é preciso crer nos livros sagrados dos hindus e admitir como verdade incontestável a existência do Império Universal de Ram. Foi desses livros sagrados que extraí a maioria das coisas que narro sobre o desmembramento daquele Império e sobre a causa dos cismas políticos que o conduziram à sua queda. Em geral foi nos arquivos sacerdotais das nações antigas que procurei os documentos necessários para compor meu terceiro Livro e conduzir a história do gênero humano desde a aparição de Ram até a de Pitágoras. Assim, essa primeira parte da minha obra pode ser considerada como mais particularmente racional e filosófica que a segunda, que se apóia em documentos mais positivos e não se afasta, quanto à cronologia dos fatos, da marcha normal da história.

Portanto, foi intencionalmente que dividi minha obra em duas Partes, para que a segunda, composta de materiais mais sólidos, desse apoio à primeira pela ligação das idéias e pelo encadeamento dos acontecimentos. Não acredito que um leitor atento tenha ignorado esse encadeamento, nem que tenha podido considerar como simples hipóteses as coisas em geral desconhecidas, é verdade, mas cujas contrapartes conhecidas não se apresentam mais ao espírito senão como conseqüências puras e simples.

A primeira Parte, embora menos volumosa que a segunda, encerra uma quantidade bem maior de fatos importantes e compreende um espaço de tempo bem mais amplo. Pode-se observar nela três épocas principais: a primeira vai desde a aurora da civilização na raça bórea até o aparecimento do Enviado divino entre os celtas; é o movimento ascendente. A segunda vai desde o aparecimento desse enviado e do estabelecimento do Império universal até os primeiros sintomas do seu declínio, anunciados pelo cisma político dos Pastores fenícios; é o apogeu da Ordem Social estacionaria. A terceira compreende toda a duração desse declínio, desde o primeiro enfraquecimento da luz moral até os primórdios do aparecimento das trevas; é o movimento descendente. A segunda Parte compreende também três épocas, porém bem mais limitadas: a do crepúsculo, onde se observa uma espécie de combate entre a luz e a obscuridade; a das trevas absolutas e a do movimento ascendente que recomeça. Essas três épocas, que juntas não se equivalem em duração a uma só das antigas, ademais representam apenas uma, encerrando um intervalo de cerca de três mil anos. Pode-se datar a primeira dessas últimas épocas a partir da tomada de Tróia pelos gregos; a segunda, a partir da queda do Império Romano; e a terceira, a partir do início das Cruzadas. Esta última época ainda não terminou e embora tudo augure, pelo aumento das luzes, que ela deve representar para nós o alvorecer de um belo dia, não podemos nos enganar quanto a esta manhã do nosso Estado Social que recomeça não ter sido perturbada por várias tempestades.

Se quisermos ter o trabalho de refletir sobre as causas mais violentas dessas tempestades, às quais por síntese se deu o nome de Revolução Francesa, devido à França, onde ela causou sua mais forte explosão, veremos que elas provêm das primeiras formas de civilização que a raça bórea recebeu em sua origem. Poderíamos desenredar os traços remontando a torrente dos séculos e nos convencendo de que é ao desenvolvimento precoce e extraordinário que a Vontade recebeu nessa raça que se deve atribuir os abalos mais ou menos fortes que ela tem sofrido em diferentes épocas. Esse desenvolvimento volitivo, indispensável para que a raça branca, logo exposta aos ataques da raça negra, pudesse conservar-se, marcou-a com um caráter indelével que a tem acompanhado em todas as fases do seu Estado Social e introduziu imperceptivelmente em todas as suas instituições políticas, tanto civis quanto religiosas, as formas extraordinárias que nem a raça negra, nem a raça amarela, chamadas antes dela a conduzir o cetro da Terra, conheceram. Nessas duas raças, a Vontade, logo submetida ao Destino, suportara seu jogo sem quase nunca lhe sentir o peso ou procurar livrar-se dele. Mas na raça bórea, ao contrário, a Vontade sempre se submeteu com dificuldade ao jugo da necessidade e se livrou dele todas as vezes que pôde. Esta é a origem dessa diferença notável que sempre se observou entre os povos da Ásia e os da Europa, não obstante a mistura que se efetuou várias vezes entre o sangue oriental e o bóreo, e não obstante o Império Universal que os celtas de origem bórea exerceram sobre todo o hemisfério. Os povos de raça amarela, embora tenham-se submetido várias vezes, ora aos da raça negra, ora aos da raça branca, sempre conservaram seu espírito de necessidade e de estabilidade cuja força, com o tempo, acabou por agrilhoar, pelo menos na Ásia, o espírito de liberdade e de revolução do qual os celtas sempre estiveram imbuídos.

A Europa, verdadeira sede da raça branca, lugar de sua origem e principal foco onde sua força se concentrou e se manteve, tem sido o teatro onde esse espírito revelou toda a sua veemência. É ali que a Vontade do homem tem manifestado seu maior poder. Se essa Vontade, menos orgulhosa, tivesse podido reconhecer a ação da Providência ao mesmo tempo que opunha a sua à do Destino, ela sem dúvida teria produzido resultados magníficos, porque a liberdade que ela idolatra constitui sua essência íntima e advém da própria Divindade. Mas ela jamais pareceu combater a necessidade do Destino nem tentou derrubar suas produções senão visando a erguer-se sobre seus escombros e colocar-se, por meio destes, acima da Providência. Isto não podia acontecer. Eis porque seus maiores esforços conseguiram apenas provocar tempestades políticas com as quais o Estado Social sofreu mais abalos do que avanços e recebeu mais clarões rápidos do que luzes duráveis. Não obstante, não quero recusar aos homens volitivos o direito de concordar com eles que essas tempestades muitas vezes terão tido sua utilidade. Sem dúvida, tal como acontece no mundo elementar; as tempestades que perturbam por instantes as planícies do ar, reunindo ali as nuvens para logo entregá-las ao fogo dos raios, têm a vantagem incontestável de purificá-las. As tempestades políticas também têm a de purgar o mundo social e podem chegar, mesmo pela desordem, a restabelecer sua harmonia. Mas seria loucura querer essas tempestades e esses temporais inoportunos e desmedidos, considerar esses movimentos formidáveis como espetáculos dignos de admiração e sacrificar, assim, a esperança dos agricultores e a felicidade das nações ao prazer de contemplar seus terríveis efeitos e consagrar suas devastações.

Disse o que penso sobre a Revolução Francesa. Para que ela seja útil é preciso que se detenha, e para que se detenha, que se invoque o único poder capaz de detê-la. A Vontade do homem foi sua força motriz, como já disse repetidamente e provei de todas as maneiras. O Destino, a quem ela venceu, tomou-lhe a primazia não porque fosse o mais forte, mas porque ela se dividiu por um efeito inevitável da sua natureza e da marcha universal das coisas. Mas os homens fatídicos se enganariam muito se acreditassem que esse triunfo do Destino está garantido. De maneira alguma; seu reinado absoluto na monarquia tornou-se impossível pelas razões já mencionadas longa e vigorosamente. A amálgama que se tem tentado fazer entre ele e a Vontade nas emporiocracias e nas monarquias constitucionais não pode durar porque a necessidade e a liberdade, que são dois extremos, não podem se reunir exceto por um meio, que está ausente nessas duas espécies de

governos. Empenhado em procurar esse meio nas coisas puramente políticas, busquei-o sem hesitação, mas inutilmente. Não vi senão molas mais ou menos engenhosas, mais ou menos fortes que poderiam fazer funcionar durante certo tempo essas máquinas políticas a que chamamos de governos mistos. Reconheço que mostrei essas molas, mas desaprovando seu uso porque, por mais engenhosa que seja a máquina, por mais admirável que pareça uma estátua que ande com a ajuda de uma mola, um ser organizado, animado pela vida sempre valerá muito mais. Ora, que vida é essa que falta a esses governos e que se pode chamar para eles? Que meio é esse, o único capaz de reunir dois poderes tão opostos como a Vontade e o Destino, o movimento e o repouso, a liberdade e a necessidade? Atrevo-me a dizer que é a Providência. Que eu tenha tido a felicidade de mostrar a maneira como esse poder divino poderia ser chamado para as instituições políticas é o que somente a experiência teria o direito de demonstrar; e uma experiência dessa natureza não está nas mãos de nenhum homem comum. O próprio povo não está apto a fazê-lo, razão porque, como já disse, não devia expor à luz do dia o capítulo contendo seus elementos. Pude apenas desejar que um homem bastante elevado, um monarca bastante poderoso, um legislador que se encontre em circunstâncias bastante favoráveis, se apresentasse para tentar essa experiência e consegui-lo: sua glória, acima de todas as glórias, não teria então limites, em extensão, senão os do Universo e, por duração, outro termo que não o do último século onde viveria o último povo da raça bórea.

Mas, em última instância, de que se trata? Onde deságuam todas as formas preparatórias mencionadas no capítulo suprimido? Trata-se de chegar à indicação de um Sumo Pontífice cuja autoridade sacerdotal seja reconhecida por toda a Europa; trata-se de encontrar os caminhos simples, mas secretos, que conduzem a esse ato importante; enfim, trata-se de fazer com que as formas que se empregará nele participem ao mesmo tempo das formas da Providência, da Vontade e do Destino. Esse Sumo Pontífice que, como já disse, poderia ser o atual, contanto que tenha reconhecido a autoridade que o nomeará, será, pelo próprio fato da sua nomeação, revestido de um caráter augusto e sagrado e de um poder sacerdotal verdadeiro. Ele estenderia seu báculo pastoral sobre toda a Europa e sobre todas as nações que participassem do seu culto; sua influência moral não seria ilusória ou nula, como o é atualmente, porque não mais seria o fruto da ignorância ou da usurpação, como a temos reprovado, talvez muito justamente, e sim fruto das luzes e legítimo resultado de uma concordância geral, de uma aliança jurada entre os povos e os reis, a Vontade dos homens e o Destino. Esse Sumo Pontífice se tornaria então o órgão da Providência e seu representante na Terra; seguraria nas mãos o elo tão desejado que unirá os três poderes num só e manterá por muito tempo o Universo numa paz inalterável. Como representante da Providência, ele prevaleceria não só sobre os diversos cultos que as nações submetidas ao seu augusto sacerdócio seguiriam, mas sobre a própria essência da Religião da qual esses cultos tirariam sua força. Conforme as necessidades dos povos e dos reis, conforme o aumento das luzes, o avanço da ciência e o progresso da civilização, ele poderia modificar os dogmas da Religião, esclarecer seus mistérios e ter por objetivo, na Verdade, o desenvolvimento progressivo que está em todas as coisas. A Religião, não estando mais estacionaria no meio do movimento geral, longe de contrariar esse movimento, regularia sua marcha, favorecendo-a. Os cismas tornar-se-iam impossíveis enquanto a unidade não fosse rompida; e os cultos, para se reformarem, não mais precisariam provocar tempestades nos governos. Eles estariam nas mãos do Sumo Pontífice e dos outros chefes sacerdotais, que disporiam de formas segundo o caráter dos povos e a posição dos países. Assim, os homens não estariam em parte alguma oprimidos por esses grilhões inflexíveis que são repugnantes à sua natureza. A Verdade, sempre mais brilhante, se lhes tornaria cada vez mais cara, e a Virtude, que faria sua felicidade, deixaria de ser um fantasma fugidio do qual opressores e oprimidos pudessem duvidar.

Um Sumo Pontífice assim constituído, assim revestido da força dos três grandes poderes do Universo, seria sem dúvida a primeira pessoa do mundo. Os imperadores e os reis que reinariam à sombra da sua influência moral exerceriam sobre todas as coisas civis um poder comedido mas inabalável. Jamais a revolta ou a sedição se aproximariam dos seus tronos; eles jamais estariam

expostos nem aos furores das facções nem aos complôs dos ambiciosos, porque as facções não teriam meios para isso e os ambiciosos só teriam êxito no caminho reconhecido pela honra. Esses temidos abalos chamados revoluções seriam desconhecidos porque a Vontade do homem, livremente exercida e quotidianamente satisfeita, podendo fazer ouvir sua voz em todos os momentos e vendo-se representada e amparada, não teria interesse em correr o risco de perder todas as suas vantagens lutando contra dois poderes que inevitavelmente a derrotariam unindo-se contra ela. A posição da Vontade seria precisamente a do Destino e também a da Providência. Nenhum dos dois poderes poderia usurpar o domínio absoluto, mesmo que tendesse para isso, porque ao menor movimento que seus representantes quisessem tentar em interesse próprio, sempre encontrariam um obstáculo intransponível na reunião do outro poder com a Vontade.

As guerras entre nações jamais poderiam ocorrer por motivos de ambição ou de interesse próprio porque esses motivos, no momento em que fossem divulgados, lançariam sobre a nação turbulenta todas as forças reunidas das outras nações. Além disso, como a moralidade e a imoralidade das coisas estão nas mãos do Sumo Pontífice, bastaria que ele declarasse uma guerra como imoral para que esta não encontrasse, na própria nação que quisesse realizá-la, os instrumentos para servi-la. As únicas guerras possíveis seriam as que necessitassem de inimigos externos, se a Europa pudesse tê-los, ou de nações perjuras, insensatas o bastante para acolher a revolta ou consagrar os crimes de um usurpador ou de um tirano. Assim se realizaria uma belíssima idéia outrora concebida, e que se julgou ser possível conter no que se chamou de **Santa Aliança**: essa idéia, muito digna, pela sua grandeza, do augusto monarca que a acolhera, não pôde ser contida no quadro diplomático que lhe foi conferido porque apenas a política moldara esse quadro, no qual a Vontade do homem não estava presente e no qual somente o Destino, embora agindo em nome da Providência, não poderia substituir os dois poderes que lhe recusavam igualmente seu apoio.

Ao chamar a Providência para os governos e admitindo neles três princípios, e por conseguinte três Câmaras em vez de duas, veríamos renascer como por encanto esses três Estados dos antigos Celtas, nos quais os bárbaros seguidores de Odin, os Godos, não tinham colocado sobre os escombros do Império Romano senão uma imagem grosseiramente esboçada e privada de vida. As três Câmaras conteriam realmente os Estados Gerais da Nação e ofereceriam a expressão dos três Poderes universais cuja unidade de forças se refletiria na pessoa inviolável e sagrada do Rei. Acima dessa poderosa unidade política estaria o Sumo Pontífice, envolvendo grande número dessas unidades políticas em sua unidade intelectual e residindo numa cidade sagrada que todas as nações submetidas à sua autoridade pontifical teriam jurado respeitar. A violação dessa cidade santa e do seu território determinado seria incluída na classe das mais odiosas impiedades e dos mais enormes crimes. Aquele que, armado e com desejos hostis, ousasse cruzar os limites pacíficos, seria anatemizado e entregue à execração do Gênero Humano. É sobre a veneração que inspira o chefe sacerdotal como representante da Providência que se apóia toda a Ordem Social. O respeito que se tem pelo Rei e a obediência que se deve aos magistrados que falam em nome da Lei Civil, vêm em seguida. Se essa veneração falta num Império, tudo o mais falta; o respeito pelo Príncipe logo desaparece e a obediência se afasta e se esquiva. A força é então obrigada a se mostrar; mas a força é uma arma de dois gumes que sempre acaba por ferir os que dela se servem.

Depois da indicação do Sumo Pontífice, o ato mais importante seria sem dúvida a escolha da cidade que esse augusto chefe da Religião deveria habitar. Seria preciso, necessariamente, que essa cidade fosse declarada santa e inviolável por um consentimento unânime, para que a Providência ali pudesse fazer ouvir sua voz sem que a fatalidade do Destino nem a liberdade da Vontade pudessem perturbar em nada a sua influência. Um Sumo Pontífice sujeito a temer seja o que for torna-se inútil; ele é vil quando pode dizer que temeu qualquer coisa exceto DEUS ou a Providência que Dele emana. Um monarca jamais deve ser obrigado a nada. Ele jamais deve dizer que o foi, porque isso jamais pode acontecer. Se ele se encontra em circunstâncias por demais violentas para que a Vontade do homem derrote nele o Destino, ele deve morrer, mas não ceder. Que ele se guarde

sobretudo de reconhecer juizes; além do Sumo Pontífice, estes não existem. Seja qual for o nome que adotem as outras personagens, sacerdotais ou laicas, seja qual for a autoridade da qual digam estar momentaneamente investidas, elas são apenas seus primeiros súditos. Ademais, suas pessoas não são invioláveis, enquanto que a do Rei é. Elas não são invioláveis porque não constituem, sozinhas, uma unidade, mas o Rei sim. Como a unidade que constituiria o Sumo Pontífice é ainda mais alta, a pessoa desse augusto representante da Providência seria não apenas inviolável como também comunicaria a inviolabilidade a tudo o que ele quisesse conferir tal virtude.

Do momento em que a aliança sagrada cuja possibilidade mostrei, sem divulgar-lhe os meios, se efetuasse entre as nações européias; do momento em que a Providência chamada para seus governos os tivesse tornado unitários, deixando de ser mistos como eram; do momento em que um Sumo Pontífice fosse eleito e pudesse exercer sobre todos os povos sua influência providencial, aconteceria um fenômeno que, no estado atual das coisas, seria impossível ou não poderia acontecer sem provocar rios de sangue e de lágrimas; ele aconteceria sem o menor abalo, em meio à mais perfeita tranqüilidade. A Europa, que desde há muito se inclina a formar um único Império, o formaria; e aquele que fosse chamado a dominar acima dos Reis, sob o nome de Imperador ou de Soberano Rei, respeitado pelos Reis tanto quanto o Sumo Pontífice, marcharia, pela simples força das coisas, para a conquista do Mundo. Então a raça bórea teria alcançado seus altos destinos; toda a Terra ofereceria o mesmo espetáculo que já oferecera na época de Ram, mas com esta notável diferença: a sé pontifícia e real seria na Europa e não na Ásia; os homens reunidos sob o mesmo culto e as mesmas leis conheceriam um único e mesmo DEUS, um mesmo Sumo Pontífice e um mesmo Soberano Rei; eles falariam a mesma língua, se tratariam de irmãos e desfrutariam de uma felicidade tão grande quanto o pode suportar sua natureza mortal, durante grande número de séculos e até o final determinado pela eterna Sabedoria.

FIM DO LIVRO SÉTIMO

FIM